



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1722

Segunda-feira - 13 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Itapoá.....	232
Alto Bela Vista.....	3	Ituporanga.....	233
Antônio Carlos.....	4	Jacinto Machado.....	234
Arroio Trinta.....	6	Joaçaba.....	237
Balneário Rincão.....	6	Lages.....	246
Barra Velha.....	7	Lauro Muller.....	248
Biguaçu.....	10	Lebon Regis.....	249
Blumenau.....	14	Leoberto Leal.....	250
Bom Jesus do Oeste.....	22	Lindóia do Sul.....	253
Bom Retiro.....	26	Luzerna.....	256
Botuvera.....	40	Mafra.....	263
Braço do Trombudo.....	40	Maravilha.....	264
Brunópolis.....	41	Massaranduba.....	267
Brusque.....	42	Meleiro.....	268
Caçador.....	46	Modelo.....	273
Camboriú.....	49	Monte Carlo.....	274
Campo Alegre.....	50	Morro da Fumaça.....	278
Campo Erê.....	52	Navegantes.....	279
Campos Novos.....	52	Nova Trento.....	283
Canoinhas.....	80	Novo Horizonte.....	285
Capinzal.....	146	Orleans.....	286
Catanduas.....	147	Paial.....	287
Celso Ramos.....	147	Palhoça.....	287
Chapadão do Lageado.....	148	Passo de Torres.....	293
Cocal do Sul.....	151	Passos Maia.....	293
Concórdia.....	152	Penha.....	294
Cordilheira Alta.....	156	Peritiba.....	296
Coronel Martins.....	158	Pinheiro Preto.....	296
Corupá.....	159	Pomerode.....	301
Curitibanos.....	161	Ponte Serrada.....	302
Dionísio Cerqueira.....	163	Porto Belo.....	304
Ermo.....	164	Porto União.....	305
Forquilha.....	165	Presidente Castello Branco.....	310
Fraiburgo.....	177	Presidente Nereu.....	311
Garopaba.....	179	Rio do Sul.....	347
Garuva.....	180	Santa Terezinha do Progresso.....	360
Gaspar.....	181	São Bento do Sul.....	361
Governador Celso Ramos.....	189	São Carlos.....	371
Guaraciaba.....	190	São Domingos.....	372
Guaramirim.....	198	São João do Oeste.....	380
Ibiam.....	200	São Joaquim.....	381
Ilhota.....	205	São José.....	382
Imarui.....	206	São José do Cedro.....	426
Imbituba.....	209	São Lourenço do Oeste.....	428
Indaial.....	218	São Miguel do Oeste.....	430
Irineópolis.....	224	Schroeder.....	434
Itá.....	230	Serra Alta.....	446
Itaiópolis.....	231	Sombrio.....	450
Itapiranga.....	231	Tigrinhos.....	451

Timbó.....	452
Treze Tilias.....	455
Urussanga.....	455
Vargeão.....	456
Videira.....	458
Vitor Meireles.....	477
Xaxim.....	480

Associações

FECAM.....	481
------------	-----

Consórcios

CIMCATARINA.....	482
CIS/AMARP.....	482
CIS/AMMVI.....	484

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DO PROCESSO Nº. 5/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 5/2015

PREGÃO PRESENCIAL 3/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados que o PROCESSO LICITATÓRIO nº 5/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 3/2015", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL (MENOR PERCENTUAL)", destinado a contratação de leiloeiro, teve sua abertura alterada para 28 de abril de 2015 às 15h30.

Errata com alterações do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 10 de abril de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL 9/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 10/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 9/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de gêneros alimentícios para o CAPS Microrregional, o qual será processado e julgado no dia 27 de abril de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 10 de abril de 2015

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL 10/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 11/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material para utilização em terapia ocupacional no CAPS Microrregional, o qual será processado e julgado no dia 27 de abril de 2015 às 16h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 10 de abril de 2015

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 27/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL 21/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 27/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 21/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a contratação de horas/máquina, o qual será processado e julgado no dia 28 de abril de 2015 às 13h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 10 de abril de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 042, DE 09 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo VI, § 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais"

RESOLVE

Art. 1º Conceder ao servidor, FLAVIO OHLWEILER, matrícula nº 574 lotado no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, desta Municipalidade, adicional por interesse de qualificação estabelecido na alínea "a" e "b" do Inciso II do artigo 15 da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, com a progressão de 10(Dez) referências, tendo em vista a conclusão do Ensino Médio, através do Colégio Agrícola na cidade de Concórdia/SC, apresentado e deferido pelo requerimento 104/2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 09 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Fátima Lorete Clein da Silva
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 043, DE 09 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, TITULARES DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo VI, § 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais";

RESOLVE

Art. 1º Conceder aos servidores Públicos Municipais abaixo identificados, progressão por interesse de qualificação.

MAT.	SERVIDORES	HORAS	REF.
134	Danival Ramiro Ribeiro	Aferir 36 horas pelo requerimento prot. nº 144/2013. Sendo que serão utilizadas em 2015. Deferir 280 horas pelo requerimento prot. nº 088/2015. Sendo que foram aproveitadas 4 horas em 2015, restando 276 horas para anos posteriores.	01
475	Ana Paula Gonçalves da Silva	Deferir 120 horas pelo requerimento prot. nº 089/2015. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, restando 40 horas para anos posteriores.	02
480	Alvaro Eliseo Hartmann	Deferir 334 horas pelo requerimento prot. nº 109/2015. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, restando 254 horas para anos posteriores.	02

Art. 2º Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo o dispositivo dos parágrafos 5º e 6º do Art.14 da Lei Complementar nº. 012, de 10 de janeiro de 2005, sendo as horas excedentes serão aproveitadas para fins da referida progressão em anos posteriores.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista em 09 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA
Responsável pelas publicações

PORTARIA Nº 044, DE 09 DE ABRIL DE 2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo VI, artigo 15º, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimento e Seção VI, Subseção II, artigo n.º 13, 14, 15 e 16 da Lei Complementar n.º 013 de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar 15 de 28 de Abril de 2005 que "Dispõe sobre o Plano de Carreira e Valorização do Magistério Público Municipal";

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedido adicional a Servidora ALESSANDRA MANFÉ, matrícula 581, no cargo de PROFESSOR II - 20 HORAS pela Pós Graduação Latu Sensu em AÇÃO INTERDISCIPLINAR NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM EM EDUCAÇÃO FÍSICA, de acordo com a resolução MEC/CNE/CES nº 01 de 08 de junho de 2007, promovido pelo Portal Faculdades, na cidade de Concórdia/ SC, no período de 23 de julho de 2010 a 25 de fevereiro de 2011, perfazendo um total de 450 horas/aula, correspondendo a 38%(Trinta e oito por cento), do valor da remuneração em conformidade ao Artigo 15, item I da Lei Complementar nº 015 de 28 de abril de

2005.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), 09 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Fatima Lorete Clein da Silva

Responsável pelas publicações.

Antônio Carlos

PREFEITURA

2ª CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO 001/2015

02º Edital de Convocação de aprovado no PROCESSO SELETIVO 001/2015 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo nº 001/2015 LIAMARA POLETTI - 3ª classificada, para provimento no cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL, para apresentação no período de 13/04/2015 a 17/04/2015 das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos seguintes documentos:

- 01 foto 3x4
- Carteira de identidade
- CPF
- Título de eleitor
- Certidão casamento
- Certidão filhos menor
- Comprovante de residência
- Comprovante de escolaridade (Diploma)
- Carteira de Trabalho
- Certificado de Reservista (quando for o caso)
- CRESS
- PIS/PASEP
- Conta bancária
- Atestado de Saúde (médico do Trabalho) Qualquer Clínica
- Declaração de Bens
- Declaração de Não Acumulação de Cargo ou de Acumulo de Cargo
- CERTIDÕES TIRADAS NA INTERNET: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL www.tse.gov.br
- CERTIDÃO DE CRIMES ELEITORAIS
- CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL

Antônio Carlos, 10 de abril de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 033/2015

AVISO DE ERRATA:

Com relação ao aviso de licitação referente ao Processo Licitatório: nº 034/2015, na modalidade Tomada de Preço nº. 003/2014, publicado no dia 08/04/2015 na Edição Nº 1719 do DOM/SC, considerando que houve erro formal na publicação do objeto da licitação por parte da Administração, considera-se anulada a referida publicação, passando-se a vigorar a seguinte publicação com suas devidas alterações:

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 034/2015; Modalidade: Tomada de Preço nº. 003/2015; Tipo: Empreitada por Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de Drenagem, Pavimentação Asfáltica e Sinalização, com

fornecimento de material e mão de obra, para continuação da Rua Pedro Leonardo Schmitz, com a extensão de 192,154 metros, na localidade Egito do Município de Antônio Carlos/SC, com recurso do Convenio nº 2014TR002324 firmado entre Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis e Prefeitura Municipal de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: As 09:00 do dia 05 de maio de 2015 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, a partir do dia 10 de abril de 2015, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-8618, pelo email licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 10 de abril de 2015.
Antônio Paulo ReMOR
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO:
Nº 034/2015**
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 034/2015; Modalidade: Tomada de Preço nº. 003/2015; Tipo: Empreitada por Menor Preço Global; Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço global, na execução de serviços de Drenagem, Pavimentação Asfáltica e Sinalização, com fornecimento de material e mão de obra, para continuação da Rua Pedro Leonardo Schmitz, com a extensão de 192,154 metros, na localidade Egito do Município de Antônio Carlos/SC, com recurso do Convenio nº 2014TR002324 firmado entre Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis e Prefeitura Municipal de Antônio Carlos S/C. Entrega dos envelopes e abertura: As 09:00 do dia 05 de maio de 2015 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, a partir do dia 10 de abril de 2015, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-8618, pelo email licitacao@antonio-carlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 10 de abril de 2015.
Antônio Paulo ReMOR
Prefeito Municipal

PORTARIA N 230/2015
PORTARIA Nº 230/2015.
Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público n 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, EDESIO NEIS, para o cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 13 de abril de 2015 a 12 de abril de 2016, em substituição ao titular VANDERLEI MIGUEL, de Licença sem Vencimento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de abril de 2015.

PORTARIA N 231/2015
PORTARIA Nº 231/2015.
Concede Insalubridade a ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor EDESIO NEIS, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA, a partir de 13 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de abril de 2015.

PORTARIA N 232/2015
PORTARIA Nº 232/2015.
Exonera servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Exonerar, a pedido, MIRELA WEBER FAGUNDES, do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 06 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de abril de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 13 de abril de 2015.

Arroio Trinta**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0010/2015 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: SERVIÇOS DE LAVAGENS E LIMPEZA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS E SERVIÇOS DE REPAROS, CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS, PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA PARA O ANO DE 2015.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 h do dia 28/04/2015.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 h do dia 28/04/2015.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através do e-mail: compras@arroio30.com.br ou através do site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 10 de abril de 2015.

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO Nº. 027/PMBR/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/PMBR/2015.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 27/04/2015 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de cursos de capacitação profissional na área de biojóias e de reforma e customização de peças de vestuário, para execução do Projeto Técnico Social (PTTS) a ser realizado com as famílias beneficiárias do Programa Minha Casa Minha Vida (Condomínio Residencial Prefeito Deobaldo Donato Pacheco), conforme Convênio firmado entre o Município de Balneário Rincão e Caixa Econômica Federal.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Balneário Rincão - SC, 10 de Abril de 2015.

Pregoeira
Gisele Ferreira.

DECRETO/GP/Nº 254

DECRETO/GP/Nº 254, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 230/2015 PARA INCLUIR E MODIFICAR COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei 8.666, de setembro de 1993, Lei 8.883, de 08 de junho de 1994, Lei Federal nº 10.520, de julho de 2002, e o Decreto nº SA/3.663.05, de 21 de julho de 2005.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam alterados os membros de Comissão Permanente de Licitação, sob a presidência do primeiro (inciso I) e suplente (inciso VI):

- I - Renato da Silva Vitche
- II - Valberto Berkenbrock
- III - Márcio David Ksey
- IV - Paulo Henrique Moliner Amboni
- V - Maria Aparecida Vieira
- VI - Monique Lemos

§ 2º - O presidente será substituído em suas ausências e impedimentos pelo primeiro membro (descrito no inciso II, do parágrafo anterior);

Art. 2º - ficam inalterados os membros da Comissão de Apoio ao Pregão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 07 de abril de 2015.

Barra Velha

PREFEITURA

EDITAL Nº 002/2015 CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BARRA VELHA/SC - EDITAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Edital nº 002/2015
CMDCA

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Barra Velha/SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia de 08 de abril de 2015, em sua sede, localizada na Rua: Germano Selke nº 89 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no art. 16, da Lei Municipal 1205/2012, abre as inscrições à escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Barra Velha/SC e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e as demais serão consideradas suplentes, na ordem decrescente de votação.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio, não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1205/2012, é assegurado o direito a:

I - vencimento na referência do art. 43º da Lei Municipal 1205/2012,

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do subsídio relativo ao período imediatamente anterior;

IV - licenças para tratamento de saúde, maternidade/paternidade, matrimônio e outras, da mesma forma conferidas aos servidores municipais admitidos em caráter temporário (ACT);

V - bonificação natalina no valor equivalente a um subsídio mensal;

VI - inclusão na mesma modalidade de Previdência Social assegurada aos servidores municipais admitidos em caráter temporário (ACT), durante o período, em que durar o mandato.

§ 1 -- Em caso de recondução ao cargo em mandatos consecutivos, o Conselheiro Tutelar terá direito ao descanso remunerado, previsto no inciso III deste artigo;

§ 2 -- Caso mais que um dos conselheiros (as) sejam reconduzidos, será elaborada uma escala subsequente de descanso e será convocado um suplente para cumprir o período de férias dos conselheiros reconduzidos, caso a soma de todos ultrapassem trinta dias;

§ 3 -- O descanso remunerado de 30 dias dos Conselheiros

Tutelares será anual e usufruído alternado, permitindo o afastamento de um Conselheiro por vez;

§ 4 -- O descanso remunerado de 30 dias do conselheiro tutelar com vínculo efetivo com o Município será usufruído proporcionalmente ao tempo trabalhado, sendo que, ao término do mandato, o conselheiro tutelar terá direito a férias remuneradas, referente ao cargo que ocupa junto à Municipalidade.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público, acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 Os Conselheiros Tutelares cumprirão o horário de atendimento na Sede do Conselho Tutelar, no horário de trabalho que será das 07:30h às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00h, com um intervalo de quinze minutos, devendo ter no mínimo 2 conselheiros (as) por período de trabalho, sendo a forma de registro estabelecida pela Secretaria a qual é vinculado administrativamente, obedecida a circunstância própria funcional de atendimento do Conselheiro Tutelar;

2.5.1 Plantão noturno das 17:00h às 7:30h do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo), feriados e pontos facultativos;

2.5.3 Os conselheiros tutelares elaborarão escalas de plantões para atendimento permanente no período de horário, noturno, finais de semana, feriados e pontos facultativos, devendo, nesta hipótese, o plantonista estar munido de meio de comunicação, a ser disponibilizado pelo município.

2.5.4 A divulgação de escala de Plantão será encaminhada ao CMDCA e fixada no quadro de publicações oficiais do Município e feita, ainda, nas instituições que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições, curso de formação e prova;

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 10/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13:30hs às 17:30hs), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua: Germano Selke nº 89, junto ao CREAS..

3.1.2 São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município de Barra Velha/SC, por no mínimo, 02 (dois) anos, a contar da data de lançamento desse Edital, comprovados mediante apresentação de comprovante luz, água, telefone ou declaração reconhecida em cartório, com duas testemunhas;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio e/ou histórico escolar ou curso superior.

V - comprovar experiência de no mínimo 1 (um) ano na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

a) Declaração fornecida por Entidade que presta atendimento Direto a Criança e Adolescente;

b) Declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) Registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente.

VI - estar no gozo dos direitos políticos, apresentando certidão de quitação eleitoral emitida pela justiça eleitoral;

VII - possuir conhecimento e noções básicas de informática.

VIII - Participar com 100% (cem por cento) de frequência no curso de capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

e Legislações afins, a ser ministrado para os candidatos (as), com carga horária de 20h (vinte horas);

a) Curso capacitação pós eleição.

IX - Ser aprovado (a) em prova de conhecimentos específicos sobre as Legislações atinentes aos direitos da criança e do adolescente;

a) A prova será composta de 15 (quinze) questões objetivas de múltipla escolha, tendo cada questão apenas uma alternativa correta;

b) A prova sobre conhecimento do Estatuto da Criança e Adolescente, será realizada no dia 05/07/2015, das 8h às 11h (oito às onze horas);

c) O (A) candidato (a), deverá chegar até 7h50min (sete horas e cinquenta minutos) no local da prova, a ser divulgado no ato da inscrição.

X - Para a realização das provas o (a) candidato (a) deverá apresentar documento de identificação com foto, e estar munido de caneta esferográfica azul ou preta.

a) Não serão oferecidos nem permitidos qualquer consulta a material ou conteúdo referente à prova, durante a realização da mesma;

b) Não será permitida a comunicação entre os candidatos durante a realização da prova.

XI - Possuir Carteira Nacional de Habilitação Categoria B ou superior, comprovada mediante apresentação do documento original com cópia autenticada.

§ 1º - A prova abrangerá a Legislação atinente aos direitos da criança e ao adolescente, que será baseada na Constituição da República Federativa do Brasil - CF, Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

§ 3º - O não comparecimento à prova de conhecimentos exclui o candidato do processo de escolha para Conselheiro Tutelar do Município de Barra Velha.

§ 4º - Considerar-se-á aprovado na prova de conhecimentos específicos, o candidato que obtiver no mínimo 60% (sessenta por cento) de acerto nas questões da prova, sendo o mesmo percentual exigido para o (a) candidato (a).

3.1.2.1 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 08/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca, para ciência pública e no site da Prefeitura Municipal.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 09/06/2015 a 10/06/2015, no horário de atendimento ao público (das 13:30 às 17:30h) na sede administrativa do CMDCA.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 11/06/2015 a 15/06/2015, devendo sua manifestação ser entregue, no horário de atendimento ao público (das 13:30h às 17:30h), na sede administrativa do CMDCA.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período 16/06/2015 a 17/06/2015, para apresentar resposta quanto às impugnações.

3.2.3 Relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 19/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Câmara de Vereadores, Fórum desta Comarca e no site da Prefeitura Municipal.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrições de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos até no máximo 10x14 centímetros, constando apenas o número, o nome do candidato e informações sobre conhecimento e experiências profissionais referentes à infância e adolescência.

3.3.1.3 Não será permitida a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, pulseiras, pingentes, , botons, cartazes e santinhos com fotos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante, serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 8h às 17h, nos seguintes locais:

* Sede do Conselho Tutelar Rua: João Espíndola nº 205

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos,

carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto e com título da comarca de Barra Velha.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em 1 (um) único candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e/ou número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Tutelar, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral, não havendo a presença do representante do Ministério Público, chamar-se duas testemunhas.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações, o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que obtiver maior nota na prova de conhecimentos específicos sobre o ECA e legislações a afins.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca e site da Prefeitura, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2.178/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência, apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir

em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Barra Velha para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

José Idemar Trevisani
Presidente CMDCA
Barra Velha, 09 de Abril de 2015.

Anexo I
Cronograma

PROVIDÊNCIA	PRAZO
Publicação do Edital	09/04/2015
Inscrições	10/04/2015 a 03/06/2015
Análise das Inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da relação dos candidatos	08/06/2015
Impugnação da candidatura	09/06/2015 a 10/06/2015
Apresentação de defesa pelo candidato impugnado	11/06/2015 a 15/06/2015
Análise, decisão sobre as impugnações e divulgação das candidaturas aprovadas	16/06/2015 a 17/06/2015
Curso de capacitação	Após a eleição
Aplicação da Prova	05/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	10/07/2015
Divulgação dos locais de votação	No ato da inscrição
Início do período eleitoral	08/06/2015
Fim do período eleitoral	03/10/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado eleitoral	05/10/2015
Posse dos Eleitos	10/01/2016

PP 028/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 035/2015 - Pregão Presencial nº 028/2015

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para aquisição de móveis, eletrodomésticos e utensílios para os CEIS E COMPLEXO ESCOLAR da rede municipal de ensino com recursos do PAR - Plano de Ações Articuladas, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 30/04/2015 às 14:00 horas. Data da Sessão Pública: 30/04/2015 às 14:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barra-velha.sc.gov.br.

Barra Velha, 10 de abril de 2015.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 037/2015

DECRETO Nº 037/2015 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 393,95 (trezentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos) por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.81.000116. A dotação abaixo relacionada:

13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	393,95
3.3.90.00/0.1.81.000116	Outras Despesas Correntes	393,95

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 038/2015

DECRETO Nº 038/2015 DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

02. GABINETE DO PREFEITO

0204.04.131.0001.2006	Manutenção da Gerência de Comunicação	5.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	5.000,00

06. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

0601.04.121.0002.2007	Manutenção da Secretaria de Planejamento Gestão	5.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	5.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2055	Serviços de Convivência e Fortalecimento ao Vínculo	10.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 044/2015

DECRETO Nº 044/2015 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 98.000,00 (Noventa e oito mil reais) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado em fonte de recurso:

19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio	98.000,00
3.3.20.00/0.3.81.000118	Juros e Encargos da Dívida	98.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 31 de março de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 049/2015

DECRETO Nº 049/2015 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

REGULAMENTA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR AVALIAÇÃO REALIZADA PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a grande necessidade de avaliações imobiliárias em procedimentos administrativos da municipalidade;

Considerando a obrigatoriedade legal de avaliação imobiliária em alguns casos;

Considerando a previsão do art. 99, inciso III, alínea "k", da Lei Complementar n.º 47/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída, na Prefeitura do Município de Biguaçu, a Comissão de Avaliação Imobiliária, vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, com o objetivo de efetuar a avaliação de mercado dos imóveis a serem locados pelo Município.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos 03 (três) servidores efetivos abaixo, indicados pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão:

- Adenilson Luiz Coelho - Técnico em Edificações;
- Adrieli Roberta Schons - Gerente de Cadastro Técnico ; e
- Osni Gilberto Ferreira - Técnico em Edificações.

Art. 3º - Os membros da Comissão de Avaliação Imobiliária desempenharão suas atribuições em horário diverso do cumprido nos seus respectivos cargos.

Art. 4º - Aos membros da Comissão de Avaliação Imobiliária será paga uma gratificação por ato, ou seja, por avaliação realizada, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 06 de abril de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 050/2015

DECRETO Nº 050/2015 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 267.379,00 (Duzentos e sessenta e sete mil trezentos e setenta e nove reais) a dotação abaixo

indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado em fonte de recurso:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.365.0003.1007	Ampliação da Rede Física do Ensino Infantil	52.749,18
4.4.90.00/0.3.06.000000	Investimentos	52.749,18

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	39.949,55
4.4.90.00/0.3.06.000000	Investimentos	39.949,55

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	76.032,00
3.3.90.00/0.3.38.000175	Investimentos	45.619,20
4.4.90.00/0.3.38.000175	Investimentos	30.412,80

15. SECRETARIA DE AGRICULTURA, DESENV. RURAL E AQUICULTURA

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1501.20.606.0007.2070	Manutenção do Fundo Municipal de Agricultura	98.648,27
3.3.90.00/0.3.34.000000	Investimentos	38.648,27
4.4.90.00/0.3.34.000000	Investimentos	60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 08 de abril de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 052/2015

DECRETO Nº 052/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.514/2014 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que os recursos da fonte 0.1.02.000000 alocados nas ações de governo de nº 2033 está acima das necessidades para o exercício de 2015;

Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de nº 2046 para atender despesas operacionais da saúde até o final do exercício;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro do próprio Fundo Municipal de Saúde, sem prejuízo das ações

programadas para a área da saúde em 2015 e do cumprimento do gasto mínimo de 15% das receitas produto de impostos,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3.514/2014:

2101. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	91.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Correntes	91.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	91.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	91.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
1801.10.305.0004.2046	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	91.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	91.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	91.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos para ASPS	91.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de abril de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SESSÃO DO DIA 23/04/2014 COM INÍCIO ÀS 16:00 HORAS, LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7984/2012

RECORRENTE: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7985/2012

RECORRENTE: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7986/2012

RECORRENTE: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 7987/2012

RECORRENTE: LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CONSELHEIRO RELATOR: ISOLETE SCHLEMPER WALTER

TP 106/2015 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 106/2015 PMB

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO TELHADO DO GRUPO ESCOLAR MUNICIPAL CÉLIA LISBOA DOS SANTOS, LOCALIZADA NO MORRO DA BOA VISTA, NESTA MUNICIPALIDADE.

DATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Até às 13:45 horas do dia 29/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas do dia 29/04/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: site da PMB: www.bigua.sc.gov.br, ou no Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu 10 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA - LICITAÇÃO - CARTA CONVITE N. 05/2015

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU/SC

ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 05/2015

CARTA CONVITE Nº 05/2015

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu torna pública a Errata referente ao Aviso de Licitação nº 05/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina do dia 02/04/2015.

Onde se lê:

... VALOR DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R\$ 47.675,93 (quatrocentos e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos)

Leia-se:

... VALOR DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: R\$ 47.675,93 (quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos)

Biguaçu/SC, 10 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Extrato de Dispensa de Licitação n. 017/2015

Objeto: contratação de serviços de mão de obra de chaveiro e aquisição de chaves, fechaduras e carimbos para atender a Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu

Contratado: Sabrina Teodoro Sodre ME

CNPJ: 15.054.627/0001-00

Valor total: R\$: R\$ 5.455,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

Fundamento legal: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Vigência: 10/04/2015 a 31/12/2015.

Biguaçu/SC, 10 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

Blumenau**PREFEITURA****LEI COMPLEMENTAR Nº 969/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 969, DE 24 DE MARÇO DE 2015.
ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 857, DE 11 DE MAIO DE 2012.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ao artigo 2º, da Lei Complementar nº 857, de 11 de maio de 2012, que "Define os critérios para a implementação de planos setoriais para regularização ou ampliação de edificações de uso coletivo de interesse público", ficam acrescentados os §§1º e 2º, com as seguintes redações:

"Art. 2º [...]

[...]

II - [...]

§1º Poderá haver modificações e ampliações de projetos setoriais de uso de interesse coletivo de construções erguidas antes de 31 de dezembro de 2009, para efeitos de relocações que visam melhorias estruturais ou ampliações de construção a serem realizadas em outro terreno, permitidas quando situadas dentro da mesma área de influência ou de zoneamento até um raio de 500 m (quinhentos metros).

§2º As construções resultantes de relocações não se sujeitam às restrições de área previstas no Anexo II, da Lei Complementar nº 751/2010 e alterações posteriores."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.626/2015

PORTARIA Nº 18.626, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A JUNTA DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS - JURAD, DO PROCON, NO QUADRIÊNIO 2015/2019.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 11, da Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, e conforme solicitação contida no Memorando nº 14/2015, de 06/07/2015, subscrito pelo Coordenador do Procon, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 721, de 21 de agosto de 2009, os membros abaixo relacionados, para comporem a Junta de Recursos Administrativos - JURAD, do Procon, no quadriênio 2015/2019:

ALEXANDRE PEREIRA CAMINHA e ANDRÉA DE SOUZA, representantes titular e suplente, respectivamente, do PROCON;

GABRIEL STRAZAS HENKIN e FELIPE BARBIERI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Câmara de Dirigentes Lojistas de Blumenau - CDL;

MARCIO SÉRGIO SALVADOR RODRIGUES e EMILIO ROSSMARK SCHRAMM, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato do Comércio Varejista de Blumenau - SINDILOJAS;

ADÉLCIO SALVALÁGIO e LEOMIR ANTONIO MINOZZO, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB;

GUILHERME SIMÕES DE BARROS e JORGE EDMUNDO BRUECKHEIMER, representantes titular e suplente, respectivamente, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

JÚLIO AUGUSTO SOUZA FILHO e RODRIGO JOSÉ SILVEIRA, representantes titular e suplente, respectivamente, do Poder Executivo;

JOSÉ DOMINGOS GAVIOLI e JOEL TROMBELLI, representantes titular e suplente, respectivamente, da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Blumenau - AMPE;

GELÁSIO FRANCENER e NELSON JOSÉ MOHR, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis de Blumenau - SESCON;
ITELVINO SCHINAIDER e MAGNUS WOLFRAN, representantes titular e suplente, respectivamente, do Sindicato dos Contabilistas de Blumenau - SINDICONT;

IVONE GNEWUCH e ARLON TONOLLI, representantes titular e suplente, respectivamente, da União Blumenauense das Associações de Moradores - UNIBLAM.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.627/2015

PORTARIA Nº 18.627, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - CMMA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, alínea "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o §1º, do art. 3º da Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010, e Ofício FAEMA/JDCO nº 007/2015, de 27 de março de 2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, para comporem o Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 785, de 15 de dezembro de 2010 e no Decreto nº 9.376, de 19 de abril de 2011:

ROSELI REICHERT PASSOLD, representante suplente da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, em substituição a ROSELI DE ANDRADE, nomeada pela Portaria nº 17.336, de 17/10/2013;

JADISON ALEXSANDER, representante suplente da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN em substituição a DELAMAR KRAUSE, nomeado pela Portaria nº 18.065, de 04/09/2014;

JOHN CARLOS ZOSCHKE e RAFAEL ALEXANDRE MAFRA, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Regional de Contabilidade - CRC;

PAULO RENATO KRAMATSCHECK, representante titular da Associação de Moradores das ruas Ricardo Georg, Carlos Krueger e Transversais - Região Administrativa 1, 2, 3, 4;

MARIA MERCIDESCOTTA FELSKI, representante titular da Associação de Moradores das ruas João Pessoa e Transversais - Região Administrativa 5, 6, 7, 8.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.628/2015

PORTARIA Nº 18.628, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 82/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 07 de abril de 2015:

ILDEMARA TAMASIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DOUGLAS KELLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SOLANGE SCHWARTZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SUELY LAMIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SILVANA HEINZEN REINICKE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SCHIRLENE SIKORSKY TEXEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LILIAN APARECIDA ANTUNES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GISELE MELO ONOFRE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

IVONETE MELO ONOFRE BARTEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CAMILA SABRINA DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FRANCINE PALOMA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DELMIRA FONTOURA LENCINA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.629/2015

PORTARIA Nº 18.629, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando

nº 82/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 07 de abril de 2015:

RAFAEL MARTINS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIANE NEVES DE ARAUJO ZACARIAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FERNANDA DIONIZIO CONCEIÇÃO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANA MACKES WEBER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADRIANA PERES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA DE LOURDES SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSILENE DE SIMAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLECIANA ALVES DA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TATIANE DE OLIVEIRA MARCINIAC, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional

- GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ILDA FERREIRA THOMAZI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANE HILLESHEIM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCINEIDE HILLESHEIM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.630/2015

PORTARIA Nº 18.630, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 82/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 003/2014, a contar de 07 de abril de 2015:

VIVIANE CRISTINA BARTH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIZA DOS SANTOS SCHULTZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLEUSA MARIS DE PAULA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NILCE TEREZINHA DE PAULA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MELANIE ADOLFINE BANDLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GILVANE DO BELEM RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADRIANA LUIZA DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIS REGINA BRESSANINI RODRIGUES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.631/2015

PORTARIA Nº 18.631, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 82/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2011, a contar de 09 de abril de 2015:

ANA PAULA RIBEIRO KRUGER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DANIEL SCHATTSCHNEIDER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MATHEUS NUNES GULARTE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA ZENEDE SANTOS SALAZAR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional

Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JONNY POFFO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Defesa Civil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RAFAEL BINI FIGUEIREDO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELY CARLO LEUTHAUSER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BRUNA CARLS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOSÉ ANTÔNIO HENRIQUES LAMÔNICA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JAQUELINE SUSAN MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cadastrador Imobiliário, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VANDERLEI DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Segurança do Trabalho, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.632/2015

PORTARIA Nº 18.632, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 82/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 09 de abril de 2015:

KELLY SUSANNE KRAUSE DE MELLO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALINE LURDES LANSER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VITOR DE SOUSA LOPES HEIDEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GERSON EDUARDO HEDLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CRISTINA RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALDANEI AUGUSTINHA REINERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TAVANE FRANZMANN SCHARF, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CARLOS WILLIAM MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DANIELA ESTER VILMA SALES FLORINDO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LISANDRA SCHWAEMMLE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GABRIEL YURI PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VITOR HUGO FELIPE KNOBLAUCH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.633/2015

PORTARIA Nº 18.633, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 82/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 09 de abril de 2015:

LUIZA DADAN PERINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DALTON MUNEMASA EDA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GABRIELA PORTELA DE SOUSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral ESF, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

THAIANA SANTORO CAMPOS ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Dermatologista, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A;

MARI ELISIA DE ANDRADE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Pediatra, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A;

CLARISSA DOS SANTOS BARBOZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A;

ANGELA DUEBBERS CUNHA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Psiquiatra Infantil, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A;

GISELE MIRANDA FISCHER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista

- GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FABIANA PATRICIA LOEWEN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GEAN CARLOS RAMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.634/2015

PORTARIA Nº 18.634, EM 07 DE ABRIL DE 2015.
DESIGNA O PROFESSOR GIULIANO MARCOS TILLMANN PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR DA "EBM HENRIQUE ALFARTH" E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, IV, da Lei nº 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando nº 148/2015 - Gabinete SEMED, de 01/04/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de abril de 2015, o Professor GIULIANO MARCOS TILLMANN, integrante do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para o exercício da função de Diretor Escolar da "EBM Henrique Alfarth", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, em substituição a Professora ELIANA INÁCIO AUGSBURGER, designada pela Portaria nº 16.460, de 14/12/2012, por motivo de sua aposentadoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.635/2015

PORTARIA Nº 18.635, DE 07 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA MEMBRO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - COMEN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 18, da Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012 e Memorando GAC nº 18/2015, de 26/03/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 856, de 26 de abril de 2012, o cidadão abaixo relacionado, para compor, juntamente com os demais, o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMEN:

RICARDO JOSÉ MELO MACHADO JUNIOR, representantes titular da Polícia Militar, em substituição a PAULO ROLAND ERN, nomeado pela Portaria nº 17.615, de 12 de março de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.636/2015

PORTARIA Nº 18.636, DE 07 DE ABRIL DE 2015.
NOMEIA IVO ALBERTO DICKMANN JUNIOR PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE ATENDIMENTO AO EMPREENDEDOR, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, e de conformidade com o Memorando Gapref nº 044/2015, de 07/04/2015, e de acordo com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR

IVO ALBERTO DICKMANN JUNIOR, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Atendimento ao Empreendedor, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.637/2015

PORTARIA Nº 18.637, DE 07 DE ABRIL DE 2015.
DESIGNA MARLI RUPP PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal MARLI RUPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador do Serviço de Manutenção e Prevenção, FGC-80%, no dia 01 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.638/2015

PORTARIA N.º 18.638, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL S.B.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar

n.º 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo solicitação efetuada pelo Diretor de Pessoal, Sr. Clóvis Back e pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Ronaldo Rogério Wan-Dall, através do Memorando n.º 248/2015, de 26/03/2015, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 15.146, 31/10/2011, n. 15.578, de 02/04/2012 e n. 18.495, de 02/03/2015, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal S.B, matrícula n.º 22853-4, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os documentos anexados ao Memorando n.º 248/2015, de 26/03/2015, da Diretoria de Pessoal, por infringir, em tese, os artigos 176, VI (observar as normas legais e regulamentares); 177, XXII (praticar improbidade administrativa nos termos da lei federal); XXIII (falsificar ou usar documentos que saiba ser falsificados) e XXX(falsificar ou inutilizar no todo ou em parte ou subtrair da repartição documento público ou particular) da Lei Complementar n.º 660/07 e o art. 11 e inciso I da Lei Federal n.º 8.429/92.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.639/2015

PORTARIA N.º 18.639, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL S.N.Z.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e 209 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e conforme solicitação efetuada pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Ronaldo Rogério Wan-Dall e pelo Diretor de Pessoal, Sr. Clóvis Back, por meio do Memorando n.º 250/15, de 26/03/2015, resolve:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo disciplinar, a ser conduzido pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 17.341, de 21/10/2013, para apurar a responsabilidade da servidora pública municipal S.N.Z., matrícula n.º 17830-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, quanto aos fatos descritos no Memorando SESOSP n.º 020/2015, de 06/03/2015, subscrito pela Gerente de Assistência ao Servidor, Sra. Miriam Soares Veiga, por infringir, em tese, os arts. 176, III (manter, nas relações de trabalho ou não, comportamento condizente com a sua qualidade de servidor público e de cidadão), V (tratar com urbanidade os demais servidores e o público em geral) e 177, XXXI

(praticar incontinência pública ou conduta escandalosa), da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de abril de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMAS Nº 011/2015 - SEMUDES

RESOLUÇÃO CMAS Nº 011/2015

INSTITUI A COMISSÃO ELEITORAL DOS CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE BLUMENAU, BIÊNIO 2015/2017, E NOMEIA SEUS COMPONENTES.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014; pelo Decreto Municipal nº 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, que em seu art. 7º, inciso II, dispõe sobre a representação das Entidades Não Governamentais;
- o término do mandato dos Conselheiros Não Governamentais do CMAS - 2012/2014, em 10 de junho de 2015;
- a deliberação da Plenária Ordinária de 01 de abril de 2015, que aprovou a criação da Comissão Eleitoral dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Blumenau, para o Biênio 2015/2017, bem como a indicação de seus membros.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Eleitoral para Coordenar o Processo de Eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para o Biênio 2015/2017.

Art. 2º Cabe à Comissão Eleitoral:

I - verificar a documentação das organizações de usuários dos serviços de assistência social, de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, e de entidades e ou organizações de assistência social, postulantes à habilitação .

II - habilitar as organizações de usuários dos serviços de assistência social, de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, e de entidades e ou organizações de assistência social, postulantes à habilitação para designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora.

III - divulgar a relação das organizações de usuários dos serviços de assistência social, de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, e de entidades e ou organizações de assistência social, habilitadas e não habilitadas ao processo de eleição, a designarem candidato(a), juntamente com a respectiva pessoa física designada, bem como as postulantes a eleitora.

IV - analisar e julgar os pedidos de recursos;

V- divulgar as decisões sobre os recursos apresentados pelas organizações de usuários dos serviços de assistência social, de entidades ou organizações que representem os trabalhadores do SUAS, e de entidades e ou organizações de assistência social,

VI - coordenar o processo de eleição;

V - resolver os casos omissos.

Art. 3º A Comissão Eleitoral, estabelecida no art. 1º desta Resolução, será composta pelas seguintes Conselheiros (as) da sociedade civil:

I - Eleonice Kopsch Brehmer, representante da Cruz azul no Brasil

II - Lilian Kuzma Braz, representante da Associação Blumenauense na Luta contra o Câncer- ABLUCAN

III - Ivo Schreiber, representante do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE

Art. 4º a eleição da sociedade civil ocorrerá em fórum próprio, conforme as categorias mencionadas no art. 3º, inciso II da Lei Complementar nº 945, de 11 de novembro de 2014, para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, mediante resolução do CMAS.

Art. 5º Ao término do Processo de eleição dos Conselheiros da sociedade civil do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Biênio 2015/2017, a presente Comissão ficará automaticamente destituída.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 01 de abril de 2015.

Lílian Kuzma Braz

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015 - URB

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL

A COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU, através do Diretor Presidente, torna público para conhecimento dos interessados que realizará o seguinte procedimento licitatório:

Pregão Presencial nº 005/2015.

Objeto Aquisição de insumos para maquina de café visando atender as necessidades da Companhia de Urbanização de Blumenau, pelo período de 12 (doze) meses.

Sessão de abertura: 27/04/2015 - 09h00min.

O Edital, com seu elemento constitutivo, poderá ser obtido no endereço eletrônico urb.licitacoes@terra.com.br ou adquirido e retirado na Companhia de Urbanização de Blumenau, à Rua Norberto Seara Heusi, 892, Bairro Asilo - Blumenau/SC, mediante comprovação de depósito de R\$ 20,00 (vinte reais) na Caixa Econômica Federal, Agência 0411, Operação 003, Conta-Corrente: 4646-8, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

COMPANHIA DE URBANIZAÇÃO DE BLUMENAU

Emerson Vieira

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 03/2015

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 03/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço por item.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, conforme anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 27/04/2015

HORÁRIO: 10:00 horas.

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52 - Equipamentos e materiais permanentes.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 13 de abril de 2015.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO FINAL CONCURSO PUBLICO 001/2015 - DECRETO 4696/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

Nos termos do Edital nº 001/2015, O Instituto de Consultoria em Administração Pública e a Comissão de Acompanhamento do concurso público da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, TORNAM PÚBLICA A HOMOLOGAÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme abaixo:

AGENTE DE BIBLIOTECA ESCOLAR												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108421	ELENI PEREIRA SCHMITT	1,20	--	1,20	4,55	6,95	--	--	6,95	1º	CLASSIFICADO(A)	02/01/1973
108445	ELISANGELA TREVISAN	0,90	--	0,90	4,90	6,70	--	--	6,70	2º	CLASSIFICADO(A)	15/12/1986
108458	DAIANE VIVAN	0,90	--	0,90	4,55	6,35	--	--	6,35	3º	CLASSIFICADO(A)	17/12/1991
COORDENADOR DO ENSINO FUNDAMENTAL												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	ESTUDOS SOCIAIS	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108284	FABIANE REGINA BRAMBILLA NASCIMENTO	1,50	--	0,60	4,55	6,65	--	--	6,65	1º	CLASSIFICADO(A)	22/03/1981
108501	SIRLANE MARIA SCHWARTZ	1,20	--	0,30	4,90	6,40	--	--	6,40	2º	CLASSIFICADO(A)	25/05/1971
108432	JAQUELINE SELIG GERHARDT	0,30	--	0,90	4,55	5,75	--	--	5,75	3º	CLASSIFICADO(A)	08/04/1983
108470	ELISANE JULCI VARGAS	0,60	--	0,60	4,20	5,40	--	--	5,40	4º	CLASSIFICADO(A)	06/05/1980
108493	JULIANE FAGUNDES	0,90	--	0,30	4,20	5,40	--	--	5,40	5º	CLASSIFICADO(A)	14/08/1979
108461	ELISANDRA CESCHINI SEHOR	1,20	--	0,30	3,50	5,00	--	--	5,00	6º	CLASSIFICADO(A)	28/07/1981
ENFERMEIRO												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	ESTUDOS SOCIAIS	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108485	ROSEMERI BOTH BASSO	1,80	--	0,90	5,60	8,30	--	--	8,30	1º	CLASSIFICADO(A)	18/06/1978
108448	SUELLEN FINCATTO	1,80	--	0,90	5,60	8,30	--	--	8,30	2º	CLASSIFICADO(A)	02/02/1991
108495	REJANE DIESEL	1,80	--	0,90	5,25	7,95	--	--	7,95	3º	CLASSIFICADO(A)	10/08/1989
108373	CAMILA SOLIGO BERNARDI	1,80	--	0,90	4,90	7,60	--	--	7,60	4º	CLASSIFICADO(A)	22/04/1989
108357	MARISA SCHOULTEN FRANZEN	1,80	--	0,90	4,55	7,25	--	--	7,25	5º	CLASSIFICADO(A)	10/01/1974
108459	JOZIANE PELINZON	1,20	--	0,60	5,25	7,05	--	--	7,05	6º	CLASSIFICADO(A)	23/05/1985
108476	MIRIAM BAESSO	1,20	--	0,90	4,90	7,00	--	--	7,00	7º	CLASSIFICADO(A)	13/10/1982
108479	SIDIANE DE LARA PAZ	1,20	--	0,90	4,90	7,00	--	--	7,00	8º	CLASSIFICADO(A)	09/06/1987
108439	DEISI DEOTTI TASCA	1,50	--	0,60	4,90	7,00	--	--	7,00	9º	CLASSIFICADO(A)	11/11/1983
108404	BRUNA ANZOLIN	1,80	--	0,60	4,55	6,95	--	--	6,95	10º	CLASSIFICADO(A)	12/05/1990

108449	DIANE DIESEL	1,80	--	0,90	4,20	6,90	--	--	6,90	11°	CLASSIFICA- DO(A)	17/09/1984
108418	JULIANA FEIX	1,50	--	0,60	4,55	6,65	--	--	6,65	12°	CLASSIFICA- DO(A)	28/12/1989
108497	DAYANE ANDRÉIA DIEHL	1,80	--	0,60	4,20	6,60	--	--	6,60	13°	CLASSIFICA- DO(A)	27/04/1993
108457	MARIANE VARGAS BAPTISTA	1,80	--	0,90	3,85	6,55	--	--	6,55	14°	CLASSIFICA- DO(A)	10/05/1987
108361	DAIANA APARECIDA WALKER NASCIMENTO RINTZEL	1,20	--	0,60	4,55	6,35	--	--	6,35	15°	CLASSIFICA- DO(A)	02/01/1989
108472	RAQUEL PELISSARI	1,50	--	0,60	4,20	6,30	--	--	6,30	16°	CLASSIFICA- DO(A)	01/09/1987
108348	ANDRESSA LAIARA FERRONATTO	1,50	--	0,60	4,20	6,30	--	--	6,30	17°	CLASSIFICA- DO(A)	26/08/1990
108464	JOCIELE RAQUEL REICHERT	1,50	--	0,90	3,85	6,25	--	--	6,25	18°	CLASSIFICA- DO(A)	04/07/1990
108419	DENIZE CORREA DE MELLO	1,20	--	0,60	4,20	6,00	--	--	6,00	19°	CLASSIFICA- DO(A)	24/12/1978
108491	ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA	1,20	--	0,60	4,20	6,00	--	--	6,00	20°	CLASSIFICA- DO(A)	15/03/1986
108433	ANDREIA CRISTINA NICOLAY DOS SANTOS	1,20	--	0,90	3,85	5,95	--	--	5,95	21°	CLASSIFICA- DO(A)	08/12/1983
108471	ILANE ANA CITADELLA	1,50	--	0,60	3,85	5,95	--	--	5,95	22°	CLASSIFICA- DO(A)	29/01/1974
108503	ALINE LEMES DE SOUZA	1,50	--	--	4,20	5,70	--	--	5,70	23°	CLASSIFICA- DO(A)	31/08/1988
108486	JESSICA VANESSA CORRADI DALAZEN	0,90	--	0,90	3,85	5,65	--	--	5,65	24°	CLASSIFICA- DO(A)	13/06/1992
108441	AUREA MIRANDA DO NASCIMEN- TO	1,50	--	0,60	3,50	5,60	--	--	5,60	25°	CLASSIFICA- DO(A)	24/06/1982
108363	CRISTIANO RÉGIS ALBA	0,60	--	0,90	3,85	5,35	--	--	5,35	26°	CLASSIFICA- DO(A)	22/05/1987
108447	JULIANA ROCHA CARVALHO	0,90	--	0,60	3,85	5,35	--	--	5,35	27°	CLASSIFICA- DO(A)	17/11/1982
108430	ELISANGELA BEATRIZ LINKE	1,20	--	0,30	3,85	5,35	--	--	5,35	28°	CLASSIFICA- DO(A)	09/11/1983

ENGENHEIRO CIVIL

INSCRI- ÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA- TEM.	ESTUDOS SOCIAIS	C. ESP.	T. P. O.	TÍTU- LOS	PRÁTI- CA	TOTAL FINAL	CLASSI- FICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108409	FERNANDO JOSÉ DA SILVA	1,20	--	0,90	5,60	7,70	--	--	7,70	1°	CLASSIFICA- DO(A)	31/07/1993
108460	VALDEMAR MARTINS	1,20	--	0,90	4,20	6,30	--	--	6,30	2°	CLASSIFICA- DO(A)	28/11/1988
108475	RAFAEL CARLOS MALDANER	1,50	--	0,90	3,85	6,25	--	--	6,25	3°	CLASSIFICA- DO(A)	17/05/1984
108496	GERSON CÉSAR ALBRECHT	1,50	--	0,90	3,50	5,90	--	--	5,90	4°	CLASSIFICA- DO(A)	17/10/1991
108494	GISABEL LÚCIA HERMES	1,80	--	0,60	3,50	5,90	--	--	5,90	5°	CLASSIFICA- DO(A)	31/07/1989

BOM JESUS DO OESTE , SC, 10 de abril de 2015.

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO 002/2015 - DECRETO 4697/2015ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2015

Nos termos do Edital nº 002/2015, O Instituto de Consultoria em Administração Pública e a Comissão de Acompanhamento do processo seletivo da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, TORNAM PÚBLICA A HOMOLOGAÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme abaixo:

AUXILIAR DE ENSINO												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108298	ADRIANE WEBER DOS SANTOS	2,40	--	0,40	4,80	7,60	--	--	7,60	1º	CLASSIFICADO(A)	06/02/1979
108462	ELISANGELA TREVISAN	1,60	0,40	0,40	4,80	7,20	--	--	7,20	2º	CLASSIFICADO(A)	15/12/1986
108406	ANGELICA GARMATZ	1,20	--	0,40	4,80	6,40	--	--	6,40	3º	CLASSIFICADO(A)	03/02/1991
PROFESSOR DE ARTES												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108398	TIAGO ALBERTO DA CRUZ	0,80	0,40	0,40	3,60	5,20	--	--	5,20	1º	CLASSIFICADO(A)	22/08/1994
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108489	MIRTES PESCADOR SGANZERLA	1,20	0,80	0,40	4,80	7,20	0,50	--	7,70	1º	CLASSIFICADO(A)	14/07/1965
108369	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI	0,80	0,40	0,80	4,80	6,80	--	--	6,80	2º	CLASSIFICADO(A)	02/05/1993
108469	ELISANE JULCI VARGAS	--	0,40	0,40	4,80	5,60	0,50	--	6,10	3º	CLASSIFICADO(A)	06/05/1980
PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS												
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PORT.	MA-TEM.	EST. SOC.	C. ESP.	T. P. O.	TÍTULOS	PRÁTICA	TOTAL FINAL	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DAT. NASC.
108431	JAQUELINE SELIG GERHARDT	0,40	--	0,40	4,20	5,00	--	--	5,00	1º	CLASSIFICADO(A)	08/04/1983

BOM JESUS DO OESTE , SC, 10 de abril de 2015.

CONTRATO Nº. 75/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 075/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 574/2015

Objeto: Execução de passeio público em paver em ruas e avenidas do perímetro urbano totalizando 1.570,80 m2.

Valor: R\$ 162.380,00 (Cento e sessenta e dois mil trezentos e oitenta reais).

Vigência: 09 de Abril de 2015 a 05 de Outubro de 2015.

Assinatura: 09 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4696/2015 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4696/2015 de 10.04.2015.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação final do Concurso Público nº 001/2015, para provimento de cargos efetivos do Município de Bom Jesus do Oeste/SC.

Art. 2º - A relação com os nomes, pontuação e ordem de classificação dos candidatos e respectivos cargos constam no Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de abril 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4697/2015 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4697/2015 de 10.04.2015.

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação final do Processo Seletivo nº 002/2015, para provimento de cargos temporários do Município de Bom Jesus do Oeste/SC.

Art. 2º - A relação com os nomes, pontuação e ordem de classificação dos candidatos e respectivos cargos constam no Anexo I, integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 10 de abril 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4695/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4695/15 de 09 de Abril de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0574/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2015, sob o Processo de Licitação nº 0574/2015, que tem por objeto Execução de pavimentação de passeio publico em paver em ruas e avenidas do perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste/SC totalizando 1570,80 M².

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	Marteplan Teraplanagens & Serviços Ltda ME	Execução de pavimentação de passeio publico em paver nas ruas Irmãos Ambrósio, trecho I e II, Av. Planalto e Rua Eduardo Sehnem, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos da obra anexo ao presente processo licitatório	1,00	162.380,00

Cento e sessenta e dois mil trezentos e oitenta reais	162.380,00
---	------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 09/04/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4698/2015

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

DECRETO Nº 4698/2015 de 10 de Abril de 2015

Cancela o processo Licitatório nº 688/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica cancelado o Processo de Licitação nº 0688/2015, que tem por objeto Execução de Pavimentação de Passeio Público em ruas e avenidas do perímetro urbano de Bom Jesus do Oeste-SC totalizando 1.030,90 m².

Art. 2º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 10/04/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 829/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 829/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2015

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 27 de Abril de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a recuperação e reforma de Viatura da Polícia Militar Pálio Weekend Trekking 1.8 2013/2014.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br ou no site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 13 de Abril de 2015.

Airton Antonio Reinehr
Prefeito Municipal

Bom Retiro**PREFEITURA****27.15 - APROVA AMEMBRAMENTO DE LOTES**

DECRETO Nº 27/15 de 08.04.15

Autoriza o Amembramento de área urbana para instalação de lote urbano

O Prefeito de Bom Retiro no uso de suas atribuições legais que lhe faculta o art. 95, VIII, da Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º. Conforme requerimento nº 135/2015, que está Prefeitura aprovou através de Decreto o Amembramento do imóvel de propriedade de ADUCI TOLENTINO ROSAR, CPF nº 020.817.099-53, Inscrição Imobiliária nº 01.01.130.0087.001, Quadra N, formado pelo Lote nº 01, medindo a área de 169,75m², matriculado no Registro de Imóveis sob nº 9.977 e pelo Lote nº 02, medindo a área de 235,25m², consta na transcrição no Registro de Imóveis sob nº 15.499, ficando a área total unificada do imóvel com 405,00m².

O imóvel fica situado na Rua Frontino Vieira de Souza, esquina com Rua João Teófilo Deucher, Loteamento Bela Vista, Bom Retiro, Santa Catarina. As medidas e confrontações estão no memorial descritivo e mapas em anexo, visado por este órgão. O levantamento topográfico foi efetuado pelo Técnico em Agrimensura Ângelo José Ghizoni, CREA/SC 027620-6; A.R.T nº 4381416-7.

Art. 2º. O imóvel possui a Infraestrutura exigida pela legislação vigente como água, energia elétrica e iluminação pública e canalização que recolhe a água pluvial e o esgoto das residências.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Administração e Fazenda

301.04.15 - PORTARIA PME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 301/15 de 01.04.15

Institui e Nomeia Equipe Técnica de apoio para a elaboração do Plano Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em consonância com o disposto em Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e demais normatizações correlatas,

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir Equipe Técnica responsável por realizar diagnóstico relativo aos dados educacionais do Município de Bom Retiro-SC, bem como pela elaboração de Documento-Base do Plano Municipal de Educação, na qualidade de proposta preliminar consonante com os Planos Estadual e Nacional/Decênio 2015-2025.

Parágrafo único. À Equipe Técnica caberá apoiar a Comissão

Coordenadora nos trabalhos de adequação do Plano Municipal de Educação, desempenhando suas atribuições mediante funções específicas, tais como:

- I. analisar dados e informações sobre a oferta e a demanda educacional no território do Município;
- II. formular metas, estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;
- III. avaliar os investimentos necessários para cada meta;
- IV. analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;
- V. estabelecer coerência e conexão entre o Plano de Educação e o projeto de desenvolvimento local.

Art. 2º. Nomear, para compor a Equipe Técnica de que trata a presente Portaria, os seguintes membros:

- I. Marilene dos Santos Neckel - Coordenadora;
- II. Andréa Nascimento Kuhnen - Membro;
- III. Andréia Cristina de Oliveira Deucher - Membro;
- IV. Cristiano Bosquetti - Membro;
- V. Dalva Neide Barth Grudtner - Membro;
- VI. Elizabete Werlich Mateus - Membro;
- VII. Eronete Aparecida da Silva de Souza - Membro;
- VIII. Iris Kapitula Bosquetti - Membro;
- IX. João Valdir de Abreu - Membro;
- X. Joelma Menegaz - Membro;
- XI. Juliana Madruga da Silva - Membro;
- XII. Lindair Schuller - Membro;
- XIII. Neide Schiestl Kumm - Membro;
- XIV. Neiva Regina Deinani Moretti - Membro.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

302.04.15 - P. DES. PROF. IARA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 302/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Iara Deucher, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais na Creche Municipal Irmã Paula, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

303.04.15 - P. DES. PROF. JACQUELINE B. BELARMINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 303/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Jacqueline Blomer Belarminda, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

304.04.15 - P. DES. PROF. TATIANI D. BERNIERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 304/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Tatiani Deucher Bernieri, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

305.04.15 - P. DES. PROF. IVONETE AP. XAVIER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 305/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ivonete Aparecida Xavier, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

306.04.15 - P. DES. PROF. DALISE BURATTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 306/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Dalise Buratto Vaz, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

307.04.15 - P. DES. PROF. MARIANA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 307/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Mariana Deucher, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 6º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

308.04.15 - P. DES. PROF. JANETE AP. P. JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 308/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Janete Aparecida Paim de Jesus, para atuar como Professor Ensino Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

309.04.15 - P. DES. PROF. MAGDALENA M. AP. T. DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 309/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Magdalena Magali Aparecida Tavares, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

310.04.15 - P. DES. PROF. MORGANA C. GODINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 310/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Morgana Cabral Godinho, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Cambará, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

311.04.15 - P. DES. PROF. OSNI BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 311/15 de 01.04.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Osni Barbosa, para atuar como Professor Ensino Fundamental 20 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Fundamental, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

312.04.15 - P. DES. PROF. LUCIANA M. HOFFMAMM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 312/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Luciana Moretti Hoffmamm, para atuar como Professor Ensino Infantil 20 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

313.04.15 - P. DES. PROF. CAMILA LIMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 313/15 de 01.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Camila Lima, para atuar como Professor Ensino Infantil 20 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Ensino Infantil - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

314.04.15 - P. DES. PROF. JULIANO CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 314/15 de 01.04.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Juliano da Cruz, para atuar como Professor Educação Física 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Professor ACT - Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

315.04.15 - P. DES. SERV. IZAURA C. H. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 315/15 de 01.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Izaura Cristina Heidercheidt da Silva, para atuar como Servente 40 horas semanais na Escola do Campo Barbaquá, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

316.04.15 - P. DES. SERV. ALINE PRANGE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 316/15 de 01.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Aline Prange, para atuar como Servente 40 horas semanais na Creche Patrícia Deucher, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

317.04.15 - P. DES. SERV. MARCELA URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 317/15 de 01.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da

Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Marcela Urbano, para atuar como Servente 40 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

318.04.15 - P. DES. SERV. PATRICIA FERNANDA S. SCOTTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 318/15 de 01.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Patricia Fernanda de Souza Scotti, para atuar como Servente 40 horas semanais no Posto de Saúde do Bairro São José, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 6º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

319.04.15 - P. DES. SERV. MARCIA EGER ALEXANDRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 319/15 de 01.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Marcia Eger Alexandre, para atuar como Servente 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do

cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

320.04.15 - P. DES. SERV. TANIA M. H. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 320/15 de 01.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Tania Mara Heidercheidt Moretti, para atuar como Servente 40 horas semanais na Escola do Campo Costão do Frade, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 8º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

321.04.15 - P. DES. SERV. NELITA S. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 321/15 de 01.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Nelita Saitz Moretti, para atuar como Servente 40 horas semanais na Creche Patrícia Deucher, no período de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 9º lugar na Processo Seletivo 02/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

322.04.15 - P. DES. MÉDICO JOSÉ A. MELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 322/15 de 01.04.15

Designa Médico Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VI da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar José Antonio de Melo, para exercer o cargo de Médico - Nível - 11, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 1º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde da Família - ESF - Comunidade Interior, a contar do dia 01 de abril de 2015 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

323.04.15 - P. DES. MÉDICO SAULO E. BESEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 323/15 de 01.04.15

Designa Médico Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VI da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Saulo Etelvino Besen, para exercer o cargo de Médico - Nível - 11, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde da Família - ESF - Comunidade Interior, a contar do dia 01 de abril de 2015 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

324.04.15 - P. GRATIF. SAULO E. BESEN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 324/15 de 01.04.15

Atribui Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 39/2013 de 22.01.13 que alterou o artigo 56 inciso IX da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo ao funcionário Saulo Etelvino Besen, ocupante do cargo de Médico - Padrão 1 - Nível 11 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar nº 39/2013 de 22 de janeiro de 2013, a contar do dia 01 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

325.04.15 - P. GRATIF. JOSÉ A. MELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 325/15 de 01.04.15

Atribui Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 39/2013 de 22.01.13 que alterou o artigo 56 inciso IX da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo ao funcionário José Antonio de Melo, ocupante do cargo de Médico - Padrão 1 - Nível 11 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar nº 39/2013 de 22 de janeiro de 2013, a contar do dia 01 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

326.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILENE C. FILHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 326/15 de 01.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 24 de março de 2015, a funcionária Marilene Cabral Filha, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambara.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

327.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ALESSANDRA S. MORETTI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 327/15 de 01.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 30 de março com término no dia 03 de abril de 2015, a funcionária Alessandra dos Santos Moretti, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

328.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VIVIANE R. PIRES
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 328/15 de 01.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde

no dia 31 de março de 2015, a funcionária Viviane Rosar Pires, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

329.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JANIA CASTANHEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 329/15 de 01.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 31 de março de 2015, a funcionária Jania Castanheiro, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

330.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIANE T. CRUZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 330/15 de 01.04.15
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 31 de março com término no dia 2 de abril de 2015, a funcionária Luciane Terezinha da Cruz, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de abril de 2015.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

331.04.15 - P. FÉRIAS CATHIA G. N. WALTRICH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 331/15 de 01.04.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 3º item II da Lei n.º 2168/13 de 27.03.13;

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil Quatorze) a Conselheira Tutelar Cathia das Graças Neves Waltrick, para gozá-las a contar de 01 de abril com término no dia 30 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

332.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IVANIR B. NECKEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 332/15 de 01.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 14 (quatorze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 01 de abril com término no dia 14 de abril de 2015, a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

333.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIANE E. R. ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 333/15 de 01.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 01 de abril de 2015, a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria

Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

01 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

334.04.15 - P. FÉRIAS ERICLEIA F. MOTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 334/15 de 06.04.15

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil Quinze) a funcionária Ericleia Faustino da Mota, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 018/2015 de 06 de abril de 2015, para gozá-las a contar de 06 de abril com término no dia 05 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

06 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

335.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VERA L. URBANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 335/15 de 07.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 07 de abril com término no dia 13 de abril de 2015, a funcionária Vera Lucia Urbano, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

07 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

336.04.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE MARIA C. PERON

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 336/15 de 07.04.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 30 de junho de 2015, Conselheira Tutelar Maria Celeste Peron.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

337.04.15 - P. LIC. PREMIO ELIANE E. R. ROVARIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 337/15 de 07.04.15
Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 013/15 de 18.03.15, e despacho em 07.04.15, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio em Pecúnia, c, correspondente ao quinquênio 2010 (Dois Mil e Dez) a 2015 (Dois Mil e Quinze); a funcionária Eliane Eleusa Rosar Rovaris, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

338.04.15 - P. FÉRIAS AVONIR DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 338/15 de 07.04.15
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil Treze) ao

funcionário Avonir da Silva, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I - Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 019/2015 de 07 de abril de 2015, para gozá-las a contar de 07 de abril com término no dia 06 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

339.04.15 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. ERONETE AP. S. SOUZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 339/15 de 07.04.15
Atribui Gratificação

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 57 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Eronete Aparecida da Silva de Souza, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte - Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, para responder como coordenadora do Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, a contar do dia 01 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

340.04.15 - PORTARIA TAXISITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 340/15 de 07.04.2015

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TAXI PARA O SR. LEANDRO DE ANDRADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. LEANDRO DE ANDRADE, inscrito no C.P.F. n.º 038.027.099-42, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os tramites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

341.04.15 - PORTARIA TAXISITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 341/15 de 07.04.2015

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TAXI PARA O SR. ALDORI DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. ALDORI DA SILVA, inscrito no C.P.F. n.º 637.816.629-34, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os tramites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

342.04.15 - P. DES. PROF. PATRICIA MARINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 342/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Patrícia Marinho, para atuar como Professor Educação Física 20 horas semanais nas Escolas do Campo Costão do Frade

e Barbaquá, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Física - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

343.04.15 - P. DES. PROF. PATRICIA MARINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 343/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Patrícia Marinho, para atuar como Professor Educação Física 20 horas semanais nas Escolas do Campo Paraíso da Serra e Pré Escolar Capistrano, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

344.04.15 - P. DES. PROF. VANDERLEI C. LIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 344/15 de 08.04.15

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Vanderlei Córdova de Liz, para atuar como Professor Educação Física 20 horas semanais nas Escolas do Campo Cambará e Canoas, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, para Contratação de Professor ACT - Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Obs. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA	DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal	Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

345.04.15 - P. DES. PROF. ANA C. B. MORETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 345/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Ana Claudia Bruder Moretti, para atuar como Professor Educação Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Contratação sem Processo Seletivo, mediante a falta de Professores aprovados no Processo Seletivo nº 02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

346.04.15 - P. DES. PROF. LARISSA R. C. DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 346/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Larissa Regina da Cruz Deucher, para atuar como Professor Educação Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 09 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 02/2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

347.04.15 - P. DES. PROF. ANDREIA M. HEINZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 347/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Andréia Maria Heinz, para atuar como Professor Educação Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Chamada Pública 01/2015, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

348.04.15 - P. DES. PROF. MICHELLI P. POLMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 348/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Michelli Paula Polmann, para atuar como Professor Educação Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Contratação sem Processo Seletivo, mediante a falta de Professores aprovados no Processo Seletivo nº 02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

349.04.15 - P. DES. PROF. ANA Z. O. SEEMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 349/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Ana Zilda de Oliveira Seemann, para atuar como Professor Educação Infantil 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Contratação sem Processo Seletivo, mediante a falta de Professores aprovados no Processo Seletivo nº 02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

350.04.15 - P. DES. PROF. GEAN K. MELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 350/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Gean Karla Melo Vieira, para atuar como Professor Educação Infantil 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Contratação sem Processo Seletivo, mediante a falta de Professores aprovados no Processo Seletivo nº 02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

351.04.15 - P. DES. PROF. PATRICIA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 351/15 de 08.04.15

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designa Patrícia Michels Hoffmann, para atuar como Professor Educação Infantil 30 horas semanais na Creche Patrícia Deucher, no período de 08 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, para Contratação de Professor ACT - Educação Infantil - Não Habilitado, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Contratação sem Processo Seletivo, mediante a falta de Professores aprovados no Processo Seletivo nº 02/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

352.04.15 - P. DES. MOT. ROBERTO C. MARIAN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 352/15 de 08.04.15

Designa Motorista Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Roberto Carlos Marian, para atuar como Motorista ACT na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte a contar do dia 08 de abril de 2015 com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação final do concurso Público, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Motorista - Padrão I, Nível 1, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município. Obs. Sem Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

353.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARINES CABRAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 353/15 de 08.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 06 de abril de 2015, a funcionária Marines Cabral, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

354.04.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. IZABEL MICHELS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 354/15 de 08.04.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 07 de abril de 2015, a funcionária Izabel Michels, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

355.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CELIANE RABELO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 355/15 de 08.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 08 e 09 de abril de 2015, a funcionária Celiane Rabelo, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto Saúde Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
08 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****CONTRATO 24/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ

Extrato de Contrato nº 24/2015

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: Univideo Monitoramento

Valor: R\$ 6.607,98 (seis mil seiscentos e sete reais e noventa e oito centavos)

Objeto: locação de Equipamentos eletrônicos de CFTV

Fund. Legal: dispensa licitação

Braço do Trombudo**PREFEITURA****DECRETO 038/2015**

DECRETO Nº 038/2015

Convoca a 1ª Conferência Intermunicipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com fundamento na Lei 0818/2014 de 04 de dezembro de 2014 e Resolução Normativa nº 01/2015 de 30 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 1º Conferência Intermunicipal de Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 14 de abril de 2015, no Clube dos Idosos situado a Rua Dos atiradores no município de Braço do Trombudo, sob a coordenação do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 2º - A 1ª Conferência Intermunicipal de Direitos da Pessoa Idosa de Braço do Trombudo, desenvolverá seus trabalhos através do tema "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades" e tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas Inter setoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município e na região da Política da Pessoa Idosa.

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal expedirá Portaria ou Decreto, instituindo a Comissão Preparatória da 1º Conferência Intermunicipal de Direitos da Pessoa Idosa de Braço do Trombudo.

Art. 4º - O Município durante a sua Conferência Intermunicipal elegerá delegados para participação da 3ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência.

Art. 5º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 02 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 07 2015 FMS

EXTRATO DE CONTRATO 07/2015 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Berkimau Informática Ltda

CNPJ: 03.263.965/0001-65

sito a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 1940, Bairro Ribeirão das Pedras

Indaial -SC

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento, instalação, configuração, capacitação e licença de uso com manutenção mensal de software de saúde.

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência até 31.12..2015.

Data da assinatura: 10.04..2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PROCESSO 15 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO Nº 11/2015

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 11/2015 e extrato da Ata de Registro de Preços. Processo licitatório 15/2015. Objeto: Aquisição de implementos agrícolas para o município de Braço do Trombudo/SC, cujas especificações detalhadas encontram-se na Relação de Itens da licitação, que faz parte integrante deste Edital como Anexo I, deste Edital. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame a empresa a seguir: Fatima Representações Comerciais Ltda CNPJ: 06.139.399/0001-72 Item: 1, no valor total de R\$ 15.150,00 e Agropata Comercio de Equipamentos Ltda - EPP CNPJ: 20.963.380/001-77 Item 2, R\$ 7.450,00 tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Fica registrado em Ata. Vigência: 12 (doze) meses da data de assinatura. Alair Franz Hein Pregoeiro Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 10/04/2015.

Brunópolis**PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO 04_2015**

EDITAL 004/2015 DE CHAMAMENTO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2014

NILSO STEDILE, Prefeito em Exercício de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 020 /2006,

REALIZA CHAMAMENTO

de candidato classificado no Concurso Público para Ingresso em cargo efetivo na Administração do Município de Brunópolis - SC, conforme Edital nº 04/2015, Concurso Público nº 001/2014, conforme abaixo:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Classificação	Nome
6º	Jaqueline Da Cruz Ferreira

Fica estabelecido o prazo de 15(quinze) dias para a apresentação no Departamento de Pessoal, da documentação necessária conforme estabelece o Edital 01/2014.

A não apresentação dos documentos acima no prazo estipulado implicará na exclusão do candidato e perda da vaga.

Caso o candidato não possa assumir a função quando chamado, poderá solicitar a sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

Brunópolis - SC em 10 de abril de 2015.

NILSO STEDILE

Prefeito Municipal em Exercício

José Thieres Alves Ribeiro

Secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 704/2015, DE 23 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº 704/2015, de 23 de março de 2015

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 2335/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 32/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, que o indiciado encontra-se em lugar incerto e não sabido com várias tentativas de localizar, inclusive com publicações.

Considerando, o acúmulo de serviço por parte da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor VALDIR DOS ANJOS ANTÔNIO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 170.364.808-07, RG nº 4.912.067-0, ocupante do cargo de Agente Serviços Especiais, mat. 67220.3-01 , lotado na secretária de Obras, para apurar os fatos constantes da Denúncia/ Despacho datado de 09 de setembro de 2014, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese o indiciado: a) não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função; b) é inassiduo e não cumpre com o horário; c) Não observa as normas legais e regulamentares; d) Não cumpre as ordens superiores; e) Não comunica à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço; f) ausenta-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato; g) Insuborninação grave em serviço. Ensejando, a aplicação do disposto nos artigos 174, incisos I, II, III, VI, VII, X, art. 175, incisos I, bem como art. 188, II, III, todos da Lei complementar 147/2009. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 20 de março de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de janeiro de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

EDITAL Nº 001/2015 FMAC

EDITAL DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA 001/2015
PARECER DA COMISSÃO DE ANÁLISE

A Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, responsável pela avaliação dos projetos em seus aspectos formal de preenchimento, compatibilidade de custos orçamentários com os valores de mercado, bem como a legalidade e autenticidade dos documentos acostados, declara habilitados os seguintes projetos:

Conforme item 4.5 do Edital nº 001/2015, após a divulgação dos habilitados, o proponente poderá entrar com recurso para reapresentar algum documento irregular. O prazo para reapresentação do recurso é de até cinco dias úteis a contar da data de publicação, conforme previsto no edital.

Michel Belli

Superintendente da Fundação Cultural de Brusque

EDITAL Nº001/2015 COMDEF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001 de 08 de abril de 2015.

Convoca I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência dos Municípios de Brusque, Botuverá Gaspar e Guabiruba e, dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Brusque, considerando o disposto no Regimento Interno, de 30 de junho de 2014, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 3º -Capítulo VII, baseado na Lei Nº 3.666 de 13 de novembro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º- Convocar a I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência Regional, envolvendo os municípios de Botuverá, Brusque, Gaspar e Guabiruba, a realizar-se no dia 08 de maio de 2015, no Município de Brusque, Santa Catarina, sito a rua Gentil Batisti Archer, nº 221- Centro II, Pavilhão de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof, no período das 13:00h às 18:00 horas.

Parágrafo Único: A I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência será coordenada pela Comissão Organizadora Regional, observando, no que se refere ao seu funcionamento, e as normativas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 2º- A I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência desenvolverá os seus trabalhos a partir do Tema: “Os desafios na implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos”, tendo como base os eixos temáticos, 01-Identidade de gênero, diversidade sexual e geracional; 02- Órgãos gestores de instâncias de participação social; 03- Interação entre os poderes federados.

Art. 3º- A I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência tem por objetivo debater a política da pessoa com deficiência através de uma abordagem ampla e agregadora, tanto no que se refere às políticas setoriais, quanto no diálogo com outras temáticas afetas aos direitos humanos: gênero, raça, orientação sexual e ciclos de vida.

Art. 4º- Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 08 de abril de 2015.

Pedro Flor

Presidente do Conselho

Municipal da Pessoa com Deficiência de Brusque

EXTRATO DO CONTRATO 043/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 043/2015

ESPÉCIE: fornecimento pneus para os veículos do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 007/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:80.2.17.512.301.2293.3390303900.20000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 10 de abril de 2015; VALOR: R\$ 9.262,00. CONTRATADA: Modelo Pneus Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 10 de abril de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DO CONTRATO 044/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 044/2015

ESPÉCIE: fornecimento pneus para os veículos do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 007/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390303900.20000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 10 de abril de 2015; VALOR: R\$ 14.938,80. CONTRATADA: Roda Brasil Comércio de Peças para Veículos Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 10 de abril de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DO CONTRATO 045/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 045/2015

ESPÉCIE: Retrofitting e manutenção do grupo gerador da captação do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 010/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390303900.20000; VIGÊNCIA: 75 dias. DATA DA ASSINATURA: 10 de abril de 2015; VALOR: R\$ 33.312,00. CONTRATADA: Correa Materiais Elétricos Ltda ME. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 10 de abril de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DO CONTRATO 046/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 046/2015

ESPÉCIE: isolamento acústico da sala do gerador da captação do SAMAE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 010/2015. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.2.17.512.301.2293.3390303900.20000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 10 de abril de 2015; VALOR: R\$ 26.800,00. CONTRATADA: Acital Isolamentos Térmicos e Acústicos Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 10 de abril de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2014

EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029/2014

Espécie: 9º Termo Aditivo, Contrato nº 029/2014, entre o Município de Brusque e a Múltiplos Serviços e Obras Ltda Epp, em 10/03/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inc. I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 001/2014. Signatários: DIEGO FAGUNDES, GILMAR VILAMOSKI e EDUARDO JORGE.

EXTRATO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2013

EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039/2013

Espécie: 8º Termo Aditivo, Contrato nº 039/2013, entre o Município de Brusque e a Solo Engenharia LTDA, em 16/03/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato 039/2013, execução de obras de construção de quadra poliesportiva coberta (padrão FNDE) na Rua Theodoro Albretch, Bairro São Pedro, Município de Brusque. Fundamento legal: artigo 57, §1º, inciso I, c/c art. 65, §1º da Lei 8.666/93. Origem: Tomada de Preço nº 005/2013. Signatários: Gleusa Luci Fischer e Paulo Roberto de Oliveira.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2015 - FMS

PREGÃO nº 003/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 006/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de alimentos especiais para dietas enterais, industrializados, suplementos nutricionais e descartáveis para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 07/04/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER

Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 - FMS

PREGÃO nº 004/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 007/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para aquisição de medicamentos emergenciais e o cumprimento de ordens judiciais.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 30/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 09/04/2015

IVONIR ZANATA WEBSTER
Secretária de Saúde

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015

PREGÃO nº 014/2015

Processo Licitatório nº 030/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição madeiras diversas (eucalipto, pinus/caixaria) para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/04/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 07/04/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2015

PREGÃO nº 022/2015

Processo Licitatório nº 046/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de artefatos de cimento (blocos, calhas, grelhas, lajotas, muros, tampas, tubos e galerias de concreto) para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 29/04/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 08/04/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2015

PREGÃO nº 025/2015

Processo Licitatório nº 051/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de telhas (cerâmica/fibrocimento) e tijolos para a Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 05/05/2015, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 08/04/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2015

PREGÃO nº 029/2015

Processo Licitatório nº 056/2015

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de bancadas para cozinhas, banheiros, peitoris, soleiras, divisórias em banheiros e tampos de granito para a Administração Municipal. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 05/05/2015, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br. 08/04/2015

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2013

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 069/2013

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 069/2013, entre o Município de Brusque e a Empresa João Pedro da Rocha ME, em 11/03/2015. Objeto: Acréscimo quantitativo dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 396.250,00. Fundamento legal: artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93. Origem: Pregão nº 054/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GILMAR VILAMOSKI e RAFAEL RODRIGO DA ROCHA.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130/2014

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 130/2014, entre o Município de Brusque e a Múltiplos Serviços e Obras Ltda Epp, em 10/03/2015. Objeto: Acréscimo qualitativo dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 54.267,74. Fundamento legal: artigo 58, Inc. I da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência nº 014/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GILMAR VILAMOSKI e EVERSON CLEMENTE.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130/2014

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130/2014

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 130/2014, entre o Município de Brusque e a Múltiplos Serviços e Obras Ltda Epp, em 10/03/2015. Objeto: Supressão dos serviços que compõe a planilha orçamentária. Valor: R\$ 170.355,18. Fundamento legal: artigo 65, §1º, da Lei 8.666/93.. Origem: Concorrência nº 014/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GILMAR VILAMOSKI e EVERSON CLEMENTE.

LEI Nº 3.861/15 -ERRATA

ERRATA DA LEI nº 3.861/15

Na Lei nº 3.861, de 25 de março de 2015, publicada em 30 de março de 2015, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1713, onde se lê:

Art. 1º Fica denominada Rua ELSA PÖPPER, a via identificada como Rua PÁ, transversal da Rua Padre Antônio Eising, Bairro Paquetá, localizada a 90,00 metros sentido bairro/centro, depois do cruzamento das Ruas Alberto Klabunde, Santa Cruz e Pe. Antônio Eising.

Leia-se:

Art. 1º Fica denominada Rua ELSA PÖPPER, a via identificada como Rua PA-003, transversal da Rua Padre Antônio Eising, Bairro Paquetá, localizada a 90,00 metros sentido bairro/centro, depois do cruzamento das Ruas Alberto Klabunde, Santa Cruz e Pe. Antônio Eising.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 28, DE 09 DE ABRIL DE 2015 - LEGISLATIVO

Portaria Nº 28, de 09 de abril de 2015.
Nomeia Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

- Nomear, no cargo em Comissão de Assessor de Comunicação da Presidência do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, a Senhora Júnia Antonina Dias Bodenmüller, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 4.119.355, CPF nº 039.326.669-92, a contar de 09 de abril de 2015, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 09 de abril de 2015.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Rogério Gamba Diretor Geral

PORTARIA Nº 9.832

PORTARIA nº 9.832, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Elpídio João Grignani Cruz do cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-3, como Diretor-Geral do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 9.833

PORTARIA nº 9.833, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 144/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Jiane Mara de Melo Heil para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-3, como Diretora-Geral do Instituto Brusquense de Planejamento - IBPLAN.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 09 de abril de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA
Chefe de Gabinete

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. - 35/2015 PR 19-2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35-2015 - PR - 19-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015
OBJETO; REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BARRAS DE FERRO DIVERSAS BITOLAS E ARAME RECOZIDO, DESTINADOS À SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DA PREFEITURA DE CAÇADOR - SC
ENTREGA DOS ENVELOPES: 28/04/2015 as 16h00min
ABERTURA DOS ENVELOPES: 28/04/2015 as 16h10min
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 09 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.363

DECRETO Nº 6.363, de 08 de abril de 2015.
Nomeia Comissão de Acompanhamento do Edital 01/2015 - Progressão Horizontal por Curso de Aperfeiçoamento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento do Edital 01/2015 - Progressão Horizontal por Curso de Aperfeiçoamento:

I - Paulo Roberto Gonçalves;
II - Eliane Cavalheiro Cachinski;
III - Iria Lezan Ribeiro;
IV - Marcia Alves de Oliveira Hahn;
V - Maria Beatriz Konflanz;
VI - Mauro Rogério dos Reis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.364

DECRETO Nº 6.364, de 09 de abril de 2015.
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as Servidoras Públicas Municipais LUCIANA MARIA DA COSTA, BARTIRA ELISA TOMAZINI e ANDRESSA DE BASTIANI, para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Especial de análise de amostras do Processo Licitatório nº 36/2015, Pregão Presencial nº 20/2015, cujo objeto é a aquisição de cadernos para alunos da Rede Municipal de Educação, para o exercício de 2015.

Parágrafo único. A Comissão reunir-se-á a partir das 14h10min do dia 29/04/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de abril de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.210

PORTARIA Nº 25.210, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome e nível ascendido no mês de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
3521	Airton Rogério Bick	Nível V – Nível VI

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.223

PORTARIA nº 25.223, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome e nível ascendido no mês de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
10456	Paula Rafaeli Santin	Nível 0 – Nível I

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.230

PORTARIA nº 25.230, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome e nível ascendido no mês de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
856	Paulo Cesar Jarschel	Nível IX – Nível X

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.266

PORTARIA nº 25.266, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome e nível ascendido no mês de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
58	Monica Galvão Varella	Nível 0 – Nível I

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.275

PORTARIA nº 25.275, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Agricultura, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome e nível ascendido no mês de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
10487	Rosinei Aparecida Pereira Cardoso	Nível 0 – Nível I

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.291

PORTARIA nº 25.291, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, ascensão de nível por tempo de serviço, dentro do plano de carreira, especificando: código, nome e nível ascendido no mês de Fevereiro de 2015, conforme segue:

Código	Nome	Nível Ascendido
9905	Valquiria Aparecida Alves Ribeiro	Nível I – Nível II

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.384

PORTARIA Nº 25.384, de 09 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo		Nome	Período Gozo	
645	01/01/2011	31/12/2011	Klaiton Strey	02/03/2015	11/03/2015
645	01/01/2012	31/12/2012	Klaiton Strey	12/03/2015	31/03/2015
645	01/01/2012	31/12/2012	Klaiton Strey	01/04/2015	10/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 09 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 10/2015 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 010/2015 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 005/2015 - FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 10/04/2016

1ª Publicação.

CC 003/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 003/2015 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO VARRIÇÃO DIÁRIA NAS VIAS CENTRAIS E UMA EQUIPE COMPLETA PARA A REALIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE CAPINA MECANIZADA, VARRIÇÃO MECANIZADA, RASPAGEM MANUAL, LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO E PINTURA DE MEIO-FIO EM VIAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de Abril de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 11/2015 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2015-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL AUTOMOTIVO A VA-REJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABAS-TECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESEN-VOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 28 (vinte e oito) de abril de 2015, na sala de Reunião do Departa-mento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 10 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.961 DE 10 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.961 DE 10 DE ABRIL DE 2015

INSTITUI A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PMAQ E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial O Art. 71, Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, e a Lei Municipal nº 4.289 de 08 de Abril de 2015; Decreta:

Art.1º) Fica instituída a Comissão de Avaliação do "PMAQ - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Qualidade dos Serviços de atenção Básica", a qual tem por finalidade: Orientar; avaliar e acompanhar os resultados das metas pactuadas com as equipes.

Art.2º) A Comissão de que trata o Art. 1º deste Decreto, deverá emitir Bimestralmente Relatórios acerca da verificação do cumprimento dos indicadores os quais estão descritos no Art. 3º da Lei Municipal nº 4.289.

Art.3º) Ficam nomeados para compor a Comissão ora instituída os seguintes membros:

CAROLINA DA COSTA TELMA - Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

DEISI ESTELA AMORIM - Diretora de Saúde

LUCIELLE KAROLYNE CUBAS - Chefe do Serviço de Auditoria, Controle e Avaliação

CRISTIANO CARDOSO CARVALHO - Dentista ESF 1

PATRICIA NOGUEIRA BATISTA - Enfermeira ESF 1

AURIONIZE COSENTINO - Enfermeira ESF 2

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.962 DE 10 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.962 DE 10 DE ABRIL DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.287 de 08 de Abril de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento

vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
33903900.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 6.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339036.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 6.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.963 DE 13 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.963 DE 13 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 20; Decreta:

Art.1º) Nomear o Srª. MATHILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA, Matrícula Funcional nº 000797, Registro no Sistema sob nº 955460, ao Cargo Público de Arquiteto, Função Arquiteto, Categoria Funcional: ANS - Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 6, Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 3.116,75 (três mil, cento e dezesseis reais, setenta e cinco centavos) mensais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação da Srª. MATHILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA, aprovada em 3º lugar no Concurso Público Municipal nº 001/2012, homologado pelo Decreto 7.026 em data de 16 de maio de 2012, prorrogado pelo do Decreto nº 8.356 de 14 de Maio de 2014.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
13 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.861 DE 10 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.861 DE 10 DE ABRIL DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público, OS-MARIO VERÍSSIMO MICHALSKY, Matrícula Funcional nº 000258, Registro no Sistema sob nº 313720, ocupante do cargo público e exercendo a função Agente Operacional III, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Fevereiro de 2014 a 31 de Janeiro de 2015, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 06 de Abril de 2015 á 25 de Abril de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de Abril de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente, a Portaria nº 11.859 de 07 de Abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de:

13/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 11.862 DE 10 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 11.862 DE 10 DE ABRIL DE 2015
Designa SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA ALIMENTAÇÃO DADOS/INFORMAÇÕES DO PROGRAMA PMAQ.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art.1º) Designar a Servidora Pública Municipal LUCIELLE KAROLYNE CUBAS, Matrícula Funcional nº 000500, Registro no Sistema sob nº 955380, responsável pela alimentação de Dados e Informações do Município de Campo Alegre/SC., no Programa PMAQ - Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Qualidade dos Serviços de Atenção Básica, junto ao Ministério da Saúde.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
10 de Abril de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 13/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 07/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ERE - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2015/FMS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL DE PREGÃO Nº 07/2015/FMS

O Fundo Municipal De Saúde do Município de Campo Ere - SC, através de sua Gestora Sra. JUCELI DAMÁSIO SILVEIRA, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que até às 08horas do dia 29 de Abril de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados para o Pregão Presencial 07/2015/FMS - Ata de Registro de Preços para a Aquisição de forma parcelada de Alimentos para o CAPS, conforme especificado no Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações - Rua 1º de Maio, 736 - Campo Ere - SC, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30min às 11h30min, e das 13h15min. às 17h:15min., telefone 3655-3035, e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê-SC, 10 de Março de 2015. JUCELI DAMÁSIO SILVEIRA - Gestora do FMS.

PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 523/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERE - SC, através de seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até as 08horas do dia 28 de Abril de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no Pregão Presencial Nº 09/2015 para a Prestação de Serviço de Transporte Escolar, conforme especificado neste Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações deste Edital serão fornecidos pelo Departamento de Licitações, no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Ere - SC, segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Ere - SC, 26 de Março de 2015. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 10/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ERE-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 524/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ-SC - representado pelo seu Prefeito Sr. RUDIMAR BORCIONI, TORNA PÚBLICO que até às 14horas do dia 28 de Abril de 2015, o Pregoeiro Oficial do Município estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Edital de Pregão Presencial nº 10/2015 - Ata de Registro de Preços, para a Aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios para a Secretaria Mun. de Educação, conforme especificado no Edital, e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Dpto. de Licitações, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê-SC, de segunda a sexta-feira no horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:15hs às 17:15hs, fone (49) 3655 3035, ou pelo e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Ere - SC, 26 de Março de 2015. RUDIMAR BORCIONI - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

LEI Nº 4.153/15 DE 10/04/2015 AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LEI Nº 4.153/15 DE 10/04/2015

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL, CNPJ 83.413.526/0001-20, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a organização e realização do projeto "Casa do Coelho".

Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através da seguinte rubrica orçamentária.

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

UNIDADE: 21 - DEPARTAMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJ./ATIV.: 2.032 - Realização de Eventos em Geral

ELEM. DE DESPESA: 92 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.0000

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 3º. A entidade beneficiada deverá realizar a prestação de contas conforme o disposto na Instrução Normativa nº 003/SCI/2010, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 10 de abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 4.154/2015 DE 10/04/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO SAMAE.

LEI Nº 4.154/2015 DE 10/04/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO SAMAE.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no exercício de 2015, no valor de R\$ 3.486,59 (três mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e nove centavos), a ser aplicado na seguinte classificação orçamentária.

ÓRGÃO: 17 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA

UNIDADE: 01 - SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO

PROJETO/ATIVIDADE: 1.041 - Transferência de Recursos para o Cisam - Obras, Instalações e Reequipamentos

Elemento de despesa: 4.1.7.1.00.00.00.00.00.00.0603

- Transferência a Consórcios Públicos R\$ 3.486,59
Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias do orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE:

ÓRGÃO: 17 - SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA
UNIDADE: 01 - SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO
PROJETO/ATIVIDADE: 1.041 - Transferência de Recursos para o Cisam - Obras, Instalações e Reequipamentos
Elemento de despesa: 4.4.9.0.00.00.00.00.00.0603 - Transferência a Consórcios Públicos R\$ 3.486,59

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos 10 de abril de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 951/15

PORTARIA Nº 951/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA R. LINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA R. LINS referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 318/15

PORTARIA Nº 318/15 DE 24/02/15

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO À HEDI MARIA TIMMES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1568892354 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Tempo de serviço ao (a) servidor (a) HEDI MARIA TIMMES, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Atendente de Enfermagem, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Comunique-se, Publique-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 321/15

PORTARIA Nº 321/15 DE 24/02/15

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MAYARA VARGAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 92, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º - Conceder Licença por motivo de doença em pessoa da família a servidora MAYARA VARGAS no período de 09/02/2015 à 11/03/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 832/15

PORTARIA Nº 832/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir CLEONICE DA SILVA PASSOS FAGUNDES, CI nº 2816159, CPF nº 800.358.179-68 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITARIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 833/15

PORTARIA Nº 833/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir ANA APARECIDA DOS SANTOS, CI nº 3.901.387, CPF nº 022.978.459-36 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.014,00 (Hum mil e catorze reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 834/15

PORTARIA Nº 834/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir ARIANI IZABEL GERHARDT, CI nº 3.426.910, CPF nº 023.618.649-32 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.014,00 (Hum mil e catorze reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 835/15

PORTARIA Nº 835/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir PATRICIA MENEGAZZO RIBEIRO, CI nº 5827692, CPF nº 082.038.619-70 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITARIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 836/15

PORTARIA Nº 836/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir KARINE ANDREIA VARELA, CI nº 5141590, CPF nº 093.620.229-74 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM COMUNITARIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 837/15

PORTARIA Nº 837/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir MARCIA DA SILVA FORTUNATO, CI nº 2938852, CPF nº 056.755.239-01 para exercer o cargo de MÉDICO COMUNITÁRIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 15.206,30 (Quinze mil duzentos e seis reais e trinta centavos)reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 838/15

PORTARIA Nº 838/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir SONIA APARECIDA VARGAS, CI nº 3802941, CPF nº 022.690.539-07 para exercer o cargo de AUXILIAR DE ODONTOLOGIA COMUNITARIO, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas

por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 839/15

PORTARIA Nº 839/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir ANDREIA VESSARO DA SILVA, CI nº 4877599, CPF nº 047.632.309-64 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.014,00 (Hum mil e catorze reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 840/15

PORTARIA Nº 840/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de

20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir VANUSA BASILIO LESSA, CI nº 6758461, CPF nº 099.368.129-80 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.014,00 (Hum mil e catorze reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 842/15

PORTARIA Nº 842/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir ADRIANE CARVALHO, CI nº 5843044, CPF nº 078.301.389-23 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.014,00 (Hum mil e catorze reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei

Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 843/15

PORTARIA Nº 843/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade, e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir EDINA CRISTINA DA SILVA, CI nº 5593441, CPF nº 080.767.719-19 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.014,00 (Hum mil e catorze reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 844/15

PORTARIA Nº 844/15 de 27/02/2015

ADMITE A SERVIDORA PARA CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, com amparo nas Leis Complementares 07/07 que institui o Plano de Cargos de provimento Temporário para Execução de Programas Especiais da Municipalidade,

e seguindo a Lei Complementar nº 13/08 de 09/12/08, de Lei Complementar nº 11/12 de 10/07/2012, de Lei nº 11/2014 de 20/08/2014 de Lei Complementar 12/2014 de 20/08/2014; e considerando o resultado da classificação do edital 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir LUCI TURELLA DOMINGUES, CI nº 2147173, CPF nº 739.299.139-68 para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com atribuições junto a Programas Especiais, PSF e CAPS, coordenados pela Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Família e Trabalho.

Art. 2º. A servidora cumprirá carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. O vencimento mensal será de R\$ 1.014,00 (Hum mil e catorze reais) reajustados nas mesmas datas e percentuais aplicados aos demais servidores públicos, nas revisões e reposições anuais.

Art. 4º. O servidor admitido terá sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do trabalho.

Art. 5º. Não adquirirá estabilidade no serviço público o servidor admitido nas formalidades previstas nas Leis Complementares 07/07 de 24/10/07 e 13/08 de 09/12/08 e as demais acima citadas.

Art. 6º. O contrato firmado pelo servidor será por tempo indeterminado, e poderá ser rescindido nos casos previstos no Art. 1º, com redação dada pelo Art. 5º, § 1º, incisos I a VIII da Lei Complementar 13/08 de 09/12/2008.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Portaria serão suportadas por dotações específicas consignadas no orçamento geral do Município.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2015.

Prefeitura de Campos Novos, 27 de Fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 850/15

PORTARIA Nº 850/15 de 06/03/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ALINE APARECIDA DE ALMEIDA PEREZ

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ALINE APARECIDA DE ALMEIDA PEREZ do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

06 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 851/15

PORTARIA Nº 851/15 de 06/03/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA DARLEI PELENTIR

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora DARLEI PELENTIR do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 852/15

PORTARIA Nº 852/15 de 06/03/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ALINE GUARDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ALINE GUARDA do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
06 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 863/15

PORTARIA Nº 863/15 de 16/03/15

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR SEBASTIÃO HENRIQUE ORTIZ PAES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor SEBASTIÃO HENRIQUE ORTIZ PAES do cargo de GUARDA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 864/15

PORTARIA Nº 864/15 de 16/03/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 865/15

PORTARIA Nº 865/15 de 16/03/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA LUCIANE MOREIRA ZANAO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora LUCIANE MOREIRA ZANAO do cargo de PROFESSOR. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 866/15

PORTARIA Nº 866/15 de 16/03/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA VALERIA BELLOZUPKO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora VALERIA BELLOZUPKO do cargo de PROFESSOR. Retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 867/15

PORTARIA Nº 867/15 de 16/03/15

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MARIA DE FÁTIMA VARELLA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora MARIA DE FATIMA VARELLA do cargo de PROFESSOR. Retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2015. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 869/15

PORTARIA Nº 869/15 DE 16/03/15

EXONERA CLEUDES REGINATTO DE OLIVEIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO DO CAIC Professora Nair da Silva Gris,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar CLEUDES REGINATTO DE OLIVEIRA do cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO DO CAIC Professora Nair da Silva Gris, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 870/15

PORTARIA Nº 870/15 DE 16/03/15

EXONERA SIRLENE PASQUALI DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DO CEIM PADRE ARMANDO DE COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar SIRLENE PASQUALI do cargo em comissão de SECRETÁRIA ESCOLAR DO CEIM PADRE ARMANDO DE COSTA, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 28 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 871/15

PORTARIA Nº 871/15 de 16/03/15

NOMEIA A SERVIDORA CLEUDES REGINATTO DE OLIVEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA ADJUNTA DO CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora CLEUDES REGINATTO DE OLIVEIRA, para o cargo em comissão de DIRETORA ADJUNTA, junto ao CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 872/15

PORTARIA Nº 872/15 de 16/03/15

NOMEIA A SERVIDORA DENIZE DE FATIMA OLIVEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO DO CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora DENIZE DE FATIMA OLIVEIRA, para o cargo em comissão de AUXILIAR DE DIREÇÃO, junto ao CAIC PROFESSORA NAIR DA SILVA GRIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 873/15

PORTARIA Nº 873/15 de 16/03/15

NOMEIA A SERVIDORA SIRLENE PASQUALI PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DA CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora SIRLENE PASQUALI, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA ESCOLAR, junto a CRECHE MUNICIPAL JUBILEU DE PRATA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 874/15

PORTARIA Nº 874/15 de 16/03/15

NOMEIA A SERVIDORA IVONETE KEMER COMERLATTO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DO CEIM PADRE ARMANDO DE COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e XII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Nomear a servidora IVONETE KEMER COMERLATTO, para o cargo em comissão de SECRETÁRIA ESCOLAR, junto ao CEIM PADRE ARMANDO DE COSTA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 875/15

PORTARIA Nº 875/15 de 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVANDRO RAMOS DE MATOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, EVANDRO RAMOS DE MATOS para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 876/15

PORTARIA Nº 876/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA DE FATIMA VARELLA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária IVONETE COMERLATTO, ocupante da vaga, encontra-se em cargo comissionado,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARIA DE FATIMA VARELLA para exercer o cargo de Professor II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 877/15

PORTARIA Nº 877/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALERIA BELLOZUPKO,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária MARILSE FRANÇA, ocupante da vaga, encontra-se em auxílio doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, VALERIA BELLOZUPKO para exercer o cargo de Professor LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 878/15

PORTARIA Nº 878/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARISE APARECIDA ALVES SOUZA,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária ANA PAULA GHIDI, ocupante da vaga, encontra-se em auxílio maternidade,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CARISE APARECIDA ALVES SOUZA para exercer o cargo de Professor em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos

estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 879/15

PORTARIA Nº 879/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANE MOREIRA ZANA O

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, LUCIANE MOREIRA ZANA O para exercer o cargo de Professor LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 880/15

PORTARIA Nº 880/15 de 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSEMAR MACIEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JOSEMAR MACIEL para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 882/15

PORTARIA Nº 882/15 de 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TATIANI BACH DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, TATIANI BACH DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 883/15

PORTARIA Nº 883/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CHIRLEY APARECIDA PINHEIRO

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CHIRLEY APARECIDA PINHEIRO, para exercer o cargo de AUXILIAR DE OBRAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 884/15

PORTARIA Nº 884/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA CARLA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ANA CARLA SILVA, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 885/15

PORTARIA Nº 885/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIDNEI FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SIDNEI FERREIRA, para exercer o cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 886/15

PORTARIA Nº 886/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ABREU WIATTER ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ABREU WIATTER ANTUNES, para exercer o cargo de OPERADOR DE MAQUINAS, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 03 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 887/15

PORTARIA Nº 887/15 DE 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANILDA LIDIA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário VANILDA LIDIA DOS SANTOS, para exercer o cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 02 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 888/15

PORTARIA Nº 888/15 DE 18/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUIZ DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário LUIZ DOS SANTOS, para exercer o cargo de GUARDA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,18 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 889/15

PORTARIA Nº 889/15 de 17/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA DE CASSIA GONÇALVES CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CAMILA DE CASSIA GONÇALVES CORDEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,17 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 891/15

PORTARIA Nº 891/15 de 18/03/15

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR SIDNEI FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor SIDNEI FERREIRA do cargo de OPERADOR DE MAQUINAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 16 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,18 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 918/15

PORTARIA Nº 918/15 DE 31/03/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA DANIELE CAMILE PESSOLE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora DANIELE CAMILE PESSOLE SOUZA no período de 24/02/15 a 23/06/15.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 919/15

PORTARIA Nº 919/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA CARLA LIMA CHIARI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA CARLA LIMA CHIARI referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 19/01/15 a 17/02/15.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 920/15

PORTARIA Nº 920/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JANETE RAMOS DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JANETE RAMOS DA SILVA referente ao período aquisitivo de 08/03/14 a 07/03/15 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 31/03/15.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 921/15

PORTARIA Nº 921/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) BEATRIZ A. M. SOARES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) BEATRIZ A. M. SOARES referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 922/15

PORTARIA Nº 922/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARILEIA ALVES XAVIER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARILEIA ALVES XAVIER referente ao período aquisitivo de 24/02/14 a 23/02/15 a serem gozadas no período de 23/02/15 a 24/03/15.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 923/15

PORTARIA Nº 923/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SANDRA FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SANDRA FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 01/01/15 a serem gozadas no período de 01/02/15 a 02/03/15.

COMUNIQUE - SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 924/15

PORTARIA Nº 924/15 DE 31/03/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA ROSEMERY RECALCATTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a ROSEMERY RECALCATTI pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 925/15

PORTARIA Nº 925/15 DE 31/03/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO MATERNIDADE A SERVIDORA DEISE SALMORIA

Nelson Cruz, Prefeito em Exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio maternidade à servidora DEISE SALMORIA no período de 02/03/15 a 29/06/15.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 926/15

PORTARIA Nº 926/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADRIANA APARECIDA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 17/01/12 a 16/02/13 a serem gozadas no período de 01/03/15 a 31/03/15.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 927/15

PORTARIA Nº 927/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIA TOLOMEOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIA TOLOMEOTTI referente ao período aquisitivo de 13/02/14 a 12/02/15 a serem gozadas no período de 01/04/15 a 30/04/15.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 931/15

PORTARIA Nº 931/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JORGE ALEX MORAIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JORGE ALEX MORAIS referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 11/03/15 a 10/04/15.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 933/15

PORTARIA Nº 933/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NELI TEREZINHA ASCARI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NELI TEREZINHA ASCARI referente ao período aquisitivo de 04/02/14 a 03/02/15 a serem gozadas no período de 01/03/15 a 30/03/15.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 934/15

PORTARIA Nº 934/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NOEMI ALVES VALENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NOEMI ALVES VALENTE referente ao período aquisitivo de 01/02/13 a 31/01/14 a serem gozadas no período de 09/03/15 a 08/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 938/15

PORTARIA Nº 938/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EDSON JOSE DELFES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EDSON JOSE DELFES referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 03/03/15 a 01/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 939/15

PORTARIA Nº 939/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIEL FRANCISCO DE ASSIS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIEL FRANCISCO DE ASSIS referente ao período aquisitivo de 01/02/14 a 31/01/15 a serem gozadas no período de 16/03/15 a 15/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 940/15

PORTARIA Nº 940/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOAO CIRIO ALVES FERREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOAO CIRIO ALVES FERREIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 16/03/15 a 15/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 943/15

PORTARIA Nº 943/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA IRACEMA CASSIANO CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA IRACEMA CASSIANO CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 13/03/13 a 12/03/14 a serem gozadas no período de 09/03/15 a 07/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 952/15

PORTARIA Nº 952/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KATIA KELLY RUPPENTHAL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KATIA KELLY RUPPENTHAL referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 956/15

PORTARIA Nº 956/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALEXANDRA APARECIDA PINHEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALEXANDRA APARECIDA PINHEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 18/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 957/15

PORTARIA Nº 957/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) EINOR LUIZ FAE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) EINOR LUIZ FAE referente ao período aquisitivo de 09/03/14 a 08/02/15 a serem gozadas no período de 06/04/15 a 05/05/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 959/15

PORTARIA Nº 959/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) BERNADETE JARDIM RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) BERNADETE JARDIM RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 960/15

PORTARIA Nº 960/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) KARLA AP. STEFANES GONÇALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) KARLA AP. STEFANES GONÇALVES referente ao período aquisitivo de 11/02/14 a 10/02/15 a serem gozadas no período de 23/02/15 a 24/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 961/15

PORTARIA Nº 961/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) DANIELI DE OLIVEIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) DANIELI DE OLIVEIRA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 962/15

PORTARIA Nº 962/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NATHALIA DEODATO CARDOSO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NATHALIA DEODATO CARDOSO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/15 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 963/15

PORTARIA Nº 963/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JOSEMARIA G. WALTER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JOSEMARA G. WALTER referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 964/15

PORTARIA Nº 964/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANDREIA DE FATIMA R. ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANDREIA DE FATIMA R. ANTUNES referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 966/15

PORTARIA Nº 966/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) HILDEBRANDO NILTON REIS FILHO referente ao período aquisitivo de 14/03/14 a 13/03/15 a serem gozadas no período de 16/03/15 a 14/05/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 967/15

PORTARIA Nº 967/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALEXANDRA CANANI SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALEXANDRA CANANI SILVA referente ao período aquisitivo de 01/01/14 a 31/12/14 a serem gozadas no período de 22/12/14 a 21/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 968/15

PORTARIA Nº 968/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELIZANGELA BUSNELLO DALPIVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELIZANGELA BUSNELLO DALPIVA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 969/15

PORTARIA Nº 969/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA IZABETE F. DE CARVALHO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA IZABETE F. DE CARVALHO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 970/15

PORTARIA Nº 970/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIZA APARECIDA FOGAÇA CARNEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIZA APARECIDA FOGAÇA CARNEIRO referente ao período aquisitivo de 18/02/14 a 17/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 971/15

PORTARIA Nº 971/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CARMELITA DE ALMEIDA MATTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CARMELITA DE ALMEIDA MATTOS referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 972/15

PORTARIA Nº 967/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA PAULA ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA PAULA ROSA referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/15/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 973/15

PORTARIA Nº 973/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CLEONICE APARECIDA RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CLEONICE APARECIDA RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 974/15

PORTARIA Nº 974/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARINEZ TODESCHINI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARINEZ TODESCHINI referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 975/15

PORTARIA Nº 975/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) INARA SALETE DURIGON SURDI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) INARA SALETE DURIGON SURDI referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 976/15

PORTARIA Nº 976/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA DORILDE FLORES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA DORILDE FLORES referente ao período aquisitivo de 04/03/14 a 03/03/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 977/15

PORTARIA Nº 977/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) FABIO JOSE DALLANORA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) FABIO JOSE DALLANORA referente ao período aquisitivo de 01/03/11 a 29/02/12 a serem gozadas no período de 23/03/15 a 21/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 978/15

PORTARIA Nº 978/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARINEZ ESCOPEL DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARINEZ ESCOPEL DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 01/02/13 a 31/01/14 a serem gozadas no período de 01/04/15 a 30/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 979/15

PORTARIA Nº 979/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ELAINE CAMARGO NUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ELAINE CAMARGO NUNES referente ao período aquisitivo de 02/02/14 a 01/02/15 a serem gozadas no período de 23/02/15 a 24/03/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 980/15

PORTARIA Nº 980/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARCIO JORGE DE AZEVEDO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARCIO JORGE DE AZEVEDO referente ao período aquisitivo de 11/01/13 a 10/04/14 a serem gozadas no período de 01/04/15 a 30/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 981/15

PORTARIA Nº 981/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADAO DOS SANTOS MELO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADAO DOS SANTOS MELO referente ao período aquisitivo de 01/02/12 a 31/01/13 a serem gozadas no período de 18/03/15 a 01/04/15.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 982/15

PORTARIA Nº 982/15 DE 31/03/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA LUCIANE DANIELA DOS SANTOS TORMEN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a LUCIANE DANIELA DOS SANTOS TORMEN pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 983/15

PORTARIA Nº 983/15 DE 31/03/15

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA THAIS ANGELICA MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a THAIS ANGELICA MOREIRA pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 984/15

PORTARIA Nº 984/15 DE 31/03/15

AMPLIA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Ampliar em 40 horas a carga horária semanal da servidora MARCILENE GUIMARÃES DELFINO TITON, Assistente Social, para exercer atividades junto a Secretaria Municipal de Saúde, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 985/15

PORTARIA Nº 985/15 de 31/03/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora ANA CAROLINA VIEL MATTE, ocupante do cargo efetivo de nutricionista, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato sensu" em GESTÃO ESCOLAR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 986/15

PORTARIA Nº 986/15 de 31/03/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora DANIELA GONÇALVES DA SILVA DALLAMICO, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Epidemiologia, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Graduação em TÉCNICOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 987/15

PORTARIA Nº 987/15 de 31/03/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora DANIELLI DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, gratificação por titulação, referente à conclusão do Ensino Médio.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 988/15

PORTARIA Nº 988/15 de 31/03/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TITULAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora ELAINE CAMARGO NUNES, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, gratificação por titulação, referente à conclusão da graduação em TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2015.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 989/15

PORTARIA Nº 989/15 DE 31/03/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA SOLANGE A. NOHATTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora SOLANGE A. NOHATTO, referente a cargo em comissão de ASSESSOR DE IMPRENSA, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 11/03/14 a 10/03/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 990/15

PORTARIA Nº 990/15 DE 31/03/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA MARIA DE LURDES FAEDO SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora MARIA DE LURDES FAEDO SILVA, referente a cargo em comissão de ASSESSOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 10/03/14 a 09/03/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 991/15

PORTARIA Nº 991/15 DE 31/03/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA SONIA APARECIDA TRUCOLO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora SONIA APARECIDA TRUCOLO, referente a cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 10/01/14 a 09/01/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 992/15

PORTARIA Nº 992/15 DE 31/03/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA MARCIA NUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora MARCIA NUNES, referente a cargo em comissão de OUVIDOR GERAL, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 14/03/14 a 13/03/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

COMUNIQUE - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 993/15

PORTARIA Nº 993/15 DE 31/03/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA LETICIA PICCOLI CAIPER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora LETICIA PICCOLI CAIPER, referente a FGRE III, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/04/14 a 31/03/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 994/15

PORTARIA Nº 994/15 DE 31/03/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA CARLA DENISE GARBIN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora CARLA DENISE GARBIN, referente a FGRE II, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/02/14 a 31/01/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 995/15

PORTARIA Nº 995/15 DE 31/03/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA SONEIDE DE FATIMA MOREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento, a servidora SONEIDE DE FATIMA MOREIRA, referente a FGRE I, correspondente a 10% (dez por cento), referente ao período de 01/03/14 a 28/02/15, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO PREÇOS 04/2015 - F.H.J.A

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 1/7
 Processo Nº.: 4/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2015

No dia 6 do mês de Abril do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETORA ADMINISTRATIVA, o Sr(a). IRACEMA TRUCOLO WILPERT, inscrito no CPF sob o nº. 346.779.849-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2015, Processo Licitatório nº. 4/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA CONFECÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR E TOALHAS PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7470	BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	
7168	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	7, 8
7469	QUERENCIA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA ME	1, 2, 3, 4, 5, 6, 9

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: ☐

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME	09.053.748/0001-27	JHONATAN BAGATOLI	078.670.219-22
OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	11.499.653/0001-83	KLEBER LUIZ LIBANO	848.629.399-53
QUERENCIA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA ME	10.907.550/0001-42	EDILSO CEZAR BUENO	714.004.350-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: ☐ AQUISIÇÃO DE TECIDOS PARA CONFECÇÃO DE ENXOVAL HOSPITALAR E TOALHAS PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

☐ Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. ☐

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições. ☐

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue: ☐

Fornecedor: 7168 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	TOALHA DE BANHO FELPUDA COM NO MINIMO 80 CM X 1,40 M CONFECCIONADA COM 90% ALGODÃO E 10% POLIÉSTER, COSTURA DUPLA, PRÉ ENCOLHIDA E PRÉ LAVADA GRAMATURA MINIMA DE 500 G/M2 COR BRANCA	UN		200,000	35,8800	7.176,00
8	TOALHA DE ROSTO FELPUDA COM NO MINIMO 50 CM X 80 CM CONFECCIONADA COM 90% ALGODÃO E 10% POLIÉSTER, COSTURA DUPLA, PRÉ ENCOLHIDA E PRÉ LAVADA GRAMATURA MINIMA DE 500 G/M2 COR BRANCA	UN		200,000	14,0800	2.816,00
Fornecedor: 7469 - QUERENCIA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	BRIM PESADO - CIRURGICO HOSPITALAR - COR AZUL - 1,60 DE LARGURA.	M		200,000	15,9000	3.180,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIOPágina: 2/7
Processo Nº.: 4/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

Fornecedor: 7469 - QUERENCIA COMERIAL E DISTRIBUIDORA LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	TECIDO CRETONE LISTRADO, BRANCO COM AZUL - PERSONALIZADO - 2,20 DE LARGURA, RESISTENTE À LAVAGEM HOSPITALAR	M		200,000	19,9000	3.980,00
3	TECIDO CRETONE LISTRADO, BRANCO COM VERDE - PERSONALIZADO - 2,20 DE LARGURA, RESISTENTE À LAVAGEM HOSPITALAR.	M		200,000	19,9000	3.980,00
4	TECIDO MISTO 50% POLIESTER E 50% ALGODÃO, COM 2,20 DE LARGURA COR AZUL	M		100,000	11,7000	1.170,00
5	BRIM PESADO - CIRURGICO HOSPITALAR - COR BRANCA - 1,60 DE LARGURA.	M		100,000	16,0000	1.600,00
6	RIBANA, PUNHO CIRURGICO, EM ALGODÃO CRU, NA COR AZUL	M		50,000	36,0000	1.800,00
9	COLCHA PIQUET BRANCA DE 100% ALGODÃO, COM NO MINIMO 1,60M X 2,50M	UN		200,000	45,3000	9.060,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/7
Processo Nº.: 4/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/7
Processo Nº.: 4/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/7
Processo Nº.: 4/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/7
Processo Nº.: 4/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/7
Processo Nº.: 4/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 6 de Abril de 2015.

IRACEMA TRUCOLO WILPERT
DIRETORA ADMINISTRATIVA

Empresas Participantes:

BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA ME

CNPJ: 09.053.748/0001-27 _____ □□□

OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

CNPJ: 11.499.653/0001-83 _____ □□□

QUERENCIA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA ME

CNPJ: 10.907.550/0001-42 _____ □□□

SAMAE - CAMPOS NOVOS**EXT CT BOLSA ESTAGIO 001/2015**

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

EXTRATO BOLSA ESTÁGIO 0012015

PROCESSO 004/2015

PROTOCOLO 006/2015

DATA DE ASSINATURA: 09 de Fevereiro 2015

OBJETO: Estágio remunerado, destinado a atualização de cadastros de rede de água e esgoto, desenvolvimento de desenhos arquitetônicos, hidrossanitários e elétricos, memoriais descritivos, auxílio em aferições de níveis de campo e elaboração de relatórios mensais de obras em execução.

CONTRATADO: Diego Joel dos Passos

Valor: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) mensais, por quatro horas diárias.

PRAZO: 09.02.2015 a 08.02.2016

Campos Novos - SC, 09 de Fevereiro de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

EXT CT TEMP. 001/2015

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

TERMO DE CONTRATO CNO - 001/2015

PROCESSO Nº 004/2015

PROTOCOLO Nº 006/2015

DATA DE ASSINATURA: 18 de Fevereiro 2015

OBJETO: Contratação Temporária de funcionário para ocupar o cargo de Operador de Máquina.

CONTRATADO: Alefe Domingos de Andrade

Valor: R\$ 1.685,07 (Um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sete centavos), por 200 (duzentas) horas mensais.

PRAZO: 18.02.2015 a 17.02.2016

Campos Novos - SC, 18 de Fevereiro de 2015.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****DECRETO Nº 073/2015**

DECRETO Nº. 073/2015

CONVOCA A II CONFERÊNCIA REGIONAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso no município e na região, resolve:

DECRETA

Art. 1º - Fica convocada a II Conferência Regional de Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no dia 29 de abril de 2015, no Auditório do Santa Catarina Plaza Hotel, situado a Rua Vidal Ramos, 480, Centro no município de Canoinhas, sob a coordenação da AMPLANORTE, tendo como tema central: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades".

Parágrafo Único - Integram a II Conferência Regional da Pessoa Idosa do PLANALTO NORTE os municípios de: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Itaiópolis, Irineópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras.

Art. 2º - A Conferência Regional tem como objetivo proporcionar um espaço democrático de discussões e reflexões em torno das estratégias que apontam diretrizes para as várias políticas intersectoriais que atendem a pessoa idosa, além de garantir a implantação no município e na região da Política da Pessoa Idosa.

Art. 3º - A Comissão organizadora da Conferência Regional, será composta por:

Titulares:

- a) Ângela Maria Soares - Prefeitura Municipal de Canoinhas
- b) Katia Aparecida Borges Saliba - Prefeitura Municipal de Mafra
- c) Valéria Grossi Mendes da Silva- AMPLANORTE
- d) Wianey Godoy T. Santos- Prefeitura Municipal de Irineópolis

Suplentes:

- a) Bruna Rissi- AMPLANORTE
- b) Jéssica de Jesus Vieira -- Prefeitura Municipal de Irineópolis
- c) Maike S. T. Steidel - Prefeitura Municipal de Mafra
- d) Mozara C. Schadeck- Prefeitura Municipal de Canoinhas

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta da AMPLANORTE e dos municípios que a integram.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 31 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 31/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº079/2015

DECRETO Nº. 079/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica introduzido o art. 6º-E ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 6º-E. Fica autorizada a servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, a realizar as transações bancárias elencadas no §1º deste artigo, junto à instituição financeira denominada Banco do Brasil S/A, no tocante às contas correntes de nos 25.392-8 e 30.563-4, devidamente cadastradas na agência 0343-3, vinculadas ao Poder Executivo Municipal - Prefeitura do Município de Canoinhas, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 83.102.384/0001-80, e ainda, no tocante à conta corrente de no 30.564-2, devidamente cadastrada na agência 0343-3, esta vinculada ao Poder Executivo Municipal - Fundo Municipal de Saúde, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 11.206.680/0001-10.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes a servidora citada no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;
- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 299/2015

PORTARIA Nº. 299/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei Municipal nº4.851/2011 e com a Lei Municipal nº 5.528/2015;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em tratamento de saúde;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em licença maternidade;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de readaptação;

CONSIDERANDO; a existência de servidor em processo de remoção temporária;

CONSIDERANDO; suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino;

CONSIDERANDO: a existência de vagas excedentes;

CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve;

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MIRNA KARPAVICIUS, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Ruth Rocha, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015; em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Gilvane de Lima, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Evaldo Dranka.

Art. 2º - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARILDA QUIRINO DE ALMEIDA ZIEMANN, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 40 horas semanais, 30% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015; considerando 20 horas semanais na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Sandra Regina Brocardo, a qual está em remoção temporária no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, na vaga vinculada da professora Lucimara Salomom Massaneiro a qual está em remoção temporária na EBM Presidente Castelo Branco, na vaga vinculada da professora em Ana Cristina Krauss Wille a qual está em processo de readaptação, e, 20 horas semanais do GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Cristiane Mattesem Weinfurter, a qual ocupa o cargo de diretora do GEM Ney Pacheco de Miranda Lima.

Art. 3º - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ELIZETE ALVES CORRÊA, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG II, 40 horas semanais, 34 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando 20 horas semanais em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Eliane Carvalho, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e 20 horas semanais em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015 art. 2º inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 4º - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino

junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARLENE KOSTULSKI NIEZELSKI, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 40 horas semanais, 30% de regência, para atuar na ERM Campo dos Buenos, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 5º - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional FRANCIELI VIEIRA, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 30 horas semanais, 30 aulas ministradas, 06 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 6º - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CLEONICE DE CÁSSIA KARVAT, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG I, 40 horas semanais, 30% de regência, para atuar na ERM Campina dos Ribeiros, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 7º - Fica contratado para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação o profissional ADEMIR JOÃO TINFEL, para exercer o cargo de Professor de Língua Inglesa, MAG I, 30 horas semanais, 24 aulas ministradas e 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando 10 horas semanais em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º inciso II, na vaga vinculada da professora Lilian Claire Krüger, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares, e 10 horas semanais em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Arlete Soares a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Presidente Castelo Branco, e 10 horas em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 5º, inciso II, inexistir candidatos inscritos em concurso ou aprovados para o cargo.

Art. 8º - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JOSIANE WIGINSKI, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade, no período de 08/04/2015 a 19/07/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, vaga vinculada da professora Daniela Soares Fragoso de Souza e Silva, a qual está em licença maternidade.

Art. 9º - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CEILA ROSA, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 10 horas semanais, 09 aulas ministradas, 01 aula excedente e 15% de regência, para atuar no CEI Jacob Bernard Fuck Júnior, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino, na vaga vinculada da professora Josiane Carolina da Silva, a qual está em remoção temporária na EBM Maria Izabel de Lima Cubas.

Art. 10 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CASSIANA BAPTISTA PIRES, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 08/04/2015 a 04/09/2015. Em

conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da Monitora de Educação Infantil Pâmela Regina Lourenço de Moraes, a qual está em licença maternidade.

Art. 11 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CARINE CORRÊA, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da Monitora de Educação Infantil Jaqueline de Fátima Gonçalves, a qual está em licença tratamento de saúde, após licença maternidade e férias.

Art. 12 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional TATIANE ZIENTARA DE LIMA, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 08/04/2015 a 30/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino na vaga vinculada da monitora de educação infantil Vânia Adriana Fuck, a qual está em remoção temporária no CEI Rodolfo Linzmeier.

Art. 13 - Fica contratado para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação o profissional SAMUEL DE AGUIAR SIMÕES, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Ruth Rocha, no período de 08/04/2015 a 30/12/2015. Considerando vaga vinculada da monitora de educação infantil Magali Castro de Oliveira, a qual está em remoção temporária no CEI Nathan Zugmann na vaga vinculada da monitora de educação infantil Gilmar Schpanski, a qual está em remoção temporária no CEI Rodolfo Linzmeier em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 14 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional KARINE HAUERBACH, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 08/04/2015 a 30/12/2015. Considerando vaga vinculada da monitora de educação infantil Arlete Nunes de Figueiredo, a qual está em remoção temporária no CEI Cecília Meireles, na vaga vinculada da monitora de educação infantil Milene de Fátima Dunke, a qual está em remoção temporária no CEI Rodolfo Linzmeier; em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 15 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ALINE MARISA BAZZANELLA, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Emília Ferrero, no período de 08/04/2015 a 30/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 16 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JAINE APARECIDA CORRÊA DE PAULA, para exercer o cargo de Professor de Inglês, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% regência, para atuar na EBM Alberto Wardenski e EBM Achilles Pazda, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando 10 horas semanais na EBM Alberto Wardenski, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, vaga vinculada da professora Salate Palhano

de Andrade, a qual ocupa o cargo de Diretor de Séries Finais junto a Secretaria Municipal de Educação, e 10 horas semanais na EBM Achilles Pazda, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 5º, inciso II, inexistir candidatos inscritos em concurso ou aprovados para o cargo.

Art. 17 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CRISLAINE GONSALVES FERNANDES, para exercer o cargo de Professor de Matemática, MAG I, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando 10 horas semanais, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Rosicler Schulka Burigo, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares e considerando 10 horas semanais em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Marines Maria Maieski Kaschuk, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares

Art. 18 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional DENILDA NUNES DA ROCHA, para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG I, 40 horas semanais, 30% de regência, para atuar na ERM Sítio dos Corrêa, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 19 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional LUCIMERI KLODZINSKI PEROSSO, para exercer o cargo de Professor de Ciências, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 08/04/2015 a 30/04/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, vaga vinculada da professora Lucimara da Silveira Moreira Bueno, a qual está em licença maternidade.

Art. 20 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional LUCIMERI KLODZINSKI PEROSSO, para exercer o cargo de Professor de Ciências, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 09/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Dirley Heckler Porta, a qual está em processo de readaptação.

Art. 21 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CAMILA DEL' GOBO KRUGER MUNHOZ, para exercer o cargo de Professor de Inglês, MAG II, 10 horas semanais, sem regência, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Arlete Soares, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Presidente Castelo Branco.

Art. 22 - Fica contratado para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação o profissional PABLO TIAGO ZUCCO, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Eliane Carvalho, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira.

Art. 23 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JOSIANE

DOS SANTOS, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Fernando Pessoa, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Joseana Maria Graf, a qual está em licença maternidade e após licença para tratar de assuntos particulares.

Art. 24 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ANDRÉA ALVES FERREIRA DE FREITAS PADILHA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência para atuar no CEI Monteiro Lobato, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando 20 horas semanais em conformidade com a Lei de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino na vaga vinculada da professora Letícia Olescowszc, a qual está em remoção temporária no GEM Menino Jesus, e, considerando 20 horas semanais em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Cristiane Aparecida de Paula Gravi, a qual está em processo de readaptação.

Art. 25 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ZORA IONARA GRANEMAN FERNANDES KICHILESKI, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Monteiro Lobato, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, 20 horas semanais na vaga vinculada da professora Maria da Conceição Schpanski, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Rodolfo Linzmeier, e, 20 horas semanais em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, 20 horas semanais na vaga vinculada da professora Vânia Valquiria Fidêncio da Costa a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Monteiro Lobato.

Art. 26 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARIA DA LUZ DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 27 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SIRLENE APARECIDA JANISZEWSKI DE SOUZA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando vaga vinculada da professora Maria Beatriz Tremel Camargo da Cruz, a qual está em remoção temporária no GEM Xela Elizabete Cornelsen, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Maristela Cordeiro Rodrigues, a qual ocupa o cargo de diretora no CEI Pedro Bandeira.

Art. 28 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ELIANE CARVALHO DE LIMA DAMASO DA SILVEIRA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Vânia Valquiria Fidêncio da Costa, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Monteiro Lobato.

Art. 29 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino

junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional FABIANI APARECIDA HITNER PONIJALEKI, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 30 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JENIFFER MASSANEIRO PICHEBICHEVSKI, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Selma Franz, a qual está em processo de readaptação.

Art. 31 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional KÁTIA REGINA FINTA ZIPPERER, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Beatriz Müller Pazda, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Mário Edson de Aguiar.

Art. 32 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional KÁTIA REGINA FINTA ZIPPERER, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 08/04/2015 a 06/05/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Maria Noeli Chimangosewski Steilein, a qual está em licença tratamento de saúde.

Art. 33 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional LUCIANA MALINOSKI ERHARDT, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 34 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional LUCIANA MALINOSKI ERHARDT, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade, no período de 08/04/2015 a 19/07/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Daniela Soares Fragoso de Souza e Silva, a qual está em licença maternidade.

Art. 35 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARIA ANGÉLICA BARBOSA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando 20 horas semanais em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Nilcelia Cristina Trisnoski, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Cecília Meireles, e, considerando 20 horas semanais em conformidade com a Lei de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino na vaga vinculada do professor Juliano Freitas, o qual está em remoção temporária no CEI

Carlos Drummond de Andrade.

Art. 36 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARILI PEREIRA DE MATTOS, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar na ERM Professora Edemita da Conceição Rosa, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 37 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARIEL HORSKY, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Machado de Assis, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Francisca Carlím, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Machado de Assis.

Art. 38 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ROSANA DA SILVA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Rodolfo Lizmeier, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando vaga vinculada da professora Lediane Priscila de Mattos, a qual está em remoção temporária no CEI Cecília Meireles, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Juciane Sama Pazda, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Nathan Zugmann.

Art. 39 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SALETE SOARES DE LIMA KALEMPA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Vinicius de Moraes, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Erica Leithold Rodrigues, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Vinicius de Moraes.

Art. 40 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SALETE SOARES DE LIMA KALEMPA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Ruth Rocha, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando vaga vinculada da professora Andrea Niedzielski, a qual está em remoção temporária no CEI Nathan Zugmann, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Simone Damaso da Silveira, a qual está em processo de readaptação.

Art. 41 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SÔNIA MARIA SOARES PADILHA CRESTANI, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Pedro Bandeira, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Eliane Cristina Krull, a qual está em processo de readaptação.

Art. 42 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SUZANE APARECIDA OLESCOVICZ SZYDOLSKI, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando vaga vinculada da professora Gizele Regina Beckert, a qual está em remoção temporária no CEI Nathan Zugmann, em conformidade com a Lei 5.528 de

25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Simone Damaso da Silveira, a qual está em processo de readaptação.

Art. 43 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ROSELAINIE MARIA DIFENTHELER, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Luciane Gonçalves Mireski Castilho, a qual está em remoção temporária no CEI Vinicius de Moraes, na vaga vinculada da professora Sidiméia Dias dos Santos, qual está em processo de readaptação.

Art. 44 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ZENILDA DE FÁTIMA DA SILVA FALKIEVICZ, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 08/04/2015 a 06/05/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Maria Noeli Chimangosewski Steilein, a qual está em licença tratamento de saúde.

Art. 45 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARISTELA BAIL DE FÁVERI, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Pedro Bandeira, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Marcelane Munhoz, a qual está em remoção temporária no CEI Vinicius de Moraes, na vaga vinculada da professora Erica Leithold Rodrigues, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Vinicius de Moraes.

Art. 46 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional KELLI CRISTIANE VEIGA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 47 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JANAINA APARECIDA GODOY, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Elisa Loch Vieira de Oliveira, a qual está em processo de readaptação.

Art. 48 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional DÉBORA CRISTIANA RODRIGUES DA SILVA KRÜGER DE MATOS, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar no programa AABB Comunidade, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 49 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional DÉBORA CRISTIANA RODRIGUES DA SILVA KRÜGER DE MATOS, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco,

no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Margarete Cornélia Pires Golanowski, a qual está em remoção temporária na EBM Severo de Andrade, na vaga vinculada da professora Maria da Graças Kulcheski, a qual está em Processo de Readaptação.

Art. 50 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional GILDA MARIA SCHREINER PADILHA, para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa, MAG II, 10 horas semanais 10 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 51 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional GILDA MARIA SCHREINER PADILHA, para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa, MAG II, 10 horas semanais, 09 aulas ministradas, 01 aula excedente e 15% de regência, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, vaga vinculada da Ana Maria Kaschuk, a qual está em Licença Para Tratar de Assuntos Particulares.

Art. 52 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional DEBORA RENGEL, para exercer o cargo de Professor de Matemática, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Suelen Schwed, a qual está em Licença para Tratar de Assuntos Particulares.

Art. 53 - Fica contratado para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação o profissional JORGE LUÍS BECKERT MEDEIROS, para exercer o cargo de Professor de Ciências, MAG I, 10 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 08/04/2015 a 30/04/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Lucimara da Silveira Moreira Bueno, a qual está em licença maternidade.

Art. 54 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional DIANA APARECIDA SCHIMIDT DE SOUZA ARTNER, para exercer o cargo de Professora de Matemática, MAG I, 10 horas semanais, 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso IV, na vaga vinculada da professora Joelma Zielinski a qual está em remoção temporária na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho na vaga vinculada do professor Osmar Olescowicz, o qual está de posse de cargo eletivo.

Art. 55 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional BEATRIZ DE FÁTIMA PONTES, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Emília Ferrero, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Bronisia Gurzynski Zakaluzne, qual está em processo de readaptação.

Art. 56 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SIMONE PUTTKAMER CARVALHO, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência,

para atuar no CEI Vinicius de Moraes, no período de 08/04/2015 a 08/07/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Marcelane Munhoz, a qual está em licença maternidade.

Art. 57 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JOSIANE ERZINGER, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Considerando vaga vinculada da professora Janete Nunes, a qual está em remoção temporária no CEI Rodolfo Linzmeier, na vaga vinculada da professora Nádia Kutas a qual está em remoção temporária no CEI Monteiro Lobato, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 58 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ELENICE PEREIRA, para exercer o cargo de Professor de Inglês, MAG I, 20 horas semanais, sem regência, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da professora Arlete Soares, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Presidente Castelo Branco.

Art. 59 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JAQUELINE BONETES CARVALHO DO PRADO, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG II, 20 horas semanais, 15% de regência, para atuar no GEM Xeila Elizabete Cornelsen, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Esther Abigail Paul da Silveira, a qual está em Licença Tratamento de Saúde.

Art. 60 - Fica contratado para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação o profissional WILLIAN CORDEIRO DE SOUZA, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 10 horas semanais, 09 aulas ministradas, 01 aula excedente e 15% de regência, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 08/04/2015 a 26/06/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, vaga vinculada da professora Ana Claudia Staskovian de Barros, a qual está em licença maternidade.

Art. 61 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional TATIANE CRISTINA LOPES DE ALBUQUERQUE, para exercer o cargo de Orientador Educacional, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 62 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional DJENIFER ONNIL DAVID, para exercer o cargo de Professor de Geografia, MAG I, 20 horas semanais, 19 aulas ministradas, 03 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, vaga vinculada da professora Simone Calixto Léria, a qual está em remoção temporária na EBM Maria Lovatel Pires, na vaga vinculada da professora Rosângela Maria da Silveira Nascimento, a qual está em licença tratamento de saúde.

Art. 63 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JULIANA KRIGINSKI, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil

Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Pedro Bandeira, no período de 08/04/2015 a 30/12/2015. Considerando vaga vinculada da monitora de educação infantil Juliana Jack Simão, a qual está em remoção temporária no CEI Rodolfo Linzmeier, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 64 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JANAÍNA TACHEVSKI, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Santa Bárbara, no período de 08/04/2015 a 30/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 65 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional JEHNI-FER WOLTER, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil Ensino Médio, 30 horas semanais para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade no período de 08/04/2015 a 30/12/2015. Considerando em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 66 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional BIANCA DE CÁSSIA GRITEN PIRES, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Vinicius de Moraes, no período de 08/04/2015 a 08/07/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Marcelane Munhoz, a qual está em licença maternidade.

Art. 67 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional GISELLE DE ARAÚJO, para exercer o cargo de Pedagogo, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da pedagoga Maria de Lourdes Kamiski Falkevitz, a qual está em processo de readaptação.

Art. 68 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CLARICE DE FÁTIMA RODRIGUES SIEMS, para exercer o cargo de Professor de Educação de Jovens e Adultos, MAG II, 20 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 69 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SILVANE DE SOUZA LEITE, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 30 horas semanais e sem regência, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Ana Carolina Crestani, designada no ano letivo de 2015 na EBM José Groskopf, na vaga vinculada do professor Alexander Postol, o qual está em Licença Para Tratar de Assuntos Particulares.

Art. 70 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARIA CLAUDINÉIA RANDIG, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG I, 20 horas semanais, 25% de regência,

para atuar na ERM Bonetes de Cima, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 71 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CARLA CAVALHEIRO, para exercer o cargo de Orientador Educacional, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 72 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional FABIANE EMANUELE DO PRADO, para exercer o cargo de Administrador Escolar, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da administradora escolar Luciane Aparecida Darmorus Zucco.

Art. 73 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CLEONICE DE FÁTIMA GLEVINSKI ALVES DE LIMA, para exercer o cargo de Pedagogo, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da pedagoga Sueli, a qual está em remoção temporária no GEM Frei Fabiano Gadzinski, na vaga vinculada da pedagoga Maria de Lourdes Lemos, a qual ocupa o cargo de diretora no GEM Frei Fabiano Gadzinski.

Art. 74 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional LUCIANE SOARES WALTER, para exercer o cargo de Pedagogo, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Alberto Wardenski, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da pedagoga Thalita Daiane Pereira Bosse, a qual ocupa o cargo de diretora do CEI Carlos Drummond de Andrade.

Art. 75 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ELIANE VALOMIN DURAU, para exercer o cargo de Pedagogo, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM Severo de Andrade no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da pedagoga Sandra Ribas Pereira, a qual ocupa o cargo de diretora da EBM Maria Lovatel Pires.

Art. 76 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ADRIANA MACHADO CAMPOLIN, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Fernando Pessoa, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 77 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional CARINE GRACIELA DA SILVA, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 20 horas semanais, 25% de regência, para atuar no GEM Reinaldo Krüger, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Cristiane Aparecida de Paula Gravi, qual está em processo de readaptação.

Art. 78 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SORAIA MARIA ZIERHUT HAAG KARPEN, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG I, 20 horas semanais, 18 aulas dadas, 02 aulas excedentes e 15% de regência, para atuar na EBM José Grosskopf no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Elisa Loch Vieira de Oliveira, a qual está em Processo de Readaptação.

Art. 79 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SORAIA MARIA ZIERHUT HAAG KARPEN, para exercer o cargo de Professor de Arte, MAG I, 20 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM DR. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Ester Abigayl Paul da Silveira Licença Tratamento de Saúde.

Art. 80 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MILENA FERREIRA, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais e 15% regência, para atuar no CEI Fernando Pessoa, no período de 08/04/2015 a 31/08/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Isabelle Cristina Neumann, a qual está em licença maternidade.

Art. 81 - Fica contratado para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação o profissional RODRIGO ALAN GONÇALVES, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 30 horas semanais e 15% regência, para atuar no GEM Reinaldo Krüger, no período de 08/04/2015 a 26/06/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Ana Claudia Staskovian de Barros, a qual está em licença maternidade.

Art. 82 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional MARINEIA APARECIDA VIEIRA DE LIMA ALEGRI, para exercer o cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Emília Ferrero, no período de 08/04/2015 a 30/12/2015. Considerando em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, inciso V, admissão de profissional para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições de ensino.

Art. 83 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional SIOMARA LEAL DE BARROS PLACHEK, para exercer o cargo de Pedagogo, MAG II, 40 horas semanais e 15% de regência, para atuar na EBM José Grosskopf, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso III, na vaga vinculada da pedagoga Izane Maria Pereira, a qual ocupa o cargo de Diretora de Séries Iniciais junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 84 - Fica contratado para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação o profissional ANDRÉ GRANEMANN DAMAS, para exercer o cargo de Professor de Inglês, MAG I, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% regência, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e EBM Evaldo Dranka, no período de 07/04/2015 a 18/12/2015. Considerando 10 horas semanais na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Lilian Claire Krüger, a qual está em licença para tratar de assuntos particulares, e, 10 horas semanais na EBM Evaldo Dranka, em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 5º, inciso II, inexistir candidatos inscritos em concurso ou aprovados para

o cargo.

Art. 85 - Fica contratada para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação a profissional ALINE DE SOUZA RUCHINSKI, para exercer o cargo de Professor de Inglês, MAG I, 10 horas semanais, 10 aulas ministradas, 02 aulas excedentes e 15% regência, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, no período de 08/04/2015 a 18/12/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 5º, inciso II, inexistir candidatos inscritos em concurso ou aprovados para o cargo.

Art. 86 - Fica contratado para atuar na Rede Municipal de Ensino junto a Secretaria Municipal de Educação o profissional DIOGO JOSÉ DRANKA, para exercer o cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 20 horas semanais, 20 aulas ministradas, 04 aulas excedentes e 15% regência, para atuar no CEI Cecília Meireles, no período de 08/04/2015 a 01/09/2015. Em conformidade com a Lei 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, § 1º, inciso II, na vaga vinculada da professora Isabelle Cristina Neumann, a qual está em licença maternidade.

Art. 87 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 88 - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 300/2015

PORTARIA Nº. 300/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional NELZA KÜCHLER, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 09/04/2015, conforme comunicação interna nº 174/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 301/2015

PORTARIA Nº. 301/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 161, inciso I da Lei 2.305/1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e Das Fundações Municipais, bem como o julgamento do Processo de Sindicância nº 578/2014, CONSIDERANDO os autos do Processo nº 0300464-38.2015.8.24.0015; resolve:

DEMITIR

Art. 1º - Fica demitido o servidor ALVANIR PACHECO, efetivo no cargo de Engenheiro Florestal, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com efeito retroativo a 01/04/2015, por ter infringido o artigo 137, X, da Lei 2.305/1990 do Município de Canoinhas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 302/2015

PORTARIA Nº. 302/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a WALMOR LEITE FILHO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 13/04/2015 a 12/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 303/2015

PORTARIA Nº. 303/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 2º da Portaria nº. 281/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ANA LUCÉLIA PAZDA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Monteiro Lobato, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 22/04/2015 a 21/05/2015, conforme comunicação interna nº 123/DP/2015.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº310/2015

PORTARIA Nº. 310/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº. 4.138 de 21/03/2007, alterada pela Lei nº. 5.078 de 25/03/2013; e

CONSIDERANDO, o disposto no art. 6º-E do Decreto nº004/2013, cuja alteração fora realizada pelo Decreto nº079/2015, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º. Fica autorizada a servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a realizar os procedimentos de empenhamento e pagamento de diárias cujo valor esteja compreendido naquele

disposto na Lei nº. 4.138 de 21/03/2007, alterada pela Lei nº. 5.078 de 25/03/2013, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

§1º. Os procedimentos de que trata o caput deste artigo, referem-se à concessão de diárias para despesas com deslocamento de servidores públicos e de agentes políticos, bem como para custear estadas dos mesmos quando ausentes do município em situações de devido pernoite.

§2º. O custeio aplicado na forma do parágrafo anterior se dá para despesas cujo montante não ultrapasse o valor de 100 (cem) UFM (Unidade Fiscal do Município).

Art. 2º. À servidora citada no caput do artigo anterior, cabe a responsabilidade da conferência das solicitações de diárias, ajudas de custo e reembolsos, o devido empenhamento, a respectiva baixa, a emissão de cheque nominal com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 09/04/2015 e 31/12/2016.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 40/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do TOMADA DE PREÇOS N.º 06/2014, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A REFORMA DO GALPÃO DE GASTRONOMIA DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO. Motivo: Necessidade de alteração no projeto para adequação da obra aos requisitos do BRDE. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 12/2015

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 47/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 12/2015, QUE TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AFONSO KOHLER, COM EXTENSÃO DO TRECHO 1 DE 197,12 METROS E TRECHO 2 COM EXTENSÃO DE 397,69 METROS, E RUA SERGIO GAPSKI, COM EXTENSÃO TOTAL DE 505,60 METROS.

Aos 10 (dez) dias, do mês de abril do ano de 2015, às 09h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Sr. Cláudio Henrique Mathias, nomeados pela Portaria nº 308/2014, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP representada por RICARDO DOLATA NUNES E PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA sem representante presente. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, também lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representante presente. Todos os CNPJ e CPF dos participantes da licitação foram consultados no portal www.portaltransparencia.gov.br, não constando restrição à nenhuma das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representante presente. Dando sequência aos tramites, foram abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação de todas as participantes, os quais foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação e representante presente. A Comissão de Licitação após análise detalhada da documentação apresentada concedeu a palavra aos participantes para que os mesmos se manifestassem com relação a documentação apresentada, sendo que todos declinaram de usá-la. A Comissão proferiu então sua decisão. A Comissão por entender que a documentação apresentada atende as exigências do Edital declarou as empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP E PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA habilitadas no certame. Tendo em vista que as empresas assinaram o termo de renúncia quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, a Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP E PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade da proposta, a qual estava devidamente lacrada. Abertos os envelopes de propostas das empresas HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: LOTE 01 em 1º a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP com o valor global de R\$ 611.825,55 e em 2º a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor global de R\$ 659.946,61 e LOTE 02 em 1º a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP com o valor global de R\$ 464.722,38 e em 2º a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA com o valor global de R\$ 501.283,12. A Comissão de Licitação declarou VENCEDORA do lote 01 a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP com o valor global de R\$ 611.825,55 e do LOTE 02 a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP com o valor global de R\$ 464.722,38. A Comissão de Licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representante presente.

Paulo Cesar Safanelli
Presidente

Cláudio Henrique Mathias
Secretário

Cleison Tarcisio Fuck
Membro

CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
RICARDO DOLATA NUNES

TERMO DE RENÚNCIA
HABILITAÇÃO

Os representante da empresa participante do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2015, abaixo assinados, declara, conforme previsto no Artigo 43, Inciso III, da Lei 8.666/93, que não pretendem recorrer da decisão da Comissão de Licitação que julgou os documentos de habilitação para o certame acima, considerando HABILITADAS as empresas CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA E PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, renunciando, assim expressamente, ao direito de recurso da fase de habilitação e ao prazo respectivo, e, concordando assim, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço das proponentes habilitadas.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2015.
CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
RICARDO DOLATA NUNES
TERMO DE RENÚNCIA
PROPOSTAS

Os representantes das empresas participantes do PROCESSO LICITATÓRIO Nº Nº 210/2014, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2014, abaixo assinados, declaram, que não pretendem recorrer da decisão da Comissão de Licitação que julgou as propostas de preço para o certame acima, renunciando, assim expressamente, a interposição de recursos contra o julgamento da fase das propostas de preço e ao prazo respectivo, e, concordando assim, com o curso do procedimento licitatório, facultando, desta forma, a imediata homologação e adjudicação do objeto lícitado.

Canoinhas/SC, 13 de janeiro de 2015.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº FMDR 02/2015

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMDR 02/2015

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. FMDR 02/2015

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 04/05/2015, às 10h00min, licitação AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CAÇAMBA DIANTEIRA, COM CAPACIDADE DE 0,80 M³, COM 1000 MM DE BOCA, PARA A ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC160 KOMATSU Nº 72, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 04/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): <http://bll.org.br/>.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO
Nº PMC 40/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 64/2015
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. PMC 40/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 27/04/2015, às 15h00min, licitação AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO NOVO, ZERO KILOMETRO, DESTINADO a SECRETARIA MUNICIPAL de DESENVOLVIMENTO RURAL DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 27/04/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL
Nº FMDR 03/2015**

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMDR 03/2015
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMDR 03/2015

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 30/04/2015, às 14h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 12 BOTTÕES DE SÊMEN CAPACIDADE 20 LITROS DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 13h55min do dia 30/04/2015. Informações (47) 3621-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° PMC 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/54

Total dos Itens Vencedores: 701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA, COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS; DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1 - 7967 - COPO.DESCArtÁVEL DE 50 ML. PACOTES COM 100 COPOS CADA - Unidade: PCT

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	MINAPLAST	2.300.000	0,0000	1,1700	2.691,00	Perdeu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	CRISTAL	2.300.000	0,0000	1,1600	2.668,00	Venceu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MINAPLAST	2.300.000	0,0000	1,2500	2.875,00	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTALPLAST	2.300.000	0,0000	1,2500	2.875,00	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	COPOZAN	2.300.000	0,0000	1,2800	2.944,00	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.300.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.300.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 2 - 25316 - COPO.DESCArtÁVEL DE 100 ML. PACOTES COM 100 COPOS - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	COPOZAN	3.170.000	0,0000	1,8000	5.706,00	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		3.170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		3.170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		3.170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		3.170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	3.170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		3.170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 3 - 25317 - COPO.DESCArtÁVEL DE 180 ML. PACOTES COM 100 COPOS - Unidade: PCT

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	MINAPLAST	2.570.000	0,0000	2,3400	6.013,80	Perdeu	1 ****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MINAPLAST	2.570.000	0,0000	2,3200	5.962,40	Desclassif.	2
15736	M. MOBILE EIRELI	CRISTAL	2.570.000	0,0000	2,4900	6.399,30	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	IBRASCOPO	2.570.000	0,0000	2,5800	6.630,60	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	COPOZAN	2.570.000	0,0000	2,5900	6.656,30	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.570.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.570.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/54

701.860,07

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2015

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 4 - 11273 - COPOS PLÁSTICOS DE 200 ML, C/100 UNID. - Unidade: PCT

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	MINAPLAST	800.000	0,0000	2,4700	1.976,00	Perdeu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	CRISTAL	800.000	0,0000	2,4600	1.968,00	Venceu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	COPOZAN	800.000	0,0000	2,8500	2.280,00	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MINAPLAST	800.000	0,0000	2,9500	2.360,00	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 5 - 26851 - COPOS DESCARTAVEIS 300 ML PCT COM 100 UND - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	IBRASCOPO	2.000.000	0,0000	3,2000	6.400,00	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	MINAPLAST	2.000.000	0,0000	3,9700	7.940,00	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	COPOZAN	2.000.000	0,0000	4,1400	8.280,00	Perdeu	3
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 6 - 5991 - SACOS DE LIXO 200 L PCT COM 5 SACOS - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPLASTIC	6.300.000	0,0000	2,8800	18.144,00	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	SABENSUL	6.300.000	0,0000	4,0800	25.704,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		6.300.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		6.300.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		6.300.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		6.300.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		6.300.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 3/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 7 - 5992 - SACO DE LIXO 150 L PCT COM 5 UND - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPLASTIC	6.050.000	0,0000	2,2200	13.431,00	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	SABENSUL	6.050.000	0,0000	4,0800	24.684,00	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	6.050.000	0,0000	4,4000	26.620,00	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOSSO LIXO	6.050.000	0,0000	4,4200	26.741,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		6.050.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		6.050.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		6.050.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 8 - 5993 - SACO DE LIXO 100 L C/ 5 UND - Unidade: PCT

15736	M. MOBILE EIRELI	EMBRAST	13.060.000	0,0000	1,4500	18.937,00	Venceu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	13.060.000	0,0000	1,4800	19.328,80	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ECOPLAN	13.060.000	0,0000	1,4900	19.459,40	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPLASTIC	13.060.000	0,0000	1,8100	23.638,60	Perdeu	4
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOSSO LIXO	13.060.000	0,0000	3,4300	44.795,80	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	COMETA	13.060.000	0,0000	4,1400	54.068,40	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		13.060.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 9 - 21710 - SACO DE LIXO, C/ CAPACIDADE 50 LITROS, EMBALAGEM COM 10. - Unidade: PCT

15736	M. MOBILE EIRELI	EMBRAST	7.465.000	0,0000	1,4500	10.824,25	Venceu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	7.465.000	0,0000	1,4800	11.048,20	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ECOPLAN	7.465.000	0,0000	1,4900	11.122,85	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPLASTIC	7.465.000	0,0000	2,2700	16.945,55	Perdeu	4
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOSSO LIXO	7.465.000	0,0000	3,4300	25.604,95	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	COMETA	7.465.000	0,0000	3,8500	28.740,25	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		7.465.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 4/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 10 - 5994 - SACOS DE LIXO 15 L PCT 20 SACOS - Unidade: PCT

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ECOPLAN	5.250.000	0,0000	1,1900	6.247,50	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAS	5.250.000	0,0000	1,1800	6.195,00	Venceu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	EMBARST	5.250.000	0,0000	1,4500	7.612,50	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPASTIC	5.250.000	0,0000	1,5900	8.347,50	Perdeu	4
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOSSO LIXO	5.250.000	0,0000	2,6800	14.070,00	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	COMETA	5.250.000	0,0000	3,7500	19.687,50	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		5.250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 11 - 5995 - SACOS DE LIXO 30 LITROS COM 10 UND - Unidade: PCT

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ECOPLAN	8.410.000	0,0000	1,1900	10.007,90	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAS	8.410.000	0,0000	1,1800	9.923,80	Venceu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPASTIC	8.410.000	0,0000	1,4200	11.942,20	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	SABENSUL	8.410.000	0,0000	2,2500	18.922,50	Perdeu	4
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOSSO LIXO	8.410.000	0,0000	2,6800	22.538,80	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	COMETA	8.410.000	0,0000	3,6500	30.696,50	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		8.410.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 12 - 285 - EMBALAGEM PLÁSTICA DESCARTAVEL, C/ 100 UN. DE 5 LITROS CADA - Unidade: ROLO

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MEGA	2.130.000	0,0000	3,3100	7.050,30	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SABENSUL	2.130.000	0,0000	3,3000	7.029,00	Venceu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	BLUFORT	2.130.000	0,0000	3,6500	7.774,50	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SCPLAST	2.130.000	0,0000	3,7500	7.987,50	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	SABENSUL	2.130.000	0,0000	4,1900	8.924,70	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	MEGAMIL	2.130.000	0,0000	5,8000	12.354,00	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.130.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 5/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 13 - 25319 - LIMPADOR DE PISOS. FRASCO COM 05 LITROS. DILUIÇÃO 1/19 - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	2.000.000	0,0000	6,9900	13.980,00	Desclassif.	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	UNIVERSAL	2.000.000	0,0000	8,6000	17.200,00	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	DA CASA	2.000.000	0,0000	8,9300	17.860,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 14 - 25320 - CERA LUSTRAVEL, APLICACAO A PURO. FRASCO COM 05 LITROS - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	DA CASA	1.200.000	0,0000	11,5800	13.896,00	Desclassif.	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1.200.000	0,0000	13,1000	15.720,00	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	GIRANDO SOL	1.200.000	0,0000	16,0000	19.200,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		1.200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 15 - 5951 - CERA LÍQUIDA INCOLOR, EMBALAGEM COM 750 ML - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ANDREIA	1.845.000	0,0000	2,3700	4.372,65	Perdeu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	RUBI	1.845.000	0,0000	2,3600	4.354,20	Venceu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RUBI	1.845.000	0,0000	2,4800	4.575,60	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	BRILMAX	1.845.000	0,0000	2,5200	4.649,40	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.845.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		1.845.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.845.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 6/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 16 - 12709 - CERA LIQUIDA AMARELA, FRASCO COM 750 ML. - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ANDREIA	550,000	0,0000	2,3700	1.303,50	Perdeu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	RUBI	550,000	0,0000	2,3600	1.298,00	Venceu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RUBI	550,000	0,0000	2,4800	1.364,00	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	550,000	0,0000	3,1000	1.705,00	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		550,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		550,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		550,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 17 - 5964 - CERA LIQUIDA VERMELHA, EMBALAGEM COM 750 ML. - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ANDREIA	180,000	0,0000	2,3700	426,60	Perdeu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	RUBI	180,000	0,0000	2,3600	424,80	Venceu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RUBI	180,000	0,0000	2,4800	446,40	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	BRILMAX	180,000	0,0000	2,5200	453,60	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		180,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		180,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		180,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 18 - 5996 - CERA EM PASTA INCOLOR 4,5 KG - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ANDREIA	450,000	0,0000	56,8000	25.560,00	Desclassif.	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	450,000	0,0000	57,5500	25.897,50	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	GUANABARA	450,000	0,0000	59,0000	26.550,00	Perdeu	3
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		450,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		450,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		450,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GUANABARA	450,000	0,0000	68,4000	30.780,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 7/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 19 - 5997 - CERA EM PASTA INCOLOR COM 375 GRS - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ANDREIA	675.000	0,0000	6,6500	4.488,75	Perdeu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	675.000	0,0000	6,7800	4.576,50	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GUANABARA	675.000	0,0000	6,6400	4.482,00	Desclassif.	3
15736	M. MOBILE EIRELI	GUANABARA	675.000	0,0000	7,4000	4.995,00	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		675.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		675.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		675.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 20 - 5998 - CERA EM PASTA VERMELHA COM 375 GRS - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ANDREIA	85.000	0,0000	6,6500	565,25	Perdeu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	85.000	0,0000	6,7800	576,30	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GUANABARA	85.000	0,0000	6,6400	564,40	Venceu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	GUANABARA	85.000	0,0000	7,4000	629,00	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		85.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		85.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		85.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 21 - 5999 - CERA EM PASTA AMARELA COM 375 GRS - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ANDREIA	220.000	0,0000	6,6500	1.463,00	Perdeu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	220.000	0,0000	6,7800	1.491,60	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GUANABARA	220.000	0,0000	6,6400	1.460,80	Venceu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	GUANABARA	220.000	0,0000	7,4000	1.628,00	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		220.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		220.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		220.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 8/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 22 - 6000 - LUSTRA MÓVEIS COM 200 ML - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIX	1.095.000	0,0000	1,4400	1.576,80	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	WORKER	1.095.000	0,0000	1,4300	1.565,85	Venceu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	WORKER	1.095.000	0,0000	1,6500	1.806,75	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	WORKER	1.095.000	0,0000	1,6900	1.850,55	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	GIOCA	1.095.000	0,0000	2,7500	3.011,25	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	AZULIM	1.095.000	0,0000	3,8000	4.161,00	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.095.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 23 - 5956 - DESINFETANTE LÍQUIDO PARA BANHEIRO, TIPO PINHO, COM 2 LTS - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	4.210.000	0,0000	2,2600	9.514,60	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	KL-LAR	4.210.000	0,0000	2,9700	12.503,70	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ALPES	4.210.000	0,0000	3,2700	13.766,70	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ATIVO	4.210.000	0,0000	3,3200	13.977,20	Perdeu	4
15736	M. MOBILE EIRELI	SUPERPLUS	4.210.000	0,0000	3,3600	14.145,60	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	SUPERCLEAN	4.210.000	0,0000	3,3800	14.229,80	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		4.210.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 24 - 25321 - DESINFETANTE PARA BANHEIRO, FRAGANCIA EUCALIP. FRASCO C/ 02 - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	3.225.000	0,0000	2,2600	7.288,50	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	KL-LAR	3.225.000	0,0000	2,9700	9.578,25	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ALPES	3.225.000	0,0000	3,2700	10.545,75	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ATIVO	3.225.000	0,0000	3,3200	10.707,00	Perdeu	4
15736	M. MOBILE EIRELI	SUPERPLUS	3.225.000	0,0000	3,3600	10.836,00	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	SUPERCLEAN	3.225.000	0,0000	3,3800	10.900,50	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		3.225.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 9/54

Processo / Ano:		3/2015		Processo Administrativo:		701.860,07		
Licitação.....:		1/2015 - CC						
Modalidade.....:		Concorrência p/ Compras e Serviços						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.						
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 25 - 21035 - DESINFETANTE PARA BANHEIRO. FRAGANCIA LAVANDA COM 02 LITROS - Unidade: FRS								
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	3.615.000	0,0000	2,2600	8.169,90	Desclassif.	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	KL-LAR	3.615.000	0,0000	2,9700	10.736,55	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ALPES	3.615.000	0,0000	3,2700	11.821,05	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ATIVO	3.615.000	0,0000	3,3200	12.001,80	Perdeu	4
15736	M. MOBILE EIRELI	SUPERPLUS	3.615.000	0,0000	3,3600	12.146,40	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	SUPERCLEAN	3.615.000	0,0000	3,3800	12.218,70	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		3.615.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 26 - 6001 - PEDRA SANITARIA + GANCHO MÍNIMO 25 GRAMAS - Unidade: UN								
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SANI	5.100.000	0,0000	0,6900	3.519,00	Desclassif.	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	SANY	5.100.000	0,0000	0,7100	3.621,00	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	SANY	5.100.000	0,0000	0,7600	3.876,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	SUAVER	5.100.000	0,0000	0,8900	4.539,00	Perdeu	4
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SANY	5.100.000	0,0000	0,9800	4.998,00	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	SANY	5.100.000	0,0000	1,1000	5.610,00	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		5.100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 27 - 6002 - SAPONÁCEO CREMOSO 300 ML - Unidade: FRS								
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	SANY MIX	1.015.000	0,0000	2,1800	2.212,70	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SANI	1.015.000	0,0000	2,1700	2.202,55	Venceu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	SANY	1.015.000	0,0000	2,4000	2.436,00	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SANY	1.015.000	0,0000	2,4200	2.456,30	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.015.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.015.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.015.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 10/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 28 - 5936 - SAPONÁCEO EM BARRA EMBALAGEM COM 200 GRAMAS - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GIRANDO SOL	2.000.000	0,0000	1,2000	2.400,00	Desclassif.	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	RADIUM	2.000.000	0,0000	1,4200	2.840,00	Venceu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 29 - 44952 - SABÃO EM PÓ CAIXA COM 01 KG. - Unidade: CXA

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	CLASS	10.326.000	0,0000	2,7800	28.706,28	Perdeu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ULTRA CLASS	10.326.000	0,0000	2,7700	28.603,02	Desclassif.	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	TIXAN MACIEZ	10.326.000	0,0000	5,1600	53.282,16	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	GIRANDO SOL	10.326.000	0,0000	5,1600	53.282,16	Perdeu	4
15736	M. MOBILE EIRELI	TIXAN	10.326.000	0,0000	5,5800	57.619,08	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		10.326.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		10.326.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 30 - 5831 - SABÃO DE PEDRA C/ 200 GR - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	BARRA NOVA	2.456.000	0,0000	0,5600	1.375,36	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ZAVASKI	2.456.000	0,0000	0,6800	1.670,08	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	UNIVERSAL	2.456.000	0,0000	0,7300	1.792,88	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	GIRANDO SOL	2.456.000	0,0000	1,0600	2.603,36	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.456.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		2.456.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.456.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 11/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 31 - 21943 - SABONETE EMBALAGEM COM 90G - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	LILI	1.426.000	0,0000	0,5400	770,04	Venceu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ALBANY	1.426.000	0,0000	0,8700	1.240,62	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.426.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.426.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		1.426.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	1.426.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.426.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 32 - 5850 - CREME DENTAL 90GR C/ FLÚOR - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	IOE FRESH	1.100.000	0,0000	0,8500	935,00	Venceu	1 ****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FREEDENT	1.100.000	0,0000	1,4500	1.595,00	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DENTIL	1.100.000	0,0000	1,6600	1.826,00	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	DENTIL	1.100.000	0,0000	1,6900	1.859,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 33 - 11406 - ÁGUA SANITÁRIA, FRASCO COM 1 LITRO - Unidade: FR

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ATIVO	10.710.000	0,0000	1,2100	12.959,10	Desclassif.	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	10.710.000	0,0000	1,2700	13.601,70	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	KL-LAR	10.710.000	0,0000	1,2900	13.815,90	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	SUPERPLUS	10.710.000	0,0000	1,3000	13.923,00	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	DA ILHA	10.710.000	0,0000	1,4800	15.850,80	Perdeu	5
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ZAVASKI	10.710.000	0,0000	1,5300	16.386,30	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		10.710.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 12/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 34 - 10220 - DETERGENTE PARA LOUCA COM 500 ML - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	LILI	21.255.000	0,0000	1,0400	22.105,20	Perdeu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	KL-LAR	21.255.000	0,0000	1,0500	22.317,75	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ZAWASKI	21.255.000	0,0000	1,0300	21.892,65	Venceu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	ZAVASKI	21.255.000	0,0000	1,1200	23.805,60	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		21.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		21.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		21.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 35 - 15066 - LIXEIRA PLÁSTICA C/ PEDAL 15 LT - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ARQPLAST	244.000	0,0000	8,7800	2.142,32	Venceu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	PLASVALE	244.000	0,0000	22,0000	5.368,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		244.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		244.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		244.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	244.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		244.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 36 - 25323 - LIMPADOR DE VIDROS COM 500 ML - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIX	1.326.000	0,0000	1,1400	1.511,64	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	DA ILHA	1.326.000	0,0000	1,5900	2.108,34	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	SUPERPLUS	1.326.000	0,0000	1,7000	2.254,20	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	DA ILHA	1.326.000	0,0000	1,8500	2.453,10	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	WORKER	1.326.000	0,0000	1,8500	2.453,10	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	DA ILHA	1.326.000	0,0000	1,9900	2.638,74	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.326.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 13/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 37 - 5959 - PANO DE CHÃO ALVEJADO TAM 70 X 50 CM 1° QUALIDADE BRANCO - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	MARTINS	6.276.000	0,0000	2,0000	12.552,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	6.276.000	0,0000	2,1900	13.744,44	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	PANOSUL	6.276.000	0,0000	2,5900	16.254,84	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARTINS	6.276.000	0,0000	2,8500	17.886,60	Perdeu	4
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	FLABOM	6.276.000	0,0000	3,6600	22.970,16	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	MARTIM	6.276.000	0,0000	3,9500	24.790,20	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		6.276.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 38 - 6004 - SACO PARA PANO DE CHÃO ALVEJADO, 70X50 1° QUALIDADE - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	MARTINS	1.270.000	0,0000	2,0000	2.540,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	1.270.000	0,0000	2,1900	2.781,30	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	PANOSUL	1.270.000	0,0000	2,7500	3.492,50	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARTINS	1.270.000	0,0000	2,8500	3.619,50	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	MARTIM	1.270.000	0,0000	3,8500	4.889,50	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.270.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1.270.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 39 - 25325 - SACO PARA PANO DE CHÃO NÃO ALVEJADO, - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	2.890.000	0,0000	1,6400	4.739,60	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	MARTINS	2.890.000	0,0000	1,9000	5.491,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	PANOSUL	2.890.000	0,0000	2,7500	7.947,50	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARTINS	2.890.000	0,0000	2,8500	8.236,50	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	MARTIM	2.890.000	0,0000	3,8500	11.126,50	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.890.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		2.890.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 14/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 40 - 5902 - ESPONJA PARA LIMPEZA DUPLA FACE. LOUCA. - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	CONDOR	10.675.000	0,0000	0,3300	3.522,75	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BETANIN	10.675.000	0,0000	0,3200	3.416,00	Venceu	2
115736	M. MOBILE EIRELI	BETTANIN	10.675.000	0,0000	0,5500	5.871,25	Perdeu	3
113945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ALKLIN	10.675.000	0,0000	0,5800	6.191,50	Perdeu	4
16099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	SCOTHEBRITE	10.675.000	0,0000	1,2900	13.770,75	Perdeu	5
116506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	ESFREBOM	10.675.000	0,0000	1,8500	19.748,75	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		10.675.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 41 - 5937 - ESPONJA DE LÁ DE AÇO. PCT COM 08 UNIDADES - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	INOVE	3.752.000	0,0000	0,7900	2.964,08	Venceu	1 ****
115736	M. MOBILE EIRELI	INOVE	3.752.000	0,0000	0,9500	3.564,40	Perdeu	2
113945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	INOVE	3.752.000	0,0000	1,0500	3.939,60	Perdeu	3
16099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	INOVE	3.752.000	0,0000	1,2900	4.840,08	Perdeu	4
116506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	ASSOLAN	3.752.000	0,0000	1,8500	6.941,20	Perdeu	5
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	INOVE	3.752.000	0,0000	1,8500	6.941,20	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		3.752.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 42 - 5962 - ESPONJA DE AÇO. PACOTES COM 02 UNIDADES - Unidade: PCT

115736	M. MOBILE EIRELI	INOVE	1.790.000	0,0000	1,4500	2.595,50	Venceu	1 ****
16099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	RELUZ	1.790.000	0,0000	1,7500	3.132,50	Perdeu	2
116506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	BRINOX	1.790.000	0,0000	1,8000	3.222,00	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1.790.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.790.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
113945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		1.790.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
116058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1.790.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 15/54

701.860,07

Processo Administrativo:

3/2015

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 43 - 6974 - PALHA DE ACO Nº 0 - Unidade: UN

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	INOVE	364.000	0,0000	0,5400	196,56	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	INOVE	364.000	0,0000	0,7000	254,80	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	RELUZ	364.000	0,0000	1,1200	407,68	Perdeu	3
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	MUNDIAL	364.000	0,0000	2,4000	873,60	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		364.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		364.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		364.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 44 - 25326 - FLANELA PARA LIMPEZA TAMANHO APROX. 35X55 CM. - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	MARTINS	1.476.000	0,0000	1,2500	1.845,00	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARTINS	1.476.000	0,0000	1,4500	2.140,20	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	flabom	1.476.000	0,0000	1,7500	2.583,00	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	1.476.000	0,0000	1,9000	2.804,40	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	FLABOM	1.476.000	0,0000	1,9500	2.878,20	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.476.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.476.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 45 - 41848 - PANO DE PRATO EM ALGODÃO TAM. APROX. 70 X 50 CM - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MARTINS	2.342.000	0,0000	0,9500	2.224,90	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	FLABOM SEMANINH	2.342.000	0,0000	1,8700	4.379,54	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	MARTINS	2.342.000	0,0000	1,9500	4.566,90	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARTINS	2.342.000	0,0000	2,1000	4.918,20	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	MARTIM	2.342.000	0,0000	2,9000	6.791,80	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		2.342.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.342.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 16/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 46 - 7577 - PAPEL HIGIÊNICO COM 08 ROLOS DE 300 M 1ª QUALIDADE - Unidade: PCI

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	LITOPEL	2.230.000	0,0000	17,8900	39.894,70	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ALVEFLOR	2.230.000	0,0000	20,2800	45.224,40	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	TAYÚ	2.230.000	0,0000	20,4000	45.492,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	FAMILIAR	2.230.000	0,0000	21,9500	48.948,50	Perdeu	4
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	QUALILUX	2.230.000	0,0000	22,4000	49.952,00	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.230.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.230.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 47 - 5856 - PAPEL HIGIENICO COM 4 ROLOS COM 60 METROS CADA PICOTADO - Unidade: PCI

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	FAMILIAR	18.805.000	0,0000	1,8200	34.225,10	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	FAMILIAR	18.805.000	0,0000	2,2300	41.935,15	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ALPES	18.805.000	0,0000	2,3500	44.191,75	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	BOB	18.805.000	0,0000	2,5500	47.952,75	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL	FOFINHO	18.805.000	0,0000	3,1800	59.799,90	Perdeu	5
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NESS	18.805.000	0,0000	3,2200	60.552,10	Perdeu	6
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	STAR	18.805.000	0,0000	3,4800	65.441,40	Perdeu	7

Item.....: 48 - 5976 - GUARDANAPOS DE PAPEL COM 50 UNIDADES CADA DE 30X31 - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BOB	3.930.000	0,0000	1,2100	4.755,30	Venceu	1 ****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FACE A FACE	3.930.000	0,0000	1,2300	4.833,90	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	BOB	3.930.000	0,0000	1,2400	4.873,20	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PEGG	3.930.000	0,0000	1,2500	4.912,50	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	SORELLA	3.930.000	0,0000	1,7500	6.877,50	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL	SORELLA	3.930.000	0,0000	1,7500	6.877,50	Perdeu	6
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	NOBRE	3.930.000	0,0000	2,4500	9.628,50	Perdeu	7

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 17/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 49 - 7966 - GUARDANAPOS DE PAPEL COM 50 UNIDADES CADA DE 22,0X23,0 CM - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	BOB	3.460.000	0,0000	0,6000	2.076,00	Venceu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BOB	3.460.000	0,0000	0,6200	2.145,20	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FACE A FACE	3.460.000	0,0000	0,7300	2.525,80	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PEGG	3.460.000	0,0000	0,8600	2.975,60	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	SORELLA	3.460.000	0,0000	0,9400	3.252,40	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL	SORELLA	3.460.000	0,0000	0,9500	3.287,00	Perdeu	6
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	NOBRE	3.460.000	0,0000	1,8000	6.228,00	Perdeu	7

Item.....: 50 - 7864 - PAPEL TOALHA INTERFOLHAS C/ 1.000 UN. CREME - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	DAELE	6.327.000	0,0000	4,0900	25.877,43	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MASTERSUL	6.327.000	0,0000	4,0800	25.814,16	Venceu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	POLO	6.327.000	0,0000	4,6800	29.610,36	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	QUALILUX	6.327.000	0,0000	4,9000	31.002,30	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	SUMMER	6.327.000	0,0000	6,3500	40.176,45	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		6.327.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		6.327.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 51 - 21444 - PAPEL TOALHA (2 ROLOS) - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	CLARYS	6.930.000	0,0000	1,9500	13.513,50	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	BOB	6.930.000	0,0000	2,2000	15.246,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	PEGG	6.930.000	0,0000	2,3800	16.493,40	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PEGG	6.930.000	0,0000	2,4200	16.770,60	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL	SORELLA	6.930.000	0,0000	2,6600	18.433,80	Perdeu	5
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SORELLA	6.930.000	0,0000	2,7300	18.918,90	Perdeu	6
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		6.930.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 18/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 52 - 5591 - ALCOOLETILICO HIDRATADO 92.8 GRAUS INPM. COM 1 LITRO - Unidade: FRS

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FLOPS	4.668.000	0,0000	4,1300	19.278,84	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	DA ILHA	4.668.000	0,0000	4,2000	19.605,60	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	CHEMIX	4.668.000	0,0000	4,4700	20.865,96	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DA ILHA	4.668.000	0,0000	5,3000	24.740,40	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		4.668.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		4.668.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		4.668.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 53 - 5980 - ALCOOL EM GEL 70% COM ALOE VERA. FRASCO DOSADOR DE 2 LITROS. - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	SAUBA	7.255.000	0,0000	23,8000	172.669,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		7.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		7.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		7.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		7.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		7.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		7.255.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 54 - 7264 - DESODORIZADOR DE AMBIENTE SPRAY - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	PUROR	1.060.000	0,0000	5,8500	6.201,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ULTRAFLECH	1.060.000	0,0000	6,2500	6.625,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.060.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.060.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		1.060.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1.060.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.060.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 19/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 55 - 25328 - FOSFORO MÍN. 5 CM. DE COMPRIMENTO CADA CAIXA 240 PALITOS. - Unidade: CXA

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		830.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		830.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		830.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	830.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		830.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		830.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	FIAT LUX	830.000	0,0000	2,2700	1.884,10	Desclassif.	0

Item.....: 56 - 25329 - FOSFORO, CAIXA COM 40 PALITOS. - Unidade: CXA

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	G LUX	90.000	0,0000	0,2500	22,50	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	GABOARDI	90.000	0,0000	0,2500	22,50	Perdeu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	ZABRA	90.000	0,0000	0,2700	24,30	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		90.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		90.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		90.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		90.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 57 - 5862 - VASSOURA DE NYLON COM CABO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	2.256.000	0,0000	3,5700	8.053,92	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARINGA	2.256.000	0,0000	3,8500	8.685,60	Perdeu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	2.256.000	0,0000	4,1200	9.294,72	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		2.256.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.256.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	2.256.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.256.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 20/54

701.860,07

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2015

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 58 - 19573 - VASSOURA DE PELO SINTETICO COM CABO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	933.000	0,0000	3,8500	3.592,05	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	933.000	0,0000	4,1200	3.843,96	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	933.000	0,0000	5,9000	5.504,70	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		933.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		933.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		933.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		933.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 59 - 7869 - RODO DE ESPUMA COM CABO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	1.274.000	0,0000	3,8500	4.904,90	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	1.274.000	0,0000	4,1200	5.248,88	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARINGÁ	1.274.000	0,0000	5,5500	7.070,70	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	1.274.000	0,0000	5,6400	7.185,36	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	DMW	1.274.000	0,0000	9,8000	12.485,20	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	PANOSUL	1.274.000	0,0000	9,8500	12.548,90	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.274.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 60 - 9556 - RODO DE BORRACHA DUPLA C/ CABO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	968.000	0,0000	3,8000	3.678,40	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	968.000	0,0000	4,1200	3.988,16	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	968.000	0,0000	4,7500	4.598,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		968.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		968.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		968.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		968.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 21/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 61 - 5966 - ESCOVA DE LIMPEZA COM CABO, PARA VASO SANITÁRIO, NYLON - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	876.000	0,0000	2,6000	2.277,60	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	STARHOUSE	876.000	0,0000	2,8500	2.496,60	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	CONDOR	876.000	0,0000	3,5200	3.083,52	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		876.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		876.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	876.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		876.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 62 - 7203 - ESCOVA DE MAO PARA LIMPEZA (COM CERDAS DE NYLON) - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PRIMAVERA	429.000	0,0000	1,2900	553,41	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	429.000	0,0000	1,6200	694,98	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	429.000	0,0000	2,4000	1.029,60	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	LORENZON	429.000	0,0000	2,4500	1.051,05	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	CONDOR	429.000	0,0000	3,1000	1.329,90	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		429.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		429.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 63 - 6146 - ESCOVA PARA CHÃO COM CERDAS DE NYLON E CABO, - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	515.000	0,0000	3,8500	1.982,75	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	515.000	0,0000	4,1200	2.121,80	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	515.000	0,0000	5,6400	2.904,60	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		515.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		515.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		515.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		515.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 22/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 64 - 11572 - ESFREGADEIRA DE ROUPAS - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	64,000	0,0000	15,8800	1,016,32	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	64,000	0,0000	18,0000	1,152,00	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	64,000	0,0000	20,0000	1,280,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		64,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		64,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		64,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		64,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 65 - 5942 - BALDE PLÁSTICO COM SUPORTE DE METAL, COM CAP. MINIMA DE 13 L. - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ARQPLAST	794,000	0,0000	3,5800	2,842,52	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ARGPLAST	794,000	0,0000	3,7600	2,985,44	Venceu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	ARQPLAST	794,000	0,0000	3,8000	3,017,20	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ARQPLAST	794,000	0,0000	4,1000	3,255,40	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	ARQPLAST	794,000	0,0000	11,8000	9,369,20	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		794,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		794,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 66 - 5944 - PÁ PLÁSTICA PARA LIXO - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	SUPERCORDA	455,000	0,0000	1,2800	582,40	Perdeu	1 ****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MARINGA	455,000	0,0000	1,2600	573,30	Venceu	2
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	POLICORDA	455,000	0,0000	1,4600	664,30	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	BRASIL	455,000	0,0000	1,6600	755,30	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		455,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		455,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	COLOMBINA	455,000	0,0000	1,6000	728,00	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 23/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 67 - 6005 - LUVAS DE BORRACHA PARA LIMPEZA TAMANHO P - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	1.725.000	0,0000	1,7700	3.053,25	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	VOLK	1.725.000	0,0000	1,9900	3.432,75	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TALGE	1.725.000	0,0000	2,1000	3.622,50	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	1.725.000	0,0000	2,1900	3.777,75	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	IDEATEX	1.725.000	0,0000	3,4000	5.865,00	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.725.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.725.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 68 - 5946 - LUVAS DE BORRACHA PARA LIMPEZA TAMANHO M - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	2.455.000	0,0000	1,7700	4.345,35	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	VOLK	2.455.000	0,0000	1,9900	4.885,45	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TALGE	2.455.000	0,0000	2,1000	5.155,50	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	2.455.000	0,0000	2,1900	5.376,45	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	IDEATEX	2.455.000	0,0000	3,4000	8.347,00	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		2.455.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.455.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 69 - 5947 - LUVAS DE BORRACHA PARA LIMPEZA TAMANHO G - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	1.345.000	0,0000	1,7700	2.380,65	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	VOLK	1.345.000	0,0000	1,9900	2.676,55	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TALGE	1.345.000	0,0000	2,1000	2.824,50	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	1.345.000	0,0000	2,1900	2.945,55	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	IDEATEX	1.345.000	0,0000	3,4000	4.573,00	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.345.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.345.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 24/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 70 - 6006 - LUVAS DE BORRACHA P 100% LATEX FORRO 100% ALGODÃO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	686.000	0,0000	1,7700	1.214,22	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	VOLK	686.000	0,0000	1,9900	1.365,14	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TALGE	686.000	0,0000	2,1000	1.440,60	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	686.000	0,0000	2,1900	1.502,34	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		686.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		686.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		686.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 71 - 6007 - LUVAS DE BORRACHA M 100% LATEX FORRO 100% ALGODÃO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	606.000	0,0000	1,7700	1.072,62	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	VOLK	606.000	0,0000	1,9900	1.205,94	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TALGE	606.000	0,0000	2,1000	1.272,60	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	606.000	0,0000	2,1900	1.327,14	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		606.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		606.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		606.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 72 - 6008 - LUVAS DE BORRACHA G 100% LATEX FORRO 100% ALGODÃO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	100.000	0,0000	1,7700	177,00	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	VOLK	100.000	0,0000	1,9900	199,00	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TALGE	100.000	0,0000	2,1000	210,00	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VOLK	100.000	0,0000	2,1900	219,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 25/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 73 - 25330 - DENGORDURANTE EMBALAGEM SQUEEZE COM 500 ML. - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	WORKER	785.000	0,0000	1,6500	1.295,25	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	QBOA	785.000	0,0000	2,9500	2.315,75	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	Q BOA	785.000	0,0000	3,6000	2.826,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	BRILHOLAC	785.000	0,0000	5,7900	4.545,15	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		785.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		785.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		785.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 74 - 7204 - GRAMPO PARA PENDURAR ROUPAS - Unidade: DZ

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	GABOARDI	1.062.000	0,0000	0,8800	934,56	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	KEPREND	1.062.000	0,0000	0,9800	1.040,76	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BOM PACK	1.062.000	0,0000	1,1000	1.168,20	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	1.062.000	0,0000	1,5000	1.593,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	THEOTO	1.062.000	0,0000	2,1500	2.283,30	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	DINDA	1.062.000	0,0000	2,2000	2.336,40	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.062.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 75 - 25331 - INSETICIDA AEROSOL, FRASCO 300 ML. - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	FORT	310.000	0,0000	4,0500	1.255,50	Desclassif.	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	PIRINSET	310.000	0,0000	5,5400	1.717,40	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	MATINSET	310.000	0,0000	5,8600	1.816,60	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		310.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		310.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		310.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		310.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 26/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 76 - 11971 - EMBALAGENS PLÁSTICAS DESCARTÁVEIS. CAP. 03 KG. - Unidade: ROLO

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SABENSUL	1.140.000	0,0000	1,6500	1.881,00	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MEGA	1.140.000	0,0000	2,2600	2.576,40	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SC PLAST	1.140.000	0,0000	2,9800	3.397,20	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	BLUFORT	1.140.000	0,0000	3,2000	3.648,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	SABENSUL	1.140.000	0,0000	3,3500	3.819,00	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	MEGAMIL	1.140.000	0,0000	4,9000	5.586,00	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.140.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 77 - 25332 - SABONETE LÍQUIDO. FRASCO COM 05 LITROS. AROMA ERVA DOCE. - Unidade: FRS

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	1.270.000	0,0000	9,6400	12.242,80	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIX	1.270.000	0,0000	11,3500	14.414,50	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	MAX	1.270.000	0,0000	12,1500	15.430,50	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	NATSUME	1.270.000	0,0000	12,6000	16.002,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.270.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.270.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.270.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 78 - 25333 - TIRA LIMO EMBALAGEM SQUEEZE COM 500 ML. - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		520.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		520.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		520.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		520.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	520.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		520.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		520.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 27/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 79 - 25334 - **TOCAS DESCARTÁVEIS CONFECCIONADAS COM TNT PARA USO EM COZIN** - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	VABENE	1.365.000	0,0000	0,0700	95,55	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TALGE	1.365.000	0,0000	0,0900	122,85	Perdeu	2
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TALGE	1.365.000	0,0000	0,1100	150,15	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.365.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.365.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		1.365.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.365.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 80 - 7201 - **AMACIANTE PARA ROUPAS FRASCO C/ 02 LITROS.** - Unidade: FRS

15736	M. MOBILE EIRELI	UNIVERSAL	3.330.000	0,0000	2,6000	8.658,00	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	LILI	3.330.000	0,0000	2,8200	9.390,60	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	KL-LAR	3.330.000	0,0000	3,2800	10.922,40	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	3.330.000	0,0000	3,5000	11.655,00	Perdeu	4
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	QUALY	3.330.000	0,0000	3,9500	13.153,50	Perdeu	5
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	SUPERCLEAN	3.330.000	0,0000	3,9900	13.286,70	Perdeu	6
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		3.330.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 81 - 6009 - **ANTI MOFO 80 GRAMAS** - Unidade: POTE

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 28/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 82 - 25335 - PRATO DE PAPELÃO, 210 MM. - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RIO VERMELHO	250,000	0,0000	0,1500	37,50	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		250,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 83 - 42478 - PASTA LIMPADORA, MULTIUSO, ROSA, 500 GR (TIPO CRISTAL) - Unidade: POTE

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	UFE	500,000	0,0000	2,5300	1.265,00	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CRISTAL ROSA	500,000	0,0000	2,9800	1.490,00	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	CRISTAL	500,000	0,0000	3,0200	1.510,00	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ROSA	500,000	0,0000	3,4700	1.735,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		500,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 84 - 25337 - ROLO DE FILME DE PVC PARA ALIMENTOS, ROLO COM 30 METROS - Unidade: ROLO

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SABENSUL	590,000	0,0000	2,4900	1.469,10	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	GIROMIX	590,000	0,0000	2,6200	1.545,80	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	BLUFORT	590,000	0,0000	3,1500	1.858,50	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	SABENSUL	590,000	0,0000	4,1500	2.448,50	Perdeu	4
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		590,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		590,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		590,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 29/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 85 - 25338 - REFIL (PASTILHA) INSETICIDA PARA APARELHO ELÉTRICO. PCTE 12 - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PRINSET	50.000	0,0000	1,1400	57,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 86 - 25339 - FIO DENTAL, ROLO COM 50 METROS - Unidade: ROLO

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MED FIO	500.000	0,0000	1,3500	675,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DENTIL	500.000	0,0000	3,2800	1.640,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 87 - 7259 - GERADOR MANUAL DE FAÍSCAS PARA ACENDIMENTO DE FOGÃO A GÁS - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 30/54

701.860,07

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2015

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 88 - 33129 - **CONDICIONADOR PARA CABELO, FRASCO COM 350 ML - Unidade: FRS**

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MONANGE	720.000	0,0000	4,5900	3.304,80	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	DARLING	720.000	0,0000	4,7300	3.405,60	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	MONANGE	720.000	0,0000	4,9500	3.564,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 89 - 7261 - **DESODORANTE ROLL-ON COM PERFUME, FRASCO COM 50 ML - Unidade: FRS**

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GEOVANA	720.000	0,0000	5,9800	4.305,60	Perdeu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	GIOVANA BABY	720.000	0,0000	5,9800	4.305,60	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		720.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 90 - 35038 - **ENXAGUANTE BUCAL COM 250 ML - Unidade: Fr**

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DENTIL	100.000	0,0000	7,5800	758,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 31/54

701.860,07

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2015

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 91 - 25342 - SHAMPOO PARA CABELO, FRASCO COM 350 ML. - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	DARLING	780.000	0,0000	3,8200	2.979,60	Desclassif.	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MONANGE	780.000	0,0000	4,3000	3.354,00	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	MONANGE	780.000	0,0000	4,3000	3.354,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	ORIGEN	780.000	0,0000	4,3000	3.416,40	Perdeu	4
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		780.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		780.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		780.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 92 - 25343 - ESCOVA PARA CABELO - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 93 - 25344 - ESCOVA DE DENTE ADULTO - Unidade: UN

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	CKOVACS	1.050.000	0,0000	0,7200	756,00	Desclassif.	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	MED FIO	1.050.000	0,0000	0,9500	997,50	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MED FIO	1.050.000	0,0000	1,0000	1.050,00	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DENTIL	1.050.000	0,0000	1,7500	1.837,50	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.050.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.050.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		1.050.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 32/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 94 - 10068 - PENTE DE CABELO COM CABO - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 95 - 892 - APARELHO DE BARBEAR COM 02 LÂMINAS - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	LASER	290,000	0,0000	1,7500	507,50	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BIC	290,000	0,0000	1,9500	565,50	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	BIC	290,000	0,0000	4,1100	1,191,90	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		290,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		290,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		290,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		290,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 96 - 14361 - PACOTES COM 10 SACOS PARA LIXO REFORCADO COM CAPACIDADE 200 - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	SABENSUL	750,000	0,0000	7,1000	5,325,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		750,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		750,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		750,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		750,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPALSTIC	750,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		750,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 33/54

Processo / Ano:		3/2015		Processo Administrativo:		701.860,07				
Licitação.....:		1/2015 - CC								
Modalidade.....:		Concorrência p/ Compras e Serviços								
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.								
Fornecedor		Nome do Fornecedor		Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 97		-	45211		- SAPONÁCEO EM PÓ COM 300 GRAMAS - Unidade: Fr					
16058			REI DAS EMBALAGENS LTDA	SANY MIX	1.075,000	0,0000	1,0800	1.161,00	Venceu	1 *****
15736			M. MOBILE EIRELI	SANY	1.075,000	0,0000	1,2700	1.365,25	Perdeu	2
11952			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	SANI	1.075,000	0,0000	1,4100	1.515,75	Perdeu	3
13945			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SANY	1.075,000	0,0000	1,5600	1.677,00	Perdeu	4
16506			L & L CAVASSIM LTDA - ME	SANY	1.075,000	0,0000	3,4000	3.655,00	Perdeu	5
6099			SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		1.075,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166			CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.075,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 98		-	14362		- RODO COM BORRACHA DUPLA COM NO MÍNIMO 100 CM. COM CABO DE - Unidade: UN					
16058			REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	67,000	0,0000	7,0600	473,02	Desclassif.	1 *****
6099			SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		67,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		67,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166			CIA CANOINHAS DE PAPEL		67,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		67,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736			M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	67,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506			L & L CAVASSIM LTDA - ME		67,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 99		-	14363		- LIXEIRA TELADA CAP. MÍNIMA PARA 09 LITROS - Unidade: UN					
16058			REI DAS EMBALAGENS LTDA	ARQPLAST	252,000	0,0000	1,7800	448,56	Venceu	1 *****
13945			BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ARQPLAST	252,000	0,0000	2,1000	529,20	Perdeu	2
15736			M. MOBILE EIRELI	ARQPLAST	252,000	0,0000	2,5000	630,00	Perdeu	3
6099			SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		252,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952			PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		252,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166			CIA CANOINHAS DE PAPEL		252,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506			L & L CAVASSIM LTDA - ME		252,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 34/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 100 - 14364 - RATICIDA DOSE ÚNICA EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 15 GRAMAS - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	STRAIK	215.000	0,0000	0,8500	182,75	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		215.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		215.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		215.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		215.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	215.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		215.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 101 - 14365 - CAIXA ISCA MATA BARATAS COM 6 UNIDADES - Unidade: CXA

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MORTEIN	62.000	0,0000	12,2900	761,98	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		62.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		62.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		62.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		62.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	62.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		62.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 102 - 14366 - GARRAFA TÉRMICA 01 LITRO DE PRESSÃO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		164.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		164.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		164.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	164.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		164.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		164.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	TERMOLAR	164.000	0,0000	74,9000	12.283,60	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 35/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 103 - 6010 - CAIXAFARDO.COM.06 ROLOS DE PAPEL TOALHA BRANCO 200X20 - Unidade: CXA

15736	M. MOBILE EIRELI	DELLY	244,000	0,0000	42,6000	10,394,40	Desclassif.	1 ****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	QUALILUX	244,000	0,0000	44,8000	10,931,20	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	FAMILIAR	244,000	0,0000	45,8500	11,187,40	Perdeu	3
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MASTER SUL	244,000	0,0000	47,4400	11,575,36	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BOB	244,000	0,0000	49,5000	12,078,00	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		244,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		244,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 104 - 23821 - DEDEIRA EM LÁTEX Nº 4 COM 100 UNIDADES - Unidade: PCT

15736	M. MOBILE EIRELI	IDEATEX	125,000	0,0000	12,8500	1,581,25	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		125,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 105 - 37272 - GARRAFA TÉRMICA DE PRESSÃO MÍNIMO 1,7 LT - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		71,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		71,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		71,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	71,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		71,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		71,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	TERMOLAR	71,000	0,0000	94,8000	6,730,80	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 36/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 106 - 6013 - PAPEL HIGIENICO 60 ROLOS DE 60 METROS PICOTADO, ALTA MACIEZ - Unidade: FARD

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	FAMILIAR	1.423.000	0,0000	29,8000	42.405,40	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	FAMILIAR	1.423.000	0,0000	32,0400	45.592,92	Perdeu	2
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	STAR	1.423.000	0,0000	55,9000	79.545,70	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		1.423.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		1.423.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		1.423.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	1.423.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 107 - 6014 - VASSOURA PELO SINTETICO PRETA E BRANCA CABO DE METAL 60 CM - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ESPLANADA	340.000	0,0000	4,1200	1.400,80	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	340.000	0,0000	13,1000	4.454,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		340.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		340.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		340.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		340.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		340.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 108 - 6015 - POLIDOR PARA METAIS FINOS 200ML PRATA E CROMADO - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		10.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 37/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 109 - 6016 - DISPENSER PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHA 2 E 3 DOBRAS-BRANCO - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	BELLPLUS	105.000	0,0000	16,9000	1.774,50	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PREMISSE	105.000	0,0000	18,3600	1.927,80	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOBRE	105.000	0,0000	20,8500	2.189,25	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	105.000	0,0000	25,1500	2.640,75	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		105.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		105.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		105.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 110 - 6017 - DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO OU ALCCOL GEL 800 ML COR BRA - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	BELLPLUS	133.000	0,0000	16,9000	2.247,70	Venceu	1 ****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOBRE	133.000	0,0000	18,0600	2.401,98	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PREMISSE	133.000	0,0000	27,6000	3.670,80	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		133.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		133.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		133.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	133.000	0,0000	26,3500	3.504,55	Desclassif.	0

Item.....: 111 - 6018 - DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO TIPO ROLÃO COR BRANCO - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	BELLPLUS	45.000	0,0000	16,9000	760,50	Venceu	1 ****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOBRE	45.000	0,0000	18,0600	812,70	Perdeu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PREMISSE	45.000	0,0000	18,3600	826,20	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		45.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		45.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		45.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	45.000	0,0000	26,3500	1.185,75	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 38/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 112 - 7352 - REDE DE RENDA PARA PROTEÇÃO DE CABELOS NA COR BRANCA - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		3.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		3.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		3.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		3.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	3.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		3.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		3.000.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 113 - 5910 - GALÃO DE SABONETE LÍQUIDO COM 5 LITROS - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIX	580.000	0,0000	16,4700	9.552,60	Perdeu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VERDESAN	580.000	0,0000	16,4600	9.546,80	Venceu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PREMISSE	580.000	0,0000	23,7000	13.746,00	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	SAUBA	580.000	0,0000	28,7000	16.646,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		580.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		580.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		580.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 114 - 26704 - DESINFETANTE EM PÓ CLORADO P/ DESINFECÇÃO DE ALIMENTOS - Unidade: KG

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		565.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		565.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		565.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		565.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	565.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		565.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		565.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 39/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 115 - 40012 - LUVAS PROCEDIMENTOS DESCARTAVEIS EM LATEX. CAIXA COM 100 UN - Unidade: CXA

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	240.000	0,0000	14,2000	3.408,00	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	DESCARPACK	240.000	0,0000	14,2500	3.420,00	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	EMBRAMAC	240.000	0,0000	17,0500	4.092,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		240.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		240.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		240.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		240.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 116 - 311043007 - LUVAS PROCEDIMENTOS DESCARTAVEIS EM LATEX. CAIXA COM 100 UN - Unidade: CXA

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	130.000	0,0000	14,2000	1.846,00	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	DESCARPACK	130.000	0,0000	14,2500	1.852,50	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	EMBRAMAC	130.000	0,0000	17,0500	2.216,50	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		130.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		130.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		130.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		130.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 117 - 1951 - LUVAS PLÁSTICA DESCARTÁVEL, TAMANHO ÚNICO COM 100 UNIDADES - Unidade: PCI

15736	M. MOBILE EIRELI	TALGE	250.000	0,0000	2,7500	687,50	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	TALGE	250.000	0,0000	3,4000	850,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		250.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 40/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 118 - 18387 - ESTOPA PANO - Unidade: KG

15736	M. MOBILE EIRELI	TLM	200.000	0,0000	5.5000	1.100,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 119 - 3466 - ESTOPA DE FIO - Unidade: KG

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		200.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 120 - 27398 - PEDRA SANITÁRIA COM TELA - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 41/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 121 - 34374 - DESODORANTE ROLL ON 50 ML FRAGRANCIA MASCULINA - Unidade: Fr

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	VINI-LADY	700.000	0,0000	4,3800	3.066,00	Venceu	1 *****
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		700.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		700.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	700.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		700.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		700.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GEOVANA	700.000	0,0000	6,5000	4.550,00	Desclassif.	0

Item.....: 122 - 45073 - SACO PARA LIXO, C/ CAPACIDADE P/ 150 LITROS, EMB. C/ 5UND. - Unidade: PCT

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	VALPLASTIC	100.000	0,0000	3,0500	305,00	Venceu	1 *****
15736	M. MOBILE EIRELI	SABENSUL	100.000	0,0000	4,1500	415,00	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOSSO LIXO	100.000	0,0000	4,3500	435,00	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	100.000	0,0000	4,6500	465,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	EMBLUX	100.000	0,0000	6,9800	698,00	Perdeu	5
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 123 - 10399 - BALDE PLÁSTICO COM ALÇA METÁLICA - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	ARQPLAST	165.000	0,0000	3,7600	620,40	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ARPLAST	165.000	0,0000	5,8200	960,30	Perdeu	2
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ARQPLAST	165.000	0,0000	6,1500	1.014,75	Perdeu	3
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	ARQPLAST	165.000	0,0000	30,5000	5.032,50	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		165.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		165.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	165.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 42/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 124 - 17501 - NAFTALINA - Unidade: UN

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SANY	6,000	0,0000	0,9400	5,64	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	SANY	6,000	0,0000	1,1000	6,60	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		6,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 125 - 35293 - ESPÉCULO N.º 1 DESCARTÁVEL - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	CANADÁ	52,000	0,0000	19,0000	988,00	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		52,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		52,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		52,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		52,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		52,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		52,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 126 - 41773 - PALITO DE DENTE 25 CX C/ 100 UND - Unidade: CXA

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	GABOARDI	55,000	0,0000	0,2900	15,95	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	AUREA	55,000	0,0000	0,3000	16,50	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		55,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		55,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	55,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		55,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	GINA	55,000	0,0000	1,9900	109,45	Desclassif.	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 43/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 127 - 41778 - PALITO PARA CHURRASCO. PACOTE COM 100 UNIDADES - Unidade: PCT

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTALPLAST	170.000	0,0000	0,6800	115,60	Desclassif.	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	GABOARDI	170.000	0,0000	2,5500	433,50	Venceu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	AUREA	170.000	0,0000	2,6800	455,60	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	THEOTO	170.000	0,0000	3,9000	663,00	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		170.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 128 - 43800 - PRATO DESCARTAVEL, PLASTICO 15 CM DIAMETRO - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	TOTALPLAST	800.000	0,0000	0,8400	672,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTALPLAST	800.000	0,0000	2,1900	1.752,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 129 - 7110 - PRATO DESCARTAVEL 21CM - Unidade: PCT

15736	M. MOBILE EIRELI	TOTALPLAST	800.000	0,0000	2,2000	1.760,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		800.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 44/54

701.860,07

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2015

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 130 - 27402 - REMOVEDOR DE ODORES PARA GELADEIRA - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		120.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		120.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		120.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		120.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	120.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		120.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		120.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 131 - 27403 - EMBALAGEM DE PAPEL PARA ACONDICIONAR PIPOCA - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		80.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 132 - 27404 - ALICATE DE UNHA - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		60.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		60.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		60.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		60.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	60.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		60.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		60.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 45/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 133 - 27405 - DESINFETANTE MULTIUSO - Unidade: FRS

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ONIX	350,000	0,0000	1,2700	444,50	Venceu	1 ****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	KL-LAR	350,000	0,0000	1,3500	472,50	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	SUPERPLUS	350,000	0,0000	1,7000	595,00	Perdeu	3
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	DA ILHA	350,000	0,0000	2,0800	728,00	Perdeu	4
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		350,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 134 - 27406 - DESINFETANTE MULTIUSO,ACAO CLAREADORA - Unidade: FRS

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	DA ILHA	240,000	0,0000	5,8900	1.413,60	Venceu	1 ****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		240,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		240,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		240,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	240,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		240,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		240,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 135 - 27407 - PAPEL TOALHA FARDOS COM 1000 FOLHAS - Unidade: FARD

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	MASTERSUL	2.035,000	0,0000	4,4200	8.994,70	Desclassif.	1 ****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	QUALILUX	2.035,000	0,0000	6,7200	13.675,20	Venceu	2
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	ALVEFLOR	2.035,000	0,0000	8,8000	17.908,00	Perdeu	3
15736	M. MOBILE EIRELI	COPAMIL	2.035,000	0,0000	9,1800	18.681,30	Perdeu	4
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL	FAMILIAR	2.035,000	0,0000	9,8400	20.024,40	Perdeu	5
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		2.035,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		2.035,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 46/54

701.860,07

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo:

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 136 - 35147 - ESCOVA DENTAL INFANTIL - Unidade: UN

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	DENTAL K	500.000	0,0000	0,6800	340,00	Venceu	1 ****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	MED FIO	500.000	0,0000	0,7100	355,00	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	MED FIO	500.000	0,0000	0,8600	430,00	Perdeu	3
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	DENTIL	500.000	0,0000	1,7800	890,00	Perdeu	4
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME	CONDOR	500.000	0,0000	3,9000	1.950,00	Perdeu	5
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		500.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 137 - 311042937 - GARFOS DESCARTAVEIS COM 50 UNIDADES - Unidade: PCI

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTAL PLAST	30.000	0,0000	2,1900	65,70	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	STRAW PLAST	30.000	0,0000	2,2000	66,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 138 - 33015 - COLHERES DESCARTAVEIS PCT COM 50 UNID - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	TOTAL PLAST	30.000	0,0000	2,1900	65,70	Venceu	1 ****
15736	M. MOBILE EIRELI	STRAW PLAST	30.000	0,0000	2,2000	66,00	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		30.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 47/54

701.860,07

Processo Administrativo:

3/2015

1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 139 - 37274 - GARRAFA TERMICA INOX 1.8 LITROS - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	INVICTA	5,000	0,0000	124,9000	624,50	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 140 - 43795 - PRATO DE PAPELÃO - Unidade: UN

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	RIO VERMELHO	100,000	0,0000	0,6000	60,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 141 - 39674 - LIXEIRA PORTA COPOS DESCARTAVÉIS 180ML - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	EMBRAST	130,000	0,0000	19,6000	2.548,00	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PREMISSE	130,000	0,0000	23,5400	3.060,20	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 48/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 142 - 34651 - DISPENSER PARA COPOS 50 ML - Unidade: UN

16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	PREMISSE	130,000	0,0000	19,2400	2.501,20	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		130,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 143 - 311043008 - DISPENSER LIXO PARA COPOS DESCARTAVEIS 2 TUBOS - Unidade: UN

13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NOBRE	110,000	0,0000	28,5000	3.135,00	Venceu	1 *****
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	EMBRAST	110,000	0,0000	30,0000	3.300,00	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	JSN	110,000	0,0000	35,0000	3.850,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		110,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		110,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		110,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		110,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 144 - 44968 - SABONETE INFANTIL EM BARRA C/ CREME HIDRATANTE 90G - Unidade: UN

15736	M. MOBILE EIRELI	1,2,3 BABY	30,000	0,0000	1,0500	31,50	Venceu	1 *****
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	GRANADO	30,000	0,0000	3,1200	93,60	Perdeu	2
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 49/54

Processo / Ano: 3/2015		Processo Administrativo:		701.860,07				
Licitação.....: 1/2015 - CC								
Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços								
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 145 - 8446 - SHAMPOO INFANTIL - Unidade: UN								
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	TRALALA	30,000	0,0000	5,4200	162,60	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NÃO COTADO	30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 146 - 34006 - COTONETE CX C/ 75 UN - Unidade: CXA								
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA	USE-IT	30,000	0,0000	1,0000	30,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	NÃO COTADO	30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 147 - 311042927 - ALGODÃO COM 25 GRAMAS - Unidade: CXA								
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 50/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 148 - 311042925 - TALCO COM 200 GRAMAS - Unidade: Fr

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		30,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 149 - 31624 - CANUDINHO PLASTICO, PACOTE COM 300 UNIDADES - Unidade: PCT

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		20,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 150 - 34409 - DETERGENTE ALCALINO P/ PRÉ-LAVAGEM PCT 20 KG - Unidade: PCT

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 51/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade.....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 151 - 28158 - ALVEJANTE GERMICIDA EM PÓ P/ DESINFECÇÃO DE ROUPAS - Unidade: BALD

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		15.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 152 - 34412 - DETERGENTE CONCENTRADO EM PÓ COM BRANQUEADORES OPTICOS - Unidade: SC

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		20.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 153 - 41309 - NEUTRALIZADOR DE ALCALINIDADE E CLORO RESIDUAIS - Unidade: BALD

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		5.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		5.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		5.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		5.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	5.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		5.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		5.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 52/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 154 - 44475 - REMOVEDOR P/ MANCHA SENSÍVEL A REDUÇÃO. FERRUGEM. IODO - Unidade: Ft

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		5,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 155 - 39941 - LUVAS PARA PROCEDIMENTO TAMANHO PEQUENO COM 100 UNIDADES - Unidade: CXA

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	VOLK	100,000	0,0000	14,2000	1.420,00	Venceu	1 *****
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	DESCARPACK	100,000	0,0000	14,7000	1.470,00	Perdeu	2
15736	M. MOBILE EIRELI	EMBRAMAC	100,000	0,0000	17,1000	1.710,00	Perdeu	3
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		100,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 156 - 9970 - SACO P/ CACHORRO QUENTE C/ 100 UN. - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	CIA CANOINHAS DE PAPEL		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		10,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 53/54

Processo / Ano: 3/2015 Processo Administrativo: 701.860,07

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 157 - 43356 - PLÁSTICO OLEADO TERMICO P/MESA - Unidade: M

11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME	BERTOLDI	50.000	0,0000	12,0000	600,00	Venceu	1 *****
6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		50.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Item.....: 158 - 42726 - PENTE PLÁSTICO PARA PIOLHO - Unidade: UN

6099	SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
11952	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
12166	C/A CANOINHAS DE PAPEL		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
13945	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
15736	M. MOBILE EIRELI	NÃO COTADO	100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
16058	REI DAS EMBALAGENS LTDA		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 54/54

701.860,07

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 3/2015

Licitação.....: 1/2015 - CC

Modalidade....: Concorrência p/ Compras e Serviços

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA COZINHA, COPOS PARA AGUA E CAFÉ, PAPEL HIGIÊNICO, PAPEL TOALHA, GUARDANAPO E OUTROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICIPIO E FUNDOS MUNICIPAIS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 158 - 42726 - PENTE PLÁSTICO PARA PIOLHO - Unidade: UN

16506	L & L CAVASSIM LTDA - ME		100.000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
-------	--------------------------	--	---------	--------	--------	------	-----------	---

Canoinhas, Em

PAULO CESAR SAFANELLI - Presidente da Comissão
CIBELE NEUDORF BATISTA - SECRETÁRIO
GLEISON TARCISIO FUCK - MEMBRO TITULAR
KAROLINE APARECIDA CRESTANI - MEMBRO SUPLENTE
ROSEMARY DE FÁTIMA CUBAS BLAKA - MEMBRO SUPLENTE
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - MEMBRO SUPLENTE
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

FME PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0002/2015
Pregão Presencial Nº 0002/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material esportivo para competições e escolinhas da Fundação Municipal de Esportes de Esportes de Capinzal - F.M.E

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 09:00 horas, para abertura da Seção às 09:05 horas do dia 27/04/2015.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 13 de Abril de 2015.
ELISÂNGELA BAGNOLIN
Diretora de Compras e Licitações

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0087/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0055/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0087/2015
Pregão Presencial Nº 0055/2015

OBJETO: Aquisição de Motocicleta 0 (zero) Quilômetro, para uso da Polícia Militar de Capinzal/SC, a fim de promover o policiamento de trânsito e a segurança pública dos cidadãos deste município.

Observação:

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14:05 horas do dia 27/04/2015, para abertura da Seção às 14:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 13 de Abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

SIMAE

PORTARIA N º 29/2015/SIMAE-CAO

PORTARIA N º 029/2015/SIMAE-CAO, de 06 de abril de 2015.

Concede licença-prêmio à Servidor que que especifica .

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder licença-prêmio ao servidor Gilberto Durigon, ocupante do Cargo de Agente Administrativo II, padrão 05.14 nível 02, ref. B, referente período aquisitivo de 14.09.2005 a 13.09.2010, com gozo nos meses de junho e julho de 2015, e conversão de um terço do período em espécie no mês de maio de 2015.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

Catanduvas**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2015 - PREGÃO Nº 0020/2015**
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0026/2015
PREGÃO Nº 0020/2015

Objeto: Aquisição de material de expediente para a Gestão da Assistência Social, CRAS, CREAS, PRONATEC no ano de 2015.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 24 de abril de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 10 de abril de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 10 de abril de 2015.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Celso Ramos**PREFEITURA****EDITAIS 47 E 48/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL 30/2015
PROCESSO: 47/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 30/2015, tipo MENOR PREÇO por ITEM, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA, FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS E ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL E DE DIAGNOSTICO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO AO EDITAL.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 16H 30MIN do dia 27/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 13 DE ABRIL DE 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL 31/2015
PROCESSO: 48/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 31/2015, tipo MENOR PREÇO por ITEM, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA AS BALANÇAS RODOVIARIAS E BALANÇAS DE PESAR GADO MECANICA E ELETRONICA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.

Entrega da documentação e proposta até as 14h do dia 28/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES

Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 13 DE ABRIL DE 2015.

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

EDITAL 46/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
PREGÃO PRESENCIAL 29/2015
PROCESSO: 46/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL: 29/2015, tipo MENOR PREÇO por LOTE, objetivando a: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS, PROFESSORES E FUNCIONARIOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Entrega da documentação e proposta até as 16H do dia 28/04/2015, na SALA DE LICITAÇÕES
Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 13 DE ABRIL DE 2015.
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS
PREFEITA MUNICIPAL

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

187.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 187/2015

- CONSIDERANDO a apresentação do Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Psicopedagogia, relacionado à sua área de atuação.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Nova Titulação ou Habilitação a Servidora Pública, ELISANGELA SEBOLD MACIEL, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Professora Anos Iniciais - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, passando do nível II para nível III, conforme dispõe os arts. 20 e 27 da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.02.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

188.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 188/2015

- CONSIDERANDO a apresentação do Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Psicopedagogia, relacionado à sua área de atuação.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Nova Titulação ou Habilitação a Servidora Pública, JOSIANI MACHADO DE PINHO, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Professora Anos Iniciais - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, passando do nível II para nível III, conforme dispõe os arts. 20 e 27 da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.03.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

189.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIANº 189/2015

- CONSIDERANDO a apresentação do Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Psicopedagogia, relacionado à sua área de atuação.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Nova Titulação ou Habilitação a Servidora Pública, VALDIRENE MOHR MARQUEZ, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Professora Anos Iniciais - 40 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, passando do nível II para nível III, conforme dispõe os arts. 20 e 27 da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.03.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de março de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

190.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 190/2015

- CONSIDERANDO a apresentação do Certificado de Conclusão do Curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" em Psicopedagogia, relacionado à sua área de atuação.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, de acordo com a Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional por Nova Titulação ou Habilitação a Servidora Pública, JULIE MARA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Professora de Artes - 20 horas, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, passando do nível II para nível III, conforme dispõe os arts. 20 e 27 da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.03.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 08 de março de 2015.

JOSE BRAULIO IO
Prefeito Municipal

193.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 193/2015

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela administrativa que permite à Administração reapreciar seus atos;

CONSIDERANDO que, a Administração Pública pode rever seus atos a qualquer tempo quando eivados de vícios;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Retificar o art. 1º da Portaria n. 123/2015, 20/02/2015, da Servidora Pública LUCELIA KEMPNER INÁCIO,

onde se lê: [...] licença para tratamento de saúde, no dia 18.02.15 (um dia) e de 19.02.15 à 03.03.15 (treze dias), perfazendo um total de 14 (quatorze dias) conforme Atestados Médicos, sem prejuízo de sua remuneração;

leia-se: [...] licença para tratamento de saúde, no período de 18/02/15 à 03/03/15, conforme Atestados Médicos anexos, sendo o período de 18/02/2015 a 22/02/2015, a ser remunerado pelo Município e o remanescente a ser pago pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 18.02.15.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 10 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

194.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 194/2015

- CONSIDERANDO, que o Município remunerou a Servidora nos períodos de 07/01/2015 a 11/01/2015, de 09/02/2015 a 13/02/2015 e de 18/02/2015 a 22/02/2015;

- CONSIDERANDO, que o afastamento da servidora nos períodos de 23/02/2015 a 03/03/2015 e de 05/03/2015 a 03/04/2015, deverão ser remunerados pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício;

-CONSIDERANDO, o requerimento de Auxilio Doença reagendado para 17/04/2015;

-CONSIDERANDO, a apresentação dos atestados médicos datados de 06/04/2015 e de 07/04/2015, que dispõe que a Servidora deve se afastar do labor no período de 06/04/2015 a 05/06/15;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública LUCELIA KEMPNER INÁCIO, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais- 40 horas, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 06/04/15 a 05/06/15, 61 (sessenta e um) dias, a ser remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 06.04.15.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado-SC, 10 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 27 de abril de 2015, às 10:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor no Centro de Multiuso Sebastião Rode, localizado na Rua Bernardo Henrique Hillesheim, Centro, Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 13 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO IO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 5/2015

O Município de Chapadão do Lageado - SC, através do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que estará realizando inscrição para o PROCESSO DE CREDENCIAMENTO de Clínicas Médicas para prestação de serviços especializados na área de saúde, para fins de atendimento em consultas médicas especializadas, no período de 13 de abril de 2015 à 31 de dezembro de 2015, a título precário e sem vínculo empregatício, nos termos e condições constantes neste Edital e na Lei n. 8.666/1993. CONSULTA: a) Ortopedia. As inscrições deverão ser feitas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, no período de 13 de abril de 2015 à 31 de dezembro de 2015, não sendo aceita qualquer outra forma de inscrição. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 13 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO IO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/ FMAS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/FMAS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMAS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de Brinquedos Lúdicos e Pedagógicos, no atendimento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 189,17 (Cento e oitenta e nove reais e dezessete centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/ FMAS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/FMAS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMAS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de Brinquedos Lúdicos e Pedagógicos, no atendimento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 98,00 (Noventa e oito reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/ PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA EPP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de Material de Limpeza e afins, para uso no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 16.299,95 (Dezesseis mil duzentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/ PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: TM SCHLICKMANN & CIA LTDA ME
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de Material de Limpeza e afins, para uso no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 1.834,00 (Um mil oitocentos e trinta e quatro reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/ PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
DETENTORA DA ATA: COPOL - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2015

Objeto: Estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de Material de Limpeza e afins, para uso no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 23.481,00 (Vinte e três mil quatrocentos e oitenta e um reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/PMCS/2015

CONTRATO Nº: 17/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
CONTRATADA: OEDING ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA EPP- EPP
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/PMCS/2015
CONVITE Nº 02/PMCS/2015

Objeto: a contratação de serviços de assessoria técnica especializada nas áreas contábil, administrativa, financeira e de controle interno com execução de uma carga horária variável de acordo com as necessidades do Município.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: Início: 06/04/2015 Término: 06/03/2016

Valor: R\$ 32.500,00 (Trinta e dois mil e quinhentos reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.35.01(22).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/FMS/2015

CONTRATO Nº: 18/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: ESTACION MODAS INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONF. LTDA - ME.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/FMS/2015

CONVITE: 01/FMS/2015

Objeto: A contratação de empresa do ramo pertinente para confecção de uniformes para funcionários da Secretaria de Saúde do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: Início: 06/04/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 13.153,70 (Treze mil cento e cinquenta e três reais e setenta centavos)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.70(55).

Concórdia**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 40/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 40/2015 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para fornecimento de material genético ao programa de inseminação artificial da SEMADRA, no exercício de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 30/04/2015.

Abertura: dia 30/04/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 09 de abril de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2015 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 9/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia visando à elaboração de estudo de viabilidade técnica econômica dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Concórdia, SC, de acordo com o Termo de Referência constante no Anexo "D" deste Edital.

EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A PRÓXIMA SESSÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: B&B ENGENHARIA LTDA, NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA, AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA - EPP, PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA S.S. LTDA, JEAN SENEM - ME e MPB SANEAMENTO LTDA. Aberta a sessão pública pela Presidente da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital. As empresas JEAN SENEM - ME, AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA - EPP comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, que são Microempresa (ME), ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados constatando-se que: as Licitantes B&B ENGENHARIA LTDA, NOTUS

SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA, AMPLA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA - EPP, PREMIER ENGENHARIA E CONSULTORIA S.S. LTDA, MPB SANEAMENTO LTDA apresentaram suas documentações de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. Já a licitante JEAN SENEM - ME, apresentou documento exigido na alínea "I" Atestado de Capacidade Técnica não compatível com Município de Médio Porte, e sendo assim foi julgada INABILITADA. As demais licitantes presentes não renunciaram ao direito de recorrer ao julgamento desta fase, por não aceitarem como válido a CAT apresentada pela licitante NOTUS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SC LTDA, bem como a licitante JEAN SENEM - ME, por discordar da sua inabilitação em razão da relatividade do médio porte. A presidente da Comissão oficializa que será publicado o resumo da sessão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida publicação, e, se não houver interposição de recursos desde já convoca as licitantes a comparecer neste mesmo local, às 10:00 (dez horas) do próximo dia 22 (vinte e dois) de abril de 2015, para participar da sessão de abertura e julgamento do envelope nº 2, contendo a proposta.

Concórdia, SC, 10 de abril de 2015.
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO
Presidente da C.P.L

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 034/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 034/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CHAYANE DE AS FARIAS inscrito (a) no CPF-MF sob nº 108.084.139-37, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.01.2015 a 09.03.2016.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 035/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 035/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à FMC, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JULIA DHAMER inscrito (a) no CPF-MF sob nº 083.718.849-07, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.01.2015 a 01.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 036/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 036/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMUF, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ALISON LUIZ ROTA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 090.083.779-93, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 07.04.2015 a 06.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 037/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 037/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MAIARA RODRIGUES DOS SANTOS inscrito (a) no CPF-MF sob nº 010.449.399-23, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 06.04.2015 a 05.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 038/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 038/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante RUBIA ERLO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 046.698.749-85, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.04.2015 a 31.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 039/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 039/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante KARLA ZANOTELLI

inscrito (a) no CPF-MF sob nº 082.619.429-02, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 06.04.2015 a 05.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 040/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 040/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JANAINA DOS SANTOS ZUCCHI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.557.469-76, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.04.2015 a 31.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 041/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 041/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante SUELE MEUSOLF inscrito (a) no CPF-MF sob nº 093.855.799-83, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.04.2015 a 31.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 042/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 042/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LARIANE LARISSA CERVELIN inscrito (a) no CPF-MF sob nº 099.795.609-75, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 06.04.2015 a 05.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 043/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 043/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante TAIS ESTER MARMITT DIAS inscrito (a) no CPF-MF sob nº 097.458.87910, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.04.2015 a 31.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 044/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 044/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante BELLE CRISTINA ZAMBONI LAND inscrito (a) no CPF-MF sob nº 086.606.569-54, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 09.03.2015 a 08.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 045/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 045/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CHAIANA SANDI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 099.654.469-03, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.04.2015 a 01.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 046/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 046/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MONICA PATRICIA ZUCCHI ZAMBONI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 106.338.899-62, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 047/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 047/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante KESIA NUNES RAMOS inscrito (a) no CPF-MF sob nº 112.795.209-90, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.04.2015 a 31.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 048/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 048/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JESSICA MEGNA PEREIRA inscrito (a) no CPF-MF sob nº 093.535.789-06, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.04.2015 a 31.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 049/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 049/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MAIARA CAUANE RIBEIRO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 091.433.741, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 13.04.2015 a 12.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 050/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 050/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante PATRICIA SOARES VENITE inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.565.359-79, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 13.04.2015 a 12.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 051/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 051/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ANDREIA RIGO ZERBIELLI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 099.559.449-00, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 01.04.2015 a 31.03.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 052/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 052/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ANDRESSA LUANA SANDRI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 069.184.489-51, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 10.04.2015 a 09.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 053/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 053/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante LETICIA RIBEIRO RUFINO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 100.187.349-10, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 06.04.2015 a 05.04.2017.

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 054/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 054/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMADRA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante ANDRESSA DIAS LEIRIA OLKOSKI inscrito (a) no CPF-MF sob nº 106.893.489-16, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 653,54 (seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).

PRAZO: 10.04.2015 a 09.04.2017.

Cordilheira Alta**PREFEITURA****DECRETO Nº 169/2015**

DECRETO Nº 169/2015, DE 09 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 09 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 170/2015

DECRETO Nº 170/2015, DE 10 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. JAIR BORSOI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 20 (vinte) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 17/01/2013 a 16/01/2014, que serão gozadas a partir de 13/04/2015.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de abril de 2015.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

JAIR BORSOI Ciente em: ____/____/2015

DECRETO Nº 171/2015

DECRETO Nº 171/2015, DE 10 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ROBERTA DE BRITO CHISTINO DA SILVA, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 09 de abril de 2015.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 172/2015

DECRETO Nº 172/2015, DE 10 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE PROFESSOR, APROVADO EM PROCESSO SELETIVO, OBJETO DO EDITAL Nº 002/2015."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1o Admitir, a partir de 13/04/2015, em caráter temporário por excepcional interesse público, a partir desta data a Sr. MARCIO FERNANDO VIECELLI DELLA BETTA, na função de Professor de Esporte (Futsal) - 20 (vinte) horas semanais, ficando lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, para o exercício de 2015.

Art. 2o O servidor ficará sujeito ao disposto no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Complementar nº 18/2001, Lei Municipal nº 858/2009 e Lei Municipal. 468/2001,

Art.3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 5o Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 10 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO LICITAÇÃO P.P 21/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 51/2015.

Pregão Presencial para Registro de Preços n. 21/2015.

Tipo: Menor preço por item.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para pneus, para manutenção das atividades da frota de veículos do município.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 28/04/2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 28/04/2015.

O Edital poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 10 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

ADENDO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015.

ADENDO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na realização do Concurso Público e Processo Seletivo para admissão de servidores.

Considerando os princípios que regem a Administração Pública esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, dentre eles o da legalidade, publicidade e eficiência;

Considerando a apresentação de impugnação ao Edital pela empresa SS1 Serviços e Assessoria em TI Ltda ME;

Considerando que efetivamente a absoluta maioria dos profissionais envolvidos na elaboração de provas para concursos, por sua vinculação à licenciatura e docência, não possuem conselhos regionais encarregados da normatização e fiscalização da profissão;

O Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, ouvida a Assessoria Jurídica e a Comissão Permanente de Licitações, expede o presente adendo,

DECIDINDO:

01 - Fica integralmente revogada a exigência constante do item 5.4 do Edital de Tomada de Preços n. 003/2015.

02 - Ficam mantidas e rerratificadas as demais disposições do referido edital, inclusive em relação à data e horários para protocolo da documentação e propostas.

Publique-se, como de praxe, e intinem-se as empresas interessadas no certame mediante encaminhamento de cópia do presente adendo.

Coronel Martins - SC, 10 de abril de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 079 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 079 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, resolve;

Considerando o pedido de exoneração formulado pelo Servidor em 08 de abril de 2015, sob o protocolo n. 872;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Valdir Fin, ocupante de cargo de provimento em comissão de Secretário de Desenvolvimento Econômico, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir do dia 10 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 10 de abril de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 026/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 026/15
Processo Licitatório nº 008/15
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 003/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: AGOSTINHO KOASKI, brasileiro, casado, portador da C.I. nº 671.109 e do CIC nº 383.875.579-00, residente e domiciliado em Corupá/SC.
OBJETO: Locação de (01) uma área comercial com edificação em alvenaria, com área total de 201,00 m² situada a Rua José Pasqualini, município de Corupá, destinada para funcionamento do Centro de Atendimento Especial de Corupá - CAECO.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 13.171,44 (Treze Mil Cento e Setenta e Um Reais e Quarenta e Quatro Centavos) correspondente ao valor R\$ 1.097,62 (Um Mil e Setenta e Sete Reais e Sessenta e Dois Centavos) mensais.
Data da Assinatura: 02/01/2015
Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 027/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 027/15
Processo Licitatório nº 009/15
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 004/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: PARÓQUIA CATÓLICA SÃO JOSÉ, situada a Rua Pe. Vicente, inscrita no CNPJ sob o nº 84.708.478/0001-60, neste ato representado pelo Pároco Pe. JOÃO SEBASTIÃO BOEING portador do CPF nº 520.809.359-68.
OBJETO: locação de uma área comercial, com edificação em alvenaria, com a área total de 768,20m², sendo área térrea com 686,49 m² e 2º piso com 81,80 m², situada a Rua Pe. Vicente, para funcionamento de departamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 28.133,76 (Vinte e Oito Mil Cento e Trinta e Três Reais e Setenta e Seis Centavos) correspondente ao valor R\$ 2.344,48 (Dois Mil e Trezentos e Quarenta e Quatro Reais e Quarenta e Oito Centavos) mensais.
Data da Assinatura: 02/01/2015
Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 028/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 028/15
Processo Licitatório nº 011/15
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 006/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: ROSANE BOSSE, brasileira, solteira, portadora da C.I. n.º 1.585.799-9 e do CPF n.º 543.768.409-63, residente e domiciliado a Rua Francisco Mees, 580, centro de Corupá/SC
OBJETO: Locação de (01) uma área comercial com edificação em alvenaria, com área total de 145,00 m² (pavimento térreo) situada a Rua Francisco Mees, 580, centro, município de Corupá, destinada para funcionamento do PSF 03 - Centro.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 12.475,68 (Doze Mil e quatrocentos e Setenta e Cinco Reais e Sessenta e oito Centavos) correspondente ao valor R\$ 1.039,64 (Hum Mil e Trinta e Nove Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.
Data da Assinatura: 02/01/2015
Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 029/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
EXTRATO DE CONTRATO 029/15
Processo Licitatório nº 012/15
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 007/15
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
CONTRATADA: RITA CÁSSIA MARISAVI ZONTA XIMENES, brasileira, casada, portadora da C.I. nº 372.309 e do CPF nº 344.559.579-87, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul/SC.
OBJETO: Locação de (01) uma área comercial em alvenaria, com área total de 116,13 m² situada a Rua Jaraguá, 109, Centro, município de Corupá, destinada para funcionamento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 14.348,40 (Quatorze Mil e Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta Centavos) correspondente ao valor R\$ 1.195,70 (Hum Mil e Cento e Noventa e Cinco Reais e Setenta Centavos) mensais.
Data da Assinatura: 02/01/2015
Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 030/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 030/15

Processo Licitatório nº 013/15

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 008/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: Donna Bella Administradora de Bens, inscrita no CNPJ sob o nº 09.009.296/0001-86, estabelecida na Rua XV de Novembro, 100, Bairro Centro - CEP 89278-000, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Locação de (01) um apartamento localizado na Av. Getúlio Vargas, Edifício Bella Flor, destinado para acomodação do médico participante do Programa "Mais Médicos Para o Brasil" instituído pela Medida Provisória nº 621 de 08 de julho de 2013, e conforme a Lei Municipal nº 2135/13 de 13 de dezembro de 2013.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 11.976,60 (Onze Mil e Novecentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta Centavos) correspondente ao valor R\$ 998,05 (Novecentos e Noventa e Oito Reais e Cinco Centavos) mensais.

Data da Assinatura: 02/01/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 031/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 031/15

Processo Licitatório nº 010/15

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: LIONS CLUBE DE CORUPA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.378.048/0001.98, estabelecida a Rua XV de Novembro, 635, em Corupá, Estado de Santa Catarina

OBJETO: Locação de (01) uma área comercial com edificação em alvenaria, com área útil de 77,99 m² situada a Rua XV de Novembro, 635, Centro, Município de Corupá, destinada para funcionamento do Programa Saúde da Família - PSF 2.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 9.388,32 (Nove Mil Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Trinta e dois Centavos) correspondente ao valor R\$ 782.36 (Setecentos e Oitenta e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos) mensais.

Data da Assinatura: 02/01/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 032/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 032/15

Processo Licitatório nº 015/15

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 010/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: Orlando Lemke, inscrito no CPF sob nº 637.106.929-20, portador da carteira de Identidade nº 1.987.261 SSP/SC e a senhora Dulce Bender Lemke, inscrita no CPF: 719.283.839-04 portadora da carteira de identidade nº 2.763.027-7 SSP/SC.

OBJETO: Aquisição de gêneros e produtos alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

VALOR DO CONTRATO: valor total de R\$ 19.885,00 (Dezenove Mil e oitocentos e oitenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 09/02/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 033/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 033/15

Processo Licitatório nº 016/15

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 011/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: Diego Paholski, inscrito no CPF sob nº 091.714.669-75, portador da carteira de Identidade nº 5.005.649 SSP/SC e a senhora Pâmela Lays Bender Lemke, inscrita no CPF: 098.084.519-00 portadora da carteira de identidade nº 4.723.860 SSP/SC.

OBJETO: Aquisição de gêneros e produtos alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida aos alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

VALOR DO CONTRATO: valor total de R\$ 19.754,50 (Dezenove Mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 09/02/2015

Data da Vigência: 31/12/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 65/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 65/2015

Aos dez dias do mês de Abril de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 65/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 10 de Abril de 2015.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIDOR TORRE PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 24/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizado qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 24/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br. Curitiba, 08 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL

PREGÃO 1/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2015

O Poder Legislativo do Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a manutenção da calçada (passeio de pedestres) ao longo da Casa Legislativa, com área total de 109 m².

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 28/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:15 horas do dia 28/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 10 de abril de 2015.

Arcílio Alves
Presidente

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

PREGÃO 2/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2015

O Poder Legislativo do Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a contratação de serviços de publicidade e ou divulgação de assuntos de interesse público para a Casa Legislativa.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 28/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 10:30 horas do dia 28/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitiba, 10 de abril de 2015.

Arcílio Alves
Presidente

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 029/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : RCO Comunicações Ltda. - ME

Objeto Aquisição de espaço em jornal impresso para publicações de campanhas institucionais tais como atividades pedagógicas baseadas na metodologia do tema gerador entre elas atividades da semana do município, feira do livro, mostra educacional, relação escola x comunidade, projeto criança cidadã, sendo ações de cunho pedagógico, também divulgação de trabalhos realizados pelos alunos, publicações de editais, aviso, chamamentos entre outros.. Valor R\$ 30.740,00 Origem: Processo 046/2015 Modalidade: CV nº 046/2015. Vigência: 09/04/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 09/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 030/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: : MF de Oliveira - ME

Objeto Contratação de empresa para realização de serviços de topografia para efetuar levantamentos planialtimétricos , georeferenciamento e locação de ruas e lotes do município de Dionísio Cerqueira.. Valor R\$ 50.500,00 Origem: Processo 047/2015 Modalidade: CV nº 047/2015. Vigência: 09/04/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 09/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 011/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: : Corá Equip. Odont. E Hospit. Ltda.

Objeto Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção dos equipamentos odontológicos do Fundo Municipal de Saúde. Valor R\$ 23.000,00 Origem: Processo 022/2015 Modalidade: Pregão nº 022/2015. Vigência: 10/04/2015 à 31/12/2015.

Dionísio Cerqueira 10/04/2015

João Stahl

Gestor do FMS

LICITAÇÕES 215

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 058/2015. Objeto: aquisição tela, portão, materiais e serviços para pequenas reformas nas escolas municipais. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 24/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 13/04/2015.

Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de infância e Adolescência de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 003/2015. Objeto: Aquisição de moveis e eletrodomésticos, e equipamentos para o Fundo Municipal da Infância e Adolescência. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 24/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 13/04/2015.

Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal Da Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 027/2015. Objeto: Aquisição de Folders, Cartazes e Materiais Gráficos para o Fundo Municipal da Saúde Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 24/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 13/04/2015.

Marilene Limberger

Gestora do FMAS

RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 035/2015. Modalidade CV nº 035/2015, Objeto: Aquisição de materiais elétricos para realização da manutenção da rede de iluminação pública do Município. Vencedor: Davi Casagrande - ME - Valor R\$ 59.658,65.

Dionísio Cerqueira 31/03/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 046/2015. Modalidade CV nº 046/2015, Objeto: Aquisição de espaço em jornal impresso para publicações de campanhas institucionais tais como atividades pedagógicas baseadas na metodologia do tema gerador entre elas atividades da semana do município, feira do livro, mostra educacional, relação escola x comunidade, projeto criança cidadã, sendo ações de cunho pedagógico, também divulgação de trabalhos realizados pelos alunos, publicações de editais, aviso, chamamentos entre outros. Vencedor: RCO Comunicações Ltda. SC - Valor R\$ 30.740,00.

Dionísio Cerqueira 09/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 047/2015. Modalidade CV nº 047/2015, Objeto: Contratação de empresa para realização de serviços de topografia para efetuar levantamentos planialtimétricos , georeferenciamento e locação de ruas e lotes do município de Dionísio Cerqueira. Vencedor: M.F de Oliveira - ME - Valor R\$ 50.500,00 - Dionísio Cerqueira 09/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do pregão Nº 017/2015 HMDC Objeto Aquisição de produtos radiológicos para o Hospital Municipal.. Origem: Pregão 017/2015 HMDC. Vencedor: Pollimed. Com. e Repres. Ltda -EPP. Valor R\$ 15.475,46.

Dionísio Cerqueira 10/04/2015

Deliziane L.dos Santos - Gestora do HMDC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 043/2015. Modalidade Pregão nº 043/2015, Objeto: Aquisição de nitrogênio líquido, luvas e bainhas para o programa de inseminação artificial do município Vencedores: Lucineia de Franca Eireli -ME - Valor R\$ 1.485,00 Nitrosemem Produtos Agropecuários Ltda- Valor R\$ 5.925,00

Dionísio Cerqueira 10/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

.ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 044/2015. Modalidade Pregão nº 044/2015, Objeto: Aquisição de eletrodomésticos e equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar e Administração municipal Vencedores: Potencia Som e Inform. Ltda. - Valor R\$ 2.290,00 Salla Com. de Equip.de Inf. Ltda - Valor R\$ 5.342,00 - MB Catari-nense Ltda -ME - Valor R\$ 5.930,00 - Gesul Com. Ltda - Valor R\$ 4.290,00 Dionísio Cerqueira 10/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de saúde de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 022/2015. Modalidade Pregão nº 022/2015, Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços para manutenção dos equipamentos odontológicos do Fundo Municipal de Saúde Vencedor: Corá Equip. Odont. E Hospit. Ltda. - Valor R\$ 23.000,00

Dionísio Cerqueira .10/04/2015

João Stahl

Gestor do FMS

Ermo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 018 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 018 de 10 de abril de 2015.

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Concurso Público e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão do Processo Seletivo Público, integrada pelos(as) Srs(as) Ana Paula Nola Biz, Ivan de Lavechia de Vargas, Lélio Helena Leonardo para sob a presidência do primeiro, supervisionar a execução do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes nas Secretarias Municipais da Administração Direta do Município de Ermo.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo contratará empresa especializada na área para elaboração, execução e julgamento do Processo Seletivo Público, correndo as despesas por conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 10 de abril de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretario de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 47/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. CARLOS VANDERLEI ROCHA - ME, CNPJ/MF nº 03.300.801/0001-60 estabelecida na Rodovia Antonio Valmor Canela, em Forquilha, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Antonio Rocha Filho, brasileiro, CI 1.215.835, CPF 501.408.769-87;
2. CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI CNPJ/MF nº 18.550.393/0001-72 estabelecida na Rua Alameda Ascendino Moraes de Sa, em Aranguá, neste ato representada pelo Sr. Sergio José Carminatti, brasileiro, CI 1.324.778, CPF 458.244.019-34;

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de caminhões e ônibus do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.
- 1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.
- 1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.
2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na

forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

- 1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização

de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer conseqüências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subseqüentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo

ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprezada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegura-
do o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despa-
cho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será fei-
ta por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o
comprovante ao processo de administração da presente Ata de
registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível
o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação
em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o
preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, com-
provar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de
Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando compro-
vada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a
XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços regis-
trados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias,
facultada à administração a aplicação das penalidades previstas
neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por con-
ta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Pre-
sencial nº. 47/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora
desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Fed-
eral 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal
10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não
colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os
princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forqui-
lhinha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste
contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais
privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus
representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias
de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as tes-
temunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 09 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

CARLOS VANDERLEI ROCHA - ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Antonio Rocha Filho
CPF: 501.408.769-87

CASA DO ONIBUS PEÇAS E VEICULOS EIRELI
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Sergio José Carminatti
CPF: 458.244.019-34

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/PMF/2015- REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 16/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 49/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Ave-
nida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHI-
NHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No.
81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI
ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade
nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora
denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME, estabelecida na Avenida 25 de
julho, em Forquilha, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.937.057/0001-
23, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada
pelo Sr. Danny César Warmiling, portador da CI nº. 3.361.340 e
inscrito no CPF nº. 021.438.639-26;

2. MARLI VATERKEMPER FERNANDES ME, estabelecida na Rua
Ettiene Gaudentw Stawiaeski, em Orleans, inscrita no CNPJ sob
o Nº12.782.757/0001-63, doravante denominada CONTRATADA,
neste ato representada pelo Sr. Celso Cardoso Fernandes, porta-
dor da CI nº 1320097 e inscrito no CPF nº 460.522.909-87;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do arti-
go 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto
Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, conside-
rando o resultado do Pregão Presencial nº. 49/PMF/2015, para RE-
GISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condi-
ções gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de camise-
tas, uniformes e afins para atendimento às diversas secretarias e
Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS
CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site
www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competen-
te do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de
acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro
das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de
requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do
Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas
requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de
aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de
no máximo 20 (vinte) dias a partir da data de recebimento das
mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA,

dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização

de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo

ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 49/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Danny César Warmiling

CPF: 021.438.639-26;

MARLI VATERKEMPER FERNANDES ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Celso Cardoso Fernandes

CPF: 460.522.909-87;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 50/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 50/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa FESP TRANSPORTES LTDA ME, CNPJ/MF nº 15.620.023/0001-76 estabelecida na Rua Gerlado Westrup, em Forquilha, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Joelso Feltrin, CI 3.324.539, CPF 942.734.139-49, doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 50/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de seixo rolado, contendo no mínimo 20% de material com tamanho das partículas (rochas) acima de 08" (oito polegadas) e distância média de transporte (DMT) para aquisição de 50 km, para utilização em obras de pavimentação do Município de Forquilha, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. Os produtos serão recebidos nas dependências da licitante fornecedora e transportados por conta e risco da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

1.3. O prazo para disponibilizar o material licitado pela licitante vencedora constará expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital de licitação que será de no máximo 03 (três) dias.

1.4. Considerar-se-á entre a prefeitura e licitante fornecedora (local de recebimento) a distância máxima de 50 Km.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATANTE, para tanto fica garantida uma distância máxima de transporte (DMT) de 50 KM entre a empresa fornecedora e a contratante.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues,

ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com

terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprezada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o

comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 50/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

FESP TRANSPORTES LTDA ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Joelso Feltrin

CPF: 942.734.139-49

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/PMF/2015
(Referente Pregão Presencial nº. 57/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA, CNPJ/MF nº. 80.125.305/0001-69, estabelecida na Rua Rodolfo Tepasse em Imigrantes, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vivaldino Pasqualotto, CI 2.136.277, CPF 655.988.909-25, doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 57/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de parque infantil a ser instalado em diversos locais do Município de Forquilha/SC, no período de 12 meses.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 05 (cinco) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os equipamentos deverão ser instalados em locais determinados pelo Município, sem qualquer ônus adicional, por equipe especializada.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo fiscal do departamento de patrimônio, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o

comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Pre-sencial nº. 57/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Vigésima

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

KRENKE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS LTDA.

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Vivaldino Pasqualotto

CPF: 655.988.909-25.

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/PMF/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 68/PMF/2015

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestar serviços na recuperação de pavimentação a base de lajota de concreto de cimento Portland, com fornecimento e espalhamento de areia, nos logradouros municipais, por meio da Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 10 de abril de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMPS/2015

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 03/FMPS/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

OBJETO - Prestação serviços técnicos especializados em previdência.

VALOR - R\$ 0,00 (zero), ref. Cálculo Atuarial 2015.

VIGÊNCIA - 31/03/2016

DATA DA ASSINATURA - 31 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 36/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - TCA TRANSFORMAÇÕES VEICULARES LTDA

OBJETO - Aquisição de equipamentos e adaptações conforme diretrizes da Polícia Militar/SC, para serem utilizadas nos serviços de policiamento de trânsito municipal, através do convênio de trânsito firmado entre o Município de Forquilha e o Estado de Santa Catarina.

VALOR - R\$ 16.400,00 (dezesseis mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA - 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia)

DOTAÇÃO - 0401.2011.4490 (226)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 29/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 09 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 50/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA. ME.

OBJETO - Aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Comissão Municipal de Esportes - CME, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 3.087,50 (três mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0803.2019.3390 (163)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 44/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 30 de março de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 51/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - WZ MULTI-ESPORTES LTDA ME

OBJETO - Aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Comissão Municipal de Esportes - CME, por meio da Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 67.992,00 (sessenta e sete mil novecentos e noventa e dois reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0803.2019.3390 (163)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 44/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 30 de março de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 52/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - NEWCARD INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

OBJETO - Prestação de serviço de manutenção, com fornecimento de peças de reposição para os relógios ponto instalados a serviço da Prefeitura Municipal de Forquilha.

VALOR - R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA - 01/04/2015 à 31/12/2015

DOTAÇÃO - 2.010.3390 (26)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 60/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 31 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/PMF/2015

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 53/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

OBJETO - O presente Edital tem por objetivo a aquisição, de forma parcelada, de materiais elétricos, para instalação e manutenção de luminárias para Iluminação Pública do Município de Forquilha, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 25.825,00 (vinte e cinco mil e oitocentos e vinte e cinco).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0701.2036.3390 (126)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 45/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 02 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 22/PMF/2014

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº. 22/2014

CONVENIENTES - Município de Forquilha e Seara Alimentos LTDA

OBJETO - Assegurar o atendimento educacional especializado as crianças de zero a cinco anos de idade, que freqüentam as creches da rede municipal de Forquilha/SC.

VIGÊNCIA - 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA - 22 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	SEARA ALIMENTOS LTDA.
Vanderlei Alexandre	

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 23/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 23/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PMF Nº. 13/2014

CONVENIENTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONVENIADO - ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ABADEUS

DO OBJETO - Cooperação técnica, financeira e operacional, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA e a ABADEUS, visando uma maior integração entre as partes na execução do Projeto MINHA CASA MINHA VIDA, que compreende a organização, planejamento e a viabilidade da construção das casas, como também a execução e acompanhamento do PROJETO TÉCNICO SOCIAL na cidade de FORQUILHINHA-SC.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do Convênio PMF 13/2014 de 28/03/2015 para 31/12/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 26 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 25/PMF/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 25/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 202/2014

LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

LOCADOR - MOVEIS CORREA BACK LTDA

DO OBJETO - Locação de imóvel no centro do município, Rua do Cinquentenário Leonardo Steiner, 265, com área total de 195 m², matriculado sob nº. 5.868 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, para instalação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, por meio da Secretaria de Ação Social do município de Forquilha/SC.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 202/PMF/2014, passando de 07/04/2015 para 31/05/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01 de abril 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

DECRETO Nº 066/2015

DECRETO Nº 066, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

REVALIDA O DECRETO 0195/2014, QUE APROVOU O DESMEMBRAMENTO DO TERRENO URBANO MATRICULADO SOB Nº 10217, DE PROPRIEDADE DE PAUL GABRIEL LUCIEN EVRARD e JACQUES HENRI EVRARD.

Ivo Biazzolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica revalidado o Decreto nº 0195 de 16 de julho de 2014, que aprovou o Desmembramento do Lote nº 0017-001 da quadra 259, Matriculado sob nº 10217, de Propriedade de Paul Gabriel Lucien Evrard e Jacques Henri Evrard, convalidando todo o seu conteúdo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 10 DE ABRIL DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO 0001_2015 PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 0001/2015 - PMF

CEDENTE: Município de Fraiburgo - SC - CNPJ nº 82.947.979/0001-74

CESSIONÁRIA: Cooperativa dos Assentados da Região do Contestado - CNPJ nº 02.484.235/0001-21 Objeto: A cessão de uso a título gratuito, de um veículo automotor, VW - Saveiro de ano/modelo 2009/2010 de placas nº MHO 5481, e de um Caminhão Ford Cargo 712 de ano/modelo 2009/2010 de placas nº MHQ 2891 e serão cedidos com a exclusiva finalidade de sua utilização, pela CESSIONÁRIA, na realização dos serviços inerentes as suas atividades. Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura. Assinatura do Termo: 09/04/2015.

Fraiburgo(SC), 09 de abril de 2015.

Ivo Biazzolo

Prefeito

EXTRATO TCU BOMBEIROS 01/2015

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE RESCISÃO DE CESSÃO DE USO

RESCISÃO DA CESSÃO DE USO Nº 11.603/2010-3. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Fraiburgo. OBJETO: Rescisão da Cessão de Uso do veículo marca Fiat/Ducato, modelo MC TCA AMB, tipo Ambulância, combustível Diesel, ano/modelo 2008/2009, cor vermelha, chassi nº93W245G3392034280, placa MGB-9829. DATA: Fraiburgo, 07 de abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Ivo Biazzolo, pelo Município.

PORTARIA Nº 0987/2015

PORTARIA Nº 0987, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0651/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário MARINARA PITTOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 089.883.139-33, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de abril de 2015 até 03 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0988/2015

PORTARIA Nº 0988, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0032 de 01 de setembro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0652/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ROSMARI DE FÁTIMA CAMARGO GARCIA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.715.199-00, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de abril de 2015 até 03 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0989/2015

PORTARIA Nº 0989, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
Revoga Função Gratificada de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0616/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 0450 de 06 de fevereiro de 2015, que concedeu função gratificada FMG - Diretor Escolar Nível 1, para a servidora MARIA CRISTINA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 737.617.969-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ARTES, 20 horas semanais, a partir de 13 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0990/2015

PORTARIA Nº 0990, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
Concede Função Gratificada.

Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0616/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA CRISTINA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 737.617.969-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ARTES, Função Gratificada FGM - Diretor Escolar Nível 4, por ter assumido a função de Diretora no CEI Macieira, a partir de 14 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0991/2015

PORTARIA Nº 0991, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008 de 24 de março de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0645/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário THAÍS DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 050.534.999-00, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0992/2015

PORTARIA Nº 0992, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0008 de 24 de março de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0646/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONE BORGES DE MATOS, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 551.153.909-06, na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - INTÉRPRETE DE LIBRAS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 13 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 0993/2015

PORTARIA Nº 0993, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº. 067/2015, da Procuradoria Geral do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAQUELINE MARIA NEZI HOPPEN DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 680.853.549-34, no cargo de Agente Político de PROCURADOR ADJUNTO DO MUNICÍPIO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0005_2015-PMF DOM

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2015 - PMF

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de reforma do Estádio Macieirão Edir Preste Valin, com fornecimento de todo material e mão de obra, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXOS ao PAL), houve a participação das empresas: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA; CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME enquadrada como microempresa FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INST. ELÉTRICAS LTDA ME enquadrada como microempresa. Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foi INABILITADA pela Comissão a empresa CONSEST PRÉ-MOLDADOS LTDA ME pela não apresentação regular da documentação exigida no item 4 do Edital e HABILITADAS as empresas CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA e FRAYSISTEM SERVIÇOS DE INST. ELÉTRICAS LTDA ME pela apresentação regular da documentação de acordo com o item 4 do Edital, cumprindo de forma plena a todas as exigências de HABILITAÇÃO. Desta forma, transcorrido "in albis" o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS das empresas habilitadas. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 10 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****DECRETO Nº 065/2015**

DECRETO N.º 065, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 12, DE 10 DE ABRIL DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 12, de 10 de abril de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação de repasse de subvenção no valor de R\$ 8.904,00 (oito mil, novecentos e quatro reais) ao Núcleo de Apoio a Toxicômanos e Alcoólatra, CNPJ 01.179.112/0001-14", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 12 de 10 de abril de 2015.

Dispõe sobre a aprovação de repasse de subvenção no valor de R\$ 8.904,00 (oito mil, novecentos e quatro reais) ao Núcleo de Apoio a Toxicômanos e Alcoólatra, CNPJ 01.179.112/0001-14.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 10 de abril de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar o repasse de subvenção no valor de R\$ 8.904,00 (oito mil, novecentos e quatro reais) ao Núcleo de Apoio a Toxicômanos e Alcoólatra, CNPJ 01.179.112/0001-14.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 10 de abril de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONVENIO 01/2015

EXTRATO DO CONVENIO 001/2015

CONVÊNIO: 001/2015

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONVENIENTE: Rede Feminina de Combate ao Câncer

CNPJ: 03.733.676/0001-82

OBJETO: Assegurar a manutenção das atividades desenvolvidas pela Entidade

VALOR: R\$ 16.025,00

VIGÊNCIA: 06/04/2015 a 31/12/2015

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.871 de 25 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 12/2015 CMS

Resolução nº 12 de 10 de abril de 2015.

Dispõe sobre a aprovação de repasse de subvenção no valor de R\$ 8.904,00 (oito mil, novecentos e quatro reais) ao Núcleo de Apoio a Toxicômanos e Alcoólatra, CNPJ 01.179.112/0001-14.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 10 de abril de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar o repasse de subvenção no valor de R\$ 8.904,00 (oito mil, novecentos e quatro reais) ao Núcleo de Apoio a Toxicômanos e Alcoólatra, CNPJ 01.179.112/0001-14.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 10 de abril de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 13/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva**PREFEITURA****DECRETO Nº 59/2015**

DECRETO Nº. 59, DE 09 DE ABRIL DE 2015

"Atualiza o valor do auxílio alimentação para os servidores do Município de Garuva e dá outras providências".

JOSÉ CHAVES, PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

Considerando o art. 2º §4º da Lei nº 1671 de 02 de abril de 2013 que altera a Lei nº 1553/2011 de 03 de novembro de 2011 que institui o auxílio alimentação para os servidores do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica atualizado a partir de 01 de abril de 2015 o valor do auxílio alimentação para R\$ 488,00 (Quatrocentos e oitenta e oito reais) conforme variação de 8,42% do INPC acumulado no período dos últimos 12 meses.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2015.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

LEI Nº 1874/2015

LEI Nº 1874, DE 09 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - APAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo do município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2014, no valor de R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais) para Associação de Pais e Amigos da Criança e Adolescente - APAM, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 1777/2014 de 12 de março de 2014.

Parágrafo Único - Os repasses serão efetuados em 10 (dez) parcelas de R\$ 3.980,00 (três mil novecentos e oitenta reais), a partir do mês de março de 2015, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 - Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 - Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 - Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais e equipamentos médicos-ambulatoriais para o Fundo Municipal de Saúde. A ENTREGA DOS ENVELOPES, contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, deverá ocorrer até as 9h do dia 28/04/2015, no Depto. de Compras, sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA no mesmo dia, às 9h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 13/04/2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

INEXIGIBILIDADE Nº 57/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 57/2015

OBJETO: Contratação do Espetáculo de Contação de História "Uma História: Que Presente Saboroso!", a realizar-se nos dias 10 e 14 de abril de 2015 as 8h30min e as 14h30min na sede da Biblioteca Pública Municipal Dom Daniel Hostin, como parte da programação do 3º Festival Literário de Gaspar. CONTRATADO: EMILIANO DANIEL DE SOUZA (887.313.169-72). Valor Total Julgado: R\$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 09 de abril 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3.634, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 3.634, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

Altera carga horária e referência de vencimento do cargo de enfermeiro, modificando a Lei Municipal nº 2.839, de 19 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada para referência 56 (cinquenta e seis) e para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do cargo de enfermeiro, constante no quadro de pessoal que integra o artigo 1º da Lei nº 2.839, de 19 de dezembro de 2006.

Art. 2º A carga horária dos ocupantes do cargo de enfermeiro, investidos mediante concurso ou nomeados até a data da publicação desta Lei, para laborarem por 30 (trinta) horas semanais, poderá, a requerimento de cada profissional, ser ampliada para 40 (quarenta) horas semanais, com alteração da referência salarial, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º Os ocupantes do cargo de enfermeiro referido nesta Lei que não optarem pela ampliação da carga horária para 40 (quarenta)

horas semanais permanecerão com a referência salarial prevista para seu cargo pela legislação anterior.

§ 2º A opção à ampliação da carga horária e consequente alteração da referência salarial de que trata esta Lei decairá em 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 3º Realizada a opção pela ampliação da carga horária e respectiva alteração da referência salarial é vedado o retorno do servidor à carga horária e referência salarial anteriores.


Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 01 de abril de 2015.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 126/2015

	MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 126/2015
	TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: CARLOS ROBERTO MAISEN – ESTAMPARIA ME			
Endereço: RUA LINO VICENTE ALBERICE, 100			Fone: (47)
Bairro: BARRAÇÃO		Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 13221	CNPJ: 10.601.0001/74	Atividade: Estamparia. Estamparia	

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar **COMUNICA** à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - *Simples Nacional*.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada **NOTIFICADA** do presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar **RECLAMAÇÃO**, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a **RECLAMAÇÃO** no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS**


Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91, c/c Art. 1º do Decreto 3.182/09.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:		AUTORIDADE FISCAL
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.		
Data:	Assinatura:	

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 - Fone/Fax (0**47) 3331-6300 - Gaspar /SC – CNPJ: 83.102.244/0001-02
www.gaspar.sc.gov.br

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 127/2015

	MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 127/2015
	TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: AGÊNCIA DE TURISMO SÃO JOSÉ LTDA - ME			
Endereço: RUA JOSÉ HONORATO MULLER, 325		Fone: (47)	
Bairro: COLONINHA		Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 8491	CNPJ: 02.19+7.797/0001-94	Atividade: Estamparia. Venda de Passagens	

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar **COMUNICA** à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - *Simples Nacional*.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada **NOTIFICADA** do presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar **RECLAMAÇÃO**, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a **RECLAMAÇÃO** no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:


PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS**

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91, c/c Art. 1º do Decreto 3.182/09.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:		AUTORIDADE FISCAL
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.		
Data:	Assinatura:	

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 140/2015

 MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 140/2015
TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: EDINALDO BRUM DA SILVA - ME			
Endereço: RUA FRANCISCO LUCHINI, 38 SALA 01		Fone: (47)	
Bairro: BATEIAS		Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 13161	CNPJ: 09.660.674/0001-97	Atividade: Estamparia.Confecção	

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar **COMUNICA** à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - *Simples Nacional*.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada **NOTIFICADA** do presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar **RECLAMAÇÃO**, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a **RECLAMAÇÃO** no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:


PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS**

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91, c/c Art. 1º do Decreto 3.182/09.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:		AUTORIDADE FISCAL
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.		
Data:	Assinatura:	

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 141/2015

 MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 141/2015
TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: ARLINDO CARDOSO ME			
Endereço: ROD. IVO SILVEIRA, 8.527 -SALA 01		Fone: (47)	
Bairro: BATEIAS		Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 13437	CNPJ: 10.922.559/0001-22	Atividade: Construção	

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar **COMUNICA** à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - *Simples Nacional*.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada **NOTIFICADA** do presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar **RECLAMAÇÃO**, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a **RECLAMAÇÃO** no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:


PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS**

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91, c/c Art. 1º do Decreto 3.182/09.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:		AUTORIDADE FISCAL
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.		
Data:	Assinatura:	

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 170/2015

 MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 170/2015
TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: RINALDO TATSCH DOS SANTOS			
Endereço: RUA MANOEL BERNARDO DA SILVA, 471 – SALA 01		Fone: (47)	
Bairro: FIGUEIRA		Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 15157	CNPJ: 16.908.664/0001-93	Atividade: Estamparia.Confecção	

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar **COMUNICA** à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - *Simples Nacional*.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada **NOTIFICADA** do presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar **RECLAMAÇÃO**, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a **RECLAMAÇÃO** no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:


PENDÊNCIAS CADASTRAIS E PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS**

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91, c/c Art. 1º do Decreto 3.182/09.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:		AUTORIDADE FISCAL
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.		
Data:	Assinatura:	

TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL Nº 179/2015

	MUNICÍPIO DE GASPAR SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS	TERMO Nº 179/2015
	TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL	

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Contribuinte: COMÉRCIO DE CARVÃO DIOGO LTDA ME		
Endereço: RUA CORAL DE MINAS, 4011		Fone: (47)
Bairro: GASPAR GRANDE	Município: GASPAR	UF: SC
Inscrição Municipal: 14276	CNPJ: 13.324.908/0001-00	Atividade: Comércio Atacadista de Combustíveis de Origem Vegetal

NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Gaspar **COMUNICA** à pessoa jurídica acima identificada que foi iniciado o processo de sua exclusão, de ofício, do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - *Simple Nacional*.

Para tanto, fica a pessoa jurídica acima identificada **NOTIFICADA** do presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** podendo regularizar sua situação Cadastral/Fiscal junto a Secretaria de Administração e Finanças do município ou apresentar **RECLAMAÇÃO**, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência desta, dirigida a Junta de Recursos em 1ª Instância.

Caso não seja regularizada a situação Cadastral/Fiscal da pessoa jurídica ou interposta a **RECLAMAÇÃO** no prazo acima, o Termo de Exclusão do Simples Nacional tornar-se-á efetivo, nos termos do §4º, do Artigo 75, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de Novembro de 2011.

O presente termo tem repercussão jurídica para a matriz e suas respectivas filiais, independente do estabelecimento excluído.

CAPITULAÇÃO DO FATO

O presente **TERMO DE EXCLUSÃO DO SIMPLES NACIONAL** é emitido por incorrer na(s) seguinte(s) situação(ões) que impede(m) a sua permanência neste regime:

PENDÊNCIAS CADASTRAIS (NÃO SOLICITAR A BAIXA)
PENDÊNCIAS TRIBUTÁRIAS (DÉBITOS)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / DISPOSITIVOS INFRINGIDOS

Art. 20, Inc. II e art. 248 Lei 1330/91; Art. 17, inciso V da LC 123/2006 c/c Art. 15, inciso XV da Resolução CGSN 094/2011.

CIENTE DO SUJEITO PASSIVO

Nome:		AUTORIDADE FISCAL Josiane Tonoli Ferrari Fiscal de Tributos Mat. 4150
Cargo:	CPF:	
Declaro que recebi a 2ª via do presente Termo nesta data.		
Data:	Assinatura:	

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2015

Extrato de Contrato Nº 015/2015
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.
EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2015
PREGÃO Nº 027/2014

EMPRESA CONTRATADA: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA.
ME

OBJETO DO CONTRATO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO DESTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA, DEVIDAMENTE ESTABELECIDADA PARA ESTE FIM, PARA EXECUTAR SERVIÇOS NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, MELHORIAS, AMPLIAÇÃO COM EFICIENTIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO A EVENTOS MUNICIPAIS, EM UM PARQUE COM APROXIMADAMENTE 4.000 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INVENTÁRIO E CADASTRAMENTO GEORREFERENCIADO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO, ATENDIMENTO VIA CALL-CENTER, BEM COMO DESTINAÇÃO FINAL DAS LÂMPADAS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ATUAL. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SERÃO DE FORMA CONTINUADA PELO PERÍODO ESTABELECIDO NO EDITAL E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES AMPARADAS NA LEGISLAÇÃO, E OBEDECERÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO, CONFORME QUANTIDADES, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NA CARTA CONVITE E SEUS ANEXOS.

Valor do contrato: R\$ valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais).

Governador Celso Ramos, 10 de abril de 2015.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal.

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO COMBINADO COM VÁCUO E PIPA PARA SUPORTE, PARA DESOBSTRUÇÃO DE DRENAGENS DE ÁGUA PLUVIAL E REDE DE ESGOTO DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 08 dias do mês de abril do ano de 2015, no Estado de Santa Catarina, através do Samae de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Av. Bela Vista, Km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.047.341/0001-59, representado por seu Diretor Geral, Sr. ALCIDES PEREIRA, assim sendo Gestor desta Ata, são registrados os preços da (s) empresa (s) DEHIDRO SANEAMENTO LTDA EPP, estabelecida à Rua Manoel Luiz Teixeira nº 409, bairro Ponte do Imaruim, Palhoça, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 03.373.148/0001-44, neste ato representado pelo Srº MIGUEL NIVALDO WACHERSKI, brasileiro, divorciado, comerciante, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 491.560.719-49, portador do RG n.º 3.346.989-6, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA

ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO COMBINADO COM VÁCUO E PIPA PARA SUPORTE, PARA DESOBSTRUÇÃO DE DRENAGENS DE ÁGUA PLUVIAL E REDE DE ESGOTO DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificações do quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 004/2015, objeto do Processo 014/2015. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. HORAS	VALOR UNITÁRIO POR HORAS R\$	VALOR ANUAL (12 MESES) MÁXIMO TOTAL R\$
01	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO DE HIDROJATO COMBINADO COM VÁCUO E PIPA PARA SUPORTE, PARA DESOBSTRUÇÃO DE DRENAGENS DE ÁGUA PLUVIAL E REDE DE ESGOTO DO SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	350	249,00	87.150,00

Governador Celso Ramos/SC, 08 de Abril de 2015
DEHIDRO SANEAMENTO LTDA EPP Contratada
ALCIDES PEREIRA
Diretor Geral do Samae

Guaraciaba

PREFEITURA

EDITAL CONCURSO PÚBLICO 004/2015

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO PÚBLICO DESTINADO PARA CONTRATAÇÃO/ADMISSÃO, DE SERVIDORES PARA O QUADRO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA.

O Prefeito Municipal em Exercício de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, Sr. VANDECIR DORIGON, no uso de suas atribuições, com base nas Leis Municipais nº 1.940/06 de 27 de novembro de 2006, nº 1.645/01 de 27 de dezembro de 2001, nº 2764/14 de 09 de dezembro de 2014 e Lei Orgânica do Município e suas atualizações, torna público aos interessados, que estarão abertas as inscrições para CONCURSO PÚBLICO destinado para contratação/admissão, de servidores para o quadro da administração direta do município, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares:

1.1.1. O presente Edital do CONCURSO PÚBLICO é disciplinado pelo art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais legislação vigente.

1.1.2. O CONCURSO PÚBLICO será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO do Município de Guaraciaba - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao CONCURSO PÚBLICO serão publicadas em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no CONCURSO PÚBLICO implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1. do edital e demais determinações referentes ao CONCURSO PÚBLICO para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal a se refere o subitem 1.1.1 está à disposição do candidato no site: www.guaraciaba.sc.gov.br

1.1.6. O presente CONCURSO PÚBLICO é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

1.1.7. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Constituição Federal - § 1º do Art. 12, de 05/10/88 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98 - Art. 3º).

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo/função na data da admissão e provimento ao cargo;

e) Possuir aptidão física e mental.

1.1.8. O candidato deve comprovar a idade mínima de 18 anos e a escolaridade/habilitação exigida no edital no ato da investidura, sob pena de ser automaticamente eliminado do CONCURSO PÚBLICO.

1.1.9. As provas serão realizadas na modalidade OBJETIVA.

1.2 Cargo, vaga, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Professor II Nível I (Inglês)	*CR	R\$ 1.235,75	20h/ semanais	Formação superior específica na área de Inglês.	Objetiva
Professor II Nível I (História)	*CR	R\$ 1.235,75	20h/ semanais	Formação superior específica na área de História.	Objetiva
Professor II Nível I (Geografia)	*CR	R\$ 1.235,75	20h/ semanais	Formação superior específica na área de Geografia.	Objetiva
Professor II Nível I (Matemática)	*CR	R\$ 1.235,75	20h/ semanais	Formação superior específica na área de Matemática.	Objetiva
Nutricionista	01	R\$ 972,00	20h/ semanais	Diploma de conclusão de ensino superior em Nutrição e registro no órgão de classe da profissão	Objetiva
Veterinário	*CR	R\$ 3.674,86	40h/ semanais	Diploma de conclusão de ensino superior em Medicina Veterinária e registro no órgão de classe da profissão	Objetiva
Fiscal de Tributos	*CR	R\$ 1.521,56	40h/ semanais	Portador de Diploma de Conclusão do Ensino Médio	Objetiva

*CR - Cadastro de Reserva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 13/04/2015 às 23h59min do dia 04/05/2015.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no

link Concursos.

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 05/05/2015.

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na biblioteca pública municipal, localizada junto ao Centro de Múltiplo Uso Armando Domingos Montagna ao lado da Prefeitura de Guaraciaba - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de Guaraciaba - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para apenas 01 cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.8. O valor da taxa de inscrição é fixado de acordo com o nível de escolaridade exigido para o respectivo cargo, nos seguintes valores:

Valor R\$	Escolaridade
R\$ 180,00	Ensino Superior
R\$ 100,00	Ensino Médio

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do CONCURSO PÚBLICO, qualquer que seja o motivo ensejado.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.10.3. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Considerando-se que o presente CONCURSO PÚBLICO destina-se também a cadastro de reserva, e não havendo número definido de vagas a serem preenchidas, e que por lei são reservados 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas com necessidades especiais, desprezadas as frações, das vagas oferecidas no certame, até a extinção da validade do mesmo, de acordo com a Constituição Federal.

3.2. O candidato considerado pessoa com deficiência que desejar concorrer nesta condição, deverá no ato da inscrição informar no campo específico ser portador de necessidades especiais.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), sito à Rua Ademar Barros, 85, Centro de Guaraciaba em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Secretaria Municipal de Administração somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia médica promovida por equipe multiprofissional designada pelo Município de Guaraciaba/SC, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Administração do Município de Guaraciaba, sito na Rua Ademar de Barros, 85, Centro do Município de Guaraciaba, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem do dia 04/05/2015 (último dia de inscrição).

3.3. A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4. As pessoas com deficiência participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5. O candidato que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado

no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5. DA PROVA

5.1. Da prova objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A prova objetiva será aplicada no dia 13/06/2015, às 09h, nas dependências da ESCOLA MUNICIPAL PADRE ALFREDO KASPER, sito na rua REINOLDO RITTER, NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização das provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de Guaraciaba- SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09hrs e término às 12hrs.

5.1.3. A relação das salas será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, e terá a duração de 03hrs, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão- resposta e na 1ª página do caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. A prova será composta de 35 (trinta e cinco) questões inéditas.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para os cargos de: Professor, Nutricionista, Veterinário e Fiscal de Tributos, especificados no item 1.2.1 deste edital, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº de Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto das Provas 1, 2 e 3.
1 <input type="checkbox"/> Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	5,00
2 <input type="checkbox"/> Português	10	0,20	2,00	
3 <input type="checkbox"/> Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 5,00 (cinco pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e

conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA:

5.3.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização das provas objetivas no horário e data estabelecidos neste Edital, munidos de DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO ORIGINAL (COM FOTOGRAFIA), o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato ao local de prova.

5.3.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.3.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.3.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do CONCURSO PÚBLICO.

5.3.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.3.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um ou dois cadernos de questões, um ou dois cartões resposta e um ou dois cartões identificação, de acordo com sua inscrição.

5.3.4.1. O candidato deverá apor no Cartão Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.3.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.3.4.3. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital no verso do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.3.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo em que se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.3.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 E 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.

5.3.6.1. Forma correta de preencher o Tipo de Prova e o Cartão de Resposta (Gabarito):

☐

5.3.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.3.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.3.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial

para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO.

5.3.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.3.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.3.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.3.13. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal de sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.3.14. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.3.15. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.3.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.3.17. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.3.17.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.3.17.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.3.17.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.3.17.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.3.17.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.3.18. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.3.19. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados a partir das 17 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

5.3.20. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.4. MATERIAIS PERMITIDOS NO LOCAL DE PROVA:

5.4.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material

transparente;

d) Lápis preto e borracha;

e) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.4.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.4.3. O Município de Guaraciaba e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.5. É VEDADO DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;

b) Fumar;

c) Comunicação entre os candidatos;

d) Consulta a materiais (livros, revistas, apostilas, etc.);

e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.6. PODERÁ SER EXCLUÍDO DO CERTAME O CANDIDATO QUE:

a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;

b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;

c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;

d) não apresentar documento que bem o identifique;

e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;

f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;

g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;

h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;

i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;

j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;

k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;

l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.6.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada na Câmara de Vereadores, sito à Rua Ademar de Barros nº 85, Centro, Guaraciaba - SC, às 09hrs do dia 16/06/2015, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão Identificação).

6.2. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença constando o horário de entrada e saída.

7. DO EMPATE NA NOTA FINAL

7.1. Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

7.1.2. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste CONCURSO PÚBLICO na forma do disposto no parágrafo único do art.27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

7.1.3. Maior número de acertos na prova de Conhecimentos

Específicos;

- 7.1.4. Maior número de acertos na prova de Português;
- 7.1.5. Maior número de acertos na prova de Matemática;
- 7.1.6. Maior Idade;
- 7.1.7. Sorteio Público.

8. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

8.1. O gabarito preliminar será divulgado até às 18 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

8.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

9. DOS RECURSOS

9.1. É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do CONCURSO PÚBLICO, para cada cargo/função.

9.2. Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

9.3. Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

9.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.
- b) Acessar a "Área do Candidato".
- c) Clicar em "recursos e requerimentos".
- d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.
- e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

9.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

9.4.2. Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independente de terem recorrido.

9.5. Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do CONCURSO PÚBLICO.

9.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

9.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

9.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.

9.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

9.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecorrível na esfera administrativa.

9.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicada.

10. DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

10.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à

ordem de classificação dos candidatos aprovados.

10.2. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhes serão deferidas no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitados exames complementares, às expensas do candidato, a serem determinadas pelo serviço Médico do Município;
- c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;
- d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;
- e) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

10.3. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

10.4. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.

10.5. O presente CONCURSO PÚBLICO é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por até igual período.

10.6. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A aprovação no CONCURSO PÚBLICO não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC.

11.2. As publicações sobre o CONCURSO PÚBLICO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de Guaraciaba - SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br

11.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

11.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao CONCURSO PÚBLICO em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, conforme a legislação vigente.

11.5. O Prefeito do Município de Guaraciaba - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o CONCURSO PÚBLICO mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

11.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente CONCURSO PÚBLICO é o da Comarca de São Miguel do Oeste (SC).

11.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I - Cronograma;

ANEXO II - Conteúdo Programático;

ANEXO III - Portaria que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO IV - Portaria que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

Guaraciaba (SC), 10 de Abril de 2015.

VANDECIR DORIGON

Prefeito Municipal em Exercício

Vistado na Forma de Lei
Marina Guerini
OAB/SC 28.067
Assessora Jurídica Prefeitura de Guaraciaba

ANEXO I
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	10/04/2015	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de Guaraciaba - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC.
Inscrições	13/04/2015 a 04/05/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	06/05/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	07 e 08/05/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	11/05/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do Ensaio	03/06/2015	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	13/06/2015	A prova objetiva será realizada na Escola Municipal Padre Alfredo Kasper, sito na Rua Reinoldo Ritter, no Município de Guaraciaba/SC. - A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08h. - O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 09hrs e término às 12hrs
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	15/06/2015	A partir das 17 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	16 e 17/06/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	16/06/2015	Às 09h30min, na Câmara de Vereadores, sito na rua Ademir de Barros, 85, Centro, Guaraciaba - SC
Publicação do Resultado Preliminar	16/06/2015	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.

Prazo de recurso referente a Classificação Preliminar	17 e 18/06/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a Classificação Preliminar e Gabarito Preliminar	06/07/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	07/07/2015	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br A partir das 17 horas.
Publicação da Classificação/Resultado Final	08/07/2015	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.guaraciaba.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de Guaraciaba – SC. A partir das 17 horas.

ANEXO II
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de frases, palavras ou textos; encontros vocálicos e consonantais; ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação pronominal; classificação dos termos da oração; período composto por coordenação; período composto por subordinação.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR INGLÊS:

Língua estrangeira: relação com outras culturas; Palavras com sons assemelhados nas várias situações de uso; Contextualização das palavras com vários significados; Produção textual a partir de situações do cotidiano. Compreensão e interpretação de frase, palavra, verbos. Interpretação de textos e palavras em inglês. Aprendizagem: Leitura / Escrita. Didática: Métodos, Técnicas, Livro Didático, Recursos / Material Didático. Processo Ensino - Aprendizagem: Avaliação, Recuperação. Planejamento de Aula: Habilidade - Objetivos à avaliação. Métodos e Processos no Ensino da Leitura. Instrumentos / Atividade Pedagógicas. Tendências Pedagógicas. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

PROFESSOR DE HISTÓRIA:

Fundamentos teóricos do Pensamento Histórico; Didática e prática dos procedimentos de produção do conhecimento histórico; Linguagem e ensino de História; Transversalidade, novas formas

de abordagem e renovação do ensino de História; O ofício do historiador e a construção da História; Natureza, Cultura e História; Passagens da Antiguidade para o Feudalismo; Mundo Medieval; Expansão Européia do século XV; Formação do Mundo Contemporâneo; Brasil - Sistema Colonial; Brasil - Império; Brasil - República; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Parâmetros Curriculares Nacionais de História; Aspectos da História da África e dos povos afro-americanos e ameríndios; História da América. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

PROFESSOR DE GEOGRAFIA:

A evolução do pensamento geográfico e os novos paradigmas de ciência; O espaço natural, espaço geográfico e o espaço modificado pelo homem. O universo. Terra e suas características. As fontes e a evolução da concepção da natureza do homem e da economia na geografia: Os impactos da economia mundial sobre o meio ambiente e suas relações com a sociedade; Abordagem dos conceitos da geografia de paisagem, espaço, sociedade, região, território; Geopolítica da globalização: organismos internacionais, comércio internacional e desigualdades; O espaço e sua representação; Alfabetização e linguagem cartográfica; A cartografia nos diversos níveis de ensino; Orientação, localização e representação da terra; A divisão política, administrativa e o planejamento do território brasileiro; A divisão do espaço brasileiro segundo o IBGE; As regiões geoeconômicas brasileiras; Principais características econômicas e sociais das mesorregiões e microrregiões de Santa Catarina; a diversidade sócio-cultural de Santa Catarina; Conceitos demográficos fundamentais; Crescimento populacional; Teorias demográficas e desenvolvimento sócio-econômico; Distribuição geográfica da população; Estrutura da população; Migrações populacionais; O processo de industrialização e a urbanização brasileira e as consequências ambientais; Relação cidade e campo; A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro; Agricultura e meio ambiente; Brasil, território e nação: A produção do espaço geográfico brasileiro, o Brasil e a nova ordem mundial e o Brasil no contexto regional; Organizações e blocos econômicos; Conflitos, problemas e propostas do mundo atual; Quadro natural (relevo vegetação, clima, solos e hidrografia) numa perspectiva global, nacional e regional; clima e aquecimento global; Conservação, preservação e degradação ambiental no Brasil; Políticas públicas e gestão ambiental no Brasil. Representações e práticas sociais em educação ambiental; Espaço e turismo no ensino da geografia. Parâmetros Curriculares Nacionais para ensino de Geografia. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

PROFESSOR DE MATEMÁTICA:

Teoria dos Conjuntos. Conjuntos Numéricos. Elementos Básicos de Teoria dos Números: Múltiplos e Divisores, MDC e MMC. Polinômios. Equações do primeiro e segundo graus. Razões, Proporções e Grandezas Proporcionais. Regra de Três Simples e Composta. Porcentagem. Juros Simples. Juros Compostos. Progressões Aritméticas. Progressões Geométricas. Relações e Funções. Funções polinomiais do primeiro e do segundo graus. Função Exponencial. Logaritmos, Funções Trigonométricas. Matrizes, Determinantes e Sistemas lineares. Análise Combinatória Simples. Cálculo de Probabilidades. Elementos de Estatística: Tabelas, Gráficos, Geometria

Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, semelhança de triângulos, relações métricas nos triângulos retângulos e nos círculos, áreas de superfícies planas. Geometria Espacial: Poliedros, Prismas e Cilindros, Pirâmides e Cones, Esfera e Suas partes. Geometria Analítica: ponto, reta, circunferência. Questões de Raciocínio Lógico Matemático. A Matemática no contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de Matemática na perspectiva da Educação Matemática. História da Matemática; O ensino de Matemática através da resolução de problemas. O ensino de Matemática e as questões de cidadania e de diversidade cultural. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. LEGISLAÇÃO: Conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990). Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

VETERINÁRIO:

Vigilância Sanitária. Epidemiologia Geral. Vigilância Epidemiológica. Vigilância Ambiental. Zoonoses e Saúde Pública. Higiene e proteção dos alimentos: cuidados higiênicos - sanitários na obtenção e beneficiamento de produto de origem animal, flora microbiana patogênica e alterações. Legislação (Federal e Estadual) no julgamento tecnológico e sanitário: Classificação e funcionamento dos estabelecimentos. Ética e Legislação Profissional. Fisiologia Veterinária - Funções vegetativas: sangue e coagulação; circulação sanguínea, respiração. Funções de relação: sistema nervoso central e sistema nervoso autônomo. Microbiologia Veterinária - Morfologia, citologia, fisiologia, genética e ecologia geral de bactérias, fungos e vírus. Parasitologia Veterinária - Relações entre os seres vivos. Âmbito da parasitologia. Conceitos empregados em parasitologia. Adaptação e ação dos parasitas. Origem do parasitismo. Fundamentos teóricos de Bem Estar Animal e de Bioética. Diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa. Zoonoses: Brucelose, Febre Amarela, Febre Maculosa, Gripe Aviária, Larva Migrans, Leishmaniose, Leptospirose, Raiva, Toxoplasmose e Tuberculose (agente, espécies acometidas, sintomas nos seres humanos, sinais clínicos nos animais, formas de transmissão, diagnóstico, notificação). Doenças infecciosas e parasitárias: aspectos clínicos, de vigilância epidemiológica e de controle (doenças de interesse para a Saúde Pública). Produtos veterinários: medidas e orientações para o uso responsável (antimicrobianos, endectocidas e inseticidas para grandes e pequenos animais). Código de ética profissional e Regulamentação da profissão de Médico Veterinário. Higiene veterinária e inspeção sanitária de produtos de origem animal: condições de transporte, abate sanitário, tecnologia, processamento, inspeção, fiscalização e comercialização. As boas práticas de fabricação e o sistema APPCC na produção de alimentos. Vigilância sanitária no comércio de alimentos de origem animal: doenças transmitidas por alimentos de origem animal, controle físico-químico e microbiológico de alimentos de origem animal, fiscalização. Doenças de notificação obrigatória no MAPA. Bioclimatologia animal.

NUTRICIONISTA:

Políticas Públicas de Saúde: Bases de Estratégia da Saúde da Família (ESF); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); Controle Social em Saúde. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Código de ética do nutricionista. Educação Alimentar e Nutricional: Objetivos e possibilidades de ação; Guias alimentares; Promoção e educação em saúde; Alimentação saudável; Hábitos e práticas alimentares. Avaliação Nutricional de coletividades: Vigilância Nutricional - SISVAN; Métodos e técnicas de avaliação do estado nutricional e consumo alimentar de populações; Determinantes sócio-culturais do estado nutricional do consumo de alimentos. Nutrição básica: Conceitos e propriedades; Nutrientes (definição, função, digestão, absorção, metabolismo, interação, biodisponibilidade e fontes alimentares). Nutrição humana nos ciclos de vida: Avaliação Nutricional (critérios

e métodos); DRI's -Recomendações nutricionais; Crianças (Pré-escolar e escolar); Adolescentes; Distúrbios do metabolismo (diabetes mellitus e obesidade); Distúrbios do trato digestório; Doenças cardiovasculares; Câncer; Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS); Doenças hepáticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL MÉDIO

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de frase, palavra ou texto; encontros vocálicos e consonantais; Ortografia; acentuação gráfica; sinais de pontuação; emprego das classes de palavras; análise Sintática; concordância nominal e verbal; regência nominal e verbal, crase; colocação dos pronomes oblíquos átonos; homônimos e parônimos.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º grau. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FISCAL DE TRIBUTOS:

Constituição Federal. Código Tributário Nacional. LC 123/2006. Lei nº 8.212/91. Lei nº 9.430/96. Direito Tributário: Conceito de tributo. Dever fundamental de pagar tributo e dever de colaboração com a tributação. Fiscalidade e extrafiscalidade. Espécies tributárias. Competência tributária: critérios de outorga, distribuição da competência. Imunidades tributárias: natureza, classificação, imunidades genéricas a impostos. Outras limitações ao poder de tributar. Princípios tributários: segurança jurídica, capacidade contributiva, igualdade tributária, praticabilidade da tributação. Garantias da legalidade tributária, da irretroatividade e das anterioridades, vedação do confisco. Limitações específicas à União: uniformidade geográfica, vedação da isenção heterônoma. Critérios de tributação: seletividade, progressividade, não cumulatividade, tributação monofásica. Legislação tributária: o papel dos diversos instrumentos legislativos; a lei complementar em matéria tributária. Vigência, interpretação e aplicação da legislação tributária. Capacidade, cadastro e domicílio tributários. Obrigações tributárias principais e acessórias. As diversas relações contributivas, de colaboração e punitivas. Sujeito ativo. Sujeito passivo: contribuintes, substitutos e responsáveis tributários. Responsabilidade tributária do diretor, gerente ou representante das pessoas jurídicas de direito privado. Ilícito tributário: penalidades, multas, responsabilidade por infrações e denúncia espontânea. Constituição do crédito tributário: declarações do contribuinte e espécies de lançamento. Existência, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário. Hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e seus efeitos. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. Extinção do crédito tributário: modalidades, pagamento, compensação, decadência e prescrição. Indébito tributário e sua repetição. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária: órgãos da administração tributária federal, fiscalização, inscrição em dívida ativa, certidões negativas de débito. Impostos federais: II, IE, IPI, IR, IOF, ITR. Impostos estaduais e municipais: ICMS e ISS, IPTU. Contribuições federais para a seguridade social sobre a receita, sobre a remuneração, sobre a folha de salários, sobre o lucro, contribuições substitutivas. Simples Nacional. Processo administrativo fiscal federal: autuação, notificações, fase litigiosa, recursos, nulidades. Processo judicial tributário: medida cautelar fiscal, execução fiscal, exceção de pré executividade, embargos à

execução, mandado de segurança, ação declaratória, ação anulatória, ação cautelar de caução, ação consignatória, ação de repetição de indébito, conexão entre ações tributárias. Princípios de Direito Administrativo. Administração direta e indireta. Órgãos públicos. Agentes Públicos. Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, ato administrativo em espécie, revogação e invalidação do ato administrativo. Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes administrativos, deveres dos administradores públicos. Responsabilidade Civil do Estado: aplicação da responsabilidade objetiva. Intervenção do Estado na propriedade: modalidades. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

ANEXO III

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 214/2015

De 07 de abril de 2015

ROQUE LUIZ MENEZHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Graciele Mara Maldaner, Talita Guerini, Michele Kunzler e Adriana Omizzollo, brasileiros(as), servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência da primeira, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital nº 004/2015.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guaraciaba, 07 de abril de 2015.

ROQUE LUIZ MENEZHINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO IV

PORTARIA QUE NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA AMEOSC

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2015

PORTARIA Nº 215/2015

De 07 de abril de 2015

ROQUE LUIZ MENEZHINI, prefeito municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto e Udinara Vanusa Zanchettin, brasileiros, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº. 004/2015.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração

do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalação necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba, 07 de abril de 2015.

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 435/2015

DECRETO Nº. 435/2015

Dispõe sobre o Fiscal e Gestor de Contrato de Execução de Obras Públicas.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no artigo 67, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº. 8.666/1993;

DECRETA:

Art. 1º. Compete ao fiscal e gestor do contrato designado por portaria para cada contrato, a liquidação da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, conforme artigos 2º, da Lei Federal nº. 8.666/1993 e 63 da Lei Federal nº. 4.320/1964.

§ 1º Essa verificação ter por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

§ 3º O pagamento somente poderá ser efetuado quando acompanhado de termo de vistoria e de medição respectivo, observadas as formalidade dos artigos 67 e 73, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº. 8.666/1993.

Art. 2º. Caberá, ainda, ao gestor e fiscal do contrato, verificar a necessidade de alteração do contrato e opinar sobre a conveniência ou não da aceitação ou imposição e enviar esforços junto à Administração Municipal para que as eventuais alterações de objeto, de prazo e de preço sejam formalizadas no devido tempo, sob pena de responsabilidade.

§ 1º Cabe ao fiscal e gestor do contrato o acompanhamento detalhado da execução do contrato e, quando constatar a irregularidade, promover anotações em registro próprio e determinar o necessário à sua regularização.

§ 2º Qualquer alteração de cronograma físico-financeiro do contrato poderá ser elaborado pela contratada conforme modelo adotado pela contratante, com descrição fiel do histórico de parcelas faturadas e parcelas a readequar, e aprovado expressamente pelo fiscal e gestor do contrato.

§ 3º À medida que a irregularidade implique alteração contratual,

rescisão do contrato ou aplicação de sanção, o fiscal e gestor do contrato deverá comunicar o Secretário Municipal de Administração e Finanças e o Prefeito para promoção dos atos necessários.

Art. 3º. Cabe, ainda, ao fiscal e gestor do contrato:

I - Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da obra pública;

II - Assegurar-se de que o número de empregados alocados na obra pública, por parte da contratada, é suficiente para a sua execução no prazo avençado;

III - Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;

IV - Acompanhar e fiscalizar a sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato;

V - Exigir que a contratada apresente a fatura mensal de cobrança das prestações contratuais acompanhada da comprovação de que está em dia com o pagamento das contribuições à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, relativas à avença celebrada;

VI - Notificar a contratada da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, determinando as medidas necessárias à correção ou adequação do objeto ao contrato;

VII - Comunicar à Secretaria de Administração e Finanças e à Controladoria-Geral do Município da rejeição, no todo ou em parte, da obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato, informando as medidas administrativas tomadas pelo gestor, tais como, paralisação da obra, serviço ou fornecimento do bem;

VIII - Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o edital e/ou contrato;

IX - Exigir por conta da contratação, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;

X - Comunicar à Procuradoria-Geral e à Controladoria-Geral do Município a existência de possíveis condutas ilícitas previstas nos artigos 89 a 98 da Lei Federal nº. 8.666/1993, por parte da contratada;

XI - Notificar a contratada para reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

XII - Receber a obra ou serviço, provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

XIII - Receber a obra ou serviço, definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias da comunicação escrita do contratado, respeitados os prazos contratuais de observação ou vistoria;

XIV - Receber, mediante recibo, obras e serviços de valor até o previsto no artigo 23, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº.

8.666/1993, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade;

Art. 4º. É vedado à Administração e ao fiscal/gestor do contrato exercer poder de mando sobre os empregados da contratada, reportando-se somente aos prepostos e responsáveis por ela indicados.

Art. 5º. Caberão ao Controlador-Geral do Município e aos Secretários interessados na aquisição do bem ou prestação de serviço, a notificação do gestor e fiscal do contrato para prestar as informações que julgar necessárias ao acompanhamento dos contratos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 445/2015

DECRETO nº. 445/2015.

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 10.000,00.

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), constante do orçamento Municipal, aprovado pela lei nº 4.183/2014, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio à indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de Ações de Apoio à Iniciativas Produtivas
3449000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
09	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
09.001.0023	Comércio e Serviços
09.001.0023.0695	Turismo
09.001.0023.0695.0012	Apoio à indústria, comércio e turismo
09.001.0023.0695.0012.2052	Manut. de Ações de Apoio à Iniciativas Produtivas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	10.000,00

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 09 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2014 - PMG

Dispensa de Licitação: 030/2014 - PMG.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Nota Certa Boletins Jurídicos Ltda, com endereço na Rua dos Andradas, nº. 943 - AP/SL 1010, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº 06.143.076/0001-52.

Objeto do Aditivo: a) prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de acordo com a Cláusula Décima Terceira, com vigência entre 02/04/2015 a 02/04/2016.

Valor Total do Aditivo: R\$545,31 (Quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Data da Assinatura: 26/03/2015 Vigência: 02/04/2016.

GUARAMIRIM (SC), 10/04/2015
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Ibiam

PREFEITURA

EDITAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR 2015

EDITAL CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Ibiam/SC

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho realizada no dia 31 de março de 2015, em sua sede localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 55 e ss. Da Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011 e alterações posteriores, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Ibiam, e dá outras providências.

1. Do Cargo e das Vagas

1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, e de um suplente.

2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, da Carga Horária e do Mandato

2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 525, de 20 de junho de 2013, é assegurado o direito a:

I - Vencimento de R\$ 788,00(setecentos e oitenta e oito reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - Cobertura previdenciária;

III - Gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30(trinta) dias, acrescidas de 1/3(um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - Licença-maternidade;

V - Licença-paternidade;

VI - Gratificação natalina

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de Conselheiro Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta na Lei 482/2011 e alterações posteriores.

Sendo escolhido servidor inativo que tenha ocupado cargo (aposentadoria pelo regime próprio de previdência - art. 40 da

Constituição da República), também não poderá cumular os proventos decorrentes desta com a remuneração de Conselheiro Tutelar, devendo da mesma forma optar por uma das remunerações (art. 37, § 10, da Constituição da República), pois as atribuições do Conselheiro Tutelar são decorrentes de função pública.

Os servidores ativos e inativos deverão declarar formalmente sua opção de remuneração (remuneração do cargo, da aposentadoria, ou de Conselheiro Tutelar), cabendo ao município arquivar o pedido na pasta funcional do servidor.

2.2.1. Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3. A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do Conselheiro no mês de Dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4. A função do Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5. O funcionamento e o atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min;

2.5.1. Plantão noturno das 17h00min às 07h30min do dia seguinte.

2.5.2. Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3. Para os plantões noturno e de final de semana/feriado será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1. Das inscrições

3.1.1. O registro das Candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 06.04.2015 a 03.06.2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min), na sede da Prefeitura Municipal de Ibiã, localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

3.1.2. Poderão submeter-se à eleição os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato de inscrição:

I - Reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - Idade superior a 21(vinte e um) anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - Residir no Município, demonstrada por comprovante de residência dos últimos 3(três) meses anteriores à publicação do Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão de Ensino Médio;

V - comprovar que se encontra em pleno gozo de seus direitos político (certidão de crimes eleitorais (www.tre-sc.gov.br));

VI - prova de aferição de conhecimentos específicos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90) com acerto mínimo de 60% (sessenta por cento) das questões.

3.1.2.1. Participarão das provas os candidatos cujas inscrições foram homologadas.

3.1.2.2. A prova escrita será realizada no dia 26.07.2015, das 08h30min às 11h30min, no Centro Educacional Eliziane Titon, situado na Rua 7 de Setembro, SN, Bairro Centro, atrás do prédio

da Prefeitura Municipal de Ibiã.

3.1.2.3. A prova escrita será elaborada por Comissão Especial, instituída pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com acompanhamento do Ministério público.

3.1.2.4. O candidato deverá comparecer ao local determinado para a prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário fixado para o início, munido de caneta esferográfica (tinta azul ou preta) e cédula oficial de identidade (RG). Caso o candidato não possua, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial ou o protocolo de solicitação da segunda via, juntamente com outro documento oficial, com foto, que o identifique.

3.1.2.5. Na prova escrita avaliar-se-ão conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei Federal nº 8.069/90).

3.1.2.6. A nota máxima atribuída a esta prova será de 10,00 (dez) pontos e com acerto mínimo de 60% (sessenta por cento) das questões, ou seja nota 6,00 (seis) pontos.

3.1.2.7. As questões eventualmente anuladas serão consideradas corretas para todos os candidatos.

3.1.2.8. Será considerada nula a prova do candidato que se retirar do recinto, durante a sua realização, sem a devida autorização do Fiscal da Sala. O tempo mínimo de permanência na sala é de uma hora.

3.1.2.9. Não haverá segunda chamada para as provas, nem a realização das mesmas fora da data, do horário e do espaço físico predeterminados.

3.1.2.10. Não será permitida a utilização de aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, walkman, receptor, gravador, calculadoras ou similares), livros, códigos, ou qualquer outro material de consulta, bem como a utilização de boné, chapéu ou similar.

3.1.2.11. Será excluído do recinto de realização da prova e eliminado do Processo de escolha, o candidato que:

I - apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;

II - apresentar-se para a prova em outro local;

III - não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;

IV - não apresentar um dos documentos de identidade exigidos para a realização da prova;

V - ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

VI - ausentar-se do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos a partir do início da mesma;

VII - se for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, livros, notas ou impressos não permitidos;

VIII - se estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (pagers, celulares, etc.);

IX - lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;

X - não devolver integralmente o material solicitado;

XI - perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

XII - Tiver atitude de desacato e desrespeito com qualquer dos integrantes da Comissão Eleitoral, do CMDCA, fiscais ou autoridades presentes;

XIII - For surpreendido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por gestos, verbalmente ou por escrito, bem como se utilizando de qualquer material proibido por este Edital.

3.1.2.12. O gabarito da Prova Escrita será divulgado no dia 27.07.2015 no site Prefeitura Municipal de Ibiã www.ibiam.sc.gov.br e será afixado no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Ibiã e no Quadro Mural da Câmara de Vereadores de Ibiã.

3.1.2.13. Após divulgação do resultado provisório, haverá prazo de 01 (um) dia útil para interposição de recursos pelos candidatos quanto ao gabarito, bem como em relação as questões.

3.1.2.14. A divulgação do resultado final da prova com a lista dos candidatos habilitados para a eleição será divulgada, após análise dos recursos pelo CMDCA, no dia 29.07.2015, através de Edital a ser publicado seguindo os trâmites supracitados.

3.1.2.15. O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.3. Na hipótese de inscrição por procuração deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.1.5. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2. Da Publicação das Candidaturas.

3.2.1. A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12.06.2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum da Comarca de Tangará.

3.2.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 15.06.2015 a 19.06.2015, em horário de atendimento ao público ao público (07h30min as 11h30min e das 13h00min as 17h00min), na sede do Prefeitura Municipal de Ibiama, localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

3.2.2.1. O candidato impugnado deverá manifestar-se, de forma escrita, no período de 29.06.2015 a 03.07.2015, em horário de atendimento ao público ao público (07h30min as 11h30min e das 13h00min as 17h00min), na sede do Prefeitura Municipal de Ibiama, localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

3.2.2.2. A comissão eleitoral terá o período para apresentar resposta quanto às impugnações, até o dia 10.07.2015.

3.2.3. O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14.08.2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum da Comarca de Tangará.

3.2.4. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04.10.2015).

3.3. Da Propaganda Eleitoral

3.3.1. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

3.3.1.2. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3. É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.7. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4. Da Eleição

3.4.1. A eleição será realizada no dia 04.10.2015, no horário de 08h00 min às 17h00min, na Seção instalada no Centro Educacional Eliziane Titon.

3.4.2. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, O Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade

com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6. O eleitor votará uma única vez em apenas um(1) candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5. Do Voto

3.5.1. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até 03(três) meses antes da eleição.

3.5.2. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidatos(s) escolhido(s).

3.6. Da Cédula Oficial

3.6.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiam, com indicação do número e nome do(s) candidatos(s).

3.6.1.1. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2. O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2. Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7. Das Mesas Receptoras

3.7.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda assinar a ata da eleição.

3.7.2.2. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro (24) horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes

indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir a Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I- Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II- O cônjuge ou o(a) companheiro(a) do candidato;

III- As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito;

IV- Os membros de diretórios de partidos políticos e ou ocupantes de cargos eletivos;

V- As autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do executivo.

3.8. Da Apuração

3.8.1. A apuração dar-se-á manualmente pela contagem, no próprio local de votação, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3. Após o termino das votações Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5. Os cinco (5) candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6. No caso de empate na votação será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição;

3.8.7. Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1. O resultado da eleição será publicado no dia 05.10.2015, em Edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Ibiam, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de sufrágios recebidos.

4.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3. A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem

o maior número de votos será na data de 10 de janeiro de 2016.

4.3.1. Ocorrendo vacância do cargo, assumira o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2. Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-ão os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ibiã, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei Nº 8.069/1990 e na Lei Municipal Nº 482/2011, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2. O ato de inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste Edital.

5.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4. As datas e locais para a realização de eventos relativos ao presente Processo Eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização do representante do Ministério Público.

5.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7. É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8. O Conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

5.11. A íntegra do Edital poderá ser obtida no Site www.ibiam.sc.gov.br

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ibiã, 31 de março de 2015.

Marcelo Luis Rinaldi

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

Presidente

ANEXO I

Cronograma

Providência	Prazo
Publicação do edital	04.04.2015
Inscrições	06.04.2015 a 03.06.2015
Análise das inscrições	05.06.2015 a 11.06.2015
Publicação da relação dos candidatos	12.06.2015
Impugnação de candidatura	15.06.2015 a 19.06.2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	22.06.2015 a 26.06.2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29.06.2015 a 03.07.2015
Análise e decisão das impugnações	até 10.07.2015
Interposição de recurso	13.07.2015 a 17.07.2015
Aplicação da prova	26.07.2015
Divulgação do gabarito	27.07.2015
Interposição de recursos referente à prova aplicada e ao gabarito	28.07.2015 a 29.07.2015
Análise e decisão dos recursos em relação à prova aplicada e ao gabarito	30.07.2015 a 31.07.2015
Publicação dos candidatos aprovados	14.08.2015
Operacionalização da eleição (seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TER; confecção das cédulas/urnas eletrônicas; e reunião com a equipe)	até 18.09.2015
Solicitação de apoio à Polícia Militar ou à guarda	22.06.2015 a 26.06.2015
Divulgação dos locais de votação	18.09.2015
Eleição	04.10.2015
Divulgação do resultado	05.10.2015
Posse dos eleitos	10.01.2016

RESOLUÇÃO Nº 017/2015 - CODEMI

RESOLUÇÃO Nº017/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a Lei Nº543 de 27 de Março de 2014 que cria o Programa Pastagens de Inverno e suas alterações através da Lei Nº567 de 16 de Março de 2015.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, e análise dos documentos do dia 09 de Abril de 2015.

CONSIDERANDO que o Programa Pastagens De Inverno a ser desenvolvido através da Secretaria Municipal de Agricultura para atender produtores com movimento econômico na venda de bovino de corte, ou de leite e seus derivados.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos constituído de 80 (oitenta) quilos de sementes forrageiras aos Produtores devidamente cadastrados na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, conforme relação nominal apresentada pelos técnicos da Secretaria, com referência para o movimento econômico do exercício de 2014 e documentos constantes do processo.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com os Decretos nº 2561/2013, nº 2707/2014 e nº 2778/15.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 10 de abril de 2015.
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 10/04/2015

Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota**PREFEITURA****DECRETO 61 2015**

Decreto nº 61, de 26 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 97.500,00(Noventa e sete mil e quinhentos reais), por conta do excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 09 - SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Atividade: 1.002 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Elemento:()4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 97.500,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 1º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I-Recurso de Transferência de Convênio União nº101228-96/2013
.....R\$97.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 26 de março de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

ANEXO I

Recurso proveniente do convênio Estado via SDR Blumenau Processo nº SDR15 4056/2014:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio Federal	
Fonte: 34 – Transferências de Convênios – União/Outros	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	97.500,00
Total	97.500,00
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	97.500,00

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS
Contador CRC SC 030821-02

ERRATA TP 005 - 2015 PMI - CALÇADÃO CENTRAL
ERRATA TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015 - PMI

O Município de Ilhota, comunica aos interessados na Tomada de Preço nº 005/2015 - PMI, que no interesse da Administração Municipal, a data da abertura fica alterada para dia 30/04/2015 às 09:30 horas e não mais dia 27/04/2015.

Demais itens e prazos permanecem como consta.

Ilhota, 10 de abril de 2015.
Valmor Bertelli Júnior
Presidente da Comissão de Licitações

Imarui**PREFEITURA****DECRETO Nº. 025, DE 10 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº. 025, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito na importância de R\$ 678.000,00 (seiscentos e setenta e oito mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DES- PORTOE JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.012	AQUISIÇÃO DE VEICULO/ ONIBUS/ MICRO-O- NIBUS			
Dotação	Cód. resu- mido	Recur- so	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	49	1.022	Aplicações Diretas	678.000,00
Total Suplementação			678.000,00	

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Termo de Compromisso (PAR-Plano de Ações Articuladas- nº2014404717/2014) firmado com o Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação- FNDE, decorrente do Edital de pregão nº 63/2013 e processo nº 23400010349201456.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 10 de abril de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 026, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 026, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito na importância de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
Dotação	Cód. resu- mido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	3	1.000	Aplicações Diretas	6.000,00
Total Suplementação		6.000,00		

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação de que trata artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
Dotação	Cód.re- sumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	6.000,00
Total Suplementação		6.000,00		

. Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 10 de abril de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 027, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 027, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI do art. 61 da Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar abaixo descrito na importância de R\$ 60.295,11 (sessenta mil duzentos e noventa e cinco reais e onze centavos), conforme segue:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 22.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação-Elemento	Cód. resu- mido	Re- curso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	162	1.000	Aplicações Diretas	60.295,11
Total Suplementação		60.295,11		

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2013-2016 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, 10 de abril de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 028, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 028, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
INSTITUI A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE REELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; e

Considerando o disposto na Lei Nº. 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências, bem como a necessidade de estabelecimento das diretrizes, metas e estratégias para a educação do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Processo de Reelaboração do Plano Municipal de Educação, que será composta pelos seguintes membros:

I - COORDENAÇÃO GERAL DA COMISSÃO:

Miriam Valmíria Vieira - Presidente

Vanderléia Ivete Marques Mattos - Vice-presidente

Vânia de Souza Silveira - Secretária Executiva

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação - Lélia Regina de Souza Raimundo;

b) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação - Eliane Silveira Cabral;

c) 01 (um) representante do Fórum Municipal de Educação - Israel Corrêa;

d) 01 (um) representante dos Gestores Municipal - Josiani Corrêa Venâncio;

e) 01 (um) representante dos gestores Estadual - Jucenir Viera Rodrigues;

f) 01 (um) representante dos Trabalhadores em Educação Municipal e Estadual - Letícia da Silva;

g) 01 (um) representante dos Estudantes Municipal e Estadual - Douglas Berto Carvalho;

h) 02 (dois) representantes da Educação de Jovens e Adultos - Ramona dos Passos da Silva e Jair Paulo;

i) 01 (um) representante dos Profissionais da Educação Infantil - Lisiane da Cunha Barreto;

j) 01 (um) representante do Ensino Fundamental Municipal- Rosania Castro Silva de Oliveira

k) 01 (um) representante do Ensino Médio e Formação Profissional - Rosane Cardoso Gonçalves

l) 01 (um) representante da Educação Superior e Pós-Graduação - Vanessa Gil

m) 01 (um) representante da Educação Especial - Vanderléia Ivete Marques Mattos

n) 01 (um) representante da Formação dos Professores e Valorização do Magistério - Lourival dos Passos

o) 01 (um) representante da Educação Indígena - Ailton Silveira Júnior

p) 01 (um) representante dos secretários do Município - Wander Luis da Rocha Flor

q) 01 (um) representante do FUNDEB - Ismael de Sousa Vieira

r) 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores - Vanderlei Selhorst

s) 01 (um) representante do Conselho Tutelar - Viviane de Carvalho Selvino

t) 01 (um) representante do SINPSPMI - Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Públicos Municipal de Imaruí - Marta da Silva Maia

Art. 2º Competirá a Comissão realizar estudos para a elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Imaruí/SC, especialmente:

I - Constituir um espaço para discussões sobre questões relacionadas ao Plano Municipal de Educação do Município de Imaruí entre todos os profissionais envolvidos;

II - Organizar reuniões periódicas e constituir Câmaras Temáticas por níveis e modalidades de ensino para estudos, avaliação, elaboração de metas e acompanhamento do processo de reelaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Imaruí/SC;

III - contribuir com sugestões, visando o bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º - O tempo de vigência desta Comissão será pelo período relativo à elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Imaruí/SC e sua publicação em forma de lei.

Art. 4º - A Comissão constituída por este Decreto deverá encaminhar relatórios periódicos dos estudos realizados e das ações que porventura já estejam sendo implementadas ao responsável pela Secretaria de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, e este ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 10 de abril de 2015.
MANOEL VIANA DE SOUSA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 029, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 029, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e tendo em vista o disposto na Lei nº 034, de 08 de novembro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo prazo de dois anos, na forma que segue:

I - Representantes Governamentais:

Secretaria de Administração e Finanças:

Emanoel Matos

Fernanda Fernandes Sousa - Suplente

Secretaria de Saúde:

Karine Cardoso Fontana

Vanessa Rosa Martins Roldão - Suplente

Secretaria de Educação:

Vanderléia Ivete Marques Mattos

Maria do Carmo Crescêncio Matos - Suplente

Secretaria de Promoção Social:

Sabrina Feliciano da Conceição

Adriane dos Passos Vizoso Rosa

II - Representantes da Sociedade Civil:

APP da E.E.F.Municipal José Tomás Ribeiro:

Sérgio Bittencourt Oliveira

Rosania C. S. de Oliveira - Suplente

APP da E.E.F.Municipal Guilhermina Ana Pereira

Silvano da Rocha

Ilza Domiciano Nogueira - Suplente

Banda Municipal Unidos de Imaruí

Lélia Regina de Sousa Raimundo

Roger Felipe Mariano da Silva - Suplente

Associação Encontro com Deus

Sergio Luiz Albino

Orlindo de Sousa - Suplente

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imaruí - APAE

Nilza Felipe

Eliete Pires Lima - Suplente

Art. 2º - Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao município

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto n.071/2014.

Imaruí, SC, em 10 de abril de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2014

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2014 - Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para apresentação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para definir qual a modalidade de contratação que melhor se adapta à execução e prestação de serviços dos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA e Sistema de Esgotamento Sanitário - SEE do Município de Imbituba/SC.

A Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas do Município de Imbituba, considerando a reunião do dia 07 de abril de 2015, com fundamento no que dispõe o Decreto PMI nº 269/2014 e na documentação que instrui os autos do processo de Chamamento Público nº 001/2014, decide:

1. Autorizar os autores das propostas a seguir relacionadas a efetuar todos os estudos e projetos solicitados no edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse nº 001/2014:

I. COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL - CAB AMBIENTAL; e

II. SERRANA ENGENHARIA LTDA.

1.1. Reitera-se que a autorização para realização dos estudos não implica em garantia de instauração futura do procedimento licitatório para a realização do projeto, bem como não condiciona à utilização dos estudos, ou das propostas, estudos ou levantamentos oferecidos pelo(s) autorizado(s).

1.2. A Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas ressalta que, no caso de algum dos estudos e projetos apresentados pelos proponentes autorizados seja utilizado pelo Município de Imbituba em futuro edital de concessão ou PPP, o ônus do ressarcimento recairá sobre o vencedor da futura licitação e o montante do ressarcimento será limitado aos valores apresentados pelos proponentes autorizados no âmbito do presente PMI.

1.3. Os proponentes deverão encaminhar também a Demonstração de Gastos, que consiste no detalhamento do valor gasto pelo participante para a realização dos estudos, levantamentos e propostas objeto deste PMI.

1.4. Na preparação da Demonstração de Gastos deverá ser utilizado formulário, incluídos todos os custos associados à realização dos estudos, que deverão ser devidamente comprovados.

1.4.1. Para fins de comprovação de gastos, todos os itens incluídos na Demonstração de Gastos, deverão ser devidamente detalhados e especificados, em separado para cada subitem da planilha, devendo conter, no mínimo, o seguinte nível de detalhamento:

a) Relação de pessoal próprio envolvido na elaboração dos estudos, com cópia do vínculo empregatício, incluindo cargo/função, quadro de tempo de serviço à disposição do projeto, valores de salários/honorários e encargos trabalhistas e sociais incidentes;

b) Relação de equipamentos utilizados para a realização dos serviços, incluindo quadro de tempo de serviço à disposição do projeto e respectivos valores horários;

c) Custo com mobilização de equipamentos;

d) Custo com mobilização, alimentação e hospedagem de pessoal à disposição do projeto;

e) Demonstrativo das despesas de serviços especializados subcontratados ou terceirizados, com cópia dos contratos, Notas Fiscais, recibos e demais comprovantes, emitidos em favor da proponente;

1.5. Os participantes que, em prejuízo da Fazenda Pública, apresentarem demonstrativos de despesas que não correspondam à realidade estarão sujeitos à desconsideração de seus estudos no presente PMI, além das penalidades dispostas na legislação

vigente.

1.6. Os valores unitários adotados para comprovação dos custos relativos aos estudos deverão ser compatíveis com os valores previstos nas Tabelas Referenciais de Preços adotadas em instituições públicas brasileiras, no caso da falta destes, valores referenciais de mercado, devidamente justificados.

1.6.1. A administração pública poderá glosar os valores apresentados que não atendam ao critério disposto no item anterior.

2. Os proponentes ora autorizados deverão efetuar apresentações de resultados parciais, com duração prevista de uma hora, a serem realizadas na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, nos prazos de 30, 60 e 90 dias a partir da autorização para realização dos estudos e projetos. As apresentações deverão ser agendadas e confirmadas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação.

2.1. O prazo de entrega dos estudos é de 90 (noventa) dias corridos contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC deste termo de autorização, em conformidade com o disposto no edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse nº 001/2014.

3. No prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação do extrato do presente Termo de Autorização no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, cada empresa proponente, por meio de seu representante legal, deverá apresentar Termo de Compromisso e Confidencialidade (conforme modelo - Anexo Único), no sentido de concordar com as regras aqui expressas, bem como manifestar expressamente a concordância com as regras e condições do presente PMI e do Decreto PMI nº 269/2014.

3.1. A autorização para a realização dos estudos somente terá validade a partir da data da entrega do Termo de Compromisso, devidamente assinado, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Imbituba.

3.2. Para comprovar a representação legal ou a qualidade de preposto das empresas proponentes, o representante entregará, conforme for o caso:

3.2.1. Se procurador, procuração pública ou particular (acompanhada de cópia autenticada do contrato social da empresa), com poderes específicos para representar a empresa no presente PMI em todas as suas fases, e em todos os demais atos.

3.2.2. Se representante legal, cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da empresa participante.

Imbituba, 08 de abril de 2015.

Eng.º Eduardo dos Passos Nunes

Secretário Municipal de Desenvolvimento

Urbano, Saneamento e Habitação - SEDURB

ANEXO ÚNICO

TERMO DE COMPROMISSO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2014 - Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para apresentação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para definir qual a modalidade de contratação que melhor se adapta à execução e prestação de serviços dos Sistemas de Abastecimento de Água - SAA e Sistema de Esgotamento Sanitário - SEE do Município de Imbituba/SC.

(EMPRESA AUTORIZADA), (QUALIFICAÇÃO), por meio de seu representante legal abaixo assinado, vem pelo presente instrumento, declarar que concorda integralmente com as regras fixadas no Termo de Autorização expedido pela Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas - CGPPP, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, bem como manifestar expressamente a sua integral concordância com as regras

e condições estipuladas no Edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse nº 001/2014, no Termo de Autorização e no Decreto PMI nº 269/2014, para todos os fins e feitos neles previstos.

E, ainda, compromete-se a manter a confidencialidade das informações obtidas através da execução dos trabalhos, utilizando-as somente no(s) projeto(s) a ser desenvolvido(s) no Município de Imbituba.

[Local], [data]

[NOME]

[CARGO]

R.G. nº

C.P.F. nº

COMISSÃO GESTORA DE PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP-1 - MANIFESTAÇÃO SOBRE AS SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS TÉCNICOS E PROJETOS.

COMISSÃO GESTORA DE PARCEIRAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGPPP
Rua Ernani Cotrin, 601 / Imbituba - SC
Reunião Ordinária - Ata Nº. 01/2015
Data da realização: 06/04/2015
Local: Sala de Reunião da Prefeitura Municipal

Pauta:

1 - Manifestação sobre as solicitações de autorização para desenvolvimento dos estudos técnicos e projetos.

ABERTURA: O Presidente, Cadir Garbelotto Cargnin, após conferir o quórum legal, às 14h00min, deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão Gestora de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), criado pelo Decreto PMI nº 269, de 03 de novembro de 2014, realizada na Sala de Reunião da Prefeitura Municipal, em que foram debatidos os pontos de pauta acima descritos.

Membros presentes: Estiveram presentes os membros, Cadir Garbelotto Cargnin, Chefe de Gabinete - Presidente; Nicolau Corsino Bento, Secretário de Administração e Gestão Pública; Eduardo dos Passos Nunes, Secretário de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação, titular do órgão municipal diretamente relacionado com o serviço ou atividade objeto da parceria público-privada; Sabrina Machado Stefanos da Silva, Procuradora, membro da Procuradoria-Geral; Luciene Martins, Secretária Executiva; Alexandro Tolentino Pamato, Gerente de Saneamento Ambiental e Engenheiro Civil, e Hector Pacheco Siduro, Engenheiro Civil - Equipe Técnica de Assessoramento.

1º item da pauta – Manifestação sobre as solicitações de autorização para desenvolvimento dos estudos técnicos e projetos:

Dando continuidade a reunião, o Presidente oportunizou os membros da comissão a analisarem as propostas apresentadas, das empresas COMPANHIA DE ÁGUAS DO BRASIL – CAB AMBIENTAL e SERRANA ENGENHARIA LTDA, do Edital de Chamamento Público para Manifestação de Interesse nº 001/2014, que visa registro, seleção e aprovação de estudos de viabilidade técnica, ambiental, econômico-financeira e jurídica, bem como projetos que contenham nível de detalhamento suficiente para definir qual a modalidade de contratação que melhor se adapta à execução e prestação de serviços do Sistema de Abastecimento de Água – SAA e do Serviço de esgotamento Sanitário – SSE no Município de Imbituba/SC.

Após a análise das propostas, o Presidente colocou em deliberação a aprovação de ambas as propostas apresentadas, considerando que a análise da solicitação observou, que além dos requisitos da

conveniência e oportunidade, o objeto dos estudos técnicos e projetos estão alinhados com as diretrizes gerais previstas no artigo 2º da Portaria CGPPP Nº 002/2014 (observado o disposto no § 2º do Art 4º), estando as solicitações instruídas com as informações exigidas no §3º do artigo 4º, e ainda estando os valores das propostas financeiras condizentes com os praticados pelo mercado. Sem manifestações, colocou-se a aprovação da Comissão, sendo aprovado por unanimidade. Esgotando-se os assuntos da pauta o Presidente, agradeceu a presença de todos e determinou a publicação do Termo de Autorização, dando por encerrada a Reunião Ordinária da CGPPP.

Na qualidade de Secretária Executiva do CGPPP, lavro, dato e assino a presente, após ser aprovada.

Imbituba, 06 de abril de 2015.

Cadir Garbelotto Cargnin	Luciene Martins
Presidente do CGPPP	Secretária Executiva do CGPPP

Nicolau Corsino Bento
Secretário de Administração e Gestão Pública

Eduardo dos Passos Nunes
Secretário de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação

Sabrina Machado Stefanos da Silva
Procuradora, membro da Procuradoria-Geral

Alexandro Tolentino Pamato
Gerente de Saneamento Ambiental

Hector Pacheco Siduro
Engenheiro Civil

DECRETO PMI Nº 063, DE 6 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 063, DE 6 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

29 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM		
Manutenção da Procuradoria Geral		
02.062.0005-2.039		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0134)	Aplicações Diretas	9.000,00
Total		9.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

29 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM		
Manutenção da Procuradoria Geral		
02.062.0005-2.039		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0133)	Aplicações Diretas	9.000,00
Total		9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 6 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 064, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 064, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e das outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Civil		
06.181.0017-2.046		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0006)	Aplicações Diretas	70.000,00
Total		70.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 (0001)	Aplicações Diretas	70.000,00
Total		70.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 065, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 065, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção do Ensino Fundamental		
12.361.0009-2.006		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0030 (0034)	Aplicações Diretas	340.000,00
Total		340.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Construção, Reforma, Ampliação de Unid. Escolares - Fundamental		
12.361.0009-1.005		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0030 (0030)	Aplicações Diretas	340.000,00
Total		340.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 066, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 066, DE 7 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.132.840,00 (um milhão e cento trinta e dois mil e oitocentos e quarenta reais) para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA – FMS		
Manutenção da Vigilância em Saúde		
10.304.0014-2.057		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0365	Aplicações Diretas	30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0367	Aplicações Diretas	64.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0365	Aplicações Diretas	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0367	Aplicações Diretas	100.000,00
Subtotal		224.000,00
Assistência Ambulatorial e Hospitalar		
10.302.0014-2.061		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0193	Aplicações Diretas	86.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0370	Aplicações Diretas	13.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0411	Aplicações Diretas	240,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0369	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0369	Aplicações Diretas	10.000,00
Subtotal		119.240,00
Manutenção da Assistência Farmacêutica		
10.303.0014-2.120		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0377	Aplicações Diretas	19.000,00
Subtotal		19.000,00
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.120		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0229	Aplicações Diretas	60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0360	Aplicações Diretas	114.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0363	Aplicações Diretas	136.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0378	Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0379	Aplicações Diretas	170.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0362	Aplicações Diretas	44.600,00
Subtotal		574.600,00

Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.120		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0229	Aplicações Diretas	50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0360	Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0378	Aplicações Diretas	17.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0379	Aplicações Diretas	29.000,00
Subtotal		196.000,00
Total		1.132.840,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superavit Financeiro das seguintes fontes de recursos, conforme Demonstrativo das Fontes de Recursos:

Demonstrativo das Fontes de Recursos		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor total por Fonte de Recurso
00.03.0365	Vigilância Sanitária - Sus União	60.000,00
00.03.0367	Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/ AIDS	164.000,00
00.03.0193	Média e Alta Complexidade - Estado	86.000,00
00.03.0370	Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	13.000,00

00.03.0411	Compensação de Especificidades Regionais	240,00
00.03.0369	Transferências Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	20.000,00
00.03.0377	Farmácia Básica - Estado	19.000,00
00.03.0229	Programa Melhoria Acesso Qualidade - PMAQ	110.000,00
00.03.0360	Piso de Atenção Básica - PAB	214.000,00
00.03.0363	Agentes Comunitários de Saúde - PACS	136.000,00
00.03.0378	NASF (Núcleos de Apoio à Saúde da Família)	67.000,00
00.03.0379	Cofinanciamento da Atenção Básica	199.000,00
00.03.0362	Saúde Bucal - Programa de Saúde da Família - PSF Odonto	44.600,00
Total das fontes		1.132.840,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 7 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 067, DE 8 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 067, DE 8 DE ABRIL DE 2015.

Acrescenta Parágrafo único no art. 7º do Decreto PMI nº 80, de 02 de julho de 2013 e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação e vigor, com base no art.93,VII e art.35, IX, da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM,

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado o Parágrafo único no art. 7º do Decreto PMI nº 80, de 02 de julho de 2013, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7º (...)

Parágrafo único. A disposição contida no caput deste artigo não impede o assessoramento jurídico do advogado público a outros órgãos desta municipalidade, quando estes assim o solicitarem.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 068, DE 8 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO PMI Nº 068, DE 8 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais), para nova dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção da Educação Infantil - creches		
12.365.0009-2.008		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0202 (0198)	Aplicações Diretas	87.000,00
Total		87.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do Superávit Financeiro de recursos do Salário Educação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 8 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EXTRATO: PMI PGM 2014/20H A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI PGM 2014/20H A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Daniel Vinício Arantes Neto

Procurador Geral do Município

Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SDR NORTE 2014/20E A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2014/20E A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi

Contratante

Imbituba Comercio de Derivados de Petróleo

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SDR OESTE 2013/20D A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR OESTE 2013/20D A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi

Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAGP 2014/20I A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2014/20I A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEAP 2014/20B A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAP 2014/20B A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SECULT 2014/20L A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SECULT 2014/20L A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Paulo Jurchen Sefton

Secretário Interino Municipal de Turismo, Esporte e Cultura da Se-
tec
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDES 2014/20M A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDES 2014/20M A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Antonio Clesio Costa

Secretário Municipal da Sedes
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/20A A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/20A A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEDUC 2014/20G A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/20G A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Eduardo dos Passos Nunes

Secretário Municipal da Sedurb
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEFAZ 2014/20C A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2014/20C A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Ivan Vitório

Secretário Municipal da Fazenda
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEFAZ 2014/20J A03

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEFAZ 2014/20J A03

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SEGOV 2014/20F A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEGOV 2014/20F A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

EXTRATO: PMI SETUR 2014/20K A02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SETUR 2014/20K A02

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL PARA ATÉ 29/04/2015 OU ATÉ A HOMOLOGAÇÃO DA NOVA LICITAÇÃO.

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão 90/2013

Imbituba, 30 de março de 2015.

Paulo Jurchen Sefton

Secretário Interino Municipal de Turismo, Esporte e Cultura da Setec
Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.546, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.546, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

Cria vaga de emprego público de Fiscal Ambiental no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal, 1 (uma) vaga para o emprego público de Fiscal Ambiental, que passa a integrar os Anexos correspondentes da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 9 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.545, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.545, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba - APAE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituba - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.291.807/0001-58, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no exercício de 2015.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O valor do repasse a que se refere o Art. 1º destina-se em custear parte das despesas para aquisição de veículo "automóvel" para uso da instituição.

Art. 3º A Associação beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

LEI Nº 4.547, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.547, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro para a Liga Imbitubense de Futebol, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro para a Liga Imbitubense de Futebol, no valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais), para a realização do Campeonato Municipal de Imbituba Sub-17 e Principal e o Campeonato Municipal de Imbituba Master.

Art. 2º O valor de que trata o Artigo 1º será repassado a Liga Imbitubense de Futebol, preferencialmente em parcela única, até o dia 20 de abril do corrente ano.

Art. 3º A Liga Imbitubense de Futebol prestará contas até 30 (trinta) dias após o repasse da parcela pelo Poder Público Municipal. Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Público Municipal firmará Termo de Convênio com a Liga Imbitubense de Futebol, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 9 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 017, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 017, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;
Considerando as informações dos Processos nº 5710/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública constituída pelo Parque Municipal de Eventos, localizada na Rua Três de Outubro, Centro, a Associação Imbitubense de Pessoas Portadoras de Deficiência Física, CNPJ:07.903.973/001-80, Imbituba/SC, para funcionamento de estacionamento, para explorar a referida área no período de 11 de Abril de 2015, com a finalidade de angariar fundos para a entidade supra citada.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 11 de abril de 2015, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de Abril de 2015.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Claudia Jeremias Ávila

Assessora da Diretoria de Documentação e Patrimônio

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 (SEAST)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 18/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 27 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para contratação de serviço de sonorização para todos os programas e serviços da SEAST.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 13 de abril de 2015.

Selma Elias Westphal

Secretária SEAST

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO Nº 26/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 27 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível contratação de pessoa jurídica especializada para realização de procedimentos cirúrgicos de ptirigeo.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 13 de abril de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretaria Municipal de Saúde

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015 (PMI)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 46/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 27 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a contratação de empresa especializada para a realização de pequenos reparos, com fornecimento de material, nas escolas e centros de educação infantil da secretaria municipal de educação.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br - link Portal da Transparência.

Imbituba, 13 de abril de 2015.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Municipal de Educação

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1359/15

. DECRETO Nº 1359/15
. De 08 de abril de 2015

Retifica Decreto 1358/15.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando equívoco no embasamento legal referente ao Decreto 1358/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica retificado no Decreto nº 1358/15, o embasamento legal, e onde lê-se 4734/12, leia-se 5115, de 19/12/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 08 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1360/15

. DECRETO Nº 1360/15
. De 08 de abril de 2015

Nomeia Conselho Municipal de Turismo

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2324/94, alterada pela Lei Municipal nº 4.970.14 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas, para compor o Conselho Municipal de Turismo, as pessoas abaixo indicadas:

I. Representantes da Assessoria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

- Rogerio Wilson Theiss (titular)
- Marcelo Lanznaster (suplente)

- Telma Fusinato (titular)
- Tatiane Viana (suplente)

II. Representante da Secretaria de Planejamento e Habitação;

- Antônio Gonçalves Dias (titular)
- Fabrício José Barbosa (suplente)

III. Representante da Secretaria do Meio Ambiente e Saneamento

- SESAM;
- Uilliam Munhoz Rieffel dos Santos
- Rafael Paludo

IV. Representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;
- Guilherme Joenck (titular)
- Hercílio Cesário Reiter (suplente)

V. Representante da Secretaria de Educação;

- Anilse Maria de Freitas Jacobsen (titular)
- Lourdes Poltronieri (suplente)

VI. Representante da Fundação Indaialense de Cultura;

- Thiago Campi Sperb (titular)
- Siegrid Wamser Ribeiro (suplente)

VII. Representante da EPAGRI de Indaial;

- Ilaini Marli Maihack Brassiani (titular)
-

VIII. Representante da ACIDI - Associação Comercial e Industrial de Indaial;

- Clério José Ribeiro (titular)
- Tibério Malkowski Jr. (suplente)

IX. Representante da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Indaial;

- Isabel Barbosa (titular)
- Lindolfo Brey Junior (suplente)

X. Representante da UNIASSELVI de Indaial;

- Rodrigo Borsatto Sommer da Silva (Titular)
- Julia Ropelato Floriani (suplente)

XI. Representante dos Clubes de Serviço de Indaial;

Rotary Club de Indaial Nações
- Márcio Sodré Nunes (Titular)
- Vanderlei Freitas

XII. Representante da Associação de Ciclismo Sapo Verde Trilhas e Estradas;

- Erilene Duve Doege (titular)
- Aline Ehrat (suplente)

XIII. Representante da Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Indaial;

- Rafael Nagel (titular)
- Francisco Bernardino dos Santos (suplente)

XIV. Representante da COAVE - Clube de Observadores de Aves do Vale Europeu;

- Maicon Mohr (titular)
- Juliana Marcelino Mohr (suplente)

XV. Representante de Indaial na Associação de Desenvolvimento do Turismo Ecológico do Vale do Itajaí - Vale das Águas

- Samanta Müller (titular)
- Jiovani Regina Fink (suplente)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 08 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 08 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1361/15

. DECRETO Nº 1361/15

. De 08 de abril de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar - Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NF	MOTIVO
9935/2014	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	R\$ 3.015,23	R\$ 2.634,77	25342	Duplicidade: valor já pago com empenho Nº 282-98/2014 e Nota Fiscal Nº 25342.
9931/2014	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	R\$ 10.810,46	R\$ 10.651,84	25343 / 25352	Duplicidade: valor já pago com empenho Nº 282-99/2014 – Nota Fiscal 25343 e empenho Nº 282-96/2014 – Nota Fiscal 25352

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 08 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 08 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1362/15

. DECRETO Nº 1362/15

. De 10 de abril de 2015

Anula e Suplementa Orçamento Município.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5142, de 10/04/2015,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
22.002.0017.0512.0022.1337.34490000000000	01645502	100.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
22.001.0017.0512.0022.2332.33390000000000	01645502	100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1363/15

. DECRETO Nº 1363/15

. De 10 de abril de 2015

Anula e Suplementa no orçamento do Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, nos uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5143/15,

DECRETA,

Art. 1º - Fica anulado o valor de R\$ 103.195,70 (cento e três mil e cento e noventa e cinco reais e setenta centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
08.001.0015.0451.0008.1202.3449000000000000	01000000	43.000,00
08.001.0015.0813.0008.1210.3449000000000000	01000000	60.195,70

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica suplementado no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0182.0009.2238.3445000000000000	01000000	103.195,70

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI 5138

. LEI Nº 5138

. de 10 de abril de 2015

Denomina Via Pública / Rua Santo Tomás de Aquino (Autoria: vereadores Antonio Carlos Fink, Henrique Fritz e Osvaldo Metzner)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica denominada "Rua Santo Tomás de Aquino" (Rua "E" do Loteamento Nova Indaial 3), a via pública localizada no Bairro João Paulo II, com início na Rua São Bernardo (Rua B), do Loteamento Nova Indaial 3 e término na Rua "J" do Loteamento Nova Indaial 4.

Parágrafo Único - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 300,74 metros;
Gabarito Total : 12,00 metros;

Pista : 8,00 metros;
Passeios : 2,00 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5136

. LEI Nº 5136
. de 10 de abril de 2015

Denomina Via Pública / Rua São Bernardo
(Autoria: vereadores Antonio Carlos Fink, Henrique Fritz e Osvaldo Metzner)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica denominada "Rua São Bernardo" (Rua "B" do Loteamento Nova Indaial 3), a via pública localizada no Bairro João Paulo II, com início no virador e término no Lote 109B de matrícula nº 33098 do Loteamento Nova Indaial 3.

Parágrafo Único - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 205,60 metros;
Gabarito Total : 14,80 metros;
Pista : 10,00 metros;
Passeios : 2,40 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5137

. LEI Nº 5137
. de 10 de abril de 2015

Denomina Via Pública / Rua Santa Tereza
(Autoria: vereadores Antonio Carlos Fink, Henrique Fritz e Osvaldo Metzner)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica denominada "Rua Santa Tereza" (Rua "C" do Loteamento Nova Indaial 3), a via pública localizada no Bairro João Paulo II, com início na Rua São Bernardo (Rua B), do Loteamento

Nova Indaial 3 e término no virador do Loteamento Nova Indaial 4.

Parágrafo Único - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 282,37 metros;
Gabarito Total : 12,00 metros;
Pista : 8,00 metros;
Passeios : 2,00 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5139

. LEI Nº 5139
. de 10 de abril de 2015

Denomina Via Pública / Rua São Clemente
(Autoria: vereadores Antonio Carlos Fink, Henrique Fritz e Osvaldo Metzner)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica denominada "Rua São Clemente" (Rua "F" do Loteamento Nova Indaial 3), a via pública localizada no Bairro João Paulo II, com início na Rua Santa Tereza (Rua C), do Loteamento Nova Indaial 3 e término no virador do Loteamento Nova Indaial 3.

Parágrafo Único - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 98,51 metros;
Gabarito Total : 12,00 metros;
Pista : 8,00 metros;
Passeios : 2,00 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5140

. LEI Nº 5140
. de 10 de abril de 2015

Denomina Via Pública / Rua São Nicolau
(Autoria: vereadores Antonio Carlos Fink, Henrique Fritz e Osvaldo Metzner)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10. - Fica denominada "Rua São Nicolau" (Rua "G" do Loteamento Nova Indaial 3), a via pública localizada no Bairro João Paulo II, com início na Rua Santa Tereza (Rua C), do Loteamento Nova Indaial 3 e término no virador do Loteamento Nova Indaial 3.

Parágrafo Único - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 147,40 metros;
Gabarito Total : 12,00 metros;
Pista : 8,00 metros;
Passeios : 2,00 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5141

. LEI Nº 5141
. de 10 de abril de 2015

Denomina Via Pública / Rua São José de Anchieta (Autoria: vereadores Henrique Fritz e Osvaldo Metzner)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 10. - Fica denominada "Rua São José de Anchieta" (Rua "F" do Loteamento Nova Indaial 5), a via pública localizada no Bairro João Paulo II, com início em terras do lote nº 20D (matrícula nº 31324) e área Verde 01 (matrícula 31376) e término em terras do lote nº 44D (matrícula 31348) e Área Verde 02 (matrícula 31377).

Parágrafo Único - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 338,00 metros;
Pista : 8,00 metros;
Passeios : 2,00 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5142

. LEI Nº 5142
. de 10 de abril de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
22.002.0017.0512.0022.1337.3449000000000	01645502	100.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
22.001.0017.0512.0022.2332.3339000000000000	01645502	100.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5143

. LEI Nº 5143
. de 10 de abril de 2015

Autoriza Anulação e Suplementação no Orçamento Anual do MUNICÍPIO DE INDAIAL.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial.
Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 103.195,70 (cento e três mil e cento e noventa e cinco reais e setenta centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotação	Vínculo	Valor
08.001.0015.0451.0008.1202.3449000000000	01000000	43.000,00
08.001.0015.0813.0008.1210.3449000000000	01000000	60.195,70

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do

Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICIPIO DE INDAIAL as seguintes dotações:

Dotação	Vínculo	Valor
09.002.0015.0182.0009.2238.344500000000000	01000000	103.195,70

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de abril de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 10 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 070/2015.

Pregão Presencial nº 032/2015-10430

Objeto: Restauração de uma motocicleta Honda CB450 - placa MBF 8100.

Entrega dos envelopes: 28/04/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 28/04/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 068/2015.

Pregão Presencial nº 030/2015-10430

Processo Licitatório destinado exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Objeto: Aquisição de colchonetes, edredons e toalha de banho.

Entrega dos envelopes: 27/04/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 27/04/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 069/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 069/2015.

Pregão Presencial nº 031/2015-10430

Processo Licitatório destinado exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123/2006. Objeto: Aquisição de bancadas em inóx para escolas e unidades de educação infantil.

Entrega dos envelopes: 27/04/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 27/04/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

ATA RP PROC 77/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 77/2014
PREGÃO PRESENCIAL 46/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 31/12/2015

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 77/2014, Pregão Presencial nº 46/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014; Sra. Karina de Moura Borges- representante da empresa Lech & Cia Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Lech & Cia Ltda, segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 77/2014, Pregão Presencial nº 46/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014; Sra. Karina de Moura Borges- representante da empresa Lech & Cia Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Lech & Cia Ltda, e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

LECH & CIA LTDA

Item	Quant	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	286	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 13 Kg	50,00	14.300,00
02	20	Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo com 45 Kg	182,00	3.640,00
VALOR TOTAL DE			R\$ 17.940,00	

Irineópolis, 09 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

ATA RP PROC 80/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATORIO Nº. 80/2014
PREGÃO PRESENCIAL 48/2014
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALIDADE 31/12/2015

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 80/2014, Pregão Presencial nº 48/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. José Donizett Ruckl - representante da empresa Ipe Comercio de Combustiveis Ltda; Sr. Luciano Moreira - representante da empresa Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Ipe Comercio de Combustiveis Ltda e Anésio Buzzi e Cia Ltda. seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 80/2014, Pregão Presencial nº 48/2014, a Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Pregoeira, Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka e Sra. Andressa Bendlin - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 320/2014 e Sra. Cassiana Lais Brand; Sr. José Donizett Ruckl - representante da empresa Ipe Comercio de Combustiveis Ltda; Sr. Luciano Moreira - representante da empresa Ceres Comercio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Ceres Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda; Ipe Comercio de Combustiveis Ltda e Anésio Buzzi e Cia Ltda e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

CERES - COM.TRANS.PETROLEO LTDA

Item	Quant	DESCRIÇÃO	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	100.000	Óleo diesel S10 – IPIRANGA	2,60	260.000,00
03	166.000	Óleo diesel Comum - IPIRANGA	2,34	388.440,00
VALOR TOTAL DE			R\$ 648.440,00	

IPE - COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Item	Quant	DESCRIÇÃO	Valor Uni- tário R\$	Valor Total R\$
02	52.000	Gasolina Comum - IPIRANGA	3,12	162.240,00
		VALOR TOTAL DE		
		R\$ 162.240,00		

Irineópolis, 09 de abril de 2015.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 09/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: J. Lopes Construções Ltda - EPP.

Objeto: Etapa final da construção de 01 unidade basica de saude, na localidade de Serrinha com area de 398m², de acordo com projeto, planilha orçamentaria, cronograma fisico financeiro e memorial descritivo, com fornecimento de materiais e mão de obra.

Vigência: 25.03.2015 a 24.07.2016

Valor total de R\$ 497.901,69 (quatrocentos e noventa e sete mil novecentos e um reais e sessenta e nove centavos)

Base Legal - Processo Licitatório nº 01/2015 - Tomada de Peças nº. 01/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2015 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 10/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: J. Luma Construtora Ltda - ME.

Objeto: Etapa final da construção de 01 unidade basica de saude, na localidade de Rio Branco com area total de 398m², de acordo com projetos, planilha orçamentaria, cronograma fisico financeiro e memorial descritivo, com fornecimento de materiais e mão de obra.

Vigência: 25.03.2015 a 24.07.2016

Valor total de R\$ 388.748,70 (trezentos e oitenta e oito mil setecentos e quarenta e oito reais e setenta centavos),

Base Legal - Processo Licitatório nº 01/2015 - Tomada de Peças nº. 01/2015

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 099/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 099/2015.

"INSTITUI ABONO SALARIAL PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DA CÂMARA DE VEREADORES DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Irineópolis aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Concede abono ao Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Câmara de Vereadores, no valor de R\$ 51,80, fazendo com que o salário atual R\$ 736,20, seja equiparado ao salário mínimo nacional.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a data da implementação da correção do salário mínimo nacional vigente, que poderão ser pagos em folha complementar.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 24 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ATA RP PROC 11/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS CNPJ: 83.102.558/0001-05 RUA PARANA, 200 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2015 - PR
	Processo Administrativo: 11/2015 Processo de Licitação: 11/2015 Data do Processo: 26/02/2015

Folha: 1/4

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DE ESCRITÓRIO EM GERAL, IMPRESSOS E MATERIAL PERMANENTE, PARA USO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, FAZENDA E INFRA-ESTRUTURA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 11/2015 (Sequência: 2)

À(s) 23 de Março de 2015, às 11:20 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 540/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 11/2015, Licitação nº 7/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 8711 - GRAFICA E EDITORA KAYGANGUE LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
119	CAPA DE BLOCO DE PRODUTOR RURAL- FOLHA TRIPLEX- 250G/M²- COM 1 X 1 CORES, TAMANHO 23X21 CM	UN	4.000,00	KAYGANG	0,0000	1,05	4.200,00
120	NOTA FISCAL DE PRODUTOR EM 04 VIAS - FORMULÁRIO CONTÍNUO	UN	25.000,00	KAYGANG	0,0000	0,38	9.500,00
Total do Participante —→							13.700,00

Participante: 8808 - FENIX INFORMATICA E TELEFONIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	TUBO DE CD/R COM 100 UNIDADES	UN	1,00	MULTILASER	0,0000	90,00	90,00
29	CARTUCHO ORIGINAL HP 94 PRETO	UN	6,00	HP	0,0000	71,00	426,00
30	CARTUCHO ORIGINAL HP 95 COLOR	UN	6,00	HP	0,0000	80,65	483,90
90	PEN DRIVE 4GB	UN	10,00	SANDISK	0,0000	27,50	275,00
91	PEN DRIVE 8GB DE MEMORIA	UN	10,00	SANDISK	0,0000	23,40	234,00
108	TONER ORIGINAL HP 78A	UN	60,00	HP	0,0000	180,90	10.854,00
109	TONER ORIGINAL HP 85A	UN	40,00	HP	0,0000	172,79	6.911,60
Total do Participante —→							19.274,50

Participante: 9397 - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Agenda Telefonica em espiral	UN	1,00	TILIBRA	0,0000	20,78	20,78
4	ALMOFADA PARA CARIMBO	UN	20,00	RADEX	0,0000	4,97	99,40
5	Almofada para máquina de calcular modelo procalc LP 25	UN	6,00	PROCALC	0,0000	11,19	67,14
6	BASTAO DE COLA QUENTE GROSSA	UN	50,00	RENDICOLA	0,0000	0,78	39,00
9	BLOCO DE ANOTAÇÕES	UN	10,00	S.DOMINGOS	0,0000	4,78	47,80
10	BOBINA PARA CALCULADORA PDV 57 MM, CAIXA COM 30 UNIDADES	CX	1,00	ALFORM	0,0000	39,80	39,80
14	CD REGRAVAVEL	UN	50,00	DIGIKLONE	0,0000	2,74	137,00
17	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PLÁSTICO	UN	55,00	POLIBRAS	0,0000	5,20	286,00
18	CALCULADORA CIENTÍFICA	UN	2,00	PROCALC	0,0000	39,00	78,00
19	CANETA ESFEROGRÁFICA 1.0MM TRILUX AZUL - PONTA MÉDIA, PONTEIRA METÁLICA	UN	450,00	FABER	0,0000	0,89	400,50
20	CANETA ESFEROGRÁFICA 0,7 MM AZUL PONTA FINA, COM PONTEIRA METÁLICA	UN	20,00	COMPACTOR	0,0000	1,37	27,40
21	CANETA PRETA	UN	50,00	INJEXPEN	0,0000	0,95	47,50
22	CANETA VERMELHA PONTA MÉDIA	UN	100,00	INJEXPEN	0,0000	0,95	95,00
23	CANETA MARCA TEXTO - AMARELA	UN	50,00	MAKE	0,0000	1,70	85,00
24	CANETA MARCA TEXTO VERDE	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,70	17,00
25	CANETA MARCADOR PERMANENTE CD DVD PRETA 1.0MM - PRETA	UN	10,00	MARIPEL	0,0000	3,05	30,50
42	ENVELOPE PARA CD	UN	100,00	EPICOL	0,0000	0,32	32,00
43	E.V.A COR ROSA CLARO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
44	E.V.A COR ROSA ESCURO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
45	E.V.A VERDE ESCURO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
46	E.V.A COR VERDE CLARO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
47	E.V.A COR VERMELHO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
48	E.V.A COR AMARELO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
49	E.V.A COR AZUL ESCURO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
50	E.V.A COR AZUL CLARO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

 CNPJ: 83.102.558/0001-05
 RUA PARANA, 200
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 7/2015 - PR

 Processo Administrativo: 11/2015
 Processo de Licitação: 11/2015
 Data do Processo: 26/02/2015

Folha: 2/4

Participante: 9397 - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
51	E.V.A COR PRETO	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
52	E.V.A COR MARROM	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
53	E.V.A COR LARANJA	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
54	E.V.A COR LILÁS	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
55	E.V.A COR BRANCA	UN	10,00	MAKE	0,0000	1,96	19,60
60	FITA ADESIVA - GRANDE	UN	40,00	POLO	0,0000	1,39	55,60
61	FITA ADESIVA LARGA TRANSPARENTE	RL	30,00	POLO	0,0000	3,85	115,50
62	FITA CORRETIVA DE SECAGEM RÁPIDA	UN	10,00	RADEX	0,0000	7,55	75,50
63	FITA CREPE	UN	5,00	POLO	0,0000	4,30	21,50
64	FITA CREPE LARGA	RL	5,00	SICAD	0,0000	11,50	57,50
67	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 9/14 COM 5.000 UNIDADES	UN	5,00	BACHI	0,0000	18,40	92,00
69	GRAMPO TRILHO EM PLASTICO COM NO MINIMO 50 UNIDADES	PCT	2,00	DELLO	0,0000	12,30	24,60
70	GRAFITE 2B, 0,5MM PRETO	MINA	40,00	CIS	0,0000	1,88	75,20
71	LÁPIS BORRACHA	UN	5,00	FABER	0,0000	1,90	9,50
75	LIVRO ATA	UN	5,00	S.DOMINGOS	0,0000	8,90	44,50
77	MARCADOR DE PÁGINAS TRANSPARENTE COM ADESIVO FLAGS C/ 100 FOLHAS	CX	6,00	3M	0,0000	18,20	109,20
78	ORGANIZADOR DE ESCRITÓRIO VERTICAL COR CRISTAL OU FUMÊ	UN	3,00	WALLEU	0,0000	71,50	214,50
81	PAPEL COUCHÉ COLORIDO (AZUL CLARO/VERDE) RESMA	RES	2,00	CHAMEX	0,0000	16,50	33,00
84	PASTA ARQUIVO EM PLASTICO TRANSPARENTE COM CANALETA	UN	20,00	POLIBRAS	0,0000	2,30	46,00
85	PASTA ARQUIVO EM PLÁSTICO TRANSPARENTE COM ELÁSTICO	UN	60,00	POLIBRAS	0,0000	2,14	128,40
86	PASTA ARQUIVO COLORIDO COM GRAMPO TRILHO (VERDE - VERMELHA E PRETA)	UN	460,00	POLICART	0,0000	1,29	593,40
87	PASTA ARQUIVO EM PLASTICO TRANSPARENTE COM GRAMPO TRILHO	UN	40,00	POLIBRAS	0,0000	2,17	86,80
88	PASTA AZ	UN	15,00	FRAMA	0,0000	10,60	159,00
89	PASTA SUSPENSÁ	UN	130,00	FRAMA	0,0000	2,00	260,00
93	PILHA AA	PCT	6,00	ELGIN	0,0000	6,15	36,90
94	PILHA AAA	PCT	6,00	ELGIN	0,0000	7,25	43,50
97	PINCEL ATOMICO - AZUL	UN	10,00	MAKE	0,0000	2,60	26,00
98	PINCEL ATOMICO - VERDE	UN	10,00	MAKE	0,0000	2,60	26,00
99	PINCEL ATOMICO - VERMELHO	UN	10,00	MAKE	0,0000	2,60	26,00
100	PINCEL ATOMICO - PRETO	UN	10,00	MAKE	0,0000	2,60	26,00
101	PLÁSTICO PARA ENCAPAR PASTAS - CORES DIVERSAS - ROLO COM 25M	RL	1,00	DAC	0,0000	48,90	48,90
102	PRANCHETA DE MADEIRA	UN	10,00	SOUZA	0,0000	4,28	42,80
103	RÉGUA PLÁSTICA TRANSPARENTE 30CM	UN	20,00	WALLEU	0,0000	0,50	10,00
104	RÉGUA 30 CM EM ALUMÍNIO	UN	6,00	JOCAR	0,0000	4,86	29,16
105	TINTA PARA CARIMBO	UN	5,00	RADEX	0,0000	4,15	20,75
123	ARQUIVO DE AÇO COM 04 GAVETAS, CHAPA 26, COR CINZA	UN	6,00	W3	0,0000	475,00	2.850,00

Total do Participante → 7.192,33

Participante: 9529 - LUIS KAMINSKI - ME - LK MOVEIS P/ESCRITORIO E SUPR

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
79	PAPEL A4 BRANCO - RESMA COM 500 FOLHAS	RES	900,00	copimax	0,0000	13,29	11.961,00

Total do Participante → 11.961,00

Participante: 9938 - ESCRIMATE COM. MAT. ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
27	CARTUCHO ORIGINAL HP 122 - COLOR	UN	30,00	HP	0,0000	33,36	1.000,80
28	CARTUCHO ORIGINAL HP 122 - PRETO	UN	40,00	HP	0,0000	29,94	1.197,60
31	CARTUCHO ORIGINAL HP 662 PRETO	UN	30,00	HP	0,0000	20,94	628,20
32	CARTUCHO ORIGINAL HP 662 COLOR	UN	30,00	HP	0,0000	23,17	695,10

Total do Participante → 3.521,70

Participante: 10039 - M MOBILE EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	APONTADOR	UN	12,00	Leonora	0,0000	0,50	6,00
3	ALFINETE COM CABEÇA	CX	5,00	Leonora	0,0000	4,78	23,90
7	BLOCO AUTOADESIVO AMARELO	UN	15,00	Informis	0,0000	3,90	58,50
8	BLOCO CUBO LEMBRETE COR BRANCA	UN	3,00	Tamoio	0,0000	13,75	41,25
11	BORRACHA BRANCA	UN	30,00	Red Bor	0,0000	0,38	11,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

 CNPJ: 83.102.558/0001-05
 RUA PARANA, 200
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 7/2015 - PR

 Processo Administrativo: 11/2015
 Processo de Licitação: 11/2015
 Data do Processo: 26/02/2015

Folha: 3/4

Participante: 10039 - M MOBILE EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	CADERNO 60 FOLHAS - CAPA DURA	UN	10,00	Panamericana	0,0000	3,85	38,50
13	CADERNO PROTOCOLO	UN	2,00	São Domingos	0,0000	7,68	15,36
16	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO	UN	230,00	Maxima	0,0000	2,32	533,60
33	CLIPS Nº 0 COM 500GR	CX	10,00	RG	0,0000	8,82	88,20
34	CLIP Nº 1 COM 500GR	CX	5,00	RG	0,0000	8,82	44,10
35	CLIPS Nº 2/0 COM 500GR	CX	5,00	RG	0,0000	8,82	44,10
36	CLIPS Nº 3 COM 500GR	CX	5,00	RG	0,0000	8,82	44,10
37	CLIPS Nº 8 COM 500 GRAMAS	CX	5,00	RG	0,0000	8,82	44,10
38	COLA EM BASTÃO, ATÓXICA, COM GLICERINA, 08 GR.	UN	20,00	Jocar	0,0000	1,42	28,40
39	COLA BRANCA LIQUIDA LAVAVEL, NÃO TOXICA - 90 GR	TB	25,00	Piratinunga	0,0000	1,35	33,75
40	CORRETIVO	UN	20,00	Frama	0,0000	1,64	32,80
41	ELASTICO Nº 18, COM NO MINIMO 50 UNIDADES	PCT	2,00	Fulgor	0,0000	3,40	6,80
56	EXTRATOR DE GRAMPO	UN	10,00	Carbrink	0,0000	1,20	12,00
66	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 - CAIXA COM 5.000 UNIDADES - COBREADO	CX	50,00	Jocar	0,0000	4,60	230,00
68	GRAMPO TRILHO DE METAL COM 50 UNIDADES	CX	25,00	Jocar	0,0000	14,80	370,00
72	LAPIS PRETO Nº. 2 COM MADEIRA DE BOA QUALIDADE	UN	50,00	Labra	0,0000	0,58	29,00
73	LÁPIS Nº 02 SEXTAVADO	UN	50,00	Jocar	0,0000	0,65	32,50
74	LAPISEIRA 0.5	UN	2,00	Jocar	0,0000	5,60	11,20
76	LIVRO DE REGISTRO DE EMPREGADOS COM 50 PAGINAS	UN	5,00	São Domingos	0,0000	14,12	70,60
80	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE COM 25 METROS - 450MM	RL	10,00	Polifix	0,0000	50,38	503,80
82	PAPEL FOTOGRAFICO A4 COM 50 FOLHAS	CX	5,00	Masterprint	0,0000	57,70	288,50
92	PERCEVEJO COM 100 UNIDADES	CX	50,00	Jocar	0,0000	2,80	140,00
95	PILHA AA ALCALINA RECARREGÁVEL COM 04 UNIDADES	PCT	10,00	Flex	0,0000	17,50	175,00
96	PILHA AAA ALCALINA RECARREGAVEL COM 04 UNIDADES	PCT	10,00	Flex	0,0000	17,50	175,00
110	TNT COM 50 METROS NA COR BRANCA	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
111	TNT COM 50 METROS NA COR ROSA CLARO	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
112	TNT COM 50 METROS NA COR VERDE ESCURO	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
113	TNT COM 50 METROS NA COR VERMELHA	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
114	TNT COM 50 METROS NA COR AMARELA	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
115	TNT COM 50 METROS NA COR AZUL CLARO	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
116	TNT COM 50 METROS NA COR PRETO	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
117	TNT COM 50 METROS NA COR LARANJA	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
118	TNT COM 50 METROS NA COR LILAS	RL	1,00	Leal	0,0000	88,60	88,60
121	ESTANTE COM 03 PRATELEIRAS E DUAS PORTAS COM CHAVE, EM MADEIRA OU METAL, NA COR BRANCA	UN	1,00	M.Mobile	0,0000	615,00	615,00
124	GAVETEIRO EM MDF COM 02 GAVETAS, PARA PASTA SUSPENSÃO, COM CHAVE, COM RODINHA, NA COR CINZA	UN	3,00	M.Mobile	0,0000	274,00	822,00
125	ARMÁRIO COM 04 GAVETAS COM RODÍGIO E CHAVE, EM MDF 18MM, NA COR CINZA	UN	10,00	M.Mobile	0,0000	220,00	2.200,00
126	ARMÁRIO PRATELEIRA, MEDINDO 2,60 X 2,70 X 0,45 M, COM 12 PRATELEIRAS, COM 08 GAVETAS E PORTAS DE CORRER, EM MDF 25MM, NA COR CINZA	UN	1,00	M.Mobile	0,0000	4.210,00	4.210,00
127	ARMÁRIO EM L, COM 04 PORTAS DE CORRER E 32 PRATELEIRAS, MEDINDO 2,30 X 2,80 X 2,70 X 0,45 M, EM MDF 25MM, NA COR CINZA	UN	1,00	M.Mobile	0,0000	6.860,00	6.860,00

Total do Participante → 18.636,86

Total Geral → 74.286,39

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS CNPJ: 83.102.558/0001-05 RUA PARANA, 200 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 7/2015 - PR
	Processo Administrativo: 11/2015 Processo de Licitação: 11/2015 Data do Processo: 26/02/2015

Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Irineópolis, 23 de Março de 2015

COMISSÃO:

ROSANI RODRIGUES DA SILVA MISCHKA - - Pregoeiro(a)
ANDRESSA BENDLIN - - MEMBRO
CASSIANA LAIS BRAND RODRIGUES - - MEMBRO
MARCIA MARIA KERSCHER - - MEMBRO
PATRICIA FABIANE FRONCZAK MARQUES - - MEMBRO
REINALDO STASIAK - - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

VILMA SCHIFFLER MUELLER - - Representante
LUIS KAMINSKI - - Representante
ODIRLEI DOZORSKI - - Representante
J - - Representante
JOAO FRANCISCO CANDATEN - - Representante
ABEL KACZOROSKI - - Representante

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2015

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 27 de abril de 2015, para contratação de serviços especializados em medicina e segurança do trabalho. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 27 de abril de 2015 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá - SC, 10 de abril de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015, INEXIGIBILIDADE Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2015

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC torna público a todos os interessados que está permanentemente aberto a partir de 14 de abril de 2015 o Credenciamento de Associações para prestar serviços para agricultores do município, conforme artigo 7º da Lei Municipal nº 2346 de 09 de Outubro de 2014, conforme Art. 25, "caput" da Lei nº. 8.666/93. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá SC., 10 de abril de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

DECRETO N.025/2015

DECRETO Nº 025 , DE 09 DE ABRIL DE 2015

"Regulamenta a Lei Municipal n. 2.101, de 09 de Setembro de 2010, atualizada e dá outras providências."

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 4º da Lei nº 2.346, de 09 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o custo máximo de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada hora de distribuição de adubo orgânico líquido, de que trata o inciso I do art. 6º da lei Municipal n. 2.346, de 09 de outubro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá-SC, em 09 de Abril de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N.026/2015

Decreto nº 026/2015, de 10 de Abril de 2015.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPÔR A COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o art. 69, VII da Lei Orgânica do Município e,

Considerando, a necessidade de realização da V Conferencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando, o que determina a Resolução 003/2015 do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para comporem a comissão organizadora da "V Conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente" no Município de Itá - SC:

I - Romeu de Oliveira - Presidente do CMDCA;

II - Caren Elisabete da Costa Fantin - Representante do CMAS;

III - Jucian Sartoretto - Presidente do Conselho Tutelar;

IV - Lotties Pristch - Conselheira do CMDCA;

V - Paula Sartoretto - Conselheira do CMDCA; e

VI - Geniomar Spagnol - Conselheiro do CMDCA.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, SC, 10 de Abril de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itaiópolis

PREFEITURA

SUPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2015

SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2015. Pregão Presencial nº 17/2015. OBJETO: contratação de empresas para prestarem serviços de Transporte Escolar. Fica suspenso o Processo Licitatório nº 23/2015 em razão da liminar do Mandado de Segurança. Será agendada nova data para reabertura do certame.

Itaiópolis, 10 de abril de 2015.
José Heraldo Schritke Prefeito
Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente Processo Licitatório nº 23/2014. Pregão Eletrônico Nº 11/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Marcofarma Distrib. De Produtos Farmaceuticos Ltda. Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) a homologação do item nº 24 - Atenolol de 50mg - Fica acrescido mais 25.000 cp; Contratada: Nunesfarma Distrib. De Prod. Farmaceuticos Ltda. Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) a homologação do item nº 05 -Ácido Fólico de 5mg - Fica acrescido mais 18.750 cp; Item nº 161 - Sulfato ferroso de 40mg - Fica acrescido mais 22.500 cp; Contratada: Dimaster Com. de Prod. Hospitalares Ltda. Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) a homologação do item nº 147 - Sinvastatina 10 mg - Fica acrescido mais 12.500 cp; Contratada: Dimaci/SC Mat. Cirurgico Ltda. Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) a homologação do item nº 146 - Sinvastatina de 40 mg - Fica acrescido mais 32.500 cp e item nº 148 - Sinvastatina de 20 mg - Fica acrescido mais 32.500 cp; Contratada: Inovamed Com. De medicamentos Ltda. Fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) a homologação do item nº 65 - Enalapril, Maleato de 20 mg - Fica acrescido mais 50.000 cp. Itaiópolis/SC 10/04/2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 60 DE 10 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 60 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

Convoca a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Prefeito Municipal de Itapiranga/SC, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política dos Direitos da Pessoa Idosa;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada juntamente com os municípios de São João do Oeste, Iporã do Oeste, Tunápolis e Santa Helena, no dia 14 de maio de 2015, das 13h às 17h, no Centro Municipal do Idoso, sito à Rua Padre Balduino Rambo, s/n, na cidade de Tunápolis/SC, com o tema: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades".

Art. 2º O regimento interno da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será aprovado pelo público presente na Conferência.

Art. 3º As despesas com a organização e realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão por conta de recursos orçamentários próprios consignados a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 10 de abril de 2015.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº59, DE 9 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº59, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

Desafeta imóvel e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e de conformidade a alínea "o" do inciso I do Art. 75 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.929, de 2 de setembro de 2014, na qual autorizou a alienação do bem imóvel;

CONSIDERANDO a necessidade de desafetação para alienação, passando da categoria de bens de uso comum do povo para categoria dos bens dominicais do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de autorização legal para a desafetação de imóvel e a exigência do Cartório de Registro de Imóveis para confecção da escritura pública;

Decreta:

Art. 1º Fica desafetado da categoria de bens de uso comum do povo, passando a integrar a categoria dos bens dominicais do

Município, o imóvel parte do lote rural nº 65, da Linha Ipê, situado neste Município de Itapiranga SC, com área de 2.182,00m² (dois mil cento e oitenta dois metros quadrados), constante na matrícula nº 7.285, do CRI de Itapiranga.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 9 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 86/2015

Portaria nº 86 de 9 de abril de 2015

CONCEDE PAGAMENTO DE INSALUBRIDADE

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o pagamento de insalubridade no percentual de 20% do salário mínimo nacional, aos servidores municipais Gilnei Beumer, matrícula nº 14335/01, Sérgio Luis Klein matrícula nº 3907/02 e Clênio José Negri matrícula nº 14118/02, em conformidade com o Art. 78 da Lei Complementar nº 39 de 12 de julho de 2011 e Parecer Jurídico nº 29/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/4/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 9 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 – REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015 - PROCESSO Nº 14/2015 - SESSÃO PÚBLICA PARA LANCES VERBAIS E ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 - REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015 - PROCESSO Nº 14/2015 - SESSÃO PÚBLICA PARA LANCES VERBAIS E ANÁLISE DE HABILITAÇÃO

Na data de 10/04/2015, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL e MARIZA APARECIDA FILLA nomeados pelo DECRETO Nº 2388/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA DE ANÁLISE DE HABILITAÇÃO do Pregão Presencial nº 05/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 8.000 CAMISETAS TIPO UNIFORME ESCOLAR PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, tendo em vista que foi achada conforme e favorável a apresentação das amostras apresentada pela empresa BELA VISTA PAPELARIA EIRELI ME em conformidade com a C.I. Nº 324/2015. Já encerrados os lances verbais, em sessão pública anterior, foi aberto o envelope de habilitação da empresa classificada: BELA VISTA PAPELARIA EIRELI ME, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
BELA VISTA PAPELARIA EIRELI ME	96.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a empresa classificada, ofertante do menor preço, a Pregoeira declarou a empresa supracitada vencedora deste Pregão. A Pregoeira informa que a empresa vencedora deverá cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A proposta da empresa vencedora satisfaz à exigência do edital; b) - A empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 10 de abril de 2015.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial do Município

ISABELA RAICIK DUTRA POHL MEMBRO	MARIZA APARECIDA FILLA MEMBRO
-------------------------------------	----------------------------------

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 385, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 385, de 08 de abril de 2015

"Institui Comissão Permanente de Avaliação dos Servidores do Poder Executivo Municipal".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o artigo 22, da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007,

DECRETA

Art. 1º - Fica criada a Comissão Permanente de Avaliação dos Servidores do Poder Executivo, com a finalidade de avaliar o desempenho dos Servidores, existentes no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Ituporanga.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior deste Decreto, fica assim composta:

Representante do Departamento de Recursos Humanos;
Mariliam Graciela dos Santos de Melo - Presidente

Representantes da Administração Municipal;
Edna Lückmann Paza - Membro
Maria Angélica Nienkötter Müller - Membro
Zuleide Dumes Hessmann - Suplente

Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
Sônia Regina Amâncio Martins - Membro
Helena Moraes Sens - Membro

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 322, de 12 de novembro de 2014.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO ITUPORANGA,
08 de abril de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 386, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 386, de 08 de abril de 2015.

"Constitui Comissão de Avaliação de Desempenho - CAD dos Servidores do Poder Executivo Municipal".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 35 e seus incisos da Lei Complementar 020 de 17 de dezembro de 2008,

DECRETA

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação de Desempenho

- CAD, com a finalidade de avaliar o desempenho dos Servidores, existentes no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Ituporanga.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior deste Decreto, fica assim composta:

Representantes da Secretaria da Administração;
Mariliam Graciela dos Santos de Melo
Maria Angélica Nienkötter Müller

Representante da Secretaria de Urbanismo;
Josiane Kuster Scheidt

Representante da Secretaria de Planejamento;
Edna Lückmann Paza

Representante da Secretaria da Secretaria da Saúde;
Aglais Moraes

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, fica revogado o Decreto nº 314, de 23 de outubro de 2014 e as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO ITUPORANGA,
08 de abril de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

DECRETO Nº 387, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 387, de 10 de abril de 2015.

"DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA"

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso VII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Município de Ituporanga - SC e,

- Considerando, que o feriado Nacional dia 21 de abril dia de (Tiradentes) será comemorado na 3ª feira;

DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo no dia 20 de abril de 2015, nos órgãos e entidades Públicas Municipais, ressalvados os serviços e as atividades consideradas de natureza essencial, especialmente na área da Saúde, Educação, Urbanismo e Infraestrutura.

Parágrafo Único - A forma e modo de funcionamento dos setores da Administração Pública que prestam os serviços essenciais a que se refere o caput desse artigo serão definidos pelos Secretários Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DO ITUPORANGA, 10 de abril de 2015
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

ELMO PISETTA
Secretário da Administração

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

Valor: R\$ 5.400,45 (cinco mil e quatrocentos reais e quarenta e cinco centavos).

Vigência: Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 001/2015 - DL

Dotação: 2.068.3390.00 - 80 - 16/2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO, HOSPEDAGEM TOTAL E MANUTENÇÃO CORRETIVA E EVOLUTIVA DO SOFTWARE WEB DE GESTÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA SER UTILIZADO PELA SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA DE JACINTO MACHADO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado - SC, 12 de Fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015/SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2015/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: MULTICOLOR LTDA

Valor: R\$ 60.750,00 (sessenta mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 - PR

Dotação: 2.047.3390.00 - 699 - 9/2015 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SAMAE NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado - SC, 5 de Janeiro de 2015.

AMILTON GHELLERE

Diretor do SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP

Valor: R\$ 96.040,00 (noventa e seis mil e quarenta reais).

Vigência: Início: 19/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 001/2015 - CV

Dotação: 2.065.4490.00 - 101 - 12/2015 - MANUTENÇÃO DO CRAS

2.065.4490.00 - 303 - 22/2015 - MANUTENÇÃO DO CRAS

2.065.4490.00 - 709 - 23/2015 - MANUTENÇÃO DO CRAS

2.065.4490.00 - 80 - 11/2015 - MANUTENÇÃO DO CRAS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DESTINADO AO PETI, LOCALIZADO NA RUA OSCAR DE OLIVEIRA LOPES, BAIRRO FIGUEIRA, NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado - SC, 19 de Fevereiro de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015/SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2015/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: FAXON QUIMICA LTDA

Valor: R\$ 139.900,00 (cento e trinta e nove mil e novecentos reais).

Vigência: Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2014 - PR

Dotação: 2.047.3390.00 - 699 - 9/2015 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS PROCESSOS DE TRATAMENTO DE ÁGUA REALIZADOS PELO SAMAE NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado - SC, 5 de Janeiro de 2015.

AMILTON GHELLERE

Diretor do SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: MARIA MAGDALENA RONSANI BURIN
Valor: R\$ 7.122,60 (sete mil cento e vinte e dois reais e sessenta centavos).
Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 002/2015 - DL
Dotação: 2.068.3390.00 - 80 - 16/2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORA PARA DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS DE CONFECÇÃO DE PEÇAS ARTESANAIS EM PATCHWORK REALIZADAS NOS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 2 de Março de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015/SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratado: MARIO CESAR COPETTI
Valor: R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais).
Vigência: Início: 09/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2014 - CV
Dotação: 2.047.3390.00 - 699 - 9/2015 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA QUÍMICA PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES QUÍMICAS, FÍSICAS E FISIOLÓGICAS DA ÁGUA, DOSAGEM E APLICAÇÃO DE CLORO E DEMAIS COMPONENTES VISANDO A QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA PELO SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 9 de Janeiro de 2015.
AMILTON GHELLERE
Diretor do SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: SALI MARIA MOLGERO WESTRUP
Valor: R\$ 7.122,60 (sete mil cento e vinte e dois reais e sessenta centavos).
Vigência: Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 003/2015 - DL
Dotação: 2.026.3390.00 - 80 - 3/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORA PARA DESENVOLVER AS OFICINAS DE CONFECÇÃO DE PEÇAS ARTESANAIS EM TECELAGEM REALIZADAS NOS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO.

Jacinto Machado – SC, 2 de Março de 2015.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015/SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Contratado: ALEXSANDER DOS SANTOS
Valor: R\$ 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais).
Vigência: Início: 14/01/2015 Término: 31/12/2015
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 001/2015 - CV
Dotação: 2.047.3390.00 - 699 - 9/2015 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 14 de Janeiro de 2015.
AMILTON GHELLERE
Diretor do SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: SUL EVENTOS LTDA EPP

Valor: R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).

Vigência: Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 002/2015 - CV

Dotação: 2.068.3390.00 - 80 - 16/2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL, PRODUÇÃO, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO, FORNECIMENTO DE APOIO LOGÍSTICO E LOCAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, PARA FINS DE REALIZAÇÃO DO EVENTO "DIA INTERNACIONAL DA MULHER", QUE SE REALIZARÁ NO DIA 08 DE MARÇO DE 2015, NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 5 de Março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015/FMAS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: L1 SER ORG. FEIRAS, CONG., EXP, FEST E EV. LTDA ME

Valor: R\$ 46.215,00 (quarenta e seis mil duzentos e quinze reais).

Vigência: Início: 23/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 003/2015 - CV

Dotação: 2.026.3390.00 - 80 - 3/2015 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2.068.3390.00 - 80 - 16/2015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DO DESENV

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE ARTESANATOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS DOS CLUBES DE MÃES DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO, NO EXERCÍCIO DE 2015.

Jacinto Machado – SC, 23 de Março de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Gestor do Fundo

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015/SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE DE JACINTO MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015/SAMAE

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: A V S IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Valor: R\$ 58.200,00 (cinquenta e oito mil e duzentos reais).

Vigência: Início: 04/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - PR

Dotação: 2.047.3390.00 - 699 - 9/2015 - MANUTENÇÃO OPERACIONAL E ADMINISTRATIVA DO SAMAE

Objeto: AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA SEREM UTILIZADOS PELO SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC. Conforme Especificações Técnicas em anexo ao Edital.

Jacinto Machado – SC, 4 de Fevereiro de 2015.

AMILTON GHELLERE

Diretor do SAMAE

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.753 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4.753 DE 08 DE ABRIL DE 2015.

“ALTERA O ART. 1º DO DECRETO 1.573 DE 09 DE AGOSTO DE 1995.”

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto 1.573 de 09 de agosto de 1995, que “Institui tabela de preços para tarifas de veículos de aluguel que especifica e dá outras providências”, passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituída TABELA DE PREÇOS a seguir discriminada para cobrança de tarifas dos veículos de aluguel do Município de Joaçaba:

Bandeirada	R\$ 5,00
km. Bandeira 01	R\$ 3,60
km. Bandeira 02	R\$ 4,50
Hora Parada	R\$ 20,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.575 de maio de 2014.

JOAÇABA - SC, em 08 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 002/2015 - CUIDADOR

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

“Abre inscrições e fixa normas ao Concurso Público de provas, para provimento de cargo efetivo atualmente vago, dos que vagarem e forem necessários ao Município de Joaçaba em especial a Secretaria Municipal de Assistência Social durante o prazo de validade deste Concurso.”

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MARCOS WEISS, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis Complementares nº 76/2003, 2010/2011 e 211/2011, estabelece normas para a realização de Concurso Público para a contratação de servidores para atuação no Município de Joaçaba, que se regerá pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM, sediada em Joaçaba/SC.

1.2. O presente Concurso Público destina-se ao provimento do cargo público de provimento efetivo a ser ocupado na atual situação

e consoante a disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.3. É de inteira responsabilidade do candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do concurso www.aprender.com.br para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o cargo do referido Edital, serão recebidas SOMENTE POR INTERNET, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.aprender.com.br na opção correspondente ao município de Joaçaba, do dia 13/04/2015 até às 16:00 hrs do dia 12/05/2015, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

2.1.2. O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) VÁLIDO cujo qual deverá permanecer ativo e lido constantemente até o final do concurso, sob responsabilidade do candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail, é obrigação do mesmo providenciar o mais breve possível para conclusão de sua inscrição.

2.1.3. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, horário inadequado, prazos já expirados conforme diretrizes estabelecidas em Edital, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.3. O comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e recomenda-se apresentá-los no local de realização das provas caso houver qualquer intercorrência no dia.

2.3.1. O candidato que não portar junto no dia da realização da prova os documentos citados acima, perderá o direito de se manifestar frente a situações inesperadas que possam a vir acontecer momentos antes que antecedem a realização das provas.

2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

Cargo	Valor Inscrição
Cuidador	R\$ 40,00 (Quarenta Reais)

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6. Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da inscrição, exceto os doadores de sangue fidelizados, nos termos da Lei Municipal nº 4.097/2011. Os candidatos que requererem a isenção da taxa de inscrição deverão encaminhar pessoalmente o anexo V preenchido, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Joaçaba, até a data constante no cronograma IV, aos cuidados do Setor Pessoal, acompanhado do comprovante de sua condição de acordo com a Lei Municipal nº 4.097/2011.

2.6.1 Para os pedidos de isenção da taxa de inscrição INDEFERIDOS conforme listagem a ser divulgada respeitando os prazos legais do cronograma do Anexo IV, linha 5, o candidato deverá providenciar o pagamento de sua inscrição para poder participar

do processo conforme prazos legais que norteiam o presente certame em questão.

2.7. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis UMA ÚNICA VEZ no endereço eletrônico www.aprender.com.br na aba correspondente ao certame em questão logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.

2.8 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, preferencialmente nas agências do Banco do Brasil, não sendo possíveis pagamentos com datas posteriores à data já estabelecida em edital.

2.9 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.10. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.11. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.12. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, sem prejuízo das cominações legais.

2.13. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no Anexo IV, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (contato@aprender.com.br) anexando no e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS E CONDIÇÕES ESPECIAIS

3.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei Complementar nº 19/98, de 31 de agosto de 1998.

3.2 Serão consideradas necessidades especiais somente aquelas conceituadas na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadrem nas categorias descritas no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/99. 3.3 Na sua inscrição, o portador de necessidades especiais deverá indicar no espaço apropriado, constante da Ficha de Inscrição, as condições especiais que necessitar para realizar as provas.

3.3. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referentes à deficiência deverá encaminhar OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX, o requerimento preenchido conforme modelo do Anexo VI a cópia simples do CPF e a cópia do laudo médico (original ou cópia autenticada) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável

causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM - Rua Duque de Caxias, 844 - Edif. Dona Olga - Centro - Joaçaba/SC - 89.600-000.

3.4. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.

3.4.1. Somente serão aceitos atestados médicos cuja data de expedição seja igual ou posterior à data de publicação deste Edital.

3.5. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.6 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.7 O candidato com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.8. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato da inscrição (exclusivamente durante o período de inscrição), não declarar essa condição.

3.9. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braille ou em qualquer outra condição especial deverá requerer no ato da inscrição - (exclusivamente durante o período de inscrição).

3.10. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer no ato da inscrição - (exclusivamente durante o período de inscrição), apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte de sua prova ampliada, entre 18, 20, 22 ou 24.

3.11. O candidato com deficiência que não requerer e não comprovar a condição especial na forma da legislação vigente (exclusivamente durante o período de inscrição), não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.12. A solicitação de condições diferenciadas será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.13. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

3.14. Não havendo candidatos classificados para a vaga reservada aos portadores de necessidades especiais, esta será preenchida pelos demais candidatos classificados.

IV - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade

competente no prazo previsto no cronograma constante do Anexo IV e estarão disponíveis no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba, no endereço eletrônico www.joacaba.sc.gov.br e no endereço eletrônico www.aprender-sc.com.br no link correspondente ao município de Joaçaba.

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no Anexo IV, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1 O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site www.aprender-sc.com.br no link correspondente ao município de Joaçaba que deverá ser encaminhado eletronicamente (e-mail) após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar de forma digitalizada o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail contato@aprender-sc.com.br.

V - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste certame, serão regidos pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Joaçaba e serão filiados ao Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos do Município de Joaçaba, com base nas leis complementares nº 76/2003, 210/2011, 211/2011 e 99/2005.

VI - DAS PROVAS

6.1. O Concurso Público, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos para o cargo.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

6.3. Os portões do local de prova serão fechados 10 (dez) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, **SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h20, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**

6.4. O local de aplicação da prova objetiva será no PRÉDIO DO CERT - Centro Educacional Roberto Trompowsky - Avenida Santa Terezinha, 49, Centro - Joaçaba - SC, com início das provas as 08h30min.

6.4.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Concurso Público e a Prefeitura Municipal de Joaçaba poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site www.aprender-sc.com.br.

6.4.2 É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.

6.5. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de três horas (3h) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

6.6. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento de identificação válido e com foto e portar o comprovante de inscrição e recomenda-se portar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição para eventuais intercorrências que vierem a ocorrer, conforme reserva o item 2.3.1

6.7. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.8. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.9. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

6.10. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.7, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.

6.11. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.12. No dia de realização da prova não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.

6.13. Durante a realização da prova é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Concurso Público.

6.13.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início da prova, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.13.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de prova com o aparelho ligado, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de prova.

6.14. No decurso da prova, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.15. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.16. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

6.17. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados

no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.18. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar a sua prova e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

6.19. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

VII - DA PROVA OBJETIVA

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos para o cargo de nível médio, será objetiva e constará de 40 (quarenta) questões, com quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina para o cargo de nível médio, será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	10	0,21	2,10
Matemática	7	0,21	1,47
Conhecimentos Gerais	7	0,21	1,47
Conhecimentos Específicos	16	0,31	4,96
Total	40		10,00

7.4. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

7.5. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.6. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão (ões) que contenha(m):

- Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
- Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.6 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.7. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com 01 (um) decimal, sem arredondamento.

7.8. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado no primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba/SC.

7.9 O caderno de provas estará disponível de FORMA ÚNICA para todos os interessados que assim o requisitarem através do endereço eletrônico contato@aprenderesc.com.br.

7.10. Havendo necessidade de recurso para impugnação de

questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br, na aba "processos em andamento" no link do município de Joaçaba, conforme prazos previstos em Edital.

7.10.1. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Concurso Público, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.11. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

VIII - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

8.1 Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00.

8.2 A nota final para o cargo será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaP \times 0,20 + NaCG \times 0,20 + NaCM \times 0,24 + NaCE \times 0,32) = MF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaP: Número de acertos em questões de Língua Portuguesa; NaCG: Número de acertos em questões de Conhecimentos Gerais; NaCM: Número de acertos em questões de Matemática; NaCE: Número de acertos de Conhecimentos Específicos. MF: Média Final.

8.3 A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da nota final.

8.4 Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- maior nota na prova de conhecimentos específicos;
- maior nota na prova de conhecimentos português;
- maior nota na prova de conhecimentos matemática;
- maior nota na prova de conhecimentos gerais;
- sorteio público.

8.5 O sorteio público conforme estabelecido no item 8.4, letra "e", será feito na sala de licitação da Prefeitura Municipal, com a presença dos funcionários do setor, a comissão do Concurso Público e a presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão pela administração municipal. Se por algum motivo, o candidato não se fizer presente no dia e horário marcado para o sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que no final será lavrada uma ata pela comissão com a presença de testemunhas para que não fique em momento algum dúvidas quanto ao resultado e o procedimento utilizado.

8.6 A data da divulgação da classificação final é a constante no cronograma previsto no ANEXO IV deste Edital e será divulgada no DOM/SC, site oficial do município e no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br.

8.7 A listagem a que se refere o item acima conterá somente os candidatos aprovados, em ordem de classificação contendo sua média final de acordo com a fórmula constante no item 8.2.

8.8 Os candidatos que não lograrem aprovação e desejarem saber suas notas, poderão enviar solicitação das mesmas para o e-mail através do site: www.aprenderesc.com.br.

8.9 A solicitação de que trata o item acima deverá conter: nome, CPF, cargo a que concorreu e data de nascimento do candidato interessado.

8.10. Em hipótese alguma serão fornecidas informações por telefone.

IX - DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do Concurso Público que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado rigorosamente nos prazos estabelecidos no cronograma constante do Anexo IV deste Edital.

9.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br na aba de processos em andamento na opção correspondente ao município de Joaçaba, no qual deverá ser enviado para o e-mail contato@aprenderesc.com.br dentro dos prazos estabelecidos por este Edital.

9.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 9.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.

9.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

9.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação, sejam elas através de publicações no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba e divulgação no site da empresa responsável.

9.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota da prova, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

9.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

9.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota da prova serão dadas a conhecer coletivamente.

9.9. Será instituída Comissão Especial para acompanhamento do Concurso Público, nomeada através de Portaria publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

X - DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O resultado final do Concurso Público objeto deste Edital será homologado pela autoridade competente e publicado no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba, no endereço eletrônico www.aprenderesc.com.br e no órgão de publicação oficial do Município (DOM-SC).

XI - DA CONTRATAÇÃO

11.1 A convocação do candidato para apresentação dos documentos será realizada mediante publicação de ato de nomeação no DOM/SC e contato através de e-mail, telefone ou correspondência registrada, sendo de responsabilidade

única e exclusiva do candidato informar seu endereço eletrônico, telefone e endereço, corretamente quando do preenchimento do formulário de inscrição e mantê-lo atualizado perante o Departamento De Pessoal da Prefeitura Municipal após a homologação do certame.

11.2. São requisitos básicos para investidura no cargo:

- a) Aprovação neste certame;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino,

também com as obrigações militares;

d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;

e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

f) Ser aprovado em exame médico admissional;

g) O candidato convocado que não tenha interesse em assumir a vaga, poderá solicitar sua passagem para o final da lista de classificados, mediante assinatura de termo, não assegurada sua segunda convocação.

11.3. No prazo de 20 (vinte) dias após a convocação, o candidato deverá apresentar, no Setor de Pessoal do Município, os seguintes documentos:

a) Exame admissional e exames complementares, conforme Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO da Prefeitura Municipal de Joaçaba;

b) Carteira de Trabalho CTPS

Cópia de:

c) CPF, em situação regular (autenticada);

d) Título de Eleitor c/ comprovante da última votação (autenticada);

e) Carteira de Identidade RG (autenticada);

f) Certificado de Escolaridade ou Diploma (autenticada);

g) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria) (autenticada);

h) Carteira Nacional de Habilitação - Categoria mínima "C", para o cargo de operador de máquinas (autenticada);

i) Certificado Militar (se homem);

j) Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);

k) 1 Foto 3X4

l) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 Anos;

m) Declaração de Bens;

n) Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar em função pública;

o) Demais documentos que a administração julgar necessários.

11.4. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para nomeação e posse.

11.5. Apresentada a documentação acima mencionada e/ou outras julgadas necessárias pelo Município, o candidato convocado será nomeado para o cargo público.

11.6. A nomeação e posse no cargo público dar-se-á até 30 (trinta) dias após a publicação do ato de convocação, sob pena de perda do direito de ser empossado.

XII - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

12.1 Delega-se competência à Georgeo Almeida ME (Aprender.com) para:

a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar todas as provas;

b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;

c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;

d) prestar informações sobre o Concurso Público;

e) definir normas para aplicação das provas;

XIII - DO FORO JUDICIAL

13.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba.

XIV- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.

14.2 O presente Concurso Público e respectivo resultado terão validade pelo prazo de 02 (dois) anos podendo ser prorrogado por igual período.

14.3 Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

14.4 As vagas constantes no Anexo I serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal; havendo necessidade, poderão ser abertas novas vagas, aproveitando-se os candidatos aprovados que comporão reserva técnica para essa finalidade;

14.5 A classificação no Concurso Público não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

14.6 O candidato classificado quando for convocado para assumir a vaga, se, por qualquer motivo, não comparecer, não aceitar na atual circunstância a vaga oferecida ou optar pela desistência desta, será recolocado automaticamente no final da listagem dos classificados, tendo uma nova e última chance de ser convocado seguindo a ordem natural da listagem. A não aceitação na segunda convocação exclui de forma definitiva o candidato da listagem final dos aprovados perdendo seu direito de tomar posse ao cargo em questão.

14.7 Será excluído do certame, por ato da APRENDER.COM, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização da prova;
- a) for surpreendido, durante a aplicação da prova, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- b) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- c) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

14.8 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

14.9 A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova, além de solicitar o atendimento especial para esse fim, deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança; caso contrário, ficará impossibilitada de realizar a prova.

14.10 Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela Georgeo Almeida ME e pela Comissão Especial do Concurso Público do Município de Joaçaba.

14.11 São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Dos Cargos, Vencimentos Iniciais e Habilitações Mínimas.
- b) ANEXO II - Do Conteúdo Programático.
- c) ANEXO III - Das atribuições e dos requisitos para o cargo.
- d) ANEXO IV - Do Cronograma Previsto.
- e) ANEXO V - Pedido Isenção Taxa de Inscrição.
- f) ANEXO VI - Requerimento / Declaração de necessidades especiais

14.12 O Edital para fins de publicidade, estará disponível no DOM -SC, no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba e no endereço

eletrônico www.aprender-sc.com.br a partir do dia 13/04/2015.

Joaçaba-SC, 13 de Abril de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMAS

Função	Nº Vagas	Habilitação Mínima	Carga Horária Semanal	Vencimento
Cuidador	1	Ensino Médio completo e 100 horas de curso na área de cuidador.	35 horas	R\$ 1.242,22

ANEXO II

DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

a) Língua Portuguesa: Leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, advérbios, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal e nominal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, estilística. Gramática em geral.

b) Matemática: Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: seqüências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios. Logaritmos; Radiciação; Exponenciação.

c) Conhecimentos Gerais: Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas, Internet e redes sociais. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Joaçaba. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Joaçaba.

d) Conteúdo específico: Estatuto e Plano de Cargos e Salários do Município (Leis Complementares nº 76/2003, nº 210/2011, nº 211/2011). Lei Orgânica Municipal. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988; Direitos Fundamentais da Pessoa Humana; Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/03); Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990); Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94; Decreto nº 1.942/96); Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/00; Decreto nº 5.296/04); Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência

(Lei nº7853/89; Decreto nº 3298/99); Lei Maria da Penha; Órgãos de defesa e de direitos; Política de assistência social; Serviços de assistência social conforme Tipificação Nacional Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução- CNAS nº 109, de 11 de novembro, de 2009); e Serviços de acolhimento institucional. Papel do cuidador e as políticas públicas; Postura ética dos cuidadores; Guia prático do cuidador do Ministério da Saúde (2008); Áreas de atuação e atividades do cuidador; Processos de envelhecimento humano; Perfil do idoso brasileiro; Cuidador e mercado de trabalho; O cuidador e a família; Cuidador e as relações profissionais: instituições, família e equipe de saúde; Serviços disponíveis e direitos do cuidador e da pessoa cuidada; Cuidados com a saúde da pessoa idosa e de crianças e adolescentes; Cuidador e situações de maus tratos; Projetos de regulamentação da profissão de cuidador. Noções essenciais de Primeiros Socorros; Conhecimentos inerentes a função observando-se a prática do dia-a-dia.

ANEXO III

DAS ATRIBUIÇÕES E DOS REQUISITOS PARA O CARGO

CUIDADOR

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:

- Acolher e tratar efetivamente os usuários das instituições de abrigo, sejam elas crianças, adolescentes, portadores de necessidades especiais e/ou idosos;
- Fornecer materiais de higiene pessoal, artigos de cama, banho e roupas;
- Notar a existência de marcas e hematomas, bem como escabiose e piolho, os quais deverão ser comunicados ao chefe imediato;
- Promover os cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação aos usuários;
- Acompanhar a alimentação dos usuários observando a aceitação adequada da dieta;
- Acompanhar e prestar atenção ao desenvolvimento afetivo e psicomotor;
- Informar aos residentes sobre a dinâmica do abrigo;
- Manter sigilo do trabalho prestado relativo aos casos específicos dos abrigados, bem como de seus encaminhamentos;
- Organizar os materiais utilizados nas atividades diárias dos residentes; solicitar a chefia imediata à compra de material didático, de higiene, vestuário e outros necessários;
- Organizar o ambiente de modo a facilitar o bem andamento dos trabalhos e o bem estar de todos;
- Observar os horários de plantão, devendo comunicar com antecedência possível faltas e trocas;
- Propiciar na medida do possível a participação dos usuários nas atividades cotidianas, orientando e supervisionando de modo a evitar risco pessoal;
- Observar as recomendações médicas e os horários para ministrar as medicações conforme prescrição;
- Comunicar a chefia imediata qualquer alteração na condição de saúde dos abrigados;
- Acompanhar a realização das atividades primando pela limpeza, cuidados e organização de todas as dependências;
- Auxiliar na organização das mochilas e sacolas para a ida as instituições educacionais ou projetos;
- Organizar juntamente com os usuários os guarda-roupas e camas e demais dependências da instituição;
- Coordenar o funcionamento da cozinha, após a saída da cozinha;
- Intervir nas situações de conflito interno, buscando resolvê-los pacificamente;
- Repassar a chefia imediata fatos relevantes sobre o cotidiano da instituição relativos aos conflitos internos, condutas, comportamentos e estrutura funcional;
- Comunicar a chefia imediata às manutenções necessárias

observadas, relativas à instituição;

- Participar, sempre que possível, das reuniões mensais da equipe de trabalho e das demais atividades do abrigo quando solicitado;
- Controlar os horários de despertar e de dormir dos abrigados de acordo com normas estabelecidas;
- Auxiliar no momento das refeições, preparando alimentação bem como organizando as casas nos finais de semana, feriados, à noite e em momentos excepcionais onde os auxiliares de serviços gerais não se fizerem presentes;
- Participar das atividades promovidas pela instituição como passeios, treinamentos, aperfeiçoamento e cursos de capacitações;
- Zelar pelo uso de utensílios, equipamentos e da estrutura física da instituição;
- Seguir as orientações da equipe técnica quando ao encaminhamento dos casos e organização dos horários de visitas de famílias ou voluntários;
- Cumprir o disposto do Regimento Interno da instituição;
- Executar outras tarefas a fins.

REQUISITOS PARA CARGO

Ensino fundamental completo e curso de cuidador com duração de no mínimo 100 (cem) horas de duração. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 235/2013)

ANEXO IV

DO CRONOGRAMA (Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA APRENDERSC.COM.BR DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
1.	Divulgação do Edital	13/04/2015
2.	Publicação do Edital	13/04/2015
3.	Período de Inscrições (exclusivamente por Internet)	13/04 à 12/05/2015
4.	Período de isenção de Inscrição	13/04 à 27/04/2015
5.	Divulgação dos pedidos de isenção da taxa de inscrição	28/03/2015
6.	Pré-Divulgação da Homologação das Inscrições	14/05/2015
7.	Recursos quanto às Inscrições	14/05 à 15/05/2015
8.	Homologação Final das Inscrições	18/05/2015
9.	Ensalamento dos Candidatos	18/05/2015
10.	Realização das Provas objetivas de conhecimentos para todos – 08:30h PRÉDIO DO CERT – Centro Educacional Roberto Trompowsky	24/05/2015
11.	Divulgação do Gabarito Provisório	25/05/2015
12.	Recursos quanto ao Gabarito e Provas	25/05 à 26/05/2015
13.	Divulgação do Gabarito Oficial	29/05/2015
14.	Divulgação dos Aprovados	29/05/2015
15.	Recursos quanto à Classificação	29/05/2015 à 01/06/2015
16.	Homologação do Resultado Final do Concurso Público	02/06/2015

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de

responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO E REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO Lei Municipal nº 4.097/2011.

(A DECLARAÇÃO DO HEMOCENTRO DO REFERIDO MUNICÍPIO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DE DOADOR VOLUNTÁRIO DEVERÁ ESTAR ANEXADA A ESTA DECLARAÇÃO PARA TER VALIDADE.)

DECLARAÇÃO/REQUERIMENTO

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no cargo de _____ - Inscrição nº _____ do Concurso Público Edital 002/2015 da PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA - SC, residente e domiciliado a Rua/Av. _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____

DECLARO sobre as penas da lei de que sou doador de sangue.

Sendo assim REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de doador de Sangue.

Nestes Termos firma a presente declaração e Pede Deferimento.

Joaçaba(SC), _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Declarante/Requerente

ANEXO VI

REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO NECESSIDADES ESPECIAIS

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito para o Concurso Público 02/2015 da Prefeitura Municipal de Joaçaba(SC), inscrição sob o número _____, para o cargo de _____ requer a Vossa Senhoria:

01) () Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:

Deficiência: _____
CID nº: _____

Nome do Médico: _____
CRM: _____

02) () Condição Especial para realização da prova:

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte()-18 ()-20 ()-22

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: _____

Horários Amamentação: _____

c) Outra Necessidade:

Especificar: _____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Joaçaba(SC), _____ de _____ de 2015.

Assinatura Candidato

HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE INSCRITOS EDITAL TESTE SELETIVO 02 2015 ADVOGADO ENGENHEIRO AGRONOMO

LISTA DE CANDIDATOS HOMOLOGADOS NO EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 2/2015,
DE 17 DE MARÇO DE 2015.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba, SC, CEP 89600-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, torna pública a LISTA DE CANDIDATOS HOMOLOGADOS no Edital de Teste Seletivo 02/2015.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
13	JESSICA TARACHUK CORDEIRO	1051144156
15	LOUISE CASTEGNARO	4621198
22	LILA BURIN	4984687
38	ÂNGELO BRAMBILA RECK	6810276
41	LUIZ GUSTAVO SPAZZIN ANDREATTA	3826158
44	CICERO TEÓFILO BERTON	2419239
54	RODOLFO MARTINI VEIGA	54642809
55	RIGLÉIA LIMA BRAUER	mg-10.891.030
69	DIÓGENES BULGARELLI	5423978
75	MARINA GOETTEN	4502660
81	GIOVANNI FELIPPI DE ALVARENGA	5252573
82	CESAR AUGUSTUS BRUNELI MARI	22629079-7

ADVOGADO

Nº Inscrição	Candidato	Reg. Geral
1	JAQUELINE CORRÊA	4534558
3	GIOVANI SPINELLI DE ALMEIDA	9081548365
7	DAGMAR JOSÉ BELOTTO	4624458

10	GESSICA ELAINE LUERSEN	4434266
19	ADRIANO SILVA DEBASTIANI	4615302
23	RONALD ARNILDO DA MOTTA	1881034
25	PRISCILA DE MATTOS	5544380
26	HUMBERTO LUIZ DE DÉA JUNIOR	3747209
30	MURILO DE CARVALHO	4092632
31	RAFAEL DOMINGOS BRUNE DE BARROS	4954827
32	ALINE MARIANA MACHADO BECKER COSTELLA	4877676
39	MARLON ZAGO PUCHALE	4488530
42	LUIZA MUELLER JENICHEN	6154566
46	WESLEY THIAGO PESSOA	4510634
48	FRANCIELI FAVRETTO	4216722
49	MORGANA VARGAS DE LIMA	52118738
56	LARA BETANIA BRAGATTO	3157544
58	JAQUELINE DE MARCO	5506497
59	LUANA ÉGIDE VEZZARO	4911596
60	DANIELA KRANZ MOREIRA	4373315
61	AUGUSTO ZAGONEL	5341025
62	JANAINA PATRICIA FOSCARINI	4329217
64	CARLOS ALEXANDRE PAULINO SASAMINE	234020192
70	SUELEN RODRIGUES	38678039
72	SILVANA MIOTTO	5008473
74	LUCIANO MAESTRI	2819717
76	CÍCERO DA SILVA E SOUZA AARÃO	92738
77	QUELIN VACCARI	54642957
79	TIAGO KRAESKI DE OLIVEIRA	3919608
80	RICARDO BURATTO	521815
84	FERNANDO AULER DE OLIVEIRA	5276593

Joaçaba, SC, 10 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PORTARIA N.º 4202

PORTARIA Nº 4.202 DE 08 DE ABRIL DE 2015

“SUBSTITUI MEMBRO DE COMISSÃO”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Substituir servidor indicado, para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias de fomento das atividades esportivas, conforme o disposto no art. 8º da Lei Municipal 4.555/2014.

Membro: Valeria Terezinha Ferreira

Substituto: Franciani Alice Rizzi Schmidke

Art. 2º. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 08 de abril de 2015

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4203

PORTARIA Nº 4.203 DE 08 DE ABRIL DE 2015

“NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER AS ATIVIDADES nos Processos Licitatórios - Modalidade Pregão.”

O Prefeito de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

NOMEAR, a Servidora ELIANE APARECIDA CERON VIER para atuar como Pregoeiro nos Processos Licitatórios - Modalidade Pregão, do Município de Joaçaba.

Os serviços prestados pela servidora ora nomeada, serão executados à título gratuito, sem ônus para o Município, tendo em vista o relevante interesse público.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010, revogando em especial a portaria n.º 5.016/2012.

JOAÇABA(SC), em 08 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA 001/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 003/2015

DISPENSA NR. 001/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor LUIZ VASTRES, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nr. 8.666/1993, torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO referente à Contratação de Seguro para o prédio da sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situado na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba - SC.

VALOR: 2.093,76 (dois mil e noventa e três reais e setenta e seis centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, II da Lei nr. 8.666/1993.

Joaçaba (SC), 10 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 134/2012 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 134/2012 - 6º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSORCIO VIAPAV - ENGEDAL, inscrito no CNPJ sob n.º 15.634.977/0001-38, estabelecido à Rua Pernambuco n.º 340, em Balneário Camboriu/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO.

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reurbanização da Av. Duque de Caxias, compreendendo a Execução de Passeios, Meios-fios, Drenagem, Obras de Arte Especial e Pavimentação Asfáltica, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha de Quantitativos/Orçamentária.

De acordo com Solicitação do Consórcio VIAPAV-ENGEDAL, com Anuência da Secretaria da Fazenda n.º 51/2015, Parecer Jurídico (PROGEM) n.º 574/2015, Favorável, ADITA - SE 42,68% do Item 3.6 (camada de concreto asfáltico usinada a quente - CAUQ), representando R\$ 151.841,10 (cento e cinquenta e um mil oitocentos e quarenta e um reais e dez centavos), do valor inicial contratado.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justificadas, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para ratificar o que ficou expressamente estabelecido entre as partes signatárias.

Lages, 10 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte - Prefeito de Lages

EXTRATO CONTRATO 158/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 158/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: DEDETIZADORA E IMUNIZADORA CARACOL LTDA - ME inscrita no CNPJ 79.511.879/0001-69 Com sede a Rua José Soares Silvério, 501 - Santa Maria - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório n.º 15/2015, correlato ao Pregão Presencial 12/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Desinsetização, Desratização, Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios D'Água e Limpeza de Fossas das Unidades Escolares, Biblioteca Pública, Pólo da UFSC, Barracão da Merenda Escolar, Depósito da Educação, Secretaria da Educação e Psicossocial, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão do(s) serviço(s), mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria da Educação

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 15.000,00 (quinze mil)

Lages, 08 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 159/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 159/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: EXTERMITEC LTDA inscrita no CNPJ 04.985.951/0001-18 Com sede a Rua Dom Joaquim do Arco Verde, 434 - Centenário - Lages/SC. CEP 88.512-050.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório n.º 15/2015, correlato ao Pregão Presencial 12/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Desinsetização, Desratização, Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios D'Água e Limpeza de Fossas das Unidades Escolares, Biblioteca Pública, Pólo da UFSC, Barracão da Merenda Escolar, Depósito da Educação, Secretaria da Educação e Psicossocial, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão do(s) serviço(s), mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria da Educação

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 14.290,00 (catorze mil duzentos e noventa reais)

Lages, 08 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 160/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 160/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP inscrita no CNPJ 02.469.364/0001-40 Com sede a Rua Eleotério da Silva Furtado, s/n - Jardim Atlântico - Florianópolis/SC. CEP 88.095-550.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório n.º 15/2015, correlato ao Pregão Presencial 12/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Desinsetização, Desratização, Limpeza e Desinfecção dos Reservatórios D'Água e Limpeza de Fossas das Unidades Escolares, Biblioteca Pública, Pólo da UFSC, Barracão da Merenda Escolar, Depósito da Educação, Secretaria da Educação e Psicossocial, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão do(s)

serviço(s), mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria da Educação

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

Lages, 08 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 161/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 161/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: PAULO MARCIO CISLAGHI - ME inscrita no CNPJ 85.145.423/0001-52 Com sede a Av. Belizário Ramos, 5575 - Universitário - Lages/SC. CEP 88.511-200.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 128/2015, correlato a Carta Convite 01/2015 homologada em 10/04/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Sonorização e Iluminação para o Salão do Livro da Serra Catarinense, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Entrega(s): imediata, mediante autorização de fornecimento;

2.3 De Execução: da data da assinatura do contrato até 31/12/2015

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

Lages, 10 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 162/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 162/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA inscrita no CNPJ 07.874.478/0001-90 Com sede a Rua Santa Catarina, 883 - Centro - Vargeão/SC. CEP 89.690-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 24/2015, correlato a Tomada de Preço 02/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Assessoria em Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com Ênfase nos Instrumentos de Planejamento e no Controle da Execução Orçamentária e Financeira, em conformidade com o Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, em até 03 (três) dias a contar da data da assinatura do

Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do Contrato, decorrente

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais)

Lages, 08 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

PP 03-2015 FMAS**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 03/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Expediente, Higiene e Limpeza

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 05/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 389.497,59

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 10 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 01/2015

Extrato do Contrato nº 01/2015

Vigência: 02/01/2015, Vencimento: 31/12/2015

Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. Contratada: MARCIA M. DA SILVA LTDA - INFO DIGITALE, - CNPJ: (86.731.494/0001-08). Valor total: R\$ 4.466,16 (quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos)

Lages/SC, 02 de janeiro de 2015.

Adilson Rodrigues de Appolinário

Presidente

CONTRATO 02/2015

Extrato do Contrato de Aditivo nº 02/2015, 1º termo aditivo de valor do Contrato nº 11/2014

Vigência: 05/02/2015, Vencimento: 28/04/2014

Objeto: a aquisição de combustíveis gasolina comum para uso de veículos da Câmara Municipal.

Valor total R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) mais a quantidade aditada, significando num valor de R\$ 3,02 (três reais e dois centavos) ao preço do litro de gasolina.

Contratada: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS DOM PEDRO II LTDA., - CNPJ: (08.824.026/0001-66).

Lages/SC, 05 de fevereiro de 2015.

Adilson Rodrigues de Appolinário

Presidente

CONTRATO 03/2015

Extrato do Contrato Nº 03/2015

Vigência: 18/02/2015 Vencido: 31/12/2015 Carta Convite nº. 02/2015.

Objeto: O presente contrato visa à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, COPA COZINHA, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL Contratado: MERCEARIA REALEZA - JULIO C. R. DELFES (82.894.718/0001-33). Valor total: R\$ 73.398,50 (setenta e três mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos),

Lages/SC, 18 de fevereiro de 2015.

Adilson Rodrigues de Appolinário

Presidente

CONTRATO 05/2015

Extrato do Contrato Nº 05/2015

Vigência: 27/02/2015 Vencido: 31/12/2015 Pregão Presencial nº. 01/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA CONFORME QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DESCRITAS NO EDITAL.

Contratado: MICROLAGES INFORMÁTICA LTDA (06.040.884/0001-94). Valor total: R\$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais).

Lages/SC, 27 de fevereiro de 2014.

Adilson Rodrigues de Appolinário

Presidente

CONTRATO 06/2015

Extrato do Contrato Nº 06/2015

Vigência: 27/02/2015 Vencido: 31/12/2015 Pregão Presencial nº. 01/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA CONFORME QUANTIDADES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DESCRITAS NO EDITAL.

Contratado: KLEBER MACHADO E CIA LTDA (06.040.884/0001-94). Valor total: R\$ 26.835,00 (vinte e seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais)

Lages/SC, 27 de fevereiro de 2014.

Adilson Rodrigues de Appolinário

Presidente

CONTRATO 4/ 2015

Extrato do Contrato nº 04/2015

Vigência: 26/02/2015, Vencido: 31/12/2015, Carta Convite nº. 01/2014.

Objeto: O presente contrato visa à AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ÁUDIO, VÍDEO E MATERIAL DE ESCRITÓRIO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES.. Contratada: COMERCIAL CN DE ARMARINHOS LTDA ME CNPJ nº14153130/0001-79. No valor total: R\$ 72.955,70 (setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos)

Lages/SC, 26 de fevereiro de 2014.

Adilson Rodrigues de Appolinário

Presidente

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 038/2015**

DECRETO Nº 038/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

06.02 - SECRET. MUN. DO TURISMO, CULTURA E DESENV. ECONÔMICO

06.02 - Departamento de Cultura

2.026 - Manutenção de Atividades Culturais

DOTAÇÃO 103

3.3.50.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Total: R\$ 40.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

06.02 - SECRET. MUN. DO TURISMO, CULTURA E DESENV. ECONÔMICO

06.02 - Departamento de Cultura

2.026 - Manutenção de Atividades Culturais

DOTAÇÃO 104

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 6.000,00

DOTAÇÃO 105

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 4.000,00

DOTAÇÃO 102

3.1.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 30.000,00

Total: R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 09 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 002/2015

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político pedagógico das Medidas Socioeducativas em meio aberto do Município de Lebon Régis.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMDCA), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 08 de Abril de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis - CMAS.

Considerando a lei 8069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a lei 12594/2012, que Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;(SINASE).

Considerando o Plano Municipal de atendimento Socioeducativo do Município de Lebon Régis - PMASE; e

Considerando a necessidade da existência de um Projeto Político Pedagógico, para implementação do programa de execução de Medidas Socioeducativas no Município de Lebon Régis; Resolve:

Art.1º: Aprovar o Projeto Político Pedagógico Das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do Município de Lebon Régis,SC, sendo FAVORÁVEL à APROVAÇÃO TOTAL.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 08 de Abril de 2015.

Terezinha Ferlin Rizzo

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005 /2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005 /2015

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Político pedagógico das Medidas Socioeducativas em meio aberto do Município de Lebon Régis.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em Reunião Plenária Extraordinária, realizada dia 07 de Abril de 2015, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela legislação federal e municipal.

Considerando a lei 8069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Considerando a lei 12594/2012, que Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo;(SINASE).

Considerando o Plano Municipal de atendimento Socioeducativo do Município de Lebon Régis - PMASE; e

Considerando a necessidade da existência de um Projeto Político

Pedagógico, para implementação do programa de execução de Medidas Socioeducativas. Resolve:

Art.1º: Aprovar o Projeto Político Pedagógico Das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do Município de Lebon Régis,SC, sendo FAVORÁVEL à APROVAÇÃO TOTAL.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 07 de Abril de 2015.

Eny Aparecida Tramontina Coffferri

Presidente do CMDCA

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 030/2015 - PMLL

CONTRATO Nº 030/2015

"Contrato de concessão de Uso de Bens Públicos Municipais"

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público interno, situado a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal, doravante denominado CONCEDENTE e, a Empresa OSNILDO SCHAEFER JÚNIOR ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Arroio do Rancho, nº 429, Bairro Arroio do Rancho, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 19.732.185/0001-57, neste ato representada pelo Senhor OSNILDO SCHAEFER JÚNIOR, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, ajustam o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO, com base na autorização da Lei Municipal nº 1.125, de 24 de fevereiro de 2015.

Cláusula Primeira - Do Objeto.

O MUNICÍPIO concederá o uso do imóvel de propriedade do Município, Galpão pré-moldado medindo 200m² (duzentos metros quadrados), que se encontra em bom estado de conservação para confecção de roupas, localizado na Rodovia nº 429, Km 02, Arroio do Rancho, neste Município, com as seguintes medidas: Largura: 10m (dez metros), Comprimento: 20m (vinte metros), Altura Livre: 4m (quatro metros), Total de Área: 200m² (duzentos metros quadrados); 02 (dois) banheiros, 01 (uma) sala para escritório, que se encontra em bom estado de conservação.

Cláusula Segunda - Do Prazo.

A presente Concessão de Direito Real de Uso é concedida pelo prazo de 06 (seis) anos a contar da assinatura deste Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Terceira - Da Revogação.

Além de outros que o interesse público justificar, constituem motivos para revogação do presente contrato:

I- O irregular e o não cumprimento de qualquer das disposições deste contrato;

II- A paralisação do uso do imóvel no fim a que se destina, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias;

III- O desatendimento das determinações regulamentares e de fiscalização;

IV- Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Administração Municipal e exaradas em processo administrativo;

V- A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da manutenção deste contrato.

Cláusula Quarta - Da Gratuidade.

Esta Concessão de Uso é gratuita por ter como o propósito a geração de empregos e renda neste Município, conforme Lei Municipal nº 1.017/2013.

Cláusula Quinta - Da Destinação do Bem.

A Concessionária utilizará o imóvel, exclusivamente, para os fins que se destina a concessão, conforme descrito na Cláusula Primeira deste contrato, ficando proibida de transferir a terceiros o direito de concessão de uso, sem anuência por escrito do Município.

Cláusula Sexta - Das Obrigações Específicas da Concessionária.

I- Cumprir e fazer cumprir os regulamentos de utilização e manutenção do imóvel;

II- Permitir aos encarregados da fiscalização do Município livre acesso ao imóvel em qualquer época mediante identificação e no horário comercial;

III- Usar o imóvel, exclusivamente, para o fim a que se destina;

IV- Manter o asseio, a higiene e a segurança do imóvel e das

pessoas que o frequentarem;

V- Desocupar o imóvel sem interpelação ou notificação, judicial ou administrativa.

Cláusula Sétima - Das Obrigações do Município:

Incumbe ao Município:

I- Fiscalizar permanentemente o uso do Bem Público Municipal;

II- Revogar a autorização, nos casos previstos em lei e na forma deste contrato.

Cláusula Oitava - Do Foro.

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga/SC para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda dos termos acima pactuados.

Cláusula Nona - Publicação.

Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 10 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Concedente	OSNILDO SCHAEFER JUNIOR ME Concessionária
--	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF-FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

DECRETO N.º 037/2015

DECRETO Nº 037, DE 10 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso III da Lei nº 1.112 de 16 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, nas dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.521,10
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	9.521,10
Função	08	Assistência Social	9.521,10
Sub-função	244	Assistência Comunitária	9.521,10
Programa	08	Assistência ao menor com responsabilidade	9.521,10
Atividade	2.039	Bloco de Financiamento – Gestão Índice de Gestão Descentralizada – IGD PBF/SUAS	7.125,02
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de capital	7.125,02
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	7.125,02
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.125,02
Fonte de Recursos	0.3.0035	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	7.125,02
Detalhamento	309	Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS	7.125,02
Atividade	2.038	Bloco de Financiamento – Proteção Social Básica - PSB	2.396,08
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de capital	2.396,08
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	2.396,08
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	2.396,08
Fonte de Recursos	0.3.0035	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	2.396,08
Detalhamento	308	Índice de Gestão Descentralizada - IGD BF	2.396,08
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....			9.521,10

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior nas seguintes fontes:

Fonte de Recursos/Detalhamento	Código Fonte	Valor
Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS-União/ Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS	0.1.0063/309	7.125,02
Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS-União /Índice de Gestão Descentralizada - IGD BF	0.1.0063/308	2.396,08
TOTAL DO SUPERAVIT.....		9.521,10

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 10 de abril de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA -ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
LEI Nº 615, DE 31/12/2008

A Prefeitura do Município de Leoberto Leal, por intermédio de sua Prefeita, Sra. Tatiane Dutra Alves da Cunha CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA, visando alterações no Plano Diretor Participativo, nos seguintes termos:

1. PAUTA: Discutir, debater, esclarecer e receber sugestões na apreciação da proposta de alteração da Lei nº 615, de 31/12/2008, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Leoberto Leal, mediante proposta de iniciativa do Poder Executivo, com participação da Associação dos Municípios e do Engenheiro Civil contratado pelo Município. Sendo as seguintes propostas de alterações:

- Alteração no Artigo 182 e inserção dos Parágrafos 1º e 2º:

“A presente Lei não se aplica:

I. Aos projetos definitivos de loteamentos, desmembramentos e remembramentos que, na data de sua publicação, já estiverem com os seus projetos definitivos protocolados ou aprovados pela Prefeitura, para os quais continua prevalecendo a legislação anterior até o prazo previsto pelo respectivo cronograma de obras;

II. Às vias públicas que, antes da publicação desta Lei:

a) Já se encontram abertas e denominadas oficialmente, dentro das medidas determinadas por Leis Municipais, como a:

- 1 - Rua Jorge Lacerda até o fim do perímetro urbano;
- 2 - Rua Leonardo Franzen e Rua Mainolvo Lehmkuhl até o fim do perímetro urbano;
- 3 - Rua Angelo Silva até o fim do perímetro urbano;
- 4 - Avenida Adolfo Scheidt;
- 5 - Rua Aquino de Campos;
- 6 - Rua Padre José Eli;
- 7 - Rua Padre Augusto Schwirling até o fim do perímetro urbano;
- 8 - Rua Plácido Valeriano de Souza;
- 9 - Rua Paulo Guchert;
- 10 - Rua Hilário Guchert até se encontrar com a Rua Gustavo Marian;
- 11 - Rua Vendelino Franzen;
- 12 - Rua Irma França da Silva;
- 13 - Rua Raulino Lopes;
- 14 - Rua Padre Afonso Perch;
- 15 - Rua Norberto Schimitt;
- 16 - Rua Leopoldo Scheimann.

b) Davam acesso a localidades rurais como o denominado PATRIMÔNIO (localidade).

Parágrafo Primeiro: Após vencido o prazo do cronograma de obras de que trata o Inciso I deste Artigo, os pedidos de revalidação da licença dos referidos parcelamentos somente serão concedidos se obedecidas as disposições desta Lei.

Parágrafo Segundo: O Município poderá executar a melhoria, manutenção, pavimentar ou asfaltar, tubular, colocar meio-fio, bocas-de-lobo, rede elétrica, construir as calçadas das vias públicas a que se refere este Artigo, respeitando a Lei mencionada na alínea "a" do inciso II deste Artigo, independentemente de qualquer prazo."

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL: A Audiência Pública será realizada no dia 29 de abril de 2015, com inscrições das 18h00min às 19h00min, no Auditório da Escola de Educação Básica Bertino Silva, sito na Avenida Adolfo Scheidt, nº 167, Município de Leoberto Leal/SC.

3. PARTICIPANTES: Audiências públicas são eventos públicos que permitem a participação de qualquer pessoa ou entidade interessada no assunto objeto da discussão.

Leoberto Leal, 08 de abril de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

TERMO DE ADESÃO DE SERVIÇO VOLUNTÁRIO N.º 001/2015

TERMO DE ADESÃO Nº 001/2015

Termo de Adesão, com fundamento na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que entre si celebram, de um lado a Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mainolvo Lehmkuhl nº 20, centro, Leoberto Leal/SC, CNPJ/MF nº 82.924.390/0001-50, neste ato representada pela digníssima Srª Prefeita Municipal Tatiane Dutra Alves da Cunha, portadora do CPF nº 951.539.009-59 e outro lado Sr. Edson Flores da Cunha, residente e domiciliado a Rua Mainolvo Lehmkuhl, s/n, Leoberto Leal/SC, portador do CPF nº 707.436.499-15, RG nº 2.046.495, doravante denominado VOLUNTÁRIO, mediante as seguintes cláusulas:

DO OBJETO

Cláusula Primeira: O serviço prestado à Prefeitura Municipal de

Leoberto Leal, de acordo com a Lei Federal nº 9.608/98 e com a Lei Municipal nº 945, de 10 de janeiro de 2013, com finalidades Administrativas, Gerenciais e Gestão Operacional.

Cláusula Segunda: O serviço voluntário será prestado junto ao Gabinete da Prefeita Municipal, visando sempre o crescimento, desenvolvimento e a melhoria do Município.

DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DO TERMO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo Único: O serviço voluntário não tem sua atividade remunerada e não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdência ou afim.

Cláusula Terceira: O presente Termo de Adesão vigorará pelo prazo de 01 ano, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado a juízo das partes.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula Quarta: Deverá o prestador VOLUNTÁRIO zelar pela conservação do patrimônio da instituição, pela economia de material, sendo-lhe vedado o uso pessoal ou recursos materiais da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal em serviço ou atividades particulares.

Cláusula Quinta: O VOLUNTÁRIO responderá civil e penalmente pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, que esteja sob sua guarda e responsabilidade, devendo restituir os bens que lhe forem entregues nas mesmas condições que os recebeu.

Cláusula Sexta: O VOLUNTÁRIO estará sujeito ao cumprimento de ordens superiores devendo obediência hierárquica.

DO DESLIGAMENTO

Cláusula Sétima: Este Termo de Adesão poderá ser cancelado a qualquer tempo, por iniciativa de ambas as partes, bastando para isso que uma das partes notifique a outra com antecedência mínima de 30 dias.

FORO

Cláusula Oitava: As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Adesão.

E, por assim se acharem justas, as partes assinam este Termo de Adesão, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Leoberto Leal, 24 de fevereiro de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

EDSON FLORES DA CUNHA
Voluntário

TESTEMUNHAS	
KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA	MARCIO LOPES
CPF 948.384.109-72	CPF 715.711.679-00

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 001/2015 - PMLL

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL Nº 001/2015

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº 003/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E O SENHOR OSNILDO SCHAEFER JÚNIOR.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal, doravante denominado CONCEDENTE e, o Senhor OSNILDO SCHAEFER JÚNIOR, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 101.563.759-07 e RG nº 5.115.866, residente e domiciliado na Rua Evaldo Fischer, nº 188, Bairro Imigrantes, Município de Guabiruba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CONCESSIONÁRIO, com base na autorização da Lei Municipal nº 1.017, de 19 de dezembro de 2013, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo de rescisão põe fim, de forma amigável, ao Contrato de Concessão nº 003/2014, doravante denominado apenas de Contrato de Concessão, que regula a concessão do imóvel de propriedade do Município, Galpão pré-moldado medindo 200 m² (duzentos metros quadrados), que se encontra em bom estado de conservação para confecção de roupas, localizado na Rodovia nº 429, Km 02, Arroio do Rancho, neste Município, com as seguintes medidas: Largura: 10m (dez metros), Comprimento: 20m (vinte metros), Altura Livre: 4m (quatro metros), Total de Área: 200m² (duzentos metros quadrados); 02 (dois) banheiros, que se encontra em bom estado de conservação; 01(uma) sala para escritório, que se encontra em bom estado de conservação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por encerrado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Ituporanga/SC para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato. Assim, havendo sido ajustado, fizeram as partes lavrar o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que são assinadas pelos representantes do Poder Concedente e do Concessionário, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas, para os devidos efeitos legais.

CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO - Este Termo de Rescisão Contratual entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 07 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Concedente	OSNILDO SCHAEFER JÚNIOR Concessionário
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT CPF/MF nº 059.319.499-33	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
--	--

Lindóia do Sul**PREFEITURA****DECRETO N.º 2.674/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO N.º 2.674/2015, DE 06 DE ABRIL DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.252/2014 de 03 de Dezembro de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.044 - Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0599 - Aplicações Diretas
.....R\$ 8.925,153.3.90.00.00.00.00.00.0598 - Aplicações Diretas
.....R\$ 14.247,703.3.90.00.00.00.00.00.0597 - Aplicações Diretas
.....R\$ 22.378,44

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit do Convênio multas 2674/2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 06 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO N.º 2.675/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015

DECRETO N.º 2.675/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.268/2015 de 08 de Abril de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da

seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

3.3.50.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins LucratR\$ 41.750,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

4.4.50.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins LucratR\$ 41.750,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,
Em, 08 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.266/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.266/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL A REALIZAR DESPESAS PARA AS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas para as festividades comemorativas ao Aniversário do Município de Lindóia do Sul.

§ 1º. Fica estabelecido o valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para os gastos com as festividades do caput do presente artigo.

§ 2º. As despesas poderão ser efetuadas, entre outras, para organização e realização do Festival Municipal do Canto Livre, Festival Interestadual da Canção, Corte da Polenta e do Queijo e demais eventos menores a serem realizados, tanto para aquisição de materiais e/ou prestação de serviços e demais gastos necessários aos eventos, inclusive de divulgação dos mesmos.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente do Município.

Art 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 08 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.267/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.267/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015
AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM ENTIDADES VISANDO A ORGANIZAÇÃO "DAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS AO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária

Art. 1º Fica autorizada a realização e o fomento de eventos das festividades de comemoração da Emancipação Político-administrativa do Município de Lindóia do Sul, visando a confraternização e integração entre as pessoas, entre os quais o Festival Municipal do Canto Livre, Festival Interestadual da Música Infantil, Italiana, Popular e Sertaneja, Corte da Polenta e do Queijo e demais eventos alusivos ao 26º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município, os quais poderão ser viabilizados mediante parcerias e convênios com entidades do Município, como a Associação de Rádio Comunitária FM de Lindóia do Sul, Associação de Serviços Sociais Voluntários de Lindóia do Sul, Associação Italiana de Lindóia do Sul e Sociedade Esportiva e Recreativa Juventude.

Art. 2º Para a consecução do objeto previsto no art. 1º o Município poderá participar, entre outros, com o valor de até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) anuais mediante repasse às Conveniadas.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 08 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.269/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.269/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015
AUTORIZA O MUNICÍPIO A CELEBRAR TERMO DE CONCESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE LAGEADO ACÍDIO PARA UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Uso, por um período de dez anos, de uma área de terra com 952,53 m² (novecentos e cinquenta e dois mil metros e cinquenta e três centímetros quadrados) pertencente ao imóvel rural com área total de 229.650,98 m² (duzentos e vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta centímetros e noventa e oito decímetros quadros), registrado sob matrícula nº 15.668, no Primeiro Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, com a Associação de Agricultores de Lageado Acídio, para fins de utilização como garagem da frota de máquinas pertencente à associação de respectivo espaço público e atendimento das finalidades do mesmo.

Art. 2º A autorização expressa nesta Lei pressupõe, também, o atendimento do disposto na Lei nº 8.666/1993..

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 08 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.268/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.268/2015, DE 08 DE ABRIL DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

3.3.50.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins LucratR\$ 41.750,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 - Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 2.019 - Manutenção das Atividades Esportivas e Recreativas

4.4.50.00.00.00.00.0104 - Transferência a Inst. Priv. Sem Fins LucratR\$ 41.750,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 08 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 004/2015

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2015 de 10 de abril de 2015.

“ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)”

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Luzerna, para substituição de servidora que se encontra afastada;

Considerando que não há Processo Seletivo vigente para o emprego público de Assistente Social;

Considerando a necessidade de contratação de Assistente Social;

Considerando a inexistência de tempo para realização de novo Processo Seletivo de provas e títulos, dada a urgência da contratação e teria que se licitar empresa para realizar Processo Licitatório comum;

estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL de Luzerna(SC).

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga na forma de substituição de servidora afastada, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 13 a 17 de abril de 2015, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação

eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverá ser anexado o currículo do candidato, juntamente com todos os documentos necessários para comprovação do mesmo.

2.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.

2.5. Às inscrições realizadas por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF.

2.6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.13. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III - DA SELEÇÃO

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.1.1 - Curso completo de Assistente Social e Registro no CRESS - 6,00 pontos

3.1.2 - Curso completo de Pós-graduação em nível de Especialização - 3 pontos

3.1.3 - Cursos de aperfeiçoamento/capacitação na área - 0,5 décimos para cada 10 horas de curso frequentado, limitado a 160 horas;

3.1.4 - Tempo de serviço na função de Assistente Social - 0,5 décimos para cada ano contínuo de experiência, não sendo computados períodos menores de um ano, nem somados períodos inferiores a um ano em empregadores diversos;

3.2 - A pontuação obtida nos itens 3.1.1, 3.1.2, 3.1.3 será somada à pontuação referente ao item 3.1.4.

3.3 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO
4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior tempo de serviço;
- b) maior idade.

VI - DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Murral Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br.

VII - DA CONTRATAÇÃO

7.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;
- e) Cópia dos seguintes documentos:

1. Documento de Identidade (RG)

2. Cadastro de Pessoa Física

3. Certidão de Casamento

4. Certidão de Nascimento de Filhos

5. Carteira de Trabalho

6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descrito no Anexo I deste Edital.

7.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

7.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

VIII - DO FORO JUDICIAL

8.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

9.2. Este Processo Seletivo terá validade por um ano, podendo ser prorrogado por mais um ano.

9.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

9.4. O candidato a ser contratado receberá a relação de documentos que deverão ser apresentados, no prazo de 48 horas. A sua não apresentação, a apresentação de forma incompleta ou tardia implicará em ocupar o último lugar na lista dos classificados.

9.5. O candidato classificado, que desistir de vaga, deverá manifestar expressamente sua desistência de participação no Processo Seletivo, não podendo, posteriormente reivindicar novamente a vaga no processo.

9.6. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de substituições pelo retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pela nomeação de aprovado em Concurso Público;

9.7. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

9.8. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

9.9. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

9.10. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

Luzerna(SC), 13 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

ANEXO I

DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Assistente Social	40 h/s	R\$ 3.128,52	Curso completo de Assistente Social e Registro no CRESS

Além do vencimento, o servidor receberá o auxílio alimentação, na forma de cartão magnético, no valor de R\$ 16,00 (dezesesseis reais) por dia útil trabalhado, excluídos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos trabalhados.

Poderá ainda aderir ao Plano de Saúde co-financiado pelo Município.

ANEXO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

EMPREGO TEMPORÁRIO: Assistente Social

ATRIBUIÇÕES: elaborar, implementar, executar e avaliar projetos e políticas inerentes ao serviço social em saúde pública; realizar estudos e pesquisas com objetivo de conhecer as características de cada comunidade, a fim de que os programas e ações do serviço social venham ao encontro das necessidades reais da população; conhecer os principais problemas de saúde da população, a fim de discutir, com a equipe multidisciplinar, as ações de saúde que devem ser desenvolvidas, buscando a resolutividade dos problemas; planejar, avaliar e organizar benefícios e serviços sociais; divulgar os serviços da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social junto à população, incentivando-a a usufruir da infra-estrutura oferecida; incentivar a comunidade a interessar-se por questões sanitárias, participando da identificação dos principais problemas e auxiliando na definição e execução de ações necessárias para melhor condição de vida e saúde; incentivar a população a exercer seu direito de cidadania, participando dos programas assistenciais de saúde oferecidos e, conseqüentemente, na participação do controle social; participar, ativamente, da equipe multidisciplinar, auxiliando na busca de formas de entrosamento gradativo de toda equipe, na execução de atividades educativas; executar as demais atividades

inerentes ao emprego, zelando por sua segurança e de terceiros, além de conservação manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho; cumprir e fazer cumprir o código de ética do assistente social; participar efetivamente das políticas social e de saúde do Município, através dos programas implantados pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social; assessorar os órgãos de administração pública direta em matérias de serviço social; cumprir as determinações do Sistema Único de Saúde local; realizar ou orientar estudos e pesquisas no campo do serviço social; preparar programas de trabalho referentes ao serviço social; realizar e interpretar pesquisas sociais; orientar e executar trabalhos nos casos de reabilitação profissional; encaminhar clientes a dispensários e hospitais acompanhando o tratamento e a recuperação dos mesmos, assistindo aos familiares; planejar e promover inquéritos sobre a situação de escolares e suas famílias; fazer triagem dos casos apresentados para estudo, prestando orientação com vistas à solução adequada do problema; estudar os antecedentes da família; orientar a seleção sócio-econômica para a concessão de auxílios do Município; fazer levantamentos sócio-econômicos com vistas a planejamento habitacional, nas comunidades; pesquisar problemas relacionados com o trabalho; supervisionar e manter registros dos casos investigados; participar no desenvolvimento de pesquisa médico-sociais e interpretar, junto ao médico, a situação social do doente e de sua família; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução de atividades próprias do emprego; prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis; utilizar recursos de informática; executar tarefas afins, inclusive editadas no respectivo regulamento da profissão.

ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	13/04/2015
Período de Inscrições	13 a 17/04/2015
Análise dos currículos	22/04/2015
Homologação final do Processo Seletivo	27/04/2015

LEI 1358

LEI Nº 1358 de 10 de abril de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A BAIXA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PRESCRITOS DE CONTRIBUINTE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica autorizado o Poder Executivo, através dos Setores de Tributação e Contabilidade, a realizar a baixa dos créditos tributários prescritos, com base no art. 174 do Código Tributário Nacional e art. 302 do Código Tributário Municipal, do contribuinte abaixo relacionado:

Contribuinte	Cadastro	Tributo	Parcela/Ano	Valor Original
Alcides dos Santos	100	ISS	01/2001	R\$ 15,96
	100	ISS	01/2002	R\$ 15,96
	100	ISS	01/2002	R\$ 15,96
	100	ISS	02/2001	R\$ 15,96
	100	ISS O	01/2003	R\$ 17,48
	100	ISS O	02/2003	R\$ 17,48
	100	ISS O	01/2004	R\$ 20,54
	100	ISS O	02/2004	R\$ 20,54
	100	TLL	00/2001	R\$ 20,22
	100	TLL	00/2003	R\$ 22,14
	100	TLL	00/2004	R\$ 26,01
	13220	DAIPTU	01/2000	R\$ 46,80
	15374	DAIPTU	02/2000	R\$ 46,80
	13331	DAIPTU	03/2000	R\$ 46,80
	15027	DAIPTU	04/2000	R\$ 46,80
	12996	DAIPTU	05/2000	R\$ 46,80
	15151	DAIPTU	06/2000	R\$ 46,80
	13114	DAIPTU	07/2000	R\$ 46,80
	14798	DAIPTU	08/2000	R\$ 46,80

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Luzerna(SC), 10 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1359

LEI Nº 1359 de 10 de abril de 2015.

"INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I DA INSITUIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art.1º- Fica instituído o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED, órgão colegiado consultivo e deliberativo, de caráter permanente, vinculado ao órgão gestor da política municipal de assistência social, com o objetivo garantir o controle social e a participação popular no planejamento, discussão, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no Município.

Art.2º- Compete ao CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED:

I. discutir e propor a órgãos e entidades públicas e privadas a instituição e o desenvolvimento de programas, projetos e ações relacionados à promoção e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência;

II. acompanhar a discussão, elaboração e a implementação de planos, programas, projetos, ações e orçamento da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência e propor as providências

necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento;

III. zelar pela efetiva implementação da política para inclusão da pessoa com deficiência;

IV. acompanhar o planejamento e avaliar anualmente a execução das políticas e programas municipais da acessibilidade à educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas às pessoas com deficiência;

V. acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do Município, sugerindo as modificações necessárias à consecução da política municipal para inclusão da pessoa com deficiência;

VI. propor a elaboração de estudos e pesquisas que objetivem a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência;

VII. propor e incentivar aos órgãos competentes a realização de campanhas visando à prevenção de deficiências e à promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VIII. sugerir ao Chefe do Poder Executivo Municipal o encaminhamento de projetos de lei que visem assegurar e ampliar os direitos das pessoas com deficiência;

IX. acompanhar a elaboração de leis municipais que tratem dos direitos da pessoa com deficiência; receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade envolvendo a ameaça ou violação de direitos da pessoa com deficiência assegurados nas leis e na Constituição Federal, sugerindo a adoção de medidas efetivas de apuração, cessação, proteção e reparação;

X. cadastrar e fiscalizar as entidades que prestem atendimento às pessoas com deficiência;

XI. solicitar aos órgãos municipais a indicação dos membros, titular e suplente, em caso de vacância ou término do mandato;

XII. eleger a Mesa Diretora;

XIII. convocar e realizar, em conjunto com o órgão gestor da política municipal de assistência social, a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

XIV. elaborar e aprovar seu Regimento Interno, submetendo-o à homologação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO COMPED

Art.3º- O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED, de composição paritária entre governo e sociedade civil, será composto por 06 (seis) membros, indicados pelos órgãos, entidades ou segmento que representam, assim distribuídos:

I. representação do Poder Público Municipal, titulares e respectivos suplentes:

a) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

b) dois representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sendo:

- um do Setor de Saúde;

- um do Setor de Bem Estar Social;

II. representação das entidades não governamentais, titulares e respectivos suplentes:

a) um representante de entidades prestadoras de atendimentos a pessoa com deficiência;

b) duas pessoas portadoras de alguma deficiência;

Art.4º- Os membros do COMPED serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Parágrafo Único - O exercício da função de conselheiro é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 5º - Nas ausências e impedimentos do conselheiro titular assumirá o seu suplente.

Parágrafo Único - O suplente somente terá direito a voto na

ausência do titular.

Art.6º- Os membros do COMPED representantes dos órgãos governamentais serão indicados pelo Poder Executivo.

Art.7º- Os conselheiros não-governamentais e seus suplentes serão escolhidos dentre as organizações não-governamentais com interação no campo da pessoa com deficiência, em fórum próprio e através de edital publicado em jornal de grande circulação e na página eletrônica do Município, mediante ampla divulgação.

Parágrafo Único - O processo de escolha será conduzido pelo COMPED, com o apoio do órgão gestor da política municipal da assistência social, na forma prevista em seu Regimento Interno.

Art. 8º - O conselheiro perderá o mandato:

I. por renúncia, que será lida na sessão seguinte a de sua recepção pela Presidência;

II. ao desvincular-se do órgão de origem de sua representação;

III. por requerimento do órgão ou entidade representada, que deverá ser acompanhado da indicação de novo titular ou suplente;

IV. na hipótese de faltar, injustificadamente, a 2 (duas) reuniões de forma consecutiva ou a 3 (três) reuniões de forma alternada no período de um ano;

V. pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão proferida pela maioria dos membros do COMPED em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa;

VI. pelo trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

VII. se a entidade a que estiver vinculado extinguir sua base territorial de atuação no Município.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO COMPED

Art. 9º - O COMPED terá a seguinte estrutura básica:

I. Plenário;

II. Mesa Diretora;

III. Comissões.

Parágrafo Único- A organização interna, competência e funcionamento dos órgãos referidos no "caput" deste artigo, bem como as atribuições dos respectivos titulares, serão definidas no Regimento Interno.

Art.10 - A Mesa Diretora será composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, os quais serão eleitos diretamente pelo voto da maioria dos conselheiros na primeira reunião ordinária anual do Conselho.

Art.11- As Comissões serão compostas por conselheiros designados pelo Plenário, observadas as condições estabelecidas em seu Regimento Interno.

Parágrafo Único - Na fase de elaboração das propostas a serem submetidas ao Plenário do COMPED, as comissões poderão convidar para participar de suas reuniões representantes de entidades da sociedade civil, de órgãos e entidades públicas, bem como de técnicos afeitos aos temas em estudo.

Art.12 - O COMPED poderá instituir grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.13- O Poder Executivo proporcionará ao COMPED o suporte técnico, administrativo e financeiro necessários, garantindo-lhe condições para o seu pleno e regular funcionamento.

Art.14- A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência deverá ser realizada em consonância com as diretrizes nacionais.

§1º- A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência terá sua organização e suas normas de funcionamento definidas em regulamento próprio, aprovado pelo COMPED.

§2º- O Poder Executivo deverá prover os recursos humanos, financeiros e materiais para a realização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art.15 - O COMPED elaborará o Regimento Interno no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da posse dos conselheiros.

Art.16- As despesas provenientes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do Município.

Art. 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

LEI 1360

LEI Nº 1360 de 10 de abril de 2015.

"INSTITUI O 'PROGRAMA TERAPÊUTICO NOVA VIDA' NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica instituído no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), através da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social o "PROGRAMA TERAPÊUTICO NOVA VIDA".

Parágrafo Único - O "PROGRAMA TERAPÊUTICO NOVA VIDA" visa prestar assistência ao dependente químico em tratamento e pós desintoxicação através de trabalho terapêutico intensivo.

Art. 2º - Fica autorizada a celebração de Termos de Convênio, acordo ou parcerias com entidades públicas ou privadas, bem como a utilização por essas entidades de espaços públicos para a realização do objeto do Programa.

Art.3º - O Programa será desenvolvido por prazo indeterminado.

Art.4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei constantes do item VII do Programa em anexo, ficam autorizadas e correrão a conta de dotações orçamentárias consignadas nos respectivos orçamentos anuais, e suplementadas se necessário.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PROGRAMA TERAPÊUTICO NOVA VIDA

I - Justificativa

Considerada como uma doença, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a dependência química envolve fatores de ordem biológica, psicológica e social, relacionados ao indivíduo, ao seu entorno e as características farmacológicas específicas de cada substância utilizada.

Possui caráter evolutivo e crônico, apresenta impacto devastador no funcionamento individual, familiar e sócio-profissional

do indivíduo. Os modelos atuais de tratamento são baseados em protocolos médicos modernizados, que buscam a mais completa recuperação e reintegração social.

O Programa está alicerçado em pensar no homem como ser biopsicossocial, fruto da própria história de vida e com possibilidade de fazer escolhas e de modificar sua própria realidade, independente de fatores externos a ele. Desta forma o objetivo é intervir, reabilitar e reinserir socialmente o dependente químico utilizando os 13 princípios de um tratamento efetivo do NIDA (National Institute on Drugs Abuse)

II - Objetivo Geral

Prestar assistência ao dependente químico em tratamento e pós desintoxicação através de trabalho terapêutico intensivo com pacientes e ex-pacientes do Hospital São Roque Sociedade Beneficente, de outras instituições ou sem vínculo com instituição, mas que necessitem de atendimento.

III - Objetivos Específicos

- Colaborar na continuidade do tratamento dos dependentes químicos;
- Discutir situações que colaboram para a manutenção da sobriedade, através de estudo dos 12 passos do Grupo Alcoólicos Anônimos (AA);
- Reforçar a necessidade de participação e integração no Grupo de AA;
- Colaborar para a melhoria do desempenho profissional dos dependentes através do crescimento da sobriedade;
- Preservar autonomia;
- Diminuir as taxas de reinternação por descompensação;
- Resgate de valores morais e espirituais como princípio de recuperação e sobriedade;
- Fortalecimento da impotência perante o álcool ou as drogas;
- Maior e melhor participação e convivência social;
- Reconquista do respeito - auto-estima;
- Maior responsabilidade com a família;
- Resgate de confiança junto aos mais próximos;
- Responsabilidade e amadurecimento no trabalho.

IV - Metodologia

- Informativo: Desenvolvido pelo AA e baseado no "Programa de Doze Passos" dos grupos anônimos, têm o objetivo de introduzir o dependente químico na realidade de um programa voltado para seu problema e desenvolvido por seus iguais, através de experiências acumuladas durante mais de 80 anos de existência do mesmo. Fundamentalmente uma reestruturação de valores individuais, o informativo têm como finalidade ensinar ao dependente químico a maneira de localizar suas falhas de personalidade e como tratá-las de forma a obter de si mesmo o melhor desempenho em suas relações com a sociedade;
- Reuniões de Ajuda Mútua: Reuniões promovidas pelo AA com a finalidade de troca de experiências entre os dependentes, busca de caminhos e soluções para seus problemas e identificação de sua realidade com a realidade de um grupo social ao qual deve se integrar. O objetivo básico é manter acesa no dependente químico a necessidade de vigilância que o tratamento tanto exige no que se refere ao seu comportamento, como em tudo que se refere a sua integração em um grupo. As reuniões serão realizadas também com os familiares dos dependentes químicos;
- Reforço Espiritual: Parte importante na aplicação do Programa de Doze Passos, o AA através do reforço espiritual fortalece a crença em um Poder Superior, sem fazer alusão à qualquer religião, procurando preservar as convicções de cada um para redirecionar seus atos em função de valores morais mais elevados;
- Atendimento Técnico: É feito por um técnico em dependência química, do Município, contratado ou de entidade contratada/conveniada onde é feita a avaliação do tratamento e devidos aconselhamentos;
- Atendimento Psiquiátrico: O atendimento psiquiátrico será

realizado individualmente por profissional ou entidade contratada/conveniada. Durante as consultas é observado todo o processo de desintoxicação assim como o acompanhamento de possíveis comorbidades (distúrbios psiquiátricos associados à dependência química).

- Atendimento Psicológico: O atendimento psicológico será realizado através de atendimentos individuais ou em grupo por profissional do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social profissional ou entidade contratada/conveniada.

- Esportes e Lazer: Fundamental para o fortalecimento do estado físico do dependente que na maioria das vezes está debilitado, a prática de esportes visa também sua integração em grupos e lhe proporciona a visão real de que ele não necessita de substâncias psicoativas para obter prazer na diversão simples e saudável. Essas atividades serão desenvolvidas por profissionais do quadro da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes ou através de voluntários, profissionais ou entidades contratadas/conveniadas.

- Laborterapia: Execução de trabalhos de jardinagem, horticultura, artesanato que tem como objetivo básico o desenvolvimento de atividade prazerosa como retorno à valorização do próprio esforço e a segurança de conhecer-se capaz de executar qualquer tarefa sem a necessidade de qualquer estímulo químico. Utilizada ainda como reforço no processo de desintoxicação do organismo. Essas atividades serão desenvolvidas por profissionais do quadro da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes ou através de voluntários, profissionais ou entidades contratadas/conveniadas.

V - Detalhamento das Ações

- As ações serão desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e de Educação, Cultura e Esportes de Luzerna, CRAS, COMEN, Hospital São Roque Sociedade Beneficente, AA e voluntários.

- Aperfeiçoamento das relações familiares e na comunidade;

- Contribuir para a diminuição dos estigmas;

- Envolver esta clientela em ações voltadas à coletividade;

- Promover a discussão de casos na equipe de saúde, com a equipe de apoio e outros parceiros.

VI - Recursos Humanos

- Equipe da Estratégia Saúde da Família/ESF;

- Equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família/NASF;

- Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

- CRAS;

- Prefeitura Municipal de Luzerna;

- Profissionais contratados pelo Município e/ou através de parcerias ou convênios;

- Hospital São Roque Sociedade Beneficente;

- Voluntários do AA - Alcoólicos Anônimos Grupo Luz e Amizade.

VII - Recursos Materiais

- Todos os insumos, materiais e objetos necessários ao desenvolvimento de todas as ações descritas neste Programa;

- Materiais de Consumo;

- Insumo de Escritório;

- Equipamentos;

- Medicamentos;

- Infraestrutura básica;

- Aquisição de serviço para a capacitação da equipe;

- Contratação de profissionais técnicos;

- Material educativo/informativo;

- Material esportivo;

- Material para jardinagem e artesanato.

LEI 1361

LEI Nº 1361 de 10 de abril de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A BAIXA DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PRESCRITOS DE CONTRIBUINTES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica autorizado o Poder Executivo, através dos Setores de Tributação e Contabilidade, a realizar a baixa dos créditos tributários prescritos, com base no art. 174 do Código Tributário Nacional e art. 302 do Código Tributário Municipal, dos contribuintes abaixo relacionados:

Contribuinte	Cadastro	Tributo	Parcela/Ano	Valor Original
LIMA E LIMA	15829	TLL	02/1995	R\$ 42,78
LTDA - ME	14460	TLL	02/1996	R\$ 41,90

RISKO MAQ. E SUPRIM P/ ESCR LTDA ME	12239	TLL	02/1993	R\$ 87,94
	11837	TLL	02/1994	R\$ 82,55
	15578	TLL	02/1995	R\$ 78,81
	14234	TLL	02/1996	R\$ 77,13

MENDES & SCHLEGEL LTDA	13805	TLL	02/1996	R\$ 57,55
------------------------------	-------	-----	---------	-----------

ALTAIR DEIGE - ME	11923	TLL	02/1996	R\$ 40,78
----------------------	-------	-----	---------	-----------

JAIR RIBEIRO DA ROSA	118	ISS	03/1993	R\$ 40,21
	118	ISS	01/1994	R\$ 37,89
	118	ISS	01/1995	R\$ 27,13
	118	ISS	01/1996	R\$ 24,92
	118	TLL	02/1993	R\$ 24,23
	118	TLL	02/1994	R\$ 22,74
	118	TLL	02/1995	R\$ 21,68
	118	TLL	02/1996	R\$ 21,23

VITOR BER- NART	123	ISS	03/1993	R\$ 67,00
	123	ISS	01/1994	R\$ 63,14
	123	ISS	01/1995	R\$ 45,19
	123	ISS	02/1993	R\$ 27,39
	123	TLL	02/1995	R\$ 24,54
	123	TLL	01/1996	R\$ 41,59

VALDIR SA- MISTRARO	13622	IPTU	01/1996	R\$ 149,47
------------------------	-------	------	---------	------------

LUIZ BOLSAN	132	ISS	03/1993	R\$ 67,00
	132	ISS	01/1994	R\$ 63,14
	132	ISS	01/1995	R\$ 45,19
	132	ISS	01/1996	R\$ 41,59
	132	TLL	02/1993	R\$ 27,39
	132	TLL	02/1994	R\$ 25,71
	132	TLL	02/1995	R\$ 24,54
	132	TLL	02/1996	R\$ 24,03

ADELINO CARLO	50	ISS	03/1993	R\$ 293,47
	50	ISS	01/1994	R\$ 63,14
	50	ISS	01/1995	R\$ 45,19
	50	ISS	01/1996	R\$ 41,59
	50	TLL	02/1993	R\$ 27,39
	50	TLL	02/1994	R\$ 25,71
	50	TLL	02/1995	R\$ 24,54
	50	TLL	02/1996	R\$ 24,03

JOSE GIRALDI	1392	IPTU	01/1996	R\$ 292,84
--------------	------	------	---------	------------

CARLITO ALBANO ARENHART	12593	IPTU	01/1996	R\$ 223,55
-------------------------	-------	------	---------	------------

ALTAIR THEISEN	256	IPTU	03/1993	R\$ 52,88
	256	IPTU	02/1994	R\$ 38,16
	256	IPTU	02/1995	R\$ 108,74
	256	IPTU	01/1996	R\$ 89,01

RONILDE SATSKUMA	14011	IPTU	03/1993	R\$ 171,20
	15644	IPTU	02/1994	R\$ 139,69
	11785	IPTU	01/1996	R\$ 260,84

EDUARDO NERI PEREIRA	13601	DAIPTU	02/1994	R\$ 2.314,08
	15466	IPTU	02/1995	R\$ 222,85

VALNAR IND. ESQUAD. METAL. LTDA - ME	13	ISS	01/1996	R\$ 135,65
	13	ISS	02/1996	R\$ 567,50
	13	ISS	03/1996	R\$ 1.003,00
	13	ISS	05/1966	R\$ 987,00
	13	ISS	07/1996	R\$ 771,88
	13	ISS	08/1996	R\$ 1.159,13
	13	ISS	09/1996	R\$ 1.014,42
	13	ISS	10/1996	R\$ 520,03
	13	ISS	11/1996	R\$ 1.575,16
	13	ISS	12/1996	R\$ 601,30

CECILIO MOTTA	76	ISSO	05/1996	R\$ 52,50
	76	ISSO	09/1996	R\$ 56,37
	76	TLL	00/1996	R\$ 47,92
	11910	IPTU	02/1993	R\$ 92,93
	15661	IPTU	02/1994	R\$ 213,68
	12206	IPTU	01/1995	R\$ 173,56
	1920	IPTU	01/1996	R\$ 4,46
	1920	IPTU	02/1996	R\$ 4,51
	1920	IPTU	03/1996	R\$ 4,51
	1920	IPTU	04/1996	R\$ 4,51
	1920	IPTU	05/1996	R\$ 4,51
	1920	IPTU	06/1996	R\$ 4,51

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 10 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Mafra**PREFEITURA****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 79.283.065/0001-41

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Nota Fiscal nº. 46639 R\$ 40.158,00

Nota Fiscal nº. 46638 R\$ 15.627,77

Valor Total: R\$ 55.785,77

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável por serviços de limpeza, merenda, jardinagem e serviços gerais da Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 13 de abril de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 19.891.158/0001-27

MONTE ALTO PAVIMENTOS LTDA - ME

Nota Fiscal nº. 14 R\$ 14.786,38

Valor Total: R\$ 14.786,38

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de mão de obra para pavimentação de paralelepípedo e colocação de meio fio rejuntado, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 13 de abril de 2015

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01

Comissão Processante criada pela Resolução Nº 06/15 de 17 de março de 2015

Em face de ROBERTO AGENOR SCHOLZE, Prefeito Municipal de Mafra.

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 5, inc. III e IV do decreto Lei 201/67, e conforme decisão que consta na Ata nº 04 (fls. 107 e 108 do Processo) a Comissão Processante vem por meio deste NOTIFICAR o senhor Roberto Agenor Scholze, que exerce o cargo de Prefeito Municipal de Mafra, da decisão da Comissão pelo prosseguimento do Processo, conforme ata e despacho (fls. 90, 91 e 92 do Processo), bem como intimar Vossa Excelência que a oitiva das testemunhas, arroladas pelo denunciante e denunciado irá acontecer no dia 23/04/2015 (quinta-feira) a partir das 08h30min, sendo ainda conforme agendamento venho através deste, CONVOCÁ-LO para prestar depoimento a esta Comissão, no dia 23/04/2015 (quinta-feira) às 12h15min, na condição de denunciado.

Informamos que a audiência de oitiva se dará nesta Casa Legislativa, situada na Avenida Coronel José Severiano Maia, nº 441 - Centro, neste município.

Mafra, 10 de abril de 2015

Ver. Hebert Gilso Werka

Presidente

Ver. Luis Alfredo Nader

Relator

Ver.^a Marise Valério Bráz de Oliveira

Vogal

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO N 35/2015

DECRETO Nº 35, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Regulamenta a arrecadação dos valores relativos ao aluguel dos estandes e áreas por metro quadro da 16ª Feira Comercial e Industrial de Maravilha - FECIMAR, a ser realizada de 4 a 7 de setembro de 2015, no Parque de Exposições Carlos Alberto Begrow e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A necessidade de regulamentar o aluguel dos estandes e áreas por metro quadrado da 16ª Feira Comercial e Industrial de Maravilha - FECIMAR, a ser realizada de 4 a 7 de setembro de 2015, no Parque de Exposições Carlos Alberto Begrow.

A necessidade de que os valores relativos ao aluguel dos estandes e áreas por metro quadrado sejam recolhidos de forma oficial aos cofres do Município;

A necessidade de tornar público a possibilidade de contratação para exploração de espaço físico para exercício de atividade comercial temporária por ocasião da FECIMAR;

A necessidade de tornar público e por Ato Normativo os valores dos espaços físicos a serem explorados; e

A obrigatoriedade de que as receitas oriundas das cotas das explorações dos espaços físicos sejam recolhidas aos cofres do município, por meio de pagamento de Documento Único de Arrecadação (DAM), para que possam ser registrados os fatos e os atos contábeis que originarem as receitas,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos preços públicos e condições para que particulares possam locar estandes e áreas por metro quadrado da 16ª Feira Comercial e Industrial de Maravilha - FECIMAR, a ser realizada de 4 a 7 de setembro de 2015, no Parque de Exposições Carlos Alberto Begrow, bem como o recebimento de cotas, conforme planta anexa, a saber:

I - área interna:

- a) espaços físicos de 9 m² (nove metros quadrados), na proporção de 3x3m², de esquina, para exploração, no valor de R\$ 1.180,00 (um mil, cento e oitenta reais) cada espaço;
- b) espaços físicos de 9 m² (nove metros quadrados), na proporção de 3x3m², de esquina, para exploração, para associados da Associação Empresarial de Maravilha/SC, no valor de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) cada espaço;
- c) espaços físicos de 9 m² (nove metros quadrados), na proporção de 3x3m², interno, para exploração, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) cada espaço;
- d) espaços físicos de 9 m² (nove metros quadrados), na proporção de 3x3m², interno, para exploração, para associados da Associação Empresarial de Maravilha/SC, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) cada espaço.

II - área externa "A":

- a) espaços físicos de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), na proporção de 5x10m², para exploração, no valor de R\$ 1.110,00 (um mil cento e dez reais) cada espaço;
- b) espaços físicos de 112,50 m² (cento e doze metros e cinquenta centímetros quadrados), na proporção de 7,5x15m², para exploração, no valor de R\$ 2.460,00 (dois mil quatrocentos e sessenta reais) cada espaço;

III - área externa "B":

- a) espaço físico de 205,00 m² (duzentos e cinco metros quadrados), na proporção de 9x22m², para exploração, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) pelo espaço;
- b) espaços físicos de 225,00 m² (duzentos e vinte e cinco metros quadrados), na proporção de 9x25m², para exploração, no valor de R\$ 2.550,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta reais) cada espaço;

IV - praça de alimentação:

- a) espaços físicos de 12,00 m² (doze metros quadrados), na proporção de 3x4m², para exploração, no valor de R\$ 1.170,00 (um mil, cento e setenta reais) cada espaço;

§ 1º A diferença de valores para exploração de espaços físicos com metragem semelhantes se dá em virtude da localização diferenciada dos mesmos.

§ 2º O valor de locação de cada espaço descrito no inciso I é relativo ao pagamento até o final do mês de abril de 2015, após esse prazo, será acrescido o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada mês subsequente, até o mês de agosto do corrente ano.

§ 3º O valor de locação de cada espaço descrito no inciso II é relativo ao pagamento até o final do mês de abril de 2015; após esse prazo, para os espaços de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados) será acrescido o valor de R\$ 20,00 (vinte reais) para cada mês subsequente, e para os espaços de 112,50 m² (cento e doze metros e cinquenta centímetros quadrados) será acrescido o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), ambos até o mês de agosto do corrente ano.

§ 4º O valor de locação de cada espaço descrito no inciso III é relativo ao pagamento até o final do mês de abril de 2015, após esse prazo, será acrescido o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada mês subsequente, até o mês de agosto do corrente ano.

§ 5º O valor de locação de cada espaço descrito no inciso IV é relativo ao pagamento até o final do mês de abril de 2015, após esse prazo, será acrescido o valor de R\$ 30,00 (trinta reais) para cada mês subsequente, até o mês de agosto do corrente ano.

§ 6º Os valores de locação descritos neste artigo poderão ser pagos de forma parcelada, em até 4 (quatro) vezes, sendo que o vencimento do último boleto não poderá exceder a data de 30 de julho, com exceção do mês de agosto, o qual deve ser pago à vista, salvo em casos excepcionais.

Art. 2º A montagem dos estandes deverá ocorrer a partir das 8h00min do dia 28 de agosto de 2015 (sexta-feira), e a desmontagem deverá ser feita, impreterivelmente, até às 18h00min do dia 11 de setembro de 2015 (sexta-feira), mediante as seguintes condições:

- I - o aluguel, a montagem e desmontagem dos estandes será de responsabilidade dos interessados;
- II - é indispensável que cada estande tenha um recipiente para armazenamento do lixo produzido, devendo depositá-lo, diariamente, no encerramento das atividades, em local apropriado designado, para que possa ser recolhido pelo serviço de limpeza pública do Município, sob pena de multa.

Art. 3º Não será permitida a reserva e a demarcação do local onde serão instalados os estandes com cordas, fitas, cercas ou qualquer outro tipo de material, que cause risco às pessoas, ou danifique a quadra, sendo que o Município vistoriará o local, e encontrando alguma irregularidade, determinará a imediata regularização, que se não for atendida no mesmo momento, acarretará para o usuário a perda do direito de utilizar o espaço, sem direito de reembolso do preço público pago.

Art. 4º Os interessados nas locações dos estandes e espaços deverão dirigir-se, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, localizada na sede da Prefeitura, sito à Avenida Euclides da Cunha, nº 60, Centro, durante o período de 13 de abril a 4 de setembro de 2015, no horário das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 18h00min, para efetivar o contrato, emissão do DAM e demais providências.

Parágrafo único. O DAM emitido deverá ser pago exclusivamente nas agências da Caixa Econômica Federal ou lotéricas, para validação da locação.

Art. 5º Em virtude da quantidade limitada de espaços físicos será respeitada a ordem de contrato, acompanhado da comprovação de pagamento do DAM, para emissão do Alvará Provisório, ficando desde já estabelecido, que sob nenhuma hipótese, serão cedidos espaços além dos estipulados no art. 1º e incisos deste Decreto.

Art. 6º Após o pagamento do DAM, o interessado deverá retirar junto a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, ou no Estande da CCO (Comissão Central Organizadora) no Box nº 11 do Parque de Exposições Carlos Alberto Begrow, o Alvará Provisório que indicará, de acordo com o mapa, a localização do espaço físico exato adquirido na FECIMAR, e este Alvará Provisório deverá ser mantido em local visível, durante todo o funcionamento do Estande, encerrado o evento, este Alvará perderá a sua validade.

Art. 7º Na praça de alimentação, os locadores devem seguir, para venda, comercialização e manuseio de alimentos, a legislação sanitária específica.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação do presente decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 10 de abril de 2015.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 34/2015

DECRETO Nº 34, DE 6 DE ABRIL DE 2015

Aprova desmembramento de lote urbano para fins de anexação e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o desmembramento

para fins de anexação, remanescente e unificação do imóvel: Parte do Lote Urbano nº (1), com a área de: "Um mil duzentos e doze metros quadrados" (1.212,00 m²), com edificação, sendo um prédio de alvenaria, dois pavimentos, com área construída de 187,42 m², que recebeu o nº 1045, coberto de telhas de cerâmica, objeto da Matrícula nº 17.532, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Celestina Mattei, Meri Teresinha Mattei Ranzan, Mirtes Marta Scapini, Mauro Cesar Mattei, Márcio Luiz Mattei e Michelli Mattei; Lote Urbano nº (2), com a área de: "um mil quatrocentos e dez metros quadrados" (1.410,00 m²), sem edificações, objeto da Matrícula nº 531, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Dolorindo Julio Ranzan, todos da Quadra nº (30), situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha-SC, que será desmembrado e anexado, conforme descrição abaixo, mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU A50862-4, nas dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

DESMEMBRAMENTO M. 17.532

Parte do Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (30), com a área de: "Sessenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados" (62,50 m²), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, sem edificação; Confrontando:- ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº (1), na extensão de 25,00 metros, de Celestina Mattei, Meri Teresinha Mattei Ranzan, Mirtes Marta Scapini, Mauro Cesar Mattei, Márcio Luiz Mattei e Michelli Mattei, M. 17.532;- ao Sul, com parte do lote urbano nº (2), na extensão de 25,00 metros, de Dolorindo Julio Ranzan, M. 531;- ao Leste, com a Rua Princesa Isabel, na extensão de 2,50 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (16), na extensão de 2,50 metros, de Albino Fernandes Cobs, M. 3.069.

ÁREA REMANESCENTE M. 17.532

Parte do Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (30), com a área de: "Um mil cento e quarenta e nove metros e cinquenta centímetros quadrados" (1.149,50 m²), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, com edificação sendo um prédio de alvenaria, dois pavimentos, com área construída de 187,42 m², que recebeu o nº 1045, coberto de telhas de cerâmica; Confrontando:- ao Norte, com a Avenida Sul Brasil, na extensão de 25,00 metros;- ao Sul, com parte do mesmo lote urbano nº (1), na extensão de 25,00 metros, de Celestina Mattei, Meri Teresinha Mattei Ranzan, Mirtes Marta Scapini, Mauro Cesar Mattei, Márcio Luiz Mattei e Michelli Mattei, M. 17.532;- ao Leste, com a Rua Princesa Isabel, na extensão de 45,98 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (16), na extensão de 45,98 metros, de Albino Fernandes Cobs, M. 3.069.

ANEXAÇÃO

Lote Urbano nº (2) e Parte do Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (30), com as áreas respectivas de: (1.410,00 m² e 62,50 m²), perfazendo a área total de "Um mil quatrocentos e setenta e dois metros e cinquenta centímetros quadrados" (1.472,50 m²), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, sem edificações; Confrontando em conjunto:- ao Norte, por duas linhas, uma, com o lote "A", parte do lote urbano nº (15), de Airton Adolfo Stieler, M. 14.624, com o lote "B", parte do lote urbano nº (15) e parte do lote urbano nº (16), de Carlos Antônio Helfer, M. 14.625 e com parte do lote urbano nº (16), de Albino Fernandes Cobs, M. 3.069, na extensão de 45,50 metros, e outra, com parte do mesmo lote urbano nº (1), de Celestina Mattei, Meri Teresinha Mattei Ranzan, Mirtes Marta Scapini, Mauro Cesar Mattei, Márcio Luiz Mattei e Michelli Mattei, M. 17.532, na extensão de 25,00 metros;- ao Sul, com o lote urbano nº (3), na extensão de 70,50 metros, de Marcus Vinicius Ferreira D'Agostini, M. 5.698;- ao Leste, com a Rua Princesa Isabel, na extensão de 22,50 metros;- ao Oeste, por duas

linhas, uma, com o lote urbano nº (11), na extensão de 20,00 metros, de Vilmar Zanini, M. 19.705, e outra, com parte do lote urbano nº (16), de Albino Fernandes Cobs, M. 3.069, na extensão de 2,50 metros.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 6 de abril de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 1598/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 1.598/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 015/2015 - Sistema de Registro de Preços - SRP.

A Excelentíssima Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço - SRP, a contratação de serviços de recapagem de pneus, conforme a necessidade para o Município de Maravilha, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 28 de abril de 2015 até às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min. e das 13h 30 min. às 18 horas. Maravilha - SC, 09 de abril de 2015. ROSIMAR MALDANER - Prefeita de Maravilha.

CÂMARA DE VEREADORES DE MARAVILHA

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 05/2015, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 05, DE 9 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a criação da TRIBUNA EMPRESARIAL e dá outras providências.

O Presidente da Casa, Vereador Odair José Batistello, infra subscrito, na forma do Inciso I do artigo nº 46 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, baixa a seguinte Resolução nº 05/2015, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica por esta Resolução criada a TRIBUNA EMPRESARIAL no âmbito da Câmara municipal com a concessão da entrega de placa em reconhecimento as empresas que vierem até a tribuna da Câmara de Vereadores apresentarem seus negócios.

Art. 2º A placa será entregue ao final da sessão em que representante da empresa utilizar-se da tribuna para falar sobre a seu ramo de negócio, discorrendo sobre assuntos relativos à criação da empresa, mercado de trabalho, número de empregados, dificuldades encontradas, entre outros que julgar pertinente.

Art. 3º O objetivo deste programa de visitas das empresas virão até o Legislativo Maravilhense é aprimorar a aproximação dos

empreendedores com os legítimos representantes do povo, pois assim os nobres edis tomaram ciência do que nossas empresas produzem, para onde vendem seus produtos e quais são as expectativas futuras.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da presente correção por conta do orçamento do Poder Legislativo.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 9 de abril de 2015.

Odair José Batistello

Presidente

Massaranduba

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 67/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 67/2015

Cria cargos na estrutura do Poder Executivo do Município de Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Ficam criados os seguintes cargos de provimento efetivo a serem integrados no quadro de Pessoal da Administração Direta do Município:

I - Técnico em Informática (TI):

- a) Anexo III
- b) Grupo: Atividades Técnicas de Nível Médio - ATM
- c) Horas Semanais: 40h
- d) Categoria Funcional: Técnico em Informática (TI), Classe D, nível 1.
- e) Vencimento: R\$ 2.163,02 (Dois mil cento e sessenta e três reais e dois centavos)
- f) Nº de vagas: 01
- g) Escolaridade: Curso Técnico em Informática.
- h) Atribuições:

1. Dar suporte e treinamento às diversas áreas do município no uso dos sistemas e serviços de TI da Prefeitura Municipal de Massaranduba, Portal Municipal e demais sites de interesse da Prefeitura, estando disponível para atender os chamados de menos complexidade, corrigindo possíveis falhas ou mau funcionamento dos sistemas e equipamentos, registrando as solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções e mantendo-os sempre atualizados, disponíveis e seguros.
2. Colaborar nos projetos da área de Tecnologia da Informação, atendendo a necessidade de desenvolver novos modelos de documentos, planilhas, relatórios, formulários e arquivos, facilitando o uso destes.
3. Instalar, configurar e prestar manutenção lógica e/ou suporte aos equipamentos de comunicação de dados (ativos de rede), de toda a rede do município, de acordo com as políticas de segurança, obedecendo a topologia estabelecida para a rede, visando sua estabilidade funcional e eficiência.
4. Montar e manter equipamentos da área de TI de forma pro ativa e reativa, bem como instalar e configurar os sistemas operacionais, ERPs e aplicativos utilizados pelas unidades de serviços do Município, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos pelos superiores, garantindo o melhor desempenho dos equipamentos e disponibilizando a atualização dos recursos existentes; Instalar softwares e outras adaptações/modificações, bem como formatar microcomputadores e efetuar a manutenção preventiva dos mesmo, visando garantir melhor desempenho dos equipamentos e disponibilizar a atualização dos recursos existentes.
5. Criar documentos complementares como manuais de ajuda, instruções de operação ou de acertos de consistência, atualizando e incluindo procedimentos a cada nova situação ocorrida, para que esta documentação possa auxiliar as atividades dos setores.
6. Oferecer suporte em TI às diversas áreas do município, estando disponível para orientar usuários, atender chamados, corrigindo possíveis falhas ou mau funcionamento do sistema e

equipamentos, registrando as solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções.

7. Instalar, configurar e customizar os recursos de TI, de acordo com os procedimentos operacionais e padrões técnicos pré-definidos.
8. Realizar testes em condições operacionais simuladas, visando verificar se o programa executa corretamente dentro do especificado e com a performance adequada.
9. Instalar equipamentos multimídia (data show, computadores, notebooks e periféricos), acompanhando o funcionamento nos diversos eventos das Secretarias.
10. Encaminhar, acompanhar, conferir o retorno dos equipamentos enviados para reparos fora da Secretaria.
11. Implementar regras de backup para computadores de usuários finais;
12. Dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado, e autorizado por chefia ou autoridade superior.

II - Biólogo:

- a) Anexo II
- b) Grupo: Atividades de Nível Superior - ANS
- c) Horas Semanais: 40h
- d) Categoria Funcional: Biólogo, Classe C, nível 1.
- e) Vencimento: R\$ 2.869,30 (Dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais e trinta centavos)
- f) Nº de vagas: 01
- g) Escolaridade: Superior completo em Ciências Biológicas e CRBio
- h) Atribuições:

1. Coordenar projetos e estudos ambientais e estudos geoambientais em sistemas produtivos;
2. Mapear processos erosivos, geotécnica ambiental, hidrogeologia;
3. Investigar áreas contaminadas, repovoamento de áreas florestais, reformas de pastagens degradadas;
4. Coordenação e execução das políticas relativas à promoção, organização, normatização, fiscalização, coordenação e controle das ações relativas à exploração e preservação do meio ambiente e dos recursos naturais;
5. Analisar e avaliar os projetos submetidos ao licenciamento ambiental que pertencerem à sua área de competência;
6. Realizar vistoria, emitir laudos e pareceres técnicos sobre assuntos de sua área de competência;
7. Assistência, assessoria, consultoria, aconselhamento, recomendação;
8. Direção, gerenciamento, fiscalização;
9. Ensino, extensão, desenvolvimento, divulgação técnica, demonstração, treinamento, condução de equipe;
10. Especificação, orçamentação, levantamento, inventário;
11. Estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental, socioambiental;
12. Exame, análise e diagnóstico laboratorial, vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo, parecer técnico, relatório técnico, licenciamento, auditoria;
13. Formulação, coleta de dados, estudo, planejamento, projeto, pesquisa, análise, ensaio, serviço técnico;
14. Gestão, supervisão, coordenação, curadoria, orientação, responsabilidade técnica;
15. Manejo, conservação, erradicação, guarda, catalogação;
16. Executar outras atividades afins ou que lhe forem delegadas pelo seu superior hierárquico e a Controladoria Municipal;
17. Dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado e autorizado por chefia ou autoridade superior.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 10 de abril de 2015
MARIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Meleiro

PREFEITURA

EDITAL 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE MELEIRO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015

Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

EDITAL 001/2015

Abre inscrições para candidatos a Conselheiros Tutelares, estabelece o calendário do processo eleitoral e dá outras providências.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Meleiro, por meio da Comissão Especial Eleitoral para o processo de escolha dos Membros do Conselho Tutelar, no uso de suas competências legais, atribuídas pela Lei nº 1.682/2015, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (ECA) torna de conhecimento público a abertura das inscrições e estabelece as normas do processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, e CONVOCA todos os interessados a se inscreverem na forma das nominadas Leis e do presente Edital, ao cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Meleiro, com mandato de 10/01/2016 a 09/01/2020, nos termos que constam neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Seleção Externa será regida por este Edital através da Eleição de caráter classificatório e eliminatório.

Art. 2º. Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, a Comissão eleitoral, constituída por meio da Reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA no dia 13 de março de 2015 composta por seis (06) Conselheiros de Direito, sendo três (03) representantes governamentais e três (03) não governamentais.

Parágrafo Único. Compete à comissão especial Eleitoral para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares:

- a) organizar e coordenar o Processo Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar;
- b) receber os pedidos de inscrições dos candidatos concorrentes;
- c) decidir sobre os recursos e das impugnações;
- d) realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- e) selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- f) providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado, caso o pleito efetuado por meio de urnas eletrônicas;
- g) providenciar as credenciais para os fiscais deste Processo Seletivo e Eleitoral;
- h) receber e processar toda a documentação referente ao Processo Eleitoral;
- i) solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;
- j) divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- k) decidir os casos omissos nesse Edital.

Art. 3º. O desenvolvimento da etapa relativa ao processo eleitoral é de responsabilidade técnica e operacional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

2. DAS ETAPAS

Art. 4º. O Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares se realizará em quatro (03) etapas, sendo cada etapa classificatória e eliminatória:

I. 1ª etapa: Inscrição (13/04/2015 a 15/06/2015);

II. 2ª etapa: Eleição (04/10/2015);

III. 3ª etapa: Posse dos Eleitos (10/01/2016).

3. DOS REQUISITOS

Art. 5º. São requisitos para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar:

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 anos;

III. residir no município há no mínimo 2(dois) anos;

IV. possuir Ensino Médio Completo;

Art. 7º. Os requisitos de I a IV citados no item anterior deverão ser comprovados no ato da inscrição, através de cópias dos documentos que deverão ir acompanhados de requerimento de inscrição ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Parágrafo Único. Considera-se portador de idoneidade moral o candidato que não apresentar envolvimento em atos que desabonem a sua conduta perante a sociedade, tais como: uso ou envolvimento com drogas, exploração de trabalho infanto-juvenil, prostituição, maus tratos e outras situações de risco envolvendo crianças e adolescentes.

4. DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º. A inscrição deverá ser realizada junto ao Órgão Gestor da Assistência Social, localizado na Rua José Mezzari, nº 390, (em frente ao Fórum) Bairro Jardim Itália, Meleiro, SC, das 8h00min às 11h30min e das 13h00min às 16h30min.

Art. 9º. A candidatura ao cargo de Conselheiro Tutelar será individual e no ato da inscrição o candidato deverá entregar os seguintes documentos:

I. Formulário de Requerimento de Inscrição preenchido em formulário próprio do CMDCA (Anexo 1);

II. Cópia da Identidade e CPF;

III. Cópia dos comprovantes de residência no Município de Meleiro/SC (atual e de no mínimo 02 (dois) anos anteriores);

IV. Cópia do certificado de conclusão do Ensino Médio emitido por Instituição reconhecida pelo MEC (Ministério da Educação);

V. Cópias do Título de Eleitor e do comprovante de votação da última eleição ou de justificativa da ausência ou Certidão de Quitação junto à Justiça Eleitoral;

VI. Cópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação; se do sexo masculino;

VII. 2 Certidões de Antecedentes (Cível e Criminal) (junto ao Fórum da Comarca de Meleiro ou www.tjsc.jus.br);

VIII. Declaração informando ter disponibilidade exclusiva para atuar como Conselheiro Tutelar em formulário próprio do CMDCA (Anexo 2).

IX. Foto 3X4 - caso necessário fazer cadastro para utilização para urna eletrônica.

Art. 10. Encerrado o prazo de inscrições, o Presidente do CMDCA fará publicar o Edital com a relação dos inscritos no dia 18/06/2015.

§ 1º. Não será admitido à entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

§ 2º. No ato da inscrição, o candidato receberá um número de registro que será atribuído sequencialmente, segundo a ordem de inscrição.

Art. 11. Abrir-se-á prazo de cinco dias úteis para impugnações, a partir da publicação dos nomes dos inscritos, que será realizada no dia 18/06/2015. A impugnação poderá ser apresentada por

qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança ou adolescente. Simultaneamente à publicação dos nomes e pelo prazo de doze dias, abrir-se-á vista, ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, de todos os requerimentos de inscrição para a fiscalização de que trata o Art. 139 da Lei nº 8069/90, podendo este apresentar impugnações.

Art. 12. Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma e poderá apresentar defesa em até dez dias, a contar da data da notificação protocolada, mediante publicação em órgão da imprensa local. Encerrados os prazos de que tratam os Art. 11 e 12 deste edital, a comissão do CMDCA, responsável pelo processo de escolha para preenchimento das vagas do Conselho Tutelar, no prazo máximo de dez dias, analisará as defesas, se houver, emitindo sucinto relatório com parecer sobre o mérito.

Art. 13. Ao apreciar os pedidos, a Comissão Especial para o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares dará atenção a todos os requisitos do Art. 10 deste edital. Em caso de indeferimento de inscrição, esta Comissão mencionará as razões e publicará Edital com as candidaturas deferidas e indeferidas aos seus autores, cabendo, em relação aos indeferimentos, recurso administrativo ao próprio CMDCA, no prazo de cinco dias contados da notificação protocolada, devendo apreciá-lo no prazo de até quinze dias a contar do seu recebimento.

Art. 14. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto facultativo direto e secreto de cidadãos Meleirenses, mediante apresentação de Título de Eleitor deste município e documento de identificação com foto.

5. DOS IMPEDIMENTOS

Art. 16. São impedidos de exercer a função de Conselheiro Tutelar: I. Marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro (a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado, conforme o Artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

II. O cargo de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função, seja ela pública ou privada.

III. Ficarão impedidas de participar deste Processo aquelas pessoas que foram penalizadas com a destituição da função de Conselheiro Tutelar e/ou ter tido inscrição impugnada/indeferidas para candidatura ao Conselho Tutelar, nos 05 (cinco) anos antecedentes à eleição.

IV. O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

6. DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 17. São atribuições dos membros do Conselho Tutelar:

I. Zelar pelos direitos da criança e do adolescente;

II. Manter conduta pública e particular ilibada;

III. Zelar pelo prestígio da instituição;

IV. Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

V. Obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;

VI. Comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII. Desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VIII. Adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidades no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

IX. Tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente;

X. Identificar-se em suas manifestações funcionais;

XI. Atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XII. Assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária do município para garantia do atendimento

integral aos direitos da criança e do adolescente;

XIII. Exercer, com ética, os princípios da autonomia e permanência de ações, nos termos da legislação federal, e suplementarmente da legislação municipal;

XIV. Inserir dados on-line das crianças e adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar no Sistema de Informações para Infância e Adolescência SIPIA/CT/WEB;

XV. Acompanhar os casos atendidos no Conselho Tutelar inserindo as informações referentes ao acompanhamento no SIPIA/CT/WEB.

XVI. Apresentar trimestralmente relatório do SIPIA/CT/WEB dos atendimentos prestados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

XVII. Prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos.

XVIII. Dar devolutiva ao denunciante, quando este for parte da rede socioassistencial, das requisições feitas pelo Conselho Tutelar.

Art. 18.O Conselho Tutelar requisitará os serviços nas áreas de educação, saúde, assistência social, entre outras, com a devida urgência, de forma a atender ao disposto no artigo 4º, parágrafo único, e no artigo 136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069, de 1990.

7. DA CARGA HORÁRIA

Art. 20. O expediente de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Meleiro, será das 07h30min às 11h30min e das 13horas às 17:00horas, de segunda à sexta-feira, exceto em feriados e pontos facultativos.

Art. 21. O horário de funcionamento do Conselho Tutelar deverá atender a população 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 22. É vedado ao Conselho Tutelar o funcionamento em horários especiais ou por turnos, com revezamento entre seus conselheiros, sendo que o horário de funcionamento do Conselho Tutelar deve ser cumprido por todos os seus conselheiros, sem prejuízo dos plantões.

Art. 23. O cumprimento da jornada normal de trabalho do conselheiro plantonista pode ser flexibilizado ou até mesmo dispensado no dia posterior ao plantão quando demandar efetivo trabalho e esforço no período noturno, comprovados através de instrumental específico definido pelo CMDCA.

Parágrafo Único.Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, considerada a extensão do trabalho e o caráter permanente do Conselho Tutelar, o exercício do mandato de Conselheiro Tutelar exigirá do seu ocupante dedicação integral e exclusiva ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver necessidade de atuação do conselheiros, dentro de suas atribuições legais.

Art. 24. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§1º. O disposto no caput não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

§2º. O regimento interno do Conselho Tutelar, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no primeiro semestre de 2016, determinará as diretrizes e os critérios de procedimentos de plantão e das atividades funcionais da jornada semanal de trabalho.

§3º. A divulgação de escala de serviço em plantões deverá ser fixada no Quadro de Publicações Oficiais do Município de Meleiro ou outro espaço destinado para tal fim e feita, ainda, nas instituições relacionadas ao atendimento a crianças e adolescentes, devendo ser oficiado o Juízo de Direito e a Promotoria de Justiça com competência e atribuição, respectivamente, para a área da Infância e da Juventude.

§4º. O desenvolvimento de carga horária, plantão noturno e finais de semana constituem atividades inerentes à função, não se admitindo o pagamento de horas extraordinárias ou qualquer outra vantagem, a qualquer título.

§5º.O controle diário do horário ordinário de trabalho dos conselheiros (8 horas diárias e 40 horas semanais), será realizado preferencialmente através de ponto eletrônico. O registro de trabalho durante os expedientes de plantão serão registrados em instrumental descritivo dos atendimentos realizados, identificando a quantidade de horas dispendidas em cada um deles.

8. DA REMUNERAÇÃO

Art. 25.Os Conselheiros Tutelares receberão o subsídio mensal fixado no valor de R\$ 814,58 (oitocentos e quatorze reais e cinquenta e oito centavos), vedando o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou espécie de remuneração.

10. DO PROCESSO ELETIVO

Art. 31. O pleito para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado, mediante convocação por Edital da Comissão Eleitoral, designando dia, hora e local para realização do pleito.

Parágrafo Único. Será instalada Seção de votação situada na Escola de Educação Básica de Meleiro Inês Toneli Napoli, sito Rua Luiz Napoli Canela, s/nº, centro, Meleiro-SC.

Art. 32. A votação será realizada em 04 de outubro de 2015 no horário das 08h00min às 16:30 horas, em um único dia.

Art. 33. A votação será através de urna eletrônica ou cédulas de votação que serão confeccionadas pela Comissão Eleitoral do CMDCA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e serão rubricadas pela Comissão Eleitoral.

Art. 34. A escolha dos membros do Conselho Tutelar dar-se-á através do voto direto, secreto dos eleitores do Município de Meleiro-SC, devendo apresentar no ato, título eleitoral ou documento legível com foto.

§ 1º.A cédula de votação conterá os nomes de todos os candidatos com sua candidatura homologada.

§ 2º. O eleitor poderá votar em apenas 01 (um) candidato por meio da marcação de um "X" no campo reservado para a prática do ato.

§ 3º. Qualquer marcação fora do espaço reservado para a votação, assim como, qualquer outro tipo de sinal, além do citado no parágrafo anterior, acarretará nulidade do voto.

§ 4º. O candidato que pelo número de votos obtidos estiverem colocados a partir do sexto lugar, serão declarados suplentes do Conselho Tutelar.

§ 5º. Para votação os eleitores, deverão comparecer ao local de votação, munidos de documento com foto e respectivo título eleitoral.

§ 6º.O eleitor que apresentar apenas documento de identidade estará impedido de exercer o seu direito a voto.

Art. 35. O local de recebimento dos votos contará com uma mesa de recepção e apuração, composta por três (03) membros, a saber: um (01) presidente (Conselheiro do CMDCA ou cidadão designado e nomeado pelo CMDCA) e dois (02) auxiliares de mesa.

Parágrafo único. Não podem compor a Mesa Receptora de votos os cônjuges e parentes consanguíneos e afins até 4º grau dos candidatos.

11. DA CONDUTA DURANTE A ELEIÇÃO

Art. 36. São proibidas durante o processo Eleitoral:

I. Propaganda da candidatura antes do período permitido pelo CMDCA que tem início com a homologação final das candidaturas e publicação de Resolução;

II. Propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular;

III. Propaganda utilizando-se de alto-falantes ou assemelhados, fixos ou em veículos;

IV. Propagandas por meio de camisetas, bonés, chaveiros e demais

brindes;

V. Promoção de transporte de eleitores, utilizando de veículos públicos ou particulares;

VI. Promoção de "boca de urna".

VII. Fica proibido o uso de imagens de Pessoas Públicas como: Prefeito, Vereador, Secretários.

VIII. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 37.Serão permitidos:

I. O convencimento ao eleitor que este compareça aos locais de votação e vote;

II. A presença do candidato em qualquer entidade da sociedade civil organizada, com a finalidade de fazer a divulgação da sua candidatura, desde que para tal seja convidado ou autorizado pela Entidade;

Art. 38. No dia da Eleição, não será permitido ao candidato ou a qualquer pessoa fazer qualquer tipo de propaganda eleitoral; conduzir eleitores se utilizando de veículos públicos ou particulares; realizar propaganda em carros de som ou outros instrumentos ruidosos nem promover "Boca de Urna".

Parágrafo único. Em caso de descumprimento das normas indicadas no 'caput', o candidato terá sua candidatura cassada e seus votos não serão computados por ocasião da apuração.

Art. 39.A decisão de cassação da candidatura será tomada pelo CMDCA, ouvida a Comissão Eleitoral. Neste caso, será instaurado um processo administrativo em que o candidato terá direito a defesa em peça escrita no prazo de 02 (dois) dias, tendo o CMDCA igual prazo para proferir a decisão.

Art. 40. A fiscalização de todo o Processo Seletivo e Eleitoral (inscrição, prova, votação e apuração) estará a cargo do Ministério Público.

Art. 41. Não será permitida a presença dos candidatos junto à Mesa de Apuração.

Art. 42.A apuração dos votos dar-se-á imediatamente após o horário de encerramento das eleições.

Art. 43. Quanto aos votos em branco e nulo, não serão computados para fins de votos válidos.

12. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

Art. 44. Encerrada a votação, proceder-se-á imediatamente a contagem dos votos e sua apuração, sob responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

Art. 45. Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com números de sufrágios recebidos, no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

Art. 46. Os 05 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos; Todos os demais candidatos, a partir do 6º mais votado serão considerados conselheiros suplentes.

Art. 47. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que tiver maior idade

Art. 48.Os suplentes serão convocados por ordem de classificação, nos casos de:

I. férias anuais dos conselheiros titulares;

II. licenças a que fazem jus os titulares, desde que excedam há 30 dias;

III. vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

Art. 49.Perderá o mandato o Conselheiro Tutelar que:

receber esta penalidade em processo administrativo-disciplinar;

I. deixar de residir no município;

II. for condenado por decisão irreversível pela prática de crime ou contravenção penal incompatíveis com o exercício da função.

Art. 50. Aplicar-se-á, no que couber ao Processo Seletivo dos Conselheiros Tutelares, o disposto na Legislação Eleitoral em vigor.

Art. 51. A posse dos eleitos para o Conselho Tutelar dar-se-á no dia 10 de janeiro de 2016, em sessão solene.

Art. 52. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral com fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Ministério Público.

Meleiro, 13 de Abril de 2015.

Fernanda Ferreira

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE MELEIRO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015

Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS GERAIS

Nome do(a) candidato(a):	
Data de Nascimento: / /	RG:
Sexo: ()M ()F	
CPF:	Título Eleitoral Nº:
Zona: Seção:	
Estado Civil:	E-mail:
Telefone:	
Endereço:	Nº:
Bairro:	Município:
UF:	
Filiação: Pai:	
Mãe:	

2. DOCUMENTOS APRESENTADOS

- Cópia da Identidade e CPF;
- Cópia dos comprovantes de residência no Município de Meleiro/SC (atual e de no mínimo 02 (dois) anos anteriores);
- Cópia do certificado de conclusão do Ensino Médio ;
- Cópias do Título de Eleitor e do comprovante de votação da última eleição ou de justificativa da ausência ou Certidão de Quitação junto à Justiça Eleitoral;
- Cópia do certificado de reservista ou de dispensa; se do sexo masculino;
- Certidão de Antecedentes Ações Cíveis em Geral
- Certidão de Antecedentes Ações Criminais
- Declaração de disponibilidade exclusiva.

Data: / /	ASSINATURA DO CANDIDATO
---------------	-------------------------

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015

Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

REQ. DE INSCRIÇÃO Nº

Recebido em: ____/____/2015

Assinatura:

Por:

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE MELEIRO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015
Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

DECLARAÇÃO DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

Eu, _____
_____ declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que se eleito para a função de Conselheiro Tutelar terei disponibilidade exclusiva para exercer a função. Não podendo no exercício de minha função exercer outra função, seja ela pública ou privada.

Meleiro, _____ de _____ de 2015.

Nome/Assinatura do Candidato

PORTARIA N.º 157/2015

PORTARIA n.º 157/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, o servidor DANILO FLORES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 114/2015.

Meleiro, 10 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 158/2015

PORTARIA n.º 158/2015

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora CLAUDETE DO CARMO BECKER, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, até o término das aulas.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer

momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 159/2015

PORTARIA n.º 159/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, a servidora RAQUEL TISCOSKI PASINI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 11/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 121/2015.

Meleiro, 10 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 160/2015

PORTARIA n.º 160/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, Lei nº 910/2002, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora TATIANI MACEDO ROCHA SCARDUELI, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do retorno da servidora Raquel Tiscoski Pasini da Licença Saúde.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 124/2015.

Meleiro, 10 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA N.º 161/2015

PORTARIA n.º 161/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhorita TAISE RÉ, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 065/2015.

Meleiro, 10 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº198/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 198/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 021/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 021/2015, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA DAR CONTINUIDADE AOS TRABALHOS DO ENSINO FUNDAMENTAL INFANTIL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO DE 2015. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 23/04/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 13 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

EDITAL CMDCA Nº 002/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE CARLO -SC - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

EDITAL CMDCA Nº 002/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Monte Carlo-SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MONTE CARLO-SC, JOSIANE RITCHER DEMENTOVIS, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 01 de abril de 2015, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Legislação Municipal, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Monte Carlo - SC, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, Lei Complementar Municipal nº 23/07 é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 788,00 - Conforme estabelecido no art. 22, §1º da Lei Complementar Municipal nº 23/2007 e suas alterações, com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina (13º salário).

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do

exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 13/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13:00 às 17:00), na sede da Prefeitura Municipal de Monte Carlo-SC, localizada na Rua Rodovia SC 456, Km 15- Centro- Monte Carlo-SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por documento oficial;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de certificado de Conclusão do Ensino Médio.

V - outros requisitos previstos em Lei Municipal.

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VI - aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, a ser aplicada aos inscritos no dia 26 de julho de 2015.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá

impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 12/06/2015 a 17/06/2015, no horário de atendimento ao público (13h30min às 17h30min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (13h30min às 17h30min), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 13/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedada aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e

julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00min às 17h00min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados

no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos.

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 06 de outubro de 2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº8.069/1990e na Legislação Municipal, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Fraiburgo -SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com

renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, SC, 06 de abril de 2015.
JOSIANE RITCHER DEMENTOVIS
PRESIDENTE DO CMDCA
MONTE CARLO

Anexo I
Cronograma

Publicação do edital	11 de abril de 2015
Inscrições	13/04/2015 a 03/06/2015
Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
Impugnação de candidatura	até 17/06/2015
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	até 22/06/2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015
Análise e decisão das impugnações	até 10/07/2015
Interposição de recurso	13/07/2015 a 17/07/2015
Aplicação de prova	26/07/2015
Interposição de recursos referentes à prova aplicada	27/07/2015 a 05/08/2015
Decisão de recursos referentes à prova aplicada	07/08/2015
Publicação dos candidatos aprovados, aptos à concorrer a eleição	14/08/2015
Operacionalização da eleição (Seleção das pessoas que trabalharão no pleito; solicitação da lista de eleitores junto ao TRE; confecção das cédulas/urnas eletrônicas; e reunião com a equipe)	até 18/09/2015
Solicitação de apoio à Polícia Militar ou à Guarda	até 18/09/2015
Divulgação dos locais de votação	até 18/09/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	Imediatamente após a apuração da eleição
Posse dos eleitos	10/01/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 63/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar os SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE CLASSE RESIDENCIAL, conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 do dia 20/abril/2015 até as 09:00 horas do dia 23/abril/2015.

ABERTURA: às 10:00 horas do dia 23/abril/2015.

TIPO MENOR PREÇO POR TONELADA - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 08:00 horas às 17:00 horas. Telefone Nº 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 06 de Abril de 2015
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 58/2015

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj nº 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta ANULADO o Processo Licitatório nº 58/2015 - Pregão Eletrônico nº 24/2015 - Registro de Preços nº 46/2015 por não acudirem interessados.

Monte Carlo - SC, 10 de Abril de 2015
DELCIR BARZOTTO
Pregoeiro

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 042/2015

DECRETO Nº 042/2015

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE MORRO DA FUMAÇA, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1685, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e em consonância com a Lei Municipal nº 1685, de 04 de Dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal do Idoso.

Parágrafo único. O Conselho Municipal do Idoso é órgão permanente organizacional, deliberativo e consultivo, com a finalidade específica de coordenação à implantação da Política Municipal do idoso em Morro da Fumaça.

Art. 2º - Os Integrantes do Conselho Municipal do Idoso, de que trata o artigo 1º deste Decreto, será composto pelos seguintes representantes:

Governamental

- Secretaria de Assistência Social - Titular: Cinara de Rochi
Suplente: Zenir Bez Fontana Maragno
- Secretaria da Saúde - Titular: Evelize Zanatta da Rosa
Suplente: Cristiane Teodoro
- Secretaria de Educação- Titular: Priscila Guollo
Suplente: Marinelza Maccari
- Secretaria de Esporte e Cultura- Titular: Antonio Ary de Lucca
Suplente: Gerson Teixeira
- Secretaria de Administração e Finanças- Titular: Adair de Biasi
Suplente: Anderson R. Salvador

Não Governamental

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais- Titular: Maristela Frasson
Guollo
Suplente: Ana Coniarski
- Associação dos Aposentados - Titular: João Geraldo Roque
Suplente: Vitor Santos Zaccaron
- Representante de Grupo de Idosos- Titular: Maria Alda Bortolato
Suplente: Ari Fernandes
- Trabalhadores da Área do Idoso- Titular: Marcia Camilo Vieira
Suplente: Zelinda Casagrande
- Lions Club - Titular: Joelma Bortolotto de Jesus
Suplente: Margarete Bortolatto

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Morro da Fumaça/SC, 07 de Abril de 2015.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário Interino de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e Publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ERRATA DO REGISTRO DE PREÇOS 039/2015

Município de Morro da Fumaça. Errata do Registro de Preços 039/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA PASSAGEIROS E SEGURO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Data: 14/04/2015 às 09:00. Altera-se a data de abertura dos envelopes para 22/04/2015 e a forma de julgamento para MENOR PREÇO POR ITEM, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Michel Antônio Maccari - Secretário de Finanças.

REGISTRO DE PREÇOS 041/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 041/2015. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO DOS VEICULOS DO MUNICIPIO conforme anexo. Data: 24/04/2015 às 15:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças.

REGISTRO DE PREÇOS FMS 021/2015

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 021/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O SAMU, conforme anexo. Data: 27/04/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D. Teixeira - Secretário de Finanças Interino.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL E CONVOCAÇÃO Nº 55 /2015 PMN

ATA DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL E CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL Nº 55 /2015 PMN

Aos 07 dias do mês de abril de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 55/2015 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC (ITENS FRACASSADOS DO PP 235/2014), VERIFICARAM E DERAM O parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	LICITANTES 1º COLOCADOS	Aprovação/reprovação	LICITANTES COLOCADOS CONVOCADOS P/ APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	COMERCIAL IZIDORIO LTDA - ME	REPROVADO- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME
04	COMERCIAL IZIDORIO LTDA - ME	REPROVADO- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro
Maria Benedita - Pregoeira substituta

Equipe de apoio:
Josezite dos Santos
Carla Claudino
Franciele Justino
Pedro Paulo da Costa

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO 55/2015 PMN

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - R.P PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2015 5º COLOCADO ITEM 7 AO(S) 09 DE ABRIL DE 2015, ÀS 16:00 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA EQUIPE DE APOIO:

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, SEM PRESENÇA DOS LICITANTES, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA CLASSIFICADA; COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY) CNPJ Nº 14.320.137/0001-38, SENDO CONSTATADO QUE O VENCEDOR FOI O LICITANTE EM 5º COLOCADO NO ITEM 7, CONSTATADO QUE A EMPRESA NÃO ATENDEU COM O SOLICITADO NO EDITAL QUANTO A APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, SENDO INABILITADO POIS NÃO

APRESENTOU A CERTIDÃO DE FALENCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL NÃO HAVENDO MENÇÃO E RECURSO ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO. NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

CONVOCA TAMBEM A EMPRESA DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP LICITANTES JÁ HABILITADA CONVOCADA P/ APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL CLASSIFICADA EM 6º COLOCADA NO ITEM 7, CONFORME O EDITAL PM 55/2015.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO
MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA
EQUIPE DE APOIO:
JOSEZITE DOS SANTOS
CARLA CLAUDINO
FRANCIELE JUSTINO.
PEDRO PAULO

NAVEGANTES SC, 10 DE MARÇO DE 2015.

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 FUMREBOM

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2015 FUMREBOM

Aos 09 dias de abril de 2015, às 15:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 04/2015, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA AREA MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELÉTRICA, TAPEÇARIA E BORRACHARIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEÍCULOS, PARA ATENDER TODOS OS VEICULOS DA FROTA DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso e contrarrazão, verificou que foram protocolados tempestivamente :

Lei 10.520/2002

Art 4º [...] XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

---RECURSO Protocolado pela empresa PAULO LUIS DOS SANTOS CORREA - CNPJ 21164252/0001-26 em 18/03/2015.

Do Recurso contra a licitante Auto Peças e Mecânica Giro Máximo: Em síntese, manifesta-se a recorrente arguindo a inabilitação da Giro Máximo conforme segue:

1 - Cita que a recorrida apresentou atestado de capacidade técnica para o fornecimento de peças e serviços de mecânica, manutenção e revisão de veículos, e que deveria ser inabilitada por não constar manutenção corretiva e preventiva na área de mecânica, funilaria, pintura, elétrica etc., cita que serviços mecânicos jamais serão serviços de funilaria, pintura, elétrica etc., cita o significado

de cada objeto, menciona legislação, finaliza requerendo a inabilitação da licitante Auto Peças e Mecânica Giro Máximo.

---- CONTRARRAZÃO protocolado pela empresa Auto Mecânica Giro Máximo Ltda EPP - CNPJ 95848503/0001-28, em 20/03/2015. Da Contrarrazão:

1 - menciona que o atestado apresentado confirma o fornecimento de serviços de manutenção e revisão em geral, superior ao objeto licitado, menciona que a recorrente havia sido desclassificada por cotar os itens 6,13,20 acima do limite estipulado no edital, cita o significado de manutenção, sendo esta muito abrangente, e que quando analisado o contrato social este se enquadra ao objeto licitado; cita legislação, finaliza requerendo o indeferimento do recurso.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela IMPROCEDÊNCIA do recurso de PAULO LUIS DOS SANTOS CORREA ;

Mantem-se a decisão que habilitou o licitante AUTO MECÂNICA GIRO MÁXIMO LTDA EPP .

O atestado apresentado pelo licitante Giro Máximo atende ao solicitado no edital, sendo compatível com o objeto licitado, em momento algum o edital requer apresentação de documentos semelhantes/idênticos ao objeto, desta forma não há o porquê da inabilitação por ter sido apresentado atestado sem o descritivo EXATO do objeto (funilaria, pintura, elétrica, tapeçaria) ;

Desta forma o edital exige:

5.4.1 Apresentação de atestado de capacidade técnica emitida por órgão de direito publico ou privado compatível em característica com o objeto da presente licitação

Sendo o atestado apresentado suficiente para atender o solicitado.

- Publique-se

É a decisão.

Navegantes,09 de abril de 2015.
DOUGLAS LEMOS
Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

JOSEZITE DOS SANTOS

FRANCIELE JUSTINO

Ratificando:
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE JULGAMENTO E CONVOCAÇÃO DAS AMOSTRAS 43/2015 PMN

ATA DE JULGAMENTO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº43/2015

Atestamos, para fins de comprovação junto ao certame licitatório de que trata o Pregão Presencial 43/2015 que a:

EMPRESA MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA. inscrito no CNPJ sob nº. 064.638.869./0001- 04. Apresentou a (s) amostra (s) dos itens, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 28, 29, 31, 33, 38,56 e 57 em conformidade ao solicitado no respectivo edital.

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADOS, conforme especificações do edital.

EMPRESA GRAND COMERCE LTDA - ME. Inscrito no CNPJ sob. 12.443.367/0001- 69 apresentou a (s) amostra (s) dos itens, 1, 4, 30, 34, 35, 36, em conformidade ao solicitado no respectivo edital .

Declaro que todos os ITENS FORAM APROVADAS, conforme especificações do edital.

KRAUS MARIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP conforme pregão 43/2015 não apresentou a amostra do item 37, conforme edital.

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - ME conforme pregão 43/2015 não apresentou a amostra dos itens 11, e 32, conforme edital.

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015 - PMN

A EMPRESA ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP LICITANTES JÁ HABILITADA P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO DO EDITAL CLASSIFICADA EM 2º COLOCADA NO ITEM 37, A EMPRESA AVINEX DO BRASIL - TECNOLOGIA EM ILUMINACAO LTDA - ME JÁ HABILITADA P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO DO EDITAL CLASSIFICADA EM 2º COLOCADA NO ITEM 11, E A EMPRESA GRAND COMERCE LTDA JÁ HABILITADA P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL CLASSIFICADA EM 2º COLOCADA NO ITEM 32.

NAVEGANTES SC, 10 DE MARÇO DE 2015.
NAVEGANTES 06 DE ABRIL DE 2015
JAIR HIPOLITO DE AMORIM
Secretário Adjunto de Obras.

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 FMS

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES CRISTALIA, DIMASTER, RIO CLARENSE, SULMEDIC, PROMEFARMA, PROSAUDE, MAURO MARCIANO, CENTERMEDI, ANDROMEDA, ALTERMED, PROFARMA SENDO TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, E CONSTATANDO QUE A ÚNICA QUE ESTAVA COOM REPRESENTANTE AUSENTE ERA A PROFARMA, TAMBÉM FOI INFORMADO QUE O LICITANTE ANDROMEDA ERA O UNICO A TER O BENEFICIO DE ME/EPP, após as considerações de praxe sem mais apontamentos, passou-se para abertura dos envelopes de propostas, sendo informado aos licitantes que a comissão iria fornecer os documentos dos vencedores para o profissional da saúde verificar os devidos registros solicitados ou suas isenções (item 4.5.1, 4.5.1.2 do edital) também informado que os licitantes poderia naquele momento desclassificar seu concorrente caso verificasse a falta de algum documento. Após análise por parte dos licitantes passou-se para etapa de lances. Nesta etapa o item 3 não houve vencedor pois a promefarma cotou com 75 ml e o edital solicitava 100, no item 25 a altermed solicitou desclassificação. Após foram abertos os envelopes de habilitações e constatado que todas atenderam ao exigido em edital, momento em que encerra

a presente sessão.
DOUGLAS LEMOS
PREGOEIRO
NAVEGANTES 10 DE ABRIL DE 2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 07/2015 FUMREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015 FUMREBOM
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDIMENTO AO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 24/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 24/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 10 de abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 21/2015 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 FMS
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO DE CARIMBOS PARA DAR AUTENTICIDADE NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 24/04/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 24/04/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 10 de abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 66/2015 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
TOMADA DE PREÇO Nº 66/2015 PMN
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REURBANIZAÇÃO DA AVENIDA JOÃO SACAVEM - PARTE 02, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONTRATO 740172/2010 - APF 0330557-04 DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL - PROGRAMA MINISTÉRIO DAS CIDADES/SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO. Data da entrega dos envelopes: 28/04/2015 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 28/04/2015 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 10 de abril de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 56/2015 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CNPJ /MF 83.102.855/0001-50
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Avenida João Sacavém, 975, Centro - Navegantes - SC - 88.375-000
Navegantes, 10 de Abril de 2015.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 56/2015 - AQUISIÇÃO ALIMENTOS PARA SECRETARIA DE OBRAS

EMPRESA LICITANTE: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP

LOTE 01 - ARROZ PARBOILIZADO, AÇÚCAR REFINADO, FEIJÃO PRETO, FEIJÃO CARIOCA, FEIJÃO VERMELHO, SAL REFINADO, FARINHA DE TRIGO, FARINHA DE MILHO, FARINHA DE MANDIOCA, AMIDO DE MILHO, MACARRÃO PARAFUSO, MACARRÃO ESPAGUETE, MACARRÃO PENNE, CAFÉ EM PÓ.

De acordo com as especificações, os produtos deste lote estão em acordo com o edital.

EMPRESA LICITANTE: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRILI - ME

LOTE 02 - CALDO DE GALINHA, COLORÍFICO, COMINHO EM PÓ, AÇAFRÃO EM PÓ, FERMENTO BIOLÓGICO, FERMENTO QUÍMICO, CREME DE LEITE, EXTRATO DE TOMATE, ERVILHA VERDE EM CONSERVA, MILHO VERDE, CALDO DE CARNE, TEMPERO COMPLETO, PREPARO EM PÓ PARA SUCO, ÓLEO DE SOJA, VINAGRE DE ÁLCOOL, GELATINA, LEITE LONGA VIDA E MARGARINA.

O licitante não apresentou todos os produtos deste lote.

EMPRESA LICITANTE: JEAN CARLOS PEREIRA NUNES - ME

LOTE 03 - VAGEM, ABÓBORA, AIPIM, ALFACE, ALHO, COUVE MANTEIGA, COUVE-FLOR, PIMENTÃO, TEMPERO VERDE - SALSINHA, TEMPERO VERDE - CEBOLINHA, PEPINO, LIMÃO TAITI, REPOLHO VERDE, TOMATE, CHUCHU, CENOURA, CEBOLA, BRÓCOLIS, BETERRABA, BATATA INGLESA, BATATA DOCE, BANANA CATURRA, BANANA BRANCA, LARANJA PERA, MAÇÃ E OVOS VERMELHOS.

De acordo com as especificações, os produtos deste lote estão em acordo com o edital.

EMPRESA LICITANTE: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP

LOTE 04 - BIFE DE FÍGADO, PATINHO, CARNE MOÍDA DE PRIMEIRA, COXA E SOBRECOXA, PALETA BOVINA, COXÃO MOLE, LOMBO DE PORCO, BISTECA DE PORCO, COSTELA BOVINA, LINGUIÇA MISTA, PEITO DE FRANGO, COXÃO DURO, LOMBO BOVINO E MÚSCULO BOVINO.

De acordo com as especificações, os produtos deste lote estão em acordo com o edital.

PARECER TÉCNICO:

FERNANDA S. T. DA SILVA SUZANA TIEMI MORAIS
NUTRICIONISTA - CRN-10: 2233 NUTRICIONISTA - CRN-8: 5738

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 036/2014

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INDENIZATORIOS- (PAI nº36/2015) - ASSESSORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Vistos e examinados os autos do Procedimento Administrativo nº 036/2014, instaurado a partir do Boletim de Ocorrência nº 137-2014-07560, lavrado pelo Sr. Eduardo Torezan, filho do Sr. Irineu torezan, proprietário de um veículo de placa: MKA9534, solicitando indenização pelos danos materiais, que segundo o requerente, a Prefeitura Municipal deixou de consertar via publica, bem como fazer sua devida sinalização.

A secretaria de Obras, constantemente trabalha na conservação das vias publicas, e utiliza todo meio de sinalização de segurança e proteção, infelizmente a referida é uma rua macadamizada (sem pavimentação), é uma via que constantemente sofre alterações devido às condições climáticas (caso fortuito), fluxo de caminhões, e veículos de pequenos portes que transitam por ali, contudo a secretaria está sempre fazendo o possível para conservar estas vias macadamizadas.

Quanto à alegação de que a lombada não atende as especificações do Contran, não procede, visto que a lombada está devidamente sinalizada (fotos anexas), é uma lombada que foi reivindicada por moradores através de um abaixo assinado para diminuir a velocidade com a qual os veículos transitavam no local, segundo relatos dos moradores prestados a comissão de avaliação de danos, os veículos transitavam acima da velocidade permitida, chegando a jogar pedras em suas casas gerando danos materiais aos moradores locais, que muitas vezes tiveram seus vidros quebrados por pedras que foram jogadas pela alta velocidade dos veículos, por isso a solicitação dos moradores em colocar lombada nesta via local, via que conforme artigo 61 do CTB, tem velocidade máxima permitida de 30 km/hora, segundo ofício 49/2015 da Secretaria de Segurança e defesa Social e 06/2015 da Secretaria de obras, se o veículo em questão estivesse trafegando na velocidade permitida e tivesse observado a sinalização, teria tempo de frenagem evitando qualquer avaria em seu veículo.

Conforme o Ofício nº 06/2015 e ofício 049/2015, suficientemente comprovado e fundamentado pelos relatórios oriundos da Secretaria de Obras e da Secretaria de Segurança e Defesa Social, não caberá ao Município de Navegantes, ressarcir danos materiais no caso em epígrafe, visto que não houve por parte de nenhum agente publico omissão, imprudência ou imperícia.

Ante todo o exposto, calcado nas atribuições do cargo, NÃO AUTORIZO o pagamento dos danos no veículo em questão ao requerente, e por consequente, INDEFIRO O REQUERIMENTO, protocolado sob nº 036 de 12 de Agosto de 2014, pois não há como responsabilizar o município pelos danos causados, por caso fortuito, a referida via estava com depressões leves pelas fortes chuvas e tráfegos de caminhões, mas com toda a sinalização e cuidado devido que este ente publico tem com suas vias quanto a devida sinalização.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal de Navegantes

BENILDE PERAO
Secretária de Administração e Logística

Anna Claudia Gaya Costa
Presidente da Comissão de Avaliação Indenizatória

Elaine de Matos Cabral Pereira
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa
Membro da Comissão

Claudete Maria Hermógenes
Membro da Comissão

Navegantes, 06 de Abril de 2015.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 043/2015

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INDENIZATORIOS- (PAI nº 43) - ASSESSORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Vistos e examinados os autos do Procedimento Administrativo nº 043/2015, instaurado a partir do Boletim de Ocorrência nº 00137-2014-04916 lavrado por ROSANE CARDOSO ADRIANO, proprietária do veículo I/CITROEN C4 16GLX 5P F, placa: MKY4332, solicitando indenização pelos danos materiais, que segundo o requerente, a Prefeitura Municipal teria responsabilidade quanto ao estacionamento rotativo da área azul.

Conforme Ofício 049/2015, suficientemente comprovado e fundamentado pelo relatório oriundo da Secretaria de Segurança e defesa Social, não caberá ao Município de Navegantes, ressarcir danos materiais no caso em epígrafe, visto que não houve por parte de nenhum agente publico omissão, imprudência ou imperícia, não tendo como provar se o vidro vigia foi realmente quebrado no estacionamento rotativo da área azul, cabe ressaltar que para se caracterizar a responsabilidade deste ente publico, deve-se provar o nexo causal, fato este que não restou comprovado, pelo que atenta-se nos autos a requerente deixou seu veículo um dia inteiro sozinho, estando sujeito a vândalos e possíveis ladroes que assolam não só o Município de Navegantes, mas toda a Região.

Decreto 309 de 24/09/2001, artigo 9º que regulamente a Lei 1355 de 18/12/2000 a Saber:

“Não caberá ao Município, em nenhuma hipótese responsabilidade indenizatória por acidente, danos, furtos ou prejuízos que os veículos ou seus usuários possam vir a sofrer nas áreas determinadas por este Decreto.”

Ante todo o exposto, calcado nas atribuições do cargo, NÃO AUTORIZAMOS, o pagamento dos danos no veículo em questão ao requerente, e por consequente, INDEFIRIMOS O REQUERIMENTO, protocolado sob nº 43 de 20 de Janeiro de 2015, pois não há como responsabilizar o município pelos danos causados, visto a falta de provas.

De Acordo com o texto:
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal de Navegantes

BENILDE PERAO
Secretária de Administração e Logística

Anna Claudia Gaya Costa
Presidente da Comissão de Avaliação Indenizatória

Elaine de Matos Cabral Pereira
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa
Membro da Comissão

Claudete Maria Hermógenes
Membro da Comissão

Navegantes, 07 de Abril de 2015.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 044/2015

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INDENIZATORIOS- (PAI nº 44) - ASSESSORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Vistos e examinados os autos do Procedimento Administrativo nº 044/2015, instaurado a partir do Boletim de Ocorrência nº 00137-2015-002856 lavrado por FRANCIELI MARIA CARDOSO proprietária da motocicleta HONDA/ BIZ 125 ES, placa: MKE1215, solicitando indenização pelos danos materiais, que segundo o requerente, a Prefeitura Municipal teria responsabilidade quanto ao estacionamento rotativo da área azul.

Conforme Ofício 049/2015, suficientemente comprovado e fundamentado pelo relatório oriundo da Secretaria de Segurança e defesa Social, não caberá ao Município de Navegantes, ressarcir danos materiais no caso em epígrafe, visto que não houve por parte de nenhum agente público omissão, imprudência ou imperícia, o estacionamento é área azul rotativo, cabe ressaltar que para se caracterizar a responsabilidade deste ente público, deve-se provar o nexo causal, fato este que não restou comprovado, visto que existe legislação vigente que regulamenta a área onde o veículo foi supostamente vandalizado, segundo o decreto 309 e a lei 1355, o município não se responsabiliza por veículos estacionados nos locais ali descritos.

Decreto 309 de 24/09/2001, artigo 9º que regulamente a Lei 1355 de 18/12/2000 a Saber:

“Não caberá ao Município, em nenhuma hipótese responsabilidade indenizatória por acidente, danos, furtos ou prejuízos que os veículos ou seus usuários possam vir a sofrer nas áreas determinadas por este Decreto.”

Ante todo o exposto, calcado nas atribuições do cargo, NÃO AUTORIZAMOS, o pagamento dos danos no veículo em questão ao requerente, e por consequente, INDEFIRIMOS O REQUERIMENTO, protocolado sob nº 44 de 20 de Março de 2015, pois não há como responsabilizar o município pelos danos causados, visto a falta de provas e legislação vigente regulamentadora sobre áreas azul.

De Acordo com o texto:
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal de Navegantes

BENILDE PERAO
Secretária de Administração e Logística

Anna Claudia Gaya Costa
Presidente da Comissão de Avaliação Indenizatória

Elaine de Matos Cabral Pereira
Membro da Comissão

Maria Benedita Correa
Membro da Comissão

Claudete Maria Hermógenes
Membro da Comissão

Navegantes, 07 de Abril de 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2015

HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação e colocação de meio fio nas Ruas: Valentim Motta, Luiz Gandin, Mario Ruberti e José Gandin, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

FRANNA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA ME (CNPJ Nº 08.332.974/0001-84) - Valor Total: R\$ 100.230,18 (Cem mil duzentos e trinta reais e dezoito centavos).

Nova Trento/SC, 10 de abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

RESUMO ADITIVO - CONTRATO Nº 071/2014

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 071/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 071/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI..

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº 85.115.053/0001-00, estabelecida na Rua SL 021, 500, Santa Luzia, cidade de Brusque/SC, CEP 88357-217, representada pelo Sr. AVELINO ALVAREZ, inscrito no CPF nº 573.025.967-00, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 071/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato nº 071/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 20 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI Contratada
---	---

Valdemir Luiz Quaiato
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Assessoria Jurídica:
Testemunhas:
1. _____ Aprigio José Botameli CPF. 716.268.249-91
2. _____ Cátia Maria Búrigo CPF. 576.333.559-72

RESUMO ADITIVO - CONTRATO Nº 087/2014

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 087/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME, PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRA DENOMINADA "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DO MORRO DA CRUZ, KM 2+600, KM 2+800, KM 3+400 E DRENAGEM PROFUNDA COM PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA PÚBLICA NOSSA SENHORA DO BOM SOCORRO, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO.

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado a empresa CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME, CNPJ nº 00.853.660/0001-15, estabelecida na rua Dr. Heitor Blum, 373, Sala 03, Estreito - cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.075-110, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 087/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 087/2014, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93 e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 20 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	CONENGEL CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA. - ME Contratada
---	---

Valdemir Luiz Quaiato
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Assessoria Jurídica:
Testemunhas:
1. _____ Aprigio José Botameli CPF. 716.268.249-91
2. _____ Cátia Maria Búrigo CPF. 576.333.559-72

RESUMO ADITIVO - CONTRATO Nº 088/2014

TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 088/2014

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 088/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E O SR. RINALDO MANOEL DA SILVEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA AUXILIO EM PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO A ÓRGÃOS FEDERAIS DE OBRA DENOMINADA "EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE DO MORRO DA CRUZ, KM 2+600, KM 2+800, KM 3+400 E DRENAGEM PROFUNDA COM PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA PÚBLICA NOSSA SENHORA DO BOM SOCORRO, MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO."

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, e pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Valdemir Luiz Quaiatto, doravante denominado de "CONTRATANTE" e de outro lado o Sr. RINALDO MANOEL DA SILVEIRA, CPF 654.626.969-49, CREA Nº 031.576-7, estabelecido na rua Frederico Afonso, 4036 - cidade de São José, Estado de Santa Catarina, CEP 88.200-000, considerando o disposto no § 1º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que mantidas as condições contratuais e acordado entre partes com justificativa, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 088/2014, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Oitava do Contrato nº 088/2014, para

prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 120 (cento e vinte) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

Cláusula Segunda - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 20 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	RINALDO MANOEL DA SILVEIRA Contratada
---	--

Valdemir Luiz Quaiato

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Assessoria Jurídica:

Testemunhas:

1. _____

Aprigio José Botameli
CPF. 716.268.249-91

2. _____

Cátia Maria Búrigo
CPF. 576.333.559-72

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO RESULTADO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA PL Nº 026/2015

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015 - CONVITE Nº 008/2015 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE (SEQUENCIA 01)

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO PARA INSTALAÇÃO NAS TORRES NOVAS DE SINAL DE INTERNET COM ABRAGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL VISANDO ATENDER AO PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 515/2014 DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

Que no dia de sua realização 10/04/2015 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas convidadas: GL INFO SOM LTDA ME, LIVANIA LAZZAROTTO 07282608911 e NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME. Após análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que as empresas restaram HABILITADAS pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, passando para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data, pela HABILITAÇÃO das empresas participantes do processo e renúncia de recursos desta fase.

Novo Horizonte (SC), em 10 de Abril de 2015

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2015 - CONVITE Nº 008/2015-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE. (SEQUENCIA 02)

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de propostas para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSÃO E RETRANSMISSÃO PARA INSTALAÇÃO NAS TORRES NOVAS DE SINAL DE INTERNET COM ABRAGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL VISANDO ATENDER AO PROGRAMA "CIDADE DIGITAL" CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 515/2014 DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE - SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, ou seja no dia 10/04/2015 às 09:33, após análise das propostas, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se vencedora a empresa: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME, com valor global de R\$ 11.979,00 (Onze mil novecentos e setenta e nove reais) estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação e adjudicação pela autoridade competente.

Novo Horizonte (SC), em 10 de Abril de 2015.

Comissão Permanente de Licitação

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 73/2015 ESTANTES DE AÇO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ESTANTES DE AÇO PARA O ARQUIVO MORTO MUNICIPAL.

Recebimento das Propostas: até o dia 28/04/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 28/04/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 10 de Abril de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

CONTRATO 6/2015 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 06/2015

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada...: GB SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

Valor : 33.000,00 (trinta e três mil reais) anual.

Vigência : Início: 04/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Pregão Presencial 1/2015

Objeto : Horas de serviço de maquina restroescavadeira

Orleans-SC., 10/04/2015

CONTRATO 7/2015 - SAMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE ORLEANS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 07/2015

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada...: MONTEIRO TERRAPLENAGEM LTDA

Valor : 17.125,00 (dezessete mil reais) anual

Vigência : Início: 04/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação : Pregão Presencial 1/2015

Objeto : Horas de serviço de maquina escavadeira e caminhão

Orleans-SC., 10/04/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2015 - CISAM-SUL

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL-CISAM-SUL/SC

EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2015

O CISAM- SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Sul de Santa catarina, torna publico que encontra-se aberto o Edital de Chamamento n.1/2015 cujo objeto é Aluguel de Imóvel para instalação do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM SUL . A entrega de documentação e propostas até 11hr45min do dia 22 de abril de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao SAMAE de ORLEANS na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO RESPONSÁVEL
CISAM-SUL

Paial**PREFEITURA****EXTRATO DE PROPOSTA DE PREÇO TP 002/2015**

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015 - PMP

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de ampliação das salas de aulas no Centro Educacional Municipal de Paial - CEMPA.

EXTRATO DO RESULTADO DA FASE DE PROPOSTA DE PREÇOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de proposta de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a licitante LEANDRO PAGLIARI ME sagrou-se vencedora do objeto desta licitação em epígrafe com o valor total de R\$ 103.898,13 (cento e três mil oitocentos e nove reais e oito centavos), na segunda colocação ficou a licitante SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA com o valor total de R\$ 107.375,10 (cento e sete mil trezentos e setenta e cinco reais e dez centavos); e na terceira colocação ficou a licitante CONXAP CONSTRUTORA LTDA com o valor total de R\$ 109.370,36 (cento e nove mil trezentos e setenta reais e trinta e seis centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sinta prejudicada, para interposição de recurso.

Paial, SC, 10 de abril de 2015.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

EXTRATO FASE HABILITAÇÃO TP 001/2015

MUNICÍPIO DE PAIAL - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015 - PMP

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra de ampliação das salas de aulas no Centro Educacional Municipal de Paial - CEMPA

EXTRATO DO RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de proposta de preços da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: foi julgada habilitada a licitante SERGIO CONRADO CASASOLA & CIA LTDA já a licitante LEANDRO PAGLIARI ME, deixou de declarar que irá dispor de engenheiro mecânico, constante da alínea "n.1", do subitem 5.1, em desacordo com o Edital, motivo pelo qual, com fulcro no subitem 7.4 do Edital foi declarada inabilitada. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas franqueada ao respectivo processo licitatório, caso se sintam prejudicadas, para interposição de recurso. Em não havendo interposição de recursos, fica a proponente habilitada desde já convocada a comparecer neste mesmo local às 08h30 do próximo dia 23 de abril de 2015, para participar da sessão de abertura e julgamento da proposta de preço

Paial, SC, 10 de abril de 2015.

ANTONIO SOSTER

Presidente da C.P.L.

Palhoça**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.808, DE 09 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 1.808, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO ORÇAMENTO FISCAL DA PEFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 17.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2.145 - Gestão e Estruturação do SUS R\$ 2. 300.000,00

412 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.020179 - Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

384 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.020179 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo:

07.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

17.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2167 - Precatórios R\$ 2.000.000,00

198 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

24.00 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

24.01 - SECRETARIA MUNIC.DE TURISMO ESPORTE E CULTURA

2.160 - Divulgação e Publicação Criação Impressão Turística R\$ 300.000,00

099 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 09 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.809, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 1.809, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2.021 - Functo e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 350.000,00
083 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.190207 - Aplicações Diretas R\$ 350.000,00
2.022 - Functo e Manutenção da Educação Infantil R\$ 490.000,00
008 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 490.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo:

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
1.006 - Aquisição de Eptos e Mat.Permanente Fund. R\$ 300.000,00
068 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.190207 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
1.168 - Reforma do Grupo Escolar Frei Damião R\$ 250.000,00
187 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00
1.170 - Reforma e Ampliação Escola Adriana Wengatner R\$ 50.000,00
047 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.190207 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
2.105 - Laboratório de Inclusão Digital e Serv.da Educação R\$ 240.000,00
013 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
073 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.010143 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 09 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.810, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 1.810, DE 09 DE ABRIL DE 2015.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na dotação orçamentária abaixo:

22.00 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA 22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA 2.078 - Functo e Manutenção da Faculdade Municipal de PH R\$ 200.000,00
264 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000130 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

22.00 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

22.01 - FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA

1.005 - Construção Ampliação Ref. Escolas Ens.Fundamental R\$ 200.000,00
259 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00030 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 09 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.811, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 1.811, DE 09 DE ABRIL DE 2015.
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA DO ORÇAMENTO FISCAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 2.730.000,00 (dois milhões e setecentos e trinta mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

04.00 - GABINETE DO PREFEITO 04.01 - GABINETE DO PREFEITO
2.019 - Functo e manut.do Gabinete do Prefeito R\$ 770.000,00
246 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 770.000,00

05.00 - SECRETARIA MUNIC.DE SERV.PÚBLICOS
05.01 - SECRETARIA MUNIC.DE SERV.PÚBLICOS
2.193 - Functo e manut. dos Serv.Urbanos R\$ 341.000,00
101 3.190.00.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 341.000,00

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
2.013 - Functo e Manutenção Secretaria de Habitação R\$ 30.000,00
162 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

07.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
2.051 - Functo e manutenção da Procuradoria R\$ 345.000,00
074 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 345.000,00

15.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.037 - Functo e Manutenção do Conselho Tutelar R\$ 30.000,00
079 3.3.90.00.00.00.00.00.0.000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

24.00 - SECRET.MUNIC.DE TURISMO ESPORTE E CULTURA
24.01 - SECRET.MUNIC.DE TURISMO ESPORTE E CULTURA
2.020 - Functo e Manut.Biblioteca Pública Municipal R\$ 80.000,00
178 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
2.083 - Functo e Manutenção da Cultura R\$ 11.000,00
237 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00
2.020 - Functo e Manutenção Biblioteca Pública Municipal R\$ 30.000,00

221 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 2.082 - Functo do Esporte e Lazer R\$ 87.000,00
 004 3.3.50.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 87.000,00

27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 2.165 - Functo e Manut.da Secretaria de Administração R\$ 1.006.000,00
 127 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 1.006.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo:

04.00 - GABINETE DO PREFEITO
 04.01 - GABINETE DO PREFEITO
 2.019 - Functo e Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 60.000,00
 204 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
 2.013 - Functo e Manutenção Secretaria de Habitação R\$ 127.000,00
 023 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 024 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 107.000,00
 2.087 - Construção e Assist.Tec.de Unidade Habitacionais R\$ 30.000,00
 240 4.4.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 1.101 - Fundo Municipal de Habitação R\$ 200.000,00
 218 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
 09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA
 2.064 - Functo e Manutenção da Secretaria de Receita R\$ 457.000,00
 084 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 457.000,00

10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 2.066 - Functo e Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 120.000,00
 211 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

11.00 - SECRET. DESENV.ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
 11.01 - SECRET. DESENV.ECONOMICO E SUSTENTÁVEL
 2.084 - Functo e Manutenção da Secret.de Desenv.Sustentável R\$ 40.000,00
 224 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

12.00 - SECRET.MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DA PESCA
 12.01 - SECRET.MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DA PESCA
 2.033 - Functo e Manutenção da Secretaria da Agricultura R\$ 290.000,00
 005 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
 232 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

13.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 2.154 - Functo e Manut.de Escolas Profissionais R\$ 200.000,00
 159 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
 14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA
 2.026 - Functo e Manut.da Secretaria de Infraestrutura R\$ 160.000,00
 170 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

15.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 15.01 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 2.037 - Functo e manutenção do Conselho Tutelar R\$ 30.000,00
 101 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

24.00 - SECRET.MUNIC.DE TURISMO ESPORTES E CULTURA
 24.01 - SECRET.MUNIC.DE TURISMO ESPORTES E CULTURA
 2.082 - Funcionamento do Esporte e Lazer R\$ 240.000,00
 072 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 -Aplicações Diretas R\$ 240.000,00
 2.160 - Divulgação e Pub.Criação Impressão Turística R\$ 87.000,00
 099 3.3.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 87.000,00

25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL
 25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL
 2.114 - Functo e manutenção da Secretaria da Região Sul R\$ 139.000,00
 183 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 R\$ 139.000,00

27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
 2.165 - Functo e Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 200.000,00
 111 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

28.00 - SECRETARIA DE SEG.PÚBLICA E DEF.CIDADÃO
 28.01 - SECRETARIA DE SEG.PÚBLICA E DEF.CIDADÃO
 2.162 - Functo e Manut.da Secretaria de Seg.Pública R\$ 350.000,00
 050 3.1.90.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
 102 3.1.91.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 09 de abril de 2015.
 CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
 Prefeito Municipal

LEI Nº 4.215, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.215, de 07 de abril de 2015.
 DESAFETA, AFETA BEM PÚBLICO E AUTORIZA PERMUTA. Área Verde. Loteamento Parque Residencial Pagani.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
 Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar da destinação de Área Verde uma fração de terras, denominada de Área "1", com a seguinte descrição:

I - Área "1" terreno urbano, sem benfeitoria, com 2.160,00 m² (dois mil, cento e sessenta metros quadrados), designado por parte da Área Verde de matrícula 69.959 do Cartório de Registro de Imóveis de Palhoça/SC, objeto das quadras nºs 27 e 2, do loteamento Parque Residencial Pagani, Passa Vinte, neste Município, com as seguintes medidas e confrontações: Frente, 49,02 metros, com a Área Verde da Prefeitura Municipal de Palhoça/SC; Fundos, 46,83 metros, divididos em quatro lances, os três primeiros medem 12 metros cada um, com os lotes 03 a 05, o 4º mede 10,83 metros com o lote 06, todos da quadra 27, com Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda.; Lado Direito, 53,36 metros em dois lances, o 1º mede 23,36 metros, com o lote nº 14, o 2º mede 30,00 metros com o lote nº 15, todos da quadra 27, com Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda.; e Lado Esquerdo, 38,88 metros, com a Área Verde da Prefeitura Municipal, com registro geral de 19.627,91 m² da matrícula 69.959 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a desafetar da destinação de Área Institucional uma fração de terras, denominada de Área "2", com a seguinte descrição:

I - Área "2" terreno com 2.160,00 m² (dois mil, cento e sessenta metros quadrados), designado por parte da Área Institucional do Loteamento Jardim Coqueiros, com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 36,00 metros com a Rua Adelino de Almeida Filho; Fundos com 36,00 metros com a Área Verde; Laterais de um lado medindo 60,00 metros com lotes 07 a 11 e de outro lado com 60,00 metros com Área Institucional.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar a permuta das Áreas "1" e "2" desta Lei, na forma de compensação:

I - Passando a Área "1" desta Lei a ser classificada e afetada como Área Institucional; e

II - Passando a Área "2" desta Lei a ser classificada e afetada como Área Verde.

Parágrafo Único. Ficam mantidas as classificações das áreas remanescentes.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a permutar a Área "1", com os seguintes bens imóveis, denominados de Área "3", "4", "5", "6", "7" e "8", que somados possuem 2.160,00 m² com as seguintes descrições:

I - Área "3" Lote 04 - um terreno situado neste Município, distante 51,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 04, da quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com a área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com lote 10 e terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 03 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 05, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.597 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

II - Área "4" Lote 05 - um terreno situado neste Município, distante 51,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 05, quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 04 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 06,

ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.598 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

III - Área "5" Lote 06 - um terreno situado neste Município, distante 63,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 06, quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para Rua L-13m, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 05 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 07, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.599 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

IV - Área "6" Lote 07 - um terreno situado neste Município, distante 75,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 07, quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 06 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 08, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.600 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

V - Área "7" Lote 08 - um terreno situa neste Município, distante 87,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14, designado por lote nº 08, da quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 07 e de outro lado medindo 30,00 metros com o lote nº 09, ambos com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.601 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC;

VI - Área "8" Lote 09 - um terreno situado neste Município, distante 99,00 metros da esquina formada pela Rua L-03 com a Rua T-14. Designado por lote nº 09, da quadra nº 39, do loteamento denominado Parque Residencial Pagani, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Frente medindo 12,00 metros para a Rua L-03, fundos medindo 12,00 metros com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., de um lado medindo 30,00 metros com o lote nº 08, com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. e de outro lado 30,00 metros, com terras de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda., com matrícula 43.602 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça/SC.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar a Área "1" de sua propriedade, prevista no artigo 1º, pelas Áreas "3", "4", "5", "6", "7" e "8" de propriedade de Vendecasa Empreendimentos Imobiliários Ltda, previstas no artigo 4º, ambos desta Lei, conforme consta em anexo.

Parágrafo único. Fica igualmente autorizado a transferir a caracterização da Área "1" aos imóveis dados em permuta, denominados como Áreas "3", "4", "5", "6", "7" e "8", passando a serem denominados como bens públicos de uso comum, afetados e designados como Área Institucional.

Art. 6º O imóvel descrito no art. 1º está avaliado em R\$ 777.600,00 (setecentos e setenta e sete mil e seiscentos reais) e os imóveis descritos no art. 4º estão avaliados em R\$ 2.116.800,00 (dois milhões, cento e dezesseis mil e oitocentos reais), conforme Laudo elaborado pela Comissão de Avaliação da Prefeitura de Palhoça.

Parágrafo Único. A permuta desta Lei não gerará ônus para o Município.

Art. 7º A presente Lei tem por finalidade pública a permuta de área para a construção da nova sede do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º As eventuais despesas com a execução desta Lei, correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 07 de abril de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 48 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº48/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 48/2015, no dia 28 de abril de 2015, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº48/2015 tem como aquisição de portas de alumínio e armações para janelas com tela de proteção contra insetos para serem instalados nas cozinhas das Unidades Escolares para a Secretaria de Educação de Palhoça através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 10 de abril de 2015. A Pregoeira.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 021, DE 30 DE MARÇO DE 2011.

Quarto Termo Aditivo ao Convênio nº 021, de 30 de março de 2011 - Firmado entre o Município de Palhoça e a Secretaria de Estado do Planejamento do Estado de Santa Catarina, objetivando a disposição de Servidores Municipais.

Celebram o presente Termo Aditivo ao referido Convênio o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, com sede à Avenida Hilza Terezinha Pagani, 289, Parque Residencial Pagani, Palhoça/SC, CEP 88130-000, inscrita no CNPJ sob nº. 82.892.316/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO e, de outro lado, o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, sito na Rodovia SC 401, KM 5, nº 4.600, Bairro Saco Grande, Florianópolis/SC, representada neste ato pelo Secretário, MURILO XAVIER FLORES, denominada simplesmente CONVENIADA, celebram entre si Segundo Termo Aditivo ao Convênio nº 021, de 30 de março de 2011, mediante as cláusulas condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Dá nova redação a Cláusula Terceira do Convênio nº 021, de 30 de março de 2011, celebrado entre o Município de Palhoça e a SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA:

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31/12/2016, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015." (NR)

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Palhoça, 07 de abril de 2015.
MUNICÍPIO DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins
Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
DE SANTA CATARINA
Murilo Xavier Flores
Secretário

RESULTADO DO PREGÃO 39/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº.039/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 039/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que por objeto a aquisição de pães para Secretaria de Assistência Social, no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcelada para Secretaria Municipal de Educação.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

BRUTHAN COMERCIAL LTDA, ficou classificada nos itens 01,02, 03 do lote I, em seu menor preço por lote, totalizando a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Palhoça, 10 de abril de 2015.
SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira - Portaria 23/2015

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 454

NOTIFICAÇÃO			
Processo Administrativo N°:	25156/2014	Data:	17/03/2015
Auto de Infração Ambiental N°:	454	Auto de Embargo/Interdição N°:	515

Qualificação do Autuado			
Nome:	Sérgio Gustavo M. Chagas	CPF:	696.648.700-72
		RG:	3.048.560.589
Endereço:	Rua Dom Patrício, 98 - Pinheira - Palhoça/SC		CEP: 88139-427

Localização e Data dos Autos			
Local da Ocorrência:	Rua Dom Patrício, 98 - Pinheira - Palhoça/SC		
Data da Lavratura:	17/03/2015	Hora da Lavratura:	16:00
		CEP:	88139-427

Descrição Sumária da Infração	
Construção em área de preservação permanente e na zona de proteção especial.	
Legislação Incidente	
Lei Federal 9.605/1998 e Decreto Federal 6.514/2008	
Multa:	R\$ 15.000,00

O autuado fica notificado dos Autos de Infrações e pode apresentar defesa administrativa no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de publicação no diário eletrônico.
--

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015

ERRATA DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015

No EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2015, oriundo do procedimento administrativo nº 02/2015, verificou-se que houve um erro quanto ao CNPJ DO CONTRATADO E OBJETO.

Desta forma comunica a todos interessados que:

Onde se Lê: Contratado: ELISEU DA ROSA CARDOSO- CNPJ: 11.233.519/0001-55

Leia-se: Contratado : ELISEU DA ROSA CARDOSO- CNPJ: 11.223.519/0001-55

Onde se lê: Objeto: Aquisição de 1400 (um mil e quatrocentos) cm/col para publicações legais e institucionais da Câmara de Vereadores de Passo de Torres-SC;

Leia-se: Objeto: Aquisição de 1052 (um mil e cinquenta e dois) cm/col para publicações legais e institucionais da Câmara de Vereadores de Passo de Torres-SC

Passo de Torres/SC, 10 de abril de 2015.

Pedro Paulo Bitencourt - Presidente da Câmara de Vereadores de Passo de Torres

PORTARIA Nº 07/2015

,Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 07, de 31 de março de 2015.

“DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELO SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS DA CÂMARA DE VEREADORES”

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Designar o cidadão Antonio Otávio da Silva, ocupante de cargo comissionado a responder pelo setor de compras e serviços em geral da Câmara de Vereadores de Passo de Torres.

Pedro Paulo Bitencourt
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se
Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva
1º Secretário

Passos Maia

PREFEITURA

LEI Nº 748, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 748, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

“INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À ACESSIBILIDADE NOS PASSEIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, na Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, na Lei nº 12.994, de 17 de junho de 2014, e no Decreto Federal nº 5.296, 2 de dezembro de 2004, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído o PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À ACESSIBILIDADE NOS PASSEIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Art. 2º. O programa consiste na construção e/ou adequação dos passeios públicos municipais nos termos da legislação vigente, visando assegurar as condições gerais de acessibilidade, através da execução dos passeios públicos em parceria com os proprietários dos lotes urbanos confrontantes com a via pública, na forma desta Lei.

Parágrafo único: A execução do Programa dar-se-á através do fornecimento dos materiais necessários pelo proprietário, ficando a execução da obra por conta do Município.

Art. 3º. A pavimentação dos passeios públicos deverá seguir projeto padronizado a ser elaborado pelo Município, atendendo às normas gerais de acessibilidade, bem como a legislação urbanística e arquitetônica.

Art. 4º. Para a execução da presente Lei, se necessário, o Município expedirá regulamento na forma da Lei.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei serão suportadas por dotações próprias constantes do Orçamento municipal.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de abril de 2015.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

LEI Nº 749, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 749, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, na Ata Reunião Ordinária dos Prefeitos da AMAI nº 336/2015, de 23/02/2015, e na Resolução 003/2015, da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir mensalmente a importância de R\$ 4.886,00 (quatro mil oitocentos e oitenta e seis reais) à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), portadora do CNPJ nº 83.678.086/0001-33, conforme Resolução do Presidente da entidade fixada em Assembleia Geral dos municípios.

§ 1º. Os recursos a serem transferidos referem-se a parcela de contribuição deste município, para manutenção da respectiva associação, no que tange as despesas de assessoramento técnico, melhoria e ampliação das ações.

§ 2º. A contribuição de que trata o caput deste artigo será reajustada anualmente, no mês de Janeiro, tendo como base indexadora a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado nos últimos doze meses.

Art. 2º. A contribuição visa também assegurar a representação institucional do Município de Passos Maia nas diversas esferas administrativas do Estado, junto ao Governo Federal e demais órgãos normativos, de execução e de controle e para:

I - Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II - Participar de ações governamentais que visem o desenvolvimento dos Municípios, a atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, a modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III - Representar os Municípios em eventos oficiais em âmbito estadual e federal.

Art. 3º. Fica também autorizado o Município a contribuir financeiramente com a entidade, além do valor supracitado, visando custear despesas para desenvolver outras ações comuns, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública municipal, bem como demais atos definidos em assembleia.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária: 3.3.50.41 - CONTRIBUIÇÕES.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial o disposto na Lei nº 685, de 3 de agosto de 2012.

Gabinete do Prefeito, 10 de abril de 2015.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração,
Fazenda e Planejamento.

Penha

PREFEITURA

1º REEQUILÍBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº08-2014-FMS

1º REEQUILÍBRIO ECONÔMICO A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2014 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 21/2014 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 - FMS

Aos 10 (dez) dias, do mês de Abril de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Penha, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, em Penha/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº 8.666/93, 10.520/2002, Decreto Municipal nº 056/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 15/2014 - FMS, Ata de julgamento de Preços, publicada no Mural Oficial da Prefeitura e homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE registrar os preços, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido o(s) referido(s) preço(s) oferecido(s) pela(s) empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s) em 1º(s) lugar(es) no certame acima numerado, como segue:

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, com sede na cidade de Barão de Cotegipe/RS, na Rodovia BR 480, 180, Cep 99.740-000, telefone 54-35232600, inscrita sobre o CNPJ nº 02.520.829/0001-40.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto desta o REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC, conforme Pregão Presencial nº 15/2014 - FMS, a que corresponde este pacto, assim especificados:

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quat.	Valor Unitário	Valor Global
178	PREDNISOLINA, FOSF SOL ORAL, 1,34 MG/ML (EQ. 1MG BASE)	FRASCO	PRATI	3.000	R\$ 3,89	R\$ 11.670,00

CLAUSULA PRIMEIRA

Fica realizado o aditivo de reequilíbrio econômico sobre o valor do item 178 da ata de registro de preço 08/2014 -FMS, com o valor da tabela acima referido, passando para o valor do item 178 para R\$: 4,84 (Quatro reais e oitenta e quatro centavos).

CLAUSULA SEGUNDO

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITO MUNICIPAL

DANIELE SCWEGER DE SOZA LUNGE
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

EMPRESAS E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS:

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

CONTRATO Nº 03/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 03/2015 - RH/FMAS

Contratado (A) ENEDINA POLEZA DOS SANTOS, na função de Assistente Social - CREAS, com início em 10/04/2015 e término em 31/07/2015, com carga horária de 30 horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Assistência Social.

Penha/SC, 10 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

DECRETO 2281

DECRETO Nº 2281/2015

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, CONFORME AUTORIZAÇÃO PREVISTA NO INCISO I, ARTIGO 7º DA LEI FEDERAL Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2734, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015.

Art.1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.880,05 (Seis mil oitocentos e oitenta reais e cinco centavos), autorizado pela Lei Municipal nº 2734, de 10.12.2014, destinado a reforça a seguinte dotação:

Órgão: 50 - Fundo Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Turismo

Programa de Trabalho: 23.695.0015

Atividade: 2.076 - Gestão Administrativa do FUMTUR - Marketing, Promoção e Divulgação

Fonte de Recursos: 0.3.0000 - Recursos Ordinários - Superávit Financeiro

Elemento: 3.3.71.00.00.00.00/19 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.880,05

Art.2º - O recurso necessário para atendimento do presente crédito suplementar correrá por conta do superávit financeiro do exercício anterior, oriundo de recursos próprios, como segue:

a) Consórcio Intermunicipal de Turismo - CITMAR/AMFRI
..... R\$ 6.880,05

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 10 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Daniele Schweger de Souza Lunge
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA 108

PORTARIA Nº 108/2015

O Prefeito Municipal de Penha e.e., no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

NOMEAR: Membros para compor a COMISSÃO JULGADORA DAS AMOSTRAS do Processo Licitatório nº 10/2015- FMS - Pregão Presencial nº 05/2015- FMS para aquisição de MATERIAL DE LIMPEZA para Secretaria da Saúde do município de Penha/SC, compostas dos funcionários descritos abaixo:

- Conceição Aparecida Nogueira - Auxiliar de Laboratório
- Denise Maria de Souza - Secretária Adjunta
- Rosangela Dilma Ferreira Jacinto - Diretora Administrativa

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 09 de abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

PORTARIA Nº 107/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 107/2015

EXONERA: a pedido, a Sra. CEOLI MARIA MENDES, do cargo de Servente/Merendeira a partir do dia 08/04/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 08 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

Peritiba**PREFEITURA****TERMO DE RESCISÃO Nº 01/2015 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015**

TERMO DE RESCISÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.815.085/0001-20, com sede à Rua Frei Bonifácio, nº 63, centro, doravante denominada simplesmente de MUNICÍPIO, neste ato representada por sua titular a Senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI, decide rescindir a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015, celebrado com a empresa COR & ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Severino Slongo, 30, Lacerdópolis/SC, inscrita no CNPJ nº 05.758.684/0001-09, por intermédio de seu Representante Legal o Senhor Roberto Antonio Tessaro, portador da Carteira de Identidade 2.140.493 CPF nº 518.089.929-34, na forma do item 11.1.1 da ATA, pelo motivo de não cumprimento das obrigações por ela assumidas.

A rescisão desta ATA não prejudica a possível aplicação das penalidades prevista no artigo 64 e 81 da Lei 8.666/93, em virtude dos problemas ocasionados a serem apurados em posterior procedimento administrativo do qual deverá ser dado direito às alegações de defesa da empresa contratada.

Peritiba-SC, em 31 de Março de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Município

Pinheiro Preto**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 129/2015**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 129/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de prestação de CONCERTO RETROESCAVADEIRA RANDON DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 058/2015.

EMPRESA CONTRATADA: MIRANDA E MIRANDA COM. DE PEÇAS E SERV. DE MÁQ. PES. LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços no valor de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais).

DATA DO CONTRATO: 08 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 130/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 130/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE DOSES DE SEMEN PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 061/2015.

EMPRESA CONTRATADA: EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 3.700,00 (TRES MIL E SETECENTOS REAIS).

DATA DO CONTRATO: 08 DE ABRIL DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 130/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 130/2015

OBJETO: Constitui objeto REFERENTE CONCERTO NO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA RANDON DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 059/2015.

EMPRESA CONTRATADA: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de concerto dos veículo da secretaria de transportes, no valor de R\$ 7.483,05 (Sete mil quatrocentos e oitenta e três reais e cinco centavos).

DATA DO CONTRATO: 08 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 132/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 132/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de AQUISIÇÃO DE DOSES DE SEMEN PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 061/2015.

EMPRESA CONTRATADA: EMBRIOSEMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 3.700,00 (TRES MIL E SETECENTOS REAIS).

DATA DO CONTRATO: 08 DE ABRIL DE 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 122/2015

(Ementa)

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 122/2015

PROCESSO SELETIVO: 004/2014

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Área I: Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental, ano letivo de 2015.

CONTRATADA: SOLOY APARECIDA KLEINIBING MANICA

VALOR: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.182,02 (Hum mil, cento e oitenta e dois reais e dois centavos)

DATA DO CONTRATO: 01 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Viecele

CONVÊNIO Nº 02/2015

(Ementa)

CONVÊNIO Nº 02/2015

OBJETO: O Convênio tem por objeto estabelecer um regime de co-operação mútua entre os partícipes no transporte de acadêmicos. EMPRESA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ- CNPJ sob o nº 82.827.999/0001-01

DO PRAZO: O presente Convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, na forma da lei, com início em 01 de março de 2015.

VALOR DO CONVENIO: As despesas deste convênio correrão a conta de dotação consignada no orçamento Municipal.

DATA DO CONVENIO: 17 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Viecele

DECRETO Nº 4.205, DE 07 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.205, DE 07 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da

Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 21.406,90 (Vinte e um mil, quatrocentos e seis reais e noventa centavos) nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2003 - Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 12- Desenvolvimento Educacional

Atividade: 1.9 - Ampliação da Rede Física Infantil

Modalidade de Aplicação: 4490-0000 Fonte: 03.01

Total Suplementado
..... R\$ 21.406,90

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (ICMS).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 07 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELE

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.206, DE 07 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.206, DE 07 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 1.825 de 07 de abril de 2015

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 41.343,41 (Quarenta e um mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10- Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde com Qualidade

Ação: 1.5 - Ampliação da Rede Física da Saúde

4490-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0338 - PMAQ R\$ 28.000,00

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10- Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde com Qualidade

Ação: 1.5 - Ampliação da Rede Física da Saúde

4490-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0138 - PMAQ R\$ 13.343,41

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária, no valor de R\$ 41.343,41 (Quarenta e um mil, trezentos

e quarenta e três reais e quarenta e um centavos):

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10- Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde com Qualidade
Ação: 2.52 - Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - União
3390-0000- Aplicações Diretas
Fonte 0338 - PMAQ R\$ 28.000,00

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10- Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde com Qualidade
Ação: 2.52 - Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - União
4490-0000- Aplicações Diretas
Fonte 0138 - PMAQ R\$ 13.343,41

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 07 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.207, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4.207, DE 07 DE ABRIL DE 2015.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 888,13 (Oitocentos e oitenta e oito reais e treze centavos) do Fundo Municipal de Saúde abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10- Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde com Qualidade
Ação: 2.52 - Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - União
4490-0000- Aplicações Diretas
Fonte 0338 - PMAQ

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 888,13 (Oitocentos e oitenta e oito reais e treze centavos) conforme abaixo discriminado;

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde
Função: 10- Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde com Qualidade
Ação: 2.52 - Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - União
3390-0000- Aplicações Diretas
Fonte 0338 - PMAQ

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.208, DE 07 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 4.208, DE 07 DE ABRIL DE 2015
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 456,00 (Quatrocentos e cinquenta e seis reais) nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 4001 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 5 - Assistência Social Geral
Atividade: 2.64 - Manutenção Programas Assistência Social Estadual
Modalidade de Aplicação: 3390-0000 Fonte: 03.61

Total Suplementado
..... R\$ 456,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo de Assistência Social de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Benefícios Eventuais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 07 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.209, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4.209, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o representante da Polícia Militar, Gilberto Petry, foi transferido para a reserva,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia em substituição ao membro Gilberto Petry, o representante da Polícia Militar, Darlan Fagherazzi, passando o conselho a ter a seguinte colocação:

I - SÉRGIO DALLBOSCO, representante do Poder Executivo, o qual exercerá o cargo de Presidente;
II - GILBERTO CHIARANI, Representante Comunitário;
III - MARCELO BRUNO FILLIPIN, Representante da Polícia Civil;
IV - DARLAN FAGHERAZZI Representante da Polícia Militar;
V - JESSICA BADO, Servidora Pública Municipal, a qual exercerá o cargo de Secretária.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 10 de abril de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.825, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 1.825, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 41.343,41 (Quarenta e um mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10- Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde com Qualidade

Ação: 1.5 - Ampliação da Rede Física da Saúde

4490-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0338 - PMAQ R\$ 28.000,00

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10- Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde com Qualidade

Ação: 1.5 - Ampliação da Rede Física da Saúde

4490-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0138 - PMAQ R\$ 13.343,41

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 41.343,41 (Quarenta e um mil, trezentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos):

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10- Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde com Qualidade

Ação: 2.52 - Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - União

3390-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0338 - PMAQ R\$ 28.000,00

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10- Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde com Qualidade

Ação: 2.52 - Manutenção Piso Atendimento Básico Variável - União

4490-0000- Aplicações Diretas

Fonte 0138 - PMAQ R\$ 13.343,41

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 1.938, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Mensagem nº 22/2015

O presente Projeto de Lei visa Suplementação na Secretaria de Saúde, aonde visa atender o Pagamento de um Aditivo na Obra de Ampliação desta Unidade. A despesa ocorrerá com Recursos do PMAQ - Recurso da União.

Ante ao exposto, acreditamos que a proposição ora em apreciação será alvo da maior atenção dos Nobres Vereadores.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 23 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Ofício n.º 137/2015 Pinheiro Preto-SC, 23 de março de 2015.

Exmo Sr.

Ivan Bogoni

DD. Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores

NESTA

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando em anexo para apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, os seguintes projetos de lei:

- Projeto de Lei nº 1.938, de 23 de março de 2015, o qual "DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS";

Outrossim, na forma que dispõe o art. 58 e § único da Lei Orgânica do Município, solicitamos que seja a presente proposição deliberada em caráter de URGÊNCIA.

Sendo o que se nos apresenta, no ensejo protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 141 DE 06 DE ABRIL DE 2015

PORTARIA N. 141 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO REFERENTE EDITAL N. 002/2015, DE QUE TRATA A PORTARIA Nº 125 DE 23 DE MARÇO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o edital de teste seletivo nº 02/2015;

CONSIDERANDO pedido de exclusão formulado pela servidora Solange Manica,

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia em substituição ao membro Solange Manica, a servidora Marinês Partyka, passando a ter a seguinte composição:

I - Marinês Partyka - Professora;

II - Hadriel Dalmolin - Fiscal de Rendas, Tributos e Obras;

III - Rosana Bogoni - Professora.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 112, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 112, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 013/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a licitação nº 013/2015, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto visa a aquisição de material de limpeza, e adjudica o objeto licitado às seguintes empresas:

I - COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.758.684/0001-09, itens e respectivos preços: 01 (R\$ 155,00), 03 (R\$ 155,00), 04 (R\$ 56,40), 05 (R\$ 51,00), 06 (R\$ 22,00), 07 (R\$ 11,80), 09 (R\$ 188,00), 10 (R\$ 35,00);

II - COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO, inscrito no CNPJ sob o nº 13.687.057/0001-52, itens e respectivos preços: 02 (R\$ 1.015,00), 08 (R\$ 12,00).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE MARÇO DE 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 139, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 139, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 004/2015 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERAND ter restado frustrado o certame, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 004/2015, modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 145, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº 145, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

RETIFICA PORTARIA Nº 052 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando o equívoco quando da nomeação, posto que a função correta é de ATENDENTE DE CRECHE II,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o art. 1º da Portaria n. 052, de 13 de

fevereiro de 2015, passando a constar a função como de "Atendente de Creche II", permanecendo inalterados os demais termos da Portaria retificada.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 06 de Abril de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO N.º 04/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHO MUNICIPAL de DIREITO da CRIANÇA e ADOLESCENTE

Av. ARTHUR COSTA E SILVA FONE/FAX:(49) 3562-2007

email: cmdca@pinheiropreto.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.º 04/2015 Pinheiro Preto, 10 de abril de 2015.

DISCIPLINA A CONVOCAÇÃO DA X CONFÊRENCIA MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA) DE PINHEIRO PRETO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, através de seu Presidente, JURCELEI BERTHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal N.º 1.554 de 26 de novembro de 2010 e Decreto Executivo Municipal Nº 3.861, de 20 de agosto de 2013.

Considerando a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devidamente nomeado através do Decreto executivo Municipal N.º 3.861 de 20 de agosto de 2013 de cuja decisão está consignada em ata;

Considerando que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visa deliberar, fiscalizar, formular, acompanhar, definir, e regulamentar os serviços sociais desenvolvidos na área da assistência social no município de Pinheiro Preto, objetivando atender os usuários da Política de Assistência Social.

RESOLVE

Art.º 1º. Convocar a realização da X Confêrencia Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Pinheiro Preto.

Art. 2º .A Confêrencia será realizada no dia 29/04/2015, no Auditório do Centro Educacional Padre Trudo Plesseres, no turno matutino.

Art.º 3º. O público alvo serão as famílias e seus respectivos integrantes, crianças e adolescentes, vereadores, secretários municipais, professores.

Art.º 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto - SC, 10 de abril de 2015.

JURCELEI BERTHA

Presidente do CMDCA

TERMO ADITIVO 19/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO 19/2015

CONTRATO N.º: 06/2014

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de fornecimento nº 06/2014, para até 31/12/2015.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL. nº 039/2013

EMPRESA CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

VALOR ADITADO: 4.1 Em razão da prorrogação, o valor a ser pago será de R\$ 71.385,48 (setenta e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito reais), divididos em 12 parcelas de R\$ 5.948,79 (cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e nove centavos), valor este obtido mediante atualização monetária de 6.2283% (INPC acumulado período 2014) no preço anteriormente praticado R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais) na forma apurada através do processo de expediente nº 012/2015.

4.2 Em razão da prorrogação, também, o valor a ser pago por horas técnicas de serviços especiais será de R\$ 9.560,00 (nove mil, quinhentos e sessenta reais), limitadas a 80 horas de R\$ 119,50 (cento e dezenove reais e cinquenta centavos) por hora.

DATA DO CONTRATO: 02 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

TERMO ADITIVO Nº 004/2015

(Ementa)

TERMO ADITIVO Nº 004/2015

CONVÊNIO Nº 03/2014

OBJETO: O Município de Pinheiro Preto, em 18 de março de 2014, firmou com o INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IEAS, convênio, tendo por objeto regime de cooperação mútua entre os participantes para o desenvolvimento de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, de forma complementar - Convênio n. 03/2014.

CONVENIADA: INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - IEAS

HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR

PRORROGAÇÃO DO PRAZO: 2.1 Em razão de a existência de interesse público na continuidade das atividades previstas no convênio assinado, as partes resolvem prorrogar o prazo do mesmo para mais um mês, de 01/03/2015 até 31/03/2015.

2.2 As despesas decorrentes do presente termo de aditamento de convênio correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 03 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentária: 3000 - Fundo Municipal da Saúde

Unidade Orçamentária: 3001 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde com Qualidade

Ação: 2.50 - Manutenção Atividades Saúde

3390-0000

2.3 Na execução do convênio o município pagará a quantia de R\$ 27.000 (vinte e sete mil reais) mensais, mediante apresentação de Nota Fiscal.

DATA DO CONVENIO: 19 de março de 2015.

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Pomerode**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.919, DE 10 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 2.919, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE PAULO LOTHAR HERMANN PARA INTEGRAR A ÁREA DO COMPLEXO DE EVENTOS FRANCISCO CANOLLA TEIXEIRA, UTILIZANDO PARA PRÁTICA DE ESPORTES E RECREAÇÃO.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, consoante atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, CONSIDERANDO, a necessidade de ampliação do complexo de eventos Francisco Canolla Teixeira para utilização para prática de esportes e recreação da comunidade de Pomerode,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, uma área de terras situada no município de Pomerode, no lugar Ribeirão Clara, medindo 16.280m² (dezesesseis mil e duzentos e oitenta metros quadrados), sem edificações, extremando na frente em 110,00 metros com terras de Júlio Wollick; nos fundos com igual metragem em ditas de Paulina Reckelberg, por um lado em 148,00 metros com terras de Waltrald Wollick; e por outro lado também em 148,00 metros com terras de Arno e Werner Strelow, conforme a transcrição n.º 12804, em nome de PAULO LOTHAR HERMANN, brasileiro, casado, operário, residente e domiciliado na cidade de Pomerode, datada de 11 de Março de 1965, livro n.º 3-G, à fls. 153, junto ao Ofício de Registro de Imóveis de Gaspar/SC, conforme escritura lavrada em 05/02/65, nas notas do Escrivão de Paz de Pomerode, Wadislau Constansky, no livro nº 48, à fls. 31.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de verba própria, consignada no Orçamento do Município de Pomerode.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 10 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

CONTRATO 2015

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC
EXTRATOS DE CONTRATOS 2015

CONTRATO Nº 072/2015
PROCESSO LICITATÓRIO 031/2015
PREGÃO Nº 022/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA/SC
CONTRATADO: VAGNER VISOLI
CNPJ: 17.392.149/0001-66
OBJETO: Contratação de empresa especializada com serviços técnicos e profissionais de consultoria para a gestão de convênios junto ao Governo Federal e Estadual com o objetivo de promover a realização de obras e serviços em prol da população de Ponte Serrada, de acordo com as sistemáticas estabelecidas.
VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)
VIGÊNCIA: DE 08 DE ABRIL DE 2015 À 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Ponte Serrada/SC 10 DE ABRIL DE 2015.
EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 403/2015

DECRETO Nº 403/2015 DE 06 DE ABRIL DE 2015.
"NOMEIA E EMPOSSA OS MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas em Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados e empossados os membros para compor o Conselho Municipal de Educação do Município de Ponte Serrada, conforme segue:

a) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TITULAR: Maristela Salini Kleimpaul
SUPLENTE: Tailene Santor da Rosa

b) REPRESENTANTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
TITULAR: Dilce da Silva Cardori
SUPLENTE: Marly Ana Franzen

c) REPRESENTANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS
TITULAR: Neusa Aparecida Raymundi Spader
SUPLENTE: Iradi Terezinha Berté Fornari

d) REPRESENTANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS
TITULAR: Giovana Damaceno
SUPLENTE: Lizete de Martini Fachinello

e) REPRESENTANTES DO ENSINO ESTADUAL
TITULAR: Nadia Terezinha Poletto
SUPLENTE: Ducélia da Silva Ribak

f) REPRESENTANTES DOS PAIS
TITULAR: Sandra Maria Vicensi Guerra

SUPLENTE: Denise Barbosa

g) REPRESENTANTES DO FUNDEB
TITULAR: Neuza Tamanho
SUPLENTE: Daiane Aparecida Basi

h) REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
TITULAR: Edivan Antonio Panizzi
SUPLENTE: Chrystian Cagliari

i) REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR
TITULAR: Denilson Paulo Nardi
SUPLENTE: Sonia Mary Novakoski

Art. 2º - O trabalho dos membros nomeados e empossados, considerado de natureza relevante e notório caráter comunitário social, dar-se-á em regime gratuito, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogando o Decreto nº 342/2013 de 27 de março de 2013 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 06 DE ABRIL DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO 406/2015

DECRETO Nº 406/2015, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
"ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido a partir do dia 13 de abril de 2015 que o horário de trabalho aos funcionários públicos pertencentes ao quadro de motoristas do Conselho Tutelar será realizado em regime de escala 12x36 horas.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2015.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

DECRETO 409/2015

DECRETO Nº 409/2015, DE 10 DE ABRIL DE 2015.
"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO E REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;
CONSIDERANDO a necessidade do município readequar a lotação de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos

serviços de responsabilidade do ente público;
CONSIDERANDO a exoneração dos servidores aposentados amparado nas decisões do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC - AC: 20110687370 SC 2011.068737-0 (Acórdão), Relator: Cesar Abreu, Data de Julgamento: 23/09/2013, Terceira Câmara de Direito Público Julgado).

CONSIDERANDO que a Secretaria de Transporte e Obras, Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes necessitam de motoristas, com o escopo de adequar seu quadro pessoal, especialmente visando o corte de horas extraordinárias;

CONSIDERANDO a necessidade de contenção de despesas do quadro de pessoal, cujo objeto foi recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para adequação da Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que a nova lotação dos servidores consta das atribuições dos respectivos cargos quais sejam: o exercício de direção de automóveis, utilitários, ônibus, caminhões e ambulâncias da municipalidade, para o transporte materiais, especialmente nos serviços de infra estrutura rodoviária e urbana e bem assim o transporte de pessoas, inclusive em casos de urgência e emergência e de transporte escolar;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que os servidores abaixo relacionados, passam a ser lotados e removidos para a Secretaria de Assistência Social, para atendimento junto ao Conselho Tutelar.

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL/REFERENCIA
5782	NILSON TAMANHO	MOTORISTA	51 E
531	JACÓ RIBEIRO	MOTORISTA	51 E

Art. 2º - Fica determinado que o servidor abaixo relacionado, passa a ser lotado e removido para a Secretaria de Transportes e Obras.

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL/REFERENCIA
5800	ROBERTO BARBOSA	MOTORISTA	51 E

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITOMUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO 042/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0042/2015 TOMADA DE PREÇO N.º 002/2015

O Município de Ponte Serrada torna publico que realizara licitação na modalidade Tomada de Preços Objetivando Contratação de empresa especializada para a construção de muro de pedra argamassada e preenchimento com pedra tipo rachão argamassada, com 2,60 m de altura e 50,00 m de comprimento, com volume total de 108,00 m³, a ser edificado no terreno do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS. Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 30/04/2015. Abertura: às

08h00min horas do dia 30/04/2015. Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.
PONTE SERRADA, 10 DE ABRIL DE 2015
EDUARDO COPPINI PREFEITO MUNICIPAL

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME 03/2015 RETIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

Rua Madre Maria Theodora, 264- Centro – CEP: 89683-000- Caixa Postal 31

CNPJ: 82.777.236/0001-01- Fone: (49) 3435 – 0122 3435-0090

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

Rua Frei Caetano, 468- Centro - Fone: (49) 3435- 0463

INSTRUÇÃO NORMATIVA SME Nº 003/2015

Art.1º O tópico “V- AVALIAÇÃO” em seus Artigos 4.1 e 4.3 da Instrução Normativa SME n.º 003/2015, de 06 de Fevereiro de 2015, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“VI - AVALIAÇÃO:

4.1 As turmas de 1º, 2º e 4º ano, registrar-se-ão AP e Frequência. [...]

4.3 O acompanhamento dos alunos com dificuldade de aprendizagem do 3º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ano será feito em conjunto com os pais ou responsáveis. Além disso, na existência de problemas, os responsáveis serão chamados a comparecer na Unidade Escolar o mais breve possível, onde haverá registro em Livro Ata com assinaturas, informando-os que se não conseguirem alcançar os objetivos propostos no ano estarão sujeitos á reprovação após exames finais.

Art.2º Esta Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 DE ABRIL DE 2015.

Maristela Salini Kleimpaul

Secretária de Educação Municipal

LEI COMPLEMENTAR 172/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº. 172/2015, DE 07 DE ABRIL DE 2015.
"ALTERA CARGA HORÁRIA DOS SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS PÚBLICOS EFETIVOS, CARGOS EM COMISSÃO, EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica reduzida para 40 (quarenta) horas a carga horária semanal dos servidores públicos municipais ocupantes de cargo efetivo, cargo em comissão e empregados públicos que exerciam suas atribuições em regime de 44 horas semanais.

§ 1º Os ocupantes de cargos públicos com regime de 22 horas semanais passarão a deter carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º Permanecem inalteradas as cargas horárias dos cargos públicos que já detinham os regimes de 20 (vinte) ou de 40 (quarenta) horas semanais em data anterior à vigência desta Lei.

Art. 3º A carga horária dos Professores municipais continua a ser regida por Lei Municipal específica.

Art. 4º A alteração da carga horária mencionada no art. 1º não trará qualquer prejuízo à remuneração dos servidores abrangidos pela modificação do horário.

Art. 5º O horário de funcionamento das Secretarias Municipais será determinado por Decreto do Chefe do Executivo.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DE PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, 07 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Porto Belo**PREFEITURA****1º ERRATA - CC PÚBLICA - 003/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA - 003/2015 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza Urbana, compreendendo: Remoção de resíduos orgânicos, capinação, roçada manual e mecanizada, limpeza de lixeiras de ruas, pinturas de bancos, rótulas, meio fios, pontes, postes e demais locais determinados pela Secretaria de Obras do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Tipo: Menor Preço Global;

Exclui-se a alínea "d" e alínea "e" da Clausula 10 (Da Proposta) do Edital

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação Concorrência Pública - 003/2015 PMPB.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 10 de abril de 2015.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 018/2015**

RESOLUÇÃO Nº 018/2015

“CREDENCIA ASSESSOR JURIDICO PARA ACOMPANHAR OS TRABALHOS DA COMISSAO ESPECIAL DE INQUÉRITO INSTITUIDA PELA RESOLUÇÃO Nº 015/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JONAS AMADEU RAULINO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o artigo 25, inciso I, alínea “j” do Regimento Interno e artigo 66, IV da Lei Orgânica Municipal, PROMULGA a presente RESOLUÇÃO resolve:

ART. 1º - Fica credenciado, o Drº João José da Cruz Neto, inscrito na OAB/SC 22590, ocupante do cargo de Diretor Jurídico do Poder Legislativo, para acompanhar os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, prestando-lhe a assessoria que for necessária.

ART. 2º - O Membro Técnico do Poder Legislativo, acima nomeado, exercerá as funções sob o comando da Presidência da CEI, fazendo jus a gratificação disposta no artigo 24 da Lei Complementar nº 053/2014

ART. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de abril de 2015.

Jonas Amadeu Raulino

Presidente

Porto União**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015 - PREFEITURA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2015

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2015, autorizado junto ao Processo Licitatório 020/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, Pregão Presencial 007/2015, foi expedida a presente Ata de Registro de Preços, de acordo com o disposto no artigo 15º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 640/2007 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre ORGÃO GERENCIADOR E O DETENTOR DA ATA:

1. Considerando-se registrados os seguintes preços do Detentor de Ata: JP Comércio e Serviços de Terraplenagem Ltda - ME, sita no logradouro SIT. Linha Butiazinho S/N, Linha Butiazinho, cidade de Monte Carlo, estado de Santa Catarina, CEP 89.618-000, Telefone (49) 3516-3304. CNPJ/MF nº 15.143.172/0001-91, representado pela senhora Débora Tatiane da Silva.

Registro de Preços para contratação de serviços de horas máquinas trabalhadas, conforme segue:

1.1. Descrição do Item:

Registro de Preços para execução de 1000 (mil) horas máquinas trabalhadas de uma retroescavadeira, com no máximo 08 (oito) anos de uso do equipamento, a serem executadas no interior das propriedades rurais, no valor de R\$ 95,50 (Noventa e cinco reais e cinquenta centavos) a hora máquina trabalhada, totalizando o valor de R\$ 95.500,00 (Noventa e cinco mil e quinhentos reais). Prazo para execução dos serviços: 12 (doze) meses.

1.2 Integram e completam a presente ATA de Registro de Preços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Licitatório 020/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade de Pregão Presencial 007/2015, juntamente com seus anexos e a proposta.

1.3 A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura.

1.4 O órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao fornecedor, através de requisição, na forma descrita no Edital de Pregão Presencial 007/2015.

1.5 O prazo para execução dos respectivos serviços será o estabelecido no item 9.1 do Edital de Pregão Presencial, inclusive nas condições estabelecidas pelo Detentor da Ata de Registro de Preços, de cada pedido de fornecimento.

1.6 Os valores devidos pela Prefeitura, 50% (cinquenta) por cento ora REGISTRADO, serão pagos no mês subsequente a prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal, onde deverá estar mencionada o número do Processo Licitatório, sendo que os restantes 50% (cinquenta) por cento o produtor rural efetuará diretamente com a empresa

1.7 Os preços registrados serão confrontados periodicamente pelos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pelo ORGÃO GERENCIADOR.

1.8 - As despesas decorrentes na execução dos serviços relativo ao presente Edital correrão por conta das dotações específicas e determinadas por conta dos serviços executados.

1.9 - Esta Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações com o Detentor da Ata, podendo inclusive, facultada a utilização de outros meios assegurada, nesta hipótese a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15 da lei Federal firmar

para um o 8.666/93 e suas alterações.

2.0 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Prefeitura do Município de Porto União poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato.

2.1 - O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos art. 77 e 78 da Lei Federal 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.

2.2 - O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Pregão Presencial 007/2015.

2.3 - O Detentor da Ata é responsável por todos os impostos, frete, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como outras quaisquer que incidam sobre a execução do serviço.

2.4 - Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se-lhe todos os dispositivos, o edital do processo Licitatório 020/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade de Pregão Presencial 007/2015, com os termos aditados e a proposta detentora da Ata naquilo que contrariar os presentes disposições.

2.5 - As questões oriundas desta e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

2.6 - Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Anízio de Souza, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Débora Tatiane da Silva, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Anízio de Souza
Prefeito Municipal

JP Comércio e Serviços de Terraplenagem Ltda - ME
Empresa Detentora da Ata

DECRETO Nº 688/2015

DECRETO Nº 688, de 01 de abril de 2015.

Dispõe sobre o "Calendário de Feriados e Dias Santificados do Exercício de 2015", no Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 2.464, de 22 de outubro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º O Calendário de Feriados e Dias Santificados do Município de Porto União para o exercício de 2015 é o seguinte:

JANEIRO - 2015

Dia 1º (Quinta-feira) Dia de Confraternização Universal - Feriado Nacional

FEVEREIRO - 2015

Dia 17 (Terça-feira) Carnaval - Ponto Facultativo

Dia 18 (Quarta-feira) Cinzas - Ponto Facultativo até 12:00 horas

ABRIL - 2015

Dia 03 (Sexta-feira) Paixão de Cristo - Feriado Religioso Municipal

Dia 21 (Terça-feira) Tiradentes - Feriado Nacional

MAIO - 2015

Dia 1º (Sexta-feira) Dia Mundial do Trabalho - Feriado Nacional

JUNHO - 2015

Dia 04 (Quinta-feira) Corpus Christi - Feriado Religioso Municipal

SETEMBRO - 2015

Dia 05 (Sábado) Emancipação do Município - Feriado Municipal

Dia 07 (Segunda-feira) Independência do Brasil - Feriado Nacional

OUTUBRO - 2015

Dia 07 (Quarta-feira) Nossa Senhora das Vitórias - Ponto Facultativo

Padroeira do Município Dia 12 (Segunda-feira) Nossa Senhora Aparecida - Feriado Nacional

Dia 28 (Quarta-feira) Dia do Funcionário Público - Ponto Facultativo

NOVEMBRO - 2015

Dia 02 (Segunda-feira) Finados - Feriado Nacional

Dia 15 (Domingo) Proclamação da República - Feriado Nacional

DEZEMBRO - 2015

Dia 25 (Sexta-feira) Natal - Feriado Nacional

Art. 2º Revogam-se o Decreto nº 581, de 12 de novembro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 01 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 689/2015

DECRETO Nº 689, de 06 de abril de 2015.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO ADRIANA MOREIRA DE CASTILHO DOS SANTOS, do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Programas Institucionais da Saúde, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 06 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 690/2015

DECRETO Nº 690, de 07 de abril de 2015.

Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA A PEDIDO TATIANE DE SOUZA, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Manutenção de Serviços da Educação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 07 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 691/2015

DECRETO Nº 691, de 10 de abril de 2015.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.312, de 07 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 130.000,00 (Centro e trinta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1500 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
UNIDADE	1501 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ATIVIDADE	2102 – Manutenção FMAS/SCFV		
MODALIDADE	3190 – 170 – Aplicações Diretas	novo	60.000,00
MODALIDADE	3390 – 170 – Aplicações Diretas	novo	40.000,00
ATIVIDADE	2103 – Proteção Alta Complexidade		
MODALIDADE	3390 – 170 – Aplicações Diretas	novo	30.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		130.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação do Exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 692/2015

DECRETO Nº 692, de 10 de abril de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.314, de 07 de abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Geral do Município, na dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1047 – Recuperação Estrutura da Secretaria de Obras		
MODALIDADE	4490 – 174 – Aplicações Diretas	159	100.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBLICOS		
PROJETO	1016 – Aquisição Equipamentos Rodoviários		
MODALIDADE	4490 – 174 – Aplicações Diretas	93	100.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 14/2015

Edital de convocação 014/2015

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2013 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 08/04/2015 a 14/04/2015, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

ASSISTENTE SOCIAL

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
NICOLE BUCHHOLZ	06º		

Porto União (SC), 08 de abril de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 012/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 012/2015 - FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de 900 (novecentas) cestas básicas completas e 800 (oitocentos) pacotes de leite em pó 400gr, para atendimento às famílias beneficiárias da Assistência Social.
Valor Total: R\$ 61.522,00 (sessenta e um mil quinhentos e vinte e dois reais).
Vigência: seis (06) meses.
Base legal: Pregão Presencial 005/2015- FAS, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 10 de abril de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 038/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 038/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Gráfica Lumar Ltda - EPP.
Objeto: Contratação de serviços gráficos para o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental".
Valor Total: R\$ 9.692,00 (nove mil seiscentos e noventa e dois reais).
Vigência: Até 31 de dezembro de 2015.

Base legal: Pregão Presencial 012/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 26 de março de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Gráfica Lumar Ltda - EPP.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 039/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 039/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Business Editora e Publicação de Informativos Ltda.
Objeto: Contratação de serviços gráficos para o desenvolvimento de ações do projeto "Educação em Saúde Ambiental".
Valor Total: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
Vigência: Até 31 de dezembro de 2015.
Base legal: Pregão Presencial 012/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 26 de março de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Business Editora e Publicação de Informativos Ltda.
Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 040/2015

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 040/2015 - Prefeitura
Partes: Município de Porto União e Gertrud Emma Blattmann.
Objeto: Locação de 100.000 m² (cem mil metros quadrados) de áreas de terras, localizado na Colônia Antônio Cândido, onde funciona o aterro sanitário do município, para depósito do lixo urbano.
Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais.
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Dispensa de Licitação 006/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 30 de março de 2015.
Anízio de Souza.
Prefeito Municipal
Gertrud Emma Blattmann.
Contratada

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2015 - FAS

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 005/2015- FAS
Pregão Presencial 005/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Porto União SC, 09 de abril de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
007/2015 - PREFEITURA**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 020/2015- Prefeitura
Pregão Presencial 007/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
JP Comércio e Serviços de Terraplanagem Ltda.
Porto União SC, 10 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
012/2015 - PREFEITURA**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 025/2015- Prefeitura
Pregão Presencial 012/2015
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Business Editora e Publicação de Informativos Ltda e
Gráfica Lumar Ltda - EPP.
Porto União SC, 25 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****CONTRATO NR. 71/2015**

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 71/2015

CONTRATAN- TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	SONECA MOTORES LTDA ME
OBJETO:	O presente Contrato tem por objeto a recuperação da bomba injetora e conserto do motor do caminhão prancha, placa LZH 8717, marca modelo mercedes benz, ano 1981, inscrição patrimonial nº 1698.
VALOR R\$:	R\$ 24.126,31 (vinte e quatro mil, cento e vinte e seis reais, com trinta e um centavos).
DATA:	09/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONVITE 21/2015 PARA CONTRATAÇÃO DE MECANICO DE MAQUINAS E CAMINHÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

CONVITE Nº21/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 22/04/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, CONVITE do tipo Menor preço por item, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICO ESPECIALIZADO PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, DA FROTA MUNICIPAL NA GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL.

O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal.

Presidente Nereu, 10 de abril de 2015.

Antonio Francisco Comandoli,

Prefeito Municipal.

Convite p/ Compras e Serviços Nº 21/2015

DATA DE EMISSÃO:

JULGAMENTO: menor preço

COMPARAÇÃO: pelo total geral

1 - PREÂMBULO

O Município de PRESIDENTE NEREU-SC comunica aos interessados que está promovendo Processo Licitatório, na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços n.º 21/2015, sob o regime de menor preço, sendo regido pela Lei n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, consolidada, cujo recebimento dos envelopes contendo a documentação e propostas será realizado pelo Departamento de Compras, no Centro Administrativo Municipal, situado na Praça Leão Dehon, 50 Presidente Nereu - SC, CEP 89194.000, até às 09:00 do dia 22/04/2015, no mesmo local, iniciando-se, em seguida, os procedimentos de abertura dos envelopes e julgamento das propostas às 09:15 do dia 22/04/2015 no mesmo local.

2 - DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICO ESPECIALIZADO PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS NA GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL.

3-CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1 - Da habilitação: Poderão participar desta licitação todas as empresas cadastradas na Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU-SC. Deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado com a seguinte descrição:

AO

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU-SC

A/C COMISSÃO DE LICITAÇÕES

REF. Convite p/ Compras e Serviços Nº 21/2015

ENVELOPE Nº 01 - D O C U M E N T A Ç Ã O

EMPRESA PROPONENTE:

Deverá ser entregue até às 09:00 do dia 22/04/2015, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU-SC, sito a PRACA LEAO DEHON, cujo conteúdo será apreciado no horário e data de julgamento do presente edital e deverá conter:

3.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.2.1.1 - Prova de inscrição, em vigor no Cadastro de Fornecedores do Município de PRESIDENTE NEREU/SC comprovada através da Certidão de Registro Cadastral;

3.2.2 - HABILITAÇÃO FISCAL

3.2.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União, comprovada através da Certidão Conjunta Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União;

3.2.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, comprovada através da Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

3.2.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, comprovada através da Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da proponente;

3.2.2.4 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

3.2.2.5 - Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

3.2.2.6 - Prova de Regularidade com a Justiça do Trabalho;

3.2.2.7 - Declaração de que é Microempresa ou Empresa de Pequeno porte (se for o caso) (caso deseje usufruir dos direitos) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006 e IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comercio (DNRC), acompanhado com a Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, sob pena de ser desconsiderada de tal condição.

3.2.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA PESSOA JURÍDICA

3.2.3.1 - Certidão negativa de falência e concordata expedida pela comarca sede do proponente.

3.2.3.2 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da Lei que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

a) publicados em Diário Oficial;

b) publicados em jornal de grande circulação; e

- por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei n. 9.317, de 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou

domicílio da licitante;

4) sociedade criada no exercício em curso:

- fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;

5) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

3.2.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.2.4.1 - Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos

3.2.4.2 - Comprovação, fornecida pelo Departamento de Compras e Licitações, de que cada proponente recebeu os documentos pertinentes e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relativas ao objeto desta licitação.

3.2.5 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor da Prefeitura de PRESIDENTE NEREU/SC designado para esta finalidade, ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

3.2.6 - A Comissão Permanente de Licitações fará consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela internet, ficando o proponente dispensado de autenticá-las.

3.3- Da Proposta: A proposta deverá ser apresentada em envelope lacrado com a seguinte descrição:

AO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU/SC
A/C COMISSÃO DE LICITAÇÕES
REF. Convite p/ Compras e Serviços Nº 21/2015
ENVELOPE Nº 02 - P R O P O S T A
EMPRESA PROPONENTE:

Deverá ser entregue até às 09:00 do dia 22/04/2015, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU/SC, sito a PRACA LEAO DEHON, cujo conteúdo será apreciado no horário e data de julgamento do presente edital e deverá conter:

3.3.1 - Carta de apresentação da proposta, datada, com validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da abertura, em papel timbrado, devidamente rubricada e assinada pelo seu representante legal em todas as páginas e anexos, constando valores unitários e totais, com valores em Moeda Corrente nacional.

4 - DO JULGAMENTO

4.1 - O julgamento será as 09:15 do dia 22/04/2015 e será efetuado em duas fases distintas a saber:

4.1.1 - Habilitação - A Comissão abrirá os envelopes, e os documentos neles contidos serão rubricados por todos os membros da Comissão de Licitações, facultando-se aos interessados o exame dos mesmos. A comissão de licitações analisará a documentação definindo as habilitações e inhabilitações, abrindo o prazo recursal conforme o artigo 109 da lei n. 8666/93 consolidada. Contudo, se todos os proponentes estiverem presentes ou através de pessoa legalmente habilitada a representá-la, havendo interesse, podem

desistir do direito de recurso referente a esta fase, conforme incisos II e III do artigo 43 da mesma Lei, o que se caracteriza por constar na ata a respectiva opção, bem como, sendo subscrita esta pelos participantes. A Comissão poderá suspender a reunião para melhor análise dos documentos, se assim julgar conveniente e marcar nova reunião, ocasião em que será apresentado o resultado da habilitação.

4.1.2 - Proposta: Somente serão abertos os envelopes das propostas dos proponentes habilitados, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos. A Comissão abrirá os envelopes de proposta dos proponentes habilitados, procedendo ao respectivo julgamento de acordo, exclusivamente com os fatores e critérios estabelecidos no Edital, os respectivos documentos serão rubricados por todos os membros da Comissão e pelos representantes dos proponentes participantes. Será vencedor o licitante que apresentar proposta de acordo com o Edital e cotar o menor preço, pelo total geral.

Para efeito de julgamento das propostas, não serão consideradas vantagens não previstas nesta Licitação, nem ofertas de redução sobre propostas concorrentes.

Para efeito de julgamento da proposta será considerado o menor preço, pelo total geral. O inabilitado receberá de volta seu envelope-proposta intacto, após o prazo recursal, desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

4.1.2.1 - Desclassificação

Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus anexos, bem como aquelas com preço manifestamente inexequível, como também as licitantes consideradas impedidas e/ou inidôneas.

4.1.2.2 - Classificação

As propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela comissão, levando-se em conta exclusivamente o menor preço:

- a) A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;
- b) Em caso de empate ocorrerá, para fins de desempate, sorteio a ser realizado em ato público, com a presença dos proponentes.

4.2 - Os serviços objetos desta Convite p/ Compras e Serviços serão adjudicados na totalidade à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

5 - DO REAJUSTE

Os valores serão reajustados conforme índice IGPM, respeitada a lei 8666/93.

6 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

7 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente conforme descrição abaixo:

08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903620000000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS

01000000	Recursos Ordinários
08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903919000000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS
01000000	Recursos Ordinários

8 - SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO

8.1-Pagamentos.

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

8.2-Não cumprimento contratual.

Eventuais não cumprimentos de cláusulas contratuais de parte do Contratado, serão penalizados de acordo com a gravidade do fato. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
- multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

9 - DAS CONDIÇÕES DAS MICRO EMPRESAS E DE PEQUENO PORTE

a)Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

b)Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c)A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

d)Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

e)Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

f) Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa

qualificada como ME ou EPP:

Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da

referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos

estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que

primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por

microempresa ou empresa de pequeno porte.

10- RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal n.º 8.666/93 consolidada. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11 - DO CONTRATO

11.1 - Será firmado contrato conforme minuta, identificada como Anexo, com a licitante vencedora que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

11.2 - Farão parte integrante do contrato, todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta (e) Convite p/ Compras e Serviços bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

11.3 - O contrato a ser assinado com a licitante vencedora terá sua vigência adstrita ao prazo de execução dos serviços, estipulado neste Edital.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO:

PAGAMENTO PARCELADO MENSAL

13. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

h) Cumprir as atividades do presente processo licitatório na Garagem municipal da Prefeitura de Presidente Nereu utilizando ferramentas e equipamentos do município.

14. DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

15 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - Não serão admitidas a esta licitação empresas suspensas ou impedidas de licitar.

15.2 - É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto que for adjudicado em consequência desta licitação.

15.3 - Não haverá pagamentos antecipados.

15.4 - A Comissão Permanente de Licitações dirimirá as dúvidas que suscitem o edital, desde que argüidas por escrito, até cinco dias antes da data fixada para abertura dos envelopes.

15.5 - As empresas podem ser representadas, no procedimento licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresente o instrumento procuratório, até o início da sessão de abertura dos envelopes.

15.6 - O licitante adjudicado do objeto da presente Licitação compromete-se integralmente pela entrega do objeto desta Licitação, aplicando-se no que couber, o código de defesa do consumidor.

15.7 - Os casos omissos serão resolvidos observando-se o que dispõe a Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993.

15.8 - O proponente vencedor terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, para assinar o contrato. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento desta Licitação.

15.9 - Os interessados poderão se dirigir pessoalmente ao endereço citado no preâmbulo deste Edital, ligar para o fone (0**47-3362-1108) ou enviar fax para o mesmo número, em horário de expediente da 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, para obter maiores informações, esclarecer dúvidas ou outros interesses sobre este certame.

15.10 - São anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante, os seguintes:

Anexo I - Minuta do Contrato

Anexo II - tabela de itens

Anexo III - Declaração de que não emprega menor.

16. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, com privilégio sobre qualquer outro, para dirimir quaisquer questões oriundas deste processo licitatório.

Aprovo o edital.

PRESIDENTE NEREU-SC, 10 de abril de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI Prefeito Municipal

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico

OAB/SC

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Rua John Kennedy, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrito no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICO ESPECIALIZADO PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, NA GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente conforme descrição abaixo:

08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903620000000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS
01000000	Recursos Ordinários
08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS

001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903919000000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS
01000000	Recursos Ordinários

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
 II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO PARCELADO MENSAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para dias após a emissão da Ordem de Serviço, ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de

1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
 - multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
 - suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Convite p/ Compras e Serviços nº 21/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O município irá fornecer ferramentas e equipamentos para o desempenho das atividades de mecânico.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico
OAB/SC

ANEXO II

Segue abaixo relação dos itens a serem cotados em valores unitário e valor total, a proposta deve ser preenchida neste mesmo anexo, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada, assinada e carimbada pelo representante da empresa devidamente cadastrado.

RELAÇÃO DOS ITENS.

ITENS	QTDAD	UNID	DESCRIÇÃO DO ITEM	COT. MÁX	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	8,00	MES	SERVICO DE MECANICO EM MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS E CAMINHOS DA FROTA MUNICIPAL	24.000,00		
2	8,00	MES	SERVICO DE MECANICO EM MANUTENÇÃO DE MAQUINAS PESADAS E CAMINHOS DA FROTA MUNICIPAL	24.000,00		

VALOR TOTAL : _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/____/____

Nome
Carimbo

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Declaramos que a empresa _____ CNPJ nº _____, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Data:

ASSINATURA

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 - FUNDO AGROPECUARIO

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL: 01/2015

Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL E SERVIÇOS DE LAVAGEM DOS VEICULOS E MAQUINAS DA SECRET. DE AGRICULTURA
Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria 004/2015 de 02/01/2015, Considera-se vencedores da licitação, objeto do Pregão nº. 1/2015, os participantes:

Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
POSTO NEREUENSE LTDA	00002	40.000,00000	LT	3,0100	120.400,00
AUTO POSTO BOA ESPERANCA LTDA	00001	10.000,00000	LT	3,4800	34.800,00

FUNDO AGROPECUARIO DE PRESIDENTE NEREU, 10 de abril de 2015.

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
GERENTE DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO DE RECAPAGEM DE PNEUS 18/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº18/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 28/04/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item, visando o Registro de Preços para eventuais Serviços de Recapagem e Vulgarização de Pneus da frota Municipal. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal.

Presidente Nereu, 09 de abril de 2015.

Antonio Francisco Comandoli,
Prefeito Municipal.

EDITAL Pregão Nº18/2015

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 004/2015 de 02/01/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 18/2015, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULGANIZO DE PNEUS

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 28 de abril de 2015.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 28/04/2015 às 09:15 horas

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

1. III

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, a Pregoeira, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2015.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 28 de abril de 2015 às 9:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

2. IV

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

I

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais.

5.1.2.1.Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo 90 dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2015 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

5.1.6 Declaração da Empresa que os serviços de recauchutagem serão realizados exclusivamente com Borracha Classe A (Portaria nº 444 do INMETRO).

5.1.7 O valor referente aos eventuais consertos de pneus referente a recauchutagem não poderá ser superior a 15% (quinze por cento) do valor do serviço e sendo, no máximo 02 (dois) consertos por pneu, com autorização do setor competente da Prefeitura municipal.

Parágrafo único - Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão negativa de Falência e Concordata expedida pelo

distribuidor da sede da pessoa Jurídica

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pela pregoeira, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CRENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

6.10 RELATIVOS A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.10.1 Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido serviços de natureza da presente licitação, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos produtos solicitados neste edital;

6.10.2 Licença Ambiental de Operação, emitida pelo órgão público competente de cada estado, autorizando a atividade da empresa, para realização do objeto da presente licitação;

6.10.3 Certificado da proponente emitida pelo INMETRO para a realização dos serviços de reforma de pneus destinados a veículos comerciais, comerciais leves e seus rebocados (Portaria do INMETRO nº 444/2010).

VII - DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

4. II

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate,

preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

5. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM e o valor estimado para a contratação, podendo, a pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, as licitantes não manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, a Pregoeira procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, a Pregoeira poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pela Pregoeira e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

6. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:XI

7. XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio da Pregoeira, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente

informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, a Pregoeira registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no diário oficial do Estado de Santa Catarina, na internet página do município no link licitações, mural Público Municipal e disponibilizado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO:XII

8. XII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que a pregoeira negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

XIIIIXIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

08
001
0026
0782
1801
2016
33903919000000
01000000

XV - DO PAGAMENTO:

15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:XVI

17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO:XVII

18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, retirando a Carcaça do Pneu a ser recauchutado ou vulcanizado rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30

e das 13:30 às 17:00 horas, e entregar o produto já pronto no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III - Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:XIX

20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item "16" deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA:XX

21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

22 XXI

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 A Pregoeira e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;
23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidente-nerreu.sc.gov.br.

23.7 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.8 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Mural Público Municipal, diário oficial do Estado de Santa Catarina, na internet página do município no link licitações, mural Público Municipal e disponibilizado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC.

PRESIDENTE NEREU-SC, 01 de abril de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20....

DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____
e-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), de
..... de 20....

Assinatura
CPF nº. _____

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. /20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº /20
PREGÃO PRESENCIAL Nº /20....
PROCESSO Nº /20

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de _____, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº /20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE

1º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

2º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

3º COLOCADO:

Fornecedor:

Preço cotado para o item: R\$

DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULGANIZO DE PNEUS

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

08
001
0026
0782
1801
2016
33903919000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, retirando a Carcaça do Pneu a ser recauchutado ou vulcanizado rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, e entregar o produto já pronto no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por

- cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- *As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 14/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, de acordo com o art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeira

Assinaturas fornecedores

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 468.408.699-20 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, ...

.....
pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º
..... com sede
.. Neste ato representado pelo Sr.
..... residente e domiciliado em
..... inscrita no CPF sob N.º
.... de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULGANIZO DE PNEUS

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

08
001
0026
0782
1801
2016
33903919000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer

informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, retirando a Carcaça do Pneu a ser recauchutado ou vulganizado rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, e entregar o produto já pronto no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecendo à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
- multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a

própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 14/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ROBERTO RAIZER
Assessor Jurídico
OAB/SC Nº16203
ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para SERVICOS DE RECAPAGEM E VULCANISMO DE PNEUS DA FRO TA MUNICIPAL da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS	QTDAD	UNID	DESCRIÇÃO DO ITEM	COT. MÁX	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	5,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1.400X24 BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO 34 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,6 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 7,5 CM DE LARGURA DE GARRA.	3.850,0000		
2	5,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1.300X24 COM NO MINIMO 30 CM DE LARGURA DE BANDA, 2,2 CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 7,5 CM DE LARGURA DE GARRA.	3.350,0000		
3	20,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 1000 X 20 RADIAL, FRIO, BORRACHUDO C/ NO MINIMO 23MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	10.800,0000		
4	8,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 900 X 20 LISO A FRIO, COM NO MINIMO 14MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	3.480,0000		
5	4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 750 X 16 - BORRACHUDO A FRIO C/ NO MINIMO 13MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	1.040,0000		
6	4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 750X16 LISO COM NO MINIMO 13MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	1.000,0000		
7	10,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 1000X20 LISO C/ NO MINIMO 14MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	4.400,0000		

8	4,00	UN	RECAPAGEM DE PNEU 205/70/R16 BORRACHUDO COM NO MINIMO 13MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	1.000,0000		
9	16,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 215 X 17,5 BORRACHUDO A FRIO C/ NO MINIMO 13MM PROFUNDIDADE DE SULCO	4.480,0000		
10	8,00	UN	RECAPAGEM DE PNEUS 215R, 17,5 LISO A FRIO C/ NO MINIMO 13MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	2.160,0000		
11	10,00	UN	VULGANIZO INTERNO DE PNEUS 1400X24	2.600,0000		
12	10,00	UN	VULGANIZO INTERNO DE PNEU 1.300X24	2.700,0000		
13	15,00	UN	VULGANIZO INTERNO DE PNEUS 1.000X20	1.875,0000		
14	8,00	UN	VULGANIZO INTERNO DE PNEUS 900 X 20	920,0000		
15	10,00	UN	VULGANIZO INTERNOL DE PNEUS 750X16	900,0000		
16	10,00	UN	VULGANIZO INTERNO DE PNEU 205X16	900,0000		
17	5,00	UN	VULGANIZO INTERNO DE PPNEUS 205RX15	400,0000		
18	10,00	UN	VULGANIZO INTERNO DE PNEUS 215R X 17,5	850,0000		
19	10,00	UN	VULGANIZO EXTERNO DE PNEU 1.400 X 24	3.600,0000		
20	10,00	UN	VULGANIZO EXTERNO DE PNEU 1.300X24	3.700,0000		
21	10,00	UN	VULGANIZO EXTERNO DE PNEUS 750X16	1.100,0000		
22	10,00	UN	VULGANIZO EXTERNO DE PNEU 1.000X20	1.350,0000		
23	8,00	UN	VULGANIZO EXTERNO DE PNEU 205 X 16	1.040,0000		
24	5,00	UN	VULGANIZO EXTERNO DE PNEU 205R X 15	650,0000		
25	8,00	UN	VULGANIZO DE PNEU 215R X 17,5	880,0000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

NOME E ASSINATURA DO

REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....
DATA

.....
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----
-----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. ---
-----, e CPF sob nº. -----,
a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de
----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----
-----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.
-----, em ----- de ----- 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório. -----, em ____ de ____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ----- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ. e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ----- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ. e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa, CNPJ n.º
....., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20.... Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ----- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ e Assinatura do Representante Legal.

EDITAL DE PREGÃO DE RECUPERAÇÃO DE MOTOR DE CARREGADOR 20/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº202015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 05/05/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item, visando a RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal.

Presidente Nereu, 10 de abril de 2015.

Antonio Francisco Comandoli,
Prefeito Municipal.

EDITAL Pregão Nº20/2015 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 004/2015 de 02/01/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 20/2015, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a aquisição de peças para RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H

2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado na PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente.

3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada lote cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo I do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido lote.

4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

- a) Data: 05 de maio de 2015
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu - SC
- c) Setor de Licitações, localizado a sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu, SC.
- d) Credenciamento e entrega das propostas até as 09:00 horas

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 05/05/2015 às 09:15 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e fechados.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

5.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

5.5.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte

ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

5.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.5.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.5.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.5.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

5.5.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados

diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

- a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;
- b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos II e IV;
- c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto. (Anexo III)
- d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo.

7. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

7.1. Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

7.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

7.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

- a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e
- b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 20 / 2015

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº:.....

Lote(s) nº: (informar o(s) lote(s) para os quais a empresa está concorrendo)

Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 20 / 2015

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº:.....

8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

- a) Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada lote proposto, conforme descrito no termo de Referência, Anexo I, do presente Edital;
- b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;
- c) Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;
- d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - ANEXO I, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;
- f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;
- g) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
- h) Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
- i) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexequíveis.

9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pela Pregoeira, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo II).

9.4. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520.

9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e pelos participantes que o desejarem.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo I - Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, a Pregoeira e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pela Pregoeira o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

11.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2

- "Documentos de Habilitação" que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

11.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

11.2.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal - CEF;

b) Certidão Negativa de Débitos - CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.

f) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;

h) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do

licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

11.2.3 AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.

11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a

isenção.

11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.

11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) dias após a entrega de cada fragmento do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903039000000	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE VEICULOS
01000000	Recursos Ordinários
08	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
001	DEPTO MUNICIPAL DE TRANSP, OBRAS E SERV. URBANOS
0026	TRANSPORTE
0782	TRANSPORTE RODOVIARIO
1801	ESTRADAS VICINAIS
2016	Manutenção do Departamento M. de Estradas e Rodage
33903919000000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS
01000000	Recursos Ordinários

18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irrevogável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem

como na observância dos preceitos legais e regulamentares, res-salvados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qual-quer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública.

19.10 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ao) responsável(eis) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.11 A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, ate 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos , dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação. Solicitar consultas para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu - Santa Catarina
Praça Leão Dehon - 50 - Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47)
3362-1108

20. DO FORO

20.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 07 de abril de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato

correrão por conta do orçamentário:

08
001
0026
0782
1801
2016
33903039000000
01000000
08
001
0026
0782
1801
2016
33903919000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME ENTREGA DOS PRODUTOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FISCAL

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 20/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos. PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico
OAB/SC

ANEXO II
PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....

DATA

.....

..

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. ---, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº./20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório - PREGÃO PRESENCIAL Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____

CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para RECUPERAÇÃO PARCIAL DO MOTOR DO CARREGADOR ZL 30H da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão nº. .../20, acatando todas as

estipulações consignadas no Edital.

ITENS	QTDAD	UNID	DESCRIÇÃO DO ITEM	COT. MÁX	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	1,00	UN	BRONZINA BIELA CUMMINS	174,4200		
2	1,00	UN	BRONZINA MANCAL CUMMINS	403,0700		
3	6,00	UN	BUCHA BIELA CUMMINS	86,9400		
4	1,00	UN	BUCHA COMANDO CUMMINS SE	45,3600		
5	6,00	UN	CAMISA	383,7600		
6	12,00	UN	GUIA BRONZE ESPECIAL 52	96,1200		
7	1,00	UN	JUNTA MOTOR CUMMINS	72,2100		
8	6,00	UN	PISTAO COM ANEIS CUMMINS	1.882,3200		
9	3,00	UN	ROSCA POSTICA TUCHO	8,9400		
10	6,00	UN	SEDE ADM CUMMINS	85,8600		
11	6,00	UN	SEDE DESC CUMMINS	79,3800		
12	6,00	UN	VALVULAS ADM CUMMINS	95,2800		
13	6,00	UN	VALVULA DESCARGA CUMMINS	111,2400		
14	12,00	UN	VEDADOR VALVULA CUMMINS	93,4800		
15	1,00	SER	SERVICOS DE ALINHAR BIELAS (06)	75,6000		
16	1,00	SER	SERVICOS DE RETIFICAR BUCHAS DE BIELAS (06)	211,6800		
17	1,00	SER	SERVICO DE ENCAMISAR BLOCOS CILINDRO (06)	370,4400		
18	1,00	SER	SERVICO DE PLAINAR BLOCO	282,0100		
19	1,00	SER	SERVICO DE RETIFICAR CILINDROS (06)	351,5400		
20	1,00	UN	SERVICO DE TROCAR BUCHA COMANDO	24,6000		
21	1,00	SER	SERVICO DE EMBUTIR GUIAS DE VALVULAS (12)	362,8800		
22	1,00	SER	SERVICOS DE EMBUTIR SEDE DE VALVULAS (12)	240,0000		
23	1,00	SER	SERVICO DE ESMERILHAR VALVULAS (12)	83,1600		
24	1,00	SER	SERVICO DE MONTAR CABECOTE PARA VALVULA (12)	64,3200		
25	1,00	SER	SERVICO DE PLAINAR CABECOTE	200,9700		
26	109,68	SER	SERVICO DE RETIFICAR SEDE VALVULAS (12)	0,0000		
27	1,00	SER	SERVICO DE TESTAR CABECOTE	137,3400		
28	1,00	SER	SERVICO DE AJUSTAR BRONZINAS	33,0000		
29	1,00	SER	SERVICO DE POLIR EIXO COMANDO DE VALVULAS	74,4000		
30	1,00	SER	SERVICO DE AJUSTAR PISTOES (06)	190,8000		
31	1,00	HR	SERVICO DE TORNO E SOLDA	50,0000		
32	1,00	SER	SERVICO DE POLIR VIRABREQUIM	142,2000		
33	1,00	SER	TESTE MAGNA-FLEX VIRABREQUIM	147,0000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/ ____/ ____

ASSINATURA E CARIMBO

EDITAL DE PREGÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO VIARIO 19/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº19/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 30/04/2015 às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item, visando a AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO VIARIO POR CIRCUITO DE CAMERAS DE FILMAGEM. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da

Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 hs às 11:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal.

Presidente Nereu, 10 de abril de 2015.

Antonio Francisco Comandoli,
Prefeito Municipal.

EDITAL Pregão Nº19/2015 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs
CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 004/2015 de 02/01/2015 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 19/2015, do tipo menor preço pelo total geral dos itens, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame a aquisição de AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO VIÁRIO POR CIRCUITO DE CAMERAS DE FILMAGEM.

2. DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A CONTRATANTE, a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado. Os quantitativos indicados na relação anexa deverão ser entregues pelo licitante adjudicado na PREFEITURA MUNICIPAL de Presidente Nereu, mediante requisição prévia do setor competente.

3. DO VALOR

3.1 A proposta a ser apresentada para cada lote cotado, não poderá ultrapassar os valores previamente orçados e relacionados no termo de referência, Anexo I do presente edital, sob pena de desclassificação do proponente para o referido lote.

4. DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL

- a) Data: 30 de abril de 2015
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC)
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu, SC.
- d) Credenciamento e entrega das propostas até as 09:00 horas

4.1. A Abertura do certame ocorrerá no dia 30/04/2015 às 09:15 horas, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Praça Leão Dehon, 50, Centro, Presidente Nereu / SC.

4.2. Não havendo expediente na data marcada, a reunião será no primeiro dia útil subsequente, a mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator ou fato imprevisível.

4.3. O recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e documentos de habilitação, deverão ser entregues em envelopes separados e lacrados.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

5.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

5.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

5.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

5.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

5.5 DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

5.5.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

5.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

5.5.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.5.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

5.5.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.5.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

5.5.7 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória,

para o exercício do mesmo direito.

5.5.8 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.5.9 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

5.5.10 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento se dará com a entrega:

a) do envelope, fechado, contendo a proposta de preços;
b) do envelope, contendo a documentação de habilitação, juntamente com as declarações dos anexos II e IV;
c) de Instrumento público de Procuração ou Instrumento Particular com firma reconhecida, indicando um único representante legal a manifestar-se em qualquer fase desta licitação, em nome da empresa, devendo para tanto, juntar fotocópia da cédula de identidade do mesmo, e exibir o original para conferência, ficando a licitante obrigada a acatar as declarações de seu preposto. (Anexo III)

d) Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, juntamente com fotocópias da cédula de identidade do mesmo.

7. NÃO PODERÃO CONCORRER, DIRETAS OU INDIRETAMENTE, NESTA LICITAÇÃO.

7.1. Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

7.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Publicitária direta ou indireta, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

7.3. Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

8.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. A proposta de Preços e a Documentação de Habilitação deverão ser apresentadas no local, dia e hora, determinados no Edital, em envelopes separados, devidamente fechados e rubricados no fecho, assim denominados:

a) Envelopes nº 1 : Proposta de Preços ; e

b) Envelope nº 2 : Documentos de habilitação

8.1.1. Os envelopes deverão conter, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta de Preços

Entidade de Licitação

Edital do Pregão nº 19/2015

Razão Social do Proponente:

CNPJ nº:.....

Envelope nº 2 – Documento de Habilitação

Entidade de Licitação

Edital de Pregão nº 19/2015

Razão Social do Proponente :

CNPJ nº:.....

8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em 01 (uma) via, de documento próprio, escrito em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, assinada e rubricada todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente, contendo:

a) Termo de Proposta relacionando itens cotados para cada lote proposto, conforme descrito no termo de Referência, Anexo, do presente Edital;

b) Endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver para contato, o nome e o número do Banco, Agência, Localidade e Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito;

c) Especificações do material de forma clara, descrevendo detalhadamente as características, técnicas e marca dos produtos ofertados;

d) Preço unitário e total, conforme TERMO DE REFERENCIA - ANEXO, para o item ofertado, em real, expressos em algarismo, de forma clara e precisa, limitado rigorosamente ao objeto dessa licitação, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;

e) Em caso de Divergências entre o preço unitário e total, será considerado o primeiro;

f) Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os materiais ser entregues sem ônus adicionais;

g) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;

h) Garantia de que os materiais serão substituídos, sem ônus para a Entidade de Licitação, caso não estejam de acordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;

i) Serão desclassificados as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou

apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento e, ainda, proposta que apresente valores unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivos ou manifestamente inexeqüíveis.

9. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, Documentos de Habilitação, será publicada e dirigida pela Pregoeira, na data, horário e local e, nos termos determinados neste Edital, devendo os envelopes ser entregues lacrados da seguinte forma:

9.2. O envelope nº 01 (Proposta de Preços) juntamente com o credenciamento onde comprove que o interessado ou o seu representante legal possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

9.3. O envelope nº 2 (Documentos de Habilitação) com a declaração de que atende os requisitos (conforme Anexo).

9.4. Declarada a abertura da sessão pela Pregoeira, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes, juntamente com declarações dos interessados ou de seus representantes, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, em conformidade com a Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520.

9.5. Serão abertos os envelopes contendo as Propostas de Preços, cujos documentos serão lidos, conferidos e rubricados pela Pregoeira e pelos participantes que o desejarem.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDIÇÃO

10.1. Para julgamento das propostas será adotado o critério de menor lance ofertado para os lotes.

10.2. As propostas que estiverem acima do valor máximo estipulado no Anexo - Termo de referência serão Desclassificadas.

10.3. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, a Pregoeira e sua equipe de apoio classificará o licitante autor da proposta de menor do lote, e aqueles que tenham apresentados proposta em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, conforme disposto no inciso VI do artigo nº 11 do Decreto nº 3.555/2000.

10.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item acima, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de 03 (três), para que seus proponentes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas, conforme disposto no inciso VII, do artigo 11, do mesmo decreto.

10.5. O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas escritas e quando não houver lances para definir o desempate. Neste caso o desempate ocorrerá por meio de sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

10.6. Aos licitantes classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo último classificado e prosseguindo-se com os demais licitantes em ordem decrescente de classificação.

10.7. Os lances verbais destinam-se a cobrir o lance do primeiro classificado, ou seja, tem de ser, obrigatoriamente, inferior a este, não sendo aceitos lances para igualar valores, nem cujo resultado aferido seja dízima, caso em que o mesmo será arredondado para menor.

10.8. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço do lote e o

respectivo valor do preço máximo para a aquisição dos materiais.

10.10. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenada às propostas exclusivamente pelo critério de menor preço por lance, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

10.11. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus Anexos, será declarado pela Pregoeira o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.12. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável ou seu autor não atender aos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subseqüente, na ordem de classificação, até a apuração do licitante que atenda a todas as exigências do Edital, inclusive quanto à documentação de habilitação, o qual será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto.

10.13. Nas situações previstas nos subitem acima, a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para tentar obter preço melhor.

10.14. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

10.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que no final, deverá ser assinada pela Pregoeira e licitantes presentes.

10.16. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e nem firam os direitos dos demais licitantes.

11. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

11.1. Os PROPONENTES deverão apresentar no Envelope nº 2 - "Documentos de Habilitação" que demonstrem atendimento às exigências que são indicadas a seguir:

11.2. Para fins de habilitação, as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

11.2.1 RELATIVAMENTE À SITUAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratado de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

c) Decreto de autorização devidamente publicado, em se tratado de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de investidura ou nomeação da diretoria em exercício.

e) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF);

11.2.2. RELATIVAMENTE À REGULARIDADE FISCAL:

a) Certidão de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRS, EMITIDA PELA Caixa Econômica Federal - CEF;

b) Certidão Negativa de Débitos - CND, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio fiscal da Filial, em caso de empresas de outros Estados, e da Matriz em caso de empresas locais ou de empresas de outros Estados sem filial no local da licitação.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio de apresentação da certidão Negativa ou Positiva, com efeito, de Negativa.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal por meio da apresentação da Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, comprovando sua regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio fiscal.

f) Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho;
h) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da Proposta.

11.2.3 AS LICITANTES DEVERÃO AINDA OBSERVAR:

11.3. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

11.4. Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da equipe de apoio do Pregão ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.5. As empresas estrangeiras não estabelecidas no Brasil terão que anexar:

11.5.1 Comprovação, pelos meios usuais no país de origem da Licitante, de sua regularidade jurídico / fiscal;

11.5.2 Demonstrativos financeiros e contábeis, a fim de comprovar que a Licitante tem capacidade financeira necessária para executar o contrato;

11.5.3 A Entidade de Licitação reserva-se o direito de cópias dos documentos constitutivos da licitante a fim de confirmar a sua nacionalidade.

11.6 Os documentos apresentados com a validade expirada, acarretarão a inabilitação do proponente. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias, da data de sua emissão.

11.7 A licitante que for isenta do cumprimento de alguma das exigências habilitatórias, deverá apresentar cópia autenticada do ato ou Decreto ou publicação em imprensa oficial, concedendo a isenção.

11.8 Os documentos emitidos pela Internet somente terão validade se forem em Original ou Autenticados por Cartório competente.

11.9 Caso não compareça ao ato de abertura o representante legal da empresa, somente o preposto, devidamente credenciado, poderá manifestar-se na licitação.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.2 Caberá a Pregoeira decidir sobre o pedido de impugnação do Edital no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme estabelecido no 1º Artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000.

12.3. Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. Depois de declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, sua intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar as contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente haverá a adjudicação do objeto da licitação pela Pregoeira ao vencedor.

13.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento e, se oral, será reduzida a termo em ata.

13.5. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedidos, a autoridade competente homologará a adjudicação do objeto a licitante vencedora.

14. DAS PENALIDADES

14.1. As licitantes, participantes deste certame, que cometerem os delitos mencionados no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e art. 14 do decreto nº 3.555, de 08/08/2000, estão sujeitadas às penalidades neles previstas.

14.2. As multas serão calculadas em 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da fatura, por dia em que, sem justa causa, a licitante vencedora não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão, até o máximo de 10 (dez) dias, quando então incidirá em outras comissões legais.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O descumprimento das obrigações e demais condições do Edital sujeitará a Licitante às seguintes sanções, quando for o caso:

I. Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com o Poder Público;

II. Multa de 1% (um por cento) ao dia e até 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, pelo atraso da entrega do material;

III. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Poder Público por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

15.2. Fica facultada a defesa prévia da licitante, em qualquer caso de aplicação de penalidades, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

16. DO PAGAMENTO

16.1. Os pagamentos serão efetuados até 10 (dez) dias após a entrega de cada fragmento do objeto, na quantidade solicitada pela Contratante e mediante a apresentação da Nota Fiscal.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº

03	DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
001	DEPTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
0004	ADMINISTRACAO
0122	ADMINISTRACAO GERAL
1301	ADMINISTRAÇÃO GERAL
2003	Manutenção das Atividades Administrativas
44905233000000	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO,VIDEO E FOTO
01000000	Recursos Ordinários

18. REAJUSTE DE PREÇO

18.1. Os preços apresentados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução deste, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira. Aqueles que agirem de má-fé estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

19.2 O material deverá ser entregue rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.

19.3 Caso a licitante se recuse a executar o objeto contratual ou venha a fazê-lo fora das especificações estabelecidas, a Entidade de licitação poderá, independentemente de qualquer aviso ou

notificação, rescindir o contrato e optar pela convocação dos demais Licitantes na ordem de classificação.

19.4 Fica assegurado à entidade de Licitação o Direito de:

19.5 Adiar a data de abertura da presente Licitação, dando conhecimento aos interessados, através de publicação no Mural Público Municipal, com a antecedência de pelo menos 24(vinte e quatro) horas, antes da data inicialmente marcada;

19.6 Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente pregão, a qualquer tempo, desde que ocorrentes as hipóteses de ilegalidade ou interesse público, dando ciência aos interessados.

19.7 Alterar as condições deste Edital ou qualquer documento pertinente a este Pregão, fixando novo prazo, não inferior a 08 (oito) dias úteis, para a abertura das propostas, a contar da publicação das alterações.

19.8 A participação neste Pregão implicará aceitação integral e irretratável das normas do Edital e do Termo de Referência, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressaltados o direito de impugnação e recurso.

19.9 É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato sessão pública.

19.10 A(s) licitante(s) vencedora(s) ficará(ao) responsável(eis) por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da Entidade de licitação, durante a entrega dos materiais, reparando, às suas custas, os mesmos, sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da Entidade de Licitação.

19.11 A Licitante que pretender obter esclarecimento sobre este Edital e seus anexos deverá solicitá-los por escrito, por meio da carta, telegrama ou fac-símile, enviados ao endereço abaixo, ate 02 dias úteis antes da data estabelecida para a apresentação das propostas, e serão atendidos , dentro do menor prazo, pela Entidade de Licitação que comunicará por escrito aos demais interessados que tenham retirado os Editais. No caso de ausência da solicitação pressupõe-se que os elementos constantes deste ato convocatório são suficientes, claros e precisos, não cabendo, portanto, posteriormente, qualquer reclamação. Solicitar consultas para o seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Presidente Nereu - Santa Catarina
Praça Leão Dehon - 50 - Centro - 88.184-000 Fone / Fax (47)
3362-1108

20. DO FORO

20.1. O foro para solucionar os litígios decorrentes deste Edital é o da Justiça Comum da Comarca de Rio do Sul.

Presidente Nereu, 10 de abril de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, inscrita no CPF 311.191.829-72 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa,pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita

no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO VIARIO POR CIRCUITO DE CAMERAS DE FILMAGEM.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

03
001
0004
0122
1301
2003
44905233000000
01000000

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$
II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do

artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 as 11:30 e das 13:30 às 17:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- advertência;
- multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 19/2015, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico
OAB/SC
ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

..
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ----- (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em _____ de _____ 20

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...
DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório - PREGÃO PRESENCIAL Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo

toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20

DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa , CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20....

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: _____

CNPJ: _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

RUA: _____ Nº. _____ BAIRRO: _____
 CEP: _____ CIDADE: _____ UF: _____ FONE: (_____) _____

Apresentamos nossa proposta para AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO VIARIO POR C IRCUITO DE CAMERAS DE FILMAGEM. da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão nº./20 , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS	QTDDE	UNID	DESCRIÇÃO DO ITEM	COT. MÁX	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	1,00	UN	SISTEMA DE MONITORAMENTO DE VIARIO POR CIRCUITO DE CAMERAS DE FILMAGEM	8.368,4200		
.00001	1,00	UN	CAMERA SPEED DOME 360X180 22X ZOOM	2.605,0000		
.00002	1,00	UN	DVR STAND ALONE 4 CANAIS HD	479,0000		
.00003	1,00	UN	HD SATA INTERNO 2TB	430,0000		
.00004	1,00	UN	CAMERA IR 30 MTS 3.6MM 800 LINHAS DSS	309,5000		
.00005	1,00	UN	MESA CONTROLADORA ANALOGICA PARA SPEED	1.032,6000		
.00006	2,00	UN	NOBREACK 1200 VA SMS	1.320,0000		
.00007	1,00	UN	RACK PAREDE 9U C/ BANDEJA	225,0000		
.00008	1,00	UN	FONTE CFTV 12V 2 AMP.	141,6600		
.00009	2,00	UN	PROTETOR SURTO PARA REDE ELETRICA	300,0000		
.00010	1,00	UN	MAO DE OBRA INSTALACAO, CABEAMENTO E CONFIGURACAO	766,6600		
.00011	230,00	MT	CABO REDE UTP CAT 5E	345,0000		
.00012	230,00	MT	CABO COXIAL EXTERNO 60% MALHA	414,0000		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: ____/____/____

ASSINATURA E CARIMBO

LEILÃO PÚBLICO 22/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

LEILÃO nº22/2015

O Município de Presidente Nereu torna público que fará realizar no dia 27/04/2015 às 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura, LEILÃO do tipo Melhor oferta para ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS LOTE 01: APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO. LANCE INICIAL R\$ 10,00. LOTE 02: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 03: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS. LANCE INICIAL R\$ 50,00. LOTE 04: MÁQUINAS APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS. LANCE INICIAL R\$ 30,00. LOTE 05: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS. LANCE INICIAL R\$ 80,00. LOTE 06: APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS. LANCE INICIAL R\$ 15,00. LOTE 07: MÁQUINAS INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO. LANCE INICIAL R\$ 5,00. LOTE 08: MOBILIÁRIO GERAL. LANCE INICIAL R\$ 350,00. LOTE 09: EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VÍDEO E FOTO. LANCE INICIAL R\$ 20,00. LOTE 10: MOBILIÁRIO GERAL. LANCE INICIAL R\$ 25,00.. de Presidente Nereu. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal, e-mail: compras@presidentenereu.sc.gov.br .

Presidente Nereu, 10 de abril de 2015.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 22/2015

Este edital está registrado na forma da lei.

(Direitos autorais pertencentes ao Leiloeiro Oficial)

O município de PRESIDENTE NEREU, SC, com sede na Praça Leão Dehon, nº 50, Centro, Presidente Nereu, SC, CEP 89.184 000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.102.699/0001 28, Telefone (47) 3362 1108, na forma que dispõe a lei 8.666/93 e suas alterações, através da Leiloeira Pública Oficial SRA. SIMONE WENNING, matrícula AARC/276, ou seus prepostos, comunica aos interessados, que fará realizar LEILÃO PÚBLICO de bens móveis inservíveis, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação. A venda dos bens foi

autorizada por Lei nº 1460, de 07 de abril de 2015.

DATA, HORÁRIO E LOCAL:

DATA: 27 de ABRIL HORÁRIO: 09H 30MIN

LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES, sito a Praça Leão Dehon, nº 50, Centro, Presidente Nereu, SC.

01. DA PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar as pessoas físicas ou jurídicas munidas dos seguintes documentos: PESSOA FÍSICA MAIOR DE 18 ANOS = Identidade e CPF (originais); PESSOA JURÍDICA = C.N.P.J. e Inscrição Estadual. O participante, representante da empresa deverá portar PROCURAÇÃO, com firma reconhecida em cartório, caso não seja proprietário da empresa.

1.1. Não poderão participar do leilão Pessoas Físicas e Jurídicas que se encontrem sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução bem como as que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação ou impedidas de contratar, inclusive os emitentes de cheque sem provisão de fundos, repassados ao(s) leiloeiro(s).

1.2. Não poderão participar quaisquer servidores do Município, entre eles, seus dirigentes, técnicos, empregados, conforme Art. 9º, III da Lei 8.666/93.

IMPORTANTE:

NO ATO DA COMPRA, O ARREMATANTE ENTREGARÁ DOCUMENTO DE IDENTIDADE, PREFERENCIALMENTE, QUE CONSTE SEU CPF E PAGARÁ EM DINHEIRO (ESPÉCIE) ou emitirá cheque próprio que poderá servir como caução. EM NENHUMA HIPÓTESE SERÃO ACEITOS CHEQUES DE TERCEIROS. NÃO SERÃO ACEITAS ARREMAÇÕES EM NOME DE TERCEIROS, SALVO SE O ARREMATANTE ESTIVER MUNIDO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA (com firma de ambos reconhecida em cartório). OS DOCUMENTOS SERVIRÃO PARA PREENCHIMENTOS DE DOCUMENTOS PERTINENTES AO LEILÃO E SERÃO ENTREGUES APÓS O ACERTO PARA O RESPECTIVO ARREMATANTE.

1.3. Todos os presentes assinarão seus nomes e colocarão seus endereços e outros dados na LISTA DE PRESENÇA, que será preenchida já no início do Leilão. Todos os presentes, participantes ou não deverão se identificar e assinar. Essa lista pertence ao(s) leiloeiro(s) e ficará sob arquivo.

1.4. A nenhum participante do Leilão é dado direito de não conhecer os termos do Edital ou da Lei 8.666/93 e alterações. "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que a não conhece". (Decreto, Lei 4.657/42, LICCB).

1.5. Não serão permitidas bebidas alcoólicas e fumantes no ambiente, nem tumultos nem o uso abusivo e perturbador de telefones celulares ou som alto.

1.6. A participação no presente leilão público implica, na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital de Leilão Público, bem como submissão às demais obrigações legais decorrentes.

02. DO OBJETO:

O objeto do presente Edital de Leilão consiste na alienação dos bens constantes do ANEXO I, ao final deste Edital.

2.1. Os bens serão vendidos no estado em que se encontram e é dever do ARREMATANTE / COMPRADOR(a) vistoriar os mesmos com antecipação. As despesas com multas, taxas e impostos geradas até a data do leilão, correrão por conta do Município; as demais despesas como, por exemplo: transferências, emplacemento, fretes, serão pagos por conta do (a) ARREMATANTE.

2.2. Não cabem ao Comitente, nem ao(s) Leiloeiro(s) e/ou seus prepostos quaisquer responsabilidades pela identificação de motores (números, plaquetas e outros), bem como peças, acessórios, defeitos ou vícios ocultos, bem como por possíveis erros de impressão em catálogos, anúncios ou outras publicações referentes ao Leilão.

3. DAS CONDIÇÕES:

3.1. Os bens, objetos do presente leilão, serão arrematados pelo maior lance oferecido à vista. Os participantes que assim o desejarem deverão proferir seus lances, em moeda corrente nacional Real (R\$) em voz alta, sempre em valor crescente.

3.2. O lance que não for sucedido de outro de maior valor, será considerado vencedor, cabendo ao(s) leiloeiro(s) nomeado ou seu preposto, assim declará-lo. Será anotado o nome do vencedor(a), bem como o valor e este deverá efetuar o pagamento a vista NO ATO, em moeda corrente nacional ou através de cheque. (Não serão aceitos cheques de terceiros). A manutenção e o intervalo dos lances ficará a critério do(s) Leiloeiro(s) Oficial.

3.3. O pagamento total deverá ser efetuado IMEDIATAMENTE no ato da arrematação ao(s) Leiloeiro(s), ao seu colaborador ou ao seu preposto nomeado e credenciado, que recolherá os valores totais referentes ao Lote e a Comissão do Leiloeiro (7%) sete por cento sobre o valor do maior lance e separadamente, além do pagamento deverá assinar a Ficha de Arrematação.

3.4. Os bens serão entregues somente após o pagamento integral do valor, seja em espécie ou cheque, este considerado após compensação bancária. (Não serão aceitos cheques de terceiros).

3.5. O não pagamento no momento da Arrematação também implicará na não liberação do bem arrematado e o lote voltará imediatamente ao Leilão, sendo que o lançador sofrerá as penas previstas no artigo 335 do Código Penal Brasileiro, bem como os artigos 93 e 95 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

3.6. Após o apregoamento normal, repassado 2 vezes pelo Leiloeiro, havendo lances inferiores ao mínimo do valor avaliado, estes poderão ser analisados, mas a venda somente será aprovada com concordância da Comissão de Avaliação que estará presente ao leilão e poderá fazer a aprovação na hora do Leilão.

4. DA ADJUDICAÇÃO E DO PAGAMENTO:

4.1. O licitante comprador, por ocasião do arremate, deverá de imediato assinar a "Ficha de Arrematação" e fornecer aos auxiliares do leiloeiro a Carteira de Identidade ou documento equivalente, que será devolvida ao término do leilão, quando da efetivação do pagamento. O descumprimento desta formalidade implicará na não aceitação do lance vencedor, procedendo, se, incontinentemente, a novo apregoamento, sem que caiba ao pseudo arrematante qualquer direito a ressarcimento.

4.2. Após a comprovação do pagamento, com a "Nota de Venda em Leilão", a Prefeitura efetuará a transferência efetiva ao ARREMATANTE / COMPRADOR(a), entregando a este, toda documentação necessária e pertinente a cada Lote, não cabendo ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades sobre isso.

5. DO CANCELAMENTO DE COMPRA, DESISTÊNCIA OU DEVOLUÇÃO:

5.1. Em nenhuma hipótese e sob qualquer alegação serão aceitos cancelamentos, desistências ou devoluções dos lotes arrematados. Se, após a arrematação na hasta, o ARREMATANTE / COMPRADOR (A) não efetivar o pagamento, arcará com uma multa penitencial no valor de 70% (setenta por cento) do valor de sua oferta.

5.2. Estando presente ao Leilão, dando lance ou não, todo participante reconhece a íntegra deste Edital, bem como reconhece o valor ofertado e as despesas ou multas penitenciais (caso haja), como líquido, certo e exigível, desde já dando seu ciente e ordem para protesto e acionamento judicial pelo boleto bancário a ser emitido, através de execução por quantia certa.

5.3. O não cumprimento dos dispostos neste Edital, sujeitará ao ARREMATANTE / COMPRADOR(a) em multa de 70% (SETENTA POR CENTO) sobre o valor do bem arrematado, mais despesas processuais e honorários advocatícios, bem como demais despesas oriundas do processo.

5.4. A prestação de contas do Leiloeiro com o Município ocorrerá imediatamente após o Leilão, salvo melhor juízo.

6. DA RETIRADA, TRANSFERÊNCIA, IMPOSTO, TRANSPORTE:

6.1. O PRAZO PARA RETIRADA DOS BENS É DE 20 (vinte) DIAS. Após o prazo, o ARREMATANTE / COMPRADOR(a) perderá todos os direitos em relação à licitação, perderá o valor pago, bem como perderá a comissão paga ao Leiloeiro. Por conseguinte, a venda será considerada nula, e o(s) bem(ns) revertido(s) ao patrimônio do Município, sem que caiba qualquer indenização. O ARREMATANTE / COMPRADOR(a) ficará sujeito as penas previstas no artigo 335 do Código Penal Brasileiro, bem como os artigos 93 e 95 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações). A retirada dos bens será acompanhada pelo leiloeiro ou seu preposto, além de um funcionário do Município e deverá ser agendada por telefone e ocorrerá somente em horário de expediente da Prefeitura.

6.2. Todos os custos de transferências de veículos, taxas, escrituras, certidões, (quando houver), serão por conta do ARREMATANTE/COMPRADOR(a).

6.3. As despesas com a retirada e transporte dos Bens e os impostos que incidirem sobre a venda e transporte (ICMS e outros), serão de inteira responsabilidade do ARREMATANTE/COMPRADOR(a). O transporte do bem arrematado, assim como as despesas com retirada, carregamento, frete, seguro, taxas etc., correrão por conta e risco do ARREMATANTE/ COMPRADOR(a). No ato da retirada, o ARREMATANTE / COMPRADOR(a) deverá trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários, não sendo permitida a desmontagem ou transformação dos bens arrematados dentro da área em que estão localizados os mesmos.

6.4. Como a todos os interessados é dado o direito de vistoriar os bens a serem vendidos no presente Leilão, os mesmos não poderão alegar, por qualquer circunstância, motivo ou situação, desconhecê-los, nem tampouco ingressar em juízo com Ação Redibitória ou equivalente, a fim de minorar o valor ou pleitear qualquer espécie de indenização. A simples presença e participação no Leilão, já implicam na aceitação deste edital e do estado em que se encontram os bens.

6.5. O Município e o(s) Leiloeiro(s) não se responsabilizarão por eventuais erros de descrição, impressão, defeitos em veículos, máquinas, equipamentos colocados em leilão. Não cabe a respeito de quaisquer itens, quaisquer reclamações posteriores por parte

do (a) arrematante, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, nem direito a reclamação por vícios redibitórios e tão pouco pedir abatimento nos valores.

7. DO LEILOEIRO:

7.1. A Prefeitura nada pagará aos leiloeiros. O Leilão será conduzido pelos Leiloeiros Públicos Oficiais SRA. SIMONE WENNING, matrícula AARC/276 e/ou pelos prepostos, convidados pela administração municipal pela vasta experiência e notório saber.

7.2. Fica reservado ao(s) Leiloeiro(s) indicado(s), o direito de suspender o presente processo licitatório, bem como adiar horários de início do leilão, sem que caiba qualquer reclamação ou pedido de indenização. Os adiamentos deverão ser justificados aos presentes em voz alta.

7.3. No dia do Leilão, o silêncio deve ser observado pelos participantes a fim de que todos os presentes possam ouvir atentamente o que está se procedendo. Caso haja perturbação da ordem, imediatamente será parado o Leilão, chamando, se a Força Pública, a Polícia Militar ou outra, para que a pessoa seja retirada imediatamente do local e esta responderá as consequências Legais, já citadas, além de eventuais perdas e danos. Em seguida, voltará o Leilão normalmente.

8. DA REVOGAÇÃO DO EDITAL

8.1. Fica reservado ao Prefeito Municipal, por interesse público, o direito de revogar, anular, retirar ou incluir partes ou lotes, ou suspender o presente processo licitatório, bem como adiar horários de início do leilão, ou antes, da emissão do documento adjudicatório, sem que caiba qualquer reclamação ou pedido de indenização.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. Da reunião referente ao presente leilão será lavrado Diário ou Auto de Leilão, no qual figurarão todos os lotes vendidos ou não, bem como a correspondente identificação do(s) ARREMATANTE/COMPRADOR(a) com nomes completos, endereços, inclusive com número de CPF ou CNPJ.

9.2. O encerramento do processo de Leilão ocorre com o recebimento do valor total da arrematação, o pagamento da comissão do Leiloeiro Oficial e a entrega do(s) bem(ns) vendido(s) e a prestação de contas do leiloeiro.

10. DAS INFORMAÇÕES GERAIS:

10.1. DO LOCAL PARA VISITAÇÃO E HORÁRIOS:

Os bens encontram-se à disposição para exame dos interessados no CENTRO SOCIAL JOÃO VOLTOLINI, localizado na Rua José de Andrade, Centro, Presidente Nereu, SC, no Horário das 08:30h às 11:30h. a VISITA SERÁ PERMITIDA UM DIA ÚTIL ANTES DO LEILÃO. No dia do leilão, até 11:30 horas.

10.2. As visitas serão acompanhadas de funcionário designado pela Comissão Municipal de Leilão, ou pelo Leiloeiro, ou seu preposto.

10.3. Onde este Edital for omissso, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93, datada em 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, independentes de menção expressa.

10.4. O Leiloeiro, no ato do pregão, não está obrigado a seguir a ordem numérica a que estão dispostos os lotes neste Edital, podendo invertê-la seguindo sua conveniência.

10.5. Como a todos é dado o direito de visita e de vistoria dos bens, entende-se que, participando do Leilão, o interessado

declara tacitamente, ter pleno conhecimento deste Edital e declara que vistoriou previamente os lotes, tendo pleno conhecimento das características de cada bem. Fica, portanto, isento o Município e o(s) Leiloeiro(s) por eventuais vícios (inclusive os ocultos) existentes sobre o(s) bem(ns).

10.6. É proibido ao arrematante do lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de alguma forma negociar o(s) seu(s) bens antes da confecção da nota de venda em leilão ou do pagamento.

10.7. Não haverá sob hipótese alguma a substituição das notas de venda, a não ser por caso fortuito ou de força maior.

10.8. O Município e o(s) Leiloeiro(s) não atenderão e não reconhecerão reclamações de terceiros com quem venha o arrematante a transacionar bens arrematados no presente leilão.

10.9. Este edital está registrado na forma da lei. Direitos autorais pertencentes ao Leiloeiro Oficial. Proibida qualquer forma de reprodução total ou parcial deste edital. Cópias ou reproduções não autorizadas serão punidas na forma da Lei.

Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas na Prefeitura, na Praça Leão Dehon, nº 50, Centro, Presidente Nereu, SC, ou por e-mail: compras@presidentenereu.sc.gov.br ou através dos sites WWW.MASTERLEILOES.COM.BR e www.PRESIDENTE-NEREU.sc.gov.br, ou ainda pelos telefones (47) 3362 1108, (Prefeitura) ou 47 3521 7730 com o(s) Leiloeiro(s).

Presidente Nereu, (SC), 10 de abril de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

*Se os direitos autorais forem usurpados ou subtraídos, ou se forem feitas cópias do todo ou parte deste edital, usaremos de todos os meios jurídicos disponíveis e garantidos por lei federal para ressarcimento dos prejuízos causados pelas cópias indevidas, por qualquer meio e violação dos direitos autorais ou repasse a terceiros desta obra intelectual independente de outras cominações legais.

ANEXO I

LOTE 01: APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO, (Anexo I). LANCE INICIAL R\$ 10,00.

LOTE 02: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS, (Anexo II). LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 03: MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS, (Anexo III). LANCE INICIAL R\$ 50,00.

LOTE 04: MÁQUINAS APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS, (Anexo IV). LANCE INICIAL R\$ 30,00.

LOTE 05: EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, (Anexo V). LANCE INICIAL R\$ 80,00.

LOTE 06: APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, (Anexo VI). LANCE INICIAL R\$ 15,00.

LOTE 07: MÁQUINAS INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO, (Anexo VII). LANCE INICIAL R\$ 5,00.

LOTE 08: MOBILIÁRIO GERAL, (Anexo VIII). LANCE INICIAL R\$ 350,00.

LOTE 09: EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VÍDEO E FOTO, (Anexo IX). LANCE INICIAL R\$ 20,00.

LOTE 10: MOBILIÁRIO GERAL (Anexo X). LANCE INICIAL R\$ 25,00.

Rio do Sul

PREFEITURA

ALESSANDRA SOARES MACHADO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2015, firmado em 23/03/2015, com término previsto para 23/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALESSANDRA SOARES MACHADO, portador(a) do CPF nº 010.061.919-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 263/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 263/2015, iniciando-se a prorrogação em 24/04/2015 e encerrando-se em 22/06/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALESSANDRA SOARES MACHADO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2015, firmado em 03/03/2015, com término previsto para 06/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 048.466.289-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 250/2015, iniciando-se a prorrogação em 07/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA MARIA DE OLIVEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 261/2015, firmado em 19/03/2015, com término previsto para 22/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA MARIA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 601.163.319-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 261/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 261/2015, iniciando-se a prorrogação em 23/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA MARIA DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

BIANCA DA SILVA ORSO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2015, firmado em 06/03/2015, com término previsto para 08/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BIANCA DA SILVA ORSO, portador(a) do CPF nº 077.423.169-60, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 254/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 254/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 07/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

BIANCA DA SILVA ORSO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CARMEN MARIA HINCKEL - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2015, firmado em 13/03/2015, com término previsto para 16/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CARMEN MARIA HINCKEL, portador(a) do CPF nº 891.668.419-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 257/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a

vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 257/2015, iniciando-se a prorrogação em 17/04/2015 e encerrando-se em 10/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma. Rio do Sul, 14/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CARMEN MARIA HINCKEL

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2015 - ELIZA HELENA AREIAS GOMES

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIZA HELENA AREIAS GOMES, portador(a) do CPF nº 042.801.589-16, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Angelo Pedroso, nº 379, Bairro Centro - Agrônômica - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Informática, nível II 90%, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Pedro dos Santos (10h) e Centro Educacional Sebastião Back (10h), em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.438,34 (Mil quatrocentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único ☐ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 13/04/2015 e encerrando-se em 12/05/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº. 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo

sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 09 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	ELIZA HELENA AREIAS GOMES
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA - 3º TERMO ADITIVO

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 17/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA, portador(a) do CPF nº 016.914.199-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 179/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/04/2015 e encerrando-se em 16/06/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 4630, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4630, de 01 de abril de 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - FMS.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 09/2015 - FMS, de 17.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- JK PNEUS LTDA;
- AUTO ELITE LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

01 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO Nº 4630/2015

Pregão Presencial nº 09/2015 - FMS, de 17.03.2015.

Objeto da licitação: Registro de preços para aquisição de pneus para atender necessidade da frota. Secretaria Municipal de Saúde.

Participantes:

- JK PNEUS LTDA;
- AUTO ELITE LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedores os licitantes:

- JK PNEUS LTDA;
- AUTO ELITE LTDA.

DENISE DOS SANTOS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2015, firmado em 27/02/2015, com término previsto para 01/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DENISE DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 936.178.529-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 248/2015, iniciando-se a prorrogação em 02/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DENISE DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DIANDRA ROCHA ZUCATELLI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, firmado em 24/02/2015, com término previsto para 02/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DIANDRA ROCHA ZUCATELLI, portador(a) do CPF nº 078.104.379-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 245/2015, iniciando-se a prorrogação em 03/04/2015 e encerrando-se em 28/05/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DIANDRA ROCHA ZUCATELLI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 001 DO EDITAL DE CONCURSO INTERNO PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO Nº. 001 DO EDITAL DE CONCURSO INTERNO PARA AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que o Edital de Concurso Interno para Ampliação de Carga Horária do Magistério Público Municipal nº. 001/2015, sofreu a seguinte alteração:

Onde se lê:

4. DAS VAGAS

DISCIPLINA	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ATUAÇÃO
Anos Iniciais	01	20h	CE Roberto Machado
Anos Iniciais	01	20h	CE Daniel Maschio
Anos Iniciais	01	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Educação Física	01	10h	CE Willy Schleumer
Educação Física	01	40h	Escola Modelo Ella Kurth
Educação Física	01	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Educação Física	01	20h	CE Anibal de Barba
Educação Física	01	20h	CE Ricardo Marchi
Artes	01	30h	Escola Modelo Ella Kurth
Artes	01	10h	CE Roberto Machado
Artes	01	10h	CE Pedro dos Santos
Artes	01	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Inglês	01	40h	CE Roberto Machado
Matemática	01	30h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Matemática	01	10h	CE Sebastião Back
Geografia	01	20h	CE Willy Schleumer
Geografia	01	20h	CE Guilherme Butzke
História	01	20h	CE Roberto Machado

Ensino Religioso	01	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli CE Anibal de Barba
Ensino Religioso	01	40h	CE Ulrich Hubsch CE Pedro dos Santos CE Roberto Machado CE Willy Schleumer
Ensino Religioso	01	40h	CE Daniel Maschio CE Ricardo Marchi Escola Modelo Ella Kurth CE Sebastião Back
Ensino Religioso	01	10h	CE Sebastião Back

Leia-se:

4. DAS VAGAS

DISCIPLINA	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ATUAÇÃO
Anos Iniciais	01	20h	CE Roberto Machado
Anos Iniciais	01	20h	CE Daniel Maschio
Anos Iniciais	01	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Educação Física	01	10h	CE Willy Schleumer
Educação Física	01	40h	Escola Modelo Ella Kurth
Educação Física	01	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Educação Física	01	20h	CE Anibal de Barba
Educação Física	01	20h	CE Ricardo Marchi
Artes	01	30h	Escola Modelo Ella Kurth
Artes	01	10h	CE Roberto Machado
Artes	01	10h	CE Pedro dos Santos
Artes	01	20h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Inglês	01	40h	CE Roberto Machado
Matemática	01	30h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli
Matemática	01	10h	CE Sebastião Back
Geografia	01	20h	CE Willy Schleumer
Geografia	01	20h	CE Guilherme Butzke
História	01	20h	CE Roberto Machado
Ensino Religioso	01	40h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli CE Anibal de Barba
Ensino Religioso	01	40h	CE Ulrich Hubsch CE Pedro dos Santos CE Roberto Machado CE Willy Schleumer
Ensino Religioso	01	40h	CE Daniel Maschio CE Ricardo Marchi Escola Modelo Ella Kurth CE Sebastião Back
Ensino Religioso	01	10h	CE Sebastião Back
Inglês	01	30h	CE Prefeito Luis Adelar Soldatelli

Art. 1º Permanecem inalterados os demais itens e subitens do referido edital.

Art. 2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 10 de abril de 2015.

REGINA GARCIA FERREIRA	GIVANILDO SILVA
Secretária Municipal de Educação	Secretário Municipal de Administração

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito Municipal

EMILIA FRUTUOSO LANGE - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 262/2015, firmado em 20/03/2015, com término previsto para 20/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EMILIA FRUTUOSO LANGE, portador(a) do CPF nº 800.033.629-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 262/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 262/2015, iniciando-se a prorrogação em 21/04/2015 e encerrando-se em 18/06/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

EMILIA FRUTUOSO LANGE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

GRAZIELE PEREIRA MARTINS - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 256/2015, firmado em 12/03/2015, com término previsto para 10/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRAZIELE PEREIRA MARTINS, portador(a) do CPF nº 090.406.909-52, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 256/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 256/2015, iniciando-se a prorrogação em 11/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 09/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

GRAZIELE PEREIRA MARTINS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 03/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO, portador(a) do CPF nº 082.962.939-43, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 230/2015, iniciando-se a prorrogação em 04/04/2015 e encerrando-se em 06/05/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DA LUZ DEMETRIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JOSELAINE CRISTINE BARBOSA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 253/2015, firmado em 05/03/2015, com término previsto para 08/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSELAINE CRISTINE BARBOSA, portador(a) do CPF nº 076.330.409-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 253/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 253/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOSELAINE CRISTINE BARBOSA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LACI PEREIRA DA SILVA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 246/2015, firmado em 26/02/2015, com término previsto para 01/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LACI PEREIRA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 614.734.059-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 246/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 246/2015, iniciando-se a prorrogação em 02/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LACI PEREIRA DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LUCIANA MACHADO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2015, firmado em 26/02/2015, com término previsto para 01/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIANA MACHADO, portador(a) do CPF nº 008.803.589-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 247/2015, iniciando-se a prorrogação em 02/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIANA MACHADO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MARISA RODRIGUES VIEIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2015, firmado em 18/03/2015, com término previsto para 22/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISA RODRIGUES VIEIRA, portador(a) do CPF nº 045.313.919-18, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 259/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 259/2015, iniciando-se a prorrogação em 23/04/2015 e encerrando-se em 10/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARISA RODRIGUES VIEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 249/2015, firmado em 27/02/2015, com término previsto para 01/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO, portador(a) do CPF nº 915.043.509-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 249/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 249/2015, iniciando-se a prorrogação em 02/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MILCE GOMES DE ALMEIDA MACANEIRO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA Nº 0245/RH

PORTARIA N. 0245/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor VALDONIR DOLZAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, com jornada de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, para desempenhar as funções do cargo Operador de Equipamentos, no período de 01/04/2015 a 31/10/2015.

Parágrafo 1º Esta designação está em conformidade com o Memorando nº 044/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Parecer Jurídico nº 006/2015 da Procuradoria Geral do Município, tendo em vista a necessidade dos serviços e prazo para realização e conclusão de Concurso Público.

Parágrafo 2º Durante a designação o servidor fará jus a remuneração do cargo de Operador de Equipamentos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PORTARIA Nº 0244/RH

PORTARIA N. 0244/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor MARCOS ROBERTO WOLFF DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, com jornada de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, para desempenhar as funções do cargo Operador de Equipamentos, no período de 01/04/2015 a 31/10/2015.

Parágrafo 1º Esta designação está em conformidade com o Memorando nº 044/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Parecer Jurídico nº 006/2015 da Procuradoria Geral do Município, tendo em vista a necessidade dos serviços e prazo para realização e conclusão de Concurso Público.

Parágrafo 2º Durante a designação o servidor fará jus a remuneração do cargo de Operador de Equipamentos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PORTARIA Nº 0246/RH

PORTARIA N. 0246/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor EDSON TRAPP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, com jornada de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, para desempenhar as funções do cargo Lubrificador, no período de 01/04/2015 a 31/10/2015.

Parágrafo 1º Esta designação está em conformidade com o Memorando nº 044/2015 da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e Parecer Jurídico nº 006/2015 da Procuradoria Geral do Município, tendo em vista a necessidade dos serviços e prazo para realização e conclusão de Concurso Público.

Parágrafo 2º Durante a designação o servidor fará jus a remuneração do cargo de Lubrificador.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de abril de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PREGÃO PRESENCIAL 045/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015

OBJETO: Contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a instituição de ensino superior especializada em elaboração e aplicação de concurso público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do município de Rio do Sul. Secretaria de Educação.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 28/04/2015, às 08:30h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 28/04/2015, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Licitações.

Rio do Sul (SC), 10 de abril de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RODRIGO RINGENBERG - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 258/2015, firmado em 13/03/2015, com término previsto para 16/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RODRIGO RINGENBERG, portador(a) do CPF nº 099.203.009-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 258/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 258/2015, iniciando-se a prorrogação em 17/04/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 14/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RODRIGO RINGENBERG

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2015, firmado em 05/03/2015, com término previsto para 08/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA, portador(a) do CPF nº 970.102.279-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 252/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/04/2015 e encerrando-se em 04/05/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

TERMO DE CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO Nº 009/2014 - GISELE PEREIRA**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) GISELE PEREIRA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 009/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte,

respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 25 de março de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO - SILMARA APARECIDA BOESING

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SILMARA APARECIDA BOESING, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos, sito a Praça 25 de Julho, n. 01, Bairro Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação no cargo de provimento ACT Profissional de Educação Física na Saúde, 40 HORAS SEMANAIS, EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 006/2014.

Salientamos que conforme dispõe o referido edital, a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e o candidato que deixar de comparecer no prazo acima previsto, perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 10 de abril de 2015.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 03/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 07/2.015

PREGÃO PRESENCIAL 03/2.015

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através do seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 816/2.015, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO (PREÇO GLOBAL POR LOTE), no dia 29/04/2015, às 10:00 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, visando o Registro de Preços para Aquisição Futura de Equipamentos e Materiais de Informática, para atender as necessidades do Poder Legislativo de Rio do Sul de acordo com as especificações do Edital e seus Anexos. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade da Câmara, no endereço acima, pelo site: <www.camarariosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 10 de abril de 2.015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

Presidente

FERNADO GUEDES

Pregoeiro

PORTARIA Nº 835/2015

PORTARIA Nº 835, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Nomeia o Assessor Parlamentar Victor Matheus Teixeira Pompilio

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 13 de abril de 2015, VICTOR MATHEUS TEIXEIRA POMPILIO, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de abril de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 787, DE 10 DE ABRIL DE 2015

RESOLUÇÃO No 787, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Autoriza pagamento de 4 e ½ (quatro e meia) diárias, inscrição e indenização de transporte a servidores

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que no uso de suas atribuições regimentais, a Câmara Municipal decreta e promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de 4 e ½ (quatro e meia) diárias aos servidores Roberto Andrade Bastos, ocupante do cargo de Procurador Jurídico Legislativo, e Leonardo Simon Rutzen, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, no valor de R\$ 1.604,79 (um mil seiscentos e quatro reais e setenta e nove centavos) cada, para participarem do "IX Congresso Mineiro de Direito Administrativo: O direito administrativo no século XXI", a ser realizado entre os dias 11 e 13 de maio do corrente ano, tendo como local o auditório do Ouro Minas Palace Hotel, na cidade de Belo Horizonte - Minas Gerais.

Art. 2º Fica ainda autorizado o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais) a cada participante.

Art. 3º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre o município de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 5 de outubro de 2010.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, inclusive as passagens aéreas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de abril de 2015.

JEFERSON VIEIRA

Presidente da Mesa

ZELI DA SILVA

Vice-Presidente

DIONÍSIO MAÇANEIRO

1º Secretário

MÁRIO MIGUEL

2º Secretário

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**TERMO ADITIVO Nº 16/2015 FMS**

TERMO ADITIVO Nº 16/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 15/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO PROGRESSO, ESTRADA SÃO BENTO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos dezessete (17) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Progresso, estrada São Bento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 18 de maio de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Eduardo Aragão Silva
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TERMO ADITIVO Nº 17/2015 FMS

TERMO ADITIVO Nº 17/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 16/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO TABOÃO, RUA NILCÉIA REINERT CEOLIN. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos dezessete (17) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Taboão, rua Nilcéia Reinert Ceolin. Fundo municipal de saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga- se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 17 de maio de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Eduardo Aragão Silva
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 20/2015 FMS

TERMO ADITIVO Nº 20/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 14/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO BUDAG, RUA ARTUR SIEWERDT.

Aos dezessete (17) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti,154, Centro neste ato representada pelo Secretário

Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Budag, rua Artur Siewerdt.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 17 de maio de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Eduardo Aragão Silva
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

CPF:

TERMO ADITIVO Nº 21/2015 FMS

TERMO ADITIVO Nº 21/2015 DE PRORROGAÇÃO DE DATA - EDITAL LICITAÇÃO Nº 11/2014 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO BAIRRO RAINHA, RUA WILAND KURTH.

Aos dezessete (17) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, 154, Centro neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, ora denominado CONTRATANTE, e outro lado a empresa METRO CUBICO ENGENHARIA EIRELI EPP, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ sob nº 06.973.540/0001-38 denominado de CONTRATADA, entre si celebram o presente Contrato de prorrogação de término prestação de serviço, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de serviços e materiais para construção de unidade básica de saúde no bairro Rainha, rua Wiland Kurth.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA PRORROGAÇÃO

Prorroga-se a vigência do contrato para prestação de serviço para 90 (noventa) dias até 17 de maio de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2015.

Luiz Carlos Zanis
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

Eduardo Aragão Silva
METRO CÚBICO ENGENHARIA EIRELI EPP
Contratada

CPF:

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº80/2015 PAULA REGINA GNOATTO

DECRETO Nº 080/2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, temporariamente, a Sra. PAULA REGINA GNOATTO, nascida em 07/12/1985, portador da RG nº. 4283330, inscrita no CPF sob nº. 053.870.909.02, para ocupar o cargo de Professora de Educação Física, 20 horas semanais, Código 1052 lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 10 de Abril de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

DECRETO Nº81/2015 JOÃO LUCAS MACHADO

DECRETO Nº 081/2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, temporariamente, o Sr. JOÃO LUCAS MACHADO, nascida em 17/06/1955, portador da RG nº. 6067957, inscrito no CPF sob nº. 099.337.829-32, para ocupar o cargo de Técnico em Agropecuária, 40 horas semanais, Código 40 do quadro de pessoal permanente do Município de Santa Terezinha do Progresso, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, a partir de 10 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 10 de Abril de 2015.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ELISANGELA SASSI
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS
MATRICULA Nº1300/5

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 94/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 94/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 13:30 horas do dia 29 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA RAMP A EM CONCRETO ARMADO NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL PROFESSORA ADÉLIA LUTZ, SITUADO NA RUA ALTO PARAGUAÇÚ, ESQ. COM A RUA CAMPO TENENTE, BAIRRO CRUZEIRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS EM ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

DECRETO Nº 919/2015

DECRETO Nº 0919, DE 07 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(444) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 - Agricultura

Atividade: 2.017 - Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(441) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ.... R\$ 1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 920/2015

DECRETO Nº 0920, DE 09 DE ABRIL DE 2015

CONVOCA A XIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE - ETAPA MUNICIPAL DA XV CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que se dispõe o artigo 137 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.142/90.

Art. 2º. Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, em reunião ordinária do dia 30 de março de 2015, fica convocada a XIII Conferência Municipal de Saúde, Etapa Municipal da XV Conferência Nacional de Saúde para o dia 21 de maio de 2015.

Art. 3º. O tema central da conferência será: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro."

Art. 4º. A Conferência Municipal de Saúde será realizada no Auditório da Sociedade Ginástica e Desportiva São Bento.

Art. 5º. A Conferência Municipal de Saúde será presidida e coordenada pelo Secretário Municipal de Saúde.

Art. 6º. As normas de organização e funcionamento da Conferência Municipal de Saúde serão expedidas através de regimento, já deliberado pelo Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária e publicado através de Portaria da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 09 de Abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

III RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

III RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 61/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA PAPANDUVA, BAIRRO CRUZEIRO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS

E CONTRATO DE REPASSE Nº 791370/2013/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1009071-48/2013, sofreu alterações no valor total dos serviços na Planilha de Orçamento, Cronograma Físico Financeiro e Valor Total Máximo da Obra. Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, sito www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao. Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, abre-se o prazo da abertura do Edital Concorrência Pública nº 61/2015 do dia 11/05/2015 às 09:00 horas para o dia 14/05/2015 às 09:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 08:30 horas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

LEI Nº 3497/2015

LEI Nº 3497, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR CONVÊNIO PARA REPASSAR CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a firmar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 83.172.478/0001-26.

Parágrafo único. O Convênio de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que é parte integrante desta Lei.

Art. 2º Fica o Município autorizado a repassar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul a contribuição financeira no valor de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) da seguinte forma:

- 01 parcela de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais);
- 08 parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. O recurso, objeto deste artigo, será aplicado em despesas com manutenção da entidade - R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e aquisição de uniformes escolares - R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), conforme plano de trabalho constante no Processo Administrativo nº 893/2015.

Art. 3º Na aplicação dos recursos originários desta Lei, será obedecido o que os Decretos nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "Estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e firmar convênio com o município de São Bento do Sul" e que "Aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos".

Art. 4º A entidade deverá apresentar a prestação de contas, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, junto ao Departamento de Controle Interno.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE DE SÃO BENTO DO SUL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 86.051.398/0001-00, com sede e foro à Rua Jorge Lacerda, n. 75, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Prefeito Municipal, FERNANDO TURECK, residente e domiciliado em São Bento do Sul/SC, CPF nº 033.667.519-40, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE de São Bento do Sul, com sede na Rua Henrique Schwarz, nº 294, Centro, CNPJ nº 83.172.478/0001-26, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Harriet Hackbarth, residente e domiciliado na Rua Ernesto Pfau, nº 31, Apto 21, Bairro Schramm, CPF nº 034.912.139-75, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção com despesas da APAE no ano de 2015 e aquisição de uniformes escolares, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 893/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Segunda serão repassados pelo CONCEDENTE, em 09 (nove) parcelas, sendo: (1) uma de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e 08 (oito) parcelas de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira em abril de 2015.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco do Brasil, Agência 5223-x, Conta Corrente nº 6281-2 a favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 02 - Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 0.049 - Auxílio Financeiro para Associações de Moradores e outras Entidades

Elemento de Despesa: 3.3.50.43 - Subvenções Sociais

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e

Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos

contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas

e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro

da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

HARRIET HACKBARTH

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul

TESTEMUNHAS:

Pedro Ivo Diener Cleusa Piccoli Vieira

Chefe de Gabinete Assessora de Gabinete

LEI Nº 3498/2015

LEI Nº 3498, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO, CNPJ/MF 07.202.151/0001-71 no valor total de até R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), objetivando a manutenção da modalidade de futsal feminino durante o ano de 2015.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação São Bentense de Futsal Feminino.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação São Bentense de Futsal Feminino.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de

Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.
Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.202.151-0001-71, estabelecida à Rua Francisca Rueckel, nº 126, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente ODIMAR RODRIGUES DA LUZ, brasileiro, divorciado, professor, portador da Carteira de Identidade nº 3.570.705, CPF/MF nº 550.550.959-20, residente e domiciliado à Wenceslau Pscheidt, 300, fundos, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Futsal Feminino com custeio de despesas administrativas e contábeis, medicamentos, taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, transporte, uniformes, materiais esportivos e vale transporte, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1416/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, conforme Plano de Aplicação apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa

Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 2995-4 a favor da Associação São Bentense de Futsal Feminino.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ODIMAR RODRIGUES DA LUZ

Presidente da Associação São Bentense de Futsal Feminino

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

LEI Nº 3499/2015

LEI Nº 3499, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ACADEMIA DE ATLETAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ACADEMIA DE ATLETAS, CNPJ/MF 07.098.558/0001-09, no valor total de até R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), objetivando a manutenção da modalidade de Futebol de Campo, durante o ano de 2015.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Academia de Atletas.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Academia de Atletas.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ACADEMIA DE ATLETAS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ACADEMIA DE ATLETAS, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.098.558/0001-09, estabelecida à Rua Afonso Grosskopf, nº 135, Colonial, em São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente VANDERLEI MACHADO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.557, CPF/MF nº 835.943.539-15, residente e domiciliado à Rua Ernesto Kautnicki, s/ nº, Bairro Cruzeiro, CEP 89286-070, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Academia de Atletas com custeio de taxa de inscrição, alimentação, hospedagem e transporte, para participação em competições esportivas da modalidade de futebol de campo, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1538/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 8 parcelas, conforme Plano de Aplicação apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco 104 - Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 2.806-0 a favor da Academia de Atletas.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na

conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço,

folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

VANDERLEI MACHADO

Presidente da Academia de Atletas

TESTEMUNHAS

Nome: _____

CPF nº _____

Nome: _____

CPF nº _____

LEI Nº 3500/2015

LEI Nº 3500, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA REPASSE DE CONTRIBUIÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a repassar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 83.172.478/0001-26, o valor de R\$ 3.180,00 (três mil, cento e oitenta reais), em parcela única.

Art. 2º O valor repassado destina-se a custear despesas relacionadas à filmagem, sonorização, iluminação e divulgação do evento Semeador, que se realizará no dia 29 de abril de 2015, de acordo com o plano de trabalho constante no Processo Administrativo nº 1263/2015.

Art. 3º A prestação de contas dos recursos repassados deverá ser feita junto ao Departamento de Controle Interno, conforme disposto no Decreto Municipal nº 0034/2013 - que estabelece requisitos para o recebimento de subvenção social, contribuição e firmar convênio com o Município de São Bento do Sul, e o Decreto nº 0098/2013 - que aprova o manual de orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos.

Art. 4º O beneficiário prestará contas dos recursos em até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento, sob pena de ressarcimento ao município.

Art. 5º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3501/2015

LEI Nº 3501, DE 08 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO, CNPJ/MF 07.182.021/0001-14 no valor total de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de judô durante o ano de 2015.

Parágrafo único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Nintai de Judô São Bento.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Nintai de Judô São Bento.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.182.021/0001-14, estabelecida à Rua Rodolfo Klaumann, 172, Bairro Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Presidente Marcelo Pinto Cordeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 4.245.887, CPF/MF nº 477.404.690-68, residente e domiciliado à Rua Padre Henrique Müller, 399, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação Nintai de Judô São Bento com o custeio das despesas referentes à manutenção da associação, taxas de inscrições, uniformes, material esportivo, alimentação, hospedagem, transporte, despesas administrativas e contábeis, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1609/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 9 parcelas, conforme plano de trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 00200109/7 a favor da Associação Nintai de Judô São Bento.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

O CONVENENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;
- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

MARCELO PINTO CORDEIRO

Presidente da Associação Nintai de Judô São Bento

TESTEMUNHAS

Nome: _____ CPF _____

Nome: _____ CPF _____

PORTARIA Nº 8673/2015

PORTARIA Nº 8673, DE 08 DE ABRIL DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal/88, c/c o artigo 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, e art. 25, II, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 01 de abril de 2015, aposentadoria por invalidez proporcional à seguradora MARIA LUIZA MICHELS OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal da Fazenda - em extinção, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe C, matrícula nº 24200, lotada na Secretaria Municipal de Finanças.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 1451/2015, deferido pelo

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8674/2015

PORTARIA Nº 8674, DE 08 DE ABRIL DE 2015

Concede Função Gratificada

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 701/2003,

RESOLVE:

CONCEDER, a partir de 01 de abril de 2015, a função gratificada de Responsabilidade Técnica Médica Veterinária - SIM, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), ao servidor JACKSON BAIA LOPES, ocupante do cargo de Médico Veterinário, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8675/2015

PORTARIA Nº 8675, DE 08 DE ABRIL DE 2015

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2015,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, MAILA CELIA PEREIRA, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 06 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8676/2015

PORTARIA Nº 8676, DE 08 DE ABRIL DE 2015

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2015,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, SIMONE BUENO DE LACERDA, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 01 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8677/2015

PORTARIA Nº 8677, DE 08 DE ABRIL DE 2015

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 009/2014,

RE S O L V E:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Saúde, EDUARDO FELIPPE MELCHIORETTO, na função de Médico Urologista, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 06 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 08 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8678/2015

PORTARIA Nº 8678, DE 09 DE ABRIL DE 2015

Revoga Portaria nº 8635/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 27 de março de 2015, a Portaria nº 8635/2015 que nomeou LINDOMAR SIQUEIRA no cargo de Coordenador de Serviços de Roçada, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 09 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8679/2015

PORTARIA Nº 8679, DE 09 DE ABRIL DE 2015

Nomeia Coordenador de Serviços

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 30 de março de 2015, LINDOMAR SIQUEIRA, no cargo de Coordenador de Serviços de Roçada, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 09 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 29/2015**

Pregão Presencial nº 29/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 29/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 28 de março de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de serviços de lavagem para os veículos linha pesada da frota do SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(93) 3.3.90.30.00.00 - Setor de Abastecimento de Água - Exercício Vigente

(95) 3.3.90.30.00.00 - Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Carlos**PREFEITURA****NA PROC N.33/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS

CNPJ: 82.945.718/0001-15

Rua Demétrio Lorenz, 747

C.E.P.:89885-000 -São Carlos -SC

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2015 -PR

Processo Administrativo: 33/2015

Processo de Licitação: 33/2015

Data do Processo: 19/03/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE PASTAGENS - MANUTENÇÃO DE PROGRAMA

Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2015

LCIITAÇÃO DESERTA

São Carlos, 8 de Abril de 2015

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO CONT N.18-19/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:018 /2015

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada.:BANCO DO BRASIL SA

Objeto :CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO DE

TRIBUTOS MUNICIPAIS

Valor :R\$35.000,00(trinta e cinco mil reais)

Vigência : 31.12.2015

Licitação :42/2015

SAO CARLOS,10 de abril de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.:19 /2015

Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Contratada.:Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA),

Objeto :contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito

do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA-REGIN/ SIMPLES NACIONAL

Valor :R\$6.030,00(seis mil e trinta reais)

Vigência :31.12.2015

Licitação :43/2015

SAO CARLOS, 10 de abril de 2015.

CLEOMAR WEBER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

ADITIVO PREE N. 024/2015

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

TERMO ADITIVO: PREE N. 024-A DE 25/03/2015- 2º Termo Aditivo ao Contrato n. 9912346564 DE 25/03/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/03/2014

LICITAÇÃO: Processo PREE N. 014/2014 - Dispensa de Licitação n. 007/2014

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO OAB/SC 33076

CONTRATADO: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 25/03/2016

BORTOLINI SUPERMERCADO LTDA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: BORTOLINI SUPERMERCADO LTDA, CNPJ n. 05.342.492/0001-17

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
34	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	14.247,80

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

EDITAL ELEIÇÃO CT

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de SÃO DOMINGOS - SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na data de 01.04.2015, ata nº 02 e considerando o disposto nos art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 1594/2009 e 1756/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São Domingos - SC e dá outras providências.

O Conselho Tutelar é o órgão municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990.

1. Do Cargo e das Vagas:

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar (atribuições contidas neste

edital no anexo V), estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para os demais, vaga de suplente;

1.2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020;

1.3. Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação;

1.4. O Conselheiro Tutelar que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato:

2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral e, conforme Lei Municipal nº 1756/2015, é assegurado o direito a:

I - Os Conselheiros Tutelares serão remunerados, sob a forma de subsídio mensal, no valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), já inclusos os plantões, a serem reajustados na mesma data e na mesma proporção em que for reajustada a remuneração dos servidores públicos municipais de São Domingos (SC), por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo vedado qualquer outro tipo de remuneração adicional.

II - gozo de férias anuais remuneradas com pelo menos um terço a mais do que o subsídio mensal, conforme escala elaborada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) que permita, neste período, a manutenção de pelo menos 4 (quatro) conselheiros em atividade;

III - décima terceira remuneração, no valor equivalente ao subsídio do mês de dezembro de cada ano, proporcional aos meses de exercício;

IV - benefícios previdenciários, de acordo com o previsto no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - licença-maternidade;

VI - licença-paternidade.

Parágrafo único. O saldo de remuneração, de férias e de décima terceira remuneração proporcional será pago em pecúnia, nos casos de término do mandato e renúncia da função.

2.2. O pagamento da remuneração aos Conselheiros Tutelares não gera vínculo empregatício em relação ao Município de São Domingos (SC), tendo em vista a natureza do Conselho Tutelar (CT).

2.3. O Conselho Tutelar (CT) funcionará, com sua composição integral, de segunda a sexta-feira, salvo nos feriados legalmente instituídos, das 8h às 12h e das 13h e 30min às 17h e 30min, e manterá escala de plantão nos sábados, domingos e feriados e nos horários intra e entre jornadas.

2.3.1. Plantão noturno das 17h e 30min às 8h do dia seguinte.

2.3.2. Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados 24 horas.

3. Do Processo de Escolha:

3.1. Das Inscrições

3.1.1. O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 13.04.2015 a 21.05.2015, em dias úteis, no horário das 8h às 12h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal).

3.1.2. A inscrição será formulada pelo candidato em requerimento assinado e protocolado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devidamente instruído com os documentos necessários a comprovação dos requisitos estabelecidos no item 3.1.2.1 deste edital, os quais serão atuados e encaminhados a Comissão Especial Eleitoral.

3.1.2.1. São requisitos para candidatar-se a exercer as funções de membros do Conselho Tutelar (CT):

I - reconhecida idoneidade moral, apresentando folha corrida da vara criminal da comarca;

II - idade igual ou superior a 21 anos, comprovada com certidão de nascimento ou casamento;

III - residir no Município de São Domingos (SC) por um período mínimo de 1 (um) ano, apresentando comprovante de residência

em nome próprio (conta de luz, água ou telefone fixo), ou em caso de não possuir, declaração de moradia no município de São Domingos - SC, assinada pelo candidato;

IV - ter escolaridade de, no mínimo, segundo grau completo, apresentando certificado de conclusão ou outro documento oficial;

V - ter dedicação exclusiva, vedada o exercício de qualquer outra atividade pública, apresentando declaração assinada pelo candidato, que não possui outro cargo ou vínculo empregatício;

VI - não ser agente político ou membro de executiva partidária, apresentando declaração;

VII - realizar prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma Comissão Examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - submeter-se a exame de aptidão, aqui descrita como avaliação psicológica de caráter eliminatório.

3.1.2.2. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o CMDCA poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.1.3. Na hipótese de inscrição por procuração, deverá ser apresentado, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

4. Dos Impedimentos:

4.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

4.2. A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimento de que trata o item 4.1 deste edital.

4.3. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à Autoridade Judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

4.4. O candidato, que for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e pretende pleitear cargo de Conselheiro Tutelar, deverá pedir seu afastamento no ato da sua inscrição.

4.5. No caso de haver inscrições a que alude o item 4.1. será deferida a inscrição que for feita primeiro.

5. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

5.1. Das Provas:

5.1.1. A prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente será aplicada em 01.07.2015, no horário das 9h às 11h, tendo como local o auditório da Câmara Municipal de Vereadores - Rua São Cristóvão, nº 380 - Centro.

5.1.1.1. A prova de conhecimentos terá 20 questões objetivas, de múltipla escolha, com peso 10 e valerá 0,5 cada questão.

5.1.1.2. O candidato terá que obter média 5,0 para ter sua inscrição homologada.

5.1.2. O candidato deverá estar no local das provas com 30 minutos de antecedência, portando carteira de identidade, comprovante de inscrição e caneta esferográfica preta ou azul.

5.2. Da Avaliação Psicológica:

5.2.1. O candidato deverá se submeter à avaliação psicológica, de caráter eliminatório, que será realizada por profissional da área, no dia 01.07.2015, das 13h e 30min às 17h e 30min tendo como local o auditório da Câmara Municipal de Vereadores, Rua São Cristóvão, nº 380 - Centro.

5.3. Da Reunião com os Candidatos:

5.3.1. A reunião própria, promovida pela Comissão Especial Eleitoral para dar conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão

compromisso de respeitá-las e que estão cientes e acordes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação, será realizada no dia 03.08.2015, das 13h e 30h às 17h e 30h, tendo como local o auditório da Câmara Municipal de Vereadores, Rua São Cristóvão, nº 380 - Centro.

5.4. Dos Recursos:

5.4.1. Os candidatos terão 03 (três) dias úteis para apresentar recursos solicitando revisão das questões das provas e/ou da avaliação psicológica depois de divulgado o resultado final.

5.5. Da Publicação das Candidaturas:

5.5.1. A relação de candidatos com as inscrições pré-deferidas será publicada no dia 22.05.2015, no mural da Prefeitura Municipal, no mural da Secretaria de Assistência Social, no site www.saodomingos.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

5.5.2. Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 25 a 29/05/2015, no horário das 8h às 12h, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal).

5.5.3. O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 08 a 12.06.2015, no horário de 8h às 12h na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal).

5.5.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o período de um dia para apresentar resposta quanto às impugnações, sendo até o dia 15/06/2015 às 14 horas.

5.5.5. Julgados os eventuais recursos, a Comissão Especial Eleitoral publicará um edital com a relação dos candidatos habilitados, os quais serão submetidos à avaliação psicológica, bem como, à prova de conhecimentos previstas na Lei nº 1594/2009, no dia 01.07.2015, no mural da Prefeitura Municipal, no mural da Secretaria de Assistência Social, no site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios.

5.5.6. A comissão organizadora notificará pessoalmente o representante do Ministério Público acerca da relação dos candidatos considerados habilitados e da data e local onde será realizado o teste de conhecimento.

5.5.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

5.5.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha fará publicação da relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

5.6. Da Divulgação das Candidaturas:

5.6.1. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio da Comissão Especial Eleitoral, promoverá a divulgação do processo de escolha e dos nomes dos candidatos considerados habilitados, através da imprensa oficial, mural público e site oficial.

5.6.1.1. Os candidatos poderão divulgar suas candidaturas entre os eleitores, a partir da data da publicação da relação das candidaturas definitivas, observando-se o seguinte:

I. Somente será permitida a veiculação de propaganda por intermédio de panfletos impressos, que contenham os dados pessoais do candidato e respectivo número para votação, sendo vedada qualquer veiculação de propagandas em rádios, televisões, outdoors, sob pena de exclusão do certame;

II. Toda propaganda individual será fiscalizada pela Comissão Especial Eleitoral, que determinará a imediata suspensão ou cessação da propaganda que violar o disposto nos dispositivos anteriores ou atentar contra os princípios éticos ou morais, ou contra a honra subjetiva de qualquer candidato;

III. Não será permitida propaganda de qualquer espécie dentro dos locais de votação, bem como não será tolerada qualquer forma de aliciamento de eleitores durante o horário de votação;

IV. Não será permitida a confecção, utilização, distribuição pelo candidato, ou por terceiros, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais

que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

5.6.1.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, redes sociais, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.

5.6.1.3. É expressamente vedado aos candidatos ou a pessoas a estes vinculadas, patrocinar ou intermediar o transporte de eleitores aos locais de votação.

5.6.2. - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá estimular e facilitar ao máximo o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou a sua ordem, que deverão ser imediatamente apuradas pela Comissão Especial Eleitoral, com ciência ao Ministério Público e notificação do acusado para que apresente sua defesa.

5.6.2.1. - Em caso de propaganda abusiva ou irregular, bem como em havendo o transporte irregular de eleitores, no dia da votação, a Comissão Especial Eleitoral, de ofício ou a requerimento do Ministério Público ou outro interessado, providenciará a imediata instauração de procedimento administrativo investigatório específico, onde será formulada a acusação e cientificado o acusado para apresentar defesa, no prazo de 03 (três) dias.

5.6.2.2. - Vencido o prazo acima referido, com ou sem a apresentação de defesa, a Comissão Especial Eleitoral designará a realização de sessão específica para o julgamento do caso, que deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, dando-se ciência ao denunciante, ao candidato acusado e ao representante do Ministério Público.

5.6.2.3. - Em sendo constatada a irregularidade apontada, a Comissão Especial Eleitoral determinará a cassação da candidatura do infrator.

5.6.2.4. - Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da sessão de julgamento.

5.6.2.5. - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente designará sessão extraordinária para julgamento do(s) recurso(s) interposto(s), dando-se ciência ao denunciante, ao candidato acusado e ao representante do Ministério Público.

5.7. Da Eleição:

5.7.1. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

5.7.2. Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município, a partir dos 16 anos.

5.7.3. A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015 no horário de 8h e 30h às 16 h, sem intervalo para o almoço, facultando o voto, após este horário, a eleitores que estiverem na fila de votação, aos quais serão distribuídas senhas, tendo como local a E.E.B. João Roberto Moreira, Rua Brasil, nº 680 - Centro.

5.7.4. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

5.7.5. Nos locais e cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, cognomes e números dos candidatos ao Conselho Tutelar.

5.7.6. A Comissão Especial Eleitoral, com a antecedência devida, tentará obter o empréstimo de urnas eletrônicas, bem como a elaboração do software respectivo, nos moldes das resoluções expedidas pelo TSE e TRE local, para esta finalidade.

5.7.7. Em não sendo possível, por qualquer razão, a obtenção das urnas eletrônicas, a votação será feita manualmente, devendo, em qualquer caso, se buscar o auxílio da Justiça Eleitoral para o fornecimento das listas de eleitores e urnas comuns.

5.7.8. Sendo a votação realizada por meio de cédulas impressas, as mesmas conterão o nome de todos os candidatos e serão rubricadas por pelo menos (02) dois dos membros da mesa coletora.

5.7.9. Cada eleitor poderá votar em 01 (um) candidato.

5.7.10. Serão consideradas nulas as cédulas que:

a) não estiverem rubricadas;

b) contiverem votos em mais de 01 (um) candidato e/ou que apresentem escritos ou rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor.

5.7.11. No dia da votação, todos os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão permanecer em regime de plantão, acompanhando o desenrolar do pleito, podendo receber notícias de violação das regras estabelecidas e realizar diligências para sua constatação.

5.7.12. Os candidatos poderão fiscalizar pessoalmente ou por intermédio de representantes previamente cadastrados e credenciados, a recepção e apuração dos votos.

5.7.13. Em cada local de votação será permitida a presença de 01 (um) único representante por candidato.

5.7.14. No local da apuração dos votos será permitida a presença do representante do candidato, apenas quando este tiver que se ausentar.

5.7.15. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

5.7.15.1. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença e mencionando na ata a dúvida suscitada.

5.7.15.2. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

5.7.16. Das Mesas Receptoras:

5.7.16.1. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

5.7.16.2. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Especial Eleitoral.

5.7.16.3. O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

5.7.16.4. O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

5.7.16.5. Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Especial Eleitoral.

5.7.16.6. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, será entregue à Comissão Especial Eleitoral.

5.7.16.7. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Especial Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos.

5.7.16.8. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

5.7.16.9. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

5.8. Da Apuração:

5.8.1. A apuração dar-se-á na E.E.B. João Roberto Moreira, Rua

Brasil, nº 680 - Centro, na presença dos Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização do representante do Ministério Público, imediatamente após o encerramento da votação.

5.8.1.1. Os candidatos ou seus representantes credenciados poderão apresentar impugnação, à medida que os votos forem sendo apurados, cabendo à decisão a própria Comissão Especial Eleitoral, que decidirá de plano, facultado a manifestação do representante do Ministério Público.

5.8.2. Concluída a apuração dos votos e decididas às eventuais impugnações, a Comissão Especial Eleitoral providenciará a lavratura de ata circunstanciada sobre a votação e apuração, mencionando os nomes dos candidatos votados, com número de sufrágios recebidos e todos os incidentes eventualmente ocorridos, colhendo as assinaturas dos membros da Comissão, candidatos, fiscais, representante do Ministério Público e quaisquer cidadãos que estejam presentes e queiram assinar, afixando cópia no local de votação, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e no quadro de editais da Prefeitura.

5.8.2.1. Os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela respectiva ordem de votação, como suplentes.

5.8.2.2. Será considerada, para efeito de desempate, a idade, prevalecendo aquela que for maior.

5.8.2.3. Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 02 (dois) dias da apuração, poderão ser interpostos recursos das decisões da Comissão Especial Eleitoral nos trabalhos de apuração, desde que a impugnação tenha constado expressamente em ata.

5.8.2.4. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá os eventuais recursos no prazo máximo de 05 (cinco) dias, determinando ou não as correções necessárias, e baixará resolução homologando o resultado definitivo do processo de escolha, enviando cópias ao Prefeito Municipal, ao representante do Ministério Público e ao Juiz da Infância e Juventude.

5.8.2.4.1. O resultado definitivo da eleição será publicado no dia 16.10.2015, em edital afixado no mural da Prefeitura Municipal, no mural da Secretaria Municipal de Assistência Social, no site www.saodomingos.sc.gov.br no Diário Oficial dos Municípios - DOM e na imprensa oficial, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

5.8.2.5. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará posse aos escolhidos em sessão extraordinária solene, no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores, sendo no dia 10 de janeiro de 2016, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua competência, os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.

5.8.2.6. Ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos, para o que será imediatamente convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6. Da Capacitação:

6.1. Os membros escolhidos como titulares e suplentes, submeter-se-ão a capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a ser definida posteriormente.

6.2. O Poder Público estimulará a participação dos membros do Conselho Tutelar em outros cursos e programas de capacitação, custeando-lhes as despesas necessárias.

7. Disposições Finais

7.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990, na Lei Municipal nº 1594/2009 e Lei Municipal nº 1756/2015, sem prejuízo das demais leis afetas, especialmente a Lei Federal nº 8.069/90 (anexo V deste edital).

7.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

7.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

7.4. As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

7.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

7.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

7.7. É de responsabilidade do candidato, acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

7.8. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

7.9. O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

7.10. Fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos, SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, SC, 10 de abril de 2015

Rosi Marmentini Scheffer

Presidente CMDCA

ANEXO I

Do calendário:

Fica estabelecido o calendário oficial com os prazos para realização do processo de escolha, sendo:

DATA	ATIVIDADE	LOCAL	HORÁRIO
10.04.2015	Publicação do edital 001/2015	Mural da Prefeitura Municipal, mural da Secretaria de Assistência Social, site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	16h
13.04.2015 a 21.05.2015	Inscrições e entrega de documentos dos candidatos e candidatas	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	Das 8h às 12h
22.05.2015	Análise das inscrições pela Comissão Especial Eleitoral	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9 h
22.05.2015	Divulgação das inscrições pré-deferidas	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	16 h
25 a 29.05.2015	Prazo para impugnação de candidaturas	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	Das 8h às 12h

01 a 05.06.2015	Notificação dos candidatos impugnados para defesa	No endereço dos candidatos	8 h às 11h e 30min e 13h e 30min às 16h e 30min
08 a 12.06.2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	Das 8h às 12h
15.06.2015	Análise dos pedidos de impugnação e defesas pela Comissão Especial Eleitoral	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9 h
15.06.2015	Divulgação das inscrições deferidas	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	14 h
16 e 17.06.2015	Prazo para apresentação de recursos pelos candidatos com recurso indeferido ao CMDCA	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	Das 8h às 12h
19 a 22.06.2015	Prazo para julgamento dos recursos pelo CMDCA	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9 h
24.06.2015	Prazo para publicação do edital com as inscrições deferidas, aptas a realizar a prova de conhecimentos e avaliação psicológica.	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	17 h
01.07.2015	Prova escrita de conhecimentos específicos, obrigatória para todos os candidatos inscritos.	No auditório da Câmara Municipal de Vereadores - Rua São Cristovão, nº 380 - Centro	9h às 11h
01.07.2015	Avaliação Psicológica, obrigatória para todos os candidatos inscritos.	No auditório da Câmara Municipal de Vereadores - Rua São Cristovão, nº 380 - Centro	13 h e 30min às 17h e 30min
01.07.2015	Divulgação do gabarito da prova de conhecimento	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	18 h
03.07.2015	Divulgação da relação dos aprovados na prova de conhecimentos e avaliação psicológica	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	9 h

06, 07 e 08.07.2015	Prazo para apresentação de recurso solicitando revisão da prova e/ou avaliação psicológica	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	8h às 12h
09.07.2015	Análise pela Comissão Especial Eleitoral dos recursos apresentados	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9 h
09.07.2015	Divulgação das inscrições pré-homologadas	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	14 h
10 à 13.07.2015	Prazo para interposição de recurso junto ao CMDCA sobre o resultado da prova e/ou avaliação psicológica	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	8h às 12h
14 e 15.07.2015	Prazo para julgamento dos recursos pelo CMDCA	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9h
16.07.2015	Prazo para divulgação dos recursos pelo CMDCA para os candidatos aptos a participar do processo de escolha com suas inscrições homologadas.	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	9h
03.08.2015	Reunião com os candidatos	No auditório da Câmara Municipal de Vereadores - Rua São Cristovão, nº 380 - Centro	13h e 30min às 17h e 30min
04.10.2015	Processo de escolha (votação)	E.E.B. João Roberto Moreira, Rua Brasil, nº 680	8 h e 30min às 16 h
05.10.2015	Divulgação do resultado	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	9 h
04 a 06.10.2015	Denúncias de irregularidades durante o processo de escolha	No local da votação ou Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	8h às 12h
09.10.2015	Análise das denúncias pela Comissão Especial Eleitoral	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9 h

09.10.2015	Divulgação preliminar dos resultados	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	14 h
13 e 14.10.2015	Prazo para recursos junto ao CMDCA quanto ao resultado preliminar das eleições	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	8 h às 11h e 30min e 13h e 30min às 16h e 30min
15.10.2015	Prazo para análise dos recursos pelo CMDCA.	Secretaria Municipal de Assistência Social: Rua Brasil, nº 110 - Centro (anexo ao prédio da Prefeitura Municipal)	9 h
16.10.2015	Publicação definitiva do resultado, através de edital	Mural da Prefeitura Municipal, Mural da Secretaria de Assistência Social, Site da Prefeitura www.saodomingos.sc.gov.br e Diário Oficial dos Municípios.	16h
A definir	Capacitação obrigatória para os titulares e suplentes eleitos, facultativa para os conselheiros de direitos e outros profissionais interessados.	A definir	A definir
10.01.2016	Posse dos conselheiros tutelares	Local a definir	A definir

ANEXO II - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

Conhecimentos Específicos:

Lei 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
Livro I - título I, II, III;
Livro II, título I e II, IV, V.

ANEXO III (FICHA/REQUERIMENTO)

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Eu _____ brasileiro (a), estado civil _____, Profissão _____ Portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____ Residente e domiciliado (a) na rua _____ nº _____ Bairro _____ Telefone _____ e-mail _____ em São Domingos SC, venho através do presente REQUERER minha inscrição para concorrer ao cargo de Conselheiro (a) Tutelar, conforme Edital 001/2015 do CMDCA.

Juntamente com este requerimento, declaro e entrego toda documentação solicitada no edital.

São Domingos, SC ____ de _____ de 2015.

Assinatura do requerente

ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO/REQUERIMENTO

INSCRIÇÃO N.º	
Nome do Candidato:	
Profissão:	
Data de Nascimento:	
Cidade/Estado:	
Filiação:	
Estado Civil:	
Sexo:	
C.P.F.	
Carteira de Identidade:	
Endereço: rua, n.º e bairro	
Telefone(s):	
Escolaridade:	
Data:	
Assinatura	

Declaro sob as penas da lei que as informações acima são verdadeiras. Declaro, ainda, aceitar as condições do presente Edital.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO N.º	
Nome do Candidato:	
Carteira de Identidade:	
Local, data e hora da prova:	Prova de conhecimento Data: 01.07.2015 Horário: 9h às 11h Local: Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, Rua São Cristóvão, nº 380 - Centro
Local, data e hora da avaliação psicológica:	Data: 01.07.2015 Horário: 13h e 30min às 17h e 30min Local: Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, Rua São Cristóvão, nº 380 - Centro
Reunião com candidatos:	Data: 03.08.2015 Horário: 13h e 30min às 17h e 30min Auditório da Câmara Municipal de Vereadores, Rua São Cristóvão, nº 380 - Centro

Este comprovante deverá ser apresentado no dia das provas juntamente com a Carteira de Identidade

Responsável pela Inscrição

ANEXO V - ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Lei 8.069/90, art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
 - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural. (Redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

XII - Fiscalizar serviços, programas ou entidades de atendimento a criança e ao adolescente.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 034/2015

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório PREFE n. 034/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 012/2015. Objeto: AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS DE ALIMENTOS DESTINADAS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, A SEREM CONCEDIDAS ATRAVÉS DA LEI DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Fornecedor Registrado: SCS COMÉRCIO LTDA, CNPJ n. 13.995.853/0001-52

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
24	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS DE ALIMENTOS DESTINADAS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, A SEREM CONCEDIDAS ATRAVÉS DA LEI DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	82.187,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 06/04/2015 a 06/04/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

HC SUPRIMENTOS LTDA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: HC SUPRIMENTOS LTDA, CNPJ n. 17.951.624/0001-97

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
01	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1.200,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

HIGIENIZA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA EPP

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: HIGIENIZA COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA EPP, CNPJ n. 04.880.542/0001-57

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
04	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	6.327,15

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

JAIME JOSE MARQUES - MINIMERCADO ME

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: JAIME JOSE MARQUES - MINIMERCADO ME, CNPJ n. 04.306.004/0001-53

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
-----------	-----------	-------------------

21	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	10.613,50
----	---	-----------

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

JUCELIA ECHIMBA DOS SANTOS SPANHOL ME

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: JUCELIA ECHIMBA DOS SANTOS SPANHOL ME, CNPJ n. 05.925.778/0001-25

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
45	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18.626,30

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

LEA T B ROSSI ME

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: LEA T B ROSSI ME, CNPJ n. 13.941.974/0001-11

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
18	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	5.591,55

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

LIRIO CASASOLLA - ME

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: LIRIO CASASOLLA - ME, CNPJ n. 04.058.833/0001-64

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
36	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	11.009,28

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

MERCADO KÁ & KÁ LTDA ME

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: MERCADO KÁ & KÁ LTDA ME, CNPJ n. 04.683.313/0001-42

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
93	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	34.522,65

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.
Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016
ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

MODA IVANA LTDA ME

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: MODA IVANA LTDA ME, CNPJ n. 07.984.775/0001-98

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
17	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	13.456,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

MULTI AÇÃO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: MULTI AÇÃO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LIMPEZA, CNPJ n. 73.244.337/0001-18

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
04	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	3.664,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

SCS COMÉRCIO LTDA ME

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 006/2015, Modalidade Pregão Presencial n. 004/2015. Objeto. AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Fornecedor Registrado: SCS COMÉRCIO LTDA ME, CNPJ n. 13.995.853/0001-52

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
27	AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA, CAMA, MESA E BANHO, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	18.062,30

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/03/2015 a 10/03/2016

ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

São João do Oeste

PREFEITURA

1º TA ATA RP 03/2015

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 01/2015 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015 DE FORNECIMENTO DE GÁS GLP - P45, ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE-SC E A EMPRESA COMÉRCIO DE BEBIDAS GRASEL LTDA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 80.911.936/0001-03, estabelecida à Rua Encantado, 66, nesta cidade de São João do Oeste - SC, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Sérgio Luís Theisen, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF nº 619.446.539-53, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATANTE:

CONTRATADA: COMÉRCIO DE BEBIDAS GRASEL LTDA, pessoa Jurídica de direito privado, com CNPJ nº 03.282.535/0001-90, sito a Rua Santa Cruz, nº 523, Centro de São João do Oeste, SC, devidamente representado por sua Sócia Sra. Daiane Follmann, brasileira, casada, CPF nº 087.226.009-73, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATADA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato, visando o reajuste dos preços do item nº 03, conforme segue:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Porcentual do reajuste	Valor após reajuste	Valor total do aditivo
03	Gas GLP p45	45	195,00	15,4%	225,00	1.350,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas da Ata de Registro de Preços nº 003/2015 de 27 de janeiro de 2015, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O Município de São João do Oeste - SC providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no Diário Oficial dos Municípios - DOM-SC, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. São João do Oeste-SC, 08 de abril de 2015. SÉRGIO LUIS THEISEN. PREFEITO MUNICIPAL.

APOSTILAMENTO 11.14-FMS

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 01/2015 DO CONTRATO Nº 011/2014 DE COLETA DE RESÍDUOS DA SAÚDE ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE-SC E A EMPRESA T.O.S OBRS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 11.418.721/0001-32, estabelecida à Rua Encantado, 111, nesta cidade de São João do Oeste - SC, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Sérgio Luís Theisen, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, portador do CPF

nº 619.446.539-53, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATANTE;

CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS- LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob Nº 72.332.778/0001-09, estabelecida na Av. Sete de Setembro nº 211, sala 106, centro de Maravilha Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal senhora JULEIDE INÊS D'AGOSTINI, brasileira, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, contadora, residente e domiciliada na Rua Duque de Caxias nº 626, apt. 206, Centro, CEP: 89874-000, no município e comarca de Maravilha-SC, portador do RG nº 2.030-718, CIC Nº 589.785.859-49, que doravante será denominada simplesmente de CONTRATADA .

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente Instrumento contratual tem como objetivo a modificação unilateral do contrato, visando o reajuste dos preços do CONTRATO, conforme segue:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Porcentual do reajuste	Valor unitário do aditivo
01	Coleta lixo grupos A1, A4 e E	5.500 kg	2,50	3.1451%	2,58
02	Coleta lixo grupo B	100 kg	7,00	3,1451%	7,22
			Valor Total aditado: R\$ 462,00		

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do 1º TA do Contrato nº 011/2014 de 22 de dezembro de 2014, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O Município de São João do Oeste - SC providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, no DOM - SC, consoante ao que dispõe o art. 61,

Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. São João do Oeste-SC, 10 de abril de 2015. SÉRGIO LUIS THEISEN. PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA 03/2015 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 50/2015

Concorrência 03/2014

Objeto: Outorga em regime de concessão a empresa que disponha de pátio localizado no município de São Joaquim para execução do serviço de recolhimento, guarda e depósito dos veículos automotores envolvidos em sinistros e infrações previstas nas legislações de trânsito e em ilícitos penais, bem como objetos envolvidos em ilícitos penais.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 12/05/2015 às 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 10 de abril de 2015

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015.

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 018/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM BLOCO INTERTRAVADO NO PÁTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, COM O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS LICITANTES

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA ME;
- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

É o relatório.

ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;
- NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA ME;
- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de menor preço global as empresas:

- 1ª Classificada: VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP EPP: R\$ 364.256,90
- 2ª Classificada: NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA ME: R\$ 409.992,79
- 3ª Classificada: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME: R\$ 419.053,48
- 4ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA: R\$ 429.277,50

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 13/04/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso.

São José, 10 de abril de 2015.

Carlos Schmidt Presidente CPL	Paulo Dutra Membro CPL
Kety Silva Trierveiler Membro CPL	Ramon de Souza C. Martins Membro CPL

Rejane Magali dos S. Medeiros
Membro CPL

DECRETO Nº 4248/2015

DECRETO Nº 4248/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 4.833.691,01 (quatro milhões, oitocentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e um reais e um centavo), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

792 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios R\$ 21.732,17

Total desta Atividade R\$ 21.732,17

14.01.15.452.0106.2.020 - Serviço de Limpeza Pública

903 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 2.097.618,84

Total desta Atividade R\$ 2.097.618,84

14.01.15.451.0106.2.023 - Manutenção das Vias Urbanas

861 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 800.000,00

Total desta Atividade R\$ 800.000,00

14.01.15.451.0106.2.035 - Manutenção da Frota Municipal

864 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios R\$ 1.914.340,00

Total desta Atividade R\$ 1.914.340,00

Total do Órgão R\$ 4.833.691,01
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 4.833.691,01

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 4.833.691,01 (quatro milhões, oitocentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e um reais e um centavo), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.451.0112.1.024 - Implantação da Avenida das Torres - Sentido Sul
 884 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 5.317,50
 Total deste Projeto R\$ 5.317,50

14.01.15.451.0106.1.028 - Construção, Reforma, Ampl. Próprios Munic.
 Centros Administrativo
 793 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 53.175,00
 796 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$ 53.175,00
 Total deste Projeto R\$ 106.350,00

14.01.15.451.0106.1.040 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários
 802 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 300.000,00
 Total deste Projeto R\$ 300.000,00

14.01.17.512.0106.1.081 - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2
 953 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$ 2.400.000,00
 956 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total deste Projeto R\$ 2.401.000,00

14.01.16.482.0106.1.084 - Pac - Poligonal II
 931 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 212.700,00
 935 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,

Recursos Próprios R\$ 5.849,25
 Total deste Projeto R\$ 218.549,25

14.01.16.482.0106.1.086 - FNHIS - Pedregal / JD Solemar / Palmeiras / cova da Onça / São Luiz / Stos Saraiva / Faz. Sto Antonio / Distrito Industrial

936 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$ 10.000,00
 940 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 1.169,85
 941 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
 Recursos Próprios R\$ 1.169,85
 Total deste Projeto R\$ 12.339,70

14.01.16.482.0106.1.089 - FNHIS - Colônia Santana

942 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 5.849,25
 943 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$ 5.317,50
 Total deste Projeto R\$ 11.166,75

14.01.15.453.0112.1.101 - Construção de Terminais Urbanos

914 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 1.063,50
 918 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$ 10.000,00
 921 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
 Recursos Próprios R\$ 1.063,50
 Total deste Projeto R\$ 12.127,00

14.01.16.482.0106.1.109 - Implantação do Projeto Habitar Brasil / BID

948 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e instalações,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 Total deste Projeto R\$ 1.000,00

14.01.15.451.0106.1.131 - Recuperação das Intervenções Realizadas pela CASAN
 804 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 5.849,25
 805 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 5.849,25
 807 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios	R\$ 106.350,00
Total deste Projeto	R\$ 118.048,50
14.01.15.451.0112.1.135 - Construção da Avenida Beira Mar Continental	
887 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 10.635,00
Total desta Atividade	R\$ 10.635,00
14.01.15.451.0106.1.138 - Programa de Revitalização e Humanização das Áreas Públicas	
809 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 11.698,50
813 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,	
Recursos Próprios	R\$ 17.628,68
817 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
818 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
Total deste Projeto	R\$ 31.327,18
14.01.15.451.0106.1.150 - Construção, Recuperação, Manutenção de Canais, Galerias e Macro Drenagem	
827 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 33.669,35
Total deste Projeto	R\$ 33.669,35
14.01.15.451.0112.1.157 - Implantação da Avenida Beira Rio	
889 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 5.317,50
Total desta Atividade	R\$ 5.317,50
14.01.15.451.0106.1.540 - Pavimentação de Ruas	
834 - 4.4.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,	
Recursos Próprios	R\$ 106.350,00
835 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 400.000,00
847 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
Total deste Projeto	R\$ 507.350,00

14.01.15.451.0106.1.542 - Implantação da Macro drenagem	
853 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 5.317,50
Total deste Projeto	R\$ 5.317,50
14.01.15.451.0112.1.552 - Implantação do Plano Municipal de Modalidade Urbana	
891 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
892 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 20.000,00
894 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
Total deste Projeto	R\$ 22.000,00
15.01.17.541.0109.1.553 - Implantação do Plano Municipal de Resíduos Sólidos	
976 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
977 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 20.000,00
979 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
Total deste Projeto	R\$ 22.000,00
14.01.15.452.0106.2.020 - Serviço de Limpeza Pública	
902 - 3.3.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
907 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
910 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
Total desta Atividade	R\$ 3.000,00
14.01.15.451.0106.2.022 - Construção, Conservação de Estradas Vicinais, Pontes e Pontilhões	
858 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,	
Recursos Próprios	R\$ 467.946,09
Total desta Atividade	R\$ 467.946,09
14.01.15.451.0106.2.023 - Manutenção das Vias Urbanas	
860 - 3.3.90.36.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	

Física,
Recursos Próprios R\$
1.169,85
862 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$
1.169,85
863 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$
1.169,85
Total desta Atividade R\$
3.509,55

14.01.15.451.0106.2.058 - Demolição Remoção Construção Irregulares

866 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
18.468,74
Total desta Atividade R\$
18.468,74

14.01.17.512.0106.2.192 - Obras e Ações de Saneamento Básico

958 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
959 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
960 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
20.000,00
Total desta Atividade R\$
22.127,00

14.01.17.512.0106.2.194 - Implantação do Plano Municipal de Saneamento

965 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
966 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
967 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
968 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
15.000,00
973 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
Total desta Atividade R\$
19.254,00

14.01.15.451.0106.2.205 - Elaboração e Execução de Projetos

867 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
868 - 4.4.90.35.00.00.0080 - Serviços de Consultoria,
Recursos Próprios R\$
1.063,00

869 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
200.000,00
871 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
Total desta Atividade R\$
203.190,50

14.01.15.451.0106.2.217 - Implantação, Manutenção e Conservação de Praças, Parques e Jardins

878 - 4.4.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
53.175,00
Total desta Atividade R\$
53.175,00

14.01.15.452.0106.2.513 - Limpeza de Vias Públicas, Praças, Parques e Jardins

811 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
1.000,00
Total desta Atividade R\$
1.000,00

14.01.06.182.0110.3.903 - Programa de Assistência à Catástrofes Climáticas

773 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
Recursos Próprios R\$
5.849,25
774 - 3.3.90.32.00.00.0080 - Material de Distribuição Gratuita,
Recursos Próprios R\$
3.509,55
775 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
776 - 3.3.90.48.00.00.0080 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas,
Recursos Próprios R\$
3.509,55
777 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,
Recursos Próprios R\$
3.509,55
779 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$
1.063,50
Total desta Atividade R\$
18.504,90

14.01.15.451.0106.3.950 - Desapropriação em Geral - Município

883 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,
Recursos Próprios R\$
200.000,00
Total desta Atividade R\$
200.000,00
Total do Órgão R\$
4.833.691,01
Total da Anulação R\$
4.833.691,01

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 4267/2015

DECRETO Nº 4267/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 567.407,00 (quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais), criando, no Orçamento do Município de São José, novas Classificações Orçamentárias, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.1.041 - Implantação, Reformas, Ampliação e Equipamentos para Unidades Escolares

3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 155.000,00

Total desta Atividade R\$ 155.000,00

08.01.12.365.0103.1.046 - Implantação, Ampliação, Reformas e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

4.4.90.61.00.00.0081 - Aquisição de Imóveis,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 200.000,00

3.3.90.39.00.00.0081 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Educação R\$ 120.000,00

Total desta Atividade R\$ 320.000,00

08.01.12.366.0103.2.041 - Educação de Jovens e Adultos

3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 52.807,00

Total desta Atividade R\$ 52.807,00

08.01.12.361.0103.2.325 - Projeto Saúde do Educando

3.3.50.43.00.00.0080 - Subvenções Sociais,

Recursos Próprios R\$ 39.600,00

Total desta Atividade R\$ 39.600,00

Total do Órgão R\$ 567.407,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$

567.407,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 567.407,00 (quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sete reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 - Funcionamento e Manutenção do Ensino

Fundamental

260 - 3.3.90.30.00.00.0081 - Material de Consumo, Recursos Ordinários - Educação R\$ 200.000,00

Total desta Atividade R\$ 200.000,00

08.01.12.361.0103.2.202 - Funcionamento e Manutenção das Entidades

Filantrópicas - Ensino Fundamental

294 - 3.3.50.43.00.00.0081 - Subvenções Sociais Recursos Ordinários - Educação R\$ 275.000,00

Total desta Atividade R\$ 275.000,00

08.01.12.361.0103.2.325 - Projeto Saúde do Educando

305 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios R\$ 39.600,00

303 - 3.3.90.32.00.00.0080 - Material de Distribuição Gratuita, Recursos Próprios R\$ 52.807,00

Total desta Atividade R\$ 92.407,00

Total do Órgão R\$ 567.407,00

Total da Anulação R\$ 567.407,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

MEMORANDUM BETWEEN THE CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - USJ AND HENAN UNIVERSITY OF ECONOMICS AND LAW

Memorandum
between

the Centro Universitário Municipal de São José - USJ
and
Henan University of Economics and Law

In order to promote educational and academic exchanges, through friendly discussion, Henan University of Economics and Law, China and the Centro Universitário Municipal de São José - USJ, Brazil, have reached the following agreements.

Both universities agree on the following general forms of cooperation:

1. Joint research activities in the fields both parties are interested
2. Exchange of faculty members for research, lectures, discussions, and further studies
3. Exchange of graduate and undergraduate students for study and research

Details of specific programs of exchanges and cooperation will be negotiated in writing, and will be signed by the presidents of both universities.

It is understood that the implementation of this memorandum will commence on the date of signature, below, and that this memorandum will continue thereafter for 3 years.

The Centro Universitário Municipal de São José - USJ
(Signature) _____

Title: Prof. Msc. Elisiani Cristina de Souza de Freitas Noronha, President
Date:

Henan University of Economics and Law

(Signature) _____

Title: Prof. Dr. Li, Xiaojian, President
Date:

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015 - Processo nº 016/2015. Fornecedores: GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA; e MAIS ENGENHARIA e CONSTRUÇÕES LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa para locação de 01 (uma) escavadeira hidráulica (com operador), 01 (uma) miniescavadeira hidráulica sobre esteiras (com operador) e 01 (um) caminhão truck basculante (com motorista) de no mínimo 10 (dez) m³, para serem utilizadas pela Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Valor Total: R\$976.800,00 - novecentos e setenta e seis mil e oitocentos reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 - Processo nº 025/2015. Fornecedor: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e mão de obra para manutenção mecânica dos veículos leves, veículos pesados e equipamentos rodoviários da frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José/SC. Percentual de desconto: Lote I e II - 30% (trinta por cento). Valor Máximo (mão de obra/peças): Lote I - R\$120.145,74 (cento e vinte mil, cento e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos)/ R\$190.000,00 (cento e noventa reais); e Lote II - R\$149.983,68 (cento e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e oito centavos)/ R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais). Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - Processo nº 027/2015. Fornecedor: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e mão de obra para manutenção das roçadeiras da Secretaria de Infraestrutura do Município de São José/SC. Percentual de desconto: 2% (dois por cento). Valor Máximo (mão de obra/peças e acessórios): R\$20.464,00 (vinte mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)/ R\$60.000,00 (sessenta mil reais). Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015 - Processo nº 038/2015. Fornecedores: HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME; e VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de materiais para manutenção de bens móveis e imóveis, reparos e pequenas reformas nas instalações prediais, unidades básicas de saúde e demais dependências da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José. Valor Total: R\$1.580.941,30 - um milhão, quinhentos e oitenta mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta centavos. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2014 - Processo nº 325/2014. Fornecedores: ELMO PAPELARIA LTDA; HP & E COMERCIAL LTDA EPP; HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME; AQUINPEL SUPRIM. ESCRITORIO E INF. E PAPEL LTDA; MAYCON WILL - ME. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo, compreendendo materiais de expediente, elétricos, ferramentas, copa e cozinha e descartáveis, destinados a diversas Secretarias e Fundações de São José. Valor Total: R\$340.196,49 - trezentos e quarenta mil, cento e noventa e seis reais e quarenta e nove centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014 - Processo nº 341/2014. Fornecedor: RODOVIARIA SANTA TEREZINHA LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual locação de 01 (um) ônibus executivo rodoviário para o transporte intermunicipal e interestadual dos alunos do ensino fundamental para realização de atividades pedagógicas, e locação de 02 (dois) ônibus tipo urbano para o transporte de alunos integrantes do programa mais educação, incluindo motoristas. Valor Total: R\$720.000,00 - setecentos e vinte mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2014 - Processo nº 348/2014. Fornecedor: RIGEL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de ferramentas de corte; medidores de pressão; compressor de ar; canhão monitor de solo e ferramentas em geral, destinados à 1ª Companhia Bombeiros Militar de São José/SC. Valor Total: R\$48.400,00 - quarenta e oito mil e quatrocentos reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2014 - Processo nº 357/2014. Fornecedores: RACINE COMERCIAL LTDA EPP; e S.O.S SUL RESGATE - COMERCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de capacetes de segurança para bombeiros, líquido gerador de espuma, edutor de espuma, balaclava, lanterna, detector de gases, roupa para produtos químicos, mangueiras para incêndio, esguichos e motosserra, destinados a 1ª Companhia de Bombeiros Militares de São José. Valor Total: R\$167.390,00 - cento e sessenta e sete mil, trezentos e noventa reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/2014 - Processo nº 372/2014. Fornecedores: Lote I e II - MEGA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA ME; Lote III - DOMINGOS MARTINS AUTO CENTER PEÇAS E MECANICA LTDA ME; e Lote IV e V - SUPERPEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s) para eventual execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, para veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação de São José/SC. Percentual de desconto: Lote I e II - 35% (trinta e cinco por cento); Lote III - 38,50% (trinta e oito vírgula cinquenta por cento); Lote IV - 39% (trinta e nove por cento); e Lote V - 43% (quarenta e três por cento). Valor Máximo (mão de obra/peças): Lote I - R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais)/ R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais); Lote II - R\$20.000,00 (vinte mil reais)/ R\$30.000,00 (trinta mil reais); Lote III - R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais)/ R\$115.000,00 (cento e quinze mil reais); Lote IV - R\$15.000,00 (quinze mil reais)/ R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); e Lote V - R\$20.000,00 (vinte mil reais)/ R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2014 - Processo nº 395/2014. Fornecedor: HBJ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - ME. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de materiais de construção para a manutenção dos equipamentos sociais vinculados à Secretaria de Assistência Social de São José/SC. Valor Total: R\$80.000,00 - oitenta mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 170/2014 - Processo nº 407/2014. Fornecedor: BIOVETOR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) para eventual prestação de serviços de roçada, destinados as unidades escolares da rede de ensino municipal da Secretaria de Educação de São José/SC. Valor Total: R\$211.580,04 - duzentos e onze mil, quinhentos e oitenta reais e quatro centavos. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 177/2014 - Processo nº 427/2014. Fornecedores: ABRIX CONSTRUÇÕES LTDA - EPP; e NOVA ERA CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA - EPP. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s)

para eventual prestação de serviços de mão de obra, para realizar manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais das unidades da rede municipal de ensino de São José/SC. Valor Total: R\$834.250,00 - oitocentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 183/2014 - Processo nº 436/2014. Fornecedor: RIGEL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de carpetes, destinados a prática de ginástica rítmica desportiva realizada pela Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC. Valor Total: R\$42.042,00 - quarenta e dois mil e quarenta e dois reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Página: 1 de 4
10/04/2015 15:54

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								RS 1.º
RECEITAS	PREVISÃO		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
	INICIAL	PREVISÃO		No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)		%
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)								
Receitas Correntes	862.361.335,00	862.361.335,00	862.361.335,00	11,82	101.954.184,65	11,82	760.407.150,35	
Receita Tributária	572.006.861,24	572.006.861,24	572.006.861,24	17,18	98.271.226,65	17,18	473.735.634,59	
Impostos	174.625.926,20	174.625.926,20	174.625.926,20	28,45	49.689.047,58	28,45	124.936.878,62	
Taxas	134.398.164,00	134.398.164,00	134.398.164,00	28,42	38.195.107,45	28,42	96.203.056,55	
Contribuição de Melhoria	20.837.179,40	20.837.179,40	20.837.179,40	37,33	7.777.812,39	37,33	13.059.367,01	
Receita de Contribuições	19.390.582,80	19.390.582,80	19.390.582,80	19,16	3.716.127,74	19,16	15.674.455,06	
Contribuições Sociais	10.007.093,00	10.007.093,00	10.007.093,00	19,13	1.914.352,62	19,13	8.092.740,38	
Receita Patrimonial	7.859.997,98	7.859.997,98	7.859.997,98	49,69	3.905.272,74	49,69	3.954.725,24	
Receitas Imobiliárias	78.167,25	78.167,25	78.167,25	-	-	-	78.167,25	
Receitas de Valores Mobiliários	7.781.830,73	7.781.830,73	7.781.830,73	50,18	3.905.272,74	50,18	3.876.557,99	
Receita de Serviços	1.820.051,35	1.820.051,35	1.820.051,35	0,25	4.490,67	0,25	1.815.560,68	
Transferências Correntes	339.456.057,93	339.456.057,93	339.456.057,93	11,67	39.616.481,60	11,67	299.839.576,33	
Transferências Intergovernamentais	283.254.407,70	283.254.407,70	283.254.407,70	13,98	39.594.847,50	13,98	243.659.560,20	
Transferências de Instituições Privadas	5.400.700,00	5.400.700,00	5.400.700,00	-	-	-	5.400.700,00	
Transferências de Convênios	50.800.950,23	50.800.950,23	50.800.950,23	0,04	21.634,10	0,04	50.779.316,13	
Outras Receitas Correntes	38.237.734,78	38.237.734,78	38.237.734,78	8,22	3.141.581,44	8,22	35.096.153,34	
Multas e Juros de Mora	10.029.057,70	10.029.057,70	10.029.057,70	9,99	1.001.690,37	9,99	9.027.367,33	
Indenizações e Restituições	3.293.257,00	3.293.257,00	3.293.257,00	5,75	189.364,76	5,75	3.103.892,24	
Receita da Dívida Ativa	18.373.677,89	18.373.677,89	18.373.677,89	8,92	1.638.622,62	8,92	16.735.055,27	
Receitas Correntes Diversas	6.541.742,19	6.541.742,19	6.541.742,19	4,77	311.903,69	4,77	6.229.838,50	
Receitas de Capital	290.354.473,76	290.354.473,76	290.354.473,76	1,27	3.682.958,00	1,27	286.671.515,76	
Operações de Crédito	82.008.868,66	82.008.868,66	82.008.868,66	3,86	3.164.233,58	3,86	78.844.635,08	
Operações de Crédito Internas	60.651.504,38	60.651.504,38	60.651.504,38	0,06	38.233,58	0,06	60.613.270,80	
Operações de Crédito Externas	21.357.364,28	21.357.364,28	21.357.364,28	14,64	3.126.000,00	14,64	18.231.364,28	

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO		
			No Bimestre (b)	%	Até o Bimestre (c)	%			
Alíquota De Bens	6.097.289,20	6.097.289,20	-	-	-	-	-	-	6.097.289,20
Alíquota De Bens Imóveis	6.097.289,20	6.097.289,20	-	-	-	-	-	-	6.097.289,20
Transferências De Capital	202.248.315,90	202.248.315,90	518.724,42	0,26	518.724,42	0,26	-	-	201.729.591,48
Transferências De Instituições Privadas	6.043.976,85	6.043.976,85	-	-	-	-	-	-	6.043.976,85
Transferências De Convênios	196.204.339,05	196.204.339,05	518.724,42	0,26	518.724,42	0,26	-	-	195.685.614,63
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	9,19	1.713.089,98	9,19	-	-	16.925.575,02
SURTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	881.000.000,00	881.000.000,00	103.667.274,63	11,77	103.667.274,63	11,77	-	-	777.332.725,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO (IV)									
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SURTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	881.000.000,00	881.000.000,00	103.667.274,63	11,77	103.667.274,63	11,77	-	-	777.332.725,37
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (IV+V)	881.000.000,00	881.000.000,00	103.667.274,63	11,77	103.667.274,63	11,77	-	-	777.332.725,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-	-	-	6.000.000,00	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-	6.000.000,00	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	862.724.845,10	868.724.845,10	132.916.381,08	132.916.381,08	735.808.464,02	49.160.457,65	49.160.457,65	819.564.387,45	43.814.967,78
Despesas Correntes	497.575.229,81	497.975.229,81	116.874.794,84	116.874.794,84	381.100.434,97	48.185.192,96	48.185.192,96	449.790.036,85	42.209.641,50
Pessoal e Encargos Sociais	216.217.940,16	216.217.940,16	41.779.403,90	41.779.403,90	174.438.536,26	28.544.241,93	28.544.241,93	187.673.698,23	27.881.162,00
Juros e Encargos Da Dívida	2.000.000,00	2.000.000,00	1.207.369,49	1.207.369,49	792.630,51	271.205,50	271.205,50	1.728.794,50	232.287,43
Outras Despesas Correntes	279.357.289,65	279.757.289,65	73.888.021,45	73.888.021,45	205.869.268,20	19.369.745,53	19.369.745,53	260.387.544,12	14.096.132,07
Despesas De Capital	350.099.615,29	355.699.615,29	16.041.586,24	16.041.586,24	339.658.029,05	2.453.838,51	2.453.838,51	353.245.776,78	1.525.910,38
Investimentos	345.599.615,29	351.199.615,29	11.545.729,77	11.545.729,77	339.653.885,52	1.758.286,58	1.758.286,58	349.441.328,71	832.398,45
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	4.500.000,00	4.500.000,00	4.495.856,47	4.495.856,47	4.143,53	695.551,93	695.551,93	3.804.448,07	693.551,93
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	50.000,00	-	-	50.000,00	-	-	50.000,00	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	18.275.154,90	18.275.154,90	2.608.391,57	2.608.391,57	15.666.763,33	1.435.603,97	1.435.603,97	16.839.550,93	1.435.603,97
SUBTOTAL DAS DESPESAS(XVIII+IX)	881.000.000,00	887.000.000,00	135.524.772,65	135.524.772,65	751.475.227,35	50.596.061,62	50.596.061,62	836.403.938,38	45.250.571,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)									
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO(XI)+(X+XI)	881.000.000,00	887.000.000,00	135.524.772,65	135.524.772,65	751.475.227,35	50.596.061,62	50.596.061,62	836.403.938,38	45.250.571,75
SUPERÁVIT(XII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(XIV)=(XIII+XII)	881.000.000,00	887.000.000,00	135.524.772,65	135.524.772,65	751.475.227,35	50.596.061,62	103.667.274,63	783.332.725,37	45.250.571,75

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

PREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre	%	Até o Bimestre	%	(a-c)
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	9,19	1.713.089,98	9,19	16.925.575,02
Receita De Contribuições	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	9,19	1.713.089,98	9,19	16.925.575,02
Contribuições Sociais	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	9,19	1.713.089,98	9,19	16.925.575,02
TOTAL	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	9,19	1.713.089,98	9,19	16.925.575,02

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g)=(e-f)		(h)	(i)=(e-h)	(j)
Despesas Correntes	18.275.154,90	18.275.154,90	2.608.391,57	2.608.391,57	15.666.763,33	1.435.603,97	1.435.603,97	16.839.550,93	1.435.603,97
Pessoal E Encargos Sociais	18.275.154,90	18.275.154,90	2.608.391,57	2.608.391,57	15.666.763,33	1.435.603,97	1.435.603,97	16.839.550,93	1.435.603,97
TOTAL	18.275.154,90	18.275.154,90	2.608.391,57	2.608.391,57	15.666.763,33	1.435.603,97	1.435.603,97	16.839.550,93	1.435.603,97

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 10h e 27m.

ADELIANA DAL PONT ANTONIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de sistemas.

Página: 1 de 4
10/04/2015 15:55Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO III(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação		Despesas Empenhadas			SALDO	Despesas Liquidadas		%	Saldo	
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	(b)/(total b)		No Bimestre	Até o Bimestre			
		(a)	(b)	(b)	(b/total b)	(c)=(a-b)	(d)	(d)	(d/Total d)	(e)=(a-d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	862.724.845,10	868.724.845,10	132.916.381,08	132.916.381,08	98,08	735.808.464,02	49.160.457,65	49.160.457,65	97,16	819.564.387,45	
Legislativa	19.533.741,59	19.533.741,59	0,00	0,00	0,00	19.533.741,59	0,00	0,00	0,00	19.533.741,59	
Ação Legislativa	19.533.741,59	19.533.741,59	0,00	0,00	0,00	19.533.741,59	0,00	0,00	0,00	19.533.741,59	
Judiciária	438.080,19	438.080,19	36.329,00	36.329,00	0,03	401.751,19	32.916,58	32.916,58	0,07	405.163,61	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	438.080,19	438.080,19	36.329,00	36.329,00	0,03	401.751,19	32.916,58	32.916,58	0,07	405.163,61	
Administração	72.737.086,85	72.737.086,85	11.792.986,49	11.792.986,49	8,70	60.944.100,36	4.558.452,07	4.558.452,07	9,01	68.178.634,78	
Planejamento e Orçamento	10.413.364,38	10.413.364,38	120.467,87	120.467,87	0,09	10.292.896,51	80.952,70	80.952,70	0,16	10.332.411,68	
Administração Geral	43.815.331,84	43.815.331,84	7.010.365,47	7.010.365,47	5,17	36.804.966,37	2.440.744,92	2.440.744,92	4,82	41.374.586,92	
Administração Financeira	12.086.071,50	12.086.071,50	3.443.240,46	3.443.240,46	2,54	8.642.831,04	1.239.044,28	1.239.044,28	2,45	10.847.027,22	
Controle Interno	329.714,63	329.714,63	55.258,97	55.258,97	0,04	274.455,66	37.636,50	37.636,50	0,07	292.078,13	
Administração de Receitas	6.044.984,50	6.044.984,50	1.160.693,72	1.160.693,72	0,86	4.884.290,78	757.113,67	757.113,67	1,50	5.287.870,83	
Comunicação Social	47.620,00	47.620,00	2.960,00	2.960,00	0,00	44.660,00	2.960,00	2.960,00	0,01	44.660,00	
Segurança Pública	17.241.227,74	17.241.227,74	3.536.325,79	3.536.325,79	2,61	13.704.901,95	1.523.493,10	1.523.493,10	3,01	15.717.734,64	
Administração Financeira	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	
Normatização e Fiscalização	321.763,50	321.763,50	0,00	0,00	0,00	321.763,50	0,00	0,00	0,00	321.763,50	
Policimento	8.520.923,75	8.520.923,75	1.683.551,67	1.683.551,67	1,24	6.837.372,08	980.798,98	980.798,98	1,94	7.540.124,77	
Defesa Civil	3.705.563,90	3.705.563,90	502.184,38	502.184,38	0,37	3.203.379,52	7.207,50	7.207,50	0,01	3.698.356,40	
Informação e Inteligência	4.392.976,59	4.392.976,59	1.350.589,74	1.350.589,74	1,00	3.042.386,85	535.486,62	535.486,62	1,06	3.857.489,97	
Assistência Social	39.945.321,00	39.945.321,00	8.567.512,38	8.567.512,38	6,32	31.377.808,62	1.977.738,46	1.977.738,46	3,91	37.967.582,54	
Tecnologia da Informação	805.002,50	805.002,50	256,00	256,00	0,00	804.746,50	0,00	0,00	0,00	805.002,50	
Assistência ao Idoso	1.910.447,00	1.759.037,00	0,00	0,00	0,00	1.759.037,00	0,00	0,00	0,00	1.759.037,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.850.210,00	7.809.210,00	148.297,07	148.297,07	0,11	7.660.912,93	78.137,25	78.137,25	0,15	7.731.072,75	
Assistência Comunitária	29.379.661,50	29.572.071,50	8.418.959,31	8.418.959,31	6,21	21.153.112,19	1.899.601,21	1.899.601,21	3,75	27.672.470,29	
Previdência Social	37.251.690,00	37.251.690,00	4.706.646,12	4.706.646,12	3,47	32.545.043,88	2.814.030,72	2.814.030,72	5,56	34.437.659,28	
Previdência Básica	31.848.690,00	31.848.690,00	3.521.459,88	3.521.459,88	2,60	28.327.230,12	2.043.610,06	2.043.610,06	4,04	29.805.079,94	
Previdência do Regime Estatutário	5.403.000,00	5.403.000,00	1.185.186,24	1.185.186,24	0,87	4.217.813,76	770.420,66	770.420,66	1,52	4.632.579,34	
Saude	105.257.647,91	105.257.647,91	15.980.309,73	15.980.309,73	11,79	89.277.338,18	10.471.572,63	10.471.572,63	20,70	94.786.075,28	
Atenção Básica	83.905.386,41	83.905.386,41	14.747.335,02	14.747.335,02	10,88	69.158.051,39	9.796.634,88	9.796.634,88	19,36	74.108.751,53	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	18.147.920,50	18.147.920,50	915.363,86	915.363,86	0,68	17.232.556,64	598.822,04	598.822,04	1,18	17.549.098,46	
Vigilância Sanitária	1.710.123,50	1.710.123,50	113.731,74	113.731,74	0,08	1.596.391,76	17.021,39	17.021,39	0,03	1.693.102,11	
Vigilância Epidemiológica	1.483.582,50	1.483.582,50	203.879,11	203.879,11	0,15	1.279.703,39	59.094,32	59.094,32	0,12	1.424.488,18	

Página: 2 de 4
10/04/2015 15:55Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro- Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		%	SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		%	Saldo (e)=(a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre			No Bimestre	Até o Bimestre			
											(b/total b)
Defesa Agropecuária	10.635,00	10.635,00	0,00	0,00	0,00	10.635,00	0,00	0,00	0,00	10.635,00	
Trabalho	1.877.589,50	1.877.589,50	369.012,66	369.012,66	0,27	1.508.576,84	158.041,63	158.041,63	0,31	1.719.547,87	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	600.000,00	600.000,00	177.600,00	177.600,00	0,13	422.400,00	36.791,24	36.791,24	0,07	563.208,76	
Relações de Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Fomento ao Trabalho	1.267.589,50	1.267.589,50	191.412,66	191.412,66	0,14	1.076.176,84	121.250,39	121.250,39	0,24	1.146.339,11	
Educação	197.000.334,26	197.000.334,26	37.959.680,59	37.959.680,59	28,01	159.040.653,67	15.365.541,90	15.365.541,90	30,37	181.634.792,36	
Formação de Recursos Humanos	701.700,00	701.700,00	0,00	0,00	0,00	701.700,00	0,00	0,00	0,00	701.700,00	
Alimentação e Nutrição	11.719.677,00	11.119.677,00	2.527.973,64	2.527.973,64	1,87	8.591.703,36	0,00	0,00	0,00	11.119.677,00	
Ensino Fundamental	86.407.560,24	86.340.560,24	17.327.351,57	17.327.351,57	12,79	69.013.208,67	8.564.375,02	8.564.375,02	16,93	77.776.185,22	
Ensino Médio	1.156.400,00	1.156.400,00	145.760,93	145.760,93	0,11	1.010.639,07	75.760,93	75.760,93	0,15	1.080.639,07	
Ensino Profissional	5.028.000,00	5.628.000,00	1.097.088,80	1.097.088,80	0,81	4.530.911,20	631.740,45	631.740,45	1,25	4.996.259,55	
Ensino Superior	20.899.972,33	20.899.972,33	1.129.413,44	1.129.413,44	0,83	19.770.558,89	801.575,05	801.575,05	1,58	20.098.397,28	
Educação Infantil	70.747.029,94	70.747.029,94	15.604.995,13	15.604.995,13	11,51	55.142.034,81	5.271.343,37	5.271.343,37	10,42	65.475.686,57	
Educação de Jovens e Adultos	309.994,75	376.994,75	127.097,08	127.097,08	0,09	249.897,67	20.747,08	20.747,08	0,04	356.247,67	
Educação Especial	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	
Cultura	31.595.696,40	31.595.696,40	2.333.485,07	2.333.485,07	1,72	29.262.211,33	1.170.058,99	1.170.058,99	2,31	30.425.637,41	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.371.636,40	10.371.636,40	610.021,94	610.021,94	0,45	9.761.614,46	479.036,71	479.036,71	0,95	9.892.599,69	
Difusão Cultural	21.224.060,00	21.224.060,00	1.723.463,13	1.723.463,13	1,27	19.500.596,87	691.022,28	691.022,28	1,37	20.533.037,72	
Direitos da Cidadania	469.421,51	469.421,51	40.196,41	40.196,41	0,03	429.225,10	28.196,41	28.196,41	0,06	441.225,10	
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	469.421,51	469.421,51	40.196,41	40.196,41	0,03	429.225,10	28.196,41	28.196,41	0,06	441.225,10	
Urbanismo	198.749.922,55	204.749.922,55	31.334.541,61	31.334.541,61	23,12	173.415.380,94	8.245.698,78	8.245.698,78	16,30	196.504.223,77	
Administração Geral	2.122.857,98	2.122.857,98	485.940,77	485.940,77	0,36	1.636.917,21	339.108,10	339.108,10	0,67	1.783.749,88	
Planejamento Urbano	1.114.375,00	1.114.375,00	14.787,24	14.787,24	0,01	1.099.587,76	387,24	387,24	0,00	1.113.987,76	
Infra-Estrutura Urbana	163.549.113,16	169.549.113,16	20.647.812,08	20.647.812,08	15,24	148.901.301,08	3.661.986,51	3.661.986,51	7,24	165.887.126,65	
Serviços Urbanos	29.624.242,41	29.624.242,41	9.984.667,52	9.984.667,52	7,37	19.639.574,89	4.244.216,93	4.244.216,93	8,39	25.380.025,48	
Transportes Coletivos Urbanos	2.339.334,00	2.339.334,00	201.334,00	201.334,00	0,15	2.138.000,00	0,00	0,00	0,00	2.339.334,00	
Habituação	56.936.078,08	56.936.078,08	1.197.109,48	1.197.109,48	0,88	55.738.968,60	0,00	0,00	0,00	56.936.078,08	
Habituação Urbana	56.936.078,08	56.936.078,08	1.197.109,48	1.197.109,48	0,88	55.738.968,60	0,00	0,00	0,00	56.936.078,08	
Saneamento	42.650.042,24	42.650.042,24	140.421,90	140.421,90	0,10	42.509.620,34	0,00	0,00	0,00	42.650.042,24	
Saneamento Básico Urbano	42.625.042,24	42.625.042,24	140.421,90	140.421,90	0,10	42.484.620,34	0,00	0,00	0,00	42.625.042,24	
Preservação e Conservação Ambiental	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')											R\$ 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação		Despesas Empenhadas		SALDO		Despesas Liquidadas		Saldo		
	Inicial	Atualizada	Até o Bimestre		(c)=(a-b)	Até o Bimestre					
			(a)	(b)		(b/total b)	(d)	(d/Total d)			
Gestão Ambiental	5.201.976,12	5.201.976,12	783.604,06	783.604,06	0,58	4.418.372,06	271.588,23	271.588,23	0,54	4.930.387,89	
Preservação e Conservação Ambiental	5.201.976,12	5.201.976,12	783.604,06	783.604,06	0,58	4.418.372,06	271.588,23	271.588,23	0,54	4.930.387,89	
Ciência e Tecnologia	2.723.163,50	2.723.163,50	401.474,56	401.474,56	0,30	2.321.688,94	78.200,00	78.200,00	0,15	2.644.963,50	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.723.163,50	2.723.163,50	401.474,56	401.474,56	0,30	2.321.688,94	78.200,00	78.200,00	0,15	2.644.963,50	
Agricultura	187.619,25	187.619,25	7.000,00	7.000,00	0,01	180.619,25	7.000,00	7.000,00	0,01	180.619,25	
Promoção da Produção Agropecuária	187.619,25	187.619,25	7.000,00	7.000,00	0,01	180.619,25	7.000,00	7.000,00	0,01	180.619,25	
Indústria	171.240,00	171.240,00	0,00	0,00	0,00	171.240,00	0,00	0,00	0,00	171.240,00	
Normalização e Qualidade	171.240,00	171.240,00	0,00	0,00	0,00	171.240,00	0,00	0,00	0,00	171.240,00	
Comércio e Serviços	351.113,00	351.113,00	22.655,50	22.655,50	0,02	328.457,50	22.655,50	22.655,50	0,04	328.457,50	
Promoção Comercial	351.113,00	351.113,00	22.655,50	22.655,50	0,02	328.457,50	22.655,50	22.655,50	0,04	328.457,50	
Transporte	11.867.205,00	11.867.205,00	0,00	0,00	0,00	11.867.205,00	0,00	0,00	0,00	11.867.205,00	
Transporte Rodoviário	11.867.205,00	11.867.205,00	0,00	0,00	0,00	11.867.205,00	0,00	0,00	0,00	11.867.205,00	
Desporto e Lazer	8.658.648,41	8.658.648,41	3.698.352,93	3.698.352,93	2,73	4.960.295,48	540.836,77	540.836,77	1,07	8.117.811,64	
Desporto de Rendimento	2.018.245,36	2.018.245,36	1.466.171,71	1.466.171,71	1,08	552.073,65	166.244,53	166.244,53	0,33	1.852.000,83	
Desporto Comunitário	6.540.085,55	6.540.085,55	2.232.181,22	2.232.181,22	1,65	4.307.904,33	374.592,24	374.592,24	0,74	6.165.493,31	
Lazer	100.317,50	100.317,50	0,00	0,00	0,00	100.317,50	0,00	0,00	0,00	100.317,50	
Encargos Especiais	11.830.000,00	11.830.000,00	10.008.736,80	10.008.736,80	7,39	1.821.263,20	1.894.435,88	1.894.435,88	3,74	9.935.564,12	
Serviço da Dívida Interna	6.500.000,00	6.500.000,00	5.703.225,96	5.703.225,96	4,21	796.774,04	963.039,72	963.039,72	1,90	5.536.960,28	
Outros Encargos Especiais	5.330.000,00	5.330.000,00	4.305.510,84	4.305.510,84	3,18	1.024.489,16	931.396,16	931.396,16	1,84	4.398.603,84	
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	18.275.154,90	18.275.154,90	2.608.391,57	2.608.391,57	1,92	15.666.763,33	1.435.603,97	1.435.603,97	2,84	2.608.391,57	
TOTAL (III)=(I+II)	881.000.000,00	887.000.000,00	135.524.772,65	135.524.772,65	100,00	751.475.227,35	50.596.061,62	50.596.061,62	100,00	836.403.938,38	

Página: 4 de 4
10/04/2015 15:55

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		(b)/total (b)	SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas		(d)/Total (d)	Saldo (e)=(a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)			No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	18.275.154,90	18.275.154,90	2.608.391,57	2.608.391,57	1,89	15.666.763,33	1.435.603,97	1.435.603,97	2,76	16.839.550,93	
Legislativa	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	
Ação Legislativa	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	
Previdência Social	4.400.000,00	4.400.000,00	733.928,88	733.928,88	0,54	3.666.071,12	733.928,88	733.928,88	1,45	3.666.071,12	
Previdência Básica	4.400.000,00	4.400.000,00	733.928,88	733.928,88	0,54	3.666.071,12	733.928,88	733.928,88	1,45	3.666.071,12	
Saúde	4.785.750,00	4.785.750,00	1.172.787,60	1.172.787,60	0,87	3.612.962,40	0,00	0,00	0,00	4.785.750,00	
Atenção Básica	4.785.750,00	4.785.750,00	1.172.787,60	1.172.787,60	0,87	3.612.962,40	0,00	0,00	0,00	4.785.750,00	
Educação	8.789.404,90	8.789.404,90	701.675,09	701.675,09	0,52	8.087.729,81	701.675,09	701.675,09	1,39	8.087.729,81	
Ensino Fundamental	4.889.404,90	4.889.404,90	419.936,78	419.936,78	0,31	4.469.468,12	419.936,78	419.936,78	0,83	4.469.468,12	
Educação Infantil	3.900.000,00	3.900.000,00	281.738,31	281.738,31	0,21	3.618.261,69	281.738,31	281.738,31	0,56	3.618.261,69	
TOTAL	18.275.154,90	18.275.154,90	2.608.391,57	2.608.391,57	1,89	15.666.763,33	1.435.603,97	1.435.603,97	7,86	16.839.550,93	
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 10h e 43m.											

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 10h e 43m.

ADELIANA DAL PONT ANTONIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de sistemas.

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Março/2014 a Fevereiro/2015

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Previsão Atualizada 2015
		R\$ 1,00												
		Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Total		Total				
RECEITAS CORRENTES (I)		Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015	(Últimos 12 Meses)						
Receita Tributária		41.244.458,89	39.149.139,55	38.734.764,24	38.004.793,12	34.585.639,75	38.573.462,70	499.707.694,81		612.217.270,24				
		37.097.095,94	39.228.898,23	40.506.380,01	47.942.770,22	37.984.777,09	66.655.515,07	10.358.041,32		174.625.926,20				
IPTU		16.838.553,81	10.726.241,37	10.278.308,43	10.447.591,60	9.578.084,00	10.358.041,32	41.787.367,64		159.105.297,79				
		9.864.338,22	9.779.699,26	9.000.250,31	12.545.141,89	7.901.679,94	666.550,99	750.980,45		45.070.286,75				
		8.822.923,17	973.719,54	875.171,91	1.291.720,25	2.063.134,76	25.805.099,42	4.156.177,33		46.276.072,32				
ISS		751.716,93	796.233,30	1.412.217,03	860.819,00	4.272.615,82	3.559.133,79	3.692.383,90		52.509.818,00				
		3.271.838,12	3.291.979,13	3.762.272,41	4.938.019,95	2.982.086,53	1.481.505,47	1.163.776,33		19.686.355,97				
ITBI		4.667.009,25	4.530.251,64	3.152.304,45	2.186.979,47	1.995.470,87	2.535.390,90	474.187,04		10.319.278,92				
		1.482.474,01	1.600.420,32	1.633.738,33	2.063.370,15	1.443.452,49	2.115.460,17	2.201.268,31		37.753.303,83				
IRRF		1.680.937,91	1.712.442,04	1.241.788,58	2.356.762,36	560.314,41	484.859,61	10.641.248,38		40.227.762,20				
		397.650,49	388.887,07	532.400,70	480.950,42	474.187,04	925.066,96	737.719,91		11.793.458,71				
Outras Receitas Tributárias		780.754,17	834.568,04	492.553,71	2.215.325,64	2.201.268,31	2.115.460,17	1.770.543,51		10.007.093,00				
		2.863.668,02	4.471.235,31	3.474.725,08	2.215.325,64	2.201.268,31	2.115.460,17	1.770.543,51		10.007.093,00				
Receita De Contribuições		1.983.919,96	1.906.204,24	2.701.386,54	2.326.170,43	852.691,75	10.641.248,38	2.198.232,03		7.859.997,98				
		977.888,26	848.191,49	858.533,10	1.064.299,80	737.719,91	925.066,96	2.346.389,48		19.407.148,25				
		916.362,42	933.758,16	903.743,72	1.713.542,27	143.809,11	1.770.543,51	1.700.448,10		31.549,51				
Receita Patrimonial		1.111.885,81	1.551.946,14	2.192.643,20	1.175.478,60	1.700.448,10	2.198.232,03	2.346.389,48		6.943.995,15				
		1.120.600,88	1.666.534,74	1.593.410,47	1.190.695,54	2.346.389,48	1.558.883,26	13.230,00		277.759.891,07				
Receita De Serviços		-	652,33	26.817,06	140,59	200,67	4.290,00	31.549,51		379.666.466,93				
		651.881,13	3.003.747,77	3.211.425,09	1,00	200,67	4.290,00	21.101.685,21		55.836.747,00				
Transferências Correntes		19.871.095,33	23.710.900,65	22.823.044,65	22.787.558,32	21.101.685,21	22.813.344,97	26.131.628,02		50.725.373,34				
		22.790.892,47	21.810.019,81	24.253.618,91	29.812.183,64	26.131.628,02	19.853.919,09	3.929.119,36		118.121.187,00				
Cota-Parte do FPM		3.301.471,45	3.768.073,82	5.021.421,63	3.765.742,11	3.234.296,04	3.929.119,36	3.234.296,04		21.805.707,31				
		2.643.128,60	3.255.125,25	4.308.574,52	6.929.937,14	5.229.835,05	5.338.648,37	5.229.835,05		24.754.459,00				
Cota-Parte do ICMS		8.433.511,70	8.148.241,95	8.513.155,47	8.807.205,82	7.904.651,64	8.282.816,67	7.904.651,64		118.121.187,00				
		9.680.200,54	8.910.874,44	10.187.770,38	9.598.882,33	11.542.067,38	6.569.406,34	11.542.067,38		21.805.707,31				
Cota-Parte do IPVA		1.851.363,81	2.188.819,03	2.259.869,63	2.182.653,38	2.440.436,42	2.132.294,99	2.440.436,42		24.754.459,00				
		2.146.825,36	1.808.666,42	1.140.856,95	836.928,78	1.224.361,80	1.592.630,74	1.224.361,80		31.414,00				
Cota-Parte do ITR		466,17	675,89	724,66	601,80	668,94	789,48	668,94		23.062,18				
		2.515,58	12.486,09	703,33	2.106,13	639,80	684,31	639,80		31.414,00				

Página: 2 de 2
10/04/2015 15:56

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Março/2014 a Fevereiro/2015

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total	Previsão
ESPECIFICAÇÃO		Março/2014	Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Total	Previsão				
		Setembro/2014	Outubro/2014	Novembro/2014	Dezembro/2014	Janeiro/2015	Fevereiro/2015						
Transferências da LC 87/1996	-		36.693,26	36.696,21	36.729,30	36.594,43	36.594,43	366.279,78	423.794,00				
Transferências da LC 61/1989		36.594,43	36.594,43	36.594,43	73.188,86	-	-						
		114.561,13	124.663,11	135.591,59	132.143,81	132.670,91	136.754,37	1.696.891,17	1.884.443,00				
Transferências do FUNDEB		128.692,93	137.819,42	158.257,65	156.154,26	199.776,01	139.805,98						
		4.757.000,43	4.762.966,51	5.270.676,63	4.959.426,23	4.592.274,85	4.912.334,73	60.818.793,03	67.524.582,86				
		5.013.120,83	5.237.725,32	5.468.220,08	5.432.937,38	5.511.630,04	4.900.480,00						
Outras Transferências Correntes		1.412.720,64	4.680.767,08	1.584.908,83	2.903.055,87	2.760.091,98	3.382.640,94	35.745.049,60	111.089.840,07				
		3.139.814,20	2.410.728,44	2.952.691,57	6.782.048,76	2.423.317,94	1.312.263,35						
Outras Receitas Correntes		2.445.035,68	2.311.207,57	2.555.417,80	2.529.724,21	1.454.472,53	2.247.227,91	24.697.963,84	38.237.734,78				
		1.753.020,82	2.035.138,49	1.543.931,51	2.681.205,88	1.461.069,87	1.680.511,57						
DEDUÇÕES (II)		3.559.266,98	3.948.853,77	4.064.755,75	4.057.950,35	3.506.461,45	3.825.796,58	46.644.584,00					
		3.832.749,09	3.525.460,76	4.068.180,44	4.768.740,99	3.339.734,43	4.654.133,79						
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		694.609,40	713.047,49	721.744,95	919.632,45	603.432,68	767.408,28	9.940.172,72	6.264.015,00				
		769.798,92	794.365,55	762.914,32	1.568.415,97	579,65	1.624.223,06						
Compensação Financ. entre Regimes Previd.		-	255.904,23	20.937,30	20.937,30	20.937,30	20.937,30	339.653,43	170.160,00				
		-	-	-	-	-	-						
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB		2.740.274,61	2.853.400,50	3.193.458,93	2.987.388,06	2.749.863,43	2.903.673,59	40.210.409,00					
		2.927.591,19	2.593.807,04	3.166.541,16	3.059.787,83	3.339.154,78	3.029.910,73						
Contrib Prev Reg. Parc de Débitos - RPPS		124.382,97	126.501,55	128.614,57	129.992,54	132.228,04	133.777,41						
		135.358,98	137.288,17	138.724,96	140.537,19	-	-	1.327.406,38	-				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)		37.685.191,91	35.200.285,78	34.670.008,49	33.946.842,77	31.079.178,30	34.747.666,12	452.555.610,43	565.572.686,24				
		33.264.346,85	35.703.437,47	36.438.199,57	43.174.029,23	34.645.042,66	62.001.381,28						
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 10h e 45m.													

ADELIANA DAL PONT ANTONIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de sistemas.

Página: 1 de 3
10/04/2015 15:57

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	8.880.225,00	8.880.225,00	5.061.621,83	3.015.337,26
RECEITAS CORRENTES	8.880.225,00	8.880.225,00	5.061.621,83	3.015.337,26
Receita de Contribuições dos Segurados	6.264.015,00	6.264.015,00	1.624.802,71	1.302.871,37
Pessoal Civil	6.264.015,00	6.264.015,00	1.624.802,71	1.302.871,37
Ativo	6.248.062,50	6.248.062,50	1.615.415,08	1.297.810,72
Inativo	15.952,50	15.952,50	9.387,63	5.060,65
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	1.084.770,00	1.084.770,00	289.549,91	242.317,28
Receita Patrimonial	1.350.645,00	1.350.645,00	3.146.869,21	1.467.534,17
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	1.350.645,00	1.350.645,00	3.146.869,21	1.467.534,17
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	180.795,00	180.795,00	400,00	2.614,44
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	170.160,00	170.160,00	-	-
Demais Receitas Correntes	10.635,00	10.635,00	400,00	2.614,44
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	2.588.252,89
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I)+(II)	27.518.890,00	27.518.890,00	6.774.711,81	5.603.590,15

Página: 2 de 3
10/04/2015 15:57

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II) R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	12.518.890,00	12.518.890,00	1.363.120,09	6.829.189,08	1.361.193,08	1.153.934,34
ADMINISTRAÇÃO	53.175,00	53.175,00	650,00	-	650,00	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	53.175,00	53.175,00	650,00	-	650,00	-
PREVIDÊNCIA	12.465.715,00	12.465.715,00	1.362.470,09	6.829.189,08	1.360.543,08	1.153.934,34
Pessoal Civil	10.400.000,00	10.400.000,00	1.295.020,51	6.400.000,00	1.295.020,51	1.088.155,19
Aposentadorias	9.000.000,00	9.000.000,00	1.134.313,38	5.600.000,00	1.134.313,38	893.117,61
Pensões	1.400.000,00	1.400.000,00	160.707,13	800.000,00	160.707,13	195.037,58
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	2.065.715,00	2.065.715,00	67.449,58	429.189,08	65.522,57	65.779,15
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	2.065.715,00	2.065.715,00	67.449,58	429.189,08	65.522,57	65.779,15
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	12.518.890,00	12.518.890,00	1.363.120,09	6.829.189,08	1.361.193,08	1.153.934,34
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	15.000.000,00	15.000.000,00	-	-	5.413.518,73	4.449.655,81

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	-
Plano Financeiro	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
Recursos para Formação de Reserva	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Plano Previdenciário	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	-
Outros Aportes para o RPPS	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERENCIA	
	2015	2014
CAIXA	-	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO	5.444.326,01	212.633,54
INVESTIMENTOS	133.708.888,86	133.737.113,85
OUTROS BENS E DIREITOS	-	-

Página: 3 de 3
10/04/2015 15:57

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	2.588.252,89
Receita de Contribuições	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	2.588.252,89
Patronal	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	2.588.252,89
Pessoal Civil	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	2.588.252,89
Ativo	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	2.588.252,89
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX)	18.638.665,00	18.638.665,00	1.713.089,98	2.588.252,89

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 10h e 50m.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de sistemas.

,

Página: 1 de 1
10/04/2015 15:57

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2014	Em 31/Dez/2014	Em 28/Fev/2015
	(a)	(b)	(c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES(II)	54.493.449,21	54.493.449,21	101.920.899,64
Disponibilidade de Caixa Bruta	65.086.273,11	65.086.273,11	110.223.000,39
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.592.823,90	10.592.823,90	8.302.100,75
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-54.493.449,21	-54.493.449,21	-101.920.899,64
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-54.493.449,21	-54.493.449,21	-101.920.899,64

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre	Até o Bimestre
	(c-b)	(c-a)
VALOR	-47.427.450,43	-47.427.450,43

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2014	Em 31/Dez/2014	Em 28/Fev/2015
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	133.864.140,72	133.864.140,72	139.022.404,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	212.633,54	212.633,54	5.444.326,01
Investimentos	133.737.113,85	133.737.113,85	133.708.888,86
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	85.606,67	85.606,67	130.810,20
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-133.864.140,72	-133.864.140,72	-139.022.404,67
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-133.864.140,72	-133.864.140,72	-139.022.404,67

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 10h e 54m.

ADELIANA DAL PONT ANTONIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de sistemas.

Página: 1 de 4
10/04/2015 15:57

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Feveireiro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	584.214.340,51	99.225.913,10	94.309.077,88
RECEITA TRIBUTÁRIA	174.625.926,20	49.689.047,58	43.245.852,38
IPTU	48.143.272,00	27.868.234,18	23.092.457,56
ISS	52.509.818,00	6.674.470,43	6.983.496,11
ITBI	22.820.494,00	2.607.228,82	2.811.792,75
IRRF	10.924.580,00	1.045.174,02	797.584,55
Outras Receitas Tributárias	40.227.762,20	11.493.940,13	9.560.521,41
Receita de Contribuição	28.645.758,00	3.627.442,60	4.192.497,24
Receita Previdenciária	25.987.450,00	3.627.442,60	4.133.441,54
Outras Contribuições	2.658.308,00	-	59.055,70
Receita Patrimonial Líquida	1.428.812,25	3.146.869,21	1.467.942,47
Receita Patrimonial	7.859.997,98	3.905.272,74	2.056.108,26
(-)Aplicações Financeiras	6.431.185,73	758.403,53	588.165,79
Transferências Correntes	339.456.057,93	39.616.481,60	40.128.196,32
FPM	44.669.398,00	8.454.786,86	8.622.000,70
ICMS	94.496.950,00	14.489.178,91	13.519.760,54
Convênios	-	-	-
Outras Transferências Correntes	200.289.709,93	16.672.515,83	17.986.435,08
Demais Receitas Correntes	40.057.786,13	3.146.072,11	5.274.589,47
Dívida Ativa	18.373.677,89	1.638.622,62	3.582.498,82
Diversas Receitas Correntes	21.684.108,24	1.507.449,49	1.692.090,65
RECEITAS DE CAPITAL(II)	290.354.473,76	3.682.958,00	2.356.021,69
Operações de Crédito(III)	82.008.868,66	3.164.233,58	1.629.000,00
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-
Alienação de Bens(V)	6.097.289,20	-	-
Transferências de Capital	202.248.315,90	518.724,42	727.021,69
Convênios	196.204.339,05	518.724,42	727.021,69
Outras Transferências de Capital	6.043.976,85	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	202.248.315,90	518.724,42	727.021,69
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	786.462.656,41	99.744.637,52	95.036.099,57

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES(VIII)	516.372.173,71	119.483.186,41	127.004.421,77	48.144.223,11	45.108.900,67

Página: 2 de 4
10/04/2015 15:57

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
Pessoal e Encargos Sociais	234.493.095,06	44.387.795,47	50.980.901,69	29.580.689,53	27.621.066,18
Juros e Encargos da Dívida(IX)	2.000.000,00	1.207.369,49	858.041,00	269.487,79	240.010,95
Outras Despesas Correntes	279.879.078,65	73.888.021,45	75.165.479,08	18.294.045,79	17.247.823,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	514.372.173,71	118.275.816,92	126.146.380,77	47.874.735,32	44.868.889,72
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	355.577.826,29	16.041.586,24	13.886.666,74	2.451.838,51	3.974.990,35
Investimentos	351.077.826,29	11.545.729,77	9.960.000,40	1.758.286,58	2.935.294,89
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	4.500.000,00	4.495.856,47	3.926.666,34	693.551,93	1.039.695,46
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	351.077.826,29	11.545.729,77	9.960.000,40	1.758.286,58	2.935.294,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	15.050.000,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	880.500.000,00	129.821.546,69	136.106.381,17	49.633.021,90	47.804.184,61
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-94.037.343,59			50.111.615,62	47.231.914,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					6.000.000,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O					-
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 10h e 59m.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de Sistemas.

Página: 3 de 4
10/04/2015 15:57

Página: 4 de 4
10/04/2015 15:57

-
-

-
-
-
-
-

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

REPO - ANEXO VIII(RRE, Art.53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)	
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados		Saldo (b)
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)													
EXECUTIVO													
	GABINETE DA PREFEITA	-	720.445,28	716.780,52	-	3.664,76	17.108,78	1.024.391,79	309.797,16	-	-	731.703,41	735.368,17
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	-	166.330,41	161.104,88	-	5.225,53	4.314,89	19.612,78	13.584,38	8.390,78	-	15.536,89	20.762,42
	SECRETARIA DE FINANÇAS	-	39.593,11	39.593,11	-	-	297,60	-	-	-	-	297,60	297,60
	SECRETARIA DE RECEITA	-	135.719,02	135.719,02	-	-	7.470,40	-	-	-	-	7.470,40	7.470,40
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	217.214,82	4.004.568,21	3.881.399,96	-	390.383,07	8.748,99	4.453.781,56	203.724,69	74.147,29	-	4.388.383,26	4.778.766,33
	SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E	74,50	212.547,25	200.976,87	758,72	10.886,16	389.367,03	499.367,64	105.705,21	53.385,17	-	835.349,50	846.235,66
	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	371.774,91	194.003,82	-	177.771,09	17.450,33	125.226,38	-	-	-	142.676,71	320.447,80
	SECRET. DE DESENVOLV. ECON. CIÊNCIA E T	-	2.411,09	2.411,09	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	SECRET. DE DESENVOLV. ECON. CIÊNCIA E TE	4.901,26	-	-	-	4.901,26	87,70	-	-	-	-	87,70	4.988,96
	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	248,04	5.829,94	5.829,94	-	248,04	1.484,80	2.000,00	-	-	-	3.484,80	3.732,84
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇ	-	-	-	-	-	-	113.712,50	-	-	-	113.712,50	113.712,50
	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇA	-	-	-	-	-	51.500,00	-	-	-	-	51.500,00	51.500,00
	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	9.579,31	1.705.153,71	1.689.817,82	-	24.915,20	2.030.799,08	4.186.965,29	81.404,55	81.283,55	-	6.136.480,82	6.161.396,02
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	632,47	8.894,14	-	-	9.526,61	-	90.550,19	5.935,40	5.935,40	-	84.614,79	94.141,40
	FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUS	-	4.027,00	4.027,00	-	-	-	118.999,28	39.161,32	39.161,32	-	79.837,96	79.837,96
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISM	-	-	-	-	-	-	2.987,22	-	-	-	2.987,22	2.987,22
	FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL	-	-	-	-	-	-	95.626,93	17.945,58	17.945,58	1.103,54	76.577,81	76.577,81
	SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA	6.623,04	78.983,63	-	-	85.606,67	546,93	94.810,38	8.517,60	8.357,60	-	86.999,71	172.606,38
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ	-	1.929.430,01	468.298,93	-	1.461.131,08	-	109.386,83	108.778,82	44.619,60	-	64.767,23	1.525.898,31
	FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	-	-	-	-	-	-	482,50	-	-	-	482,50	482,50
	FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE	-	-	-	-	-	2.146,15	2.538,00	-	-	-	4.684,15	4.684,15
	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	-	201.366,57	-	-	201.366,57	-	287.570,33	122.820,75	2.268,28	-	285.302,05	486.668,62
	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	5.627,14	5.627,14	-	-	5.627,14	1.081,80	-	-	-	-	1.081,80	6.708,94
	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	-	619.040,89	481.453,22	-	137.587,67	45.150,41	76.067,60	-	-	-	121.218,01	258.805,68
	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADOR	-	2.347,76	-	-	2.347,76	-	2.368,14	-	-	-	2.368,14	4.715,90
	FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA	1.412,18	-	-	-	1.412,18	35.405,00	-	-	-	-	35.405,00	36.817,18
	SUBTOTAL	246.312,76	10.208.462,93	7.931.416,18	758,72	2.522.600,79	2.612.959,89	11.306.445,34	1.017.375,46	645.291,73	1.103,54	13.273.009,96	
LEGISLATIVO													
	CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE	-	13.669,32	-	-	13.669,32	-	604.778,53	-	-	-	604.778,53	

Página: 2 de 2
10/04/2015 15:58

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RS 1.10															
RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)	
PODER/ÓRGÃO		Inscritos				Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
		Em Exercícios	-	Em 31 de	13.669,32				Em Exercícios	-					Em 31 de
SUBTOTAL		246.312,76	10.222.132,25	7.931.416,18	798,72	2.536.270,11	2.612.959,89	11.911.223,87	1.017.375,46	645.291,73	1.103,54	13.877.788,49	16.414.058,60		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)															
EXECUTIVO															
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSÉ		-	103.711,18	103.711,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		-	345.964,10	-	-	345.964,10	-	-	-	-	-	-	345.964,10		
SUBTOTAL		-	449.675,28	103.711,18	-	345.964,10	-	-	-	-	-	-	-		
LEGISLATIVO															
CAMARA DE VERADORES DE SAO JOSE		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
SUBTOTAL		-	449.675,28	103.711,18	798,72	345.964,10	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL(II)		-	449.675,28	103.711,18	798,72	2.882.234,21	2.612.959,89	11.911.223,87	1.017.375,46	645.291,73	1.103,54	13.877.788,49	345.964,10		
TOTAL(III) = (I)+(II)		246.312,76	10.671.807,53	8.035.127,36	798,72	2.882.234,21	2.612.959,89	11.911.223,87	1.017.375,46	645.291,73	1.103,54	13.877.788,49			
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 11h e 03m.															

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 11h e 03m.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de Sistemas.

Prefeitura Municipal de São José - SC
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					RECEITAS REALIZADAS	
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		RECEITAS REALIZADAS	
						% (c)=(b/a)x100
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	149.581.547,00	149.581.547,00	40.208.067,48			26,88
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	60.990.875,00	60.990.875,00	29.759.317,39			48,79
1.1.1-IPTU	48.143.272,00	48.143.272,00	39.216.970,23			81,46
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	235.824,00	235.824,00	5.556,48			2,36
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	9.638.465,00	9.638.465,00	1.343.247,53			13,94
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.973.314,00	2.973.314,00	627.550,22			21,11
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	11.434.007,07			
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	22.822.974,00	22.822.974,00	2.661.246,34			11,66
1.2.1-ITBI	22.820.494,00	22.820.494,00	2.607.228,82			11,42
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	520,88			
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	2.480,00	2.480,00	49.636,89			2.001,49
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	3.859,75			
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-			
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	54.843.118,00	54.843.118,00	6.742.329,73			12,29
1.3.1-ISS	52.509.818,00	52.509.818,00	6.680.077,13			12,72
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	92.279,00	92.279,00	17.967,40			19,47
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.879.255,00	1.879.255,00	37.561,45			2,00
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	361.766,00	361.766,00	12.230,45			3,38
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	5.606,70			
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.924.580,00	10.924.580,00	1.045.174,02			9,57
1.4.1-IRRF	10.924.580,00	10.924.580,00	1.045.174,02			9,57
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-			
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-			
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-			
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-			
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-			
1.5.1-ITR	-	-	-			
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-			
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-			
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-			
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre		RECEITAS REALIZADAS	%

	(a)	(b)	(c)=(b/a)x100
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS			
2.1-Cota-Parte FPM	201.052.044,00	31.837.855,78	15,84
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	55.836.747,00	10.568.483,42	18,93
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	55.836.747,00	10.568.483,42	18,93
2.2-Cota-Parte ICMS	118.121.187,00	18.111.473,72	15,33
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	423.794,00	-	-
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	1.884.443,00	339.581,99	18,02
2.5-Cota-Parte ITR	31.414,00	1.324,11	4,22
2.6-Cota-Parte IPVA	24.754.459,00	2.816.992,54	11,38
2.7-Cota-Parte IOF-Ouro	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	350.633.591,00	72.045.923,26	20,55
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS
			Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	119.218,67	119.218,67	100.537,21 84,33
5.1 - Transferências do Salário-Educação	20.348.584,73	20.348.584,73	571.197,17 2,81
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	7.940.895,01	7.940.895,01	571.106,10 7,19
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	451.987,50	451.987,50	- -
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	2.592.894,27	2.592.894,27	- -
5.5 - Outras Transferências do FNDE	44.564,27	44.564,27	- -
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	9.316.807,95	9.316.807,95	91,07 0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.435,73	1.435,73	- -
6.1 - Transferências de Convênios	1.323.100,35	1.323.100,35	- -
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.323.100,35	1.323.100,35	- -
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	- -
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	- -
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	21.790.903,75	21.790.903,75	671.734,38 3,08
FUNDEB			
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS
			Até o Bimestre (b) % (c)=(b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	40.210.409,00	40.210.409,00	6.369.065,51 15,84
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	11.167.349,00	11.167.349,00	2.113.696,56 18,93
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	23.624.237,00	23.624.237,00	3.622.294,81 15,33
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	84.759,00	84.759,00	- -
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	376.889,00	376.889,00	63.720,45 16,91
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	6.283,00	6.283,00	264,82 4,21
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	4.950.892,00	4.950.892,00	569.088,87 11,49
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	68.011.751,08	68.011.751,08	10.428.571,45 15,33

11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	67.524.582,86	67.524.582,86	10.412.110,04	15,42
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	487.168,22	487.168,22	16.461,41	3,38
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10) ¹	27.314.173,86	27.314.173,86	4.043.044,53	14,80

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	60.120.117,14	60.120.117,14	13.159.088,94	21,89	8.636.088,94	14,36
13.1-Com Educação Infantil	19.484.000,00	19.484.000,00	6.574.171,30	33,74	4.409.171,30	22,63
13.2-Com Ensino Fundamental	40.636.117,14	40.636.117,14	6.584.917,64	16,20	4.226.917,64	10,40
14-OUTRAS DESPESAS	7.891.633,94	7.891.633,94	903.140,02	11,44	548.547,22	6,95
14.1-Com Educação Infantil	2.316.529,94	2.316.529,94	79.211,96	3,42	7.430,47	0,32
14.2-Com Ensino Fundamental	5.575.104,00	5.575.104,00	823.928,06	14,78	541.116,75	9,71
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	68.011.751,08	68.011.751,08	14.062.228,96	20,68	9.184.636,16	13,50

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	-
16.1 - FUNDEB 60%	-
16.2 - FUNDEB 40%	-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	-
17.1 - FUNDEB 60%	-
17.2 - FUNDEB 40%	-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	-

INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	9.184.636,16
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ¹ (13-(16.1+17.1))/(11)x100%	82,81
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11)x100%	5,26
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%	11,93

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	-60.902,89
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²	-

REMANEJAMENTO E REFINANCIAMENTO DO FUNDEB - DESPESAS CUSTEADAS PARA A DESPESA RESULTANTE DE INADAPTAÇÃO E DEFICIÊNCIA DO FUNDEB

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100				
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ¹	87.658.397,75	87.658.397,75	18.011.480,82	20,55		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	54.634.329,94	54.634.329,94	15.181.059,72	27,79	5.519.747,60	10,10
23.1-Creche	26.628.600,00	26.628.600,00	10.753.003,76	40,38	3.386.644,30	12,72
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	8.962.000,00	8.962.000,00	3.362.277,49	37,52	2.477.579,34	27,65
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	17.666.600,00	17.666.600,00	7.390.726,27	41,83	909.064,96	5,15
23.2-Pré-Escola	28.005.729,94	28.005.729,94	4.428.055,96	15,81	2.133.103,30	7,62
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.838.529,94	12.838.529,94	3.291.105,77	25,63	1.939.022,43	15,10
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	15.167.200,00	15.167.200,00	1.136.950,19	7,50	194.080,87	1,28
24-ENSINO FUNDAMENTAL	72.798.807,64	72.731.807,64	15.424.238,07	21,21	8.865.401,83	12,19
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	46.211.221,14	46.211.221,14	7.408.845,70	16,03	4.768.034,39	10,32
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	26.587.586,50	26.520.586,50	8.015.392,37	30,22	4.097.367,44	15,45
25-ENSINO MÉDIO	1.156.400,00	1.156.400,00	145.760,93	12,60	75.760,93	6,55
26-ENSINO SUPERIOR	102.000,00	102.000,00	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	5.028.000,00	5.628.000,00	1.097.088,80	19,49	631.740,45	11,22
28-OUTRAS	9.534.613,50	9.001.613,50	2.365.631,58	26,28	23.458,89	0,26
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	143.254.151,08	143.254.151,08	34.213.779,10	23,88	15.116.109,70	10,55
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL			VALOR			
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.043.044,53	
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-	
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)					16.461,41	
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					-	
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					-	
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4					-	
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)					-	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)					4.059.505,94	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))					10.325.643,49	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(3)x100)%					14,33	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o bimestre	%	Até o Bimestre	%

		(d)	(e)	(f)=(e/d)x100	(g)	(h)=(g/d)x100
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	8.010.170,00	8.010.170,00	2.844.523,78	35,51	116.198,16	1,45
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	19.220.000,00	19.220.000,00	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	13.177.868,75	13.177.868,75	357.851,56	2,72	33.334,08	0,25
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	40.408.038,75	40.408.038,75	3.202.375,34	7,93	149.532,24	0,37
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	183.662.189,83	183.662.189,83	37.416.154,44	20,37	15.265.641,94	8,31
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2015	(g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			-			-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			-			-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB			-			-
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB						
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014						-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE						10.412.110,04
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE						9.163.114,44
49.1-Orçamentário do Exercício						9.160.219,83
49.2-Restos a Pagar						2.894,61
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE						16.461,41
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL						1.265.457,01

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 11h e 12m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121, V.

ADELIANA DAL POIT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de Sistemas.

Página: 1 de 1
10/04/2015 15:59

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre	SALDO NÃO REALIZADO
	(a)	(b)	(c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	82.008.868,66	3.164.233,58	78.844.635,08
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre	SALDO NÃO EXECUTADO
	(d)	LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	(d)	(e)	(f)
DESPESAS DE CAPITAL	355.577.826,29	2.451.838,51	
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	355.577.826,29	2.451.838,51	
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-273.568.957,63	712.395,07	-274.281.352,70

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 11h e 29m.

1

ADELIANA DAL PONT ANTONIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Greal CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de Sistemas.

Página: 1 de 3
10/04/2015 16:00

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos
Servidores Públicos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2015 a 2086

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X R\$ 1,00

RC	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c)=(a-b)	(d) = ("d"exercício anterior)+(c))
#	10.908.884,37	4.297.477,64	6.611.406,73	99.145.188,93
#	10.254.007,85	4.860.975,28	5.393.032,57	104.538.221,50
#	9.611.523,31	5.431.479,72	4.180.043,59	108.718.265,09
#	9.100.277,82	3.443.248,24	5.657.029,58	114.375.294,67
#	8.597.648,88	5.879.287,50	2.718.361,38	117.093.656,05
#	7.947.372,85	6.560.615,52	1.386.757,33	118.480.413,38
#	7.388.463,46	7.011.033,06	377.430,40	118.857.843,78
#	6.963.898,62	7.097.689,56	(133.790,94)	118.724.052,84
#	6.458.723,97	7.447.326,94	(988.602,97)	117.735.449,87
#	5.904.666,90	7.955.560,09	(2.050.893,19)	115.684.556,68
#	5.322.627,84	8.559.964,86	(3.237.337,02)	112.447.219,66
#	4.847.270,37	8.863.496,34	(4.016.225,97)	108.430.993,69
#	4.363.189,69	9.196.690,69	(4.833.501,00)	103.597.492,69
#	3.798.627,36	9.783.079,55	(5.984.452,19)	97.613.040,50
#	3.355.157,61	10.031.797,28	(6.676.639,67)	90.936.400,83
#	2.889.758,74	10.364.055,69	(7.474.296,95)	83.462.103,88
#	2.588.364,70	10.241.380,71	(7.653.016,01)	75.809.087,87
#	2.191.091,51	10.418.850,70	(8.227.759,19)	67.581.328,68
#	1.838.718,48	10.482.681,93	(8.643.963,45)	58.937.365,23
#	1.516.986,75	10.481.986,10	(8.964.999,35)	49.972.365,88
#	1.285.142,12	10.304.466,17	(9.019.324,05)	40.953.041,83
#	1.032.722,44	10.099.128,74	(9.066.406,30)	31.886.635,53
#	839.015,02	9.812.808,37	(8.973.793,35)	22.912.842,18
#	699.060,00	9.405.092,96	(8.706.032,96)	14.206.809,22
#	526.550,73	9.119.938,25	(8.593.387,52)	5.613.421,70
#	416.675,78	8.692.024,59	(8.275.348,81)	(2.661.927,11)
#	339.814,85	8.201.382,29	(7.861.567,44)	(10.523.494,55)
#	237.234,89	7.819.871,19	(7.582.636,30)	(18.106.130,85)
#	145.163,16	7.439.884,76	(7.294.721,60)	(25.400.852,45)
#	124.845,39	6.887.530,01	(6.762.684,62)	(32.163.537,07)
#	93.982,31	6.402.421,65	(6.308.439,34)	(38.471.976,41)
#	50.834,54	5.985.638,25	(5.934.803,71)	(44.406.780,12)
#	22.153,74	5.558.659,50	(5.536.505,76)	(49.943.285,88)
#	15.767,81	5.098.007,03	(5.082.239,22)	(55.025.525,10)
#	4.726,94	4.675.457,73	(4.670.730,79)	(59.696.255,89)
#	4.475,44	4.251.197,53	(4.246.722,09)	(63.942.977,98)
#	4.231,40	3.863.242,54	(3.859.011,14)	(67.801.989,12)

Página: 2 de 3
10/04/2015 16:00

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos
Servidores Públicos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2015 a 2086

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

RC	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO
#	-	3.513.840,39	(3.513.840,39)	(71.315.829,51)
#	-	3.177.336,15	(3.177.336,15)	(74.493.165,66)
#	-	2.849.688,00	(2.849.688,00)	(77.342.853,66)
#	-	2.561.619,10	(2.561.619,10)	(79.904.472,76)
#	-	2.298.067,97	(2.298.067,97)	(82.202.540,73)
#	-	2.038.691,78	(2.038.691,78)	(84.241.232,51)
#	-	1.815.385,92	(1.815.385,92)	(86.056.618,43)
#	-	1.613.555,45	(1.613.555,45)	(87.670.173,88)
#	-	1.429.845,33	(1.429.845,33)	(89.100.019,21)
#	-	1.261.445,19	(1.261.445,19)	(90.361.464,40)
#	-	1.106.153,06	(1.106.153,06)	(91.467.617,46)
#	-	965.608,60	(965.608,60)	(92.433.226,06)
#	-	839.061,19	(839.061,19)	(93.272.287,25)
#	-	724.342,36	(724.342,36)	(93.996.629,61)
#	-	616.395,75	(616.395,75)	(94.613.025,36)
#	-	530.206,20	(530.206,20)	(95.143.231,56)
#	-	451.485,75	(451.485,75)	(95.594.717,31)
#	-	383.105,84	(383.105,84)	(95.977.823,15)
#	-	323.801,27	(323.801,27)	(96.301.624,42)
#	-	271.551,83	(271.551,83)	(96.573.176,25)
#	-	227.877,36	(227.877,36)	(96.801.053,61)
#	-	189.309,75	(189.309,75)	(96.990.363,36)
#	-	155.113,55	(155.113,55)	(97.145.476,91)
#	-	124.272,07	(124.272,07)	(97.269.748,98)
#	-	100.642,91	(100.642,91)	(97.370.391,89)
#	-	80.172,63	(80.172,63)	(97.450.564,52)
#	-	62.899,88	(62.899,88)	(97.513.464,40)
#	-	49.424,47	(49.424,47)	(97.562.888,87)
#	-	37.842,98	(37.842,98)	(97.600.731,85)
#	-	29.927,05	(29.927,05)	(97.630.658,90)
#	-	22.984,58	(22.984,58)	(97.653.643,48)
#	-	18.057,41	(18.057,41)	(97.671.700,89)
#	-	14.519,21	(14.519,21)	(97.686.220,10)
#	-	11.862,24	(11.862,24)	(97.698.082,34)
#	-	9.949,48	(9.949,48)	(97.708.031,82)
#	-	8.577,47	(8.577,47)	(97.716.609,29)

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS,
30/Mar/2015, 13h e 37m.

Página: 3 de 3
10/04/2015 16:00

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos
Servidores Públicos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2015 a 2086

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X R\$ 1,00

	RECEITAS	DESPESAS	RESULTADO	SALDO FINANCEIRO
RC	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	DO EXERCÍCIO

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a
a migração de sistemas.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Página: 1 de 1
10/04/2015 16:00

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro/2015

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	6.097.289,20	-	6.097.289,20
Alienacao De Bens Imoveis	6.097.289,20	-	6.097.289,20
TOTAL	6.097.289,20	-	6.097.289,20

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
		-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 14h e 13m.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador Geral CRC 15.213-SC

Página: 1 de 3
10/04/2015 16:01

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	149.581.547,00	149.581.547,00	40.208.067,48	26,88
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	48.143.272,00	48.143.272,00	27.868.234,18	57,89
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	22.820.494,00	22.820.494,00	2.607.228,82	11,42
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	52.509.818,00	52.509.818,00	6.674.470,43	12,71
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.924.580,00	10.924.580,00	1.045.174,02	9,57
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	328.103,00	328.103,00	23.067,35	7,03
Dívida Ativa dos Impostos	11.520.200,00	11.520.200,00	1.365.842,36	11,86
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.335.080,00	3.335.080,00	624.050,32	18,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	201.052.044,00	201.052.044,00	31.837.855,78	15,84
Cota-Parte FPM	55.836.747,00	55.836.747,00	10.568.483,42	18,93
Cota-Parte ITR	31.414,00	31.414,00	1.324,11	4,22
Cota-Parte IPVA	24.754.459,00	24.754.459,00	2.816.992,54	11,38
Cota-Parte ICMS	118.121.187,00	118.121.187,00	18.111.473,72	15,33
Cota-Parte IPI-Exportação	1.884.443,00	1.884.443,00	339.581,99	18,02
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	423.794,00	423.794,00	-	-
Desoneração ICMS (LC 87/96)	423.794,00	423.794,00	-	-
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	350.633.591,00	350.633.591,00	72.045.923,26	20,55

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	96.676.075,01	96.676.075,01	11.691.013,29	12,09
Provenientes da União	29.151.492,15	29.151.492,15	1.278.903,25	4,39
Provenientes dos Estados	-	-	-	-
Provenientes de Outros Municípios	67.524.582,86	67.524.582,86	10.412.110,04	15,42
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	96.676.075,01	96.676.075,01	11.691.013,29	12,09

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	91.353.588,41	91.273.588,41	15.788.144,46	17,30	9.751.497,29	10,68
Pessoal e Encargos Sociais	52.026.922,41	52.026.922,41	8.826.512,58	16,97	7.653.724,98	14,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	39.326.666,00	39.246.666,00	6.961.631,88	17,74	2.097.772,31	5,35
DESPESAS DE CAPITAL	18.689.809,50	18.769.809,50	1.364.952,87	7,27	720.075,34	3,84
Investimentos	18.689.809,50	18.769.809,50	1.364.952,87	7,27	720.075,34	3,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	110.043.397,91	110.043.397,91	17.153.097,33	15,59	10.471.572,63	9,52

Página: 2 de 3
10/04/2015 16:01

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	49.227.964,50	49.227.964,50	4.668.920,78	27,22	2.127.989,63	20,32
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	49.227.964,50	49.227.964,50	4.668.920,78	27,22	2.127.989,63	20,32
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	49.227.964,50	49.227.964,50	4.668.920,78	27,22	2.127.989,63	20,32
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	60.815.433,41	60.815.433,41	12.484.176,55	72,78	8.343.583,00	79,68
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						11,58
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb) /100]⁶						-2.463.305,48
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Total	-	-	-	-	-	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (VIII)	-	-		-		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO					
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)		
Total (IX)	-	-		-		

Página: 3 de 3
10/04/2015 16:01

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	88.691.136,41	88.691.136,41	15.920.122,62	92,81	9.796.634,88	93,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	18.147.920,50	18.147.920,50	915.363,86	5,34	598.822,04	5,72
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	1.710.123,50	1.710.123,50	113.731,74	0,66	17.021,39	0,16
Vigilância Epidemiológica	1.483.582,50	1.483.582,50	203.879,11	1,19	59.094,32	0,56
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	10.635,00	10.635,00	-	-	-	-
TOTAL	110.043.397,91	110.043.397,91	17.153.097,33	100,00	10.471.572,63	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 14h e 16m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

OBS: Os saldos da Câmara de Vereadores de São José, não foram importados, haja vista a migração de Sistemas.

Página: 1 de 1
10/04/2015 17:37

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Continuidado Derivadas das Parcerias Público-Privadas Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seg. unidade Social
Janeiro a Dezembro/2015

Lei nº 11.079, de 30.12.2004-Arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII												R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015					SALDO TOTAL					
		No bimestre		Até o Bimestre (b)			(c)=(a+b)					
TOTAL DE ATIVOS												
Direitos Futuros												
Ativos Contabilizados na SPE												
Contrapartida para Provedores de PPP												
TOTAL DE PASSIVOS(I)												
Obrigações Não Relacionadas a Serviços												
Contrapartida para Ativos da SPE												
Provedores de PPP												
GARANTIAS DE PPP (II)												
SALDO LIQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III)=(I+II)												
PASSIVOS CONTINGENTES												
Contrapartidas Futuras												
Riscos Não Providenciados												
Outros Passivos Contingentes												
ATIVOS CONTINGENTES												
Serviços Futuros												
Outros Ativos Contingentes												
DISPENSAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/ 2016	EXERCÍCIO/ 2017	EXERCÍCIO/ 2018	EXERCÍCIO/ 2019	EXERCÍCIO/ 2020	EXERCÍCIO/ 2021	EXERCÍCIO/ 2022	EXERCÍCIO/ 2023	EXERCÍCIO/ 2024	
Das Entes Federado												
Das Entes Não Dependentes												
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL DAS DESPESAS(RCL)(N)												

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 14h e 19m.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

Página: 1 de 2
10/04/2015 17:38

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita				881.000.000,00
Previsão Atualizada da Receita				881.000.000,00
Receitas Realizadas				103.667.274,63
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)				6.000.000,00
DESPESAS				
Dotação Inicial				881.000.000,00
Créditos Adicionais				6.000.000,00
Dotação Atualizada				887.000.000,00
Despesas Empenhadas				135.524.772,65
Despesas Liquidadas				50.596.061,62
Despesas Pagas				45.171.155,85
Superávit Orçamentário				53.071.213,01
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o bimestre		
Despesas Empenhadas				135.524.772,65
Despesas Liquidadas				50.596.061,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida				452.555.610,43
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o bimestre		
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)				6.774.711,81
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)				1.361.193,08
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)				5.413.518,73
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-47.427.450,43	
Resultado Primário		0,00	50.111.615,62	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		10.918.120,29	758,72	8.035.127,36
Poder Executivo		10.904.450,97	758,72	8.035.127,36
Poder Legislativo		13.669,32	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		14.524.183,76	1.103,54	645.291,73
Poder Executivo		13.919.405,23	1.103,54	645.291,73
Poder Legislativo		604.778,53	0,00	0,00
TOTAL		25.442.304,05	1.862,26	8.680.419,09
				16.760.022,70

Página: 2 de 2
10/04/2015 17:38

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Fevereiro 2015/Bimestre Janeiro-Fevereiro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o bimestre		
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	10.325.643,49	25%	14,33	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio				
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Infantil e Ensino Fundamental	8.636.088,94	60%	82,81	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito	3.164.233,58	78.844.635,08		
Despesa de Capital Líquida	2.451.838,51	353.125.987,78		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	10.254.007,85	4.847.270,37	1.032.722,44	4.231,40
Despesas Previdenciárias (V)	4.860.975,28	8.863.496,34	10.099.128,74	3.863.242,54
Resultado Previdenciário (IV-V)	5.393.032,57	-4.016.225,97	-9.066.406,30	-3.859.011,14
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	6.097.289,20		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-2.540.931,15	15%	11,58	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 30/Mar/2015, 14h e 24m.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA PORTARIA N.096/2015**

ERRATA: A PORTARIA Nº 096/2015 PUBLICADA NO DOM Nº 1719 FL. 437, TEM O SEGUINTE TEOR:

PORTARIA Nº 096/2015

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - CONCEDER (300) trezentos dias de licença prêmio ao Servidor Gilmar Corrêa, referente a (30) trinta dias de sua 2ª licença, (90) noventa dias de sua 3ª licença, (90) noventa dias de sua 4ª licença e (90) noventa dias de sua 5ª licença, a partir de 06/04/2015 a 30/01/2016 conforme Processo nº. 015/2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

III - Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 01 de abril de 2015.

ORVINO COELHO DE ÁVILA
PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

DESCONSIDERE-SE A PORTARIA PUBLICADA NO DIA 08/04/2015 DOM 1719

São José do Cedro**PREFEITURA****DECRETO Nº 5.569, DE 06 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 5.569, DE 06 DE ABRIL DE 2015
"NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, FABIANE CRISTINA WEPPPO, para exercer o cargo de MONITOR DE CRECHE, carga horária de 120 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 2º lugar, média final 7,80, a partir de 06 de abril de 2015, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº 5.570, DE 07 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 5.570, DE 07 DE ABRIL DE 2015
"DISPÕE SOBRE DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento dos lotes urbanos nº 1, 2 e 3 (um, dois e três), da quadra nº26 (vinte e seis), com a área superficial de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), cada um, perfazendo um total de 2.400,00 m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), com as seguintes construções existentes: um casa de 7x9 metros, área de 63,00m², construídas de madeira bruta, coberta com brasilit, sem pintura, matrícula nº 6.470, situado nas Ruas Maurício Cardoso e Goiás, sede do Distrito de Mariflor, no município de São José do Cedro - SC, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, de propriedade de SILVESTRE KUNZLER, CPF: 345.376.009-34, com as dimensões e confrontações a seguir especificadas:

IMÓVEL PRIMITIVO: LOTES URBANOS NÚMEROS 01, 02 e 03 (um, dois e três), da quadra nº26 (vinte e seis) com a área superficial de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), cada um, perfazendo um total de 2.400,00m² (dois mil e quatrocentos metros quadrados), com as seguintes construções existentes: duas casas de 7x9 metros cada uma, perfazendo uma área de 63,00 m², construídas de madeira bruta, uma coberta com telhas e outra com brasilit, sem pintura, confrontando os imóveis em conjunto; ao NORTE, com a Rua Mauricio Cardoso, medindo 60,00 metros, ao OESTE, com a Rua Goiás, medindo 40,00 metros; ao SUL, com os lotes urbanos nºs 5 e 6, medindo 60,00 metros; e ao LESTE, com lote urbano nº04, medindo 40,00 metros.

ÁREA DESMEMBRADA: PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 1 (um), da quadra nº26 (vinte e seis) com área de 720,00 (setecentos e vinte metros quadrados), sem construções, situado nas Ruas Mauricio Cardoso e Goiás, no Distrito de Mariflor, Município de São José do Cedro, confrontando; ao NORTE, com a Rua Mauricio Cardoso, medindo 18,00 metros; ao OESTE, com a Rua Goiás, medindo 40,00 metros; ao SUL, com o lote urbano nº5, medindo 18,00 metros, e ao LESTE, com parte do mesmo lote urbano nº01, medindo 40,00 metros.

ÁREA DESMEMBRADA: PARTE DOS LOTES URBANOS NÚMEROS 1 e 2 (um e dois), da quadra nº26 (vinte e seis) com respectivas áreas de 80,00m² (oitenta metros quadrados), e 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados), perfazendo um total de 480,00 (quatrocentos e oitenta metros quadrados), sem construções, situado na Rua Mauricio Cardoso, a uma distância de 18,00 metros da esquina com a Rua Goiás, no distrito de Mariflor, município de São José do Cedro - SC, confrontando: ao NORTE, com a Rua Maurício Cardoso, medindo 12,00 metros; ao OESTE, com parte do mesmo lote urbano

nº01, medindo 40,00 metros; ao SUL, com o lote urbano nº5, medindo 12,00 metros; e ao LESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 02, medindo 40,00 metros.

ÁREA REMANESCENTE: PARTE DO LOTE URBANO NÚMERO 2 (dois), LOTE URBANO NÚMERO 3 (três), da quadra nº26 (vinte e seis), com as respectivas áreas de 400,00 m²(quatrocentos metros quadrados), e 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), perfazendo um total de 1.200,00 m² (um mil e duzentos metros quadrados), com uma casa de 7x9 metros, perfazendo uma área de 63,00 m², construída de madeira bruta, coberta com brasilit, sem pintura, situado na Rua Mauricio Cardoso à uma distância de 30,00 metros da esquina com a rua Goiás, confrontando; ao NORTE, com a Rua Maurício Cardoso, medindo 30,00 metros; ao OESTE, com parte do mesmo lote urbano nº02, medindo 40,00 metros; ao SUL, com os lotes urbanos nºs 5 e 6, medindo 30,00 metros; e ao LESTE, com lote urbano nº04, medindo 40,00 metros.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 07 de abril de 2015.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 5.571, DE 08 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 5.571, DE 08 DE ABRIL DE 2015

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal FRANCYELY CASAGRANDA, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, Grupo ANS, Nível 12, Matrícula nº 1850, a partir de 13 de abril de 2015, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 08 de abril de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

DECRETO Nº. 060/2015 - SF

DECRETO Nº. 060/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
2.040 DEPARTAMENTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS
“414” 3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.R\$130.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 DE ABRIL DE 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015, TP Nº 006/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/04/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 006/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO EM EDIFICAÇÃO (PRÉDIO DO ANTIGO BESC), ONDE SERÁ INSTALADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM ÁREA TOTAL DE 900,70 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 5.069, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.069, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

Altera dispositivo do Decreto nº 4.891, de 25 de junho de 2014, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º, do Decreto nº 4.891, de 25 de junho de 2014, que nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º

.....

I -

.....

a)

.....

1

.....

2. Viviane do Nascimento Erbes da Maia, suplente". (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 5.070, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.070, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Designa a Comissão Especial Organizadora, responsável pela condução do processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Lourenço do Oeste, para mandato de quatro anos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE EM EXERCÍCIO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e na Lei Municipal nº 1.827, de 25 de setembro de 2009, com suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Conselho Tutelar e a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a determinação da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), de que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, devendo ocorrer, portanto, no presente ano, sendo que o mandato dos conselheiros terá a duração 04 (quatro) anos, ou seja, de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), prevê que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) deverá delegar a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar a uma Comissão Especial, a qual deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros a seguir relacionados, para comporem a COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA, responsável pela condução do processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de São Lourenço do Oeste:

I - representantes de órgãos públicos municipais:

- a) Viviane do Nascimento Erbes da Maia;
- b) Diego Morés Romanini;
- c) Anilson Spricigo.

II - representantes da sociedade civil:

- a) Liane Volkemer;
- b) Claita Cristina Malossi Iecker;
- c) Magda Lorenzon Lazaron.

Parágrafo único. A Comissão Especial Organizadora de que trata o caput deste artigo poderá ser auxiliada em seus trabalhos pelos seguintes membros de corpo técnico, vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, contudo, sem funções deliberativas:

- a) Nivo Ede Mallmann;
- b) Sidiane dos Santos;
- c) Bruna Angonese.

Art. 2º Compete a Comissão Especial Organizadora do processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

- I - realizar reuniões;
- II - analisar os requerimentos de registro de candidatura, dando publicidade à relação de inscritos;
- III - elaborar calendário prevendo etapas, cronograma, regulamentos, infraestrutura e todas as providências necessárias para sua execução;
- IV - organizar o processo eleitoral, conforme edital de convocação;
- V - resolver os casos omissos;
- VI - desempenhar demais atribuições, nos termos do art. 11, da Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Art. 3º A Comissão Especial Organizadora do processo eleitoral de escolha dos membros do Conselho Tutelar fará publicar edital, o qual será afixado no mural do centro administrativo municipal, da Câmara Municipal de Vereadores, do Fórum da Comarca de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM-SC), em pelo menos um jornal de grande circulação local, no site oficial do Município: www.saoulourenco.sc.gov.br, e em demais órgãos que ainda poderão ser definidos.

Art. 4º O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e fiscalização do Ministério Público.

Art. 5º A Comissão Especial Organizadora terá seu trabalho encerrado após a divulgação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e em meio equivalente, do nome dos 05 (cinco) conselheiros titulares escolhidos e respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação.

Art. 6º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os membros da Comissão de que trata o presente Decreto não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

COMUNICADO PROC. LICITATORIO 19.2015 CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01.2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 19/2015

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2015

Considerando a interposição de recurso administrativo ao certame licitatório n. 19/2015, nos termos do artigo 109 da Lei de Licitações e Contratos, intimem-se os demais licitantes, para, querendo, impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Cancela-se a sessão anteriormente designada para o dia 13 de abril de 2015, às 14 horas.

Cumpra-se.

São Miguel do Oeste, SC, 09 de abril de 2015.

PEDRO DE CONTO

Secretário Municipal de Administração

EDITAL CMDCA Nº 01/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR – ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de São Miguel do Oeste - SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 17 de março de 2015, na sede do Sindicato dos Professores do Oeste de Santa Catarina - SINPROESTE, localizado na Rua Duque de Caxias 1311, bloco A, sala 202, Ed. Andrômeda, centro, São Miguel do Oeste - SC e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014, e da Lei Municipal nº 4.812/01, com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009, e alterações da Lei n.6.678/2012, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São Miguel do Oeste - SC, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 4.812/01 com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009 e alterações da Lei n.6.678/2012, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.333,90 (Hum mil trezentos e trinta e três reais e noventa centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Fica constituída a COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, que será presidida pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes, que será composta pelos seguintes membros:

I - DAIANA CARLA PEROTTO, Presidente do C.M.D.C.A;

II - PAULO RICARDO DRUMM, Vice-Presidente do C.M.D.C.A;

III - ALAN KREWER, Tesoureiro do C.M.D.C.A;

IV - LUCIMARA TEIXEIRA PINTO, Secretária do CMDCA.

V - IRMA LUTZ VAGNER, Conselheira do C.M.D.C.A;

VII - JAILSON FRANZEN, Conselheiro do C.M.D.C.A

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07h45min às 11h45min e 13h15min às 17h15min), NA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, sito à Rua John Kennedy, 2136, Bairro São Luiz, São Miguel do Oeste, SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que

preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

- I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;
- II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;
- III - residir no município no mínimo dois anos, demonstrada por comprovante de residência anteriores à publicação deste Edital;
- IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio.
- V - comprovada noção de informática;
- VI - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, atestado por entidade pública ou privada, podendo ser comprovada:

- a) declaração fornecida por entidade privada, informando da experiência na área com a criança e adolescente;
- b) declaração emitida por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente.
- c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VIII - formação e aprovação em curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, que será realizado sob a responsabilidade do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente local, na forma estabelecida no presente edital;

§1º o candidato que for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que desejar concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá solicitar seu afastamento no ato de sua inscrição.

§2º A candidatura a membro do Conselho Tutelar é individual e sem vinculação a Partido Político ou credo de qualquer natureza.

§3º Somente poderão concorrer às candidaturas devidamente aprovadas e registradas pela Comissão Eleitoral Especial instituída pelo presente ato.

§4º A candidatura de cada candidato deverá ser protocolada e efetivada pela Comissão Eleitoral Especial.

§5º para efeito de identificação na cédula de votação, será permitido aos candidatos anexar um cognome ("apelido") ao seu nome;

§6º Os pedidos de registro das candidaturas receberão numeração de ordem crescente sendo que, recebendo ou não impugnações a eles, deverão ser submetidos ao representante do Ministério Público para eventual impugnação no prazo de 05 (cinco) dias, decidindo a Comissão Eleitoral Especial em igual prazo, por voto da maioria simples.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos

os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural de publicações da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 15/06/2015 a 19/06/2015, no horário de atendimento ao público (07h45min às 11h45min e 13h15min às 17h15min), NA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, sito à Rua John Kennedy, 2136, Bairro São Luiz, São Miguel do Oeste, SC.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (07h45min às 11h45min e 13h15min às 17h15min), NA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, sito à Rua John Kennedy, 2136, Bairro São Luiz, São Miguel do Oeste, SC.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 11/07/2015, no Mural de publicações da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente,

não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 8 às 17 horas, no nas dependências do Ginásio Adroaldo Licks, sito à Rua Rui Barbosa, s/n., Centro São Miguel do Oeste, SC.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção

eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez, somente em um candidato, por meio da marcação de um "x" no campo reservado para a prática do ato.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;
II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á no próprio Ginásio Adroaldo Licks, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 10/10/2015, em de edital afixado na Mural de publicações da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 4.812/01, com as alterações da Lei Municipal n. 6.210, de 14/08/2009, e alterações da Lei n.6.678/2012, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Miguel do Oeste - SC, 02 de abril de 2015.

Daiana Carla Perotto

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

São Miguel do Oeste - SC

Anexo I

Cronograma

02/04/2015	Publicação do extrato do Edital
06/04 a 03/06/2015	Inscrição dos candidatos
12/06/2015	Publicação da relação dos candidatos
15 a 19/06/2015	Prazo para impugnação
29/06 a 03/07/2015	Prazo para manifestação dos candidatos acerca da impugnação
10/07/2015	Apresentação de parecer da Comissão Eleitoral quanto às impugnações
04/10/2015	Eleição – 8h às 17h
04/10/2015	Apuração / divulgação do resultado
10/10/2015	Divulgação oficial na imprensa do resultado das eleições
10/01/2016	Proclamação, nomeação e posse dos eleitos.

Anexo II
FICHA DE INSCRIÇÃO
INSCRIÇÃO Nº _____
Nome: _____
Endereço: _____

Município: _____
Estado: _____
Carteira de Identidade: _____
CPF: _____
Título Eleitor: _____
Profissão atual: _____
Filiação: _____

Estado Civil: _____
Nome do Cônjuge: _____
Possui filhos / quantos: _____

Telefones para contato: _____

Observações: _____

Data: _____

Assinatura do Candidato Responsável pela Inscrição

Anexo III

Declaração de Fiscal para Eleição de Conselho Tutelar 2015

Prezada Senhora,

Eu, _____, candidato (a) a Conselheiro (a) Tutelar, através do presente, nomeio o Sr. (a) _____ como fiscal para acompanhar a votação durante eleição ao cargo de Conselheiro Tutelar, nomeando-o meu representante junto ao CMDCA para fins de fiscalização e acompanhamento da eleição.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero protestos de estima e apreço.

São Miguel do Oeste/SC, _____ de _____ de 2015.

Candidato

Ilma Sra.
DAIANA CARLA PEROTTO
Presidente do CMDCA de São Miguel do Oeste/SC

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 85/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 85/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 02/2015-PMS - Processo nº. 37/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma no prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado na Estrada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 199,20m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Valor do contrato: R\$ 78.197,36 (setenta e oito mil cento e noventa e sete reais e trinta e seis centavos)

Data da Assinatura: 10/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 86/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 86/2015-PMS

Dispensa de Licitação nº. 29/2015-PMS - Processo nº. 73/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SPALLA - MUSICA E AUDIO, VIDEO E ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.604.232/0001-11, estabelecida na Avenida Heitor Vila Lobos, nº 2370, Vila das Acacias, na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, CEP: 12.231-230.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de materiais para manutenção de instrumentos musicais da Banda Municipal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI- TÁRIO	VALOR R\$ TO- TAL
01	LUBRIFICANTE PARA TRAMBONE RAPID CON- FORT	3	UNIDADE	59,00	177,00
02	GREASE TSG TUNNING SLIDE	2	UNIDADE	69,00	138,00
03	LUBRIFICANTE MEDIUM KEY Nº 11 P/ MOTOR	3	UNIDADE	69,00	207,00
04	LUBRIFICANTE Nº 3 CLASSIC PISTON	5	UNIDADE	69,00	345,00
05	LUBRIFICANTE Nº 4 SLIDE OIL	1	UNIDADE	69,00	69,00
06	BATUTA DE FIBRA C/ PÊRA DE CORTIÇA 14'	1	UNIDADE	59,00	59,00
07	BATUTA DE FIBRA S/ PÊRA 14'	2	UNIDADE	34,00	68,00
08	APOIO DE PÉ PARA VIO- LINISTA	7	UNIDADE	39,00	273,00
09	MÉTODO PARA TROMPE- TE ARBAN	1	UNIDADE	96,00	96,00
10	BOCAL TUBA 33 SYM- PHONY MEGATONE GOLDA	1	UNIDADE	347,00	347,00
TOTAL R\$					1.779,00

Valor do contrato: R\$ 1.779,00 (um mil e setecentos e setenta e nove reais).

Data da Assinatura: 10/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODA-
LIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 02/2015-PMS, PROCESSO Nº. 37/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma no prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado na Estrada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 199,20m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Vencedor: OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20, estabelecida na Rua Helmuth Gaedtke, nº. 105, Centro, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 78.197,36 (setenta e oito mil cento e noventa e sete reais e trinta e seis centavos)

Data da Assinatura: 10/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

ATA CHAMADA PÚBLICA 01/2015-FMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	OUTRAS MODALIDADES Nr.: 1/2015 - OU Processo Administrativo: Processo de Licitação: 19/2015 Data do Processo: 18/03/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 12/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC

A comissão reuniu-se para o ato de abertura do envelope da empresa HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA., para a contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC. Foi aberto o envelope de Habilitação da empresa HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA. cujos documentos foram rubricados e examinados pela presidente e membros da comissão. Considerando que o edital de chamada publica é um processo que vem formalizar um ato contratual com os grupos formais de empreendedor rural e de empreendedores familiares rurais que prestam atendimento referente ao objeto especificado, não prevendo concorrência, pois a administração prevê as cláusulas às quais as requerentes devem se enquadrar. Diante da manifestação da intenção de credenciamento dos senhores HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA. e que diante do fato das documentações apresentada estarem respeitando as exigências do edital, resulta assim habilitada. Será procedida a homologação dos pedidos de credenciamento da empresa HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA. O resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM /SC. A presidente encerra a sessão e pede-se que a ata será repassada a empresa participante.

Schroeder, 10 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Gelson Stein	- - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente

ATA PREGÃO PRESENCIAL 26/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 52/2015 Data do Processo: 19/03/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 40/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de flores, adubos, chips, terra e veneno para insetos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa FLORICULTURA RAVENALLA LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que a empresa FLORICULTURA RAVENALLA LTDA. - ME não credenciou representante, porém apresentou a Declaração de Habilitação, Contrato Social e Certidão Simplificada de acordo com o edital na fase do credenciamento. A empresa FLORICULTURA RAVENALLA LTDA. - ME não tem representante presente na sessão. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa FLORICULTURA RAVENALLA LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa FLORICULTURA RAVENALLA LTDA. - ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa FLORICULTURA RAVENALLA LTDA. - ME não apresentou Certidão de INSS e FEDERAL documento exigido no edital no item 7.1.1 e 7.1.2 sendo assim a empresa não apresentou a documentação de acordo com o edital, entretanto por se tratar de uma Microempresa será concedido prazo previsto no edital no item 8.2, sendo assim será dado o prazo de 10 dias, até dia 28 de abril de 2014 até as 17h, para apresentação das Certidões faltantes. Caso tais documentos não sejam apresentados a empresa será considerada inabilitada. Os itens 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21 e 23 serão cancelados devido ao valor ofertado estar acima do valor de referência do edital. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 10 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

ATA TOMADA DE PREÇOS 01/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 06/02/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 41/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 10 de Abril de 2015, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 10/2015, Licitação nº 1/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pelas empresas participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Constatou-se vencedora a empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., com o valor total de R\$ 358.562,74. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

LOTE: 1

Participante: 11228 - CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório	UN	1,00		0,0000	358.562,74	358.562,74

Total do Participante —————→ 358.562,74

Total Geral —————→ 358.562,74

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 06/02/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 10 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

INGO BAADE	- - Representante
FABIOLA OURIQUES SILVEIRA	- - Representante

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 06/02/2015</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 41/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 10 de Abril de 2015, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 10/2015, Licitação nº 1/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pelas empresas participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Constatou-se vencedora a empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., com o valor total de R\$ 358.562,74. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

LOTE: 1

Participante: 11228 - CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório	UN	1,00		0,0000	358.562,74	358.562,74

Total do Participante —————→ 358.562,74

Total Geral —————→ 358.562,74

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 06/02/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 10 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

INGO BAADE	- - Representante
FABIOLA OURIQUES SILVEIRA	- - Representante

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 06/02/2015</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 41/2015 (Sequência: 1)

Ao(s) 10 de Abril de 2015, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 10/2015, Licitação nº 1/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos os envelopes de habilitação das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que as empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentaram a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitadas. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pelas empresas participantes, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial das empresas CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Constatou-se vencedora a empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA., com o valor total de R\$ 358.562,74. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata aos participantes.

LOTE: 1

Participante: 11228 - CONPLA CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Walter Ginow, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 318m e área total de 2.595,23 m², através do Ministério das Cidades, termo de compromisso nº 809355/2014/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório	UN	1,00		0,0000	358.562,74	358.562,74

Total do Participante —————→ 358.562,74

Total Geral —————→ 358.562,74

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 1/2015 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 10/2015 Data do Processo: 06/02/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 10 de Abril de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

INGO BAADE	- - Representante
FABIOLA OURIQUES SILVEIRA	- - Representante

DISPENSA Nº 29/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2015 - DL**

Processo Nr.: 73/2015
Data: 10/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: SPALLA - MUSICA E AUDIO, VIDEO E ILUMINACAO PROFIS

Código: 13058

Endereço: AV HEITOR VILA LOBOS,2370 -

Cidade: São José dos Campos - SP

CNPJ: 01.604.232/0001-11

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de materiais para manutenção de instrumentos musicais da Banda Municipal da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	LUBRIFICANTE PARA TRAMBONE RAPID CONFORT	UN	59,00	177,00
2	2,00	GREASE TSG TUNNING SLIDE	UN	69,00	138,00
3	3,00	LUBRIFICANTE MEDIUM KEY Nº 11 P/ MOTOR	UN	69,00	207,00
4	5,00	LUBRIFICANTE Nº 3 CLASSIC PISTON	UN	69,00	345,00
5	1,00	LUBRIFICANTE Nº 4 SLIDE OIL	UN	69,00	69,00
6	1,00	BATUTA DE FIBRA C/ PÊRA DE CORTIÇA 14'	UN	59,00	59,00
7	2,00	BATUTA DE FIBRA S/ PÊRA 14'	UN	34,00	68,00
8	7,00	APOIO DE PÉ PARA VIOLINISTA	UN	39,00	273,00
9	1,00	MÉTODO PARA TROMPETE ARBAN	UN	96,00	96,00
10	1,00	BOCAL TUBA 33 SYMPHONY MEGATONE GOLDA	UN	347,00	347,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Materiais para utilização na manutenção dos instrumentos musicais da Banda Municipal.

Schroeder, 10 de Abril de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 29/2015 - DL**

Processo Nr.: 73/2015
Data: 10/04/2015

Folha: 2/2

8/4/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Abril de 2015

Valor da Despesa: 1.779,00 (um mil setecentos e setenta e nove reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 079/2015

DECRETO Nº 079/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015

"Concede Licença Saúde ao Servidor CARLOS ALBERTO BENVENUTTI e dá outras providências"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito de Serra Alta Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Licença Saúde, ao Servidor CARLOS ALBERTO BENVENUTTI, conforme atestado médico de 07/04/2015, CID M 77.9, até a emissão do Laudo Pericial do INSS. O mesmo é designado para atender as necessidades e atribuições do cargo de Técnico em Atividades Agropecuárias, nível 41 do Grupo 4- TEP 40 horas semanais, da Prefeitura Municipal de Serra Alta.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo efeitos a partir do dia 07/04/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Abril de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 029/2015

PORTARIA Nº. 029/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE SIMPLICIA MARIA DA CUNHA PARA O CARGO DE SEGUNDO PROFESSOR, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº. 017/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA
CPF:	575.676.119-53
RG:	1.491.530
CARGO:	SEGUNDO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

GRUPO:	6 - MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI "admissão para suprir vaga não preenchida em concurso".
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso
VIGÊNCIA:	09/04/2015 a 08/05/2015. Ou mediante realização de concurso publico ou processo seletivo para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Abril de 2015.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 030/2015

PORTARIA Nº. 030/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE FRANCINE PACASSA PARA O CARGO DE SEGUNDO PROFESSOR, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº. 016/2015 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2015, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	FRANCINE PACASSA
CPF:	064.043.889-01
RG:	5.137.578-8
CARGO:	SEGUNDO PROFESSOR
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

GRUPO:	6 – MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZA-TIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso
VIGÊNCIA:	09/04/2015 a 08/05/2015 ou mediante realização de concurso publico ou processo seletivo para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de Abril de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 031/2015

PORTARIA Nº. 031/2015 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE ELIZANDRA KOMINKIEWICZ PARA O CARGO DE PROFESSOR I, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogada a contratação, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, relativo à Portaria nº. 019/2015 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ
CPF:	061.172.179-19
RG:	4.971.671
CARGO:	PROFESSOR I
CARGA HORÁRIA:	20 HORAS

LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
GRUPO:	6 - MAG
NÍVEL:	61
LEI AUTORIZA-TIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso”.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	Justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso
VIGÊNCIA:	10/04/2015 a 08/05/2015, ou mediante realização de concurso publico ou processo seletivo para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a prorrogação da contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Abril de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

RELATÓRIO RELAÇÃO DE COMPRAS DA PMSA - MARÇO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**

(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ASSCON-PP ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBL	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE CARGOS TEMPORARIOS, COMPREENDENDO TODAS AS FASES DO PROCESSO ATE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, SENDO: ¢Professor I - Educação Infantil - 20hs ¢Professor II - Séries Iniciais - 20 hs ¢Professor III - Inglês - 20 hs ¢Segundo Professor - 20 hs ¢Agente Educativo - 40 hs ¢Servente de Escola - 40 hs ¢Agente de Saúde - 40 hs ¢Auxiliar de Enfermagem - 40 hs ¢Auxiliar Administrativo - 40 hs ¢Engenheiro Civil- 20 hs ¢Nutricionista- 20 hs ¢Fisioterapeuta- 20 hs ¢Enfermeira (O)- 20 hs ¢Psicólogo- 20 hs	575	1,000	10,000,0000	10,000,00
EMERSON BACKMEI	- SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO; - ELABORAÇÃO DE EDITAIS NECESSARIOS PARA PUBLICAÇÕES; - DIVULGAÇÃO DO PROCESSO, PROVAS, NOTAS E CLASSIFICAÇÕES; - FORNECIMENTO DE FICHA DE INSCRIÇÃO; - ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO, REPRODUÇÃO E CORREÇÃO DAS PROVAS - EMISSÃO DE LISTAGEM DO RESULTADO PARCIAL E FINAL DO PROCESSO SELETIVO; - EMISSÃO DO RELATÓRIO DO CERTAME; - ELABORAÇÃO DE LISTAGEM DOS INSCRITOS; - ANÁLISE E PARECER DE RECURSOS INTERPOSTOS POR CANDIDATOS; - ELABORAÇÃO DE EDITAL, DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO, COM NOME, NÚMERO DE INSCRIÇÃO E NOTAS OBTIDAS PELOS CANDIDATOS EM CADA PROVA E MÉDIA FINAL, BEM COMO O NOME DE TODOS OS NÃO APROVADOS E DAQUELES QUE NÃO COMPARECERAM, AO EXAME; - ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL CONTENDO OS ATOS DO PROCESSO SELETIVO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MONITOR DE ATIVIDADES ESPORTIVAS, SENDO RESPONSÁVEL PELO TREINAMENTO NAS MODALIDADES DE FUTSAL, VOLEIBOL, FUTEBOL, SUÍCO. DE TODAS AS CATEGORIAS DE BASE E ADULTO NOS NAÍPES MASCULINO E FEMININO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, DEVERÁ ORGANIZAR ATIVIDADES E EVENTOS RELACIONADO AO ESPORTE, QUE SÃO PROMOVIDOS PELO REFERIDO DEPARTAMENTO EM ESPECIAL PROPORCIONAR A PARTICIPAÇÃO DE EQUIPES EM CAMPEONATOS PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA. HABILITAÇÃO NECESSÁRIA: FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA (BACHARELADO OU LICENCIATURA PLENA) COM ESPECIALIZAÇÃO EM TREINAMENTO DESPORTIVO; REGISTRO NO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 40 HORAS.	631	9,000	3,800,0000	34,200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Março/2015**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/2

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
KASSIELI CERIZOLLI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE INSTRUTORA DE AULAS DE DANÇA LIVRE, HIP-HOP E PATINAGEM ARTÍSTICA COM CRIAÇÕES DE COREOGRAFIAS RELACIONADAS NA ÁREA COM A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS, APRESENTAÇÕES EM FESTIVAIS, DESENVOLVENDO A ATIVIDADE DE DANÇA E PATINAGEM DE MANEIRA CRIATIVA DE MODO A PROPICIAR A INTERAÇÃO ENTRE O PÚBLICO DE VÁRIAS IDADES DESDE O INFANTIL ATÉ O JUVENIL E ADULTO, COM A CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 HORAS.	628	9,000	2,000,0000	18,000,00
	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAL HABILITADO PARA EXERCER A FUNÇÃO DE INSTRUTORA DE AULAS DE DANÇAS TÍPICAS ITALIANA QUE ENVOLVE CRIANÇAS DE VÁRIAS IDADES, SENDO INFANTIL, JUVENIL E ADULTO, ORGANIZAR EVENTOS RELACIONADOS A DANÇA, APRESENTAÇÕES CULTURAIS, REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA EM FESTIVAIS, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 10 HORAS.	630	9,000	1,575,0000	14,175,00
MARLI FULBER MEI					
MOACIR BONACINA - MEI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM PROFISSIONAL QUE EXERCE A FUNÇÃO DE INSTRUTOR DE MÚSICA, COM AULAS DE CANTO E VIOLÃO, ESTIMULANDO A PARTICIPAÇÃO DO PÚBLICO, INFANTIL, JUVENIL, ADULTO E IDOSO, DESENVOLVENDO ESSA ATIVIDADE DE CANTO DE MANEIRA CRIATIVA E PROMOVENDO A INTERAÇÃO ENTRE AS PESSOAS DE VÁRIAS IDADES, EXERCENDO UMA CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 HORAS.	629	9,000	1,575,0000	14,175,00
Total Geral do Mês →					90,550,00

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 057/2015

DECRETO Nº 057, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação do orçamento vigente:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TECNICA E ADMINISTRATIVA

2.004 - Gestão da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação da fonte 80.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 058/2015

DECRETO Nº 058, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 0,40 (quarenta centavos de reais) nas seguintes dotações orçamentária:

04.00 - SECRET. MUNIC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERV. URBANOS

04.02 - DIRETORIA DE OBRAS

1.014 - Pavimentação de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.00.0614 - Aplicações Diretas R\$ 0,40

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 614 (Convênio Rua Elias B. Oliveira).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 abril de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 033/2015

DECRETO Nº. 033/2015, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE NOVA MODALIDADE DE APLICAÇÃO E REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSTANTE NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 791/2015, de 13 de Abril de 2015 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais), destinado a incluir nova Modalidade de Aplicação no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 - Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista
Modalidade: 3.3.90.01.0000 - Aplicações Diretas (XX) R\$ 53.500,00
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 53.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o valor de até R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais), através da redução da dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 - Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista
Modalidade: 3.3.50.01.0000 - Aplicações Diretas (60) R\$ 53.500,00
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 53.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL 791/2015

LEI MUNICIPAL Nº. 791/2015, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA INCLUSÃO DE NOVA MODALIDADE DE APLICAÇÃO E REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA CONSTANTE NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais), destinado a incluir nova Modalidade de Aplicação no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 - Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista
Modalidade: 3.3.90.01.0000 - Aplicações Diretas (XX) R\$ 53.500,00
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 53.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao valor de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o valor de até R\$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais), através da redução da dotação orçamentária constante no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA
Proj./Ativ.: 13.392.1006.2.130 - Promoção de Aniversário do Município e Festa do Colono e Motorista
Modalidade: 3.3.50.01.0000 - Aplicações Diretas (60) R\$ 53.500,00
Fonte de Recurso: 01.0000 - Recursos Ordinários Livres
TOTAL R\$ 53.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2015.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
PREFEITO MUNICIPAL

Timbó

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 06 2015 FCT - SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO CENOGRÁFICA DA FEIRA DE RUA DO LIVRO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 06/2015 - FCT

OBJETO: locação de estrutura e prestação de serviço de sonorização e iluminação cenográfica com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida para a Feira de Rua do Livro de Timbó 2015, que acontecerá do dia 10 ao dia 14 de junho de 2015. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 27 de abril de 2015. ABERTURA: dia 27 de abril de 2015 às 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações, localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

Timbó (SC), 10/04/2015

Jorge R. Ferreira

Diretor Presidente da Fundação Cultural

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 38 2015 PMT - AQUISIÇÃO DE MACADAME

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 38/2015 - PMT

OBJETO: registro de preços para fornecimento de macadame carregado em veículos dos setores solicitantes, para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta (Repetição Total do Pregão Presencial 27/2015 - PMT, com alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 15h00min do dia 24 de abril de 2015. ABERTURA: dia 24 de abril de 2015 as 15h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 10/04/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

DECISÃO RECURSO PREGÃO PRESENCIAL N.º 27 2015 PMT

DECISÃO

Assunto: Pregão 27/2015

Com fundamento nas razões do Parecer Jurídico nº 30/2015 elaborado pela Procuradoria Geral do Município que segue anexo, DECIDE-SE PELO INDEFERIMENTO do recurso interposto pela empresa TERRABASE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA, mantendo a inabilitação da empresa.

Dê-se ciência à recorrente.

Timbó, 10 de abril de 2015

Orlei Adazir Pedron

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Márcia da Rocha

Secretária de Desenvolvimento Econômico

Waldir Girardi

Diretor Presidente do SAMAE

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2013.01 -OASE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2013/01 - OASE.

CONTRATANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE

CONTRATADO: SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: prorrogação do prazo do Contrato nº 2013/01 que tem por objeto a construção do Centro Cirúrgico, Centro de Parto Normal e Centro de Material esterilizado - Tomada de Preços 01/2013). PRAZOS: execução prorrogado até 30/05/15 e vigência até 29/03/2016. Data da assinatura: 01/04/15.

HAROLDO RITZKE

Presidente Hospital e Maternidade OASE

HOMOLOGAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº. 01.2015 FME - ÁRBITROS

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da Portaria Nº.1451 e suas alterações,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando credenciados:

JONATHAN BARTH			
Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário em R\$
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁ- RIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁ- RIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNI- TÁRIO	150,00

RODRIGO VIEIRA

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

WALDIR KLITZKE

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

LEONARDO TRAVAGLIA

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário em R\$
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

Timbó/SC, 24 de março de 2015
MARTINHO DE SOUZA FILHO
Presidente da FME

PORTARIA Nº FME-027, DE 06 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº FME-027, de 06 de MARÇO de 2015

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Anderson Luiz Dallabona, ocupante do cargo de Atendente de Serviços Administrativos, a contar desta data.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º **CONCEDER EXONERAÇÃO** ao Servidor Público Municipal ANDERSON LUIZ DALLABONA, do cargo de provimento efetivo de Atendente de Serviços Administrativos, nomeado pela Portaria nº FME-007, de 1º de março de 2006, do Quadro de Servidores Públicos da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de março de 2015; 145º ano de Fundação: 80º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

PORTARIA Nº FCT-52, DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº FCT-52, DE 02 DE MARÇO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor lotado na Fundação Cultural de Timbó-FCT.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação Cultural de Timbó-FCT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 171/2000, Lei nº 2.024, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º **ALTERAR** a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidor abaixo relacionado:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Irineu Ramos de Andrade	FCT-49 de 02.02.2015	31/03/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente FCT

CÂMARA MUNICIPAL**ATA PREGAO PRESENCIAL Nº 01/2015**

PROCESSO LICITATORIO Nº 03/2015

ATA DA SESSÃO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, as nove horas, o Pregoeiro acompanhado da sua Equipe de Apoio, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, s/nº Bairro das Nações, Timbó (SC), designado pela Portaria nº 12/2014, de 10/03/2014, para, na forma da Lei Federal 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93, realizar a sessão pública do Pregão Presencial 01/2015, objeto do Processo Licitatório nº 03/2015, destinado à aquisição de um veículo novo ano e modelo 2015, conforme especificações do Anexo I do Edital para a Câmara Municipal de Timbó. Iniciados os trabalhos, acudiram ao pregão apresentando os documentos para o credenciamento e os envelopes nº 01 e nº 02 com a proposta de preços e com os documentos de habilitação respectivamente, a empresa Renault do Brasil S/A, representada por Marco Antônio da Costa e a empresa Superauto Comércio de Veículos Ltda, os envelopes foram rubricados pelo pregoeiro e pelo representante da licitante presente. Verificou-se que a empresa Superauto Comércio de Veículos Ltda., enviou apenas os envelopes com a proposta de preços e com os documentos para habilitação pelo correio, não tendo representante credenciado para a sessão pública do pregão. O Pregoeiro procedeu a abertura do envelope contendo a proposta de preço da empresa Renault do Brasil S/A, que apresentou proposta para o Item I, o veículo Renault Sandero Dynamic 1.6, no valor de R\$ 46.000,00; a empresa Superauto Comércio de Veículos Ltda., que apresentou proposta para o Item I, o veículo New Fiesta Hatch, 1.6, no valor de R\$ 50.000,00. Analisadas as propostas constatou-se que atendem as exigências do edital. Na fase de lances verbais e negociação com a empresa Renault do Brasil S/A, única com representante presente na sessão pública do pregão, conforme os critérios estabelecidos no Edital, obteve-se o valor de R\$ 45.500,00. O Item I foi vencido pela empresa Renault do Brasil S/A, com o valor de R\$ 45.500,00. O Pregoeiro procedeu à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da empresa que apresentou a melhor Proposta, e, depois de analisada, constatou-se que os documentos de habilitação jurídica e fiscal atendem aos requisitos exigidos no Edital, sendo declarada vencedora do item I a empresa Renault do Brasil S/A, com o veículo Renault Sandero Dynamic, no valor de R\$ 45.500,00. Não havendo manifestação dos presentes, em especial com relação ao interesse em recorrer da decisão, o Pregoeiro adjudicou o objeto da licitação à empresa declarada vencedora. Nada mais havendo a tratar na sessão pública do Pregão Presencial nº 01/2015, o Pregoeiro encerrou os trabalhos com a lavratura desta ata, que lida e achada conforme os trabalhos realizados, vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante da licitante presente. Esta ata será extratada e publicada Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, site e mural.

PREGOEIRO: Ailton Bertoldi

Equipe de apoio:

Éverton Bica Pedroso

Ruben Parno

Clara Weiss Roncálio

SAMAE - TIMBÓ**PORTARIA Nº SAMAE – 071, DE 02 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº SAMAE - 071, DE 02 DE ABRIL DE 2015

Concede prorrogação da Licença Gestante a servidora Carla Tatiana Raduenz Geisler .

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 212, de 21/12/2001, alterada pela Lei Complementar nº. 234, de 12/12/2002 e Lei Complementar n. 425, de 20/12/2012 e com fundamento na Lei 2.559 de 09 de Março de 2012;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação da Licença Gestante para a servidora CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, ocupante do cargo de Diretora de Departamento Administrativo-Financeiro do SAMAE, por 60 (sessenta) dias, a contar de 16 de julho do corrente (período de 16/07/2015 a 13/09/2015), conforme Processo RH 33/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2015, 144º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA 032/2015

PORTARIA Nº 032/15 DE 09 DE ABRIL DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, licença para tratar de interesse particular, conforme Art. 135 e 159 da Seção I, capítulo VI, da Lei Complementar 40/2011 a Sra. IVONETE FEITEN DE OLIVEIRA BELLO, CPF nº 037.321.969-50, residente e domiciliada neste município, a partir do dia 11 de abril de 2015 até o dia 19 de maio de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 09 DE ABRIL DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 033/2015

PORTARIA Nº 033/15 DE 10 DE ABRIL DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
José Carlos Toporoski	21/06/2012 a 20/06/2013	13/04/2015 a 22/04/2015	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 10 DE ABRIL DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereadora Daniela Piacentini Visintim, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 15, inciso I, da Lei Orgânica Municipal; c/c art. 100, §§ 1º a 9º, do Regimento Interno da Casa, faz saber que a Câmara aprovou e ela promulga a seguinte:

Resolução nº 03, de 08 de abril de 2015.

Institui e Constitui Comissão Especial para reformulação da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores, e dá outras providências.

Art. 1º É instituída Comissão Especial para reformular a Lei Orgânica do Município de Urussanga e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º Constitui a Comissão Especial, por indicação das Bancadas com representação partidária na Casa Legislativa, os Vereadores:

Vereador Marcos Roberto Silveira/PT
Vereador Rozemar Sebastião /PSD
Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB
Vereador Omero De Bona/PP

§1º A Comissão Especial, instituída e constituída na forma dos artigos acima, será presidida pelo Vereador Marcos Roberto Silveira, e terá como Relator o Vereador Rozemar Sebastião.

§2º As reuniões da Comissão Especial serão realizadas às quintas-feiras, às 14 (quatorze) horas e se valerão, no que couber, quanto aos seus trabalhos, do Regimento Interno da Casa.

§3º Na apresentação do relatório final, poderá a Comissão apresentar Projeto de Resolução contemplando a reformulação do Regimento Interno e a nova redação da Lei Orgânica do Município, os quais serão deliberados pelo Plenário do Poder Legislativo.

Art. 3º O prazo de vigência da Comissão será de 150 (cento e cinquenta) dias, prorrogável por igual período, se necessário.

Art.4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, 08 de abril de 2015.
Vereadora Daniela Piacentini Visintim
Presidente

Vereadora Izolete D. Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Vereador Marcos Roberto Silveira
Vice-Presidente

Vereador João Batista Bom
2º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução no dia oito de abril de dois mil e quinze, no mural da Câmara Municipal de Urussanga e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br.

Vereadora Izolete Duarte Vieira Gastaldon
1ª Secretária

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 24 de abril de 2015 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de materiais para artesanato e materiais de expediente destinados aos Grupos da Terceira Idade do Centro e do Interior do Município de Vargeão - SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 24/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 24 de abril de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 27 de abril de 2015 às 9 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aulas de dança para crianças e adolescentes do município de Vargeão, nas modalidades de dança de rua, jazz, contemporânea e dança livre, com carga horária de 03 (três) horas semanais em dias e horários a combinar; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 25/2015.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 10 de abril de 2015.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 09 DE ABRIL DE 2015.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VARGEÃO

RESOLUÇÃO Nº 002 DE 09 DE abril DE 2015.

Aprova o Plano de Ação 2015 dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS a ser transferido ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, para cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Básica, para a Gestão Estadual do Municipal Bolsa Família, por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-M e para a Gestão Municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, por meio do IGDSUAS, no exercício de 2015;

Aprova o Plano de Aplicação dos recursos do IGD-M, do exercício do ano de 2015;

Aprova o Plano de Aplicação dos recursos do IGD-SUAS, do exercício do ano de 2015;

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 09 de abril de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, alterada pela Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011 e pela Lei Municipal nº 1.540/2013, de 11 de Novembro de 2013, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Vargeão - CMAS;

CONSIDERANDO que o SUAS Web é o sistema informatizado que a Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS utiliza para ordenar e garantir o repasse regular e automático dos valores do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS para os Fundos de Assistência Social dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

CONSIDERANDO que o Plano de Ação é o instrumento eletrônico de planejamento utilizado pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS para lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou à continuidade da transferência regular e automática de recursos do cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais, que está disponível no sistema informatizado SUAS Web;

CONSIDERANDO a Portaria MDS nº 442, de 26 de agosto de 2005, que regulamenta os Pisos da Proteção Social básica estabelecido pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, sua composição e as ações que financiam;

Considerando que o Índice de Gestão Descentralizada Estadual do Programa Bolsa Família IGD - PBF, representa um grande avanço por apoiar financeiramente os entes federados, tomando como referência os compromissos assumidos na adesão do Programa Bolsa Família, bem como por estabelecer um incentivo para o permanente aprimoramento da qualidade da gestão e controle social;

CONSIDERANDO que o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS instituído pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, que altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, regulamentado pelo Decreto nº 7.636 de 07 de dezembro de 2011, pela Portaria nº 337 de 15 de dezembro de 2011 e Portaria nº 07 de 20 de janeiro de 2012; constitui-se no repasse no repasse de recursos financeiros para o aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS ;

Considerando que o recurso do IGDSUAS repassado aos municípios, representa um incentivo aos entes federados pois trata-se de um índice que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade de gestão do Sistema Único de Assistência Social, quanto mais próximo do 1 estiver o índice maior o valor de apoio financeiro repassado aos entes, respeitando o teto orçamentário e financeiro;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 134, DE 28 DE Novembro DE 2013 que Dispõe sobre o cofinanciamento federal do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, por meio do Piso Básico Variável - PBV;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação 2015 dos recursos previstos a serem transferidos do Fundo Nacional de Assistência social - FNAS ao Fundo Municipal de Assistência Social FMAS de Vargeão, o plano tem por objetivo favorecer o cofinanciamento Federal ao SUAS municipal, junto a Proteção Social Básica. O conselho constatou que a Proteção Social Básica ofertará Serviço de Proteção Integral À Família - PAIF - através do Piso Básico fixo - tendo como famílias referenciadas 2.500 e previsão anual de atendimento é de 500 famílias com repasse mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), quanto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 6 a 15 anos e maiores de 60 anos - Piso Básico Variável - o plano possui como referência de pactuação 180 usuários e tem como previsão de atendimento em torno de 90 usuários/público prioritário. Tendo como repasse trimestral de R\$ 50,00 mensal por cada usuário atendido no serviço, também o plano também contempla repasse de recursos no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais) anual para o questionário a ser aplicado do programa BPC na Escola tendo como referência de pactuação 01 questionário. Conforme apresentado no plano o CMAS constatou que o município receberá o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família um valor mensal de aproximadamente de R\$ 990,78 (novecentos e noventa reais e setenta e oito centavos) o qual tem por objetivo financiar as ações de acompanhamento e Gestão do Programa Bolsa Família. Inclusive o município receberá como incentivo ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social o IGD SUAS um valor aproximado de R\$ 812,31 (oitocentos e sessenta reais e noventa e seis centavos). O valor previsto a ser repassado pelo FNAS no ano de 2015 R\$ 201.677,07 é (duzentos e um mil seiscentos e setenta e sete reais e sete centavos). Os recursos próprios alocados no FMAS para o ano são de R\$ 135.300,00 (cento e trinta e cinco mil e trezentos reais) e o valor previsto/orçado no plano para o repasse do FEAS sendo para financiar benefícios eventuais e de proteção social básica PAIF e SCFV com um valor anual de R\$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais), um total de R\$ 369.377,07 (trezentos e setenta e nove mil trezentos e setenta e sete reais e sete centavos) planejados para ser investido na Política Municipal de Assistência Social no ano de 2015. As ações planejadas no Plano de Ação 2015 estão relacionadas ao Plano Municipal de Assistência Social em consonância com a lei Orçamentária Anual - LOA, a fim de assegurar qualidade aos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, com articulação com as demais políticas sociais existentes. O conselho analisou e aprovou as metas físicas e as macro ações onde serão aplicados os recursos do IGD-M - Índice de Gestão descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família e do IGD-SUAS - Índice de Gestão descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social. O CMAS aprova o Plano de Ação 2015 na sua íntegra, sendo um instrumental de extrema importância para dar continuidades nas ações, programas, serviços e benefícios junto a Política Municipal de Assistência Social.

Art.2º Aprovar o plano de aplicação para utilização de recursos do IGD M, o qual apresenta proposta para investimento em materiais permanentes para melhoria do ambiente/ sala do cadastramento único e materiais de consumo para a gestão do PBF e Cadastramento Único, Capacitação profissional para gestores, técnicos e operadores municipais do PBF e do Cadastro Único, bem como a contratação de oficinas/cursos no apoio ao desenvolvimento das famílias beneficiárias. O qual contempla também contratação de uma palestra a qual aborda a temática Vínculos Familiares: Convivência familiar, a questão do alcoolismo para a famílias do Programa Bolsa Família, após debate o CMAS aprovou o plano de aplicação.

Art. 3º Aprovar o plano de aplicação dos recursos IGD SUAS onde este contempla aquisição de materiais permanentes para melhorias dos serviços e ações do SUAS no município, contratação de Serviços de Terceiros para organização de eventos de Capacitação para o controle social/CMAS gestores e técnicos do SUAS municipal

e este também foi aprovado pelos conselheiros.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sônia Maria Bonan
Presidente do CMAS

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 0284/15

PORTARIA nº 0284/15

Designa Cristiane Miozzo para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar CRISTIANE MIOZZO, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor da Comissão de Licitações, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Administração.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.890/15

DECRETO Nº 11.890/15, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, BRUNA DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 02 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.904/15

DECRETO Nº 11.904/15, DE 02 DE ABRIL DE 2015.

Exonera, a pedido, Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5320/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, GISELE CRISTINA RASTIROLLA, do cargo de provimento efetivo de Agente Técnico Administrativo Previdenciário, nomeada pela Portaria nº 0088/10.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2015.

Videira, 02 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no INPREVID aos 02 dias do mês de abril de 2015.

VILSO VANZ

Presidente do INPREVID

DECRETO Nº 11.905/15

DECRETO Nº 11.905/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Homologa a Resolução nº 009/2015, do Conselho Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e a vista do que consta no artigo 7º da Lei nº 343/97 e no artigo 2º do Anexo do Decreto nº 10.026/12;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 009/2015, que dispõe sobre a aprovação da Comissão para a realização da V Conferência Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.906/15

DECRETO Nº 11.906/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
Exonera Servidora Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações, bem como no Processo Administrativo nº 5393/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de março de 2015, ESTHER LICKS GREGOLON, Assessor Executivo dos Conselhos Municipais, símbolo DAS-6, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, admitida pelo Decreto nº 11.832/15.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.908/15

DECRETO Nº 11.908/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 2.100/09 e suas alterações, bem como no Processo Administrativo nº 5166/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 1º de abril de 2015, ITAMAR FRANCA-NABIA, Assessor de Usina de Asfalto, símbolo DAS-8, com exercício na Secretaria Municipal Infraestrutura, nomeado pelo Decreto nº 11.288/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.910/15

DECRETO Nº 11.910/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
Nomeia Chefe de Administração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOSIANE PEREIRA DOS SANTOS, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Administração, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.911/15

DECRETO Nº 11.911/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.
Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5385/2015,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, ANA PAULA ZATTA, do emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, nomeada pelo Decreto nº 11.174/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.912/15

DECRETO Nº 11.912/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.219/15, de 08 de abril de 2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 4.660.000,00 (quatro milhões, seiscentos e sessenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
 03 - Departamento de Ensino Infantil
 2.039 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 3.900.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 700.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 4.660.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
 03 - Departamento de Ensino Infantil
 2.039 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil
 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 4.200.000,00
 3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 460.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 4.660.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
 Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.913/15

DECRETO Nº 11.913/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.224/15, de 08 de abril de 2015,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.795.000,00 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.018 – Construção Rodoviária	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	2.730.000,00
09 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Departamento de Turismo e Cultura	
2.061 – Manutenção do Observatório	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	65.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	2.795.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
 Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.914/15

DECRETO Nº 11.914/15, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUANA FERNANDES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2015.
 WILMAR CARELLI
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
 Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.915/15

DECRETO Nº 11.915/15, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Agente Administrativo II

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, VANIA URBANO DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.916/15

DECRETO Nº 11.916/15, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, FABIANE SUELYN ALVES FOLGIARINI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.917/15

DECRETO Nº 11.917/15, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 130/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 122/12 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 003/2014, homologado em 17 de dezembro de 2014, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor - Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Iniciais, criado pela Lei Complementar nº 122/12 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.918/15

DECRETO Nº 11.918/15, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUANA CARVALHO DOS ANJOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 09 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL´AGNOL

Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.919/15

DECRETO Nº 11.919/15, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Homologa a relação preliminar dos contemplados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo - Ano 2015, instituída pela Lei Municipal nº 2.879/13, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.879/13, no Decreto nº 10.374/13 e alterações, no Edital nº 001/15 - EDU e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 5832/15;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a relação preliminar dos contemplados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo - Ano 2015, instituído pela Lei Municipal nº 2.879/13, constante do Anexo Único, que faz parte integrante do presente Decreto.

§1º Os recursos a serem empregados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo, para o exercício de 2015, correspondem o valor de R\$ 394.867,80 (trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos), pagos em 10 (dez) parcelas.

§2º Fica estabelecido o prazo de recurso de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 11.919/15, DE 10 DE ABRIL DE 2015

RELAÇÃO PRELIMINAR DOS ALUNOS CONTEMPLADOS COM A BOLSA DE ESTUDOS - ANO: 2015

A Comissão Especial de Análise para Concessão de Bolsa de Estudo divulga a lista final dos contemplados no Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a estudantes economicamente carentes, instituído pela Lei Municipal nº 2.879/2013:

LISTA PRELIMINAR DOS CONTEMPLADOS COM A BOLSA DE ESTUDOS 2015						
CONTEMPLADOS COM 40% (Quarenta por Cento)						
Nº	Nome	Curso	Instituição	Pontuação total ICB	Valor da Bolsa	Porcentagem
1	Jorge Felipe Panisson	Administração	UNOESC-Vda	770	R\$ 266,46	40%
2	Joseanny Dreger Neves	Enfermagem	UNIARP-Caçador	770	R\$ 444,98	40%
3	Vanessa Colombo	Farmacia	UNOESC-Vda	770	R\$ 386,41	40%
4	kaliana Zanelatto	Engenharia Civil	UNOESC-Vda	760	R\$ 430,14	40%
5	Stewie Marck Moccelini	Eng.de Prod.Mecânica	UNOESC-Joaçaba	740	R\$ 678,30	40%
6	Taisa Piacentini Cagnin	Engenharia Civil	UNIARP-Caçador	740	R\$ 573,55	40%
7	Franciane Zager	Psicologia	UNIARP-Caçador	720	R\$ 420,43	40%
8	Leandro Rosa	Engenharia de Automação	UNIARP-Caçador	720	R\$ 532,45	40%
9	Lauana Scalabrin	Farmacia	UNOESC-Vda	720	R\$ 386,40	40%
10	Aline Rocha Norlak	Farmácia	UNOESC_Vda	690	R\$ 386,41	40%
11	Guilherme Paulo Prebitz	Engenharia Prod.Mecânica	UNOESC-Joaçaba	690	R\$ 794,11	40%
12	Iane Correa dos Santos Zapela	Serviço Social	UNIARP-Caçador	690	R\$ 111,40	40%
13	Marilene Sovrani	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	690	R\$ 155,47	40%
14	Rodrigo Suzin Albuquerque	Direito	UNOESC-Vda	690	R\$ 315,64	40%
15	Daniele Castilho da Silva	Nutrição	UNOESC-Vda	680	R\$ 353,94	40%
16	Fabricio Ascari	Engenharia Mecânica	UNIARP-Caçador	680	R\$ 573,55	40%
17	Ketlin Andressa Moraes	Educação Física	UNOESC-Vda	680	R\$ 269,47	40%
18	Jaqueline Masson	Engenharia de Alimentos	UNOESC- Vda	650	R\$ 424,22	40%

19	Raquel Kucinski	Administração	UNOESC-Vda	650	R\$	158,58	40%
20	Alessandro Eger	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	640	R\$	259,12	40%
21	Barbara Aparecida da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC- Vda	640	R\$	159,99	40%
22	Jacson Andrei Cardozo	Educação Física	UNOESC-Vda	640	R\$	313,80	40%
23	Natalia Brando	Nutrição	UNOESC-Vda	640	R\$	257,41	40%
24	Ronaldo Luiz Buss	Engenharia Mecânica	UNOESC-Joaçaba	640	R\$	330,88	40%
25	Rosangela Rodrigues de Moraes	Direito	UNOESC-Vda	640	R\$	265,31	40%
26	Alexandre de Souza Scuzziato	Direito	UNOESC-Vda	630	R\$	416,09	40%
27	Claudia Bariviera	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	630	R\$	479,60	40%
28	Adriana Magalhães	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	600	R\$	205,29	40%
29	Anderson Antonio de Souza	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	600	R\$	446,40	40%
30	Camila Araujo	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$	259,12	40%
31	Deiviti Rissardi	Educação Física	UNOESC-Vda	600	R\$	218,14	40%
32	Guilherme Alves Chaves	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$	207,30	40%
33	Iago Scapinello Soares	Engenharia S.e Ambiental	UNOESC- Vda	600	R\$	432,43	40%
34	Mateus Pedro Rossete	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	600	R\$	397,06	40%
35	Natiara Castro	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$	181,38	40%
36	Rafael Krombauer	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$	259,12	40%
37	Tatiane Reinheimer	Administração	UNOESC-Vda	600	R\$	259,12	40%
38	Vanessa Kelly Alves Farias	Educação Física	UNOESC-Vda	600	R\$	225,60	40%
39	Wagner Campos	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	600	R\$	155,33	40%
40	Ana Carolina Alves da Veiga	Educação Física	UNOESC-Vda	590	R\$	205,31	40%

CONTEMPLADOS COM 30% (Trinta por Cento)

Nº	Nome	Curso	Instituição	Pontuação total ICB	Valor da Bolsa	Porcentagem
41	Bruna L.Alebrandt Kowalski	Farmacia	UNOESC-Vda	590	R\$ 421,54	30%
42	Daniela Baldissera	Psicologia	UNOESC-Joaçaba	590	R\$ 270,27	30%
43	Daniela Pereira da Silva	Engenharia Quimica	Unoes- Vda	590	R\$ 297,79	30%
44	Felipe Correa de Queiróz	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	590	R\$ 295,62	30%
45	Pricila Tomalak	Administração	UNOESC-Vda	590	R\$ 194,34	30%
46	Yuri Schultz	Administração	Unoes- Vda	590	R\$ 116,60	30%
47	Bianca Luiza Soares da Silva	Direito	UNOESC-Vda	580	R\$ 269,03	30%
48	Fabiola Longhi	Agronomia	UNIARP-Caçador	580	R\$ 418,27	30%
49	Mariana Luiza Meloto	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	570	R\$ 194,34	30%
50	Alisson Camilo	Direito	UNOESC-Vda	560	R\$ 290,55	30%
51	Edson Girardi	Eletrotécnica	SENAI	560	R\$ 119,03	30%
52	Sabrina Perazzoli	Arquitetura e Urbanismo	Unoes- Vda	560	R\$ 306,99	30%
53	Alysson Moreira da Silva	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	550	R\$ 322,61	30%
54	Angela Oliveira Rosseto	Cosmetologia e Estética	UNOESC_Vda	550	R\$ 111,88	30%
55	Carla Antunes Carneiro	Engenharia S.e Ambiental	Unoes- Vda	550	R\$ 384,38	30%
56	Carolina Pereira Neves	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC_Vda	550	R\$ 181,92	30%
57	Flavia Baldissera	Engenharia Quimica	UNOESC-Vda	550	R\$ 397,06	30%
58	Franciele Gianello	Direito	UNOESC-Vda	550	R\$ 236,74	30%
59	Giovana Campolin da Silva	Odontologia	UNOESC-Joaçaba	550	R\$ 564,00	30%
60	Kelin Sclaro	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 194,34	30%
61	Maicon Domingues Duarte	Educação Física	UNOESC-Vda	550	R\$ 202,10	30%
62	Raquel Trindade Dias	Ciências Contabeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 254,34	30%
63	Rosane Araujo Correa	Nutrição	UNOESC-Vda	550	R\$ 265,45	30%
64	Sandra Carling	Ciências Contabeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 194,34	30%
65	Silmar Coldebela	Engenharia Mecânica	UNIARP-Caçador	550	R\$ 245,81	30%
66	Talisi Denardi Dalanhol	Ciências Contábeis	UNOESC- Vda	550	R\$ 194,34	30%
67	Thais Peretti Perondi	Educação Física	UNOESC-Vda	550	R\$ 279,10	30%
68	Wagner Serafini	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	550	R\$ 235,75	30%

69	Adriel Dreher A.Rodrigues	Educação Física	UNOESC-Vda	540	R\$	202,08	30%
70	Elisiane Rodrigues dos Santos	Administração	UNOESC-Vda	540	R\$	252,64	30%
71	Estevão Piccoli Junior	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	540	R\$	310,20	30%
72	Gabriela Woitke	Nutrição	UNOESC-Vda	540	R\$	265,45	30%
73	Inyethy Darold	Direito	UNOESC-Vda	540	R\$	333,59	30%
74	Joselaine Tesk	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	540	R\$	147,81	30%
75	Larissa dos Reis	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	540	R\$	194,34	30%
76	Marraly Hortência da Silva	Nutrição	UNOESC-Vda	540	R\$	146,10	30%
77	Renato Sthinghi	Administração	UNOESC-Vda	540	R\$	291,51	30%
78	Tayne Novello Paganini	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	540	R\$	194,34	30%
79	Wagner Perazzoli	Engenharia Mecânica	UNIARP-Caçador	540	R\$	276,53	30%
80	Camila Testolin	Direito	UNOESC- Vda	530	R\$	247,50	30%
81	Adiel Garcia Farias	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$	215,22	30%
82	Ana Cristina Santos	Psicologia	UNOESC-Vda	510	R\$	249,48	30%
83	Andressa Deon	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$	236,44	30%
84	Andreza de Avila	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$	258,26	30%
85	Elisangela Candiago Fracanabia	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$	97,17	30%
86	Enayle Djulian de Oliveira	Arquitetura e Urbanismo	Unoes- Vda	510	R\$	250,14	30%
87	Geovane Cardoso de Oliveira	Biologia Industrial	UNOESC-Vda	510	R\$	194,16	30%
88	Gilson Abatti	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$	136,04	30%
89	Gustavo Tischer	Mecatrônica	UNIARP-Caçador	510	R\$	228,19	30%
90	Janine Rigo	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	510	R\$	318,15	30%
91	Josivana Raldi	Ciências Contábeis	UNOESC-SC	510	R\$	198,23	30%
92	Karine stirma Bevilaqua	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	510	R\$	194,34	30%
93	Karoline Aparecida Botega	Eng. Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	510	R\$	228,23	30%
94	Luciele Aparecida Wolff	Psicologia	UNOESC-Vda	510	R\$	124,74	30%
95	Maiara Dreher Scortegagna	Direito	UNOESC- Vda	510	R\$	196,55	30%
96	Michele da Veiga Pitt	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	510	R\$	194,34	30%
97	Monica Manica Tischer	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$	194,34	30%
98	Nicolly Pereira Velho	Farmacia	UNOESC-Vda	510	R\$	289,81	30%
99	Tatiana Claudia A. Moreira	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$	199,85	30%
100	Tatiane Pires	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$	252,64	30%
101	Vanderlei Luiz Bondan	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	510	R\$	213,77	30%
102	Wesley Bridi Rigo	Design	UNOESC-Vda	510	R\$	195,00	30%
103	Adriana Salete Remus	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	500	R\$	163,03	30%
104	Débora Cardoso da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	500	R\$	155,47	30%
105	Gabriela de Proencio	Engenharia de Alimentos	UNOESC- Vda	500	R\$	318,16	30%
106	Jacson Tramontin	Administração	UNOESC-Vda	500	R\$	194,34	30%
107	kaithy Alves Moreira	Engenharia Química	UNOESC-Vda	500	R\$	297,79	30%
108	Leonardo Amarildo de Almeida	Nutrição	UNOESC-Vda	500	R\$	265,45	30%
109	Mauricio Lamonato	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	500	R\$	213,58	30%
110	Naiane Dambróz	Direito	UNOESC-Vda	500	R\$	204,46	30%
111	Sidnei Piccoli	Eng.Ambiental e Sanitária	UNOESC-Vda	500	R\$	300,30	30%
112	Tiago Elias Polo	Engenharia Mecânica	UNIARP-Caçador	500	R\$	430,16	30%
113	Vinicius Parolin	Direito	UNOESC-Vda	500	R\$	290,55	30%
114	Willian Antunes de Lima	Administração	UNOESC-Vda	500	R\$	194,34	30%
115	Camila Comunello	Engenharia da Computação	UNOESC-Vda	490	R\$	285,38	30%
116	Daniel Castilho da Silva	Educação Física	U NOESC-Vda	490	R\$	240,60	30%
117	Janiara Rita Kniecik	Administração	UNOESC-Vda	490	R\$	136,04	30%
118	Josiane Cristina Sambonin	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	490	R\$	272,88	30%
119	Laisa Pilonetto	Direito	UNOESC- Vda	490	R\$	258,26	30%
120	Raphael Suyta Dias Ribeiro	Direito	UNOESC-Vda	490	R\$	290,55	30%

121	Rivaldo Pistore	Educação Física	UNOESC-Vda	490	R\$	194,34	30%
122	Vanderléia Pistore	Administração	UNOESC-Vda	490	R\$	194,34	30%
123	Andressa Arnoldo	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$	252,64	30%
124	Andressa Morgana Abati	Psicologia	UNOESC-Joaçaba	470	R\$	311,85	30%
125	Bruna Eduarda Perazzoli	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$	155,47	30%
126	Cyrus Zanon Filho	Design	UNOESC-Vda	470	R\$	195,00	30%
127	Jordana Ariotti	Direito	UNOESC_Vda	470	R\$	312,07	30%
128	Juliana Cristina Petri	Engenharia Química	UNOESC-Vda	470	R\$	297,79	30%
129	Paulo Roberto de Souza Junior	Administração	UNOESC- Vda	470	R\$	118,94	30%
130	Ronaldo Castanha	Técnico em Eletrotécnica	SENAI	470	R\$	119,03	30%
131	Adriana Viergutz	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	460	R\$	231,71	30%
132	Ana Paula S.Montibeller	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	460	R\$	317,00	30%
133	Andressa Bianchin	Educação Física	UNOESC-Vda	460	R\$	163,61	30%
134	Daiana Batista Viergutz	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$	231,71	30%
135	Eduardo Rosa	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$	135,90	30%
136	Gregory Rosa	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$	213,77	30%
137	João Cesar Gandin	Eletrotécnica	SENAI	460	R\$	119,03	30%
138	Marcia Regina Vanz	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$	194,34	30%
139	Tatiane Patricia Rosseto	Cosmetologia e Estética	UNOESC_Vda	460	R\$	172,08	30%
140	Thais Elias	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	460	R\$	163,03	30%
141	Willian Felipe Mengatto	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$	213,77	30%
142	Aline Kirst	Administração	UNOESC-Vda	450	R\$	194,34	30%
143	Daniella Fuá de Lima	Direito	UNOESC-Vda	450	R\$	107,61	30%
144	Kamila Pelizzaro Debastiani	Psicologia	UNOESC-Vda	450	R\$	207,90	30%
145	Mariana Araldi	Engenharia Química	UNOESC-Vda	450	R\$	297,79	30%
146	Mauricio Teles Rezende	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	450	R\$	194,34	30%
147	Natalie Piroli	Direito	UNOESC-Vda	450	R\$	132,70	30%
148	Rosilaine Fátima da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	450	R\$	194,34	30%
149	Samara Rampon Bolzan	Nutrição	UNOESC-Vda	450	R\$	265,45	30%
150	Tayonara Dutra	Engenharia Química	UNOESC- Vda	450	R\$	297,79	30%
151	Amanda Seriguelli Pertusatti	Ciências Contábeis	Unoes- Vda	420	R\$	194,34	30%

LISTA DE ESPERA

1	Mariana Martinazzo Manenti	Educação Física	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
2	Wellinton Centofante Pereira	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
3	Vinicius Perazzoli de Queiroz	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
4	Sibele Schultz	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
5	Caroline M.Bavaresco Spader	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
6	Luiz Carlos Spanholi	Educação Física	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
7	Amanda Schuller	Nutrição	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
8	Rafaela Nesi Balena	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
9	Andressa Grifante	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de espera	30%
10	Ana Paula Cesco	Administração	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
11	Angela Kelin Zago	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
12	Carlos Miguel Souza Oliveira	Eletrotécnica	SENAI	420	Lista de Espera	30%
13	Daniela Toniazzi	Engenharia S.e Ambiental	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
14	Deisi Ribeiro de Campos	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
15	Edjani Godoy da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
16	Eduardo Deon	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	420	Lista de Espera	30%
17	Elides Rissardi	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
18	Laiane Moreira	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
19	Magno Valkarengi Ozório	Eng.Ambiental e Sanitária	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
20	Mayara Thibes de Campos	Administração	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%

21	Neocemar Delazari	Agronomia	UNIARP-Caçador	420	Lista de Espera	30%
22	Pamela Debastiani	Engenharia Química	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
23	Ruana Sopelsa Buratto	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
24	Sander Tiago Demori	Engenharia Elétrica	UNIARP-Caçador	420	Lista de Espera	30%
25	Thais Renata Terci	Direito	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
26	Tiago Caon Ribeiro	Design	UNOESC-Vda	420	Lista de Espera	30%
27	Amanda Cristina Moriggi	Engenharia Química	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
28	Bruna Tomazi	Cosmetologia e Estética	UNOESC_Vda	410	Lista de Espera	30%
29	Débora Eduarda Domingues	Psicologia	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
30	Everton Godoy da Silva	Administração	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
31	Felipe Cherobin	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	410	Lista de Espera	30%
32	Fernanda Vencentin	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
33	Gian da Silva	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
34	Geovani Thibes de Almeida	Administração	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
35	Harielli Cristine Burzanello	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
36	Jéssica Cristine Trentin	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
37	Kamille Pereira de Souza	Direito	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
38	Katia Tais Rossi	Biotecnologia Industrial	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
39	Ketlyn Stoecke	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
40	Leonardo Nunes da Silva	Engenharia Química	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
41	Liana dos Santos da Silva	Administração	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
42	Lucas Moresco	Direito	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
43	Maira Canonica	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
44	Monandra Barbacovi	Farmácia	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
45	Paula Taine Zago	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	410	Lista de Espera	30%
46	Vigando Landsteiner Neto	Direito	UNOESC_Vda	410	Lista de Espera	30%
47	Ellen Passold	Design	UNOESC-Vda	400	Lista de Espera	30%
48	Camila Maurer Rodrigues	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
49	Cassia Moreira Quadros	Administração	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
50	Cristhiny de Freitas Teo	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
51	Diogo Xavier Ribeiro	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
52	Everton William P. Dias	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
53	Felipe Heusy	Engenharia de Alimentos	UNOESC_Vda	370	Lista de Espera	30%
54	Felipe Tedesco Bonetti	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
55	Flávio Strauss Junior	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
56	Gregory Maiki Pagliarini	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
57	Guilherme Konzler	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
58	Lucas Nodari	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	370	Lista de Espera	30%
59	Morgana Jane Zago	Direito	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
60	Rafaela Volpato	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
61	Tatiana Bruna Fabian	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC_Vda	370	Lista de Espera	30%
62	Willian Dionatan da Silva	Engenharia S.e Ambiental	UNOESC-Vda	370	Lista de Espera	30%
63	Taise Sartori	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	360	Lista de Espera	30%
64	Alissa Veluma Viecei	Administração	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
65	Anderson Ogliari	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
66	Beatriz Vicelli	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
67	Camila da Silva	Direito	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
68	Eduarda Felquilquer	Direito	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
69	Felipe Lourenço de Mello	Administração	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
70	Felipe Mengatto	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
71	Francieli Bianchin	Direito	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
72	Jodacir André Rigo	Administração	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
73	Larissa Aparecida Crivilatti	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%

74	Mayelle Silva dos Santos	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
75	Tayla Diana Parise	Nutrição	UNOESC-Vda	330	Lista de Espera	30%
76	Daiane Mezaroba	Direito	UNOESC-Vda	320	Lista de Espera	30%
77	Gustavo de Costa Machado	Engenharia Química	UNOESC-Vda	320	Lista de Espera	30%
78	Jaqueline Helle Bordignon	Psicologia	UNOESC-Vda	320	Lista de Espera	30%
79	Nicole Carmem Bordignon	Design	UNOESC-Vda	320	Lista de Espera	30%
80	Gabriela Savaris	Direito	UNOESC-Vda	280	Lista de Espera	30%
81	Rosana Maria Tedesco	Administração	UNOESC-Vda	240	Lista de Espera	30%
82	João Guilherme Corso	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	190	Lista de Espera	30%
83	Adrieli do Amaral	Direito	UNOESC-Vda	150	Lista de Espera	30%
INDEFERIDOS						
1	Maiara Perosa					
2	Gilberto de Oliveira Morais					
3	Adriano Fantin					
4	Lizandra Dall Agnol					
5	Rubiane Barncelo					
6	Taiany Ribeiro da Silva					
7	Evilaine dos Santos Lazzari					
8	Élin Martins					
9	Murilo Henrique Acadroli					

Videira, 10 de abril de 2015.

Integrantes da Comissão Especial de Análise:

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira

Representante da Associação Comercial de Videira

Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas

Assistente Social representante da Secretaria da Saúde e Ação Social

LEI Nº 3.219/15

LEI Nº 3.219/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 4.660.000,00 (quatro milhões, seiscentos e sessenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação

03 - Departamento de Ensino Infantil

2.039 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 3.900.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 700.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0010 Aplicações Diretas 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 4.660.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação

03 - Departamento de Ensino Infantil

2.039 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 4.200.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 Aplicações Diretas 460.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 4.660.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.220/15

LEI Nº 3.220/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.433.076,61 (dois milhões, quatrocentos e trinta e três mil, setenta e seis reais e sessenta e um centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
01 - Departamento de Educação
2.031 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 1.958.312,90
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 210.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 Aplicações Diretas 264.763,71

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 2.433.076,61

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
01 - Departamento de Educação
2.031 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 1.958.312,90
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 210.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 Aplicações Diretas 264.763,71

TOTAL DA ANULAÇÃO 2.433.076,61

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.221/15

LEI Nº 3.221/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a COOPERATIVA AGROPECUÁRIA VIDEIRENSE - COOPERVIL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, os seguintes Incentivos Econômicos a Cooperativa Agropecuária Videirense - COOPERVIL, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 17.137/14:

I - Até 40 (quarenta) horas dos serviços de 01 (uma) patrola;

II - Até 30 (trinta) horas dos serviços de 01 (um) rolo compressor;

III - Até 50 (cinquenta) horas dos serviços de 01 (um) caminhão basculante;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.222/15

LEI Nº 3.222/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder Incentivos Econômicos a MADEIREIRA VIDEPINUS LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder, nos termos da Lei nº 3.073/14, de 09 de abril de 2014, os seguintes Incentivos Econômicos a Madeireira Videpinus Ltda, para a viabilização de empreendimento, conforme descrito no Processo Administrativo nº 2.766/15:

I - Até 200m³ (duzentos metros cúbicos) de macadame;

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação específica do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições

em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.223/15

LEI Nº 3.223/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar despesas com o VI Palio do Vinho, a realizar-se a partir de 06 de junho de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a despendar, até R\$ 5.850,00 (cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), com o pagamento de despesas do VI Palio do Vinho, que se realizará a partir de 06 de junho do corrente ano, com o objetivo de incentivar e desenvolver a cultura do Município e a integração entre as comunidades videirenses.

Parágrafo Único - O pagamento da premiação será realizado em até 10 (dez) dias após a realização do evento, diretamente na conta corrente do vencedor, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

I - 1º Lugar - R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
II - 2º Lugar - R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais);
III - 3º Lugar - R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais);
IV - 4º Lugar - R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais).
V - 5º Lugar - R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.062 - Festividades Culturais do Município
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

LEI Nº 3.224/15

LEI Nº 3.224/15, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 2.795.000,00 (dois milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.018 – Construção Rodoviária	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	2.730.000,00
09 – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	
01 – Departamento de Turismo e Cultura	
2.061 – Manutenção do Observatório	
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	65.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	2.795.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0264/15

PORTARIA nº 0264/15

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5327/2015,

RESOLVE

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor ANTONIO BERTO, Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01/04/1990 a 30/06/1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei

nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 06 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0265/15

PORTARIA nº 0265/15

Autoriza o Uso do Ginásio Poliesportivo Medalhão

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5335/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Ginásio Poliesportivo Medalhão para realização de uma Assembléia promovida pela Associação Bíblica e Cultural de Videira, nos dias 14 e 15 de novembro de 2015, das 07h00min às 20h00min.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- f. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- g. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Ginásio Poliesportivo Medalhão quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0266/15

PORTARIA Nº 0266/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00019/15-3, nos assentos funcionais da servidora DANI VICARI ZAGER, detentora da matrícula funcional nº 2310, e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5231/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora DANI VICARI ZAGER, detentora da matrícula nº 2310 e do cargo de provimento efetivo de Zeladora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00019/15-3, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0267/15

PORTARIA Nº 0267/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00018/15-7, nos assentos funcionais do servidor ANTONIO BERTO, detentor da matrícula funcional nº 1847, e do cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5326/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor ANTONIO BERTO, detentor da matrícula nº 1847 e do cargo de provimento efetivo de Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00018/15-7, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0268/15

PORTARIA Nº 0268/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00020/15-1, nos assentos funcionais da servidora ELSA COELHO BASEGGIO, detentora da matrícula funcional nº 1664, e do cargo de provimento efetivo de Professora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5538/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais da servidora ELSA COELHO BASEGGIO, detentora da matrícula nº 1664 e do cargo de provimento efetivo de Professora, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00020/15-1, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0269/15

PORTARIA Nº 0269/15

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00006/13-2, nos assentos funcionais do servidor EDISON DE OLIVEIRA BITENCOURT, detentor da matrícula funcional nº 1959, e do cargo de provimento efetivo de Chefe de Escritório, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 5479/2015,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor EDISON DE OLIVEIRA BITENCOURT, detentor da matrícula nº 1959 e do cargo de provimento efetivo de Chefe de Escritório, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00006/13-2, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0270/15

PORTARIA nº 0270/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando do Secretário de Administração, datada de 06/04/15,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de abril de 2015 até 30 de abril de 2015, o gozo de férias da servidora IZABEL APARECIDA BALBINOTT, ocupante do cargo efetivo de Agente de Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2014 até 15 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os efeitos a 01 de abril de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0271/15

PORTARIA nº 0271/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5614/15,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de abril de 2015 até 30 de abril de 2015, o gozo de férias do servidor ANDRÉ MARTINS DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Motorista I - Veículos Passeios, Vanz e Utilitários, referente ao período aquisitivo de 09 de março de 2013 até 08 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os efeitos a 01 de abril de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0272/15

PORTARIA nº 0272/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5588/15,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de abril de 2015 até 30 de abril de 2015, o gozo de férias do servidor LODOVINO CASSANEGO, ocupante do cargo efetivo de Trabalhador Braçal, referente ao período aquisitivo de 16 de abril de 2013 até 15 de abril de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os efeitos a 01 de abril de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0273/15

PORTARIA nº 0273/15

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município, na Portaria nº 0752/01; e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5571/15,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores, DIRCEU DUTRA, SANDRO DE SOUZA FERNANDES, VILMAR ANTONIO BATISTELLA, IEDA CESCO MIOZZO, SARINE PARAVISI, LUCIMAR SALETE VICENZI, VALDENICE MARIA SCHNEIDER, TANIA REGINA CESCO, EDUARDO SOCHA FRANCO e PERCI NUNES DA SILVA, para comporem a Comissão Municipal de Recebimento de Mercadorias e Serviços, exceto os de Engenharia, a fim de fiscalizarem, conferirem e

verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, a quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados para a Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O referido recebimento deverá ser efetuado por no mínimo 3 (três) membros da Comissão.

§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da Legislação.

§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a pres-tá-lo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 440/14.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0274/15

PORTARIA nº 0274/15

Revoga a Portaria nº 0514/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar, a partir de 31 de março de 2015, a Portaria nº 0514/14, que designou EDISON OLIVEIRA BITENCOURT, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Merenda Escolar, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0275/15

PORTARIA nº 0275/15

Designa Eduardo Socha Frâncio para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Designar EDUARDO SOCHA FRÂNCIO, Professor, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Merenda Escolar, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0276/15

PORTARIA nº 0276/15

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, a vista do que consta no Memorando nº 033/15DEPLD,

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora SILVANA GESSI DO PRADO, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 26 de março de 2015 até 23 de julho de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 26 de março de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0277/15

PORTARIA nº 0277/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Secretário de Finanças, datada de 07/04/15,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 01 de abril de 2015 até 30 de abril de 2015, o gozo de férias da servidora LEEDY MARI PAZIN, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2013 até 31 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Videira, 08 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 08 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0278/15

PORTARIA nº 0278/15

Autoriza o Uso de Parque Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5725/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso gratuito da Praça do Lazer, junto ao Parque do Rio do Peixe, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, no dia 03 de outubro de 2015, das 14h00min às 19h00min, para realização do "Dia de Ação Comunitária da Saúde".

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer

casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

§3º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências da Praça do Lazer, junto ao Parque do Rio do Peixe quando da devolução da mesma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0279/15

PORTARIA nº 0279/15

Autoriza o Uso do Complexo Poliesportivo do Bairro Cidade Alta

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5669/15,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Complexo Poliesportivo do Bairro Cidade Alta - Ginásio Poliesportivo Medalhão para realização dos Jogos Comunitários Interbairros 2015, pela União Videirense das Associações de Moradores - UVA em parceria com a Fundação Municipal de Esportes, nos dias 11/04/15 (solenidade de abertura), 18/04/15, 25/04/15, 02/05/15, 09/05/15, 16/05/15, 23/05/15, 30/05/15, 06/06/15, 13/06/15, 20/06/15, 27/06/15 e 04/07/15 e 11/07/15 (solenidade de encerramento).

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Complexo Poliesportivo quando da devolução do mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0280/15

PORTARIA nº 0280/15

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 36.361-5

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Tesouraria, datada de 09 de abril de 2015;

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 36.361-5, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora CAMILA STRAPAZZON, com poderes específicos para solicitar saldos e extratos; sustar/contra-ordenar cheques; cancelar cheques; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos, sendo responsável pela devida prestação de contas nos termos da legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0281/15

PORTARIA nº 0281/15

Altera a Composição da Comissão Permanente de Licitações

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e, no artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Licitações, a partir de 09 de abril de 2015, que passa a ser a seguinte:

KALYNE DANIELEWICZ - Presidente
RAIMUNDA APARECIDA ZAGO BORBA - Chefe
LUCÉLIA FEDRIGO - Membro
DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO - Membro
MÁRCIA REGINA VANZ - Membro
CRISTIANE MIOZZO - Membro

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitações solicitará aos órgãos do Município avaliações e pareceres técnicos, como subsídio no

julgamento dos processos licitatórios nas modalidades da Lei nº 8.666/93, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0235/15.

Videira, 09 de abril de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 09 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0283/15

PORTARIA nº 0283/15

Autoriza o Uso do Centro de Eventos Vitória - CEVI

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 5741/2015,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Centro de Eventos Vitória, pelo Centro Educacional RL Ltda ME (Passos Firmes), neste ato representando pela sua diretora Letícia Lanes, nos dias 23 de novembro e 02 de dezembro do corrente ano, a fim de realizar noite cultural, formatura da educação infantil e noite de encerramento.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 44/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE ATUE COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES NÃO OBRIGATÓRIO, QUE VISA PROPICIAR COMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM AOS ESTUDANTES, OBJETIVANDO O DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO PARA O TRABALHO DE TODOS OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 11.788/2008 E DA LEI MUNICIPAL Nº 2307/2010, SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO VII). 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 27/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 45/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE RECARGAS DE EXTINTORES PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E AGRICULTURA) E OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES). 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 27/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA TP Nº 01/2015-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015 -FMAS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da proposta do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E CHURRASQUEIRA NA CASA LAR, COM ÁREA DE 80,20 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando vencedora a empresa Femaks Construtora e Incorporadora Ltda EPP vencedora do certame, com o valor de R\$ 16.847,75 (dezesesseis mil oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos) por apresentar preço compatível.

Videira, 10 de Abril de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Vitor Meireles

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2015 FAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2015 DO FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL DE VITOR MEIRELES

Aos 09 de Abril de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 1/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 09/04/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de AQUISICAO DE CESTAS BASICA KIT HIGIENE E FRALDAS PARA A SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL., para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

3992.6 - ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001.00000	Kit	CESTA BASICA CONFORME ANEXO I DO EDITAL		420,00	59,99	25.195,80
00001.00001	UN	MARGARINA EMB. 500GR		1,00	1,47	1,47
00001.00002	UN	CAFE EMB.500GR		2,00	4,62	9,24
00001.00003	PACOTE	ACUCAR EMB. 5 KG		1,00	6,68	6,68
00001.00004	PACOTE	ARROZ EMB. 5KG		1,00	8,09	8,09
00001.00005	UN	OLEO DE SOJA EMB. 900ML		2,00	2,58	5,16
00001.00006	PACOTE	FARINHA DE MILHO OU FUBA TIPO GROSSA 1KG		2,00	1,31	2,63
00001.00007	UN	FARINHA DE MANDIOCA EMB. 1KG		1,00	3,27	3,27
00001.00008	PACOTE	FARINHA DE TRIGO EMB. 5KG		1,00	6,95	6,95
00001.00009	KG	FEIJAO PRETO 1KG		2,00	3,09	6,19
00001.00010	KG	SAL REFINADO		1,00	0,90	0,90
00001.00011	UN	MACARRAO PARAFUSO 1KG		1,00	3,24	3,24
00001.00012	PACOTE	BISCOITO SORTIDO EMBALAGEM 800GR		1,00	3,92	3,92
00001.00013	UN	SARDINHA 125G		1,00	2,25	2,25
Total do Fornecedor: 25.195,80 (VINTE E CINCO MIL E CENTO E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS)						

10328.4 - JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00002	Kit	KIT LIMPEZA CONFORME ANEXO I CONFORME EDITAL	GOMES DA COSTA	420,00	20,84	8.752,80
00002.00001	UN	SABAO EM PO EMB 1KG		2,00	4,10	8,20
00002.00002	UN	SABAO GLICERINADO COM 5 UNIDADES		1,00	4,77	4,77
00002.00003	UN	SABONETE 90 GR		3,00	0,93	2,79
00002.00004	UN	CREME DENTAL		1,00	1,39	1,39
00002.00005	UN	SHAMPOO 350 ML		1,00	3,01	3,01
00002.00006	UN	ESPONJA DE LOUCA		1,00	0,68	0,68
Total do Fornecedor: 8.752,80 (OITO MIL E SETECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS)						

11281.0 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00003.00000	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND	piracanjuba	1,00	10.785,60	10.785,60

00003.00001	CAIXA	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA CAIXA C/ 12 UND		420,00	25,68	10.785,60
Total do Fornecedor: 10.785,60 (DEZ MIL E SETECENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS)						
11771.4 - LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00004.00000	UN	FRALDA		1,00	17.136,00	17.136,00
00004.00001	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO GG		3.000,00	0,84	2.520,00
00004.00002	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO G		3.000,00	0,84	2.520,00
00004.00003	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO M		3.000,00	0,84	2.520,00
00004.00004	UN	FRALDA GERIATRICA TAMANHO P		3.600,00	0,82	2.952,00
00004.00005	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO XG		6.000,00	0,38	2.280,00
00004.00006	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHA G		6.000,00	0,34	2.040,00
00004.00007	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO M		3.600,00	0,28	1.008,00
00004.00008	UN	FRALDA INFANTIL TAMANHO P		4.800,00	0,27	1.296,00
Total do Fornecedor: 17.136,00 (DEZESSETE MIL E CENTO E TRINTA E SEIS REAIS)						
Total da Licitação: 61.870,20 (SESSENTA E HUM MIL E OITOCENTOS E SETENTA REAIS E VINTE CENTAVOS)						

1.3 Este instrumento não obriga o FAS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FAS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº. 1/2015 e seus anexos;
- Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos será na Secretaria Municipal de obras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 O FAS poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e o FAS não aceitar a sua justificativa;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pelo FAS.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do FAS.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 09 de Abril de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

MARLON EISING

Contratada

ELETROMOVEIS E MERCADO LUIZINHO LTDA EPP

TIAGO LUIZ FOSSA

Contratada

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

THIAGO SIMAO WEISS

Contratada

LITORALM COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS EIRELI ME

JACQUES BRIAO MOREIRA

Contratada

HOMOLOGAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA 001/2015

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

01 - Chamada Pública: 001/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto ou portaria No. 002/2015,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto da chamada pública 001/2015, o(s) participante(s):

Vencedores(Valores expressos em R\$)	
Fornecedor	
Bertoldo Kraus	709,87
Fausto Fistarol	927,97
Palmiro Dias	1.140,35
Sergio Watraz	850,11
Valdemiro de Oliveira	2.871,14
Cooperativa da Agricultura Familiar do Vale do Itajaí	19.503,60
Total	26.003,04

Vitor Meireles (SC), em 13 de abril de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL CONCURSO 001/2015

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Objeto: O MUNICÍPIO DE XAXIM, SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.854.670/0001-30, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 347, Centro, Xaxim, SC, CEP 89825-000, neste ato representado por seu Prefeito, senhor IDACIR ANTONIO ORSO, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização Concurso Público de Provas Escritas, Práticas e de Títulos, para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal. Este Concurso Público será executado pela empresa ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA E PRIVADA EIRELI - EPP (ASSCON-PP), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Dr. Maruri, 1.204, Sala A, Centro, no Município de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.688.208/0001-48.

1. Das inscrições: estarão abertas de 17 de abril a 18 de maio de 2015, somente via internet, pelo site www.assconpp.com.br.

2. Das vagas: Estão disponíveis as seguintes vagas:

Cargo/Emprego	Vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial – R\$ ¹	Nível de Escolaridade ²
Agente Administrativo	3 + CR	40h	1.074,11	Ensino médio completo
Agente de Combate à Endemias	3 + CR	40h	1.014,00	Ensino fundamental completo
Assistente Social	1 + CR	30h	2.490,72	Curso superior em Serviço Social e registro no CRESS/SC
Atendente de Consultório Dentário	CR	40 h	1.074,11	Ensino médio completo e curso de Auxiliar de Consultório Dentário
Auxiliar de Enfermagem	CR	40h	1.374,11	Ensino médio completo e curso de Auxiliar de Enfermagem com registro COREN/SC
Contador	1 + CR	40h	2.957,72	Curso superior em Ciências Contábeis e Registro no CRC/SC
Eletricista	1 + CR	40 h	1.089,70	Alfabetizado + cursos que habilitem para o exercício do cargo
Encanador	1 + CR	40h	1.167,52	Alfabetizado
Engenheiro Civil	1 + CR	40h	3.269,06	Curso superior em Engenharia Civil e Registro no CREA/SC
Engenheiro Civil	1 + CR	20h	1.634,53	Curso superior em Engenharia Civil e Registro no CREA/SC
Fiscal Sanitarista	1 + CR	40h	1.074,11	Ensino médio completo
Fisioterapeuta	CR	30h	2.490,72	Curso superior em Fisioterapia e registro no CREFITO/SC
Instrutor de Artesanato	1 + CR	40h	1.074,11	Ensino médio completo

Cargo/Emprego	Vagas	Carga Horária	Vencimento Inicial – R\$ ¹	Nível de Escolaridade ²
Médico	3 + CR	40h	12.055,09 + abono de 2.300,00	Curso superior em Medicina e registro no CRM/SC
Médico Cardiologista	1 + CR	20h	7.486,07	Curso superior em Medicina e especialização em cardiologia e registro no CRM/SC.
Médico Psiquiatra	1 + CR	20 h	7.486,07	Curso superior em Medicina e Especialização em Psiquiatria e registro no CRM/SC
Monitor Social Desportivo	2 + CR	40h	2.023,70	Curso superior em Educação Física e registro no CREF/SC
Monitor Social Pedagógico	2 + CR	40h	2.023,70	Curso superior em Pedagogia
Odontólogo	1 + CR	40h	4.993,88	Curso Superior em Odontólogo e registro no CRO/SC
Operador (trator de pneu)	1 + CR	40h	1.298,65	Alfabetizado + CNH "C" (no mínimo)
Operador de Carregadeira	1 + CR	40h	1.571,08	Alfabetizado + CNH "C" (no mínimo)
Operador de Motoniveladora	1	40h	1.843,49	Alfabetizado + CNH "C" (no mínimo)
Operador de Retroescavadeira	1 + CR	40h	1.625,56	Alfabetizado + CNH "C" (no mínimo)
Operador de Retroescavadeira Hidráulica	1 + CR	40h	1.874,62	Ensino Médio + CNH "C" (no mínimo)
Operador de Rolo Compactador	CR	40h	1.656,69	Alfabetizado + CNH "C" (no mínimo)
Operador de Trator de Esteiras	1 + CR	40h	1.734,54	Alfabetizado + CNH "C" (no mínimo)
Pedreiro	1 + CR	40h	1.120,81	Alfabetizado
Psicólogo	1 + CR	40h	2.490,72	Curso superior em Psicologia e registro no CRP/SC

Cargo	Agente Comunitário de Saúde
Carga Horária Semanal	40 horas semanais
Vencimento inicial – R\$ ¹	1.014,00
Habilitação Mínima ²	Ensino fundamental completo ou equivalente e residir no núcleo de abrangência
Área Geográfica de Atuação	Nº de vagas
Núcleo 02 – Bairro Flor	CR
Núcleo 05 – ESF Guarany	1 + CR
Núcleo 06 – Linha Colorado, britador, Linha Pedro Guerreiro	CR
Núcleo 07 – Linha Nova Brasília, Linha Uvarana, Linha Canarinho, e Linha São Valentin	1 + CR
Núcleo 08 – Vila Tigre, Rodeio Bonito	CR
Núcleo 10 – ESF Bairro Dr. Ari Lunardi	1 + CR
Núcleo 11 – Linha Carola Maia, Linha Ipiranguinha, Linha Terceira, Linha Limeira	1 + CR
Núcleo 12 – ESF Bairro Santa Terezinha	CR
Núcleo 14 – ESF Alvorada	CR

Cargo	Agente Comunitário de Saúde
Núcleo 15 – Bairro Bella Vista	CR
Núcleo 16 – ESF Primavera	CR
Núcleo 20 – ESF Frei Bruno	CR
Núcleo 21– Morada do Sol	CR
Núcleo 22 – Linha Ervalzinho, Linha Golfinho	1 + CR
Núcleo 26 – Linha Frei Plácido e Linha Fazenda Santo Antônio	CR

A íntegra do presente Edital está publicada no mural interno da Prefeitura de Xaxim, SC e nos sites www.assconpp.com.br e www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim, SC, 13 de abril de 2015.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito de Xaxim, SC

Associações

FECAM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015 – COLEGIADO DE CONTADORES E CONTROLADORES INTERNOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015 - Colegiado de Contadores e Controladores Internos

O coordenador do Colegiado de Contadores e Controladores Internos, Rodrigo Giácomo Guesser, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 15 e de abril de 2015.

Hora: 08h30 às 12h00.

Local: GRANFPOLIS - Rua Candido Ramos, 250 - Capoeiras - Florianópolis/SC - CEP 88090-800 - Fone: (48) 3221-8800.

Data: 16 e de abril de 2015.

Hora: 10h00 às 12h00.

Local: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Rua Bulcão Viana, 90 - Centro - 88010-970 - Florianópolis - SC - Fone (48) 3221-3606.

Ordem do dia 15/04/2015

1. SICONFI;
2. Novos Relatórios de Balanço (final de 2015);
3. SIOPS;
4. Tac da Transparência;
5. Processo PCP (das contas anuais) é instruído apenas depois de respondido o questionário (FIA) e enviado ata de aprovação das contas do FIA pelo CMDCA, contrariando o disposto da Resolução TCE n. 077/2013 art. 2º (prazo 30 de abril);
6. Obrigatoriedade da devolução total dos recursos da Câmara ao Executivo no final do exercício;
7. 11º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores e Controladores Internos Municipais;
8. Discussão dos temas a serem abordados com o TCE no dia 16;
9. Assuntos Gerais.

Ordem do dia 16/04/2015 - Reunião com o TCE

1. RPPS (rendimento de aplicação, "empréstimos", parcelamentos e transferências);
2. PCASP;
3. eSfinge (dificuldades do 1º bimestre);
4. Tabela de Destinação de Recursos;
5. Lei 13.019 e a IN 14;
6. Consórcios (contabilização no ente e no consórcio, e-Sfinge dos consórcios);
7. Certidões;
8. Autos Apartados pelo TCE/SC por ausência de registros contábeis do estágio do Lançamento de Receita para as contas de 2013;

Florianópolis/SC, 10 de abril de 2015.

RODRIGO GIÁCOMO GUESSER

Coordenador Colegiado de Contadores e Controladores Internos

RESOLUÇÃO Nº 04/2015 - ATUALIZAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA

RESOLUÇÃO nº 04/2015

O Presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, em conformidade com as decisões da Assembleias Gerais e Pré-Assembleias Regionais das Associações de Municípios e ao disposto nos arts. 15, I; 22, III; 23, I; e 31, II, alínea "a", do Estatuto Social,

RESOLVE:

1- Fixar o valor das contribuições mensais a partir do mês de Abril de 2015 até dezembro de 2015, com base em 10 (dez) faixas de Índices de Participação dos Municípios (IPM) na partilha do ICMS, como segue:

Faixa	Índice de Participação dos Municípios (IPM) no ICMS	Nº de Municípios	Contribuição Mensal 2015 (R\$)
1	ATÉ 0,075	39	1.300,00
2	Superior a 0,075 até 0,100	62	1.500,00
3	Superior a 0,100 até 0,175	82	1.750,00
4	Superior a 0,175 até 0,300	52	2.200,00
5	Superior a 0,300 até 0,500	28	2.500,00
6	Superior a 0,500 até 1,000	17	2.800,00
7	Superior a 1,000 até 1,500	5	3.000,00
8	Superior a 1,500 até 2,000	3	3.500,00
9	Superior a 2,000 até 3,500	3	4.000,00
10	Superior a 3,500	4	5.000,00

2- Fixar o valor das contribuições mensais para o exercício de 2016, com base em 10 (dez) faixas de Índices de Participação dos Municípios (IPM) na partilha do ICMS, como segue:

Faixa	Índice de Participação dos Municípios (IPM) no ICMS	Nº de Municípios	Contribuição Mensal 2016 (R\$)
1	ATÉ 0,075	39	900,00
2	Superior a 0,075 até 0,100	62	1.000,00
3	Superior a 0,100 até 0,175	82	1.250,00
4	Superior a 0,175 até 0,300	52	1.350,00
5	Superior a 0,300 até 0,500	28	1.500,00
6	Superior a 0,500 até 1,000	17	2.000,00
7	Superior a 1,000 até 1,500	5	2.200,00
8	Superior a 1,500 até 2,000	3	2.500,00
9	Superior a 2,000 até 3,500	3	3.000,00
10	Superior a 3,500	4	3.500,00

3- Fixar o reajuste das contribuições mensais dos municípios à FECAM a partir do exercício de 2017, aplicado na competência do mês de janeiro de cada ano, que corresponderá à média do percentual de incremento dos repasses do FPM e do ICMS, apurados no exercício imediatamente anterior.

Parágrafo Único. A Federação Catarinense de Municípios - FECAM encaminhará aos municípios filiados a partir de 2017 aviso informando o percentual do reajuste das contribuições, até o dia 10 do mês de Janeiro de cada ano.

4- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores.

Florianópolis, SC, 10 de Abril de 2015.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente da FECAM

Consórcios**CIMCATARINA****AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2015 - MATERIAIS ODONTOLÓGICOS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0007/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0008/2015

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Materiais Odontológicos e Correlatos, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Timbó Grande e Videira, durante o período de 11/05/2015 a 31/10/2015. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 13/04/2015 até às 09:00 horas do dia 04/05/2015. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 04/05/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 04/05/2015. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.cidadecompras.com.br. Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 09 de abril de 2015.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMARP**1º ADITIVO 2015 CONTRATO SANTANA**

1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CLÍNICA MÉDICA SANT'ANA LTDA - ME

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto e de outro lado CLÍNICA MÉDICA SANT'ANA LTDA - ME, CNPJ 02.895.767/0001-51, situada na Rua Coronel Fagundes, Nº 70-sala 101, Videira-SC, neste ato representada pelo seu representante legal Jacson Antonio Sant'Ana, RG 10R.329174, CPF 289.918699-04, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço CLÍNICA MÉDICA SANT'ANA LTDA - ME, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Gastroenterologista (consulta)	03.01.01.007-2	60,00

Parágrafo único - (...)

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 02 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

Jacson Antonio Sant'Ana

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CONTRATO 2015 SAMET

1º TERMO ADITIVO 2015 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto e de outro lado SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ 01.087.464/0001-40, situada na Rua Anita Garibaldi, nº. 238, Caçador-SC, com atendimento à Rua Anita Garibaldi, nº. 238, Caçador-SC, neste ato representada pelo seu representante legal João Carlos Souza dos Santos, CPF 314.936.020-04 considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - do Contrato de Prestação de Serviço passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Polissonografia	02.11.05.010-5	400,00

Parágrafo único - (...)

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 10 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

João Carlos Souza dos Santos

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

VISTO:

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CREDENCIAMENTO 2015 SAMET

1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 29/2015 - SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA. Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto e de outro lado SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ 01.087.464/0001-40, situada na Rua Anita Garibaldi, nº 238, Caçador - SC, neste ato representada pelo seu representante legal João Carlos Souza dos Santos, CPF 314.936.020-04, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 29/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - do Termo de Credenciamento 29/2015, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Polissonografia	02.11.05.010-5	400,00

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 29/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 10 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

João Carlos Souza dos Santos

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

1º ADITIVO CREDENCIAMENTO 2015 SANTANA

1º TERMO ADITIVO 2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO 29/2015 - SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA. Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Consórcio Público com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Gilberto Amaro Comazzetto e de outro lado SAMET - SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ 01.087.464/0001-40, situada na Rua Anita Garibaldi, nº 238, Caçador - SC, neste ato representada pelo seu representante legal João Carlos Souza dos Santos, CPF 314.936.020-04, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Termo de Credenciamento 29/2015, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO - do Termo de Credenciamento 29/2015, passa a conter em sua relação o seguinte procedimento:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
Polissonografia	02.11.05.010-5	400,00

(...)"

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Termo de Credenciamento 29/2015, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 10 de abril de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto

João Carlos Souza dos Santos

TESTEMUNHAS:

Marcélio José Borsatti
425.790.239-68

Vera Matheus de Castro
033.681.689-83

Humberto Dalpizzol
OAB/SC 15588

CIS/AMMVI**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ADMISSÃO EM CARÁTER DE EXPERIÊNCIA PARA O EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E DANIELLA DE SOUZA MARTINS.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CISAMVI e, de outro, DANIELLA DE SOUZA MARTINS, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 066.186.539-83 e portadora do R.G. 4.907.655 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Amazonas, nº 2960, ap. 704, bloco C, bairro Garcia, em Blumenau (SC), doravante denominada CONTRATADA, vêm de comum acordo, com amparo no Inciso II do Artigo 37 da Constituição Federal, na Resolução nº 91 de 14/01/2015, combinado com o Artigo 42, § 1º, do Estatuto e as disposições dos artigos 9º, 11 e 38 do Regulamento do Quadro de Pessoal, ambos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, resolvem firmar o presente Contrato Administrativo de Admissão em Caráter de Experiência para o Emprego Público de Agente Administrativo, do Anexo II - dos empregos públicos permanentes, do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA CARGA HORÁRIA

Constitui objeto do presente contrato, a admissão da CONTRATADA por noventa dias, para o exercício das funções públicas do emprego público de Agente Administrativo, do Anexo II do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI, com a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público.

A jornada semanal de trabalho da CONTRATADA é de 40 (quarenta) horas, cumprida no seguinte horário: das 08:00 às 12:00h e das 13:00 às 17:00 horas nos dias úteis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

A CONTRATADA ficará submetida ao Regime Jurídico trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com as contribuições e direitos inerentes, estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do presente instrumento, com início em 28 de janeiro de 2015 e término em 27 de abril de 2015.

Findo o prazo do contrato experiência será emitido parecer concluindo a favor ou contra a confirmação da servidora em experiência. Se o Presidente do Consórcio Público considerar aconselhável

a exoneração pelo término do contrato, será comunicado à servidora quando do último dia de serviço; caso contrário, o contrato deste passará a vigorar por prazo indeterminado, ao final do prazo de experiência, sem prejuízo da manutenção de um sistema de avaliação periódica de desempenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA ESTABILIDADE

A CONTRATADA não adquirirá estabilidade no serviço público, contudo sua exoneração, por iniciativa do Consórcio Público, deverá ser justificada, sem prejuízos das indenizações estabelecidas em lei acaso se processe antes ou posteriormente ao término do período de contrato de experiência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

A CONTRATADA receberá como contraprestação aos serviços prestados, o valor mensal correspondente à R\$ 2.302,94 (dois mil, trezentos e dois reais e noventa e quatro centavos), deduzidos deste valor os tributos previstos em lei, acrescido de auxílio-alimentação mensal no valor de R\$ 293,19 (duzentos e noventa e três reais e dezenove centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA declara conhecer a Resolução nº 83/14 (que trata do Regulamento do Quadro de pessoal do Consórcio Público), e aceitar e cumprir fielmente os termos deste contrato, praticando com zelo, responsabilidade e eficiência as atribuições ora assumidas, submetendo-se as normas gerais de disciplina e organização do CISAMVI.

Às partes omissas e as questões ou controvérsias oriundas deste contrato, aplicam-se as normas de direito trabalhista vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato fica eleito o Foro da Justiça Trabalhista de Blumenau, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratos, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim sem emendas ou rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Blumenau, SC, em 28 de janeiro de 2015.

Pedro Celso Zuchi
Presidente do CISAMVI

Daniella de Souza Martins
Empregada

Testemunhas:

Carlos Cesar da Silva
CPF nº: 312.767.419-87

Raquel Gripa
CPF nº 060.819.529-40

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ADMISSÃO EM CARÁTER DE EXPERIÊNCIA PARA O EMPREGO PÚBLICO DE AGENTE ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI E MARCOS DA ROCHA.

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrito no CNPJ sob no 03.269.695/0001-08, neste ato representado pelo seu Presidente, doravante denominado CISAMVI e, de outro, MARCOS DA ROCHA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 071.920.559-05 e portador do R.G. 5.149.878 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Antônio Zendron, nº 699, ap. 21, bloco 6, bairro Valparaíso, em Blumenau (SC), doravante denominado CONTRATADO, vêm de comum acordo, com amparo no Inciso II do Artigo 37 da Constituição Federal, na Resolução nº 91 de 14/01/2015, combinado com o Artigo 42, § 1º, do Estatuto e as disposições dos artigos 9º, 11 e 38 do Regulamento do Quadro de Pessoal, ambos do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, resolvem firmar o presente Contrato Administrativo de Admissão em Caráter de Experiência para o Emprego Público de Agente Administrativo, do Anexo II - dos empregos públicos permanentes, do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, mediante seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA CARGA HORÁRIA

Constitui objeto do presente contrato, a admissão do CONTRATADO por noventa dias, para o exercício das funções públicas do emprego público de Agente Administrativo, do Anexo II do Contrato de Consórcio Público do CISAMVI, com a carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação especial para o desempenho das funções do emprego público.

A jornada semanal de trabalho da CONTRATADO é de 40 (quarenta) horas, cumprida no seguinte horário: das 08:00 às 12:00h e das 13:00 às 17:00 horas nos dias úteis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME JURÍDICO E PREVIDENCIÁRIO

O CONTRATADO ficará submetida ao Regime Jurídico trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com as contribuições e direitos inerentes, estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência de 90 (noventa) dias a partir da assinatura do presente instrumento, com início em 28 de janeiro de 2015 e término em 27 de abril de 2015.

Findo o prazo do contrato experiência será emitido parecer concluindo a favor ou contra a confirmação do servidor em experiência. Se o Presidente do Consórcio Público considerar aconselhável a exoneração pelo término do contrato, será comunicado ao servidor quando do último dia de serviço; caso contrário, o contrato deste passará a vigorar por prazo indeterminado, ao final do prazo de experiência, sem prejuízo da manutenção de um sistema de avaliação periódica de desempenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA ESTABILIDADE

O CONTRATADO não adquirirá estabilidade no serviço público, contudo sua exoneração, por iniciativa do Consórcio Público, deverá ser justificada, sem prejuízos das indenizações estabelecidas em lei acaso se processe antes ou posteriormente ao término do período de contrato de experiência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O CONTRATADO receberá como contraprestação aos serviços prestados, o valor mensal correspondente à R\$ 2.302,94 (dois mil, trezentos e dois reais e noventa e quatro centavos), deduzidos deste valor os tributos previstos em lei, acrescido de auxílio-alimentação mensal no valor de R\$ 293,19 (duzentos e noventa e três reais e dezenove centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O CONTRATADO declara conhecer a Resolução nº 83/14 (que trata do Regulamento do Quadro de pessoal do Consórcio Público), e aceitar e cumprir fielmente os termos deste contrato, praticando com zelo, responsabilidade e eficiência as atribuições ora assumidas, submetendo-se as normas gerais de disciplina e organização do CISAMVI.

Às partes omissas e as questões ou controvérsias oriundas deste contrato, aplicam-se as normas de direito trabalhista vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato fica eleito o Foro da Justiça Trabalhista de Blumenau, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratos, firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim sem emendas ou rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Blumenau, SC, em 28 de janeiro de 2015.

Pedro Celso Zuchi
Presidente do CISAMVI

Marcos da Rocha
Empregado

Testemunhas:

Carlos Cesar da Silva
CPF nº: 312.767.419-87

Raquel Gripa
CPF nº 060.819.529-40

